

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE LETRAS



CONIMBRIGA



VOLUME XXXVII – 1998

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

ISSN 0084-9189

PUBLICAÇÃO ANUAL

DIRECTOR

JORGE DE ALARCÃO

SECRETÁRIO DE REDACÇÃO

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

**Toda a correspondência (envio de originais e de publicações para
recensão, pedidos de permuta, etc.) deve ser dirigida directamente ao**

DIRECTOR DO INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

PALÁCIO DE SUB-RIPAS

P — 3000 COIMBRA

PEDIDOS:

DIGLIVRO

Rua Ilha do Pico, 3B — Pontinha

P — 1675 Lisboa

MOVILIVRO

Rua Gomes Leal, 93, cv.

P — 4300 Porto

*Solicitamos permuta. On prie de bien vouloir établir Véchange.
Sollicitiamo scambio. We would like exchange. Tauschverkerlir erwünscht.*

CONIMBRIGA

Esta edição só foi possível graças ao patrocínio concedido pela

JUNTA NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXXVII

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
1998

(Página deixada propositadamente em branco)

DOMINGOS J. CRUZ

Assistente da Faculdade de Letras de Coimbra

LUÍS FILIPE C. GOMES

Mestre em Arqueologia. Universidade do Porto

PEDRO M. SOBRAL DE CARVALHO

Mestre em Arqueologia. Universidade do Porto

O GRUPO DE *TUMULI* DA CASINHA DERRIBADA (CONCELHO DE VISEU).
RESULTADOS PRELIMINARES DA ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA DOS
MONUMENTOS 3, 4 e 5

“Conimbriga”, XXXVII (1998), p. 5-76

RESUMO: Publicam-se os resultados da escavação arqueológica feita nos monumentos 3, 4 e 5 da “Casinha Derribada”.

Estes monumentos integram um grupo de cinco *tumuli*, externamente semelhantes mas evidenciando certa diversidade quanto às estruturas que encerram, dimensões, espólio, ritual, etc. Trata-se de pequenos montículos, de planta circular, volumetricamente pouco relevados no terreno, cobertos superficialmente por densa estrutura de pedras, predominantemente blocos de quartzo.

O conjunto ocupa a cumeada do relevo localmente designado “Monte Branco”, ou “Penedos Brancos”, na proximidade do vértice geodésico da “Casinha Derribada”. Os monumentos 3 e 4 distanciam-se cerca de 8 metros (medidos a partir dos pontos centrais de cada um dos monumentos); o monumento cinco situa-se mais isolado mas proximamente; os monumentos 1 e 2 ocupam o ponto mais alto do relevo, mas também muito próximos um do outro; o monumento 1 é, por outro lado, volumetricamente mais expressivo.

Os monumentos 3 e 4 estavam intactos; o primeiro tinha na sua parte central uma fossa, de planta rectangular, aberta no substrato xisto-argiloso, medindo 0,60 m de comprimento, 0,40 m de largura e 0,24/26 m de profundidade; no seu interior foram colocados quatro vasos cerâmicos; não se identificaram

quaisquer vestígios orgânicos, a não ser um pequeno fragmento de carvão de madeira, integrado no seu interior acidentalmente; o encerramento da fossa foi feito com grande laje, de granito, insculturada, sobre e em torno da qual se dispunham as terras e as pedras que constituíam o *tumulus*, perfazendo cerca de 4 metros de diâmetro; sobre a laje de fecho e nas terras adjacentes recolheram-se numerosas amostras de madeira carbonizada; admite-se a realização de uma fogueira, de carácter ritual, após o encerramento da fossa, directamente sobre a laje de cobertura. O monumento 4, externamente similar, continha, sensivelmente ao centro, uma pequena fossa, pouco profunda, de planta ovalada, preenchida com terra carbonosa e cinzas; trata-se de uma fogueira *in situ*, sobre a qual foi colocada terra e as pedras da cobertura superficial do *tumulus*. O monumento 5 é um “cairn”, com uma cista na parte central, feita com quatro lajes fincadas, de granito, cujo conteúdo terá sido remexido.

As análises radiocarbónicas entretanto realizadas, feitas sobre amostras de carvão de madeira recolhidas no monumento 3, permitem definir o período de utilização desta estrutura, que se situará entre c. 1400 e 1150 a. C. Estes parâmetros cronológicos são, certamente, extensíveis ao monumento 4, que lhe é muito próximo, para além da sua similitude externa, e certamente aos restantes.

As características das construções tumulares, a cultura material, as datações radiocarbónicas, etc., permitem uma aproximação à integração cultural deste grupo tumular no contexto regional e do Norte de Portugal e da Galiza. Admite-se que estes *tumuli*, como outros que têm sido localizados na região, se relacionem com as populações locais dos finais do Bronze médio / inícios do Bronze Final, vivendo dispersamente em pequenos casais, eventualmente anteriores à emergência dos povoados de altura da região. Por fim, a diversidade interna das estruturas, composição do espólio, ritual, etc., explicar-se-á no contexto da multiplicidade de gestos rituais que integram o cerimonial, diferenciado, de acordo com as circunstâncias específicas de cada acto funerário-religioso, ou tão-só simbólico, de carácter social.

Abstract: Reference is made to the results of archaeological excavations on the monuments 3,4 and 5 of “Casinha Derribada”.

These monuments are part of a group of 5 tumuli, externally similar but showing certain variations on the inner structures, dimensions, findings, rituals, etc. These are small tumuli of a circular shape, not too pronounced in the landscape and superficially covered by a thick lithic structure — mainly quartz blocks.

The complex occupies a mountain ridge known as “Monte Branco” or “Penedos Brancos”, in the surroundings of the geodesic vertex of “Casinha Derribada”.

Monuments 3 and 4 are about 8 meters apart from each other (from the central points of each monument); monument 5 is more isolated but is also within the same surroundings; monuments 1 and 2 take up the highest point of the crest and are also near one another; in the other hand, monument 1 is, volumetrically speaking, more expressive.

Monuments 3 and 4 were found intact; the first one had a rectangular pit in the centre, which had been opened over the schistose substrata, being 0,60 m long, 0,40 m wide and 0,24/0,26 m deep; four ceramic vases had been placed in its interior. We were unable to identify any organic traces, besides a small fragment of wood-charcoal accidentally integrated inside the pit; its closure was done through a large granite and engraved flagstone, over which (and around it) was displayed the soil and stones forming the tumulus in a diameter of about four meters; over this flagstone and on the adjoining soil, we collected countless samples of carbonized wood, presumably from a ritual fire made right over the flagstone after the closure of the pit. Monument 4, which is similar on the outside, has an oval shaped small and shallow pit, about the centre, filled up with carbonous soil and ashes, caused by a fire in situ, over which was placed the soil and stones from the superficial cover of the tumulus. Monument 5 is a cairn with a pit at the centre made of four fixed granite flagstones. Its contents had already been disturbed.

The radiocarbon analyses of wood-charcoal from monument 3, performed in the meantime, allow us to define the period of utilization of this structure, i.e., between 1400 and 1150 b. C. These chronological parameters are certainly extended to monument 4 (which is located nearby and is externally similar), as well as to the remaining monuments.

The characteristics of the burial constructions, the material culture, the radiocarbon dating, etc., indicate an approximation to a cultural integration among this tumular complex, within the regional context and of the North of Portugal and Galicia. It is believed that these tumuli, as well as others in the region, are linked with the local population of the latter part of the Middle Bronze/beginning of the Late Bronze Age, who lived in scattered farmsteads, perhaps before the arise of the hilltop settlements on the region. At last, the internal diversity of the structures, the composition of the findings, the rituals, etc., may be explained in the context of the multiple ritual forms of worshipping, varying according to specific circumstances of each religious burial act, or simply, of a social character.

(Página deixada propositadamente em branco)

O GRUPO DE *TUMULI* DA “CASINHA DERRIBADA” (CONCELHO DE VISEU) RESULTADOS PRELIMINARES DA ESCAVAÇÃO ARQUEOLÓGICA DOS MONUMENTOS 3, 4 e 5

0. Introdução

É conhecida a importância arqueológica da região da Beira Alta. Destacam-se os vestígios pré-históricos, seja o elevado número de monumentos megalíticos, ou os sítios com indícios de ocupação, datando, pelo menos, do período Calcolítico; os povoados de altura do Bronze Final têm importância acrescida no contexto da pré-história do Noroeste peninsular (¹).

Os últimos anos registaram, por outro lado, uma intensificação da investigação arqueológica na região, desenvolvida por diferentes equipas, actuando em estações e âmbito cronológico diferenciados. Não são, no entanto, bem conhecidas as práticas funerárias e/ou cultuais da Idade do Bronze, particularmente da sua fase final, situação que é extensível ao Noroeste peninsular.

De facto, na Beira Alta, para além das possíveis reutilizações de construções dolménicas muito anteriores, apenas se conhecia até há pouco a “Necrópole de Paranho” (Molelos, Tondela) — grupo de 6 cistas inseridas num semicírculo de pedras fincadas com 5 metros de diâmetro —, estudada por José Coelho [1925] e, mais recentemente, a cista da “Fonte da Malga”, escavada por Philine Kalb e Martin Höck, que forneceu fragmentos de uma possível “urna”, que estes

(¹) Vide Kalb, 1980.

investigadores dataram do século Vili a. C. [Kalb e Hock 1979] ⁽²⁾.

Conhecem-se, no entanto, vários povoados deste período genérico, muitos deles correspondendo, aparentemente, a uma ocupação prolongada. Os vestígios da cultura material, tipos de construção, implantação topográfica, distribuição geográfica de artefactos, permitem a definição de territórios de influência, por vezes de grande amplitude, bem como a abordagem de aspectos da economia e organização sociopolítica destas populações ⁽³⁾.

Em trabalhos recentes de prospecção foi possível a identificação na região da Beira Alta de vários grupos de monumentos, de pequenas dimensões, em pedra, de planta circular, pouco destacados no terreno, em alguns dos quais é possível observar na sua parte central pequenas cistas feitas com lajes de granito — “Casinha Derribada” e “Serra da Muna”, no concelho de Viseu, “Mazigueira” e “Caramêlo”, no concelho de Tondela, “Senhora da Ouvida”, no concelho de Castro Daire, “Casa da Raposa”, no concelho de Vila Nova de Paiva — eventualmente datáveis dos finais da Idade do Bronze ⁽⁴⁾.

Além do grande interesse científico destas construções tumulares, acrescia o facto de se implantarem em áreas cuja vegetação tinha sido destruída pela acção do fogo — o que permitiu a sua identificação —, prevendo-se, a breve trecho, acções de reflorestação, danificando-as. Era, por isso, urgente a preservação, quando tal fosse possível, dos próprios monumentos, ou, pelo menos, da informação científica que ainda pudessem fornecer.

Neste contexto, em 1992 é elaborado no Centro de Estudos

(2) Ao longo deste texto utilizaremos sempre referências cronológicas em anos reais, resultantes da calibração das datações radiocarbónicas. Exceptuam-se as indicações temporais bibliograficamente identificadas, cujos parâmetros cronológicos são de carácter relativo, ou derivaram de resultados radiocarbónicos não calibrados a que se subtraiu o valor 1950 (ano convencional de Cabomo 14).

(3) Vide, sobretudo, Silva, 1986; Senna Martinez, 1989; Vaz, 1993; Pedro, 1995; Alarcão, 1993 e 1996 a.

(4) De cada um destes grupos de monumentos foram elaboradas “memórias descritivas”, no âmbito das actividades do Centro de Estudos Pré-históricas da Beira Alta: “Casinha Derribada” (1992), “Serra da Muna” (1993), “Caramêlo” e “Mazigueira” (1993), “Senhora da Ouvida” (1995), “Casa da Raposa” (1996), documentos enviados ao Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR), Autarquias e Direcção-Regional de Agricultura da Beira Litoral (Zona Agrária de Viseu). Rei. inéditos.

Pré-históricos da Beira Alta um projecto de investigação, cujo objectivo reside no estudo das práticas funerárias e cultuais dos finais da Idade do Bronze, a partir dos vestígios tumulares já identificados, mediante a realização de escavações arqueológicas, trabalhos de prospecção, com vista à detecção de outros e sua inventariação, estudo de materiais de antigas escavações e avulsos depositados em instituições museológicas, etc. ⁽⁵⁾).

Fundamentalmente importava conhecer as características tipológicas dos monumentos, sua articulação no grupo e entre as diferentes “necrópoles”, a vigência cultural e cronológica, através do estudo comparado de estruturas, rituais funerários (ou cultuais), cultura material, etc., ou de datações obtidas pelo processo de Carbono 14, as “estratégias” que presidiram à sua implantação no terreno, bem como a relação com outros vestígios, sincrónicos ou não — outros monumentos tumulares, povoados, rochas insculturadas (que terão funcionado, muito provavelmente, como santuários, também significativos na região), etc. —, paralelamente ao conhecimento das condições naturais em que o homem deste período se inseriu — cobertura vegetal, variações climáticas, potencialidades agrológicas dos solos, etc. — no âmbito das diversas disciplinas da Paleoecologia, sempre que as condições de jazida o permitissem.

Neste texto apresentam-se os resultados preliminares das escavações arqueológicas realizadas em 1993 e 1994 nos monumentos 3,4 e 5 da “Casinha Derribada”. Em tempo ulterior far-se-á uma avaliação mais aturada com outros dados de investigação que ainda decorre (análises pedológicas, radiocarbónicas, paleoambientais), acrescidos dos resultados da escavação dos restantes *tumuli* deste grupo.

Os trabalhos de escavação, dirigidos pelos autores, foram autorizados pelo Instituto Português do Património Arquitectónico e

(⁵) O projecto foi apresentado ao Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico em Dezembro de 1992, integrando, inicialmente, D. J. Cruz, L. F. C. Gomes e P. M. S. Carvalho, sob coordenação do primeiro daqueles investigadores e orientação científica do Doutor J. de Alarcão, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Presentemente participa também no projecto a Doutora Raquel Vilaça que, com um dos autores (DJC), dirigiu os trabalhos de escavação, em 1995, de alguns dos *tumuli* da “Senhora da Ouvida” (Castro Daire).

Arqueológico ⁽⁶⁾. Tiveram o apoio financeiro desta instituição e da Câmara Municipal de Viseu, para além da colaboração em diversos aspectos de carácter logístico. A escavação dos monumentos 3 e 4 decorreu de 21 de Junho a 16 de Julho de 1993; a do monumento 5, de 13 de Junho a 2 de Julho de 1994.

A finalização em gabinete dos registos de campo, como também a tintagem dos vasos cerâmicos, foi executada pelo Dr. José Luís Madeira, do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra. Os quatro vasos cerâmicos exumados no monumento 3 foram desenhados por A. Fernando Barbosa, do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, instituição que também procedeu à sua limpeza (sobretudo extracção de sais solúveis) e restauro ⁽⁷⁾.

1. Os *tumuli* da “Casinha Derribada”

Os monumentos da “Casinha Derribada” ⁽⁸⁾ ocupam a cumeada do “Monte Branco”, também designado “Penedos Brancos” — denominação popular que advém da abundância de quartzo nesta área da serra do Mundão —, alinhados sensivelmente segundo a direcção NO-SE; dispõem-se no terreno entre as cotas dos 660 e 670 m,

⁽⁶⁾ Agradecemos a colaboração da Dr.^a Ana Isabel de Sá Ferreira Pipa, do Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta. Participaram nestas duas campanhas vários jovens e estudantes universitários, estes últimos da Universidade Católica (Centro de Viseu), Universidade Portucalense “Infante D. Henrique” (Porto) e da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a quem também agradecemos.

⁽⁷⁾ Expressamos à Dr.^a Isabel Cunha e Silva, Directora do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, os nossos agradecimentos pelas facilidades e apoio prestado. Os referidos vasos foram depositados, a título precário e após autorização do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, no Museu de História Natural / Antropologia, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Por ocasião do Colóquio “A Pré-história na Beira Interior”, que decorreu em Tondela de 21 a 23 de Novembro de 1997, estiveram expostos, com outra documentação gráfica, na mostra arqueológica então organizada, em cujo catálogo (Cfr. Vilaça, 1997) se publicou um pequeno texto sobre os monumentos 3 e 4 da “Casinha Derribada”.

⁽⁸⁾ Incorrectamente grafada “Casinha Derrubada” na “Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25.000”, fl. 178 (Viseu), 2.^a ed., 1987, como também na “Carta Corográfica de Portugal, na escala de 1/50.000”, fl. 17-A (Viseu), 2.^a ed., 1977.

constituindo o grupo de monumentos tumulares de idade pré-histórica situado a mais elevada altitude de todo o concelho de Viseu. Trata-se de área bastante restrita, visível nos 300 metros que separam os montículos mais periféricos (Fig. 1). Alguns, muito próximos, poderão constituir pequenos núcleos de duas unidades.

Os terrenos, nos limites das freguesias de Mundão e de Lordosa, não são acidentados, pertencendo à Administração Florestal de Viseu. A ocorrência em tempo recente de vários incêndios, destruindo a vegetação arbustiva então existente, permitiu a sua localização.

Administrativamente situam-se em área da freguesia do Mundão (a oeste do caminho carreteiro — limite das duas freguesias — que atravessa a cumeada deste relevo).

O acesso faz-se a partir da estrada nacional que de Viseu se dirige a Castro Daire (E. N. n.º 2) e desta, em Campo, pela via municipal (1345) que conduz ao Aérodromo “Gonçalves Lobato” e às povoações de Nelas e Cepões; nas imediações do aeródromo, é então necessário seguir para leste, inicialmente por estradão, depois por caminhos florestais, em percurso de pouco mais de 1,5 Km (Fig. 1).

Antes dos trabalhos arqueológicos, exceptuando o monumento 1, não eram evidentes sinais de remeximentos nem vestígios de estruturas internas, admitindo-se então que a maior parte se encontraria intacta ⁽⁹⁾.

O interesse arqueológico do sítio é referenciado, pela primeira vez, por Amorim Girão [1921-22], a propósito da existência de “[...] um antigo monumento megalítico destruído, sobre as ruínas do qual assenta ainda o marco geodésico” [p. 188], informação mais tarde repetida por

I. Moita [1966: 210].

Trata-se de um grupo de *tumuli*, de volumetria diferenciada, mas todos com uma cobertura pétrea densa, mostrando a coexistência de um monumento mais destacado, quer volumetricamente, quer topograficamente — Monumento 1 da Casinha Derribada —, com quatro outros de reduzidas dimensões e pouco perceptíveis no terreno, cada um dos quais, como revelaram os trabalhos de escavação arqueológica, contendo no seu interior diferentes estruturas.

⁽⁹⁾ Cfr. “Monumentos da “Casinha Derribada” (conc. de Viseu): memória descritiva”, Viseu, CEPBA, 1992. Rei. inédito.

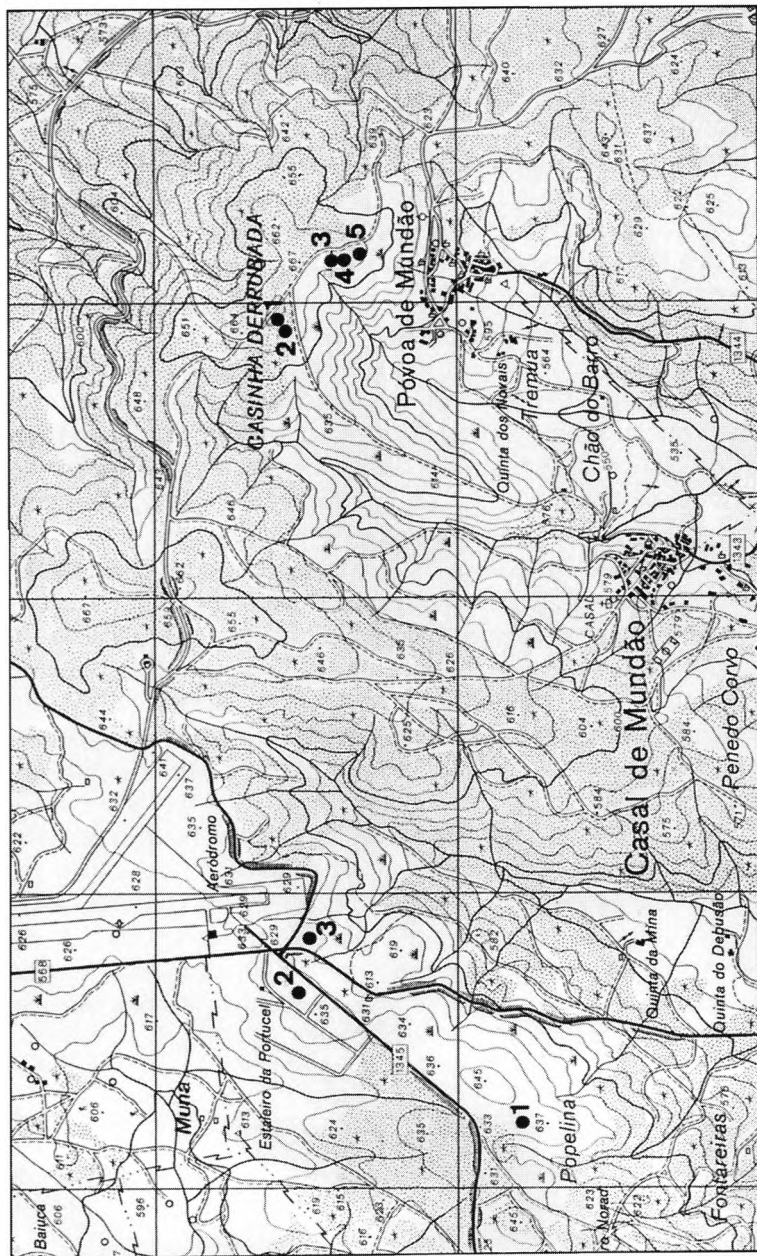


Fig. 1 - Localização dos grupos de monumentos da “Casinha Derribada” e “Serra da Muña”. “Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25.000”, fl. 178 (Viscu), 2. aed., 1987.

Monumento 1 — *Tumulus* de planta circular, medindo cerca de 13,30 metros de diâmetro e 1 m de altura. Densa cobertura pétrea, predominando os elementos de quartzo e algum xisto. Apresenta profunda cavidade na parte central e não são visíveis quaisquer elementos pétreos de grandes ou médias dimensões, eventualmente relacionáveis com qualquer estrutura pétrea que tenha sido implantada na sua parte central. Na periferia oeste foi erguido um marco geodésico — “Casinha Derribada” —, destruindo, neste sector, parte do *tumulus*. É a este *tumulus* que se refere A. Girão [1921-22: 188]. No conjunto é o mais monumental e dominante, ocupando o ponto mais elevado deste relevo. Localização: no referido lugar de “Monte Branco” ou “Penedos Brancos”, como aliás todos os restantes, junto ao marco geodésico da “Casinha Derribada”; coord, geog.: lat. — 40° 43' 10" norte; long. — 01° 16' 04" (meridiano de Lisboa); alt. — 670 m (“Carta Militar de Portugal”, n.º 178 (Viseu), 2.ª ed., 1987) (Fig. 1).

Monumento 2 — *Tumulus* de reduzidas dimensões, medindo cerca de 8,10 m de diâmetro e 0,15 m de altura, com densa cobertura pétrea, onde predominam os elementos de quartzo e algum xisto. Localização: a c. 8 metros para SO do monumento anterior; coord, geog.: lat. — 40° 43' 09" norte; long. — 01° 16' 03"; alt. — 670 m.

Monumento 3 — *Tumulus* de reduzidas dimensões, medindo cerca de 4,5 m de diâmetro e cerca de 0,30 m de altura. Semelhante ao monumento anterior. Localização: a cerca de 250 m para SE do Monumento 1, à margem do caminho carreteiro que atravessa a cumeada do relevo e passa junto ao marco geodésico da “Casinha Derribada”; coord, geog.: lat. — 40° 43' 03" norte; long. — 01° 16' 12"; alt. — 666 m (Figs. 2 a 4).

Monumento 4 — *Tumulus* semelhante ao anterior, com 4,90 m de diâmetro e cerca de 0,35 m de altura. Localização: a 3,5 m para sul do monumento 3; coord, geog.: lat. — 40° 43' 03" norte; long. — 01° 16' 12"; alt. — 666 m (Figs. 2 a 4).

Monumento 5 — Semelhante aos monumentos 3 e 4, medindo 7,20 m de diâmetro e cerca de 0,80 m de altura. Implanta-se no limite de uma curva de nível, em superfície de encosta com declive bastante ligeiro (c. de 7%), posição topográfica que lhe confere relativa dominância sobre a paisagem circundante⁽¹⁰⁾. Localização: a cerca de 80 m para SSO do Monumento 4,

⁽¹⁰⁾ De facto, e independentemente da “barreira” visual no sentido nascente resultante da sua localização no terreno, é possível observar não só todos os monumentos que constituem este grupo, como também o local de implantação do *Monumento 1 da Serra da Muna*, a cerca de 2,5 Km para OSO, e o vasto planalto que se espalha no sentido da capital beirã.

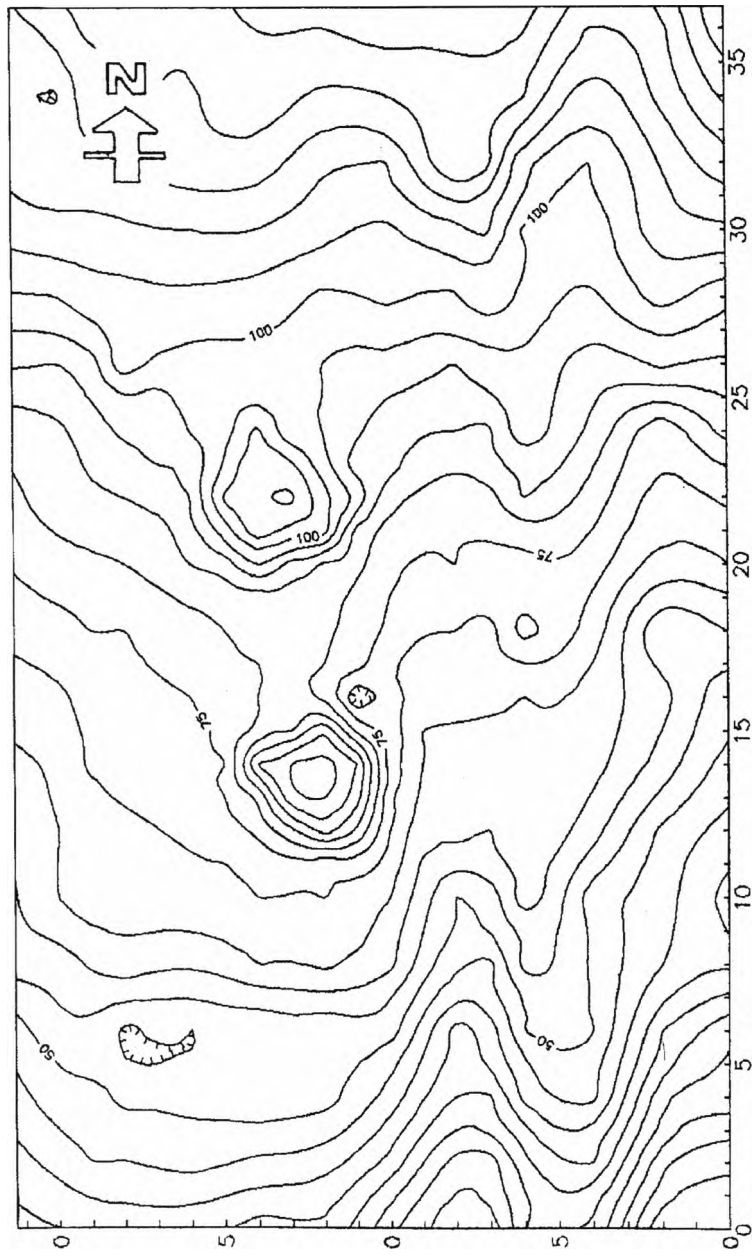


Fig. 2 - Planta topográfica dos monumentos 3 e 4 da “Casinha Derribada” e área envolvente. Curvas de nível equidistantes 0,05 m.

sensivelmente a 50 metros para oeste do caminho carreteiro atrás referido; coord. geog.: lat. —40° 43'01" norte; long. —01° 16' 11"; alt. — 660 m (Figs. 14 a 16).

2. Contexto geomorfológico

A nordeste da cidade de Viseu, a pouco mais de 8 km de distância, desenvolve-se um alinhamento de pequenos relevos, orientados segundo a direcção NO-SE, definidos pela curva de nível dos 600 metros; é encimado por plataformas limitadas, com uma ou outra saliência, aproveitadas para a implantação de marcos geodésicos, como o “Marco Grande” (660 m) e “Casinha Derribada” (670 m); similarmemente, este bloco central prolonga-se para nordeste, com pontos mais elevados em “Alto do Facho” (650 m) e no “Alto de Passos” (656 m) — cuja cumeada é hoje atravessada pela estrada que de Viseu se dirige ao Sátão (n.º 229) —, como para noroeste, com esporões a sul e a norte, definidores do “plateaux” que serviu para a implantação do aeródromo municipal, de que se destaca o alto da “Popelina” (643 m) e o “Penedo da Moura” (610 m); o conjunto forma um relevo alongado, bordejando a margem sul do rio Vouga, constituindo, a leste do Sátão, um esporão da serra da Nave ⁽ⁿ⁾.

Trata-se de relevos arredondados, de encostas suaves e cimos aplanados, não acidentados; esta área do concelho de Viseu integra-se no “complexo xisto-grauváquico, de idade câmbrica e pré-câmbrica, com intercalações de conglomerados constituídos por elementos de quartzo e quartzito” [Ferreira, 1978: 16]. O substrato é xisto-argiloso, com aflorações frequentes de rochas filonianas, como o quartzo, por vezes com grande possança, como acontece na “Casinha Derribada”. E uma área de contacto; os granitos, de idade hercínica, dominam a paisagem a sul destes relevos, como já acontece na “serra” da “Muna” ⁽¹²⁾.

Os outeiros de “Casinha Derribada”, “Marco Grande”, “Alto do Facho”, etc., são sede de importantes linhas de água (Carvalho e

⁽ⁿ⁾ Vide Ferreira, 1978: 13-50; “Carta Corográfica de Portugal, na escala de 1/50.000”, fl. 17-A (Viseu), 2.ª ed., 1977; “Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25.000”, fl. 178 (Viseu), 2.ª ed., 1987; “Carta Geológica de Portugal, na escala de 1/500.000”, Serviços Geológicos de Portugal, Lisboa, 1972.

⁽¹²⁾ Em texto anexo desenvolvem-se anotações mais extensas sobre a geomorfologia deste sector do concelho de Viseu. Cfr. Simões, 1998, neste volume.

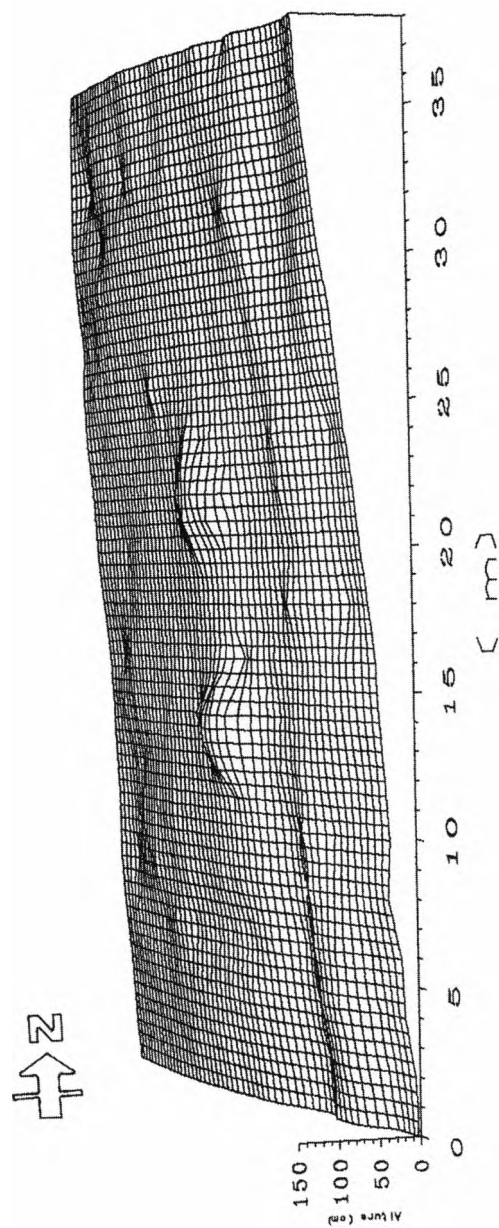


Fig. 3 - Vista em perspectiva, de este para oeste, dos monumentos 3 e 4 e área envolvente. Aplicação do programa informático Surfer, versão 5.0.

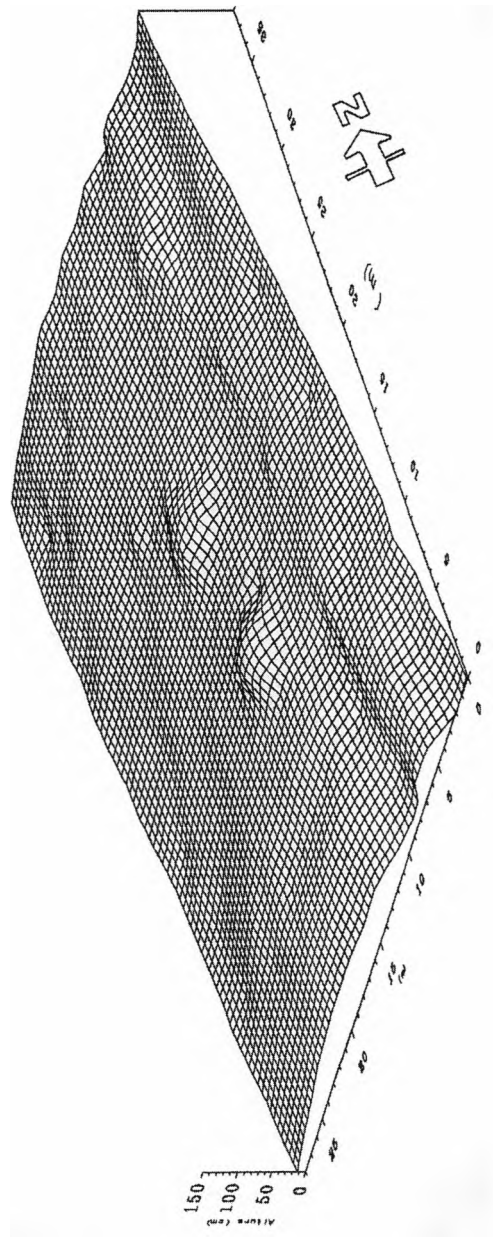
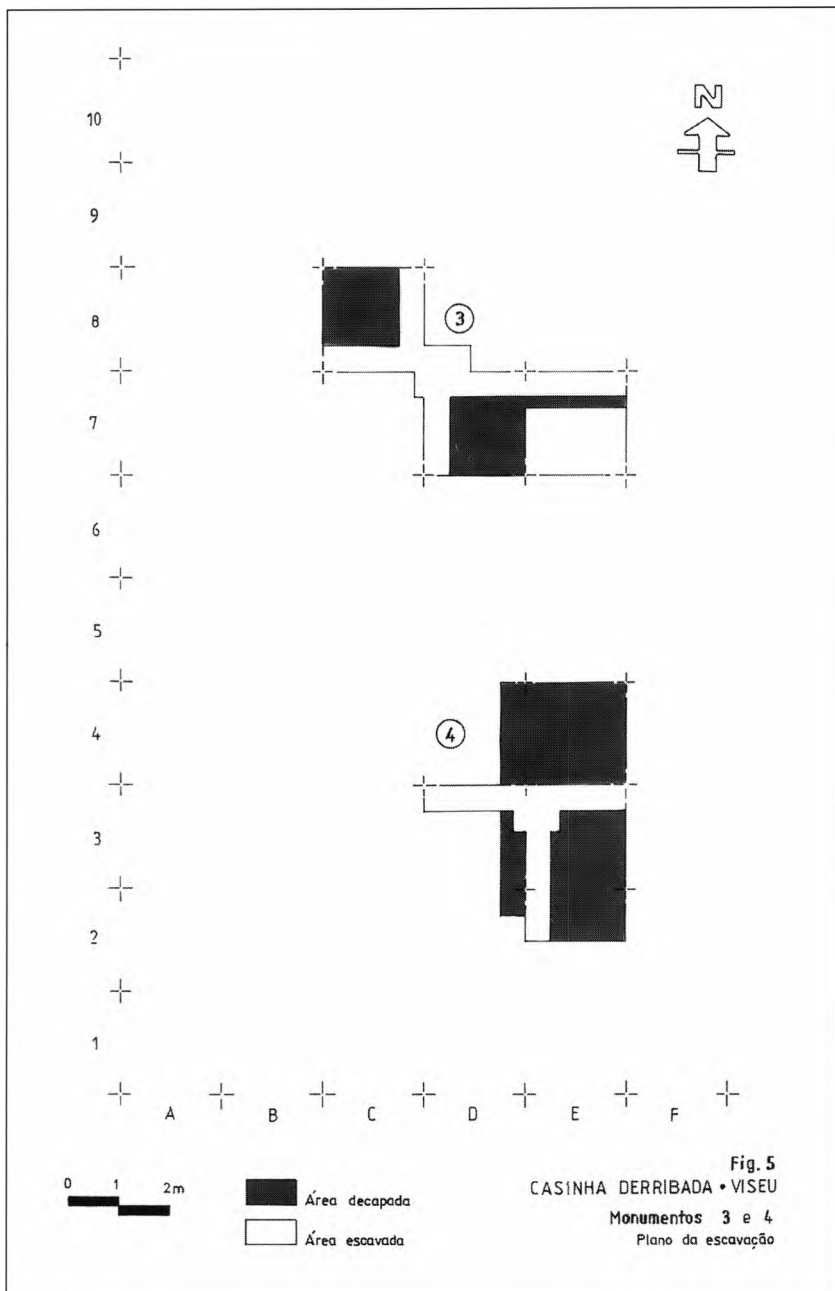


Fig 4 - Vista em perspectiva, de sudeste para noroeste, dos monumentos 3 e 4 e área envolvente. Aplicação do programa informático Surfer, versão 5.0.



Fraga), tributárias do Pavia, que correm, em amplos vales, de nordeste para sudoeste; a norte, com a direcção SO-NE, correm outras, subsidiárias do Vouga (Lameirão e Piolho).

A cobertura vegetal traduz intensa actividade desde tempos remotos, visível na própria toponímia (Casal, Póvoa, etc.); as plantações de pinhal dominam a paisagem, para além das clareiras criadas pelos incêndios de tempo recente. O povoamento é disperso; faz-se em “lugares”, alguns já de grandes dimensões e “quintas”, com Viseu a servir de polo aglutinador. Os recursos são predominantemente agrícolas; algumas explorações minerais, sobretudo de estanho e volfrâmio, têm hoje reduzida importância económica.

3. Os monumentos 3 e 4

3.1. Metodologia da escavação

Os monumentos 3 e 4, alinhados aproximadamente no sentido norte-sul, distam um do outro, a partir dos seus pontos centrais, cerca de 8 metros. Face à proximidade, foi estabelecida uma quadriculagem geral, orientada segundo o norte magnético, correspondendo a um rectângulo com 20 metros no sentido N-S e 12 metros, no sentido E-O, subdividido em quadrados de 2 metros de lado (Fig. 5; Foto 1).

O levantamento topográfico da área assim definida, com leituras com aproximação ao centímetro e malha de 1 metro, foi executado com um teodolito de segundos, a partir de um ponto convencional, de cota zero, localizado no eixo do caminho atrás referido (Fig. 2, 3 e 4). Este ponto auxiliar de topografia será, futuramente, integrado no micro-levantamento da área, englobando os cinco monumentos que constituem o núcleo da “Casinha Derribada”.

A massa tumular do monumento 3 distribui-se, fundamentalmente, pelos quadrados C7, C8 e D7, D8; o monumento 4 ocupa os quadrados D3, D4 e E3, E4 (Fig. 5).

A área quadriculada, e todo o sector a ocidente do caminho carreteiro, apresentava parca vegetação devido aos múltiplos incêndios que nestes últimos anos atingiram esta área do concelho de Viseu. Os terrenos situados a leste do referido caminho foram recentemente arroteados e plantados com pinhal.

3.2. Descrição dos trabalhos

3.2.1. Monumento 3

Fez-se a decapagem superficial dos quadrantes NO e SE, realizando-se então o primeiro registo planimétrico, por desenho, à escala de 1: 20, para além dos registos fotográficos. Fez-se também a cotagem dos blocos mais significativos, utilizando-se o ponto auxiliar de topografia atrás referido (Fig. 6).

Desde estes primeiros trabalhos era evidente tratar-se de uma estrutura arqueológica, de planta circular, medindo cerca de 4 metros de diâmetro, assumindo a forma de *tumulus* em pedra, fundamentalmente constituído por pequenos blocos de quartzo, de cor esbranquiçada, a que se associavam, por vezes, algumas lajes de micaxisto; perifericamente definia-se um círculo de pedras, também de quartzo, mas mais volumosas, estabelecendo o limite exterior da estrutura. Por outro lado, observava-se a sua reduzida volumetria, pouco se salientando da superfície natural (Figs. 2 a 4, 7 e 8).

A área central do monumento apresentava-se desprovida de pedras, não correspondendo tal situação a uma violação profunda, como se veio a verificar posteriormente; também na área oeste se assinalava uma acumulação de pedras, algo circular (Fig. 6), mas cuja escavação permitiu verificar que não terá feito parte da estrutura original, embora se trate de uma deposição antiga, face à compactação evidenciada.

A estes registos e observações seguiram-se os trabalhos de escavação, por sondagem; para o efeito foram abertas quatro sanjas (norte, sul, oeste e este), com 0,50 m de largura, interceptando-se na parte central do monumento. A desmontagem da estrutura pétrea e o desenvolvimento da escavação permitiu a observação interna do *tumulus* e o seu estudo, com a realização de dois perfis longitudinais (N-S e O-E), mas com leitura em dois sentidos (Figs. 7 e 8).

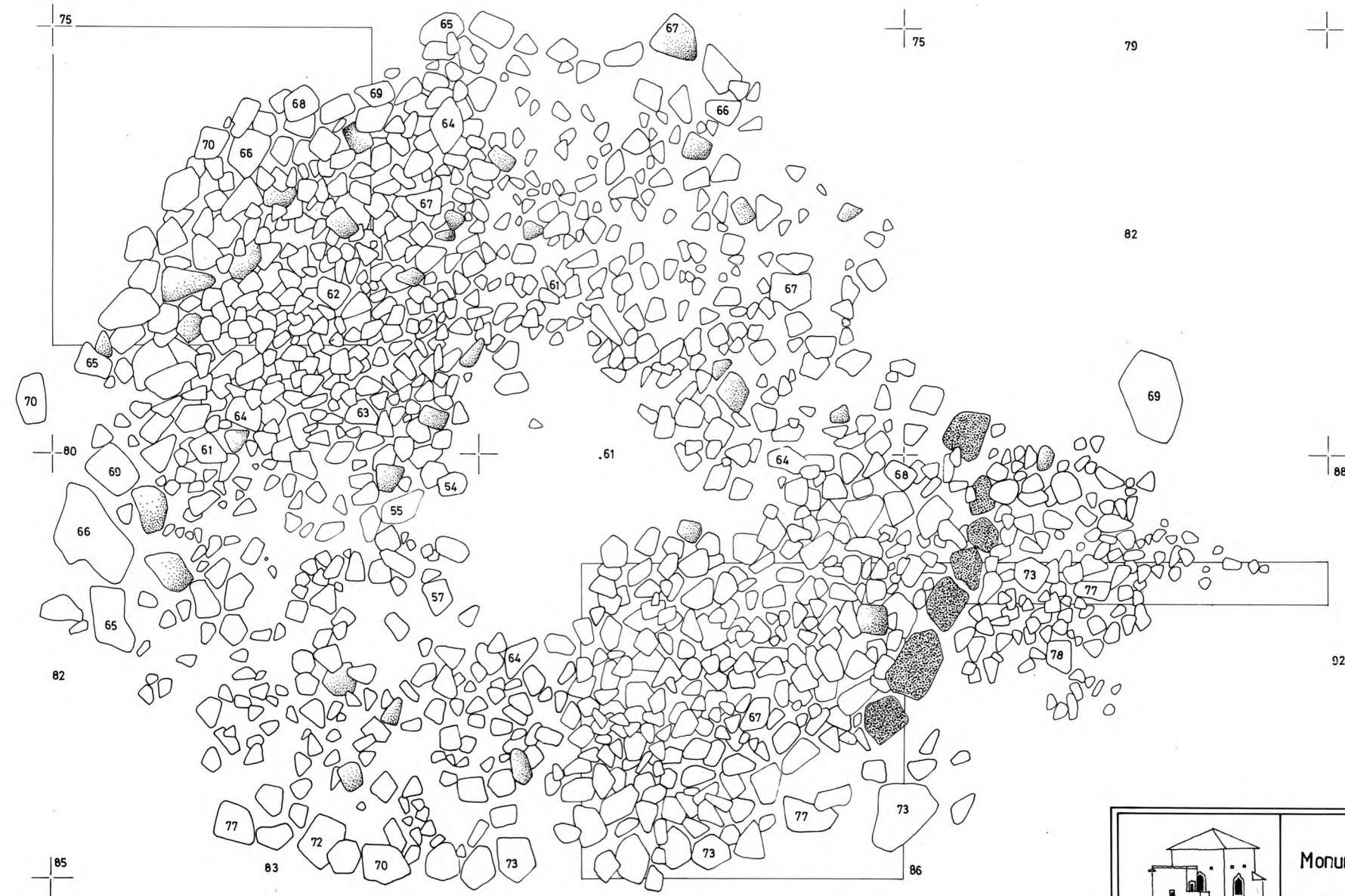
Na parte central do monumento foi, desde logo, identificada uma grande laje, de granito, medindo cerca de 0,70 m (N-S) e 0,65 m (O-E), com insculpturas (Foto 2). Foi, assim, necessário alargar a escavação desta área, no sentido da definição das dimensões e extensão deste elemento. Recoberta por uma fina camada de terras castanho-amareladas, era perifericamente envolvida por terras do mesmo tipo, evidenciando elevado número de materiais lenhosos carbonizados. Muito superficialmente, detectou-se — apenas na área desprovida de

9

8

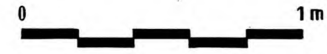
7

6



LEGENDA

- Quartz / Quartzito
- Micaxisto
- Anel periférico



Monumento 3 da CASINHA DERRIBADA ■ Viseu	
PLANTA	
	Fig. 6

(Página deixada propositadamente em branco)

pedras —, uma fina pHÍ ula de terras negras, carbonosas, de formação recente.

Em suma, esta laje (que mais tarde se verificou tratar-se da tampa de uma fossa escavada no substrato argiloso) estava envolvida por um pequeno *tumulus* de terra, medindo cerca de 2 metros de diâmetro e entre 0,15 m a 0,20 m de altura, sobre o qual foi colocado um revestimento pétreo, bastante denso e embricado, à base de pequenos blocos de quartzo, perifericamente definido com blocos de maiores dimensões, perfazendo cerca de 4 metros de diâmetro.

A estratigrafia evidenciada não pode ser complexa, face à reduzida possança do corte: as terras do *tumulus*, castanho-amareladas, correspondem à camada 2, depositadas directamente sobre o soco natural (ou sobre as parcas terras originais do sítio — se é que existiam —, não tendo sido possível destrinchá-las daquelas, pela granulometria, cor, textura, etc.); a camada 1 diz também respeito às terras do *tumulus* existentes sob a estrutura pétreo de revestimento e sobre a laje de granito (desprovida de pedras), um pouco mais escuras, por serem mais superficiais e por isso terem sofrido pedogénese algo distinta, o mesmo sucedendo na periferia do conjunto tumular (camada Ia) (Figs. 7 e 8).

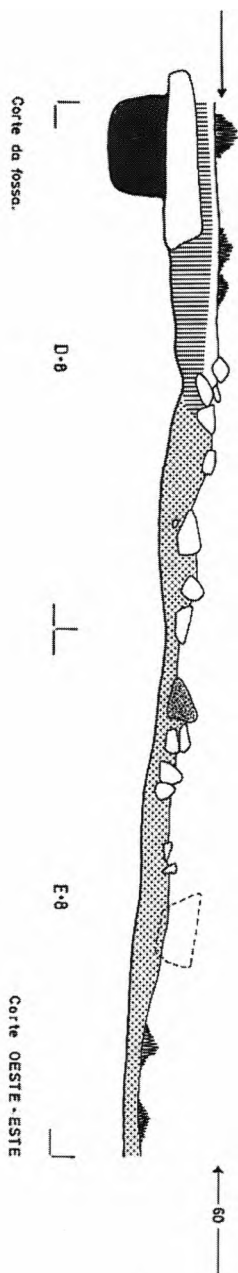
Foi então removida a laje de granito. Sob esta deparou-se-nos uma fossa, não totalmente preenchida com terra, evidenciando que, após a deposição do espólio, foi encerrada, permanecendo hermeticamente fechada, para o que terá contribuído o carácter plástico dos materiais constituintes do subsolo. A pouca terra existente no seu interior terá, assim, resultado do esboroamento das paredes da própria fossa, por força da infiltração das águas pluviais, justificando esta situação, também, a fractura de dois dos vasos exumados, pela pressão, associada às amplitudes térmicas, provocada por aquela.

A fossa é de planta sub-rectangular, medindo cerca de 0,60 m de comprimento (N-S), 0,40 m de largura e 0,24/0,26 m de profundidade (Fig. 7; Foto 3); situada na parte central do conjunto tumular, foi escavada no substrato argiloso de base.

Do interior desta fossa foram exumados 4 vasos cerâmicos; dois deles apresentavam-se fracturados. O conteúdo de um dos vasos, que se encontrava em posição original, foi recolhido para análise ⁽¹³⁾.

Foi também recolhido um pequeno fragmento de carvão que, cuidamos, não terá significado especial — em termos de interpretação

(13) Em curso no Centro de Pedologia da Universidade Técnica de Lisboa.



Planta da fossa.

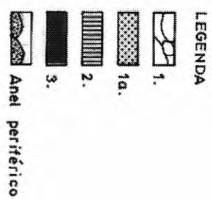
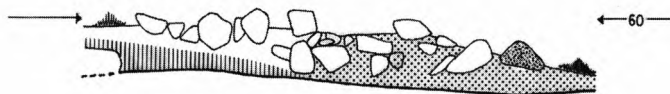
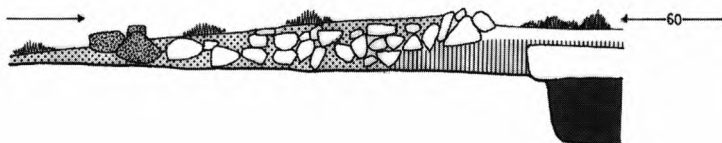


Fig. 7
CASINHA DERIBADA-VISEU
Monumento 3



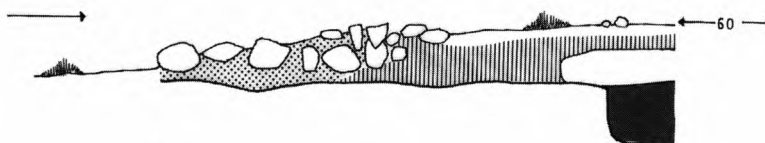
C-8

Corte ESTE-OESTE / Lado SUL



C-8

Corte NORTE-SUL / Lado ESTE



C-7

Corte SUL-NORTE / Lado OESTE



Fig. 8
CASINHA DERRIBADA • VISEU
Monumento • 3

paleoetnológica —, tratando-se, certamente, de madeira carbonizada acidentalmente caída para o seu interior, com a abertura da fossa ou a deposição daqueles materiais.

3.2.2. Monumento 4

O monumento, após os trabalhos de limpeza superficial, mostrava externamente características muito semelhantes às do anterior.

Realizou-se uma primeira planta com o *tumulus* apenas limpo de vegetação (Fig. 9). Fez-se, então, a decapagem dos quadrantes NE e SE, e uma segunda planta, por desenho, à escala de 1: 20, e correspondente levantamento de cotas das pedras mais significativas (Fig. 9).

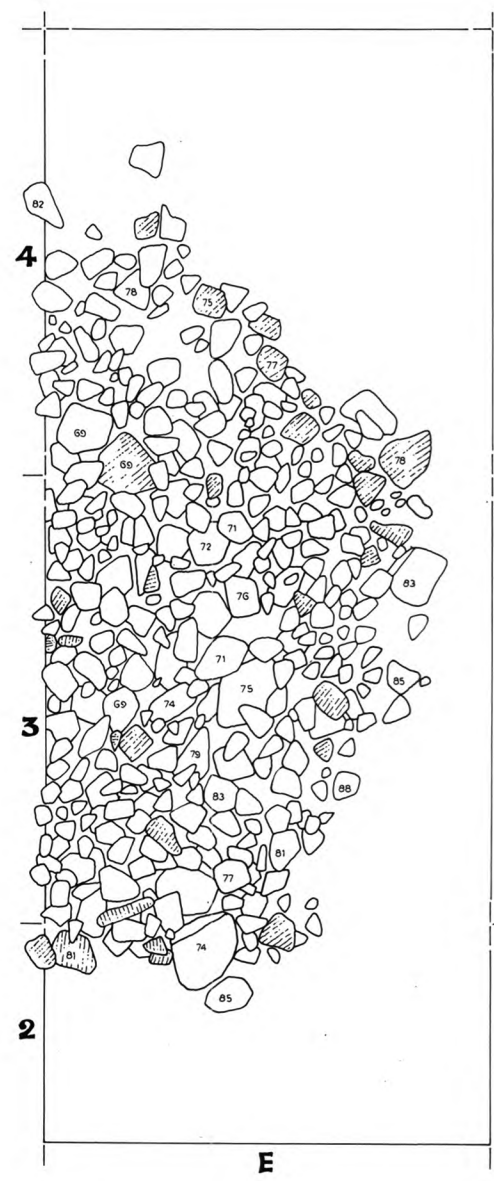
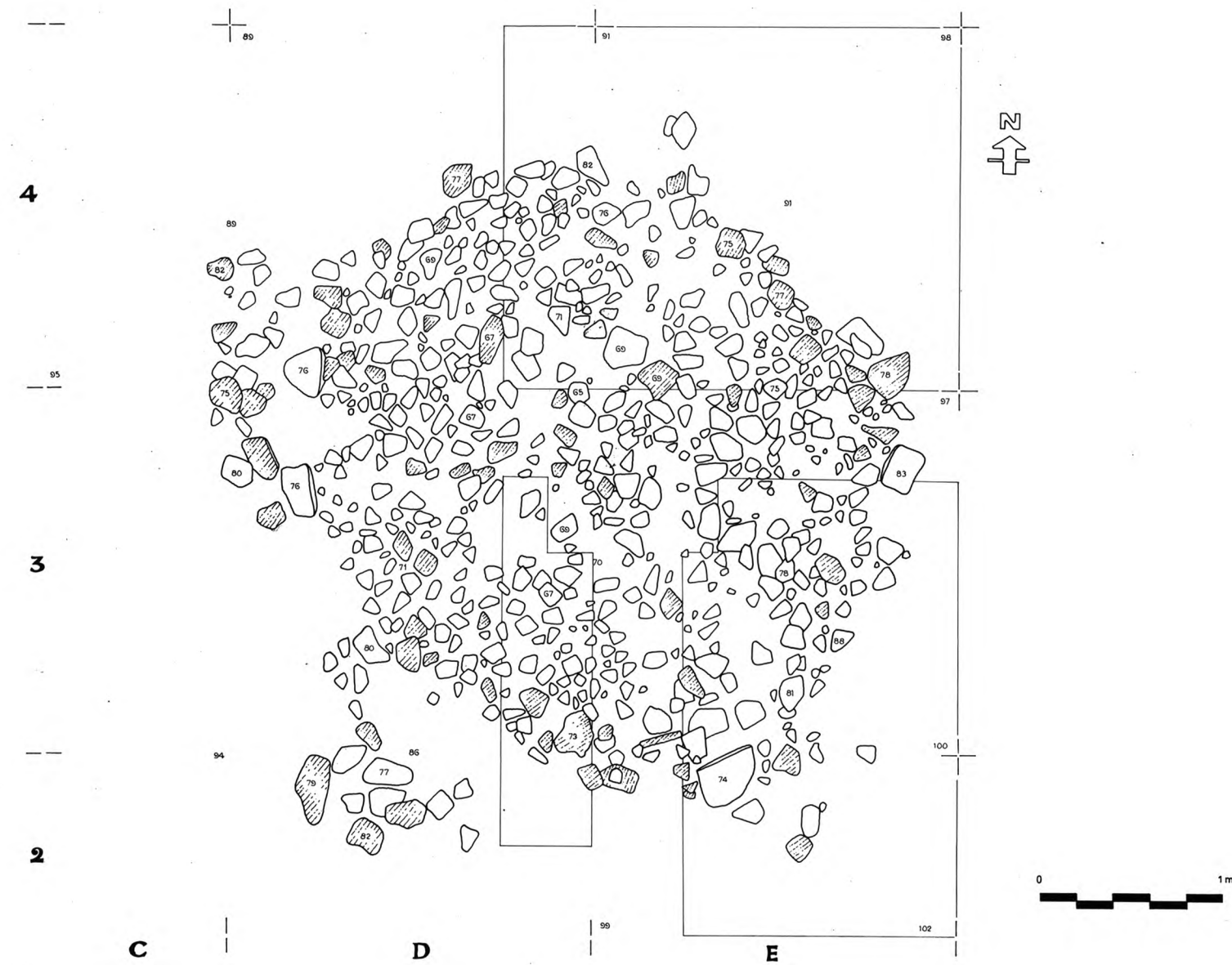
Foram abertas duas sanjas, com 0,50 m de largura: a primeira, longitudinal, no sentido oeste-este, passando pelo centro do monumento; a segunda, perpendicular àquela, no sentido sul-norte; a sua escavação permitiu a realização de dois perfis longitudinais (O-E e E-O).

A estratigrafia evidenciada é semelhante à observada no Monumento 3: as terras do *tumulus*, castanho-amareladas, muito finas e compactas, correspondem à camada 2, depositadas directamente sobre a superfície natural do sítio; a camada 1 diz também respeito às terras do *tumulus* existentes sob a estrutura pétrea de revestimento, um pouco mais escuras (Fig. 10).

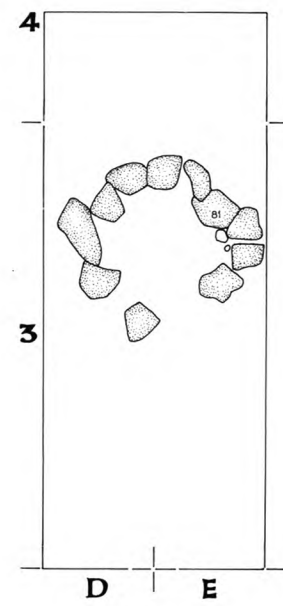
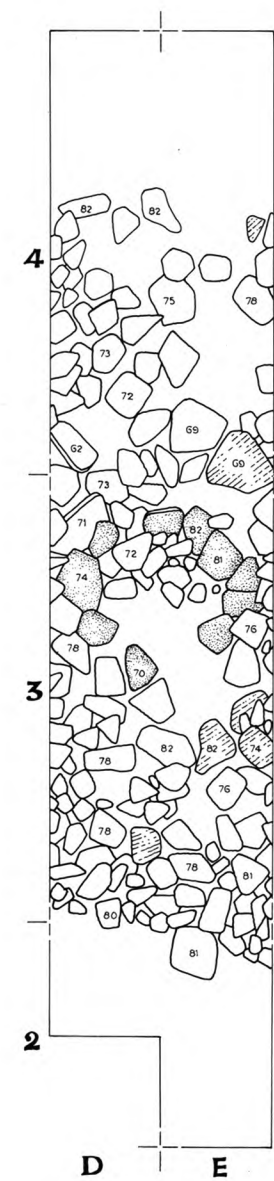
Na parte central desta estrutura pétrea definiu-se o contorno de uma pequena fossa, preenchida com terras negras, carbonosas, contrastando, por isso, com as terras envolventes, constituintes do *tumulus*.

A fossa é de planta ovalada, medindo cerca de 0,45 m de eixo maior e 0,32 m de eixo menor; atingia o máximo de 0,15 m de profundidade; a abertura era acentuada por blocos de quartzo dispostos em círculo (Fig. 10).

Esta fossa, cujas dimensões são bastante reduzidas, foi também aberta no substrato; era recoberta por uma camada de terras, castanho-amareladas, que se estendia muito para além do seu perímetro; a sua espessura não ultrapassa os 0,10 m; sobre estas terras desenvolvia-se então a estrutura pétrea de revestimento, adensando-se particularmente na sua área central (Fig. 9).

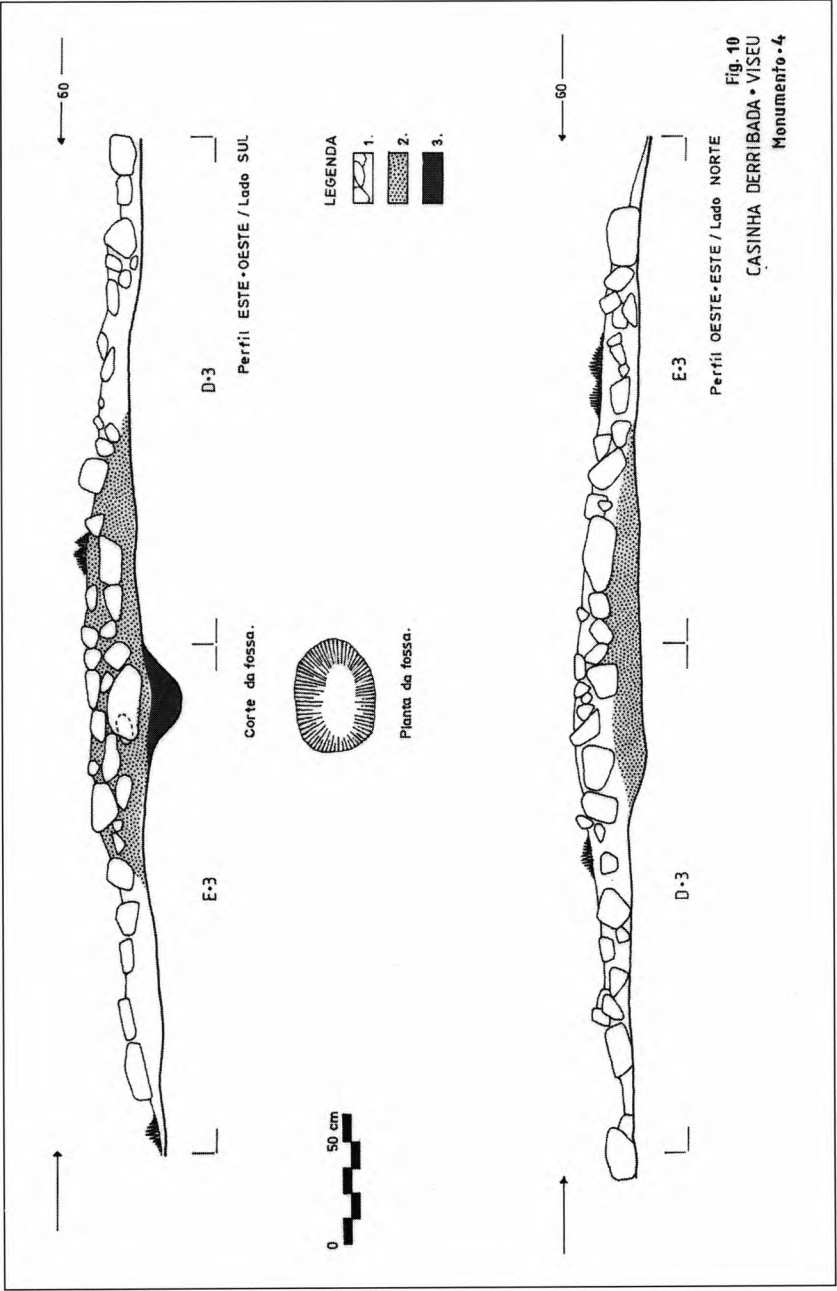


- LEGENDA
- Micaxisto
 - Quartzo / Quartzito
 - Estrutura p tre



	Monumento 4 da CASINHA DERRIBADA ■ Viseu	
	PLANTA ANTERIOR A DECAPAGEM SUPERFICIAL	Fig. 9
	" " APÓS A DECAPAGEM (SECTOR ESTE)	
	" " DA ÁREA DE SONDAGEM	
	" " DA ESTRUTURA CENTRAL	

(Página deixada propositadamente em branco)



3.3. Amostragens paleoambientais

No Monumento 3 foram recolhidas amostras de terra para a realização de análises palinológicas; a amostragem foi realizada em coluna estratigráfica, em 12 de Julho de 1993, em dia seco, não ventoso.

n.º 1 - terras de cor castanho-amarelada, com numerosos elementos grosseiros, por vezes centimétricos; correspondem ao nível de transição entre o substrato e as terras do *tumulus*.

n.º 2 - terras castanho-amareladas, plásticas, com raízes finas e muito finas; terras do *tumulus*;

n.º 3 - terras castanho-amareladas, plásticas, com raízes finas e muito finas; topo das terras do *tumulus*;

n.º 4 - terras castanho-acinzentadas, pouco compactas, com raízes de calibres médio e fino; correspondem aos sedimentos existentes imediatamente sob e entre as pedras da estrutura pétrea de revestimento.

Quadro I — Monumento 3: amostragem antracológica ⁽¹⁴⁾

Am.	Quad.	Coordenadas (cm)				Observações
		x	y	z	z'	
1	D7	15	66	124	11	Lab. C14 Groningen
2	D7	28	92	125	10	
3	D7	46	40	120	11	
4	D7	90	28	121	10	
5	D7	60	25	123	13	
6	D7	59	37	122	11	
7	D7	49	41	121	10	
8	D7	46	74	124	10	
9	D7	31	39	122	10	
10	D7	62	18	122	14	
11	D7	38	66	125	12	
12	D7	43	38	125	12	
13	C8	182	163	126	15	Lab. C14 Groningen
14	C8	162	180	126	16	Lab. C14 Oxford
15	C8	184	192	128	18	Lab. C14 Oxford
16	D7	14	8	96	33	Lab. C14 Oxford

(14) As coordenadas, em cada quadrado com 2 m de lado e o observador orientado a norte, dizem respeito às seguintes medidas: x - distância medida no sentido oeste-este; y - idem, no sentido sul-norte; z - profundidade relativa medida a partir do ponto auxiliar de topografia de cota 0.0; z' - profundidade real.

No âmbito dos estudos antracológicos ⁽¹⁵⁾ recolheram-se no Monumento 3, ao longo dos trabalhos de escavação, nas terras do *tumulus*, 15 amostras de madeira carbonizada, algumas das quais utilizadas em análises radiocarbónicas. Foram também processados, por flutuação, cerca de 15 Kg de sedimentos, recolhidos no quadrado C8 (terras do *tumulus*, castanho-amareladas, que envolviam a laje de cobertura da fossa) (Quadro I).

3.4. Espólio cerâmico

O monumento 3 forneceu, como se disse, quatro recipientes cerâmicos: duas taças e dois vasos de colo alto e abertura estreita (Figs. 11 e 12; Fotos 4 a 6). Apenas o vaso n.º 1 estava em posição vertical, não completamente preenchido de sedimentos, como, aliás, a própria fossa. Uma das taças, completa, estava adossada a este vaso, mas em posição lateral, ocupando a “cabeceira” norte da fossa. Os outros dois recipientes ocupavam a parte central e sul deste espaço; o vaso (n.º 2) estava fragmentado, mas completo, tendo a seu lado a segunda taça, também fragmentada.

Trata-se de dois grupos de vasos, similares, cujo volume preencheria quase totalmente o espaço útil da fossa. Encontrar-se-ão próximo das posições originais, ainda que seja de admitir pequenas deslocações provocadas pela água que, de quando em quando, terá preenchido a cavidade, situação observável na superfície das vasilhas com a inscrustação de sais solúveis; a fragmentação de dois dos recipientes ter-se-á ficado a dever, como já se referiu, à pressão provocada pelo enchimento da fossa com água e às amplitudes térmicas.

1 — vaso completo, de pança ovoide e colo alto, troncoconico, suavemente ligado ao corpo (perfil em S); bordo de extremidade arredondada, levemente esborado; fundo plano-convexo, espessado na parte central; asa de fita, de secção subelíptica, aplicada a partir do bordo até ao arranque do colo; pasta compacta com elementos não plásticos de calibre médio, por vezes grosseiro, à base de areias quartzosas; superfícies polidas, por vezes erodidas,

⁽¹⁵⁾ A análise dos materiais lenhosos macroscópicos foi realizada pela Doutora Isabel Figueiral, investigadora do Instituto Botânico da Universidade de Montpellier (França), colaboração que agradecemos. Vide relatório publicado neste volume.

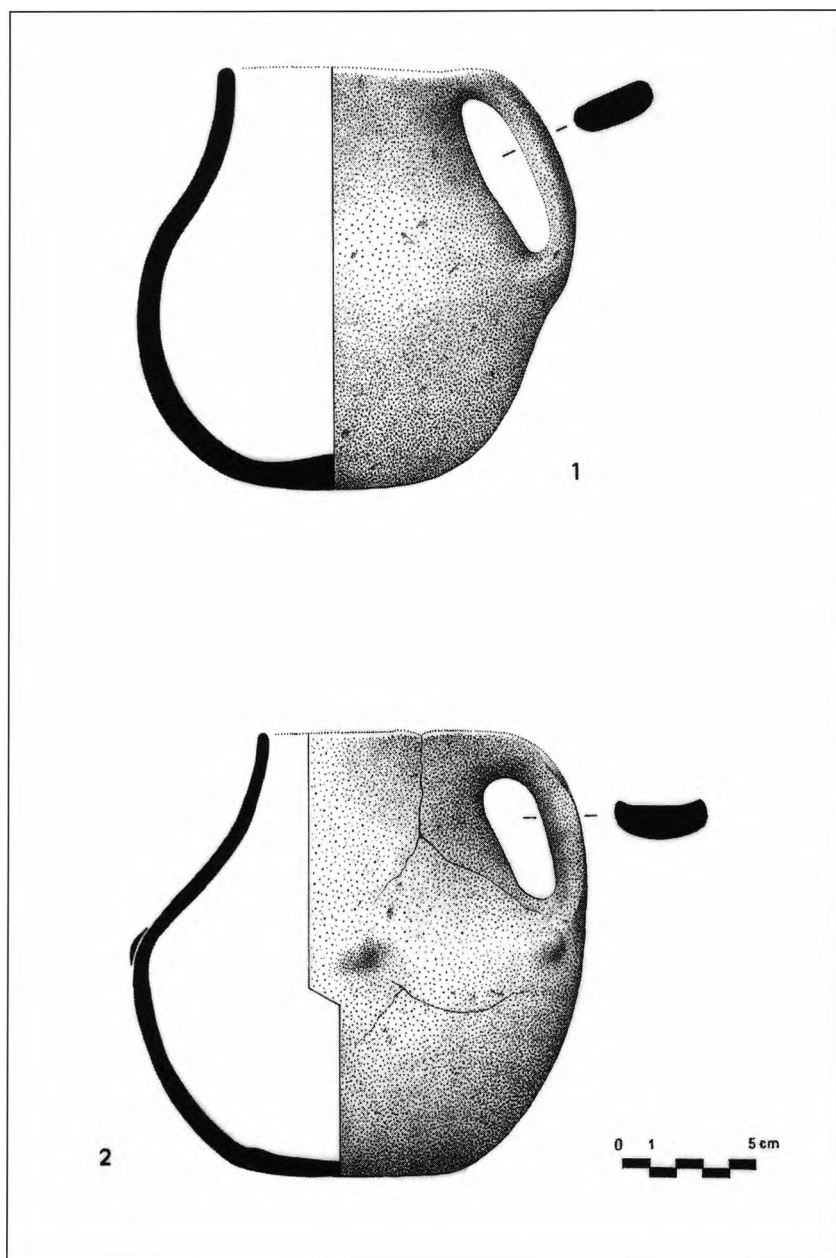


Fig. 11 - Espolio cerâmico.

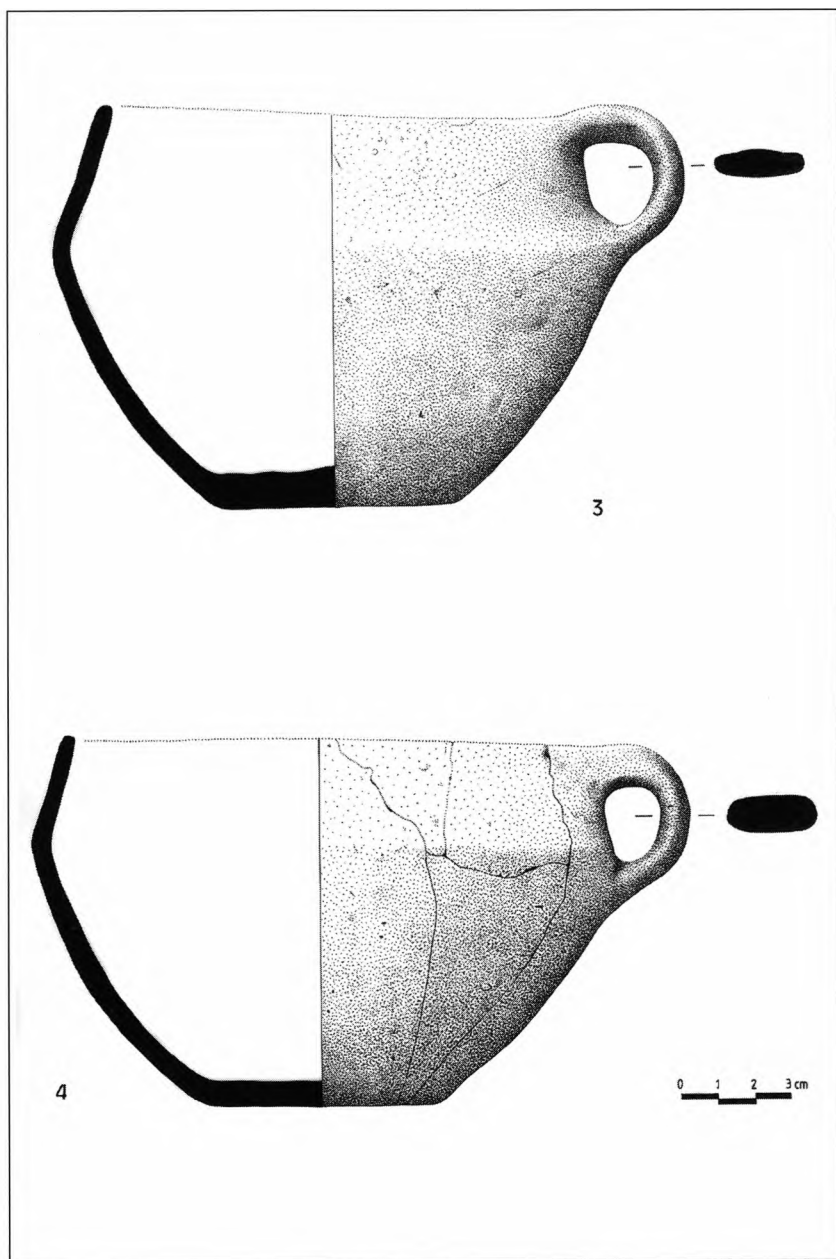


Fig. 12 - Espolio cerâmico.

de cor castanho-acinzentada, com manchas de negro de fumo; medidas: alt. — 15,2 cm; diâm. máx. — 16,3 cm; diâm. da boca — 8 cm; diâm. da base — 6,5 cm; esp. — 0,7-0,9 mm (Fig. 11-1);

2 — vaso completo, de pança ovoide e colo alto, troncoconico, muito inclinado, fechado; ligação do corpo ao colo marcada; bordo de extremidade arredondada; fundo plano-convexo; asa de fita (em bobina), de secção subelíptica, aplicada a partir do bordo até à linha de separação da pança/colo; decoração: 6 mamilos sobre a linha de separação pança/colo; pasta compacta com elementos não plásticos de calibres médio e grosseiro, à base de areias quartzosas; superfícies polidas, por vezes erodidas (a externa e a base), de cor castanho-acinzentada, com manchas de negro de fumo; medidas: alt. — 16,1 cm; diâm. máx. — 16,6 cm; diâm. da boca — 7,6 cm; diâm. da base — 8,5 cm; esp. — 0,45-0,7 mm (Fig. 11-2);

3 — taça completa, de carena média/alta, fechada; bordo inclinado para o interior, de extremidade arredondada; corpo hemisférico; fundo plano, espessado na parte central, com lascamento; asa de fita, de secção sub-rectangular, aplicada a partir do lábio até à carena; pasta compacta, com elementos não plásticos de calibre médio, por vezes grosseiro; superfície externa polida, por vezes brilhante, de cor castanho-avermelhado, com manchas de negro de fumo; medidas: alt. — 10,3 cm; diâm. máx. — 16,9 cm; diâm. da boca — 12 cm; diâm. da base — 6,4 cm; esp. — 0,4-0,55 mm (paredes) e 10,5 mm (base) (Fig. 12-1);

4 — taça completa, de carena alta, fechada; bordo inclinado para o interior, de extremidade arredondada; corpo hemisférico, com pequeno lascamento; fundo plano, com lascamento; asa de fita, de secção subelíptica, aplicada a partir do lábio; pasta compacta, com elementos não plásticos de calibre médio, por vezes grosseiro; superfície externa polida, por vezes brilhante, de cor castanho-avermelhado, com manchas de negro de fumo; medidas: alt. — 9,7 cm; diâm. máx. — 17,7 cm; diâm. da boca — 14 cm; diâm. da base — 6,3 cm; esp. — 0,4-0,55 mm (paredes) e 0,65 mm (base) (Fig. 12-2).

3.5. Laje com gravuras

O encerramento da fossa do monumento 3 foi feito, como se disse, com grande laje de granito, subquadrangular, medindo 0,70 m x 0,65 m, com a espessura de 0,16/0,08 m. A face exterior foi parcialmente regularizada para aplicação de um reticulado, formado por cinco sulcos no sentido do eixo maior (N-S), interceptados por quatro outros, no

sentido oposto, formando espaços aproximadamente quadrangulares; os sulcos, largos, pouco profundos e irregulares, foram obtidos por picotagem (Foto 2). A face interna e os lados da laje não apresentam quaisquer gravuras.

3.6. Datações radiocarbónicas

Foram realizadas 5 análises radiocarbónicas (Quadro II); utilizaram-se amostras de madeira carbonizada recolhidas nas terras que constituíam o *tumulus* (Quadro I). Do interior do covacho foi também extraído um pequeno carvão vegetal (am. 16); embora não se tivesse valorizado excessivamente esta ocorrência, pois tratava-se do único vestígio de material orgânico identificável colhido neste espaço, procedeu-se à sua análise, pois admitia-se que pudesse relacionar-se com a cobertura vegetal existente no sítio à época da construção da estrutura, fosse com a destruição da vegetação pelos construtores para a implantação do *tumulus*, ou carvão residual pré-existente, fornecendo de qualquer modo um *terminus ante quem* para a construção; a fraca possança dos solos à data da abertura da fossa apontaria, em princípio, para a possibilidade de o referido carvão se relacionar com um momento próximo de tal acto.

O resultado da análise deste pequeno carvão é bastante recuado (OxA-4911: 8080190 BP), situável no VIII milénio cal. AC, certamente relacionável com um carvão vestigial existente nas terras do sítio, integrado na fossa por força da sua abertura e o revolvimento daquelas.

A análise GrN-20790:1840 ± 100 BP foi realizada com carvão vegetal recolhido sobre a laje de cobertura; embora estratigraficamente não fosse observável qualquer anomalia de vulto (as terras que cobriam a laje eram similares às que se dispunham à sua volta, ainda que estas estivessem protegidas por um espesso revestimento de pedras), admitiu-se que pudesse de facto fornecer um resultado relacionável com o acto ritual que levou ao acender de uma fogueira sobre a referida laje (a abundância de carvões identificados sobre e em torno desta apontava nesse sentido); mas de facto, era temerário, pois sobre estes carvões estendia-se uma fina camada de terra, ainda que uniforme, com pouco mais de 10 cm de espessura, sendo de admitir a ocorrência de incêndios naturais, bem como a infiltração de elementos carbonosos mais recentes sem que tal fosse observável na estratigrafia. O resultado aponta para

Quadro II — Datações radiocarbónicas do Monumento 3 da Casinha Derribada

Ref. Lab.	Datação	Calibralo (AC)							Tipo de amostra	Obs.	
		(Stuiver e Pearson, 1993; Pearson e Stuiver, 1993; Pearson et al. 1993; Linick et al., 1986)									
		BP	Inter- cepção	Método A		Método B					
				1 sigma	2 sigma	1 sigma	%	2 sigma			%
GrN*20790	1840±100	215 AD	75-264 AD 281-329 AD	36 AC-420 AD	77-263 AD 283-327 AD	84 16	32-16 AC 9-416 AD	1 99	carvão vegetal	am. 5; sobre a laje de cobertura	
GrN-21303	31201110	1401	1511-1259 1233-1227	1620-1044	1513-1257 1236-1222	96 4	1617-1048	100	carvão vegetal	am. 13; terras do "tumulus", sob revestimento pétreo	
Ox-A-5291	2985160	1252 1246 1209	1302-1274 1269-1117	1395-1006	1308-1115	100	1387-1336 1325-1021	8 92	carvão vegetal	am. 14; terras do "tumulus", sob revestimento pétreo	
Ox-A-4910	3115165	1398	1430-1304 1271-1270	1515-1252 1247-1207	1435-1296 1282-1268	93 7	1516-1202 1172-1169	100 0	carvão vegetal	am. 15; terras do "tumulus". sob revestimento pétreo	
Ox-A-4911	8080190	7035	7232-7229 9196-7184 7138-7123 7090-6997 6918-6898 6839-6786	7298-6648	7245-7219 7203-7177 7144-7117 7099-6993 6962-6863 6845-6772	6 7 7 35 24 20	7296-6691 6687-6654	98 2	carvão vegetal	am. 16; Interior da fossa	
média pond. (GrN-21303 Ox-A-5291 Ox-A-4910)	3056142	1311	1391-1332 1329-1260 1231-1229	1411-1194 1183-1164 1141-1138	1388-1336 1326-1262	44 56	1410-1197 1180-1165 1140-1139	98 2 0	Teste estatístico T' - 2.47 Xi2 (.05) - 5.99		

um momento situável nos primeiros séculos da nossa era, não se relacionando, seguramente, com a construção em estudo.

As restantes análises preferenciaram carvões vegetais identificáveis com o mesmo contexto (fogueira realizada sobre a laje de

Conimbriga, 37 (1998), 5-76

Method R

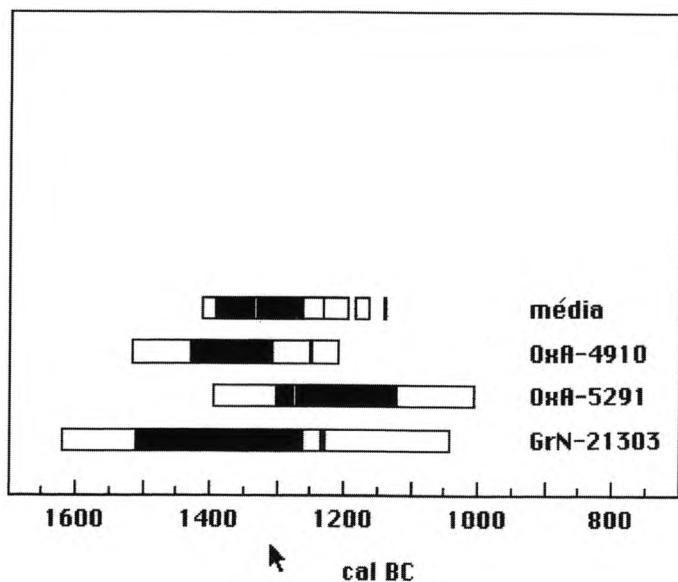


Fig. 13 - Representação gráfica das datações radiocarbónicas calibradas do monumento 3 da “Casinha Derribada”. Período convencional “Libby” de 5568 anos e intervalos de confiança de ± 1 sigma (68,26%) e ± 2 sigma (95,46%). “Radiocarbon Calibration Program, rev. 3.0.3c”, Quaternary Isotope Laboratory, University of Washington, com curva de 20 anos (seg. Stuiver e Reimer, 1993). Método A. Vide Quadro II.

cobertura da fossa), mas oferecendo melhores condições de conservação em termos de estratigrafia, ou seja, existentes nas terras castanho-amareladas que cobriam a laje, formando um pequeno *tumulus* em seu tomo, mas sob a estrutura de pedras que foi depositada sobre aquelas.

Os resultados das análises GrN-21303 (3120 ± 110 BP), OxA-5291 (2985 ± 60 BP) e OxA-4910 (3115 ± 65 BP) são consistentes e estatisticamente semelhantes (Quadro II, Fig. 13). GrN-21303, com um desvio-padrão mais elevado, apontará para um período aproximado de finais do século XVII e meados do século XI cal. AC; para o intervalo de confiança de 1 sigma, a probabilidade estatística de que a referida fogueira tenha sido realizada entre finais do século XVI e meados do século XIII cal. AC é bastante elevada (96%).

OxA-5291 e OxA-4910 apresentam desvios-padrão mais reduzidos; a primeira, para o intervalo de confiança de 2 sigma, permite definir um período de inícios do século XIV e finais do século XI cal. AC; a segunda, para o mesmo intervalo, compreende o período de finais do século XVI e finais do século XIII cal. AC.

Estas três análises apontam para um período máximo situável entre os finais do século XVII e os finais do século XI cal. AC. (Fig. 13).

Trata-se de resultados semelhantes, obtidos com amostras diferentes mas dizendo respeito, em princípio, ao mesmo contexto arqueológico; as análises foram, por outro lado, realizadas em laboratórios diferentes. Será, cremos, aceitável a sua ponderação.

Se valorizarmos as datações com menores desvios-padrão e, particularmente, a média ponderada destes três resultados, é admissível que o que se pretende datar se situe entre finais do século XV e meados do século XII a.C. ⁽¹⁶⁾, cronologia que, numa primeira abordagem da questão, é aceitável para definir o momento de construção e actos rituais que ocorreram no monumento 3 da “Casinha Derribada”, extensível, certamente, aos monumentos 4 e 5, que lhe estão próximos, estruturalmente similares, ainda que sejam diversas as estruturas existentes no seu interior.

Sem dúvida que será possível aferir estes parâmetros com novas datações de amostras deste monumento e, sobretudo, com os resultados das análises que venham a ser realizadas com amostras do Monumento 2.

(16) Vide nota 2.

4. Monumento 5

4.1. Metodologia da escavação

Numa primeira fase, após os registos fotográficos iniciais, procedeu-se ao corte da vegetação rasteira, numa área de 144 metros quadrados, correspondendo a um quadrado de 12 metros de lado, orientado, tal como nos monumentos anteriores, segundo o norte magnético. A implantação deste *tumulus* fez-se em terreno não acidentado mas em plano levemente inclinado para SO, correspondendo ao início da encosta sobranceira à povoação de Póvoa de Mundão (Figs. 15 a 17; Foto 7).

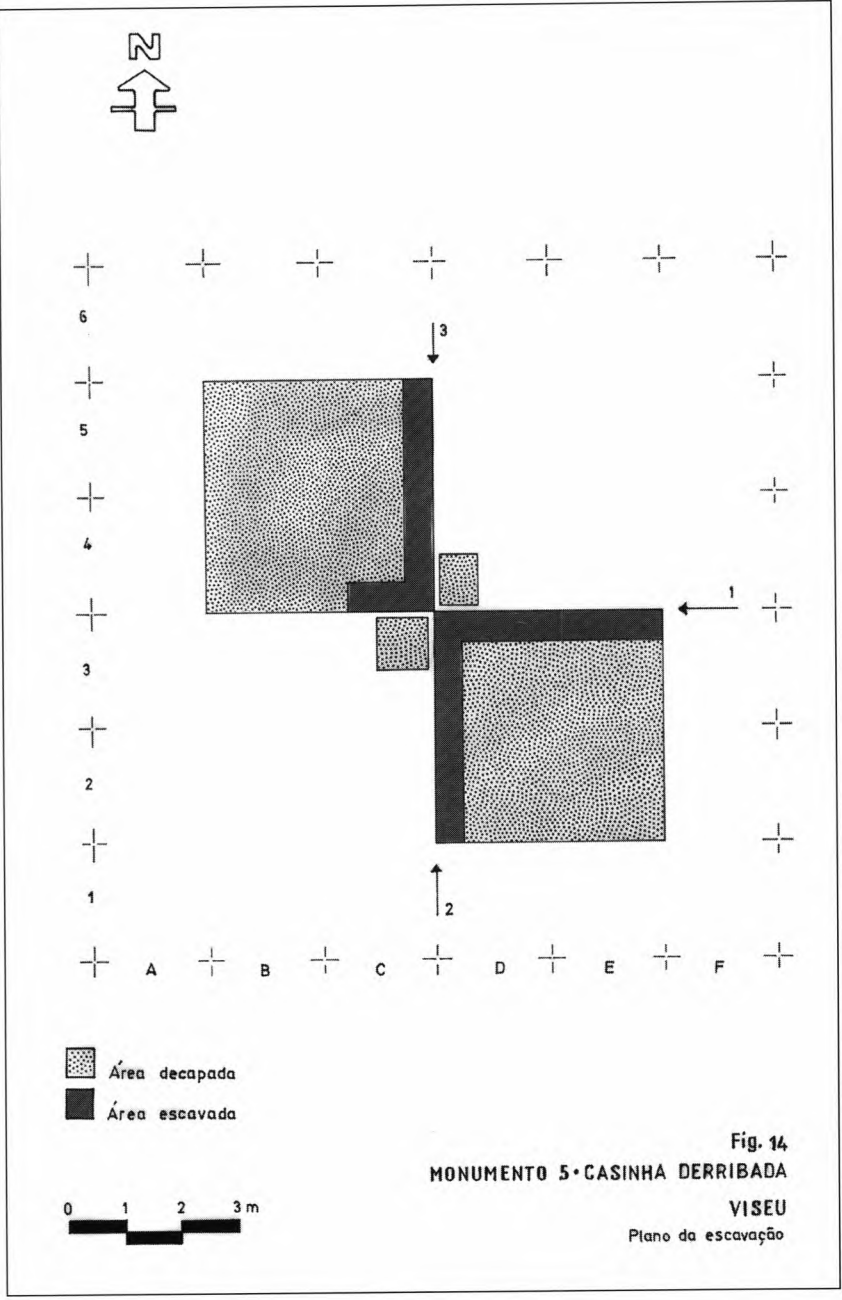
Após as limpezas superficiais dividiu-se o espaço atrás referido em quadrados de 2 m de lado. A cada um dos quadrados, no eixo O-E, foram atribuídas letras, de A a F; no eixo S-N, números de 1 a 6 (Fig. 14).

Procedeu-se ainda ao levantamento topográfico de uma área adjacente à quadriculagem com, para cada um dos lados, 28 m no eixo O-E e 24 m, no eixo N-S; o ponto de cota 0.00 convencional reporta-se ao topo de um afloramento rochoso — micaxisto — existente a aproximadamente 11 m, para NE, da área central do monumento. As leituras resultantes, com aproximação ao centímetro, são todas negativas (Fig. 15 a 17).

4.2. Descrição dos trabalhos

O Monumento 5 apresentava-se, à data do início dos trabalhos, como um pequeno montículo, constituído quase na sua totalidade por elementos pétreos de pequenas e médias dimensões, parcialmente “disfarçado” no meio da vegetação arbustiva que o cobria. Aparentemente, e com excepção de uma ligeira depressão na sua área central, não mostrava sinais evidentes de remeximentos profundos, nem vestígios do tipo de estrutura que, eventualmente, poderia encerrar.

Fez-se a decapagem da reduzida camada de terra humosa superficial que o cobria, nos quadrantes SE e NO, verificando-se então que se tratava de um pequeno *tumulus*, em pedra, de planta circular, medindo cerca de 5,10 metros de diâmetro, fundamentalmente constituído por pequenos e médios blocos de quartzo e quartzito, de cor



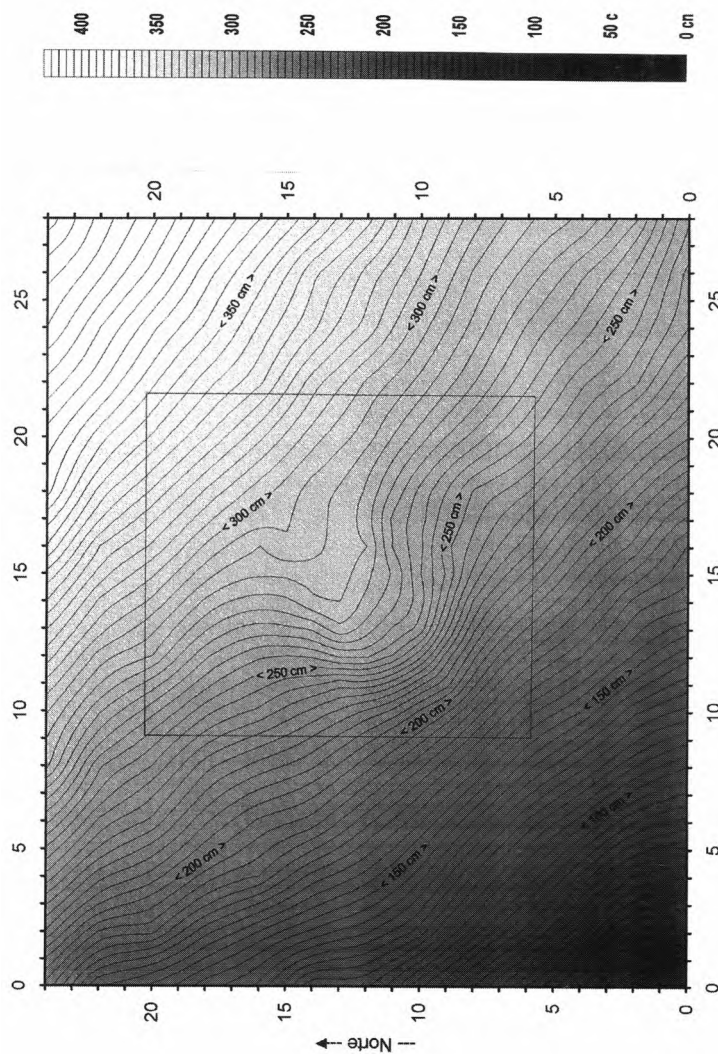


Fig. 15 - Planta topográfica do monumento 5 da “Casinha Derribada” e área envolvente. Curvas de nível equidistantes 0,05 m. Aplicação do programa informático Surfer, versão 5.0.

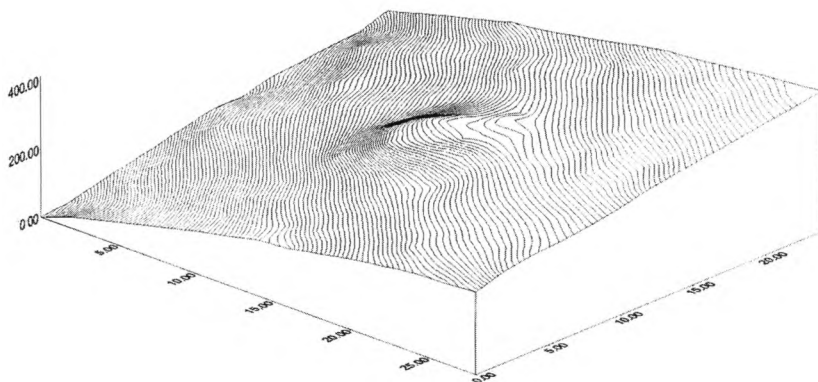


Fig. 16 - Monumento 5 da “Casinha Derribada”. Visualização perspectiva, de SE-NO, com curvas de nível equidistantes 0,05 m. Aplicação do programa informático Surfer, versão 5.0.

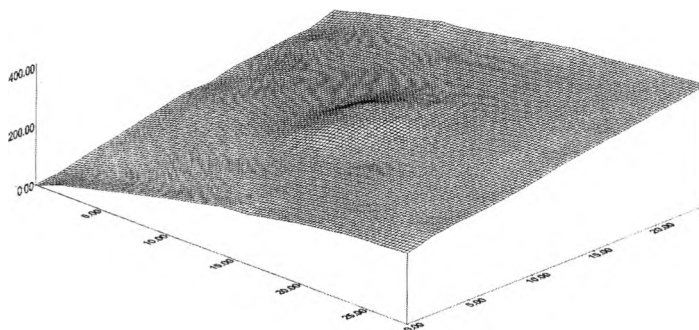
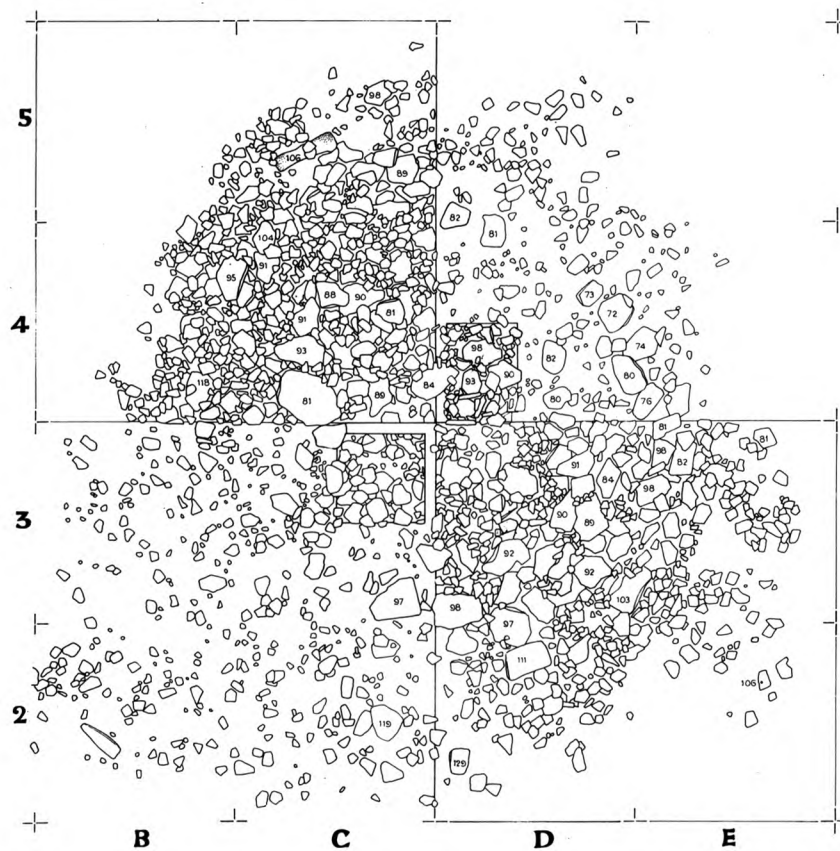
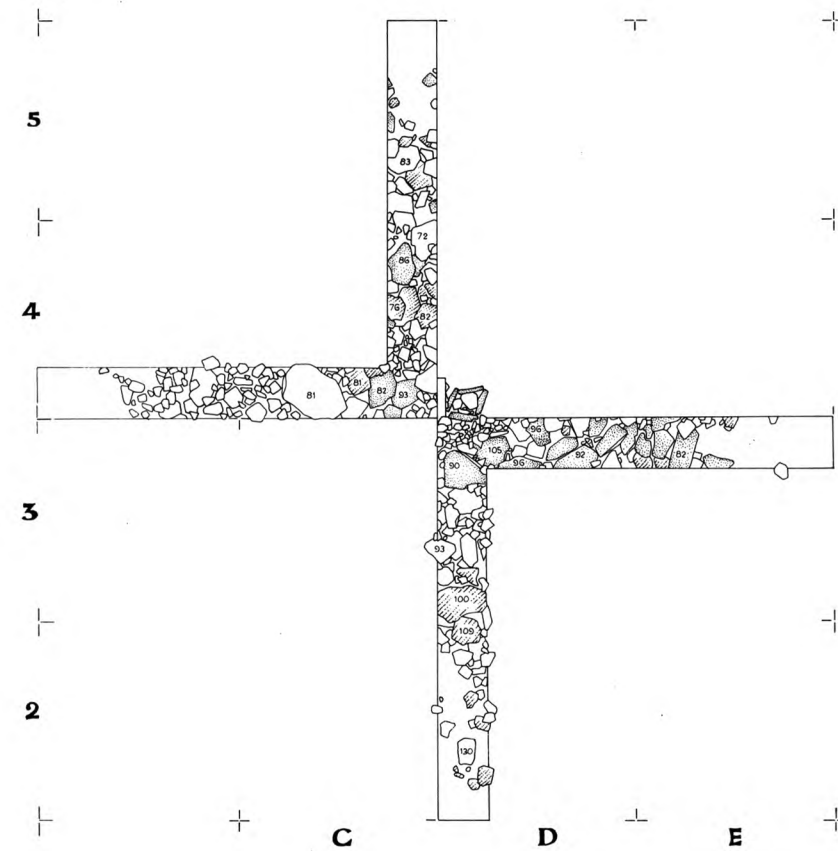
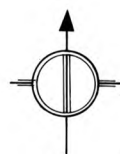


Fig. 17 - Monumento 5 da “Casinha Derribada”. Visualização perspectiva, com linhas de intersecção das coordenadas geográficas com a superfície do terreno (“wire frame”), de SE-NO, com curvas de nível equidistantes 0,05 m. Aplicação do programa informático Surfer, versão 5.0.

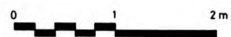


1ª. FASE



2ª. FASE

LEGENDA



	MONUMENTO 5 DA CASINHA DERRIBADA ■ VISEU	
	PLANTAS: 1ª. e 2ª. FASE	
	Fig. 18	

(Página deixada propositadamente em branco)

esbranquiçada, a que se associavam, por vezes, algumas lajes de granito e micaxisto; perifericamente, os blocos eram mais volumosos, definindo o limite exterior da estrutura (Fig. 18). Por outro lado, observava-se a sua reduzida volumetria, pouco se destacando do relevo natural — c. de 0,35 m de altura.

A decapagem do quadrante SE revelou ainda, na sua extremidade NO, o topo de uma delgada laje granítica, colocada na vertical, indiciando a existência de uma possível estrutura central. Prolongou-se então a decapagem para as extremidades dos quadrantes NE (0,70 m x 1 m) e SO (quadrado com 0,90 m de largura).

Na parte central do monumento tomavam-se visíveis os topos dos elementos pétreos de uma estrutura cistóide, de planta subquadrangular, composta por quatro delgadas lajes graníticas (Fig.

18); não foi localizada qualquer laje que pudesse ter servido de tampa. O seu interior estava cheio de terra e pedras, por vezes sobrepondo-se às lajes da estrutura que agora aflorava. Este tipo de enchimento, aliás, manteve-se sem grandes alterações até à base⁽¹⁷⁾.

A cista, que terá sofrido, no sentido SE, uma ligeira distorção, provocada talvez pelo esvaziamento do seu conteúdo, apresentava as lajes que a constituíam colocadas quase na vertical e sobrepostas nos seus ângulos. Mediam cerca de 0,30 m de comprimento e 0,10 m de espessura média, definindo um espaço subquadrangular com, sensivelmente, 0,40 m de lado (exterior), e 0,50 m de altura. No interior, a largura média rondava os 0,25 m. Sobrelevava-se acima do substrato rochoso c. de 0,34 m, penetrando nele os restantes 0,16 m (Fig. 19; Foto 8).

Após a realização do primeiro registo planimétrico, por desenho, à escala de 1:20, registo fotográfico e cotagem dos blocos mais significativos, seguiram-se os trabalhos de escavação, abrindo-se, para o efeito, quatro sanjas (norte, sul, oeste e este), com 0,50 m de largura, interceptando-se na parte central do monumento (Figs. 14 e 18). A desmontagem da estrutura pétrea e o desenvolvimento da escavação permitiu a observação interna do *tumulus* e o seu estudo, com a realização de três perfis longitudinais (Fig. 19).

⁽¹⁷⁾ Este enchimento, após violação do seu conteúdo, poderá ser já relativamente antigo. Ainda assim, fez-se a recolha, a diferentes profundidades, de quatro amostras de terra, visando posteriores análises, nomeadamente a determinação dos teores de fósforo.

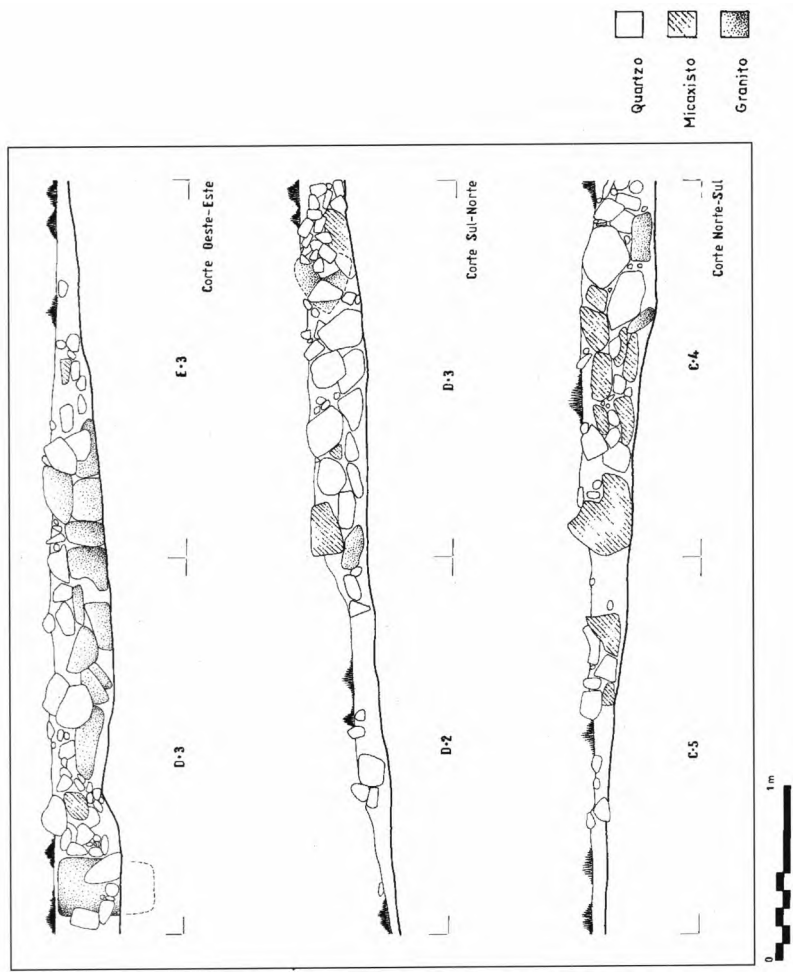


Fig. 19 - Corte O-E, S-N e N-S do monumento 5 da "Casinha Derribada".

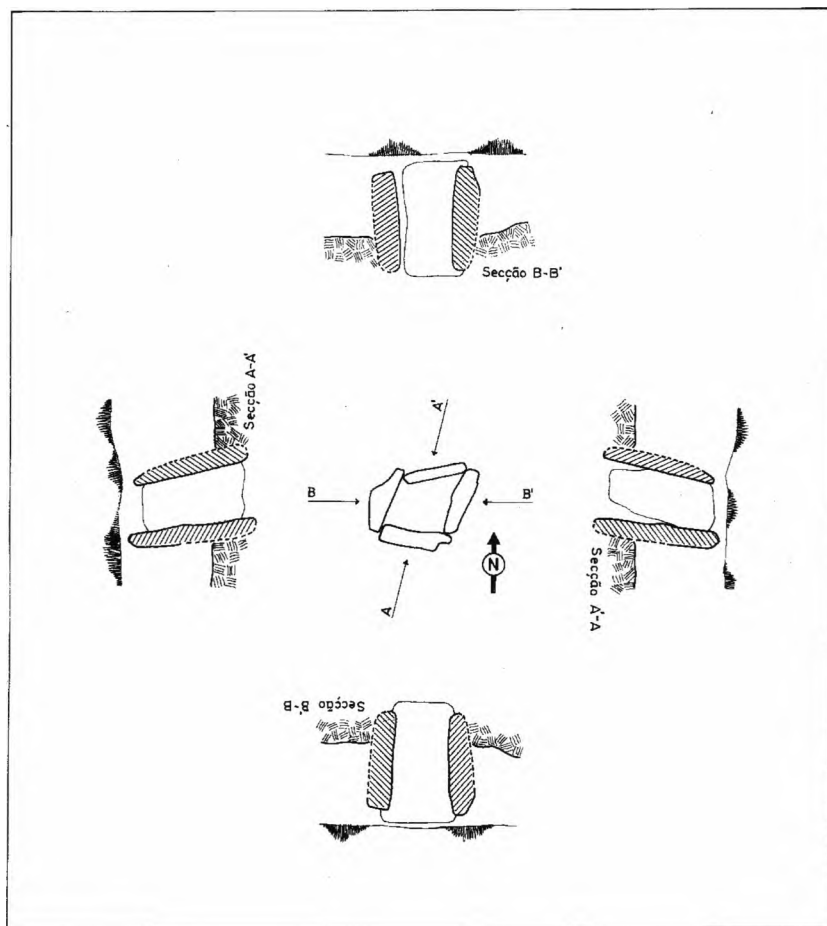


Fig. 20 - Planta da cista ao nível superior e vistas em secção.

Assim, foi possível identificar, nas sanjas oeste e sul, dois blocos graníticos, de maiores dimensões, colocados em posição oblíqua, acompanhando o pendor do *tumulus*; o espaço entre estes e as lajes da cista foi preenchido com blocos de quartzo de pequenas dimensões, constituindo uma pequena estrutura de contrafortagem da cista. De assinalar, por fim, que as lajes de granito constituíam a matéria-prima mais utilizada no interior do “cairn”, preferenciando-se, aparentemente, os blocos de quartzo e de quartzito para a superfície exterior.

Na sanja norte, entre o “cairn”, recolheu-se um pequeno seixo rolado, em quartzito, de contorno ovalado, com cerca de 3 cm de eixo maior; provém do quadrado C4, com as seguintes coordenadas: X - 1,86 m; y - 0,58 m; z - 1,04 m.

4.3. A estratigrafia

O monumento 5, a partir da análise de três perfis, proporcionou uma estratigrafia bastante simples, constituída exclusivamente por uma reduzida camada de terra, superficial, de cor castanho-acinzentado, pulverulenta, por vezes um pouco mais escura e ligeiramente mais compacta nos seus níveis inferiores, terras que, gradualmente, se foram infiltrando por entre as pedras constituintes do “cairn” (Fig. 19).

Assim, face à reduzida possança do corte, não foram efectuadas quaisquer recolhas de amostras de terra para a realização de estudos paleoambientais. Refira-se ainda a inexistência de elementos carbonosos.

5. Protecção e conservação

Findos os trabalhos de escavação, em cada um dos monumentos foram realizados trabalhos de protecção e conservação: preenchimento das fossas, no caso dos monumentos 3 e 4, com terra local, previamente isoladas com manga de plástico, reconstituição do *tumulus*, com terra e pedras, prestando ao monumento o aspecto que apresentava originalmente. De igual modo, no monumento 5 procedeu-se ao enchimento, com terra e pedras, da área escavada; a cista foi cheia, quase na sua totalidade, com terra, de forma a consolidá-la e mantê-la observável.

6. Apontamentos finais

1.

Os trabalhos desenvolvidos no grupo de monumentos da “Casinha Derribada” permitiram a confirmação do carácter arqueológico destes pequenos montículos de quartzo leitoso e, por isso, eventualmente confundíveis com as aflorações desta rocha, que é abundante neste sector da serra do Mundão.

A dificuldade de identificação prendia-se também com o facto deste tipo de construção não ser habitual do registo arqueológico na região da Beira Alta, não se conhecendo igualmente o seu significado e âmbito cronológico, ainda que desde logo se tivessem relacionado com as pequenas “mamoas” da Fonte da Malga (Cota, Viseu) [Kalb e Hock, 1979].

Mais visíveis com a ocorrência de incêndios nos primeiros anos da década de 90, destacavam-se não tanto pelas dimensões nem pelo volume das suas massas tumulares, extremamente insignificante, mas sobretudo pela ocorrência em terrenos topograficamente pouco acidentados, desprovidos de vegetação — tal como acontecia quando os observámos pela primeira vez —, para além da regularidade dos perímetros das construções e contraste visual provocado pela concentração de blocos de quartzo, de tons claros.

Neste contexto, o monumento 1, implantado junto ao marco geodésico da “Casinha Derribada”, de maiores dimensões — c. de 13 metros de diâmetro —, e volumetricamente bastante mais destacado no terreno (aprox. 1 m de altura), é um pouco discrepante; a topografia do terreno presta-lhe, por outro lado, relativa monumentalidade e um controlo visual de todo o espaço envolvente.

Admitimos inicialmente, no seguimento de A. Girão [1921-22], que se tratasse de um *tumulus* de cronologia bastante anterior, eventualmente megalítico. Tal hipótese carece de verificação. Na verdade, apenas as dimensões e volume o sugerem, desconhecendo-se o tipo de estrutura que terá contido; de resto, construtivamente parece enquadrar-se na solução generalizadamente adoptada neste grupo tumular, verificando-se também a utilização profusa da rocha filoniana já referida.

Os restantes monumentos, aliás, embora unidos pela reduzida volumetria, apresentam dimensões variáveis. É de admitir, por isso, que

não haja um distanciamento temporal significativo entre este *tumulus* e os que lhe estão próximos. A confirmar-se esta hipótese, acentua-se a diversidade evidenciada pelos *tumuli* da “Casinha Derribada”, quer quanto às estruturas que encerram, quer quanto às dimensões e volumetria⁽¹⁸⁾.

Para além destes aspectos, será de relevar o facto destas construções terem sido implantadas na cumeada do relevo; de elevada altitude, impõe-se no contexto geográfico local, parecendo haver nisso intencionalidade.

2.

Os monumentos 2, 3, 4 e 5 são externamente semelhantes; com excepção do último, estavam intactos. Estruturalmente podemos considerá-los pequenos “cairns”, construídos com a acumulação de pedras, recolhidas nas imediações, com destaque, como dissemos, para o quartzo. Apenas nos monumentos 3 e 4 poderemos falar da existência de um *tumulus* em terra, mas que na verdade corresponderá a uma pequena acumulação de sedimentos em tomo da laje de cobertura da fossa, no caso do monumento 3, e dos blocos colocados à volta da cavidade do monumento 4, sobre os quais foram colocadas as lajes e blocos de pedra que constituem a protecção mais superficial da construção. O monumento 5, assim como o 2, correspondem a estruturas inteiramente construídas em pedra⁽¹⁹⁾.

Em todos, utiliza-se como matéria-prima primária o quartzo e o quatzito, mas também o granito e o micaxisto; o segundo é expressivo apenas no monumento 5. De resto, o quartzo e o micaxisto são aqui materiais abundantes; apenas o granito obrigaria a uma colheita em área um pouco mais distanciada.

⁽¹⁸⁾ Situação que é similar à dos *tumuli* da “Senhora da Ouvida”, no concelho de Castro Daire. Escavações, inéditas, de R. Vilaça e D. J. Cruz (1995).

⁽¹⁹⁾ O monumento 2 da “Casinha Derribada” foi escavado em 1995 por D. J. Cruz, L. F. L. Gomes e P. M. S. Carvalho. Rei. inédito.

3.

Os monumentos 3 e 4 continham no seu interior, sensivelmente ao centro, fossas abertas no substrato: de planta sub-rectangular (contendo um conjunto de quatro vasos), coberta com grande laje insculturada — monumento 3; de pequenas dimensões, de contorno ovalado, pouco profunda, cujo perímetro era definido por blocos de quartzo, contendo terra carbonosa e cinzas, resultantes de fogueira realizada directamente no local, posteriormente encerrada com lajes e blocos de pequenas dimensões similares à da estrutura envolvente — monumento 4.0 monumento 5, uma cista de planta subquadrangular, centrada, formada por quatro delgadas lajes graníticas — denotando regularização —, definindo um espaço interno de abertura reduzida, sensivelmente 0,25 m de largura e 0,50 m de profundidade; já remexida, não apresentava laje de cobertura.

A heterogeneidade evidenciada por este grupo de monumentos é ainda mais acentuada se olharmos para o monumento 2, em cujo centro se identificou uma pequena fossa, mas maior que a revelada pelo monumento 3, com as paredes ladeadas por lajes e blocos em posição subvertical. Desconhecemos as características da estrutura contida pelo *tumulus* 1, que lhe fica muito próximo.

4.

Este tipo de construção tumular não é, de facto, tão singular como poderia parecer. Sequentes trabalhos de prospecção conduziram à identificação de outras, com características externas similares, computando-se hoje em cerca de cinco dezenas: três *tumuli* na Serra da Muna (Campo, Viseu) ⁽²⁰⁾, os núcleos de “Caramêlo” e de “Mazigueira” (Tondela), com três e seis (ou sete) *tumuli*, respectivamente, o vasto conjunto (cerca de 3 dezenas) da “Senhora da Ouvida” (Monteiras/Mouramorta, Castro Daire) ⁽²¹⁾, o núcleo da “Casa da Raposa” (quatro) e o *tumulus*, aparentemente isolado, do “Pousadão” (Pendilhe, Vila Nova de Paiva).

⁽²⁰⁾ Os monumentos 1 e 2 foram escavados em 1994 e 1995 por D. J. Cruz, R M. S. Carvalho e L. F. C. Gomes. Rei. inéditos.

⁽²¹⁾ Vide nota 18.

Anteriormente haviam já sido referenciados os monumentos 2 e 3 de “Moinhos de Vento” (Secarias, Arganil), nas proximidades do dolmen com o mesmo nome ⁽²²⁾, e o monumento de “Víbora” (Oliveira do Conde, Carregai do Sal) ⁽²³⁾, localizado junto ao marco geodésico com aquela designação, nas proximidades (c. de 750 m para sul e sul-sudoeste respectivamente) do povoado do Ameal VI e da Orea dos Fiais da Telha, cujas características, pelas descrições feitas, permitem aproximá-los dos monumentos em análise e uma atribuição cronológica, pelo menos genérica, da Idade do Bronze.

Neste contexto integrar-se-á a necrópole de mamoas da “Fonte da Malga” (Cota, Viseu), onde foram identificados seis pequenos montículos de pedra, nas proximidades de dois monumentos megalíticos ⁽²⁴⁾. Um dos *tumuli* revelou uma cista central feita com quatro lajes de xisto, cuja cronologia, a partir dos fragmentos de um vaso cerâmico, nomeadamente da asa, foi atribuída ao Bronze Final, no âmbito da cerâmica “Baiões/St.^a Luzia”; o dolmen simples integraria nas terras do *tumulus* também uma cista, semelhante à do “cairn”, de que se

⁽²²⁾ O monumento 2, com cerca de 7,5 m de diâmetro, era constituído por uma fossa central, cuja escavação atingiu o substrato, medindo 1 m de diâmetro, desenvolvendo-se “cerca de 90 cm abaixo do topo do cairn”; era coberta por um cairn central, à base de pedras de quartzito, com 4,5 m de diâmetro. “Uma depressão em forma de coroa circular separava-o de um múrete de terras argilosas com alguma pedra miúda, aquela com cerca de 1,5 m de largura, enquanto este teria cerca de 2 m de largura”. O monumento 3 seria similar, com fossa central medindo 1,3 m de diâmetro máximo. Ambos estariam já remexidos. Cfr. Senna Martinez, 1989, pp. 132-136; vide também, Senna Martinez, 1983-84.

⁽²³⁾ “... verificámos existir, aflorando à superfície, num local onde os granitos de base afloram praticamente sem cobertura sedimentar, um “cairn” de pedras de médias dimensões em granito e quartzito, circundado a curta distância por um anel igualmente baixo de pedra. (...) As suas dimensões, calculadas a partir do referido levantamento [topográfico], são cerca de 11 m no sentido norte/sul por cerca de 9 m no sentido nascente/poente. O “cairn” central terá cerca de 4,4 m por 3 m, com a mesma orientação geral do “monumento”, enquanto o anel exterior teria cerca de 1 m a 1,5 m de largura”. Cfr. Senna Martinez, 1989, pp. 141-142.

⁽²⁴⁾ Posteriormente, em trabalhos de prospecção, foi identificado pelos autores deste trabalho um novo monumento, um pouco distante do núcleo central; trata-se também de um *tumulus* com cerca de 7-8 m de diâmetro, muito baixo, aparentemente intacto.

observaram alguns vestígios, registando-se, assim, o reaproveitamento de um antigo monumento (Kalb e Höck, 1979; Kalb, 1993).

A necrópole do “Paranho” (Molelos, Tondela), recentemente reestudada, corresponde também a um grupo de seis cistas, semelhantes às da “Fonte da Malga”, “Casinha Derribada” (mon. 5) e de “Mazugueira” (mon. 2), integrada em área definida por um semicírculo de pedras fincadas com 5 m de diâmetro. O espólio e as datações radiocarbónicas entretanto realizadas permitem enquadrá-las no Bronze Final, sensivelmente entre meados do séc. XII a. C. e os finais do séc. XI a. C. e relacioná-las com uma possível exploração agrícola de carácter familiar que poderá ter existido nas proximidades (Cruz, 1997 a) ⁽²⁵⁾.

Será aqui de referir, por fim, a “cista” da “Quinta do Paço”, em Moçamedes (S. Miguel do Mato, Vouzela) que, pela descrição e avaliação de J. Coelho, poderá integrar-se neste contexto ⁽²⁶⁾.

Recentemente, na Beira Baixa, região onde não têm sido identificadas estruturas de carácter funerário atribuíveis ao Bronze Final ⁽²⁷⁾, foram escavadas duas construções, interpretadas como possíveis bases de cabana, com utilização funerária (pelo menos em um dos casos); trata-se do sítio do “Monte de S. Domingos” (Malpica do Tejo, Castelo Branco): o monumento 1 corresponde a uma construção de planta circular, com abertura a SE, feita com lajes fincadas, suportadas exteriormente por blocos e lajes, medindo 3,5 m de diâmetro, em cuja parte central foi recolhida, para além do reconhecimento da prática de fogo sobre o solo original, uma taça de carena alta e fragmentos de dois outros recipientes; o monumento 2, similar ao anterior, com abertura também a SE, mede 5,5 m de diâmetro; foram identificadas três acumulações de pedra, duas das quais cobriam vasos cerâmicos,

⁽²⁵⁾ Vide também Coelho, 1925; Silva e Cunha, 1997; Figueiral, 1997; outras referências em Coelho, 1941 e, sobretudo, 1949: 90-91, onde se publicam fotos do bracelete e fragmentos do pequeno “vaso” de bronze, da cista 2, e do fragmento metálico de uma possível *fibula*, proveniente da cista 3. Em texto anterior (Cruz, 1997 a), por lapso, não se fez referência a esta documentação gráfica.

⁽²⁶⁾ “... na Quinta do Paço, a cerca de 20 m a N. do Tanque das Laranjeiras, apareceram, em 1928, enterradas, 2 pedras, com cerca de 0,60 m, formando ladrilho, sobre o qual havia restos de um vaso de barro vermelho, com terra negra e carvão, resguardada dos lados por 4 pedras ao alto, encostadas nos topos. (v. C. N. A. 7. 16). Deve ter sido uma *cista*, idêntica às da Necrópole de Paranho”. Cfr. Coelho, 1941, p. 429.

⁽²⁷⁾ Cfr. Vilaça, 1995.

nomeadamente uma contendo ossos calcinados, associada a uma taça carenada que terá servido de tampa àquela (uma das acumulações), um vaso, em mau estado de conservação (a outra) [Cardoso, Caninas e Henriques, 1997].

5.

Dos conjuntos identificados, a “Casinha Derribada” aproxima-se diferentemente de uns e de outros. O tipo de construção, as dimensões e volumetria dos montículos, a disposição no terreno lembram os monumentos que constituem os grupos de “Mazigueira” e “Caramêlo”, no concelho de Tondela, como também da “Fonte da Malga”, no concelho de Viseu, “Casa da Raposa” e “Pousadão”, no concelho de Vila Nova de Paiva, “Senhora da Ouvida”, no concelho de Castro Daire.

Decorrem trabalhos de campo e de gabinete sobre alguns destes monumentos, mas, como acima se disse, “Fonte da Malga” revelou pequenos *tumuli* em pedra, predominantemente de quartzo, em um dos quais se identificou uma pequena cista; em alguns monumentos do “Caramêlo” identificou-se também, por simples observação, uma cista com lajes de granito na sua parte central, e sem dúvida que este tipo de construção se identifica com as “caixas” contidas pelo semicírculo de lajes fincadas do “Paranho” (Tondela).

Mas há, a nosso ver, alguma distância entre estas e as estruturas, por vezes cistóides, da necrópole da “Casinha Derribada”. No “Paranho” a mesma construção, pequena, integra várias cistas claramente sepulcrais, certamente relacionáveis com a mesma unidade familiar; nos restantes grupos, os vários *tumuli* surgem como unidades de um conjunto, ocupando o mesmo espaço sepulcral/ritual. No caso da “Casinha Derribada” é mesmo possível considerar uma certa nuclearização: os monumentos 1 e 2, muito próximos, ocupam o topo do relevo; os monumentos 3 e 4 constituem um pequeno núcleo, na parte central da plataforma; o monumento 5 insere-se isolado, no limite da plataforma, em plano inclinado para SO.

O espaço geográfico é também diverso: no “Paranho” trata-se de uma superfície de encosta, sem grande dominância espacial, parecendo relacionar-se estritamente com o vale e as terras agrícolas próximas; nos restantes grupos trata-se de cumeadas, ou pequenos “plateaux”, de altitude elevada no contexto geográfico regional, sem grandes acidentes

topográficos, prestando às construções algum destaque visual, ainda que localizado, mormente pela utilização de materiais construtantes, o mesmo acontecendo com os monumentos de “Moinhos de Vento” (Arganil) e de “Víbora” (Carregai do Sal).

Estes aspectos de diversidade ao nível regional poderão relacionar-se com o cerimonial específico de cada situação, com a tradição, contactos com outras comunidades, as condições económicas e sociopolíticas de cada comunidade, outros, eventualmente, com a temporalidade. De facto, “Casinha Derribada” e o “Paranho” não são sincrónicos. A primeira parece inserir-se numa tradição, no contexto do Noroeste peninsular, mais antiga, de sepulturas com *tumulus* de carácter individual, ou de utilização restrita (unidades de um conjunto), da Idade do Bronze, a segunda corresponderá à solução de sepulturas individuais em contexto colectivo, eventualmente relacionável com sociedades tribais organizadas em famílias ou clãs.

6.

A ocorrência de insculpturas na laje de cobertura da fossa do monumento 3 é também um aspecto a relevar. Trata-se de uma peça de grandes dimensões, considerando o tipo de material utilizado na construção do “cairn”; depois, foi seguramente laje procurada, e com algum esforço⁽²⁸⁾, em local algo distante do “Monte Branco”.

A laje ultrapassava em muito a abertura da fossa, fechando-a hermeticamente, não permitindo a infiltração de sedimentos. A superfície insculptada é mais ou menos regular, denotando afeiçoamento ou selecção criteriosa. As insculpturas correspondem a um reticulado de trama larga, definido a partir de alguns sulcos obtidos por picotagem.

Foi sobre esta laje que se acendeu uma fogueira, de dimensões limitadas, visível na quantidade dos resíduos remanescentes e utilização de lenha de um leque pouco variado de espécies vegetais⁽²⁹⁾.

Na região da Beira Alta é conhecida a riqueza de rochas insculptadas, cuja cronologia se estenderá, pelo menos desde os inícios da Idade do Bronze até à Idade Média; os reticulados surgem em alguns destes sítios, nomeadamente no Castro da Cárcoda (Carvalhais, S. Pedro

(28) A laje pesará entre 170 e 200 kg.

(29) Cfr. Figueiral, 1998. Neste volume.

do Sul) e Lufinha (Ribafeita, Viseu) [Silva, 1978b, 1980] ⁽³⁰⁾, como também nos monumentos megalíticos, de cronologia bastante antiga, Dólmen do “Espírito Santo de Arca” (Arca, Oliveira de Frades) e “Casa da Moura” de Pendilhe (V. N. Paiva), mas certamente apostos em data bastante posterior à da sua construção/utilização primária; de facto, as referidas gravuras localizam-se, respectivamente, na face exterior de um dos esteios da câmara e na laje de cobertura da câmara que, como é sabido, não seriam observáveis senão com a degradação do próprio monumento ⁽³¹⁾; a cronologia deste tipo de figuração é certamente bastante ampla, ainda que com significações distintas, umas vezes com sentido simbólico-religioso, como certamente acontece nos santuários de ar livre da Idade do Bronze / Idade do Ferro, outras, simples instrumento lúdico — “tabuleiros de jogos” — a que se reportarão muitos dos “reticulados” situados em rochedos isolados, povoados da Idade do Ferro, etc. ⁽³²⁾.

No Noroeste peninsular este motivo, de resto, surge associado a cistas da Idade do Bronze, não sendo, por isso, tão invulgar a sua ocorrência no *tumulus* 3 da “Casinha Derribada”. Os contextos são imprecisos, pois o seu conhecimento, de um modo geral, resultou de violações ou de trabalhos agrícolas, desconhecendo-se muitas vezes a extensão das necrópoles / isolamento das sepulturas e outras estruturas, dimensões das construções funerárias, espólio, o contexto das lajes insculturadas (paredes, coberturas), etc. ⁽³³⁾.

A cista de “As Antas” (Rodeiro, Pontevedra) revelou uma laje, medindo 1,40 m x 1 m x 0,14 m, com um reticulado, de sulcos largos (7 a 10 mm), pouco profundos (2 a 3 mm), formado por sete linhas rectas, paralelas e horizontais, em parte descontínuas, intersectadas por treze outras linhas perpendiculares, de características similares [Vázquez Varela, 1985-86: fig. 2, est. 1 e 2] ; o sepulcro terá fornecido “un puñalito”, entretanto perdido, e um vaso cerâmico, de pança suave e colo curto,

⁽³⁰⁾ Para a Galiza, vide, por ex., Costas Gobema e Novoa Álvarez, 1993; Vázquez Rozas, 1997.

⁽³¹⁾ Na Mamoa 4 de Aliviada (Escariz, Arouca) foi também identificada, no 2.º esteio do corredor (lado norte), uma representação classificável como “reticulado”, mas de facto bastante mais irregular que os que estamos a tratar. Cfr. Silva, 1989.

⁽³²⁾ Cfr. Costas Gobema e Fernandez Pintos, 1985-86; Silva, 1989.

⁽³³⁾ Cfr. Vázquez Varela, 1980.

exvasado, de fundo plano [Monteagudo, García Alén e Lois Mejomil, 1981: fig. 20].

Também a cista de “Coitemil” (A Golada, Pontevedra), revelou uma laje decorada, algo mais complexa, associando linhas rectas horizontais e perpendiculares a linhas quebradas e dois grupos de pequenos círculos [Vázquez Varela, 1980a: fig. 3; idem, 1980b].

Generalizadamente este tipo de sepulturas é atribuída ao Bronze Antigo (c. 2200-1800 a.C.), por associação, quando existem, de materiais (vasos, punhais de lingueta, pontas “tipo Palmeia”, “braçais de arqueiro”, joias, etc.), também provenientes de cistas, como “Taraio” (Malpica, A Coruña) [Peña Santos, 1985], “O Cubillón” (Xermade, Lugo) [Ramil Soneira e Vázquez Varela, 1979], “Agro de Nogueira” (Toques, A Coruña) [Meijide Cameselle, 1993; idem, 1996], “Gandón” (Cangas de Morrazo, Pontevedra) [Peña Santos, 1985], ou de reutilizações de dolmens, como na Mamoa 2 de “A Parxubeira” (Mazaricos, A Coruña) [Rodríguez Casal, 1989].

As “covichas”, um motivo muito mais comum que os “reticulados”, surgem também associadas a sepulturas da Idade do Bronze da fachada atlântica: uma das cistas de “Gandón”, a de maiores dimensões, cujo espólio é comum a outras sepulturas do Bronze Antigo — “braçal de arqueiro” e placa de cobre com perfuração — estava coberta com uma laje decorada com cinco covinhas; a sepultura da “Quinta da Água Branca” (Lovelhe, Vila Nova de Cerveira) [Fortes, 1906], cuja cobertura, com quatro grandes lajes, era bastante elaborada, revelou também, no exterior da cista, ao nível da sua base, uma laje com “covichas”, em número de 19 numa das faces, e cerca de 9, na face oposta, colocada sobre um amontoado de seixos do rio e um fragmento de xisto [Fortes, 1906, 1907; Cruz, 1991: 107].

No âmbito do “Bronze do Sudoeste” registamos este motivo nas lajes de cobertura da cista 1 da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) [Gomes, *et alii*, 1986], cista 23 do monumento 1 (núcleo sul) da Provença [Santos, Soares e Silva, 1974; Silva e Soares, 1981], sepultura 2 de Panóias [Vasconcellos, 1908], monumento V da Atalaia [Schubart, 1965], etc.

São motivos muito simples e, digamos, de todas as épocas, que comportarão certamente significados de cariz simbólico-religioso, variando com o cerimonial próprio de cada contexto — santuários de ar livre, sepulturas, etc. — e de cada época histórica.

Na “Casinha Derribada” limitamo-nos, por ora a assinalar a

sua ocorrência em apenas um dos túmulos, raridade que, aliás, também é comum em muitos outros cemitérios da Idade do Bronze. Mas os sulcos certamente se relacionarão com qualquer simbolismo, difícil de definir, associado ao ritual que conduziu ao acender da fogueira. Podemos admitir que o cerimonial, após a deposição dos vasos e o encerramento da fossa, implicasse qualquer libação e a visualização daquela forma geométrica (tomada evidente pela acumulação de cinzas e carvões nos sulcos), ou tão só a observação das escorrências para as terras periféricas antes da conclusão do *tumulus*, tal como aconteceria em alguns santuários rupestres pré-históricos onde são comuns os sulcos, “cavinhas”, meandros, etc., como também nos santuários pré-romanos, onde a existência de altares sacrificiais, tanques, canais, etc., é recorrente. Enfim, o reticulado poderá ligar-se à inviolabilidade do sítio, funcionando como marca simbólica aposta sobre a laje que fechava um espaço que se desejava permanecesse intacto para todo o sempre.

7.

O monumento 3 forneceu quatro recipientes cerâmicos: duas taças fundas, fechadas, de carena alta e fundo plano, e outros dois vasos, de corpo ovoide — num caso aproximando-se dos vasos “bicórneos” —, abertura estreita, base aplanada e asas de fita; recipientes similares, mas sem asa, são identificados em algumas tipologias sob a designação de “umas” ⁽³⁴⁾. O monumento 4, como se disse, não forneceu qualquer espólio, cerâmico ou lítico; a pequena fossa existente no centro do *tumulus* estava preenchida apenas com terra carbonosa e cinzas. A cista do monumento 5 não prestou, igualmente, qualquer espólio, embora a situação deste *tumulus* seja diferente, pois não se conservou intacto até ao momento da escavação; entre as pedras que constituíam o “cairn” recolheu-se um pequeno seixo de quartzito, peça que em alguns contextos tem carácter intencional.

Os vasos da “Casinha Derribada” encontram paralelos genéricos na cerâmica dos povoados do Bronze Final da região, nomeadamente em S.^a da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul) e St.^a Luzia

⁽³⁴⁾ Ultrapassam o âmbito deste texto as questões relacionáveis com a designação e atribuição funcional das vasilhas cerâmicas pré-históricas. Sobre o assunto vide, por ex., Vilaça, 1995.

(Campo/Abraveses, Viseu): as taças, de carenas média e alta, bordos aprumados ou extrovertidos, bases planas ou umbilicadas, com ou sem asas, por vezes com decoração mamilar, são significativas neste “tipo” cerâmico [Kalb, 1978: Abb. 2; Silva, 1986: tipo A2a, est. XLI-8 a 11]; os dois vasos — num dos casos com a ligação do corpo ao colo mais acentuada —, aberturas estreitas, fundo aplanado, aproximam-se do tipo “uma” [Kalb, 1980: Abb. 18], ou das formas fechadas, com pança ovoide, colo alto, fundo plano, uma ou duas asas, neste caso ligando a parte superior da pança à sua parte média [Silva, 1986, est. XLII-2 a 4].

De igual modo, na tipologia de J. C. Senna Martinez [1993], construída a partir de informação recolhida em estações habitacionais, e outras, localizadas a sul do Mondego — “Cabeço do Castro de S. Romão” e “Buraco da Moura de S. Romão” (conc. Seia) —, a similitude formal é até mais estreita: os dois vasos aproximam-se da forma 48 — “potes de colo alto troncoconico fechado” — representada, embora escassamente (2 ex.), no sítio do “Buraco da Moura de S. Romão-20” [1], ambos com decoração incisa pós-cozedura (Senna Martinez, *et alii*, 1993: est. I - 1 e 2]; as duas taças, com a forma 34 — “taças fundas de carena alta/muito alta” —, fechadas e abertas, com e sem asa de fita, definida a partir de fragmentos de recipientes exumados no “Cabeço do Castro de S. Romão” (sectores A [27] e C [103]) e no “Buraco da Moura de São Romão-20” [1 e 5] (*idem, ibidem*, est. II).

Mais a sul, já na Beira Baixa, é possível relacionar as taças carenadas da “Casinha Derribada” com o tipo 3 de Monte do Frade (Penamacor, Castelo Branco) [Vilaça, 1995: 125-163, est. CI-3], identificado na camada 3 do sector I, cuja ocupação datará de meados do séc. XIII aos finais do séc. X a. C. [*idem, ibidem*, pp. 161-162].

No Norte de Portugal encontramos também elementos de referência comparativa, em ambiência e parâmetros cronológicos similares aos da Beira Alta, em numerosos sítios habitacionais [Silva, 1986; Martins, 1987; Jorge, 1988].

Mas nesta região preferimos destacar, pela similitude formal de um dos vasos, mas também pelo contexto — em princípio funerário —, como pelas associações, os achados da “Quinta da Bouça”, na freguesia do Bairro (V. N. de Famalicão) [Fortes, 1905-08; Silva, *et alii*, 1993], onde foram recolhidos quatro vasos, dois dos quais de “largo bordo horizontal” ⁽³⁵⁾, e um outro, morfologicamente muito próximo do

(35) Sobre os vasos de “largo bordo horizontal” e a problemática que suscitam

vaso 1 da “Casinha Derribada” [*idem, ibidem*: 256, fig. 2-5 e 9], eventualmente associável ⁽³⁶⁾ a um bracelete maciço de ouro, simples, aberto, de secção circular, terminando com botões rudimentares obtidos por martelagem [Silva, 1986: 255, n.º 512, est. CXVI-3; tipo AI (Fase IA); Armbruster e Parreira, 1993: 113, n.º 54], associação que também se poderá ter registado nos achados de “Corvilho”, em Santo Tirso [Santarém, 1956; Sanches, 1982; Castro Pérez, 1997], cuja cronologia poderá enquadrar-se entre 900 e 700 a.C. [Castro Pérez, 1997: 6] (c. 1100-900 a.C. em anos históricos).

Sem dúvida que também o recipiente cerâmico recolhido na Antela da “Portelagem” (Vila Chã, Esposende), em situação de reutilização de um sepulcro de cronologia antiga ⁽³⁷⁾ aqui pode ser invocado; trata-se de um vaso que se aproxima dos da “Casinha Derribada”, pela forma, mas também pela decoração, com quatro protuberâncias mamilares sob o bordo e quatro outras sobre a linha que liga a pança ao colo.

Dentro destas formas regionais, normalmente integradas no amplo grupo dos designados vasos “truncocónicos, subcilíndricos e afins” [Jorge, 1986], certamente de vigência bastante alargada, talvez se possa acrescentar o vaso recolhido no Dolmen das “Carvalhas Alvas” (Parada do Corgo, Vila Pouca de Aguiar) [Leisner, 1958], também um monumento megalítico de grandes dimensões.

Para além do aspecto etnológico da reutilização de sepulcros há muito encerrados, ocorrendo ainda nos finais da Idade do Bronze ⁽³⁸⁾, é de destacar a associação destas formas a vasos de “largo bordo”, como

veja-se: Soeiro, 1988; Jorge, 1988.

⁽³⁶⁾ Trata-se de achados avulsos dos finais do século passado. O bracelete terá sido recolhido nas suas imediações, a cerca de 100 m. Cfr. Fortes, 1905-08.

⁽³⁷⁾ Monumento escavado por F. Martins Sarmento [1933: 154-156]. Trata-se, de facto, de um monumento megalítico de dimensões medianas, com câmara dolménica, corredor de acesso e massa tumular, a avaliar pelas escavações realizadas em 1989, inéditas. Cfr. Almeida, 1990; Silva, 1994: 166, est. II-2.

⁽³⁸⁾ Referenciamos, no sentido da frequentação destes espaços funerários em tempos bastante tardios, por ex., as peças metálicas da Antela da “Bouça dos Córregos” (Bougado, St.º Tirso) — que pertenceram à colecção do Abade Sousa Maia —, um alfinete, em bronze, com a extremidade proximal decorada com caneluras, e duas argolas, também em bronze, uma das quais incompleta, a outra é aberta, com duas caneluras em cada uma das extremidades, remetendo para momentos bastante avançados do Bronze

acontece nos achados da “Quinta da Bouça”, acima referidos, mas também em estações da vizinha Galiza, como em “Coto de Laborada” (Calvos de Randín, Ourense) [López Cuevillas, 1930; López Cuevillas e Lourenzo Fernández, 1930; López Cuevillas e Bouza Brey, 1931], onde foram identificados dois grupos de fossas ovoides abertas no saibro, em contexto similar ao de tantos outros sítios do Norte de Portugal com este tipo de vasos, certamente de carácter funerário, distanciados algumas centenas de metros um do outro, cujo espólio era constituído por vasos de corpo ovoide, com asa, aparentados aos de “largo bordo”, um dos quais com a aba decorada, associados a vasos globulares, de base plana ou aplanada, com colo curto, bordo levemente esvasado, de abertura estreita, lembrando as formas de que estamos a tratar do Norte e Centro de Portugal ⁽³⁹⁾.

Os vasos de “largo bordo” têm uma distribuição muito regionalizada — litoral do Noroeste peninsular; a sua vigência cronológica, pelo menos em contextos a que pode ser atribuído carácter sepulcral, centrar-se-á nos finais do Bronze Médio e inícios do Bronze Final [Soeiro, 1988; Jorge, 1988], em torno de 1400/1450 a.C., prolongando-se, aparentemente, até aos inícios do I milénio a.C., como parecem indicar as datações relativas à ocupação mais tardia da “Bouça do Frade” (Campeio, Baião) [Jorge, 1988], entre aprox. 900 e 800 a.C. (Quadro III, Fig. 21).

Parece-nos que a realidade que agora se está a identificar na Beira Alta, com o peso da regionalidade que estas manifestações sempre

Final. Cfr. López Cuevillas e Bouza Brey, 1929: 14, est. II; López Cuevillas, 1980: 123. As peças, então em muitos fragmentos, foram restauradas no Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, cuja colaboração agradecemos.

⁽³⁹⁾ Os vasos de “largo bordo”, contrariamente à ideia que os trabalhos antigos podem transmitir, surgem algumas vezes associados a outras formas, como na “Quinta da Bouça”, já referenciada (2 vasos de “largo bordo”, um vaso “bicónico” com asa, outro de que desconhece a forma), em “Monte da Ola” (Vila Fria, Viana do Castelo), de que se conhece apenas o vaso desta “família”, mas originalmente achado em associação com outros dois [Paço, 1933: 272; Soeiro, 1988: 43, fig. XII], ou na necrópole de “Agra de Antas” (S. Paio de Antas, Esposende), onde se exumaram treze vasos de “largo bordo”, mas também um pequeno vaso subcilíndrico [Soeiro, 1988: fig. IX-4]; por outro lado, sepulturas tipologicamente similares às que forneceram vasos de “largo bordo”, cujo melhor exemplo talvez seja a necrópole de “Agra de Antas” [Ataíde e Teixeira, 1940], continham outras formas cerâmicas, como em “Curvos” (Esposende), uma pequena taça

transportam, poderá relacionar-se com o mundo sepulcral e ritual do Noroeste peninsular identificável com os vasos de “largo bordo” e formas associadas (truncocónicos, subcilíndricos, ovóides e subovóides), e outros contextos tumulares, da Galiza e do Norte de Portugal, normalmente atribuídas ao Bronze Antigo, mas onde é possível identificar indicadores de momentos posteriores ⁽⁴⁰⁾.

Em contexto mais alargado, os recipientes da “Casinha Derribada” identificam-se com formas da designada “Cultura de Alpiarça” [Marques e Andrade, 1974]. O “ar de família” de muitos dos recipientes cerâmicos que ao longo deste século foram recolhidos em tomo do “Castelo” de Alpiarça é evidente, ainda que muitas das formas provenientes dos sítios de “Tanchoal” e “Meijão” sejam mais generalizadamente abertas, com carenas vivas, por vezes marcadas com ressalto, com colo alto e sem asas [Marques, 1972] ⁽⁴¹⁾.

Destacamos, neste âmbito, pela analogia formal de algumas das peças, mas sobretudo por terem resultado de trabalhos arqueológicos cientificamente conduzidos, os achados do “Cabeço da Bruxa” (Alpiarça, Santarém) [Kalb e Hock, 1981-82].

Destes trabalhos, e do período cronológico abrangente que agora nos interessa, salientamos as “três umas, duas delas comrecipiente associado” [*idem, ibidem*: 67]; trata-se de vasos bicórneos, dois deles com pequeno colo subvertical, de fundo plano (“umas”), associados a taças de carena

de carena alta, perfil aberto e fundo plano [Soeiro, 1988: 40, fig. X], lembrando muito, aliás, as formas cerâmicas do Bronze Final da Beira Alta.

⁽⁴⁰⁾ Referimo-nos, por exemplo, aos pequenos vasos de base plana, corpo ovoide e colo curto, esvasado, do tipo “A Parxubeira” (Mamoá 2), “Nogueira de Toques”, “As Antas”, “O Cubillón”, “Taraio”, etc., algumas vezes associados a artefactos metálicos, ou aos rústicos truncocónicos, por vezes com asa e decoração mamilar, quase sistematicamente atribuídos ao Bronze Antigo. Veja-se, por exemplo, o vaso de “Vila Cova de Perrinho” (Vale de Cambra, Aveiro) [Brandão, 1963; Kalb, 1980: 43, Abb. 7, n.º 41, 4], cuja cronologia será seguramente do Bronze Final, ou as formas designadas “potes” e “potinhos”, comuns em povoados do Bronze Final do Norte de Portugal, como S. Julião e Barbudo (Vila Verde, Braga), Santinha (Amares, Braga), Bouça do Frade-tipo 5 (Baião, Porto), etc., ou de povoados da Beira Interior. Cfr. Martins, 1986; Jorge, 1988; Bettencourt, 1995; Vilaça, 1995.

⁽⁴¹⁾ De uma das umas de “Tanchoal dos Patudos” [T26, da tipologia de Marques, 1972], no âmbito do projecto inicialmente referenciado, encontram-se em curso duas datações radiocarbónicas, a partir de ossos humanos e carvão de madeira. De igual modo,

Quadro III

Ident.	Ref. Lab.	Datação BP	Calibração (AC) (Pearson e Stuiver, 1993)								Tipo de amostra	Estratigrafia	Ref. bib.
			Inter- cepção	Método A		Método B							
				1 sigma	2 sigma	1 sigma	%	2 sigma	%				
Beira Alta													
Paranho (Molelos, Tondela) Cista 4	GrN-22445	3020±80	1282	1392-1331 1329-1124	1430-1004	1384-1340 1323-1155 1147-1132	18 76 6	1422-1014	100	carvão vegetal amostra 1	conteúdo da cista	Cruz, 1997	
Idem Cista 1	GrA-5425	2950±40	1152 1149 1130	1254-1242 1214-1111 1104-1060	1266-1008	1253-1243 1213-1112 1100-1066	6 74 20	1284-1013	100	carvão vegetal amostra 1	conteúdo da urna	Idem	
Idem Cista 2	GrA-5410	2930±40	1120	1198-1178 1166-1140 1140-1032	1260-998	1195-1182 1164-1141 1139-1035	8 15 77	1258-1234 1224-1001	5 95	carvão vegetal amostra 3	conteúdo da cista	Idem	
Idem Cista 2	GrA-5412	2880±40	1022	1117-993	1191-1188 1161-1143 1136-920	1116-993	100	1192-1187 1162-1143 1137-919	0 3 97	ossos humanos amostra 1	conteúdo da urna	Idem	
Idem Cista 3	GrN-22444	2790±60	916	999-842	1113-1097 1070-812	994-893 882-848	77 23	1113-1099 1067-813	1 99	carvão vegetal amostra 1	conteúdo da cista	Idem	
Média ponderada		2910±22	1112 1100 1066	1123-1030	1159-1144 1135-1006	1117-1042	100	1159-1145 1134-1006	3 97	Teste estatístico T ² - 7.32 x12 (.05) - 9.49			
St.ª Luzia (Abraveses/Campo, Viseu)	ICEN-485	2920±180	1116	1392-1331 1329-893 882-848	1523-784	1372-1356 1314-909	3 97	1600-1563 1531-767	1 99	carvão de madeira	?	Silva, Raposo & T. Silva, 1993: 245	
Idem	ICEN-486	2960±60	1158 1145 1134	1262-1044	1382-1341 1322-993	1260-1231 1229-1111 1105-1058	14 65 21	1380-1343 1320-995	3 97	carvão de madeira	?	Idem	
Idem	ICEN-489	2960±50	1158 1145 1134	1260-1231 1228-1111 1103-1061	1372-1359 1314-1003	1259-1233 1226-1113 1098-1069	14 72 13	1370-1367 1313-1004	0 100	carvão de madeira	?	Idem	
Idem	ICEN-487	2810±100	927	1112-1100 1066-831	1260-1231 1228-799	1111-1105 1058-833	2 98	1256-1238 1219-801	1 99	carvão de madeira	?	Idem	
Média ponderada		2939±36	1124	1250-1250 1202-1171 1170-1046	1261-1007	1199-1177 1167-1110 1109-1051	15 44 41	1258-1235 1224-1013	6 94	Teste estatístico T ² - 1.93 x12 (.05) - 7.81			
C. C. S. Romão (Seia, Guarda)	ICEN-198	2970±35	1196 1181 1165 1141 1139	1258-1234 1225-1121	1301-1276 1269-1041	1257-1237 1221-1124	16 84	1298-1279 1268-1043	2 98	carvão de madeira	C [UE 105]	Senna Martinez, 1989: 204-205	
Idem	ICEN-197	2910±35	1112 1101 1064	1150-1150 1128-1014	1252-1246 1208-992 951-949	1128-1018	100	1253-1245 1210-991 952-947	1 99 0	carvão de madeira	B [UE 15]	Idem	
Média ponderada		2940±26	1125	1195-1182 1164-1141 1138-1112 1099-1068	1256-1239 1218-1025	1197-1179 1165-1140 1139-1111 1104-1059	13 24 28 35	1255-1241 1215-1030	3 97	Teste estatístico T ² - 1.31 x12 (.05) - 3.84			
Idem	ICEN-824	2680±80	818	902-797	994-765 610-610	917-790	100	1016-756 684-543	91 9	carvão de madeira	B[25]	Senna Martinez, 1991: table 3	
B. Moura S. Romão (Seia, Guarda)	ICEN-600	2770±90	906	1004-818	1153-1148 1130-794	999-822	100	1192-1187 1162-1143 1137-791	0 1 99	carvão de madeira	saia 2	Senna Martinez, 1993: 127	
S.ª da Guia (S. P. Sul, Viseu)	GrN-7484	2650±130	807	911-765	1112-1099 1067-405	980-982 938-754 689-537	3 62 35	1112-1101 1063-405	0 100	madeira do alvado de ponta de lança	-	Kalib, 1974-77	
Serra da Aboboreira													
Tapado da Caldeira (Baião, Porto)	KN-2769	3290±55	1525	1623-1512	1684-1428	1670-1669 1631-1507 1474-1465	0 95 4	1680-1436	100	carvão de madeira	sepultura I	Jorge, 1983	
Idem	KN-2770	3210±55	1494 1486 1450	1519-1416	1607-1552 1547-1391 1333-1327	1517-1422	100	1613-1386 1338-1324	99 1	carvão de madeira	sepultura I	Idem	
Média ponderada		3250±40	1516	1525-1492 1488-1449	1615-1422	1592-1582 1528-1441	7 93	1611-1425	100	Teste estatístico T ² - 1.00 x12 (.05) - 3.84			
Tapado da Caldeira (Baião, Porto)	CSIC-597	2990±50	1254 1243 1213	1297-1281 1268-1124	1388-1335 1326-1031	1297-1280 1268-1124	8 92	1383-1341 1322-1042	7 93	carvão de madeira	2B; lareira; área contígua à necrópole	Jorge, 1985: quadro B, p. 166	
Castelo de Matos (Baião, Porto)	OxA-1759	2730±70	843	922-809	1010-794	922-810	100	1025-792	100	sementes carb.	M86-63	Hedges, et al., 1990: 225 Queiroga & Figueiral, 1992	
Idem	OxA-2146	2700±90	827	917-799	1024-765 610-610	977-964 936-792	5 95	1113-1095 1076-757 682-545	1 92 7	sementes carb.	M86-51(A16)	Id., Idem	
Idem	OxA-2147	2710±90	832	922-801	1036-767	978-963 937-796	6 94	1118-759 678-659 639-552	96 1 4	sementes carb.	M86-347 (A04)	Id., Idem	
Média ponderada		2716±48	835	904-812	930-800	897-871 868-819	35 65	975-965 935-799	1 99	Teste estatístico T ² - 0.7 x12 (.05) - 5.99			
Bouça do Frade (Baião, Porto)	CSIC-630	2720±50	837	907-813	978-963 937-800	899-821	100	980-961 939-800	3 97	carvão de madeira	sector IIA, cam. 3	Jorge, 1988: 63-64	
Idem	CSIC-631	2720±50	837	907-813	978-963 937-800	899-821	100	980-961 939-800	3 97	carvão de madeira	sector IIA, cam. 3	Idem	
Idem	CSIC-632	2710±50	832	902-809	929-798	897-872 865-814	32 68	975-966 935-797	1 99	carvão de madeira	sector IIA, cam. 3	Idem	
Média ponderada		2717±30	836	897-870 869-820	911-808	896-875 859-821	34 66	906-811	100	Teste estatístico T ² - .03 x12 (.05) - 5.99			
Lavra (M. Canaveses, Porto)	ICEN-414	2980±70	1251 1248 1205	1307-1112 1102-1062	1402-993	1304-1271 1270-1113 1098-1068	12 78 10	1392-1331 1329-1004	10 90	carvão de madeira	85. P5. Lar. 5	Sanches, 1995: 116	
Idem	CSIC-824	2665±60	811	841-798	915-772	895-876 857-794	17 83	983-969 941-761 671-669 627-595 575-567	1 97 0 2 0	carvão de madeira	P5, 2.ª c., Lar. 5	Idem	
Idem	OxA-5434	2675±50	816	841-802	910-791	894-879 850-799	15 85	915-786	100	grão "triticum" carb.	88. cam. 3a	Inédita	
Média ponderada (CSIC-824+OxA-5434)		2671±39	814	833-803	899-795	843-799	100	897-870 870-795	14 86	teste estatístico T ² - .02 X12 (.05) - 3.84			

(Página deixada propositadamente em branco)

alta, também de fundo plano, uma das quais com aplicação mamilar, recolhidos, em dois casos, em “covas funerárias” [*idem, ibidem*: 68] abertas no solo original, uma com 0,30 m de profundidade, a outra, com 0,60 m, preenchidas com barro compacto e fechadas, num caso, por “um montículo de pedras brancas” [*idem, ibidem*], noutro, por “três únicas pedras que restaram da cobertura sepulcral” [*idem, ibidem*]; numa das fossas os vasos associavam-se ao fragmento de um bracelete de bronze. A terceira “uma” foi recolhida sem que tenha sido possível definir o contexto exacto em que se encontrava, admitindo-se que “um possível recipiente associado ou não existia ou já tinha desaparecido” [*idem, ibidem*] e que a associação ao grupo de “cinco braceletes de bronze” recolhidos posteriormente nas suas proximidades (20 a 40 cm afastada da uma e à mesma cota) seja “altamente provável” [*idem, ibidem*].

De resto, no âmbito dos “mundos” de “Alpiarça/Lapa do Fumo”, como também das produções cerâmicas do “Bronze do Sudoeste” estes tipos são recorrentes [Marques e Andrade, 1974; Schubart, 1975] ⁽⁴²⁾, denotando um extenso fundo cultural comum.

Na área mais continental do designado “Bronze do Sudoeste”, referenciamos, por exemplo, as necrópoles de cistas de “tipo Huelva”, em especial as do grupo mais ocidental (serras de Aracena, Huelva; vale de Tejada, Sevilha), associada a taças semiesféricas ou carenadas, como acontece em Castañuelo I e La Ruiza (Huelva) e Cortijo de Chichina (Sanlúcar la Mayor), datadas do Bronze médio (1500/1400-1100 a.C., convencional) ou dos seus finais (c. 1300 a.C., convencional) [Amo de la Hera, 1975 a e b; Fernández Gomez, *et alii*, 1976], relacionando-se estreitamente com os sepulcros do Algarve, Baixo Alentejo e das províncias de Cáceres e Badajoz.

Neste contexto, mas um pouco mais a leste, constituindo, talvez, a “fronteira” mais oriental daquela “cultura”, em conexão com as formas cerâmicas das cistas “tipo Huelva” (Becerrero I, Beas, Cortijo de Chichina, La Ruiza), referenciamos os vasos ovóides dos estratos XV, XIV, XTT (base) do povoado de Setefilla (Sevilha) e, particularmente,

temos em curso uma análise radiocarbónica dos ossos da sepultura de inumação de “Agra de Antas” (S. Paio de Antas, Esposende), cujos restos osteológicos foram estudados por A. Ataíde e C. Teixeira [1940].

⁽⁴²⁾ Vide também, para materiais mais recentemente publicados (Capela de S. Pedro, Sintra; Lapa do Fumo, Sesimbra; Abrigo das Bocas, Rio Maior, etc.), Carreira, 1994.

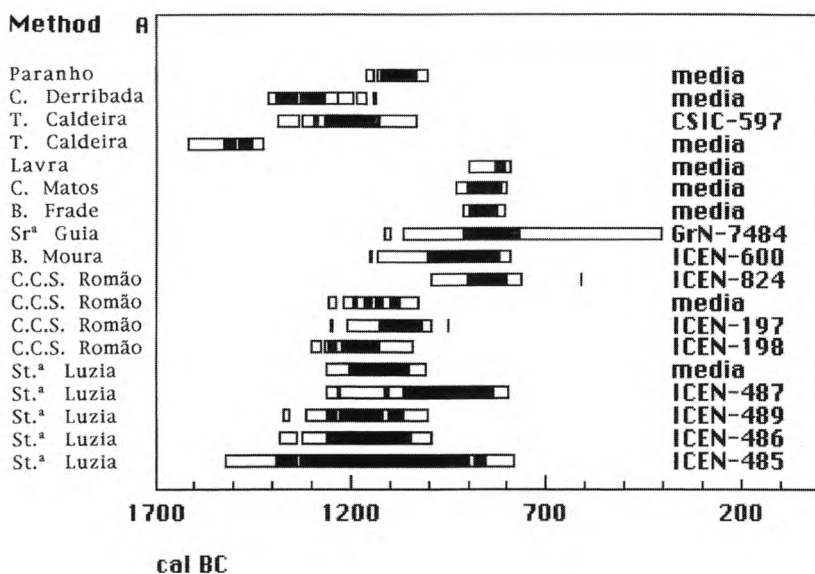


Fig. 21 - Representação gráfica das datações radiocarbónicas calibradas de contextos habitacionais, funerários e/ou cultuais da Beira Alta e do Norte de Portugal. Período convencional “Libby” de 5568 anos, intervalos de confiança de ± 1 sigma (68,26%) e ± 2 sigma (95,46%). “Radiocarbon Calibration Program, rev. 3.0.3c”, Quaternary Isotope Laboratory, University of Washington, com curva de 20 anos (seg. S tui ver e Reimer, 1993). Método A. Vide Quadro III.

da sepultura de inumação múltipla (de pelo menos 3 indivíduos), aberta no estrato XIV, onde se recolheu uma “uma”, de corpo globular e abertura estreita, associada a artefactos metálicos (espada/estoque, alabarda e punhal) [Aubet Semmler, 1981: 129; Aubet Semmler *et alii*, 1983: figs. 15 a 21], cuja vigência se situará entre c. 2000-1600 a. C.) ⁽⁴³⁾.

Para além da similitude formal, interessa-nos sobretudo destacar a associação de vasos (de um certo tipo de vasos) e taças ou “cuencos”, estes últimos servindo, por vezes, como tampas, como será o caso do “Cabeço da Bruxa”, “Castañuelo”, ou das estruturas do “Monte de S. Domingos”, já na Beira Baixa.

A análise das cerâmicas da “Casinha Derribada” presta-nos a impressão de que, ainda que genericamente relacionáveis com as produções do Bronze Final da Beira Alta, e áreas conexas, como o Norte de Portugal, traduzem algum arcaísmo, visível nos perfis fechados e carenas altas das taças, corpo ovoide e abertura muito fechada dos vasos.

8.

Para além destes indicadores de carácter relativo, a cronologia da necrópole da “Casinha Derribada” pode, por ora, ser definida com datações radiocarbónicas realizadas com materiais lenhosos carbonizados recolhidos sobre e em tomo da laje de cobertura da fossa do monumento

3. Esta situar-se-á sensivelmente entre 1400 e 1150 a.C., correspondendo aos finais do Bronze médio / inícios do Bronze Final (Fig. 13).

Neste sentido, as construções deste grupo e, eventualmente de alguns outros já identificados, poderão relacionar-se genericamente com os povoados de altura da região, alguns evidenciando indícios de “fortificação”, ou com os habitats de dimensões e estruturação económica e social distintas, de que se dispõe de informação bastante mais reduzida

⁽⁴³⁾ Conhecem-se duas datações radiocarbónicas: 1-11070: 3520±95 BP (estrato XIV) e 1-11069: 3470195 BP (estrato XIII). Cfr. Aubet Semmler, 1981: 129; *idem*, *et alii*, 1983: 48-49]. Os resultados são estatisticamente semelhantes, correspondendo ao mesmo contexto cultural. Média ponderada: 3495168 BP, cuja calibração fornece um intervalo máximo situado entre 1974 e 1631 cal. AC. Calibração realizada com o “Radiocarbon Calibration Program rev. 3.03.c” (Cfr. Stuiver e Reimer, 1993) com curvas de 20 anos (Cfr. Pearson e Stuiver, 1993).

(muitos desses habitats não serão mais que pequenas aldeias atribuíveis a famílias extensas), relacionados com aqueles ⁽⁴⁴⁾).

De facto, povoados de altura, como “St.^a Luzia” (Viseu) e “Cabeço do Castro de S. Romão” (Seia) terão começado a ser ocupados aproximadamente entre 1250 e 1000 a. C; nos inícios do séc. VIII a. C. este tipo de *habitat* estará ainda em vigência, como parecem indicar as datações obtidas para o “Cabeço do Castro de S. Romão”, “S.^a da Guia” (S. Pedro do Sul) ⁽⁴⁵⁾, para além do abrigo sob rocha do “Buraco da Moura de S. Romão” (Seia), cuja funcionalidade poderá ser discutível (Quadro EH; Fig. 21). Também a ocupação do Bronze Final de “Monte do Frade” terá começado em meados do séc. XIII a. C., com abandono durante o sec. X a. C.⁽⁴⁶⁾.

Estes ditâmes cronológicos não estão, como vimos, distantes dos que poderiam ser considerados com relatividade a partir da cultura material. De facto, os vasos exumados no monumento 3 da Casinha Derribada identificam-se genericamente com formas de alguns destes povoados, sobretudo do “Cabeço do Castro de S. Romão”.

O povoado de “St.^a Luzia” está distante, em linha recta, um pouco mais de 5 km da “Casinha Derribada, não parecendo, em termos territoriais ⁽⁴⁷⁾, relacionar-se directamente com esta “capital” do Bronze Final da Beira Alta.

No “Monte Branco” não foram localizados quaisquer vestígios de ocupação habitacional, nem mesmo as pedras-de-mó que muitas vezes aparecem integradas nas massas tumulares das construções sepulcrais; a “Casinha Derribada”, assumindo o papel de espaço funerário-religioso, situar-se-á, talvez, algo distante do povoado, no vale de Póvoa de Mundão

^{t44)} Sobre a ocupação da Beira Alta no Bronze Final e períodos subsequentes, modelo que seguimos de perto neste e em texto anterior (Cruz, 1997 a), vide Alarcão, 1996 a e b.

⁽⁴⁵⁾ A datação da S.^a da Guia (GrN-7484) apresenta um desvio-padrão muito elevado, com limites, após calibração, extensos. Seguimos, a título meramente indicativo, o resultado calibrado para o intervalo de confiança de ± 1 sigma (c. 68,26%), conjugado com os indicadores cronológicos dos restantes sítios, da Beira Alta e do Norte de Portugal.

⁽⁴⁶⁾ Conhecem-se para a ocupação do Bronze Final do Monte do Frade quatro datações: ICEN-969: 2920150 BP (início da ocupação) e ICEN-970: 27801100 BP (ocupação inicial, um pouco posterior); GrN-19660: 2805115 BP e ICEN-971: 2850145 BP, permitem definir o *terminus ante quem* da ocupação. Cfr. Vilaça, 1995: 161-162.

⁽⁴⁷⁾ Cfr. Alarcão, 1996 a, sobretudo pp. 8 a 17 e cartas 1 e 2. Considerando o

onde as terras são propícias à exploração agrícola, com relações, ou talvez não, com “St.^a Luzia”.

A avaliar pelas datações radiocarbónicas disponíveis, como também as formas cerâmicas e os materiais metálicos, as cistas do “Paranho” parecem relacionar-se mais directamente com as populações do aro dos povoados de altura da região.

Neste sentido, embora os indicadores cronológicos sejam latos, admitimos, como dissemos relativamente ao espólio, que o grupo da “Casinha Derribada” se identifique com populações um pouco anteriores à emergência daqueles povoados. A ser certa esta asserção, poderiam pertencer aos casais das proximidades. Neste sentido, os cultos no alto do monte, a propósito da morte, ou outras manifestações de índole simbólico-religiosa, poderiam funcionar como factor agregador destas populações dispersas. Haveria assim uma dissociação dos espaços habitacionais (implantados nos vales ou nas superfícies de encosta) e os de carácter sagrado, actuando as cumeadas dos montes como limites naturais das explorações agrícolas de povos limítrofes ⁽⁴⁸⁾.

Será no entanto de dizer que a impressão “barroquizante” do espólio cerâmico da “Casinha Derribada” poderá porventura derivar do carácter “periférico” da população que construiu estes túmulos, não utilizadora da cerâmica mais esmerada de St.^a Luzia. Enfim, as comunidades poderiam, em rigor, ser contemporâneas (coexistência de povoados de altura e de casais), mas a distância, geográfica, económica e sociopolítica seriam também marcantes.

9.

Um último aspecto que gostaríamos de acentuar nesta notícia preliminar sobre os monumentos 3, 4 e 5 da “Casinha Derribada” relaciona-se com a funcionalidade das diferentes estruturas identificadas: uma cista e duas fossas, uma contendo vasos, outra apenas cinzas e terra carbonosa.

Contrariamente às fossas dos povoados e das necrópoles do

percurso de uma hora de marcha, a “Casinha Derribada” estaria nos limites do território de St.^a Luzia assim definido.

⁽⁴⁸⁾ “Talvez as trocas de bens entre os casais fossem raras e cada célula social vivesse num estado de autarcia económica, provendo ao seu próprio sustento. Mas é

Noroeste peninsular, cuja funcionalidade foi acesamente discutida em tempo recente [Jorge, *et alii*, 1980; Silva, 1985; Jorge, 1988], eremos que não haverá grandes dúvidas de que na “Casinha Derribada” não estaremos em presença de “silos” ou “fossas detriticas”, relacionáveis com habitats. Têm, certamente, um carácter funerário e ritual, e este deve ser visto de uma forma bastante mais aberta do que normalmente acontece com a análise deste tipo de estruturas, ou seja, um cemitério comportará, certamente, outro tipo de construções que não apenas as que relacionam directamente com os restos mortuários. Trata-se, de facto, de estruturas de funcionalidade diversificada, integradas num complexo de gestos simbólicos, relacionáveis com a morte e outros comportamentos de ordem simbólico-religiosa, ou tão-só sociais. Será assim de admitir que algumas das estruturas tenham recebido corpos, por inumação, ou cinzas, mortuárias ou não, ou tão só oferendas, relacionáveis com aqueles.

Esta situação, aliás, não é tão invulgar como poderia parecer. No Sudoeste foram escavados diversos cemitérios da Idade do Bronze, de cistas e de fossas, que integravam outras estruturas, nomeadamente lareiras, de diferentes tipos, por vezes agrupadas, muito perto ou distanciadas das sepulturas, de tipologia e dimensões diversificadas, como acontecia na Vinha do Casão [Gomes, *et alii*, 1986]; as lareiras de maiores dimensões, “em poço”, evidenciavam “sucessivas reutilizações” e restos alimentares [*idem, ibidem*: 71], parecendo apontar no sentido da frequentação destes sítios, que não são apenas “depósitos” de mortos.

As lareiras também ocorrem no povoado do Pessegueiro (Sines), nas imediações de um núcleo sepulcral, eventualmente relacionáveis com o habitat [Soares e Silva, 1981: 170], o mesmo acontecendo com a necrópole de Cortijo de Chichina (Huelva) (Gómez, Mata e Fernández, 1976: 373-374]. No Norte de Portugal destacamos o sítio do Tapado da Caldeira (Baião), ainda que a correlação temporal dos diferentes vestígios aqui identificados seja difícil de estabelecer [Jorge, 1980], sugerindo-se a existência de um “espaço funerário e cultural” comportando “testemunhos de índole diversa” [Jorge, 1985: 166].

Quanto à diversidade do ritual, Amo y de la Hera [1975a], por exemplo, referindo-se às cistas de Huelva concluía, um pouco incredulamente, que “resulta sorprendente que después de excavar casi

evidente que os casais tinham que relacioar-se uns com os outros, quanto mais não fosse para trocarem cônjuges” [Alarcão, 1996 b: 15].

un centenar de tumbas en las necrópolis de El Becerrero y El Castañuelo no hayamos encontrado en ellas ningun resto óseo (...), tampoco aquéllas que aparecieron intactas (...) [nem também] restos de cenizas” [p. 438], o que o levava a afirmar “que en El Becerrero y El Castañuelo no se utilizó ni la inhumación ni la incineración dentro das cistas” [p. 439]. Outros grupos (Beas e La Ruiza) revelaram inumações secundárias, nomeadamente do crânio. Algumas, apesar de intactas, não revelaram qualquer espólio. No túmulo A de Setefilla as “umas” surgem dissociadas das inumações, relacionando-se com a armazenagem de alimentos [Aubet Semmler, 1981: 156].

Esta diversidade de situações, ao nível da arquitectura, orientação das sepulturas, disposição e orientação dos corpos, composição do espólio (ou ausência dele), dimensões dos *tumuli*, etc., é observável em muitos outros cemitérios da Idade do Bronze ⁽⁴⁹⁾.

Cabe aqui referir, já no Noroeste, a necrópole de “Agro de Nogueira” (Toques, A Coruña) que revelou um complexo de estruturas; de facto, “en un espacio reducido coexistían diferentes soluciones constructivas y rituales” [Meijide Camelelle, 1996: 218]:

— urna cista, intacta, incrustada na rocha de base, feita com 6 lajes em posição vertical, definindo um espaço de planta poligonal, de pequenas dimensões (c. 1,20 m x 0,80 m x 0,50 m), superficialmente assinalado com um pequeno amontoado de pedras que incluía um elemento móvel de moinho manual, sob o qual se dispunham as 9 lajes de cobertura, parcialmente sobrepostas; a sua escavação forneceu um vaso, similar a outros exumados em cistas e reutilizações de dolmens, a que, na Galiza, se adscribe uma cronologia do Bronze Antigo ⁽⁵⁰⁾;

⁽⁴⁹⁾ Cfr., entre outros, Schubart, 1971, 1975; Silva e Soares, 1981; Gomes, *et alii*, 1986; vide também, por ex., para contextos um pouco anteriores, Fábian Garcia, 1995.

⁽⁵⁰⁾ Cremos que, para além da associação a certo tipo de artefactos metálicos, se segue muito estritamente L. Monteagudo [1977], defensor de uma origem centro-europeia (“Cultura do Ródano”) para este tipo de vasos, atribuído ao Bronze Antigo. É certo que a cultura material desta região da Península Ibérica mostra uma “fácies” muito particular, em momento um pouco impreciso, talvez a partir dos finais do III milénio a. C. até meados do II milénio a. C. (convencional) [Fábregas Valcarce, 1991: 90], com a presença de artefactos perfurados (maças, machados e enxós de duplo gume), os cinzéis de grandes dimensões, etc., cuja origem poderá situar-se em áreas muito amplas da Europa, seja a

— uma outra cista, de menores dimensões (0,70 m x 0,25 m), escavada na rocha, feita com numerosas lajes fincadas, de planta aproximadamente rectangular; apresentava na base um lajeado e a cobertura era feita com um amontoado de pedras; a sua escavação revelou restos humanos cremados, pertencentes a um adulto do sexo feminino;

— oito fossas escavadas no saibro, de planta ovalada e subcircular, de reduzida profundidade (0,20 m a 0,30 m) definidas exteriormente por concentrações, mais ou menos densas, de pedras; o seu enchimento era constituído por terra, com pequenos carvões e pedras dispersas; foram interpretadas como inumações simples, ainda que com base em indícios escassos ;

— uma fossa, de planta circular, com cinzas no seu interior, vista como possível sepultura de incineração ou com “los restos de un hogar, relacionado con el ritual funerario” [p. 226].

Para além da diversidade de estruturas integrando o mesmo complexo que, cremos não deverão relacionar-se com o habitat, o próprio autor releva a “coexistencia de los ritos de cremación e inhumación”, justificados, como os restantes elementos, com diferenças de estatuto, sexo, idade, etc. (p. 226).

Infelizmente, a informação sobre os cemitérios da Idade do Bronze do Noroeste é muito limitada, circunscrevendo-se ao achado casual, sem escavação da área circundante. Mas em “Camota” (A Coruña) haveria outras cistas, para além da que revelou um punhal de lingueta e um braçal de arqueiro [Luengo Martínez, 1965; Ruiz-Gálvez Priego, 1979: 153] e em “Gandón” (O Morrazo, Pontevedra), foram escavadas duas cistas, uma das quais, pequena, com restos de uma cremação ⁽⁵¹⁾, sem outro espólio; a outra, maior, coberta com grande laje, forneceu um braçal de arqueiro e uma placa de cobre com perfuração [Peña Santos, 1985].

É também evidente a diversidade nos cemitérios de fossas no Noroeste, fornecedores de vasos de “largo bordo”, troncocónicos e afíns,

ocidental, como considera Fábregas [*idem, ibidem*: 268], ou mais continental. Estes contactos longínquos com a Europa, que poderão justificar na Galiza o designado “horizonte de Rechaba” [Vázquez Varela, 1979], não são necessariamente extensíveis àquele tipo de vasos, cujos protótipos podem situar-se na própria Península Ibérica. Vide nota 40.

⁽⁵¹⁾ Para este aspecto vide Meijide Cameselle, 1996: 230.

particularmente ao nível da composição do espólio: cistas e fossas poderão apenas conter um vaso, como acontecia em algumas das sepulturas de “Agra de Antas” (S. Paio de Antas, Esposende) [Ataíde e Teixeira, 1940] e do “Belinho” (S. Paio de Antas, Esposende) [Soeiro, 1988: 36], ou nas fossas semiovoídes de “Faísca” (Caldeias, Guimarães) [Cardozo, 1936], e nas sepulturas planas de “Barqueiro” (S. Cláudio do Barco, Guimarães) [*idem, ibidem*: 84]; mais do que um vaso, como em “Agra de Antas” e nas fossas (sepulturas planas) de “Coto da Laborada” (Calvos de Randin, Ourense) [López Cuevillas, 1930; López Cuevillas e Lourenzo Fernández, 1930; López Cuevillas e Bouza Brey, 1931]. Há ainda as sepulturas que são de diferentes dimensões, claramente de inumação, como em “Agra de Antas”, acompanhadas de um ou mais vasos de “largo bordo”, e as fossas de “Faísca”, sem restos osteológicos, contendo um vaso daquele tipo cerâmico, sob os quais, em alguns casos, se dispunham “filões de cinzas e carvões, à mistura com terra” [Cardozo, 1936: 72].

“Casinha Derribada”, muito provavelmente também alguns dos outros grupos identificados na Beira Alta, deve ser compreendida no âmbito desta diversidade, que umas vezes se justificará por aspectos intrínsecos das comunidades (extensão e organização interna, nível tecnológico, contacto com outras sociedades, etc., em estreita conexão, para além de outros factores, com a natureza física e potencialidades do território), outras, com o cerimonial, que pode ser diverso e repartido por diferentes construções, de acordo com as circunstâncias específicas de cada acto simbólico-religioso, traduzindo-se na fossa que apenas contém terra carbonosa e cinzas, ou a fossa que guardou quatro vasos cerâmicos, hermeticamente fechada com laje insculturada, funcionando como depósito votivo.

Só a prossecução do projecto permitirá avaliar mais aturadamente o significado da variabilidade, externa e interna destes *tumuli*, como dos gestos rituais, ao nível local e regional (“Casinha Derribada”, “Fonte da Malga”, “Mazugueira” e “Caramêlo”, “Senhora da Ouvida”, “Paranho”, etc.) que, para além daquelas e outras variáveis poderão também passar pela cronologia das próprias construções.

Coimbra, Dezembro de 1997.

Agradecimentos

À Fundação Calouste Gulbenkian, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico e Câmara Municipal de Viseu, que prestaram apoio económico e logístico, umas vezes ao projecto, outras aos trabalhos de campo e estudos complementares específicos.

Os Drs. João Manuel Abrunhosa e A. A. Huet Bacelar Gonçalves, da Faculdade de Ciências do Porto, ajudaram-nos, como em tantas outras vezes, no tratamento gráfico da informação topográfica. Crisanda T. Unsworth tem colaborado em vários aspectos do projecto; a versão inglesa do resumo deste texto é da sua autoria. Estamos-lhes gratos.

Uma primeira versão do original foi lida pelos Doutores Jorge Alarcão e Raquel Vilaça. Agradecemos-lhes a gentileza, bem como as correcções e sugestões; as imprecisões e as interpretações com que, eventualmente, não se identifiquem, são da nossa responsabilidade.

BIBLIOGRAFIA

- Alarcão, J. de (1993), *Arqueologia da Serra da Estrela*, Manteigas, Parque Natural da Serra da Estrela.
- Alarcão, J. de (1996 a), “As origens do povoamento da região de Viseu”, *Conimbriga*, XXXV, pp. 5-36, 7 extra-textos.
- Alarcão, J. de (1996 b), “O primeiro milénio a. C.”, in *De Ulisses a Viriato. O primeiro milénio a. C.*, Lisboa, Ministério da Cultura / Instituto Português de Museus / Museu Nacional de Arqueologia, pp. 15-30.
- Almeida, C. A. B. (1990), *Arqueologia do Concelho de Esposende*, Câmara Municipal de Esposende, 1990 (prospecto).
- Amo y de la Hera, M. del (1975 a), “Nuevas aportaciones para el estudio de la Edad del Bronce en el Suroeste peninsular: los enterramientos en cista de la provincia de Huelva”, in *XIII Congreso Nacional de Arqueología*, Zaragoza, 1975, pp. 433-454.
- Amo y de la Hera, M. del (1975 b), “Enterramientos en cistas de la provincia de Huelva”, in *Huelva. Prehistoria y Antigüedad* [cap. III, 2], Madrid, Editora Nacional, pp. 109-192.
- Armbruster, B.; Parreira, R. (1993), *Inventário do Museu de Nacional de Arqueologia. Coleção de ourivesaria. 1.º volume. Do Calcolítico à Idade do Bronze*, Lisboa, SEC/IPM.

- Ataíde, A.; Teixeira, C. (1940), “A necrópole e o esqueleto de S. Paio de Antas e o problema dos vasos de largo bordo horizontal”, in *Congresso do Mundo Português*, vol. I, Lisboa, pp. 236-241.
- Aubet Semmler, M. (1981), “Sepulturas de la Edad del Bronce en la Mesa de Setefilla (Sevilla)”, *Madridier Mitteilungen*, 22, pp. 127-149.
- Aubet Semmler, M. E.; Sema, M. R.; Escacena, J. L.; Ruiz Delgado, M. M. (1983), *La Mesa de Setefilla. Lora del Rio (Sevilla). Campaña de 1979*, Madrid, Ministerio da Cultura [“Excavaciones Arqueológicas en España”, vol. 122].
- Bettencourt, A. M. (1995), “O povoado da Santinha (Amares — Braga)”, in *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder*, Lisboa, SEC/IPM/MNA, pp. 60-61.
- Brandão, D. P. (1963), “Achados da “Época do Bronze” de Vila Cova de Perrinho, Vale de Cambra”, *Lucerna*, III, Porto, pp. 114-118.
- Cardoso, J. L.; Caninas, J. C.; Henriques, F. (1997), “Estruturas 1 e 2 do Monte de S. Domingos”, in [Vilaça, 1997], pp. 14-16.
- Cardozo, M. (1936), “Novas umas de largo bordo horizontal, um tipo de cerâmica primitiva”, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 8 (1), Porto, pp. 65-87.
- Carreira, J. R. (1994), “A Pré-história recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior)”, *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 2, Lisboa, Colibri, pp. 47-144.
- Castro Pérez, L. (1997), “Brazaletes de bronze de Santo Tirso”, *Santo Tirso Arqueológico*, 2.^a série, n.º 1, Câmara Municipal de St.º Tirso / Museu Municipal Abade Pedrosa, pp. 5-11.
- Coelho, J. (1925), *A Necrópole do Paranho*, Viseu, Tipografia Popular [“Estudos Preistóricos”, III].
- Coelho, J. (1941) *Beira histórica, arqueológica e artística. Memórias de Viseu (Arredores). I. A freguesia do Salvador e o extinto concelho do Barreiro e notas toponímicas de Viseu e concelhos limítrofes*, Edição do Autor [Tipografia Notícias de Viseu].
- Coelho, J. (1949), *Notas Arqueológicas. Subsídios para o estudo etnológico da Beira*, Viseu, Edição do Autor.
- Costas Gobema, J.; Fernandez Pintos, J. (1985-86), “Diseños cuadrangulares a modo de tableros de juegos en los petroglifos del NW de la Península Ibérica”, *Pontevedra Arqueológica*, II, 127-144.
- Costas Gobema, F. J.; Novoa Álvarez, P. (1993), *Los Grabados rupestres de Galicia*, A Coruña [“Monografías Museu Arqueológico e Histórico A Coruña”, n.º 6].

- Cruz, D. J. (1991), *A Mamoa 1 de Chã de Carvalhal no contexto arqueológico da Serra da Aboboreira e da Pré-história recente do Norte de Portugal*, Coimbra (provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, policopiado).
- Cruz, D. J. (1997a), “A Necrópole do Bronze Final do “Paranho” (Molelos, Tondela, Viseu)”, *Estudos Pré-históricos*, 5, Viseu, pp. 85-109, 1 est.
- Cruz, D. J. (1997b) (coord.), *Colóquio a Pré-história na Beira Interior (Tondela, 21 a 23 de Novembro de 1997). Livro do Colóquio*, Tondela, Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, 1997.
- Fabián Garcia, J. F. (1995), *El Aspecto Funerário durante el Calcolítico y los Inicios de La Edad del Bronce en la Meseta Norte*, Salamanca, Universidad de Salamanca [“Acta Salmanticensia”, voi. 93].
- Fábregas Valcarce, R. (1991), *Megalitismo del Noroeste de la Península Ibérica. Tipología y secuencia de los materiales Uticos*, Madrid, UNED.
- Fábregas Valcarce, R. (1993), “Cistas decoradas y petroglifos: una revisión”, in *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología (Vigo, 1995)*, voi. II, Vigo, pp. 105-110.
- Fernández Gomez, F.; Ruiz Mata, D.; Sancha Fernández, S. (1976), “Los enterramientos en cistas del Cortijo de Chichina (Sanlúcar la Mayor, Sevilla)”, *Trabajos de Prehistoria*, n. s., 33, pp. 351-380, VI ests.
- Ferreira, A. Brum (1978), *Planaltos e montanhas do Norte da Beira. Estudo de geomorfologia*, Lisboa [“Memórias do Centro de Estudos Geográficos”, vol. 4]
- Figueiral, I. (1997), “Necrópole do Paranho (Freg. de Molelos, Tondela). Resultados da análise dos carvões vegetais”, *Estudos Pré-históricos*, 5, Viseu, pp. 121-122.
- Fortes, J. (1905-08 a), “Duas joias archaicas”, *Portugalia*, vol. II, Porto, pp. 412-416.
- Fortes, J. (1905-08 b), “Vasos em forma de chapéu invertido (Vila do Conde)”, *Portugalia*, vol. II, Porto, pp. 662-665.
- Fortes, J. (1906), “A sepultura da Quinta da Água Branca (Edade do Cobre)”, *Portugalia*, vol. II, Porto, pp. 241-252.
- Fortes, J. (1907), “A propos des sculptures sur les mégalithes du Portugal”, in *Deuxième Congrès Préhistorique de France (Session de Vannes, 1906)*, Le Mans, Imprimerie Monnoyer. (Separata, 5 pp.).
- Girão, A. A. (1921-22), “Monumentos pré-históricos do concelho de Viseu”, *O Arqueólogo Português*, 1.ª série, 25, Lisboa, pp. 183-189.
- Gomes, M. V; Gomes, R. V; Beirão, C. M.; Matos, J. L. (1986), *A Necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do*

- Bronze do Sudoeste Peninsular*, Lisboa, IPPC [“Trabalhos de Arqueologia”, vol. II].
- Hedges, R. E. M.; Housley, R. A.; Bronk, C. R.; Klinken, G. J. van (1990), “Radiocarbon dates from the Oxford AMS system: *Archaeometry* Datelist 11”, *Archaeometry*, 32 (2), Oxford, pp. 211-237.
- Jorge, S. O. (1980), “A estação arqueológica do Tapado da Caldeira. Baião”, *Portugalia*, n. s., I, Porto, pp. 29-50, XXII ests.
- Jorge, S. O. (1983), “Duas datas de C14 para a sepultura I da estação do Tapado da Caldeira (Baião)”, *Arqueologia*, 8, Porto, pp. 55-56.
- Jorge, S. O. (1985), “Datas de Carbono 14 para a Pré-história recente do Norte de Portugal: os dados e os problemas”, *Arqueologia*, 12, Porto, pp. 154-183.
- Jorge, S. O. (1986), *Povoados da Pré-história Recente da Região de Chaves — Vª P.ª de Aguiar*, Porto, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, 3 vols, (dissertação de doutoramento).
- Jorge, S. O. (1988), *O povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto [“Monografias Arqueológicas”, voi. 2].
- Jorge, V. O.; Gonçalves, A. A. H.; Jorge, S. O. (1980), “As fossas ovóides abertas no saibro do concelho de Baião (distrito do Porto), e o seu significado no contexto da Arqueologia do Norte da Península Ibérica”, in *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. I, Guimarães, pp. 133-144.
- Kalb, P. (1974-77), “Uma data de C-14 para o Bronze Atlântico”, *O Arqueólogo Português*, 3.ª série, vol. 7-9, Lisboa, pp. 141-144.
- Kalb, P. (1978), “Senhora da Guia, Baiões. Die Ausgrabungen 1977 auf einer Höhensiedlung der Atlantischen Bronzezeit in Portugal”, *Madridrer Mitteilungen*, 19, pp. 112-138.
- Kalb, P. (1980), “Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal”, *Germania*, 58, Mainz, pp. 25-59.
- Kalb, P. (1993), “Reflexões sobre a utilização de necrópoles megalíticas na Idade do Bronze”, *Estudos Pré-históricos*, 2, Viseu, pp. 415-426.
- Kalb, R; Höck, M. (1979), “Escavações na necrópole de mamóas “Fonte da Malga” — Viseu, Portugal”, *Beira Alta*, 38 (3), Viseu, pp. 593-604, XV Est.
- Kalb, R; Höck, M. (1980), “Ausgrabungen in der Grabhügelnekropole “Fonte da Malga” (Viseu, Portugal)”, *Madridrer Mitteilungen*, 20, pp. 43-55.
- Kalb, R; Höck, M. (1981-82), “Cabeço da Bruxa, Alpiarça (distrito de Santarém). Relatório preliminar da escavação de Janeiro e Fevereiro de 1979”,

- Portugalia*, n. s., voi. II/III, pp. 61-69, XIII ests.
- Kalb, R; Höck, M. (1985 a), *Cerâmica de Alpiarça. Exposição temporária na Galeria dos Patudos. Catálogo*, Alpiarça, Câmara Municipal de Alpiarça — Casa Museu dos Patudos / Instituto Arqueológico Alemão.
- Kalb, R; Höck, M. (1985 b), *Cerâmica da Senhora da Guia, Baiões e peças comparáveis do Sul de Portugal na exposição “Cerâmica de Alpiarça Suplemento ao Catálogo*, Viseu, Grupo de Amigos do Museu de Grão Vasco / Instituto Arqueológico Alemão.
- Leisner, V. (1958), “Nota sobre um vaso transmontano”, *Arqueologia e História*, 8.^a série, voi. III, Lisboa, pp. 145-153.
- Linick, T. W.; Long, A.; Damon, P. E.; Ferguson, C. W. (1986), “High-precision radiocarbon dating of bristlecone pine from 6554 to 5350 BC”, *Radiocarbon*, 28, pp. 943-953.
- López Cuevillas, F. (1930), “Novas cerâmicas das antas galegas”, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. IV (3), Porto, pp. 280-281.
- López Cuevillas, F. (1980), “Prehistoria” in *Historia de Galiza* (dir. de R. Otero Pedrayo), vol. III, com Adenda e Corrigenda de X. Taboada Chivite, Madrid, Akal, Editor.
- López Cuevillas, F.; Bouza Brey, F. (1929), *Os Oestrímnios, os Saefes e a Ofilatria en Galiza*, A Cruña [“Arquivos do Seminario d’Estudos Galegos”, vol. II].
- López Cuevillas, F; Bouza Brey, F. (1931), “La civilización neo-eneolítica gallega”, *Archivo Español de Arte e Arqueologia*, n.º 19, Madrid, p. 10 e ss.
- López Cuevillas, F; Lourenzo Fernández, X. (1930), *Vila de Calvos de Randin. Notas etnográficas e folklóricas*, Santiago de Compostela [“Seminário de Estudos Galegos”].
- Luengo Martínez, J. M. (1965), “Las sepulturas de la Edad del Bronce descubiertas en Camota”, *La Voz de Galicia*, 21 de mayo de 1965.
- Marques, G. (1972), *Arqueologia de Alpiarça. As estações representadas no Museu do Instituto de Antropologia do Porto*, “Trabalhos do Instituto de Antropologia “Dr. Mendes Corrêa””, n.º 13, Porto.
- Marques, G.; Andrade, G. M. (1974), “Aspectos da proto-história do território português. 1 — Definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do Ferro)”, in *Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*, vol. I, Porto, pp. 125-148.
- Martins, M. M. R. (1987), *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Braga, Universidade do Minho, 3

- vols, (dissertação de doutoramento, policopiada).
- Meijide Cameselle, G. (1993), “La necropolis del Bronce inicial del Agro de Nogueira (Toques, A Coruña)”, *Actas del XXII Congreso Nacional de Arqueología*, Vigo, pp. 85-88.
- Meijide Cameselle, G. (1996), “La necrópolis del Bronce inicial del Agro de Nogueira (Piñeiro, Toques, A Coruña) en el contexto funerario de su época”, *Humanitas. Estudios en Homenaje ó Prof. Dr. Carlos Alonso del Real*, vol. I, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 215-239.
- Moita, I. (1966), “Características predominantes do grupo dolménico da Beira Alta”, *Ethnos*, 5, Lisboa, pp. 189-277, XX ests., 1 mapa extra-texto.
- Monteagudo, L. (1977), *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*, München [“Prähistorische Bronzefunde”, IX, band 6].
- Monteagudo, L.; García Alén, A.; Lois Mejomil, J. (1981), “El hacha de salto (Rodeiro) y las primeras hachas de tope de dos asas en Europa”, *El Museo de Pontevedra*, vol. XXXV, pp. 117-162.
- Paço, A. (1933), “Vaso de bordo horizontal, de Vila Fria”, in *Homenagem a Martins Sarmiento*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, pp. 272-276.
- Pearson, G. W.; Becker, B.; Qua, F. (1993), “High-precision ^{14}C measurement of german and irish oaks to show the natural ^{14}C variations from 7890 to 5000 BC”, *Radiocarbon*, 35, pp. 93-104.
- Pearson, G. W.; Stuiver, M. (1993), “High-precision bidecadal calibration of the radiocarbon time scale, 500-2500 BC”, *Radiocarbon*, 35, pp. 25-33.
- Pedro, I. (1995), *O povoamento proto-histórico na região de Viseu*, Porto (dissertação de mestrado, policopiada).
- Peña Santos, A. de la (1985), “Las cistas de Gandón (Cangas de Morrazo, Pontevedra)”, *El Museo de Pontevedra*, XXXIX, pp. 79-94.
- Queiroga, F. M. V. R.; Figueiral, I. M. A. C. R. (1992), “Datações de Carbono 14 para Castelo de Matos”, *Boletim Cultural. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 9, pp. 67-69.
- Ramil Soneira, J.; Vázquez Varela, J. M. (1979), “Enterramientos en cista de la Edad del Bronce de “O Cubillón”, Xermade (Lugo)”, *El Museo de Pontevedra*, XXXIII, pp. 63-68.
- Rodríguez Casal, A. A. (1989), *La necropolis megalítica de Parxubeira (San Fins de Eirón, Galicia). Campañas arqueológicas de 1977 a 1984, A Coruña* [“Monografías urxentes do Museu”, n.º 4].
- Ruiz-Gálvez Priego, M. (1979), “El Bronce Antiguo en la fachada atlántica peninsular: un ensayo de periodización”, *Trabajos de Prehistoria*, vol. 36, Madrid, pp. 151-172.

- Sanches, M. J. (1982), “Vasos da estação do Corvilho - St.º Tirso”, *Arqueologia*, 5, Porto, pp. 56-61.
- Sanches, M. J. (1995), “O povoado da Lavra, Serra da Aboboreira”, in *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos de poder*, Lisboa, SEC/IPM/MNA, p. 116.
- Santarém, C. M. F. (1956), “Algumas peças inéditas do Museu Abade Pedrosa”, *O Concelho de Santo Tirso. Boletim Cultural*, vol. IV, n.º 2, pp. 169-177, 2 extra-textos.
- Santos, M. R.; Soares, J.; Silva, C. T. (1974), “Necrópole da Provença (Sines)”, *Arqueologia e História*, vol. V, pp. 69-99.
- Sarmiento, F. Martins (1933), *Dispersos*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Schubart, H. (1965), “Atalaia, uma necrópole da Idade do Bronze no Baixo Alentejo”, *Arquivo de Beja*, vol. XXII, pp. 7-136.
- Schubart, H. (1971), “Acerca de la cerámica del Bronce tardío en el Sur y Oeste de la Península Ibérica”, *Trabajos de Prehistoria*, vol. 28, pp. 153 e ss.
- Schubart, H. (1974), “La cultura del Bronce en el sudoeste peninsular. Distribución y definición”, in *Miscelánea Arqueológica*, Barcelona, vol. II, pp. 345-370.
- Schubart, H. (1975), *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel* Berlim, Walter de Gruyter & Co. [“Madriider Forschungen”, vol. 9].
- Senna Martinez, J. C. (1989), *Pré-história recente da bacia do Médio e Alto Mondego. Algumas contribuições para um modelo sociocultural* Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 vols, (dissertação de doutoramento, policopiada).
- Senna Martinez, J. C. (1991), “The Late Prehistory of Central Portugal: a first diacronic view”, in K. T. Lillios (ed.), *The origins of complex societies in Late Prehistoric Iberia*, Chicago [“International Monographs in Prehistory”].
- Senna Martinez, J. C. (1993), “O Grupo Baiões/Santa Luzia: contribuições para uma tipologia da olaria”, *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, Lisboa, Colibri, pp. 93-123.
- Senna Martinez, J. C.; Valera, A. C. N.; Teixeira, C.; Ventura, J. M. Q. (1993), “A ocupação do Bronze Final da “Sala 20” do Buraco da Moura de São Romão”, *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 1, Lisboa, Colibri, pp. 125-135.
- Silva, A. C. F. (1985), “As fossas ovóides de Beiriz e a problemática das práticas funerárias no final da Idade do Bronze”, *Actas do Colóquio “Santos Graça” de Etnografia Marítima*, vol. III (Povoamento e Administração

- Aspectos sociais), pp. 13-20.
- Silva, A. C. F. (1986), *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Câmara Municipal de Paços de Ferreira / Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
- Silva, A. C. F.; Raposo, L.; Silva, C. T. (1993), *Pré-história de Portugal*, Lisboa, Universidade Aberta.
- Silva, A. M.; Cunha, E. (1997), “As incinerações da necrópole do Paranho: abordagem antropológica”, *Estudos Pré-históricos*, 5, Viseu, pp. 111-119.
- Silva, Celso T. (1978 a), “Cerâmica típica da Beira Alta”, in *Actas das III Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 13 de Outubro de 1977)*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. I, pp. 185-191, IV ests.
- Silva, Celso T. (1978 b), “Gravuras rupestres inéditas da Beira Alta”, in *Actas das III Jornadas Arqueológicas. 1977*, vol. I, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 165-184.
- Silva, Celso T. (1980), “As Gravuras rupestres de Lufinha. Dois motivos labirínticos na região de Viseu”, in *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. II, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, pp. 155-169, IV ests.
- Silva, Celso T. (1989), “Gravuras rupestres de Ferronhe (Viseu)”, in *Actas do I Coloquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, Governo Civil do Distrito de Viseu, pp. 283-288.
- Silva, Carlos T.; Soares, J. (1981), *Pré-história da Área de Sines — Trabalhos Arqueológicos de 1972-77*, Gabinete da Área de Sines, Lisboa.
- Silva, E. J. L. (1994), “Megalitismo do Norte de Portugal: o litoral minhoto”, *Estudos Pré-históricos*, 2, Viseu, pp. 157-169, III ests. [“Actas do Seminário “O Megalitismo no Centro de Portugal””].
- Silva, F. A. P. (1989), “Escavação da mamoa 4 de Alagoas (Escariz — Arouca). 1987-1988”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXIX, Porto, pp. 47-71.
- Soeiro, T. (1988), “A propósito de quatro necrópoles proto-históricas do concelho de Esposende”, in *Actas do Colóquio “Manuel de Boaventura” — 1985 — Arqueologia*, Esposende, Câmara Municipal de Esposende, pp. 35-62.
- Stuiver, M.; Pearson, G. W. (1993) “High-precision bidecadal calibration of the radiocarbon time scale, AD 1950-500 BC and 2500-6000 BC”, *Radiocarbon*, 35, pp. 1-23.
- Stuiver, M.; Reimer, P. J. (1993), “Extended ¹⁴C database and revised CALIB radiocarbon calibration program”, *Radiocarbon*, 35, pp. 215-230.

- Vasconcellos, J. L. (1908), “Estudos sobre a época do bronze em Portugal”, *O Archeologo Português*, vol. XIII, Lisboa, pp. 300-313.
- Vaz, J. L. I. (1993), *A civitas de Viseu (Espaço e sociedade)*, Coimbra (dissertação de doutoramento).
- Vázquez Rosas, R. (1997), *Petro glifos de las rias baixas gallegas. Análisis artístico de un arte prehistórico*, Pontevedra, Servicio de publicacións Excm.^a Deputación Provincial de Pontevedra.
- Vázquez Varela, J. M. (1979), “El horizonte de Rechaba: una nueva fase de la cultura megalítica del Noroeste peninsular”, *Boletín Auriense*, 9, Ourense, pp. 9-26.
- Vázquez Varela, J. M. (1980a), “Cistas decoradas en Galicia: una nueva manifestación artística de la Edad del Bronce”, *Brigantium*, 1, La Coruña, pp. 41-48.



Foto 1 — Aspecto dos monumentos 3 e 4 da “Casinha Derribada”, obs. aprox. de NE. Ao fundo, o aglomerado urbano de Visu.

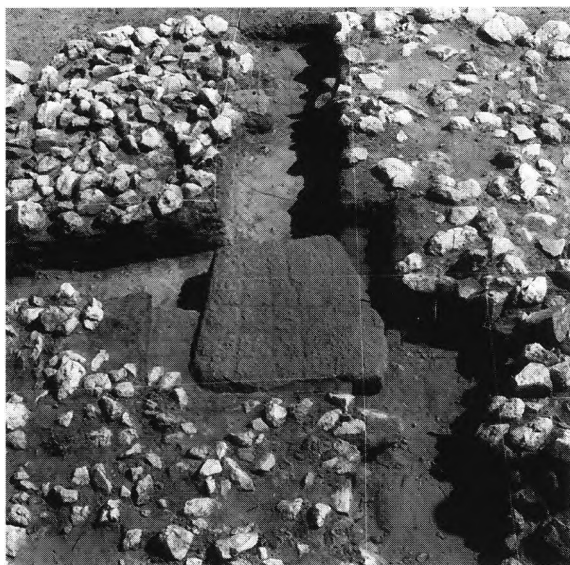


Foto 2 — Laje de cobertura da fossa do monumento 3. Obs. de norte.



Foto 3 — Fossa com vasos cerâmicos do monumento 3. Obs. de este.



Foto 4 — Vaso cerâmico — ovóide com colo alto, troncoconico, fechado.
Monumento 3 da “Casinha Derribada”. Foto de A. Roldão
(I.C.B.A.S., Universidade do Porto).



Foto 5 — Vaso cerâmico — ovoide com colo alto, troncoconico, muito
inclinado, fechado. Monumento 3 da “Casinha Derribada”. Foto de A. Roldão
(I.C.B.A.S., Universidade do Porto).



Foto 6 — Vasos cerâmicos — taças fundas de carena alta. Monumento 3 da “Casinha Derribada”. Foto de A. Roldão (I.C.B.A.S., Universidade do Porto).



Foto 7 — Monumento 5 da “Casinha Derribada”, obs. de NE. Em primeiro plano avistam-se as primeiras casas de Póvoa de Mundão e o amplo vale do Mundão, irrigado pela rib.^a da Fraga. Ao fundo, o casario de Casal de Mundão e, em último plano, à direita, o Monte de St.^a Luzia.



Foto 8 — A cista do monumento 5 da “Casinha Derribada”.
Obs. aprox. de SE.

(Página deixada propositadamente em branco)

Luís M. F. SIMÕES

Instituto Superior Politécnico de Viseu

O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA “CASINHA DERRIBADA”.
ENQUADRAMENTO GEOLÓGICO E GEOMORFOLOGIA
Conimbriga”, XXXVII (1998), p. 77-81

RESUMO: NO contexto dos trabalhos arqueológicos da “Casinha Derribada”, faz-se a caracterização geológica e geomorfológica da área onde se implantam os pequenos *tumuli* da “Casinha Derribada”.

ABSTRACT: Within the context of the archaeological works done at “Casinha Derribada”, we present herewith the geological and geomorphological framing of the area where the small tumuli of “Casinha Derribada”.

Conimbriga, 37 (1998), 77-81

(Página deixada propositadamente em branco)

O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DA “CASINHA DERRIBADA” ENQUADRAMENTO GEOLÓGICO E GEOMORFOLOGIA

A região onde se encontram implantados os monumentos da “Casinha Derribada” é abrangida pela folha 178 (Viseu) da carta topográfica editada pelos Serviços Cartográficos do Exército, à escala de 1: 25.000, e insere-se na Zona Centro-Ibérica, na parte interna do orógeno hercínico.

Num polígono inscrito a norte da cidade de Viseu e delimitado a oeste pela povoação do Campo e a este por Cavernães, afloram metassedimentos do “Complexo Xisto-grauváquico das Beiras” (C.X.G.), de idade ante-ordovícica, e diversos corpos granitóides hercínicos com características estruturais, texturais e mineralógicas muito variadas (Fig. 1).

Os monumentos em apreço estão implantados no bordo sul de uma superfície de aplanamento com segmentos bem conservados a altitudes variáveis entre os 600 e os 680 metros, designada por “superfície superior de Viseu”; esta confronta a norte de Viseu com uma segunda superfície de aplanamento com cotas menos elevadas, em tomo dos 500 metros, e na qual assenta aquela cidade. Tal superfície corresponde ao sector setentrional da plataforma do rio Mondego (Ferreira, 1978). Segundo este autor o contacto entre estas duas superfícies de aplanamento é bastante sinuoso. No sector em causa, o contacto sul é nítido e sublinhado por um rebordo de cerca de 100 metros de altura, com um declive que atinge 10% a este da povoação do Campo e 22% na zona de Santa Luzia. Pelo contrário, o troço oeste do rebordo só localmente tem expressão clara, havendo quase sempre uma passagem gradual da superfície inferior para a superfície superior. Do ponto de vista geomorfológico, os monumentos localizam-se na plataforma que separa a bacia hidrográfica do rio Vouga, a norte, da bacia hidrográfica do rio Mondego, a sul e a sudeste.

Na superfície de aplanamento correspondente ao sector setentrional da plataforma do rio Mondego e a sul da área em apreço, afloram sobretudo granitóides predominantemente biotíticos, porfíróides de grão médio a grosseiro tardi e pós-tectónicos. Na superfície superior de Viseu ocorrem granitóides de duas micas, equigranulares de grão médio a fino, tardia a sintectónicos, xistos, micaxistos e grauvaques com grau de metamorfismo diverso desde a zona da biotite à zona da silimanite.

Do ponto de vista geológico, o segmento de crosta onde os monumentos em estudo estão localizados é constituído por uma mancha de micaxistos pertencente ao “Complexo Xisto-grauváquico das Beiras”, de idade ante-ordovícica. Tais micaxistos exibem grandes porfiroblastos prismáticos de estauroilite que se encontram profundamente substituídos por sericite e por moscovite; outros constituintes mineralógicos ubíquos são a clorite, a biotite e o quartzo; a turmalina é frequente e a andaluzite substitui por vezes a estauroilite.

Em termos gerais estas duas superfícies de aplanamento correspondem a substratos geológicos diferenciados e são o produto de processos de erosão diferencial e das diferentes etapas orogénicas e consequente evolução geológica e geomorfológica do Norte e Centro de Portugal Continental.

O relevo de toda a região é condicionado pela existência de linhas de água com orientação preferencial NNE-SSW, NE-SW, ENE-WSW e NNW-SSE, adaptadas geralmente à fracturação regional e originando, em áreas graníticas, vales encaixados; em zonas metassedimentares, os vales são abertos e pouco profundos. Entre as linhas de água o relevo mostra-se algo aplanado com perfil geomorfológico arredondado. Em toda a região o padrão geral da rede de drenagem é do tipo dendritico, apesar da frequência com que ocorrem troços de configuração rectilínea, que reflectem o condicionamento estrutural da implantação de tal padrão.

A região é fundamentalmente agrícola. As explorações fazem-se preferencialmente nos retalhos xistosos, mais fáceis de trabalhar. Nos vales mais largos o aproveitamento dos depósitos aluvionares e coluvionares é frequente mas, na maioria dos casos, de importância limitada.

BIBLIOGRAFIA

- FERREIRA, A. B. (1978) — *Planaltos e montanhas do Norte da Beira. Estudo de geomorfologia*. Lisboa. [“Memórias do Centro de Estudos Geográficos”, 4].
- SOEN, O. I (1958) — “The geology, petrology and ore deposits of the Viseu region, Northern Portugal”. *Com. Serv. Geol. Portugal*, 41. Lisboa.
- SCHERMERHORN, L. J. G. (1956) — “Igneous, metamorphic and geology of the Castro Daire - São Pedro do Sul - Sátão region (northern Portugal)”. *Com. Serv. Geol. Portugal*, 37. Lisboa.

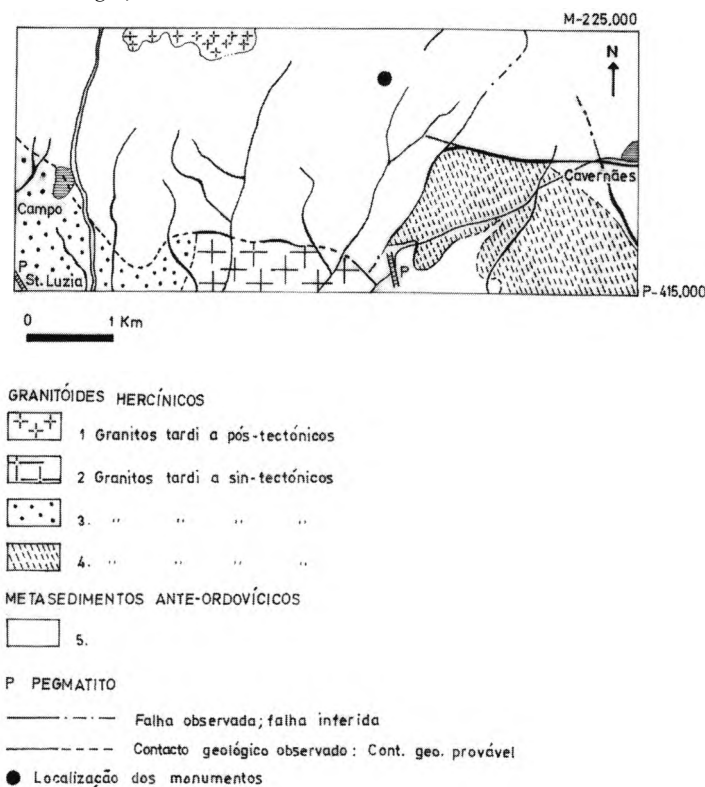


Fig. 1 - Esboço geológico, modificado e simplificado, de Soen (1958) e de Schermerrhorn (1956). Granitóides hercínicos: (1) granito de duas micas, equigranular de grão médio; (2) granito de duas micas, equigranular de grão médio a grosseiro com foliação observável; (3) granito de duas micas, equigranular de grão médio a fino com foliação observável; (4) granito biotítico com moscovite, equigranular de grão médio com foliação observável; (5) xistos, micaxistos, grauvaques e migmatitos do “complexo xisto-grauváquico das Beiras”.

(Página deixada propositadamente em branco)

ISABEL FIGUEIRAL

Doutora em Fitologia Vegetal. Investigadora da ESA 5059 CNRS, Université Montpellier II

CASINHA DERRIBADA — MONUMENTO 3 (MUNDÃO, VISEU).
OS CARVÕES DE ORIGEM VEGETAL
“Conimbriga”, XXXVII (1998), p. 83-87

RESUMO: Publicam-se os resultados do estudo antracológico das amostras de carvão vegetal recolhidas no monumento 3 da “Casinha Derribada”.
A lista taxonómica é reduzida: *Quercus* folha caduca (Carvalho), *Quercus suber* (Sobreiro) e *Erica arborea* (Urze branca). As espécies identificadas integram-se na zona fito-ecológica Mediterrâneo-atlântica.
A uniformidade dos taxa inventariados, particularmente na amostra obtida por flutuação, justificar-se-á, talvez, pelo leque pouco diversificado da madeira utilizada na fogueira acesa sobre a laje de cobertura deste monumento, certamente de carácter ritual.

ABSTRACT: Results from charcoal analysis obtained at “Casinha Derribada” (Monument 3) are presented. Only three taxa are identified: *Quercus* (deciduous) (Oak), *Quercus suber* (Cork oak), and *Erica arborea* (Heath). At present, this taxa grow in the area which is under both Mediterranean and Atlantic climatic influences.
The charcoal fragments studied were found concentrated in a fireplace (probably ritual). A short-term selection of wood would explain the reduced taxonomic list.

(Página deixada propositadamente em branco)

CASINHA DERRIBADA — MONUMENTO 3 (MUNDÃO, VISEU) OS CARVÕES DE ORIGEM VEGETAL

I. Introdução

Os carvões vegetais analisados provêm do monumento 3 da “Casinha Derribada”, situado na freguesia de Mundão, concelho e distrito de Viseu, estudado no âmbito do projecto de investigação “Práticas funerárias e/ou cultuais dos finais da Idade do Bronze na Beira Alta”, coordenado por Domingos J. Cruz.

A área onde o monumento foi erigido encontra-se inserida actualmente na zona fito-ecológica Mediterrâneo-atlântica, caracterizada pela presença de *Castanea sativa* (Castanheiro), *Pinus pinaster* (Pinheiro bravo), *Pinus pinea* (Pinheiro manso), *Quercus robur* (Carvalho roble / alvarinho), *Quercus suber* (Sobreiro) O.

O estudo deste material arqueológico permitirá a recolha de informações em relação às espécies vegetais utilizadas pelas populações locais.

II. Resultados e discussão

Os resultados qualitativos e quantitativos são apresentados no quadro 1. Como facilmente se nota o número de fragmentos à nossa disposição é extremamente reduzido (12 amostras com um total de 187 fragmentos de carvão). Todas as amostras estudadas provêm do quadrado (*)

(*) *Carta ecológica, fito-edafo-climática*, Comissão Nacional do Ambiente, Lisboa, 1984.

D7, excepto a que foi obtida por flutuação de sedimentos (15 Kg), recolhida no quadrado C8.

Se abstrairmos as identificações incertas (como por exemplo *Quercus* cf. *suber*), a lista taxonómica obtida reduz-se a três taxa: *Quercus* folha caduca (Carvalho), *Quercus suber* (Sobreiro) e *Erica arborea* (Urze branca). A presença de metade de uma bolota é igualmente de assinalar. Esta pobreza taxonómica não é inesperada, dada a utilização extremamente pontual deste tipo de estação.

Entre os taxa identificados, o Carvalho é claramente maioritário. Os caracteres anatómicos observados levam-nos a pensar

Quadro 1 - Frequências absolutas dos taxa. Casinha Derribada - Monum. 3

Amostra	Quadrado	Coordenadas (cm)				Taxa / frequências absolutas
		x	y	z	Z'	
1	D7	15	66	124	11	Quercus folha caduca - 5
2	D7	28	92	125	10	Quercus folha caduca - 11
3	D7	46	40	120	11	Quercus suber - 5
4	D7	90	28	121	10	Quercus folha caduca - 4 Erica arborea - 1
6	D7	59	37	122	11	Quercus folha caduca - 5
7	D7	49	41	121	10	Quercus suber - 3
8	D7	46	74	124	10	Quercus folha caduca - 4
9	D7	31	39	122	10	1/2 bolota - 1
10	D7	62	18	122	14	Quercus folha caduca - 2
11	D7	38	66	125	12	Quercus folha caduca - 1
12	D7	43	38	125	12	Quercus folha caduca - 5
	C8	flutuação				Quercus folha caduca - 134 Quercus cf. suber - 3 Quercus sp. - 1 Erica sp. - 2

tratar-se de *Quercus robur* (Carvalho roble / alvarinho) espécie que, crescendo sobretudo em regiões sob clima oceânico, pode igualmente desenvolver-se em zonas de clima continental, mais quente e seco. Esta espécie de carvalho suporta mal o frio intenso (geadas) e prefere os solos férteis, ou seja, profundos e húmidos ⁽²⁾.

De notar igualmente que na maioria dos fragmentos analisados os anéis anuais apresentavam um crescimento rápido, o que é habitual em árvores bastante jovens.

No que diz respeito ao Sobreiro (*Quercus suber*), trata-se de uma espécie sensível ao frio, que necessita de calor e luz e aprecia a humidade atmosférica. É pouco exigente em relação aos solos mas não suporta os calcários nem os solos compactados ⁽³⁾.

A Urze branca é uma espécie tipicamente mediterrânica, crescendo habitualmente em associação com as Azinheiras e Sobreiros.

As amostras estudadas dizem respeito às terras do *tumulus*, relacionando-se com uma pequena fogueira, de carácter ritual, realizada sobre a laje de cobertura da fossa central antes da colocação das pedras que constituem o revestimento pétreo superficial. A grande uniformidade dos taxa identificados, particularmente na amostra obtida por flutuação de sedimentos, justificar-se-á com a gama pouco diversificada da madeira recolhida para este efeito. É também de admitir, no entanto, que alguns dos elementos carbonosos incluíssem os sedimentos transportados para a construção do monumento, datando de um momento relativamente anterior.

Todas estas espécies foram já identificadas nas cistas da Necrópole do “Paranho” (Molelos, Tondela) ⁽⁴⁾, que se integra na mesma região de investigação e cuja cronologia é próxima (séc. XII-XI a.C.) ⁽⁵⁾. A análise de material carbonizado de outros monumentos poderá fornecer informações mais completas sobre as espécies vegetais à disposição das populações humanas estabelecidas nesta área.

⁽²⁾ Fabião, A. M. D. (1987), *Arvores e florestas*, Mem Martins, Europa-América [Col. Euroagro].

⁽³⁾ Vide op. cit na nota anterior.

⁽⁴⁾ Figueiral, I. (1997), “Necrópole do Paranho (Molelos, Tondela). Resultados da análise dos carvões vegetais”, *Estudos Pré-históricos*, 5, Viseu, pp. 121-122.

⁽⁵⁾ Cruz, D. J. (1997), “A Necrópole do Bronze Final do “Paranho” (Molelos, Tondela, Viseu)”, *Estudos Pré-históricos*, 5, Viseu, pp. 85-109.

(Página deixada propositadamente em branco)

JORGE DE ALARCÃO

Professor da Faculdade de Letras de Coimbra

A PAISAGEM RURAL ROMANA E ALTO-MEDIEVAL EM PORTUGAL

Conimbriga, XXXVII (1998), p. 89-119

Resumo: Distinguem-se três níveis de aglomerados populacionais no Portugal romano; cidades, vici e aglomerados de terceiro nível (<castella e aldeias). Se a aldeia parece não ter existido em algumas áreas (por exemplo, no Alentejo), é visível noutras regiões.

Quanto ao povoamento disperso, distinguem-se villae, granjas e casais, a que correspondem diferentes tipos de edifícios e diferentes propriedades. A villa teria, no Sul, cerca de 200 hectares (sem prejuízo de, a partir dos fins do séc. I d.C. e, sobretudo, no Baixo Império se terem constituído fundi mais vastos) e, no Norte, talvez 75 a 100 hectares. As granjas seriam propriedades de 10 a 50 hectares, também maiores no Sul do que no Norte. Os casais teriam propriedades de ordem dos 2/3 a 10 hectares.

Apresenta-se uma proposta que permite identificar, a partir da área actual de dispersão dos achados superficiais, o tipo de edifício ou aglomerado subjacente. Analisam-se algumas áreas, procurando interpretar a paisagem em função destes parâmetros.

Conclui-se com uma análise do sentido da palavra villa nos documentos da Alta Idade Média.

Résumé: À l'époque romaine, il y avait, au Portugal, en plus des villes et des *vici*, des petits *village* s. Ils ne sont pas visibles dans toutes les régions. Dans le sud, le *village* n'existait pas: il n'y avait que des villes et des *vici*. Au contraire, dans le nord du pays, le *village* est visible.

Le peuplement rural dispersé se composait de *villae*, fermes et de modestes

Conimbriga, 37 (1998), 89-119

bâtiments avec des propriétés de 2/3 à 10 hectares pour lesquels l'auteur propose, en portugais, le nom de casai. La *villa* était une propriété d'environ 200 hectares dans le sud et de 75 à 100 dans le nord. La ferme, pour laquelle l'auteur propose le noms portugais de *granja*, avait une propriété de 10 à 50 hectares.

À partir de l'extension des vestiges actuellement visibles en surface, on peut essayer d'identifier le type de site: petit *village*, *villa*, ferme ou casai.

La carte archéologique de trois régions (*Aquae Flaviae*, *Collippo* et *Egitânia*) est interprétée en fonction de ces paramètres, en essayant de distinguer villes, fermes, petits *villages* et, pour le voisinage d'Egitania, des casais.

Finalement, l'auteur se pose les problèmes de la survivance des *villas* au Moyen Âge et du sens equivoque du mot *villa* dans les documents du X^e -XII^e siècles.

A PAISAGEM RURAL ROMANA E ALTO-MEDIEVAL EM PORTUGAL

A paisagem rural acontecida e agora imaginada e nomeada

Alberto Sampaio imaginou o nosso território (inclusive o Entre Douro e Minho), na época romana, povoado de *villae* contíguas. “O solo das cidades, exceptuando porventura os tratos mais alpinos, saindo de vez do colectivismo, dividiu-se em secções de propriedade individual. Esta divisão, criando prédios de grande extensão, criou os núcleos fundamentais do mundo agrícola; em cada qual alojou-se um grupo de trabalhadores, às ordens e sob a direcção do *dominus*... Uma capital - *urbs* ou *civitas*, domina a região coberta de vilas... Estendendo-se contíguas, como as densas malhas de uma rede, as vilas foram um dos principais pontos de apoio da romanização...” (SAMPAIO, 1979: 111-112). Nas *villae* romanas teriam origem, segundo o autor, as *villas* da Reconquista.

Tivemos ocasião de contestar, em 1980, esta visão da paisagem rural romana de Portugal e de propor outra origem para as *villas* da Reconquista (ALARCÃO, 1980). É tempo de voltarmos a este assunto, agora mais documentados com resultados de trabalhos recentes de prospecções arqueológicas sistemáticas em diferentes áreas do país. Tempo de corrigirmos o critério demasiadamente estreito que naquele nosso artigo definimos para identificação das *villae*: o critério dos mosaicos.

Na época romana, como hoje, havia aldeias, de que a nossa figura 1 pretende dar uma imagem. Não as haveria no Alentejo, onde, para além das cidades, talvez só existissem *vici*, isto é, aglomerados urbanos de segundo nível, maiores que aldeias, que são aglomerados de terceira

ordem. Também na área de Viseu não são visíveis aldeias na época romana, a menos que chamemos aldeias aos antigos castros que se mantiveram sob o domínio romano (ALARCÃO, 1996). Mas na parte oriental de Trás-os-Montes, na zona de Chaves ou na área de Colippo (S. Sebastião do Freixo, Batalha) parece-nos ter existido algo a que convém o nome de aldeia. Possivelmente, a aldeia existiu noutras regiões do país.

Para além das aldeias, que devemos imaginar com um aro cultivado talvez da ordem de 1 a 1,5 quilómetro de raio (se não menor), havia, na época romana, um povoamento disperso de pequenas propriedades com habitações muito modestas, propriedades médias com habitações mais amplas e mais solidamente construídas e grandes herdades com sedes dotadas daquilo que Varrão chama *urbana ornamenta*: pavimentos de mosaico, revestimentos de estuque pintado nas paredes, termas, etc.

Para estas últimas casas e propriedades não temos dificuldade em encontrar uma designação: *villa*. Os muitos exemplos escavados permitem-nos imaginar o aspecto da casa do proprietário (fig. 2). Apar com esta, isto é, com aquilo a que Catão chama *villa urbana* e a que Columela dá o nome de *pars urbana* da *villa*, a grande herdade tinha sua *pars rustica*, que alojava os criados de lavoura e sua *pars frumentaria*, que reunia adega, celeiro, estábulos, eira, abrigos vários para a lenha e a palha, etc. A *villa* seria, em Portugal, uma propriedade de cerca de 200 hectares, sem prejuízo de, no Alentejo, poder alcançar 400 ou 600 e de, no Norte e Centro, poder descer a 75 ou 100.

As médias propriedades tinham habitações mais modestas, de que podemos fazer ideia através da fig. 3. Uma casa deste tipo cabia a uma média propriedade de 10 a 50 hectares. No Norte, uma média propriedade teria talvez 10 a 25 hectares; a sul do Tejo ou na zona da Idanha, onde a terra, na época romana, valia e rendia certamente menos, uma média propriedade poderia ter 50 hectares.

Que nome daremos a uma casa deste tipo e à propriedade média que lhe correspondia? Sentimo-nos, por um momento, tentados a chamar-lhe *villa rustica*, reservando o nome de *villa*, sem mais, para a grande propriedade e para a casa senhorial com os *urbana ornamenta* de Varrão. Mas a expressão *villa rustica* não ocorre na literatura latina com este sentido. O que Catão designa por *villa rustica* corresponde ao que Columela chama *pars rustica* da *villa*.

Talvez, pelo menos no tempo de Varrão, se chamasse também villa a este tipo de prédio, mas com a sensação de que a palavra era imprópria. Áxio (VARRÃO, Rer. rust. Ill, 2, 9) pergunta: Quid igitur, inquit, est ista villa, si nec urbana habet ornamenta neque rustica membra, que villa é esta que não tem nem os ornamentos urbanos nem as dependências rústicas?

Daqui parece dever deduzir-se que os prédios médios que consideramos se chamavam também villae, mas que já os Romanos sentiam a impropriedade do termo. Ora os arqueólogos franceses preferem designá-los pelo termo hoje corrente d e ferme', os ingleses, pelos de farm e farmstead. Porque é que não utilizaremos também um termo moderno?

Os autores do estudo sobre o ager Veientanus consideraram útil fazer uma distinção entre villa e farm, embora tenham reconhecido que essa distinção não se encontra na literatura clássica. E acrescentaram: “se bem que seja arbitrária a distinção entre villa e farm, ela expressa adequadamente as diferenças de riqueza e sofisticação da vida romana no âmbito do território (veientino)” (KAHANE, THREIPLAND e WARD-PERKINS, 1968: 153-154).

Os três termos possíveis para a média propriedade e para a casa correspondente são os de quinta, granja e casal. Mas o de quinta, embora o tenhamos já usado (ALARCÃO, 1997), não nos parece agora o mais conveniente. Nos séculos XIV e XV, as quintas eram “grandes casas de habitação, por vezes com várias divisões e sobradadas, celeiros, adegas, lagares, fornos, cavaliariças, eventualmente mesmo uma torre” (GONÇALVES, 1989: 179). Hoje, “o tipo completo e perfeito da quinta é um prédio murado... a quinta tem uma casa de habitação, que muitas vezes é uma construção opulenta, rodeada por um jardim” (RIBEIRO, LAUTENSACH e DAVEAU, 1989: 866).

O termo de granja era usado nos séculos XIV e XV para designar os prédios rústicos que os grandes proprietários (designadamente os senhorios monásticos) mantinham sob exploração directa; contrapunha-se a granja ao casal, que era o prédio arrendado ou aforado (GONÇALVES, 1989: 178; COELHO, 1989: 277 s; AMARAL, 1994: 50). Mas, nesta data, as granjas começaram também a ser arrendadas ou emprazadas. O certo é que o termo caiu em desuso; exactamente por isso, isto é, por não ser conotado com nenhuma realidade moderna (hoje só existe na toponímia), talvez seja o mais adequado.

O termo casal correspondia, na Idade Média, a uma unidade de exploração não necessariamente contínua. Podia sê-lo e na documentação

medieval encontram-se, a propósito dos casais, expressões como, “jaz em circuito cerrado sobre si” ou “está todo juntamente” (GONÇALVES, 1989: 171). Mas, nas mais das vezes, o casal era constituído por parcelas dispersas ou espalhadas: aqui uma leira de sementeira (ou várias leiras dispersas), além uma várzea, mais além uma vinha, noutro lugar um ferragial ou um pomar. A casa que encabeçava o casal podia estar reunida a outras, numa aldeia.

A dimensão de um casal, reunidas todas as parcelas, podia ultrapassar os 35 hectares, mas era geralmente muito menor (GONÇALVES, 1989: 176). Estudando a propriedade do mosteiro de Alcobaça, Iria Gonçalves concluiu que 52,8% dos casais se situavam entre os 3 e os 6 hectares. A documentação medieval não nos proíbe, pois, a utilização do termo casal para as propriedades médias romanas para as quais admitimos 50 hectares no Sul, talvez 10 a 25 no Centro e no Norte. Mas se utilizarmos a expressão casal para as médias propriedades, que nome daremos às pequenas, da ordem dos 2/3 a 10 hectares? Poderíamos chamar grandes casais às primeiras e pequenos casais às segundas.

Não seria de todo despropositado usarmos para os pequenos casais a expressão latina de *aedificia*, que encontramos em César: *Agros, aedificia, vicosque habebant (De bello Gallico, IV, 43)*. A fig. 4 dá-nos imagem do que César designaria por *aedificium*, residência da família que cultivava uma pequena propriedade.

Tudo ponderado, preferimos propor o termo de *villa* para a grande propriedade, o de granja para a média e o de casal para a pequena, de cuja casa a fig. 5 sugere uma imagem. Se a alguém repugnar a palavra granja, pode usar *villa* rústica. Note-se que não escrevemos *villa rustica*. Esta expressão, pelas razões já apontadas, é incorrecta para designar a média habitação e a correspondente propriedade. Pondo a palavra “rústica” em redondo, isto é, utilizando não o latim mas o romance, a expressão pode ser aceitável.

A distinção entre *villa*, granja e casal não deve fazer-nos esquecer que havia provavelmente algumas *villae* diminuídas ao ponto de serem quase granjas, granjas ricas no caminho de virem a ser *villae* e alguns casais graúdos quase granjas.

O metro que interpreta

Como julgar, a partir dos vestígios superficiais que encontramos, e anteriormente a qualquer escavação, se estamos em presença de um casal, de uma granja ou de uma *villal* Ou ainda de uma aldeia?

Digamos, antes de mais, que a interpretação não pode deixar de ser mera conjectura; mas não será preferível correr o risco de conjecturar a designar todas as estações pelo nome genérico de habitat? Será que não temos meios de saber o que ali foi e devemos ficar desistidos de pensar o que ali houve?

Conjugando os dados de várias prospecções, parece-nos possível propor alguma correlação entre a área de dispersão actual dos achados e o tipo de estação.

Um sítio com 100 a 1.000 m2 (referimo-nos sempre à área de dispersão actual dos achados) corresponderá a um casal; uma estação com 1.000 a 5.000 m2, a uma granja; um lugar com 5.000 a 25.000 m2, a uma *villa* finalmente, a partir de 10.000/15.000 m2, teremos aldeias.

0 1000 5000	10000	25000	30000 ou >
casal			
granja			
	villa		
		aldeia	

Voltemos aos casais. A sua dimensão média parece ser mais frequente entre os 400 e os 600 m2. Mas nem todos os sítios desta dimensão, ou, mais genericamente, entre 100 e 1.000 m2, serão casais. Numa zona de *villae*, temos de perguntar-nos se estações desta ordem de grandeza não correspondem antes a anexos ou a edifícios subsidiários de *villae*: a casa do guarda da vinha (a que Isidoro de Sevilha, XV, 12, 1-2 dá o nome de *tugurium* ou *capanna*), a cabana do lenhador na orla do bosque, a cabana do pastor, etc. As estações de 100 a 1.000 m2 que se

situem, no Sul, numa área de 200 hectares em tomo de uma *villa* (ou, no Centro e no Norte, numa área de 75 a 100 hectares) devem ser classificadas como prováveis anexos de *villae* mais do que como casais, como sugere a nossa fig. 6, que aponta a cabana do lenhador no bosque, a do pastor no *saltus*, as dos guardas da vinha e do pomar, a do hortalão.

Os achados que encontraremos nos casais ou nos anexos de *villae* reduzir-se-ão a *tegulae*, *imbrices* e cerâmica comum.

Nas granjas já se pode esperar alguma *sigillata* ou *sigillata* clara, algum resto de *opus signinum*, algum tijolo de coluna, fuste tosco de pedra local ou capitel simples toscano.

Ainda que tenhamos definido os 5.000 m² como limite inferior das *villae*, qualquer achado de *tessellae* de mosaico ou de escultura deve ser suficiente para classificarmos como *villa* uma estação menos extensa. Mas o inverso não é verdade: pode haver *villae* sem mosaicos.

Se a presença de termas é comum numa *villa*, não devemos identificar como tal toda e qualquer estação com termas: pode tratar-se de uma *mansio*, que obrigatoriamente se situará no percurso de uma via.

Quando é que uma estação entre os 10.000 e os 25.000 hectares se classificará como aldeia? Se tiver mosaicos, mármore de revestimento, *sigillata* ou *sigillata* clara, cerâmica de paredes finas, lucernas, vidros, será *villa*. Uma estação desta grandeza só com cerâmica de construção e cerâmica doméstica comum será uma aldeia, cuja área poderá ultrapassar os 30.000 m². Mas talvez se deva chamar já *vīcus* a uma estação cuja área de dispersão de achados ronde ou ultrapasse os 30.000 m².

Permitirá o nosso metro dar um sentido aos vestígios ou será irresultante?

Analisaremos adiante alguns casos mas abordemos primeiro o problema da dimensão dos *fundi*.

As áreas dos *fundi*

Gorges (1979: 98-99), num trabalho sobre as *villae* romanas da Península Ibérica, calculou a extensão das *villae* do Alentejo entre 1.500 e 8.000 hectares; e noutro estudo (ETIENNE e GORGES, 1979: 903) sugeriu 3.000 a 4.000 hectares para as propriedades romanas da área de Castelo de Vide. É hoje evidente que estes números são excessivos.

No âmbito dos trabalhos arqueológicos que se realizaram em S. Cucufate, P. Sillières e V. Mantas calcularam em 200 hectares a dimensão

média das *villae* da área da Vidigueira e de Cuba (in ALARCÃO, ETIENNE e MAYET, 1990: 180). Reutilizando os dados colhidos na zona de S. Cucufate, defendemos a possibilidade de as *villae* alentejanas poderem ter alcançado 400 hectares (ALARCÃO, 1990: 419).

É nestes parâmetros que devem situar-se as *villae* romanas do Alentejo, como claramente se deduz de um estudo recente efectuado por Maria da Conceição Lopes e Pedro Carvalho no concelho de Serpa. Mas voltemos ao caso de S. Cucufate e analisemos a carta da fig. 7.

O território da *civitas* de Pax Iulia foi centuriado e cada centúria correspondeu a 50 hectares (MANTAS, 1996). A malha quadrangular a traço fino da nossa carta representa centúrias dessa grandeza, com a orientação proposta por Vasco Mantas. De poente para nascente temos cinco *villae*: n.º. 65 (15.000 m²), 9 (5.000 m²), 1 (20.000 m²), 43 (10.000 m²) e 48 (5.000 m²). A dimensão de 200 hectares para cada *villa* parece conveniente. É certo que, tendo sido limitada a área da prospecção, podemos defender a hipótese de o *fundus* de S. Cucufate (n.º. 1) se continuar para ocidente, o de Boa Vista (n.º. 9) se prolongar para norte. Para cada *villa* podemos defender, teoricamente, territórios maiores; mas estes não parecem muito prováveis.

Nas propriedades de 200 hectares comandadas por cada *villa* temos estações inferiores a 1.000 m². Assim, e relativamente à *villa* de Pedras de Zorra (n.º. 65), temos os n.ºs. 57 (duas concentrações de 200 m² a curta distância uma da outra), 62 (500 m²), 63 (300 m²), 64 (50 m²), 59 (500 m²), 60 (200 m²), 61 (500 m²), 58 (100 m²) e 13 (1.000 m²). De acordo com a nossa proposta, teríamos aqui dependências da *villa*.

Os triângulos da nossa carta marcam as estações que, por terem entre 1.000 e 5.000 m², classificamos de granjas. Não deixa de ser aceitável atribuímos 50 hectares a cada uma destas propriedades. A classificação dos n.ºs. 14 e 16 pode suscitar reservas; mas observaremos que estão nos limites da *villa* de S. Cucufate (n.º. 1). Seriam as propriedades tão rigorosamente esquadriadas?

Observe-se que algumas granjas têm também estabelecimentos dependentes e que não há, nesta área, nada que nos obrigue a defender a ideia de unidades menores, isto é, de casais da ordem dos 2/3 a 10 hectares. Os n.ºs. 38 e 39, que poderíamos admitir repartirem uma centúria de 50 hectares, têm, respectivamente, 200 e 150 m², isto é, dimensões muito inferiores à média de 400 a 600 m² que presumimos para os casais: parece melhor classificá-los como estabelecimentos anexos (da granja n.º. 16?).

O estudo de Maria da Conceição Lopes e Pedro Carvalho no concelho de Serpa confirma a impressão de que a dimensão média das *villae* do Alentejo era de 200 hectares embora pudesse, nalguns casos, atingir os 400. Não excluimos, todavia, a possibilidade de um rico proprietário poder reunir diversas *villae* ou ter na sua dependência algumas granjas.

Propriedades desta grandeza, isto é, da ordem dos 200 hectares, poderiam existir no Centro e até no Norte do país. Examinemos alguns casos do território de Conimbriga.

A *villa* de S. Simão, no concelho de Penela, conhecida por mosaicos, fica situada num vale chamado da Cerradinha, apertado entre o Outeiro da Presa e a Lomba da Avessada. Espraia-se depois o vale pelo campo do Pastor. À vontade, a *villa* podia dispor de 200 hectares de boas terras (fig. 8).

No sítio do Carvalhal, no concelho de Ansião, há umas longas galerias subterrâneas que parecem constituir criptopórtico de uma O sítio domina uma várzea fértil cercada de montes: o Monte Alvão e o Morro da Ladeira. A várzea tem mais de 450 hectares, mas parece ter sido repartida pela *villa* do Carvalhal e por uma outra sita em Santiago da Guarda, onde há mosaicos (fig. 9).

Castella, aldeias e villae na área de Chaves

A carta arqueológica da região de Chaves, na época romana (fig.

10) foi elaborada por Paulo Amaral numa meritória tese de mestrado apresentada em 1993 à Faculdade de Letras do Porto. O autor teve o cuidado de medir a área de dispersão actual dos vestígios mas classifica como *habitat* muitas estações, sem se interrogar se se trata de granjas, *villae* ou aldeias.

Ao longo do Tâmega e da via romana que, de Chaves, se dirigia para o Norte, a montante da cidade, temos uma série de estações com 7.000 a 20.000 m², que nos parecem, pela extensão, de norte para sul, 72, 74, 76, 79, 71. Pela sua posição, a estação 78, cuja área de dispersão o autor não conseguiu calcular, poderá corresponder a outra *villa*. Mais incerta é a classificação da estação 144, a norte, com 15.000 m², “alguns silhares bem faceados... um fuste de coluna cilíndrico, um capitel de tipo toscano-provincial...” Considerada a distância a que este sítio se encontra de *Aquae Flaviae* (10 quilómetros), poderá tratar-se de

uma *mutatio*.

A juzante da cidade, as estações 132, 94, 92, 114, ainda no Vale do Tâmega e 10, esta junto da ribeira de Vidago, corresponderão igualmente a *villae*.

Um outro grupo de *villae* regista-se a sul da cidade, ao longo de uma via secundária cujo traçado hipotético Paulo Amaral define: 111, 65, 66, 98(?), 58 e 59(?).

Os círculos que traçamos em redor destas *villae* representam propriedades da ordem dos 75 hectares. É evidente que propriedades desta ordem de grandeza e até maiores seriam possíveis.

Os povoados fortificados de Paulo Amaral, isto é, os antigos castros romanizados dispersam-se por todo o território.

Sobretudo na zona a noroeste e a norte da cidade surgem diversas estações de 15.000 a 50.000 m², isto é, extensas, mas sem outros materiais para além de *tegulae* e *imbrices* e cerâmica doméstica comum. De acordo com a nossa proposta, classificá-las-emos como aldeias. São elas os números 123, 48, 50, 18, 21, 146, 141 e 143.

A estação 18, onde, além de cerâmica de construção e de cerâmica doméstica comum, se encontraram silhares bem faceados e um fuste de coluna, poderá corresponder a uma aldeia onde existiria uma *mutatio*, edifício ao qual se poderiam atribuir os silhares e a coluna.

Na estação 143, para além de um fragmento de sigillata hispânica, foram encontrados silhares bem faceados. Com 30.000 m², a estação ultrapassa o limite máximo de 25.000 m² que propomos para as *villae*. Se se tratasse de uma grande *villa*, deveríamos encontrar mais materiais nobres. Com um mísero fragmento de sigillata, esta estação corresponde mais provavelmente a uma aldeia com um proprietário mais rico, a cuja casa atribuiremos hipoteticamente a sigillata e as pedras faceadas. O mesmo diremos da estação 146, com 50.000 m², com alguma sigillata hispânica e duas bases de colunas.

As aldeias, assim concentradas a norte e noroeste da cidade, são mais raras no resto do território. Ainda assim, classificaremos como tais as seguintes estações na margem esquerda do Tâmega: 55, 43 e 115. A volta das aldeias e dos castros romanizados traçamos círculos de cerca de 150 hectares.

Serão detectáveis granjas no território de Chaves? Apontamos como hipótese os sítios 49, 88, 151, 150, 69, 110 e 99, todos com 5.000 m² mas sem materiais nobres.

Não há, na área, estações que possam classificar-se como casais

ou anexos de *villae*. Terão escapado à prospecção de Paulo Amaral?

Parece-nos conveniente anotar ainda a posição de algumas *villae* (20, 102) e de uma granja (8). Ficam situadas no aro do que seriam povoados fortificados. A situação de uma *villa* ou granja no território de um castro é curiosa mas não é inédita.

Esta paisagem de *castella*, aldeias e *villae* mantinha-se em 872, porque, nessa data, um *illustrissimo viro domno Odoario digno bellatori... venit in civitate Flavias secus fluvium Tamice... e vicos et castella erexit e civitates munivit et villas populavit atque eas certis limitibus firmavit et terminis certis locavit et inter utrosque abitantes divisit* (LOPEZ ALCINA, 1988: 202, nota 290).

Que dimensão teriam as presumíveis aldeias romanas da área de Chaves? No Barroso, actualmente, as aldeias têm uma área de exploração de 1350 m. de raio (LEMA, 1978: 80). Semelhante área é perfeitamente admissível para algumas aldeias romanas da região flaviense. Mas, no caso de 18, 47, 48 e 50 e, sobretudo, no de 19, 21 e 24, os territórios, mesmo reduzidos a 700 m. de raio (isto é, c. de 150 hectares, que foi,

Estações da área de Chaves

Nº.	Cias. de P. Amaral	Área em m2	Nossa classificação	Achados
8	Habitat	15	Aldeia	
9	“	10	“	c.; m.
10	<i>Villa?</i>	15	<i>Villa</i>	t.s.; c.; s.
18	Habitat	25	Aldeia (mutatio?)	s.
20	“	5	<i>Villa!</i>	t.s.; c.
21	<i>Villa?</i>	20	Aldeia ?	t.s.; s.; c.
29	Habitat	7	<i>Villa!</i>	s.; e.
34	“	15	“	t.s.; s.
43	<i>Villa!</i>	45	Aldeia	t.s.; c.
48	Habitat	30	“	t.s.; s.; m.
49	“	5	Granja	
50	“	15	Aldeia	
55	“	75	“	

58	“	15	<i>Villa</i>	t.s.
59	“	5	Granja	
65	“	5	<i>Villa?</i>	ep.
66	“	10	<i>Villa</i>	t.s.
69	“	5	Granja	
71	<i>Villa?</i>	20	<i>Villa</i>	t.s.; c.; s.
72	Habitat	20	“	t.s.; m.
74	“	10	“	t.s.
76	“	15	“	c.
78	<i>Villa!</i>	?	<i>Villa?</i>	ep.; s.; c.
79	Habitat	7	<i>Villa</i>	t.s.; s.
88	“	5	Granja	m.
92	<i>Villa?</i>	10	<i>Villa</i>	mos. (?); s.
93	Habitat	?	?	
94	<i>Villa?</i>	15	<i>Villa</i>	t.s.; s.; c.
98	Habitat	10	Aldeia	
99	“	5	Granja	c.
100	“	10	Aldeia	
102	<i>Villa?</i>	5	<i>Villa</i>	t.s.; s.
107	Habitat	10	<i>Villa?</i>	t.s.; s.
110	“	5	Granja	s.
111	<i>Villa?</i>	15	<i>Villa</i>	t.s.; s.; c.; m.
114	Habitat	10	“	ep.; s.; m.
115	“	15	Aldeia?	
121	<i>Villa?</i>	15	Mutatio?	t.s.; c.
123	Habitat	40	Aldeia	
132	<i>Villa</i>	5	<i>Villa</i>	mos.; o.s.; c.; s.; e.; ep.
141	Habitat	30	Aldeia	s.
143	“	30	“	t.s.; s.
144	“	15	Aldeia (mutatio?)	c.
146	<i>Villa?</i>	50	Aldeia	t.s.; c.
150	“	5	Granja	
151	Habitat	3.5	Granja?	
152	“	15	?	s.

CHAVE: C. colunas e/ou capitéis e. escultura ep. epígrafes m. moedas
mos. mosaicos - o. s. *opus signimum* s. silhares t.s. *terra sigillata*

como dissemos, a dimensão que demos aos territórios das nossas aldeias flavienses) sobrepõem-se. Talvez possamos considerar as estações 48 e 50, separadas por apenas 500 metros, como dois núcleos de uma mesma aldeia ou descentrar os territórios. No outro caso, talvez a aldeia 141, aparentemente tardo-romana, tenha substituído a aldeia 146, que parece dever atribuir-se ao séc. I ou II. O castro 147 talvez não tenha sido romanizado.

Uma aldeia com um território de apenas 150 hectares tinha necessariamente de ser uma povoação pequena. No Barroso, apenas 30% do território das aldeias corresponde a terrenos cultivados; 70% consiste em pastos e matas. Se aplicarmos as mesmas percentagens às aldeias romanas, o território de 150 hectares teria só 45 de terras cultivadas. Se atribuirmos 5 hectares a cada fogo, a aldeia teria 9 fogos, isto é, 45 habitantes; se lhe atribuirmos 2,5 hectares, teria 18 fogos, isto é, 50 habitantes. E entre estes parâmetros - 9 a 18 fogos - que devemos imaginar a aldeia romana da região flaviense.

A área de Idanha-a-Nova

A prospecção arqueológica em tomo de Egitânia foi feita por Pedro Carvalho, Luís Fernandes e José Ruivo, que apresentaram, no 3º. Congresso Peninsular de História Antiga (1994), uma comunicação da qual, por enquanto, só existe síntese de pré-publicação. A prospecção foi realizada no âmbito do nosso seminário de Arqueologia e completada por Vitor Pedrosa, num outro trabalho de seminário (1996), inédito.

A nossa fig. 11 apresenta as estações localizadas pelos autores mencionados. De acordo com os parâmetros atrás apresentados, identificámos casais, granjas e uma *villa*; e dotámos os primeiros de propriedades da ordem dos 5 hectares; as granjas, de propriedades de 50 hectares; a *villa*, de um *fundus* de c. 100 hectares.

O panorama obtido é, pelo menos, credível. Perto da cidade observam-se cinco granjas e uma série de casais. Quatro destes (nºs. 17, 70, 66 e 59) caem dentro do hipotético *fundus* da granja nº. 16: teria esta uma propriedade menor que 50 hectares, ou aqueles números correspondem, não a casais, mas a simples anexos da granja? O edifício correspondente ao sítio nº. 16, onde D. Fernando de Almeida fez uma sondagem, tinha “um tanque circular em um possível pátio” (ALMEIDA, 1977: 16). O autor classifica este sítio como *villa*. É também possível

que se trate efectivamente de uma *villa* que, por muito próxima da cidade, teria um pequeno *fundus*.

Os sítios 53, 66 e 70 também poderão corresponder a necrópoles da cidade. Os sítios 19 e 20 são, na interpretação de Pedro Carvalho, Luís Fernandes e José Ruivo, necrópoles da Egitânia.

A estação n.º. 69, a poente do n.º. 23, tem 3.000 m². De acordo com os nossos parâmetros, deveríamos fazer dela a sede de uma nova granja. A verdade é que, sendo vasta a área de dispersão dos achados, estes se reduzem a materiais cerâmicos de construção: não teremos aqui uma telharia, isto é, uma oficina para o fabrico de telhas e tijolos?

As estações n.ºs. 44 e 45 seriam anexos da granja n.º. 45A, com 2.000 m². No âmbito do *fundus* desta granja insere-se um forno cerâmico escavado por Fernando de Almeida.

A *villa* n.º. 29, com 7.000 m², incorpora, no seu hipotético *fundus* de 100 hectares, várias pequenas estações em torno das quais traçámos círculos como se se tratasse de casais; mas não estaremos antes em presença de estabelecimentos anexos da *villal*

A hipótese de uma *villa* no sítio n.º. 29 entra, de algum modo, em conflito com a identificação da estação n.º. 33 (com mais de 1.000 m²) como granja. Os respectivos *fundus* sobrepõem-se parcialmente. Várias hipóteses são possíveis. Em primeiro lugar, o sítio n.º. 29 seria efectivamente uma *villa* mas, dada a sua proximidade da cidade, teria um *fundus* de apenas 50 hectares, que representamos a tracejado na fig. 11. Numa segunda hipótese, o sítio n.º. 33 não seria uma granja, mas apenas um casal abastado, com um *fundus* menor que 50 hectares. Em terceira hipótese, os n.ºs. 29 e 33 não ficariam no centro dos respectivos *fundus*.

A incerteza quanto à interpretação destas duas estações reflecte-se na interpretação dos n.ºs. 32, 62, 35 e 37: seriam anexos da *villa* e da granja ou casais autónomos?

O sítio n.º. 71, com 6.000 m², deveria também classificar-se como *villa* mas, porque não apresenta, à superfície, senão cerâmica de construção e nenhuma cerâmica fina, preferimos classificá-lo hipoteticamente como granja. Por outro lado, fica demasiadamente próximo da cidade para poder ser classificado como aldeia.

No âmbito da granja 49A fica situada uma barragem (QUINTELA, CARDOSO E MASCARENHAS, 1995: 92). Serviria para irrigar os terrenos das granjas n.ºs. 49A e 45A?

Em conclusão: parece-nos viável interpretar a paisagem em tomo

da Egitânia como uma série de casais que poderiam ter 5 hectares (ou um pouco mais) e de granjas de 50 hectares, com uma *villa* duvidosa de 100 hectares; não é visível, neste território, nenhuma *villa* de 200 hectares, o que não significa que propriedades desta dimensão não tenham existido noutras áreas da *civitas* egitaniense. Algumas áreas há tão sem nada de cacos que, olhando o vazio, nos lembramos poderem ter sido outrora pinhais ou azinhais, acudindo à necessidade que a cidade tinha de lenha. Infelizmente, não podemos traçar as vias que vinham desaguar à Egitânia e por onde avançavam, pesadolentos, os carros de bois carregados. A área a nascente, entre os n.ºs. 23 e 26, por um lado, e os n.ºs. 65, 27 e 64, por outro, não foi devidamente prospectada e talvez venham a encontrar-se aqui outras estações.

O território de Collippo

No território de Collippo (fig. 12), João Pedro Bemardes (1996) identificou 15 *villae*, entre certas e prováveis. Parece-nos que pode elevar-se o número para 19 (nem todas seguras) ou talvez mesmo para 20. Afigura-se-nos incerta a classificação dos sítios n.ºs. 55 (com 25.000 m²) e 57 (com 20.000 m²). Cabem, pela área de dispersão dos achados, tanto na categoria de *villae* como na de aldeias. A ausência de outros vestígios para além de cerâmica de construção e de pedras toscamente aparelhadas faz-nos duvidar da classificação do sítio n.º. 55 como *villa* mas não estará demasiadamente próximo da capital para ser aldeia? Quanto à estação n.º. 57, que João Pedro Bemardes classifica como *villa* (?), não podemos excluir essa hipótese, embora não se tenha aí achado terra sigillata nem qualquer tipo de cerâmica fina romana; mas há fragmentos de colunas e foi aí encontrado um tesouro de cerca de 1.000 denários que parece ter incluído moedas de Augusto e Tibério (RUIVO, 1995: 16-17).

Talvez não haja, no território de Collippo, muitas mais *villae* a descobrir. *Civitates* como as de Aeminium, Conimbriga, Collippo, Eburobrittium ou Sellium não teriam mais de uma vintena de grandes proprietários. No território de Conimbriga, por exemplo, temos localizadas, até agora, 12 *villae*. No território de Sellium, há 13 sítios que podem classificar-se como *villae*. A prospecção nestes territórios poderá descobrir algumas mais.

Dadas as distâncias a que as *villae* de Collippo se encontram umas

Estações da área de Collipo

N.º	J.P. Bernardes	Área	Nossa proposta	Achados
6	Casal	5	Granja	
10	Vicus	30	Vicus	s.; c.
14	Casal	4	Granja	
15	Vicus	7.5	Aldeia	
17	<i>Villa</i>	12	<i>Villa</i>	t.s.; s.
18	Vicus	30	Vicus	t.s.
19	Quinta	6	<i>Villa</i>	
21	<i>Villa</i>	5	<i>a</i>	mos.; m.; c.
26	“	8	“	mos.; m.
27	Quinta	7	“	s.; m.
29	<i>Villa</i>	20	“	c.
30	Quinta	10	“	
37	“	5	Granja	s.; c.
40	<i>Villa</i>	15	<i>Villa</i>	mos.; m.; s.
45	“	?	“	
51	“	20	“	ep.; s.; e.
54	Casal	5	Granja	
55	Quinta	25	<i>Villa</i>	c.
57	<i>Villa</i>	20	“	m.; c.
58	“	25	“	m.; s.; t.s.
59	Casal	4	Granja	
60	Habitat	4	“	
62	<i>Villa</i>	8	<i>Villa</i>	ep.; c.
63	Casal	4	Granja	
69	Quinta	8	<i>Villa</i>	c.; m.
70	<i>Villa</i>	20	“	
71	“	15	“	mos.; op. s.; m.; t.s.
74	“	?	“	mos.; m.
76	“	15		e.; ep.; m.
77	Vicus	30	Vicus	ep.
83	Quinta	5	Granja	m.
85	<i>Villa</i>	?	<i>Villa</i>	ep.
86	Habitat	10	Aldeia	
88	“	18	“	
89	Vicus	30	Vicus	m.
93	“	40	“	c.
97	Habitat	20	Aldeia	

das outras, são perfeitamente admissíveis propriedades da ordem dos 200 hectares; seriam até possíveis propriedades muito maiores.

A relativa riqueza da epigrafia romana da *civitas* de Collippo permite identificar algumas famílias proprietárias de certas *villae*. A família Aufídia tinha as *villae* n^{os}. 62 e 71 ; ou, talvez, mais correctamente, mulheres desta família casaram com proprietários destas *villae*: um Quinto Ligúrio Rústico, casado com uma Aufídia, terá sido, em algum tempo no séc. I d.C., proprietário da *villa* n^o. 62; e um Flávio Avito, igualmente casado com uma Aufídia, terá sido proprietário da *villa* n^o. 71. A família Valéria, talvez ligada por laços matrimoniais à anterior família de Flávio Avito, foi proprietária da *villa* n^o. 45. Mulheres da rica família Labéria casaram com proprietários das *villae* n^{os}. 51 e 85. A família Carísia foi proprietária da *villa* n^o. 76.

De acordo com os nossos critérios, são raras as propriedades classificáveis como granjas e não há nenhuma identificável como casal. Esta raridade e esta ausência derivam, possivelmente, de falta de prospecção sistemática.

Caminhando de sul para norte, vemos aldeias nas estações 89 e 77. Ambas com 30.000 m², poderiam ser mesmo *vici*. É como *vici* que João Pedro Bemardes as classifica, embora dubitativamente. Dada a posição em que se encontram e a distância a que 89 se acha de 77, e esta, da capital da *civitas*, podem ter funcionado como *mutationes*.

Localizamos outras aldeias em 86, 88 e 93. Parecem-nos demasiadamente próximas umas das outras. Mas João Pedro Bemardes não encontrou materiais indiscutivelmente romanos no sítio n^o. 88, admitindo que a cerâmica de construção aí achada possa ser medieval. Quanto à estação n^o. 93, com 40.000 m², o autor sugeriu, possivelmente com razão, tratar-se de um *vicus*.

A margem da via que saía de Collippo para norte, encontramos outras três aldeias, duas das quais, os sítios n^{os}. 10 e 18, com 30.000 m², podem corresponder a *vici*. E como tais, aliás, que João Pedro Bemardes os classifica. Atribui também a mesma categoria à estação n^o. 15, que, vista a sua modesta área (7.500 m²), inferior ao limite que hipoteticamente definimos para a aldeia, nos parece corresponder antes a um povoado muito modesto.

Sobre a cronologia das *villae*

O problema da cronologia da instalação das primeiras villae é difícil de abordar por falta de dados arqueológicos.

No Baixo Alentejo parece ter-se verificado, já nos meados do séc. I a.C., o estabelecimento de colonos itálicos, como esse Lúcio Comélio Mitulo cuja inscrição funerária se encontrou em Casével (Castro Verde) (DIAS, 1986). Esses primeiros colonos terão edificado aquelas residências identificadas por Manuel Maia e a que impropriamente se dá o nome de castella. O Castelo da Lousa (WAHL, 1985) é o exemplo mais conhecido, cuja fundação talvez se possa atribuir ainda à época de César. Mas deveremos chamar villae a estas propriedades? Não será mais apropriado o nome de granjas?

A presença de cerâmica campaniense em várias das villae do território olissiponense (SOUZA, 1996) deixa supor estabelecimentos rurais de certa importância já na primeira metade do séc. I a.C.; mas não temos plantas dessas villae republicanas.

Ainda na época republicana ou na de Augusto, colonos mais aventureiros parece terem-se estabelecido em áreas mais a norte, eventualmente junto a castros. Um exemplo é talvez esse Lúcio Mânlio, da tribo Emilia, que dedicou aos (diis) Peinticis uma inscrição rupestre junto ao castro de Três Rios (Tondela) (UNTERMANN, 1965). Que faria este Lúcio Mânlio na Beira ainda em época republicana? Não seria um colono instalado em sua villa?

O tesouro de denários da Moita (Anadia) (HIPÓLITO, 1960-61: 50-51), datável de 67 a.C., que não parece equacionável com nenhum castro, mas que se encontrou numa panela de ferro no interior das ruínas de uma casa com canalização de tijolo (segundo as poucas informações de que dispomos), não indicará outro colono aventureiro?

Outro caso, agora augustano, é o de Décimo Júlio Cilo, estabelecido junto ao castro da Senhora da Saúde (Vila Nova de Gaia) (SILVA, 1983).

Infelizmente, porém, não temos ideia do tipo de residência destes colonos: viveriam em edifícios já qualificáveis de villael Aqueles que viviam junto a castros teriam pars rustica e criados de lavoura residentes? Ou seria o trabalho dos campos assegurado pelos castrejos que vinham e regressavam todos os dias ao castro?

No território de Pax Iulia, a centurição em lotes de 50 hectares datará da época de Augusto. É possível que logo tenham surgido

propriedades de 200 hectares, isto é, reunindo quatro lotes. Por este lado, seriam *villae*. Mas as habitações poderiam ser modestas. Não temos, por enquanto, nenhuma escavação de edifício da época de Augusto. A primeira *villa* de S. Cucufate parece datar de meados do séc. I d.C. e essa é a data também atribuível à *villa* da Boa Vista (ALARCAO, ETIENNE, e MAYET, 1990). Nesta, temos um nítido peristilo; mais modesta, a *villa* I de S. Cucufate integra também algo que pode classificar-se de *peristilo*.

O fenómeno da emergência das *villae* parece mais tardio no Norte. Das onze *villae* com sigillata da área de Chaves (AMARAL, 1993), só duas apresentam sigillata sudgálica; nas restantes nove recolheram-se apenas fragmentos de sigillata não anteriores ao último terço do séc. I d.C. Sem esquecer o carácter aleatório de datações baseadas apenas em recolhas superficiais e amostragens muito reduzidas, podemos propor a época flaviana para a emergência das *villae* no Alto Tâmega. Para o território de Collippo não temos quaisquer dados arqueológicos que nos permitam datar a fundação das *villae*, se bem que uma data cláudio-neroniana se nos afigure possível. Mas não será anterior a imigração, para esta área, das grandes famílias de colonos como a dos *AlfidiP*

No concelho de Serpa, a maioria das *villae* localizadas por Maria da Conceição Lopes e Pedro Carvalho (LOPES, CARVALHO e GOMES, no prelo) parece ter sido fundada nos inícios do séc. I d.C. e ter perdurado pelo menos até ao séc. IV ou V, pois os materiais recolhidos na maior parte dos sítios vão da sigillata itálica à sigillata clara D. Não terá havido, na área de Serpa, concentração de propriedade no Baixo Império mas ter-se-ão mantido os *fundi*, isto é, não são aparentes *villae* abandonadas que possam ter sido adquiridas por proprietários de outras *villae*. O abandono das *villae* ter-se-á verificado no período das invasões bárbaras, com algumas exceções, a mais notável das quais é, na área de Serpa, a da Cidade das Rosas, com ocupação muçulmana, todavia insúflente para podermos assegurar que ainda ali residia, nessa época, um proprietário influente.

A permanência das *villae* do Sul de Portugal no período islâmico parece um fenómeno mais pontual que generalizado. É evidente na Cidade das Rosas (Serpa), na Herdade da Cegonha (Vidigueira), no Cerro da Vila (Quarteira), no Montinho das Laranjeiras (Alcoutim), onde se encontram materiais muçulmanos. Mas, no caso do Montinho das

Laranjeiras, a *villa* deixou de ser *villa* e transformou-se num *monasterium* (MACIEL, 1996: 99). Este foi, aliás, também o destino de S. Cucufate.

Se, na zona de Serpa, parece observar-se persistência dos *fundi*, diferente é o panorama da área ocidental do concelho da Vidigueira. A concentração de propriedade parece hipótese necessária para explicar a riqueza da *pars urbana* de S. Cucufate. Um *fundus* de 200 hectares, como seria o da *villa* do séc. I, não se afigura suficiente para justificar a magnificência do edifício áulico do séc. IV. Terá o proprietário de S. Cucufate adquirido outras *villael* E, neste caso, seriam estas contíguas ou dispersas? E quando terá começado esse fenómeno de concentração da propriedade?

Segundo Sillières e Mantas (in ALARCÃO, ÉTIENNE e MAYET, 1990), na área que prospectaram do concelho da Vidigueira, parece verificar-se o abandono de certos estabelecimentos rurais no fim do séc. I ou nos inícios do séc. II: *villa* da Boa Vista, granjas da Courela das Antas, Apariça e Choupanas. Poderemos ter aqui um indício de uma primeira concentração da propriedade. Pela sua proximidade, a *villa* da Boa Vista e a granja da Courela das Antas podem ter sido absorvidas por S. Cucufate, que teria mais do que duplicado a área do *fundus*.

O fenómeno de concentração da propriedade é atribuído por muitos ao Baixo Império. Mas, como se vê, nestes casos da Vidigueira e de Serpa, a informação é contraditória: a concentração parece ter-se verificado num lado mas não se observa no outro. A diversidade é tanto mais surpreendente quanto é certo que se passa no interior da mesma *civitas*, a de *Pax Mia*. De qualquer forma, e sem prejuízo de eventual desenvolvimento no Baixo Império, o fenómeno concentracionista parece ter-se dado, na Vidigueira, já nos fins do séc. I d.C.

Para as *villae* que duraram do séc. I ao V, parece difícil admitir a permanência sem reconstruções profundas em dados momentos. Em S. Cucufate, a *villa* de meados do séc. I foi totalmente reconstruída no segundo terço do séc. II d.C.; e este edifício foi demolido para dar lugar a outro, de planta totalmente nova, c. 360 d.C. Possivelmente, a maior parte das *villae* sofreu reconstruções profundas, que são também visíveis em Milreu e na *villa* Cardílio. Mas será que poderemos generalizar os momentos de remodelação detectados em S. Cucufate? A pergunta, por enquanto, só tem resposta parcial: se as construções ou grandes edificações do séc. IV são bem visíveis, as do séc. II não estão documentadas. Recorde-se todavia o testemunho dos tesouros monetários

do Noroeste: “a ausência de depósitos com valores entre 500 e 10.000 HS, a partir de Hadrianus, poderá ser interpretada, se bem que com muitas reservas, como um indício de uma acentuação do fosso entre pobres e ricos ao longo do séc. II” (CENTENO, 1987: 180). Neste contexto, é possível um movimento de reconstrução no séc. II d.C.

As igrejas na Alta Idade Média fazem as *villas*

O termo *villa*, na documentação da Alta Idade Média, é um termo polissémico, isto é, aplicava-se “a realidades diversas e díspares” (LOPEZ ALSINA, 1986: 197). Podia designar uma aldeia com seus moradores, os quais explorariam pequenos prédios (*hereditates*) sobre os quais uns teriam domínio eminente, e outros, domínio meramente útil. Era a *W//a*-aldeia. Mas, segundo o medievalista compostelano, o termo *villa* aplicava-se também a uma propriedade senhorial do tipo carolíngio.

Nesta, o *dominus* reservava uma porção para exploração directa (porção que, na Baixa Idade Média, se chamava *granja*) e dividia o resto em parcelas onde instalava colonos, os quais, para além das rendas que pagavam, deviam dias de trabalho que prestavam no amanho da parte reservada pelo *dominus* (LOPEZ ALSINA, 1988: 199 e 201).

Como exemplo de *v///a*-aldeia, dá Lopez Alsina (1988: 202) a *villa qui ab antiquis vocitabatur Lentobre et nunc vocitatur Ostulata*, nas margens do Tambre. Parece-nos um bom exemplo. Escapou ao autor o facto de *Lentobre* poder ser um antigo castro romanizado. Nome semelhante, *Letiobri*, está atestado epigraficamente em Braga, designando um *castellum*, isto é, um castro que sobreviveu à romanização (ALBERTOS FIRMAT, 1975: 33). A identificação *villa* = aldeia poderá ainda abonar-se com documentos referentes a Sobrado, os quais sempre falam de *villa*, excepto um, que qualifica Sobrado de *vicus*. Ora *vicus*, na documentação medieval, significa aldeia (LOPEZ ALSINA, 1988: 203, nota 293).

A posição de Lopez Alsina converge com a de García de Cortázar (1988: 31): “... se, numa fase historiográfica anterior, tendíamos a considerar a existência de *villae* de tipo que chamaríamos carolíngio, hoje inclinamo-nos a pensar que quase todas elas eram, de facto, aldeias”. E, noutro lugar, García de Cortázar (1986: 191) cita um documento de 952 em que o rei García Sánchez I de Pamplona doa ao mosteiro de Sán

Millan de la Cogolla a igreja de Santa Maria, situada *iuxta vicum qui dicitur Villa Gundisalbi*.

A equação *villa* = aldeia é hoje pacífica. Aliás, já em 1980 a defendíamos: “o termo *villa* é, nos documentos da Reconquista, manifestamente ambíguo; ora indica uma herdade, grande ou pequena, ora uma aldeia, ora ainda uma circunscrição administrativa, digamos, o equivalente a uma paróquia” (ALARCÃO, 1980: 177).

Desenvolvamos mais esta ideia da *villa* equivalente a paróquia, que carece de explicitação e correcção.

A *villa* da Reconquista podia ser uma unidade entre aldeia e o “território”. Como unidade político-administrativa à frente da qual se achava um administrador ou *tenens* como esse Dídaco Gonçalves que Afonso Henriques nomeou para a *terra* de Lafões (L.R I, n.º 62), a *terra* ou *territorium* compreendia várias *villas*. Estas eram provavelmente o equivalente das actuais freguesias, isto é, unidades que integravam várias aldeias e/ou lugarejos e casais dispersos polarizados em torno de uma igreja. É o que parece deduzir-se do doc. PMH, DC XIII, muito comentado desde Alberto Sampaio.

Coube a Carlos Alberto Ferreira de Almeida o mérito de ter identificado a *villa Sancta Eulalia* a que o documento, datado de 906, se refere (ALMEIDA, 1970). Ficava no concelho de Barcelos e corresponderia à actual freguesia de Rio Covo (Santa Eulália). Ainda que tenhamos dúvidas sobre essa exacta correspondência, o importante é que o autor definiu os limites da *villa* com bastante aproximação, pois encontrou, na microtoponímia actual, correspondência à toponímia medieval. Infelizmente, não acompanhou o seu estudo com uma carta; e uma vez que grande parte desses microtopónimos não figura na carta 1:25.000, não podemos, como gostaríamos, traçar com um mínimo de rigor os limites da *villa* medieval de Santa Eulália. Mas esta compreendia o lugar da Várzea (actualmente sede de freguesia), confinava a ocidente com Remelhe, vinha a sul até Vilar e confrontava com Silveiros; a oriente confinava com Moure e abrangia o lugar actual de Crujeães. Ao todo, uns 800 hectares.

Na área assim definida, pode ter existido uma *villa* romana no lugar de Águas Santas. C.A. Ferreira de Almeida não parece admitir essa hipótese, mas tão só a de um santuário pagão. A existência de vestígios arqueológicos, designadamente alicerces, um lageado, tubos de barro, cerâmica de construção e sigillata clara do séc. IV d.C., viabiliza

a hipótese de uma *villa*. Mas não nos parece verosímil que esta eventual *villa* romana tivesse 800 hectares, pois, como vimos, mesmo no Alentejo, as propriedades não atingiam essa superfície e ficavam-se, na generalidade, por 200 hectares.

A *villa* medieval de Santa Eulália teria, no seu perímetro, aldeias e casais. Aldeias seriam *Siccariolo*, *Bustello* e *Villare Spasameli*, que ficaram divididas por metades, uma para Nausto, bispo de Coimbra, outra para Sisnando, bispo de Iria. Mas, provavelmente, o *agrum Kuruianes*, o *agrum de Felgaria*, o *agrum de molino sicco* e o *agro de figarias* eram também aldeias. O topónimo *agrum Kurianes* conserva-se actualmente no nome da aldeia de Crujães. Não temos conhecimento de medievalista que, até agora, tenha proposto a hipótese de o termo⁴⁴agro” poder corresponder, na documentação do séc. X, a uma aldeia. O sentido que os medievalistas dão a agro é o de gleba dedicada a cultura arvense (SAMPAIO, 1979: 84). Mas, no documento que analisamos, parece evidente que se dá o nome de agro a aldeias ou lugarejos, ainda que, mais uma vez, o termo seja polivalente. Com efeito, o *agrum Veremudi* ou o *agro Argirizi* são, provavelmente, prédios do tipo que mais tarde se chamará casal.

Em 906, portanto, a *villa* de Santa Eulália compreendia aldeias e casais dispersos, compondo uma unidade que Afonso III (866-909) teria dados aos bispos de Coimbra e de Iria, sem ter delimitado muito bem a parte de cada um. O documento é uma composição para definir claramente o que pertencia a cada bispo.

Observada a falta de correspondência entre uma eventual *villa* romana com sede em Águas Santas e a *villa* dos bispos Nausto e Sisnando, temos de responder a duas questões:

1. Quando é que se formou essa paisagem de aldeias e casais em Santa Eulália?
2. Quando e como foi a área convertida numa unidade que em 906 se chama *villa* e se reparte entre os bispos Nausto e Sisnando?

À primeira pergunta podemos responder: talvez já na época romana. Se, na área de Viseu, não são visíveis aldeias na época romana (ALARCÃO, 1996), elas existem no território de Chaves e na região de Leiria, como vimos. Isto não significa que todos os casais dispersos e todas as aldeias da *villa* medieval de Santa Eulália sejam de origem romana. Entre o domínio romano e o séc. X, a alguns casais podem

ter-se acrescentado outros casais e a algumas aldeias, outras aldeias, num processo de progressivo adensamento da população.

À segunda pergunta é mais difícil responder. Observemos, em primeiro lugar, que em Santa Eulália há alodios, isto é, propriedades isentas de renda ou tributo: são os prédios que se mencionam sem se atribuírem nem a Nausto nem a Sisnando. Mas a maior parte das propriedades atribui-se a um ou outro dos bispos e muitas dividem-se pelos dois, metade para cada um.

Podemos imaginar dois cenários. Num, primeiro, o *dominus* romano ou o seu sucessor suévico terão integrado a área dos pontos de vista religioso e fiscal. Se efectivamente houve uma *villa* romana em Águas Santas, pode ter-se construído aí, em época tardo-romana ou suévica, uma igreja privada. O respectivo eclesiástico teria a *cura animarum* da área que se estendia até Várzea e Crujães. Os fiéis destes lugares demorariam cerca de 40 minutos para vir a Águas Santas. Por outro lado, o *dominus* romano ou suévico pode ter imposto rendas e serviços aos pequenos proprietários até então livres de servidões. Se a integração religiosa precedeu a fiscal ou vice-versa não saberemos dizê-lo. Talvez as duas tenham andado a par. Neste cenário forma-se uma unidade que em 906 se chama *villa* mas que ultrapassava de longe os limites da eventual antiga *villa* romana.

Num segundo cenário, a *villa* romana e as aldeias e casais da área teriam mantido até à Reconquista a sua independência. Teria sido Afonso III a constituir uma unidade, a que terá chamado *villa*, dando-a aos bispos de Coimbra e Iria.

Se, do caso de Santa Eulália, passarmos à generalidade do território, imaginaremos uma paisagem tardo-romana, suévica e visigótica de aldeias e casais, granjas e *villae* sem grande integração mas progressivamente polarizada pela fundação de igrejas, seculares ou monásticas. A igreja terá sido o elemento gerador da *villa*, talhando unidades discretas numa paisagem anteriormente contínua. A igreja, reunindo os fiéis dela, separou-os dos fregueses doutra igreja. Assim se constituíram territórios demarcados que fronteiravam pelas cumeadas dos montes, pelas ribeiras divaguantes ou entestavam nas carrárias antigas. Não chamemos ainda paróquias a esses territórios, porque alguns poderiam ter igrejas que não fossem paroquiais. De qualquer forma, os territórios tinham limites tão definidos quanto eram solidários os vizinhos. A esses territórios se dava o nome de *villas*.

As *villas* terão constituído referências de naturalidade e residência equivalentes aos *castella* do séc. I d.C. Neste século, se dois desconhecidos se encontravam e, no decurso da conversa, se identificavam, não diriam somente chamo-me *Viriatius* e eu, *Accius*, mas indicavam sua residência: vivo no *castellum* tal. Dizer-se natural de ou residente no *castellum* tal não significaria necessariamente ter nascido ou morar no aglomerado. O *castellum* tinha um território, como hoje ainda o tem a aldeia. Nesse território havia, para além do pequeno aglomerado que lhe presidia, alguns casais dispersos. O indivíduo natural de ou residente em um casal identificar-se-ia pelo nome do *castellum* em cujo aro ou território se situava o casal.

No fim do séc. I d.C., a menção da *origo* através dos *castella* desaparece da epigrafia. Mas terá desaparecido de facto na linguagem do dia a dia? Quando alguém casava e queria indicar a outro donde é que sua mulher era natural, não diria do *castellum* tal ?

Na Reconquista, a *villa*, possivelmente, substituiu o *castellum* como referência de naturalidade ou residência, embora não tenhamos registo documental disso. A *villa* tinha na igreja, paroquial ou não, o seu elemento integrador e demarcador. Os vizinhos reunidos em tomo de uma igreja, isto é, numa *villa*, estavam unidos numa comunidade de nós que se opunha aos outros. Esta *villa*, humana colmeia, era esta terra desta gente; outra *villa* era outra terra, era outra gente. Diferentes eram os santos padroeiros que contíguas *villas* elegiam. De comum só tinham o céu, que se não deixa repartir.

Esta comunidade vilânica e sobretudo esta correlativa animadversão pelos outros estão bem expressos no documento do *Liber Fidei* publicado por Avelino de Jesus da Costa (1959, vol. II, doc. 41). Dizem cinco presbíteros que fundam a igreja de S. Mateus de Sumilhões (freg. de Oliveira, conc. de Vila Nova de Famalicão): *nos omnes sine eramus ecclesia et aliis ab ecclesiis sepe fugati fumus et in maxima dispeptione eramus et ministerium Dei multociens perdidimus et illa ecclesia in qua eramus non erat sub beneditione episcopi*. Os presbíteros viviam numa igreja que não tinha a bênção episcopal e eram, talvez juntamente com os homens a quem prestariam assistência, escoraçados das igrejas vizinhas. Assim, resolveram edificar e dotar uma igreja que veio a ter a aprovação episcopal. Não temos aqui um exemplo de igreja que, não sendo paroquial, todavia existia e podia ser o polo organizador de uma *villal*. A fundação de igrejas polarizadoras pode ter-se dado nos séculos VII e VIII, acentuando-se nos séculos IX, X e

XI. A vinda de homens do Sul, eventualmente fugidos a perseguições religiosas, poderá ter contribuído para essa fundação. Recordemos os moçárabes Muzara e Zamora que instituem um mosteiro (*baselico*) na *villa* que tinham tomado de presúria em Lordosa (Penafiel) (PMH, DC. n.º. 9, do ano 882). Noutros casos, a fundação de igrejas poderá ter sido de iniciativa episcopal, monacal ou até promovida pela população, como parece ter sido essa de Parada, na terra de Santa Maria, em 952 (citada por MATTOSO, 1992: 473).

A tese que subscrevemos é, pois, a de que as *villas* da Reconquista não correspondem a *villae* romanas, mas que são uma realidade totalmente diferente, e de que a igreja gerou a *villa*, cujos limites correspondiam ao da área de exercício da *cura animarum*.

Alguns documentos parecem contrariar a hipótese de equivalência entre a *villa* e a igreja. A *villa* tem, por vezes várias igrejas. E o caso da *villa* de Santa Comba, doada em 985 por Monio Gonçalves ao mosteiro de Lervão (L.P., doc. 1), *cum adjacendis suis villares cum suas ecclesias*. Trata-se, aqui, de uma *villa* muito mais extensa do que as do Entre Douro e Minho. Os documentos 1 e 2 do *Livro Preto* citam as confrontações: a oriente, Gestosa e Treixedo; a norte, Alvarim; a poente, o rio Cris; a sul, o Dão. Cerca de 3.000 hectares, enquanto as *villas* de Entre Douro e Minho seriam inferiores a 1.000 hectares (como no caso de Santa Eulália) e algumas, a 200. A *villa* de Santa Comba, mais do que contrariar a nossa hipótese, exemplifica talvez um outro sentido da equívoca palavra *villa* : o de vasta propriedade contínua de um rico senhor, herdade demasiadamente ampla para ser designada por *hereditas*.

Também se poderia aduzir contra a nossa hipótese o documento PMH, D.C. 67, que menciona sete *villas* contíguas cujas posições relativas esquematizamos na fig. 13. Do Censual do Bispo D. Pedro (1064-1089/1091) deduz-se que Vila do Conde, Formariz, Argivai e Touguinha tinham, nessa data, igrejas paroquiais (COSTA, 1959, II: 1-3 e 15). As outras *villas* do doc. 67 (datado de 953) eram as seguintes: Euracini (Varzim), Quintanela e Anseriz. Em 1084-1089/1091 não tinham igrejas paroquiais. Mas poderá daqui concluir-se que em 953 não tinham nenhum tipo de igreja?

Que a *villa* tinha normalmente sua igreja sugere-o ainda o documento 73 do *Livro Preto*, que é um rol das *villas* do mosteiro de Vacariça, em 1064. Citam-se aí 21 *villas*: 9 *cum sua ecclesia*; 1 com um mosteiro. Duas (as de S. Cucufate e Santa Cristina), pelos nomes, deviam

ter também suas igrejas. Outras, correspondentes a povoações modernas (Sangalhos, Cepins, Vimieira), não custa a crer que tivessem também, já nessa data, suas igrejas, até paroquiais. Assim, em 21 *villas*, temos 15 com igrejas seguras ou prováveis. Não as teriam as outras?

Muitas das *villas* foram, na Reconquista, apresuradas. Ainda que o termo presúria possa, em muitos casos, corresponder à apropriação de terras desertas, temos aqui, possivelmente, mais uma vez, um termo polissêmico. O documento PMH, DC. 656, de 1086, recorda as presúrias de Sesnando na região de Coimbra. Terão correspondido, todas elas, a ocupações de terras desertas? Não terão consistido, algumas delas, num simples talhar de *villas* numa área razoavelmente povoada?

A presúria corresponderia à atribuição de uma *villa* a um ou dois senhores; mas os documentos parecem recordar *villas* sem senhores. Em 936, os homens de *Alquinitia* e de Vila Cova (conc. de Penacova) procedem à delimitação das respectivas *villas*, na presença do conde Ximeno Dias (PMH, DC., n.º. 42). Não temos aqui prova da existência de possuidor de *villa*. Mas, em 980, Gaudinas e sua mulher doam ao mosteiro de Lervão metade da sua *villa* de *Alquinitia* onde está a igreja de S. Martinho. Entre 936 e 980, a *villa* foi tomada por alguém. Também em 976 (PMH, DC., n.º. 118), os homens de *Ferrariolos* (Ferreirinhos?, conc. Anadia), aparentemente 17 moradores, venderam ao mosteiro de Lervão a sua *villa*. Também aqui não temos senhor de *villa* até ao tempo em que o mosteiro de Lervão a recebeu e se apropriou dela.

Na opinião de Pallares Méndez e de Portela Silva (1975:99), a *villa* da Reconquista não é um território fixo, mas algo que, por virtude de heranças, doações, compras e trocas, está submetido a um processo de fragmentação ou, ao invés, de alargamento. Temos sérias reservas a esta doutrina. É certo que o direito de propriedade se podia fragmentar: a *villa*, hoje propriedade de um só, podia amanhã ser possuída por dois ou três coproprietários; mas, na generalidade, mantinham-se os limites da *villa*. A palavra *villa* tem pois, nos documentos da Reconquista, o sentido de aldeia mas também o de unidade territorial composta por aldeias e casais dispersos, polarizada em torno de uma igreja; e talvez ainda o de vasta propriedade. Eventualmente, uma *villa* poderia não ter aldeias, mas só casais, como poderá ser o caso de Freixeno, que Odoário concede a sua irmã Trudilli, *cum omnes suas hereditates* (PMH, DC., n.º. 14, datado de 907). A *villa* ficava entre o castro de Alvarelhos (freg. Alvarelhos, conc. Santo Tirso) e o castro de Boi (freg. Vairão, conc. Vila do Conde).

Mas estes sentidos talvez não esgotem o conteúdo de um termo polissémico. Poderia a *villa* designar um grande prédio de tipo carolingio? As reservas sobre a existência do modelo definido pelos historiadores dos fins do séc. XIX e apelidado de *villa* carolingia não podem deixar de ser tidas em consideração (vid., por exemplo, BANGE, 1984:530). Mas quando vemos um *Olide Tedones* dar 15 *villas* como dote a sua esposa Ausenda *Gormiri* (PMH, DC., n.º. 56, do ano 946), ou um Gonçalo Luz ceder, também em dote, 38 *villas* a sua mulher *Unisco* (PMH, DC, n.º. 591, do ano 1081), serão estas idênticas à de Santa Eulália, isto é, unidades com aldeias e casais dispersos? Serão *villas* carolíngias? Não serão antes, e simplesmente, o que hoje poderíamos chamar quintas?

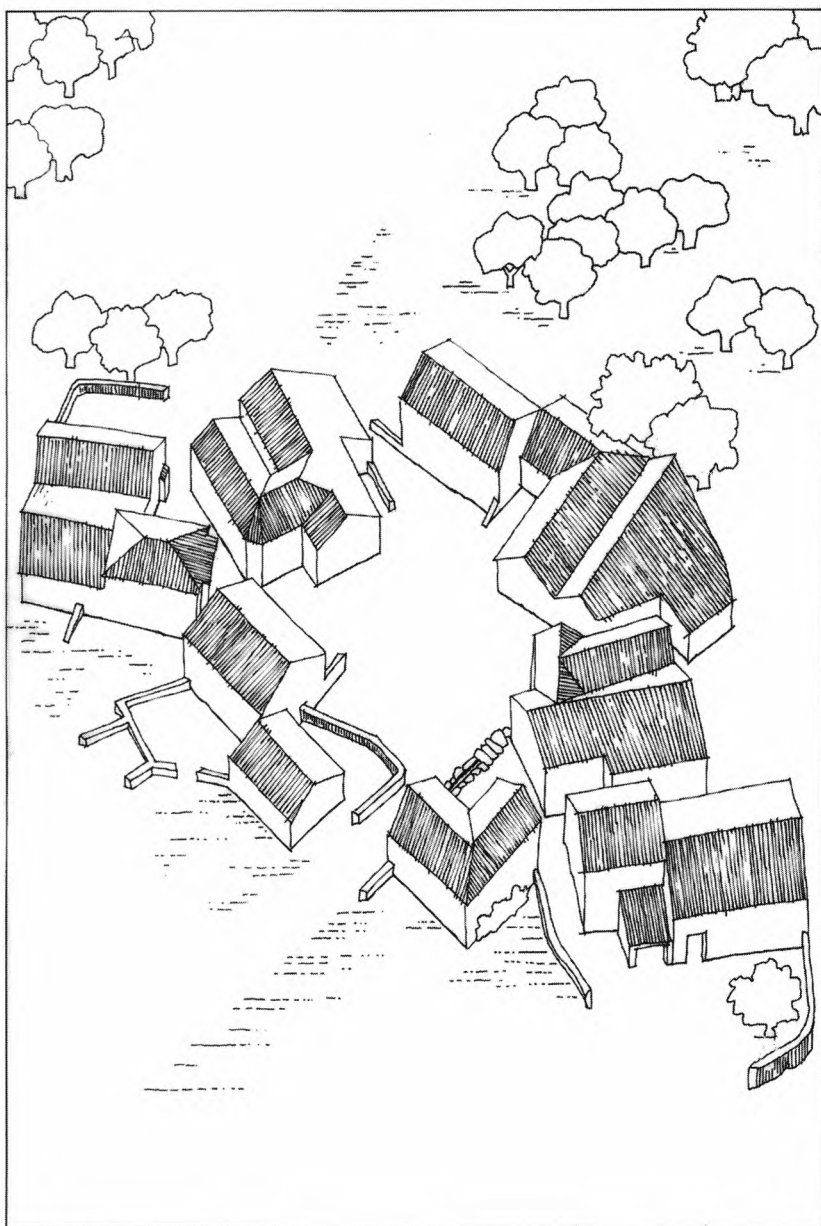
Pontuemos final neste artigo, que já vai longo. *Villae* romanas e *villas* da Reconquista, elementos fundamentais da paisagem rural, põem-nos ainda muitos problemas; mas a visão de Alberto Sampaio fez a sua época e não pode mais defender-se.

REFERÊNCIAS

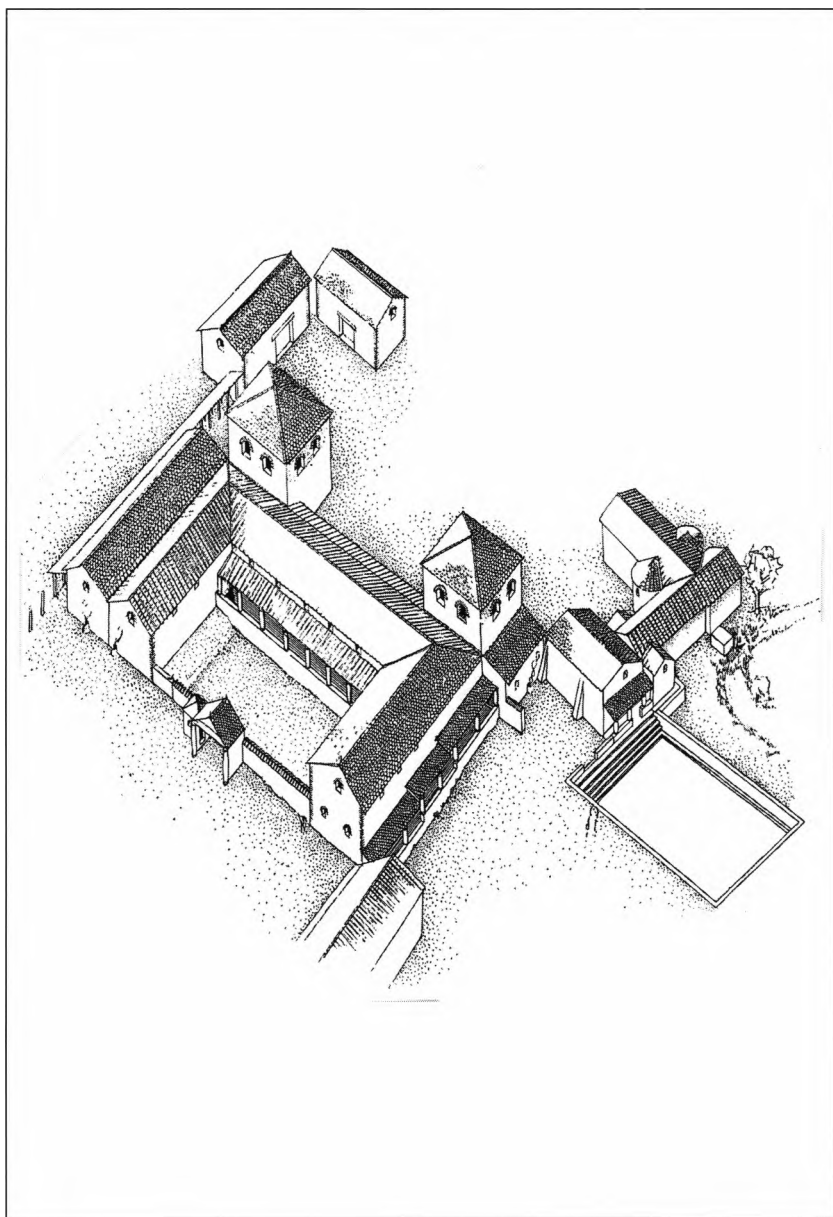
- ALARCÃO, Jorge de, 1980: “Os problemas da origem e da sobrevivência das *villae* romanas do Norte do país”, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste peninsular*, Guimarães, Vol. III: 171-179
- ALARCÃO, Jorge de, 1990: *Portugal, das origens à romanização* (vol. I de *Nova História de Portugal, dirigida*, por Joel SERRÃO e A.H. de Oliveira MARQUES), Lisboa
- ALARCÃO, Jorge de, 1996: “As origens do povoamento da região de Viseu”, *Conimbriga*, 35: 5-35
- ALARCÃO, Jorge de, 1997: “A tecnologia agrária romana”, in ALARCÃO, Adília, *Portugal romano. A exploração dos recursos naturais*, Lisboa: 137-148
- ALARCÃO, Jorge de; ETIENNE, Robert; MAYET, Françoise, 1990: *Les villas romaines de São Cucufate* (Portugal), Paris
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 1970: “Ainda o documento XIII dos *Diplomatae e Chartae*”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - História*, 1: 97-107
- ALMEIDA, Fernando de e FERREIRA, O. da Veiga, 1968: “Uma *formax* lusitano- romana da Egitânia”, *O Arqueólogo Português*, 3ª. Série, 2: 61-70
- ALMEIDA, Fernando de, 1977: *Ruínas de Idanha-a-Velha. Civitas Igaeditanorum. Egitânia*, Lisboa

- AMARAL, Luís Carlos, 1994: *São Salvador de Grijó na segunda metade do séc. XIV. Estudo de gestão agrária*, Lisboa
- AMARAL, Paulo, 1993: *O povoamento romano no vale superior do Tâmega*, Porto (Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras, policopiada)
- BANGE, François, 1984: “*Uager et la villa: structures du paysage et du peuplement dans la région mâconnaise à la fin du Haut Moyen Age (IXe -XIe siècles)*”, *Annales. Économies, Sociétés, Civilizations*, 39e année (3): 529-569
- BERNARDES, João Pedro, 1996: *A civitas de Collippo*, Ponta Delgada (Tese apresentada na Universidade dos Açores, policopiada)
- CELUZZA, M.-G. e FENTRESS, E., 1986: “L’occupation du sol dans Tager Cosanus et la vallée de Y Albegna (Italie)”, in *La prospection archéologique: paysage et peuplement* (Actes de la table ronde des 14 et 15 mai 1982, Paris, publiés sous la direction d’Alain Ferdière et d’Elisabeth Zadora - Rio), Paris: 111-120
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1989: *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. Lisboa
- COSTA, Avelino de Jesus da, 1959: *O Bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, Coimbra
- DIAS, Maria Manuela Alves, 1986: “Inscrição funerária de Casével (Castro Verde)”, *Ficheiro Epigráfico*, 18, nº. 83
- ETIENNE, Robert e GEORGES, J-G., 1979: “Apropos du *latifundium*. IL Vocabulaire et prospection archéologique”, in *Miscellanea in onore di Eugenio Manni, Roma: 891-904*
- GARCIA DE CORTÁZAR, José Angel, 1988: “La progression cristiana hasta el Duero. Repoblación y organización social del espacio en el valle del Duero en los siglos Vili a XII”, in *España. Al Andaluz, Sefarad: síntesis y nuevas perspectivas*, Salamanca: 23-35
- GARCIA DE CORTÁZAR, José Angel e RUIZ DE AGUIRRE, 1986: “Aldea y comunidad aldeana en la Rioja medieval: el caso de Villagonzalo (Badarán)”, *Príncipe de Viana*, anejo 2, *Homenaje a José María Lacarra*, Pamplona, 191-211
- GONÇALVES, Iria, 1989: *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa
- GORGES, Jean-Gérard, 1979: *Les villas hispano-romaines*, Paris HIPÓLITO, Mário de Castro Hipólito, 1960-61: “Dos tesouros de moedas romanas em Portugal”, *Conimbriga*, 2-3: 1-166
- KAHANE, Anne; THREIPLAND, Leslie Murray; WARD-PERKINS, John, 1968: “The ager Veientanus, north-east of Rome”, *Papers of the British School of Rome*, 36
- LEMA, Paula Bordalo, 1978: *Tourém. Uma aldeia raiana do Barroso*, Lisboa
- L.P., *Livro Preto*, edição do Arquivo da Universidade de Coimbra, I, 1977
- Conimbriga*, 37 (1998), 89-119

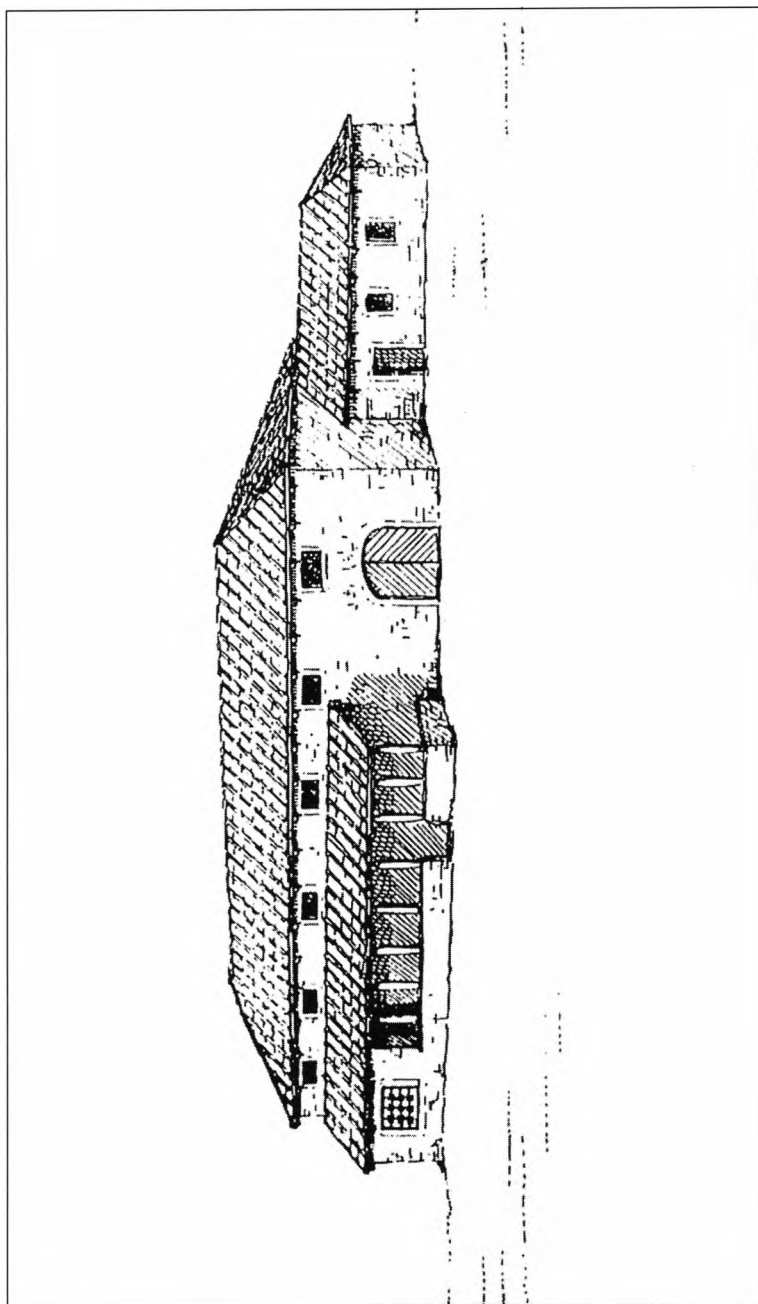
- LOPES, Maria da Conceição; CARVALHO, Pedro e GOMES, Sofia, no prelo: *Arqueologia do concelho de Serpa*
- LOPEZ ALSINA, Fernando, 1988: *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*, Santiago de Compostela
- MACIEL, M. Justino, 1996: *Antiguidade tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa
- MANTAS, Vasco Gii, 1996: “Teledetecção, cidade e território: Pax Iulia”, *Arquivo de Beja*, 3ª. série, 1: 5-30
- MATTOSO, José, 1992: *História de Portugal*, vol. I: *Antes de Portugal*, Lisboa
- PALLARES MÉNDEZ, Mª. C. e PORTELA SILVA, E., 1975: “Aproximación al estudio de las explotaciones agrarias en Galicia en los siglos IX-XII”, *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Históricas, II Historia Medieval*, Santiago de Compostela: 45-113
- QUINTELA, Antonio de Carvalho; CARDOSO, João Luís; MASCARENHAS, José Manuel, 1995 “Barragens romanas do distrito de Castelo Branco e barragem de Alferrarede”, *Conimbriga*, 34: 75-127
- RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne, 1989: *Geografia de Portugal. III. O povo português*, Lisboa
- RUIVO, José da Silva, 1995: *Circulação monetária na Estremadura portuguesa até aos inícios do séc. III*, Porto (Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras, policopiada)
- SAMPAIO, Alberto, 1979: *Estudos históricos e económicos. As vilas do Norte de Portugal*, Lisboa
- SILVA, Armando Coelho Ferreira da, 1983: “As *tesserae* do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, V.N. Gaia). Contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispânia antiga”, *Gaya*, 1: 9-26
- SOUSA, Élvio Melim de, 1966: “Cerâmicas ditas campanienses e de imitação conservadas no Museu Regional de Sintra”, *Conimbriga*, 35: 37-58
- UNTERMANN, Jürgen, 1965: “Miscellaneas epigráficas-linguísticas”, *Archivo Español de Arqueología*, 38: 8-25
- WAHL, Jürgen, 1985: “Castelo da Lousa, ein Wergehöft Caesarisch-Augusteicher Zeit”, *Madriider Mitteilungen*, 26: 149-176



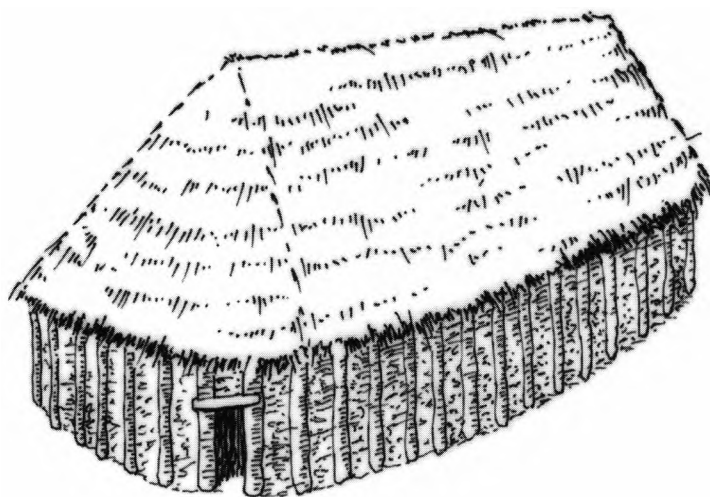
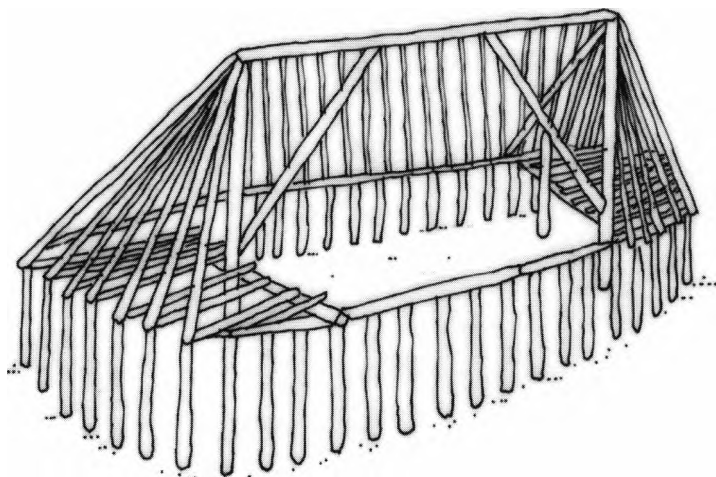
Representação de uma aldeia



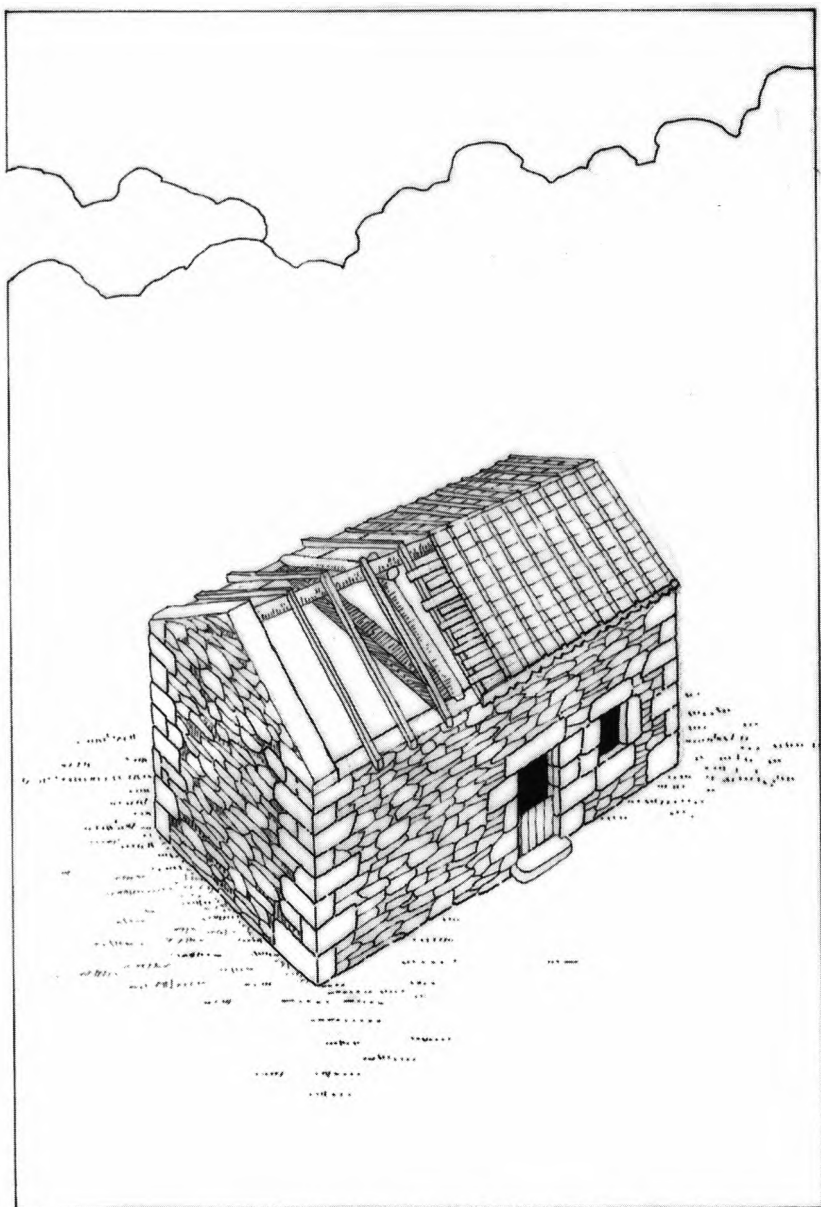
Pars urbana de uma villa, segundo David S. Neal, The excavation of the Roman villa in Gadebridge Park, Hemel Hempstead, 1963-8, Londres, The Society of Antiquaries, 1974



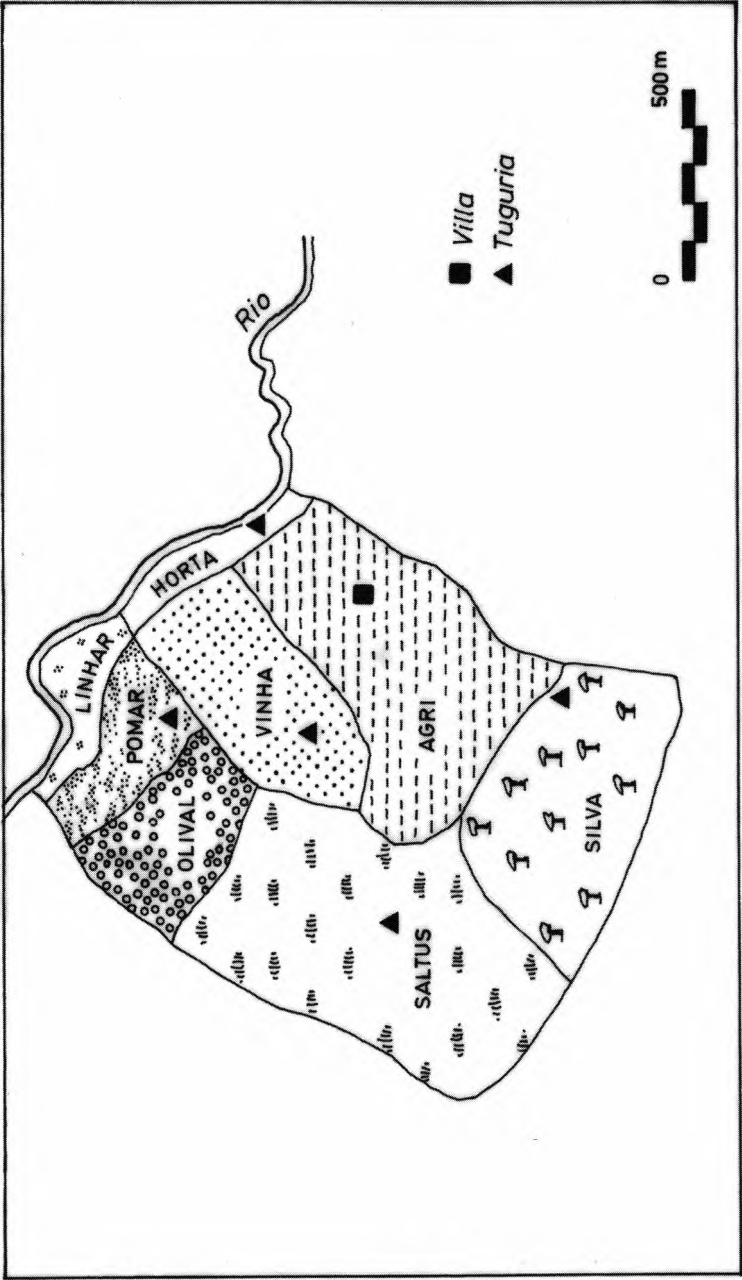
Representação de uma granja romana, segundo A. FERDIÈRE, *Les campagnes en Gaule Romaine*, Paris, Éditions Errance, 1988



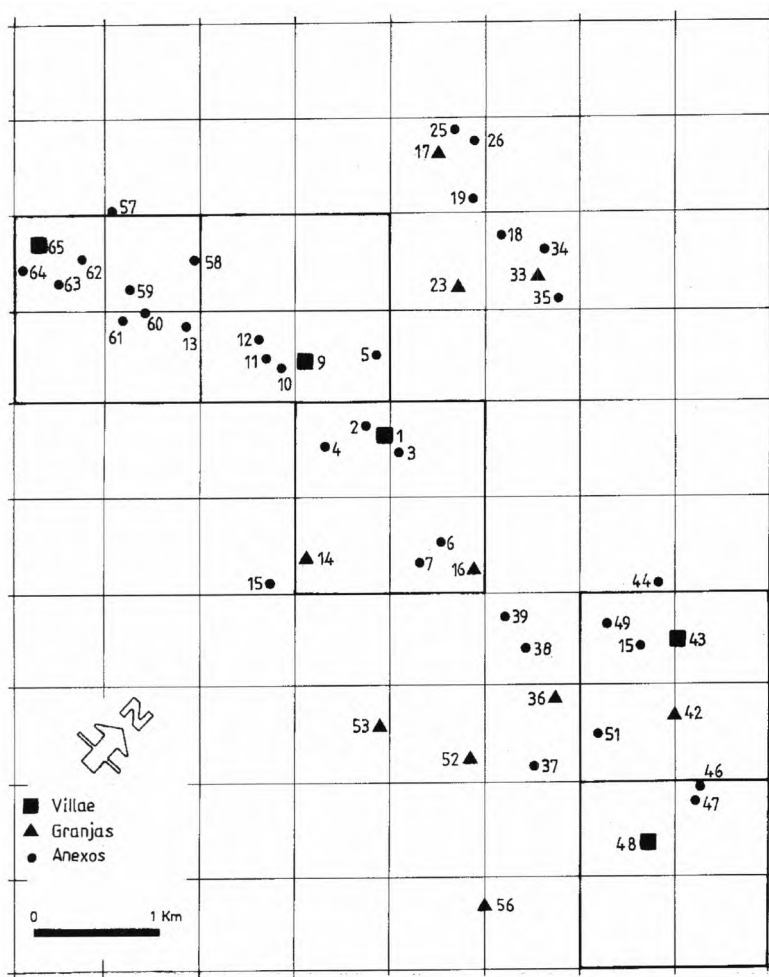
Representação do que César designava por *aedificium*



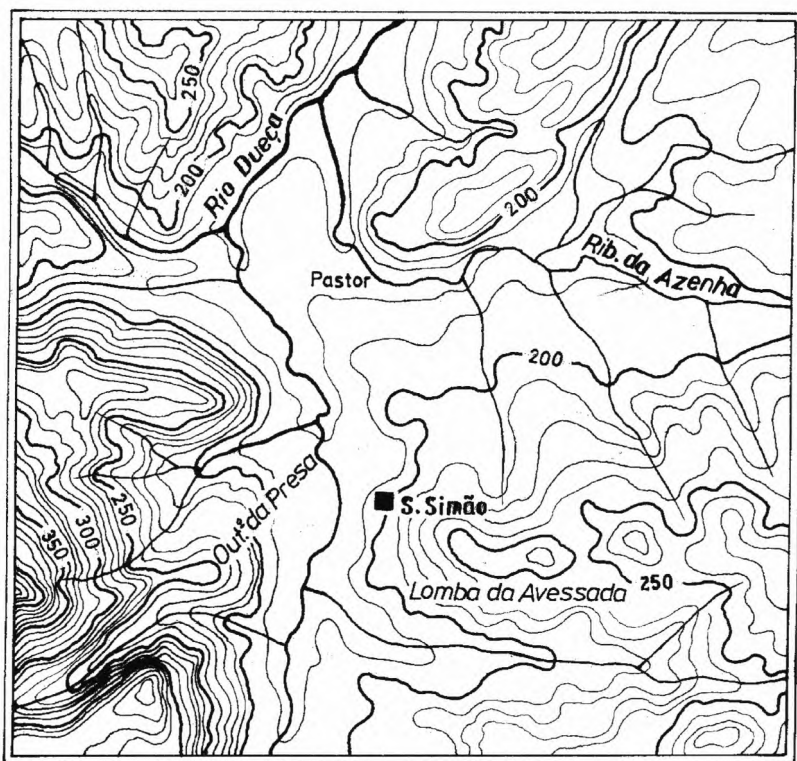
Representação de um casal romano



Representação de um *fundus* de cerca de 200 hectares, com sua *villa* e seus *tuguria*

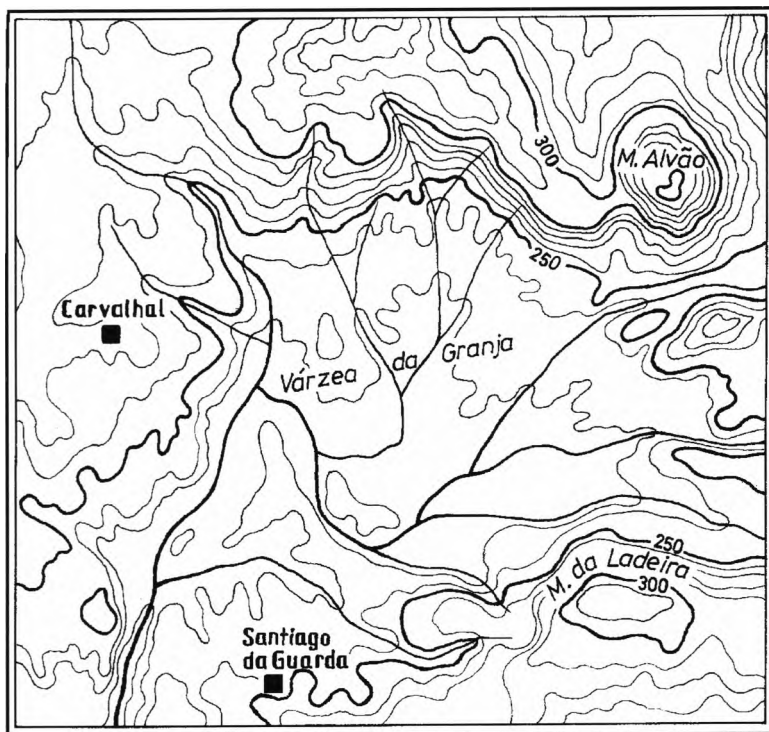


Ocupação romana na área de S. Cucufate (Vidigueira)



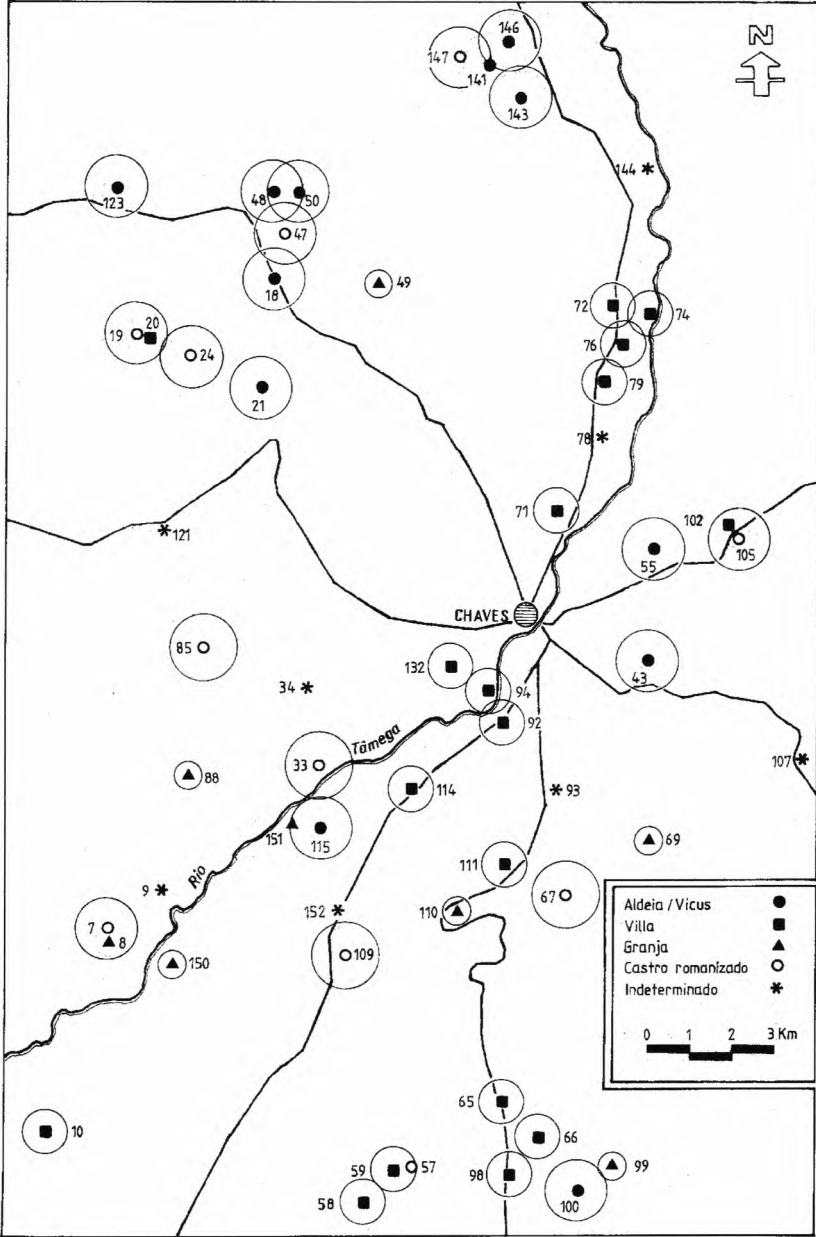
Carta Militar de Portugal / Serviços Cartográficos do Exército, folha 263 (Espinhal/
Penela) 1947/esc. 1/25.000

Fundus da villa de S. Simão

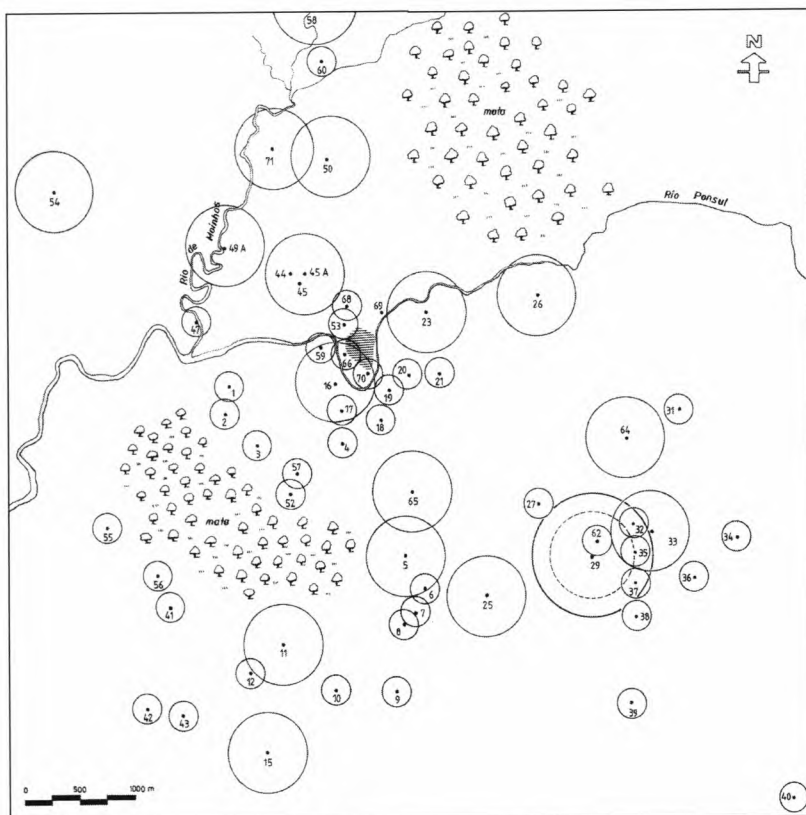


Carta Militar de Portugal / Serviços Cartográficos do Exército, folha 263 (Espinhal/
Penela) 1947/esc. 1/25.000

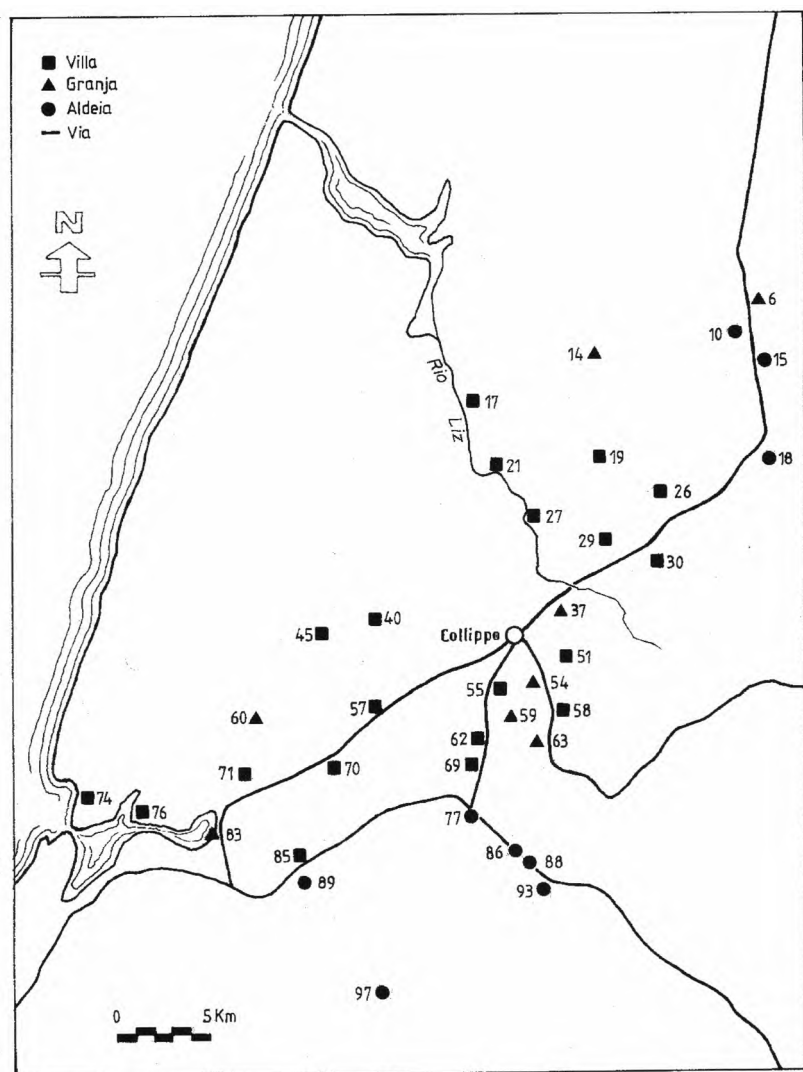
Fundi das villae de Carvalhal e Santiago da Guarda



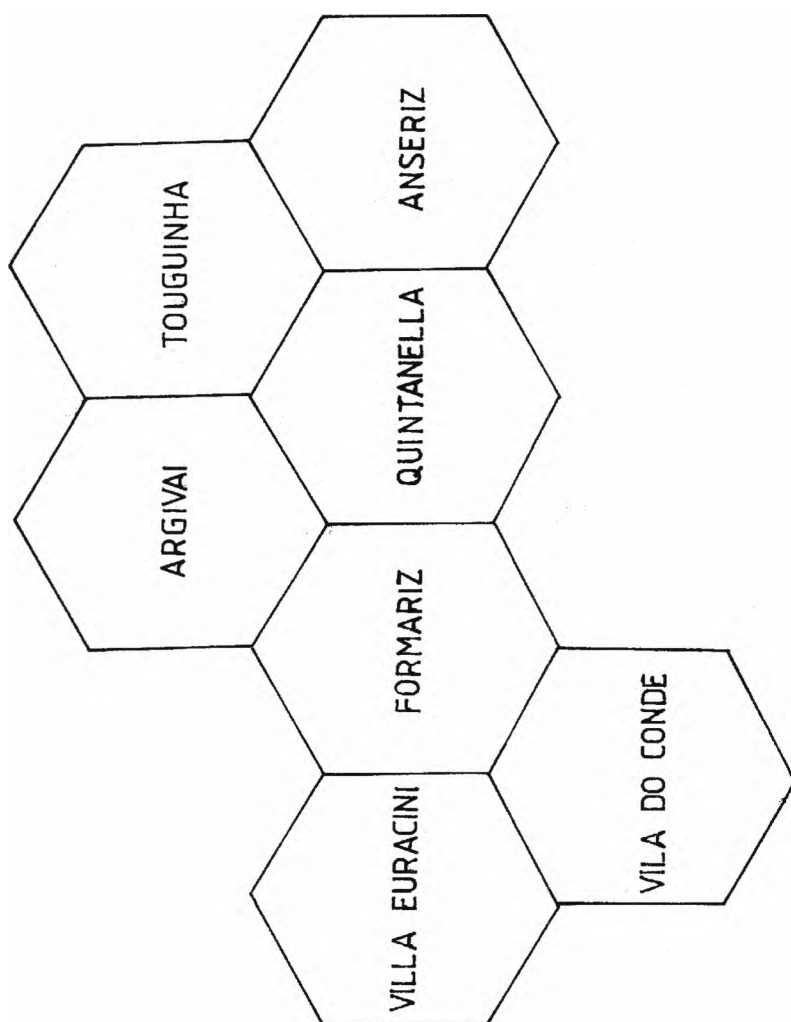
Ocupação romana na área de Chaves



Ocupação romana na área de Idanha-a-Velha (Egitânia)



Ocupação romana na área de *Collippo*



ANA MARGARIDA ARRUDA

Investigadora da UNIARQ.

PEDRO BARROS

Licenciado em Arqueologia pelo Departamento de Historia da Faculdade de Letras de Lisboa.

Colaborador da UNIARQ e do C.A.M.

VIRGÍLIO LOPES

Investigador do Campo Arqueológico de Mértola (C.A.M.). Bolseiro da Fundação Gulbenkian.

CERÁMICAS ÁTICAS DE MÉRTOLA

“Conimbriga” XXXVE (1998), p. 121-149

RESUMO: As escavações arqueológicas que têm vindo a decorrer em Mértola, desde 1978, permitiram recolher fragmentos de cerâmica ática datados dos séculos V e IV a.c. Neste trabalho, publicam-se essas cerâmicas, enquadrando-as tipológica e cronologicamente. A sua presença neste sítio do Baixo Alentejo é analisada tendo em consideração as rotas comerciais que na segunda metade do I milénio a.c. se estabeleceram no SW da Península Ibérica.

ABSTRACT: Archaeological excavations, which have been taking place at Mértola, since 1978, have allowed to collect fragments of Attic pottery from the 5th and 4th centuries BC. These potteries, are published in this paper, which discuss typology and cronology. Their presence in this place of Baixo Alentejo is analysed having into account the comercial routes, which were established in the southwest of the Iberian Peninsula in the second half of the 1st millennium BC.

(Página deixada propositadamente em branco)

CERÂMICAS ÁTICAS DE MÉRTOLA(*)

1. As cerâmicas áticas de Mértola no seu contexto específico

1.1. *Introdução*

O lote de cerâmica que aqui se apresenta é o primeiro contributo para o conhecimento da História Antiga de Mértola, ainda pouco estudada, uma vez que os dados de natureza arqueológica disponíveis são escassos. Os materiais exumados nas diversas escavações e sondagens feitas até hoje mostram-nos a existência, neste local, de um povoado durante o primeiro milénio a.c. Da ocupação pré-romana existem mesmo alguns vestígios monumentais que, no entanto, carecem de intervenções arqueológicas para a sua confirmação plena. O exemplo mais significativo é fornecido pela grande muralha que circunda os cerros à volta da vila de Mértola, formando uma meia lua com início e fim no rio Guadiana. De momento encontra-se apenas reconhecida em termos topográficos e terá, segundo se pensa, um comprimento aproximado de 1,5 Km (Torres, 1994: 366).

O burgo, é sabido, reuniu um conjunto de factores determinantes para a sua ocupação e para uma importância que foi confirmada ao longo do tempo. Por um lado, a sua localização estratégica, implantado no topo de uma elevação ladeada pelo rio Guadiana a nascente e pela ribeira de Oeiras a Poente, deu-lhe excelentes condições naturais de defesa. Por outro, o ser ponto extremo da navegabilidade do rio Guadiana, uma vez

(*) Os autores agradecem ao Dr. Cláudio Torres, director do Campo Arqueológico de Mértola, e responsável pelas escavações arqueológicas, a cedência dos materiais para estudo.

que, para montante, o rio possui uma garganta rochosa com um desnível com cerca de 14 metros que impossibilita a passagem a qualquer barco. Estes factos tomaram Mértola um importante entreposto mercantil, com um vasto território interno, em permanente contacto com o não menos vasto Mar Mediterrâneo. Pelo porto da cidade escoavam-se, por exemplo, o ouro, a prata e o cobre extraídos das entranhas da faixa piritosa (Oliveira, 1996: 11). E, claro está, a ele arribavam as gentes de mil paragens e os mais diversos produtos e artefactos.

Resta referir que um primeiro conjunto de materiais da Idade do Ferro foi objecto de publicação recente (Rego *et al*, 1996), tendo então sido apresentados alguns desenhos de cerâmica grega.

1.2. *Contextualização dos achados*

Os fragmentos de cerâmica ática exumados em Mértola, em termos de localização, são oriundos de locais próximos e podem ser englobados numa área comum: a vertente norte do Castelo. Os materiais são assim apresentados tomando por referência esses mesmos locais, a saber: a encosta do castelo; Alcáçova; a chamada «Casa do Pardo» e o quintal de A. J. Pereira. Duma segunda área, o Rossio do Carmo, situada fora do recinto amuralhado e nas cercanias da antiga via de ligação a Beja, provém um único fragmento, caso isolado que aqui se refere para uma melhor percepção dos horizontes culturais e ocupacionais do período histórico em causa.

A encosta do Castelo é uma área arqueológica que se estende entre a muralha norte do castelo e a entrada do actual cemitério, que se encontra apenas parcialmente escavada e em que se atingiram, fundamentalmente, os níveis islâmicos.

Na zona da Alcáçova, as escavações arqueológicas, em curso desde 1978, têm-se centrado em quatro níveis de ocupação. Um primeiro, com a designação estratigráfica de Ia, corresponde aos estratos de revolvimento superficial recentes. No nível Ib implantou-se uma necrópole cristã (séculos XIII-XVII). Neste nível, extremamente remexido, foram encontrados alguns fragmentos de cerâmica ática. Um terceiro, cuja referência estratigráfica é Ic, e sob este um quarto nível designado por nível 2a, correspondem respectivamente, a um bairro do período islâmico (séculos XI-XIII) e às estruturas do *forum* de *Myrtilis*. É destes quatro estratos que provém a maior parte dos fragmentos

estudados. Parece não haver dúvidas que o programa de obras do período romano - construção da plataforma artificial onde assenta o *forum* e o criptoportico -, terá contribuído para a destruição das estruturas e dos níveis ocupacionais contemporâneos das cerâmicas aqui estudadas.

Na zona a norte do *forum* situa-se o quintal de A. J. Pereira, onde foram feitas recolhas de superfície. Este local apresenta, no entanto, grandes potencialidades arqueológicas dada a diversidade de materiais aqui encontrados e que possuem, além do mais, uma cronologia bastante ampla. O mesmo facto foi constatado numa intervenção de emergência levada a cabo, em 1995, pelo Campo Arqueológico de Mértola numa área contígua da referida anteriormente, designada «Casa do Pardal». A realização de uma obra particular nesse local, situado à entrada de Mértola, nas proximidades do troço de muralha romana que forma a parede exterior do criptoportico, levou a uma intervenção de emergência.

Após a demolição da ruína e da remoção dos entulhos, procedeu-se à limpeza de algumas secções do perfil. Para o efeito foram definidas três áreas de limpeza, denominadas Corte I, II e III. As elevadas dimensões do perfil (cerca de 30 metros de comprimento e 9,5 metros de altura) condicionaram os trabalhos e a análise da extensão longitudinal das camadas do corte. Posteriormente fez-se a recolha de grande quantidade de materiais, constituídos essencialmente por fragmentos de cerâmica, acumulados em camadas sucessivas ao longo dos séculos, formando assim um perfil com uma estratigrafia coerente e contínua. As balizas cronológicas dessa estratigrafia estão delineadas pela cerâmica da Idade do Bronze/Ferro e as cerâmicas islâmicas, sendo muito raros os materiais posteriores a esse período. É possível que esse facto esteja relacionado com a mudança de funções da plataforma do *forum*/Alcáçova, o qual passou a albergar, após a Reconquista, uma necrópole cristã.

No Rossio do Carmo, os materiais encontrados provêm de uma possível necrópole da Idade do Ferro: um fragmento cerâmico - que se encontrava sob o pavimento do anexo sul da basílica paleocristã - e uma esteia contendo uma inscrição em caracteres do Sudoeste, e com uma cronologia balizada entre o século VII e V a.c. Recolhida acidentalmente em contexto não arqueológico, é possível que tenha sido reutilizada como tampa de uma sepultura paleocristã (Faria, 1994: 61-63).

(V.L.)

2. As cerâmicas áticas de Mértola: classificação tipológica, estilos decorativos e cronologias

2.1. Introdução

Em Mértola, foram encontrados 70 fragmentos de cerâmica ática. 9 são de figuras vermelhas e 61 de vemiz negro. Os fragmentos são todos de pequenas dimensões (situação frequente em contextos de *habitat*) o que impediu, algumas vezes, a classificação tipológica das peças e impossibilitou, na maioria dos casos, uma identificação exacta dos pintores dos vasos. No entanto, o conjunto é razoavelmente homogéneo do ponto de vista cronológico e o seu estudo permite discutir alguns aspectos do comércio da cerâmica ática no território actualmente português.

Mértola importou cerâmica grega a partir da segunda metade do século V a.c., situação que se deduz da presença de taças tipo *Castulo* e de um fragmento de *kylix*, de figuras vermelhas, cuja cronologia podemos centrar entre 430/425 a.c. As importações prolongaram-se até cerca de 350 a.c., o que significa que duraram cerca de 80 anos. Todavia, podemos considerar que o momento alto destas importações se centra entre o último quartel do século V a.c. e o primeiro do século IV a.c. Esta situação não destoa do que se verifica em todo o actual território português, muito particularmente na região sul (Arruda, 1994 e 1997). De facto, a grande maioria das importações de cerâmica grega para o nosso território data do início do século IV a.c., mas já se registam cerâmicas provenientes da Ática a partir do último quartel do século V a.c.

Também o repertório formal dos vasos de vemiz negro e os pintores representados no conjunto em análise é similar ao que já conhecíamos na região, registando-se, no entanto, algumas novidades formais (forma 21/25 e *lekythos arybalistica*, Fig. 7, n.º 1 e Fig. 8, n.º 6).

A divulgação deste conjunto de materiais pareceu-nos fundamental. O seu número é razoavelmente grande (o maior até hoje encontrado no nosso território) para permitir uma análise coerente e contextualizada da sua presença neste local, e as características que possui possibilitam uma leitura mais ampla sobre as rotas comerciais e as redes do comércio existentes, durante a segunda metade do I milénio a.c., no SW da Península Ibérica.

2.2. *A cerâmica de figuras vermelhas*

Os nove fragmentos de cerâmica grega decorados com a técnica das figuras vermelhas (todos desenhados) são todos de reduzidas dimensões, o que dificultou a identificação dos pintores. No entanto, podemos avançar que oito deles pertencem ao chamado Período Clássico Tardio II e estão globalmente incluídos naquilo que se costuma designar por estilo *Kerch*. Estes oito fragmentos (fundos, paredes e uma asa) pertencem a *kylikes* e devem datar-se da primeira metade do século IV a.c.

Alguns deles são obra do chamado grupo de Viena 116, como é o caso do exemplar da Fig. 3 n.º 1. Esta peça tem bons paralelos em território peninsular, nomeadamente em Ampúrias (Trías, 1967/68, p. 148, lâmina LXXXI, n.º 1) e em Baza (Presedo Velo, 1982, p. 125, 126 e 284, fig. 95). Estas *kylikes*, do século IV a.c., estão bem documentadas no Museu de Viena, Áustria (C.V.A. Áustria, pi. 34, 1-4, Viena). Pintadas, quase seguramente pelo grupo de Viena 116 são também as *kylikes* das Fig. 3, n.º 2 e 3 e Fig. 4, n.º 1, 2 e 3.

Seria fastidioso apresentar aqui todos os paralelos para as restantes peças pertencentes ao estilo *Kerch*. Resta-nos pois dizer que as decorações que ostentam correspondem aos motivos mais comuns deste estilo, nomeadamente jovens com os seus mantos, palmetas ou espirais que estão presentes em quase todos os sítios da Península Ibérica onde existe cerâmica ática do século IV a.c.

O fragmento representado na Fig. 3, n.º 4 possui características, tanto ao nível formal como do ponto de vista decorativo, que o diferenciam do conjunto da cerâmica de figuras vermelhas de Mértola. Não se trata de uma *kylix*, e pertence à fase I do Período Clássico Tardio, devendo datar-se do final do terceiro quartel do século V a.c. A dimensão do fragmento não permitiu identificar, com segurança, a forma a que pertenceu (no entanto poderá tratar-se de um *krater*), e dificultou, consideravelmente, a atribuição de um pintor para este vaso. A ausência de pormenores importantes na figura humana representada, como os olhos, o nariz e as orelhas, perturbaram a classificação. Não arriscamos pois qualquer identificação precisa, não desprezando, porém, a hipótese de se tratar de uma obra do Pintor de Dinos, ou do Pintor de Chrysis (este da escola do primeiro), ou, mais precisamente, e seguindo Beazley «à maneira do Pintor de Dinos» ou «próximo do Pintor de Chrysis» (Beazley, 1984, ARV, vol II, p. 1151-9). Quanto ao personagem representado, pouco se pode dizer, uma vez que não há elementos suficientes que permitam avançar qualquer hipótese minimamente válida.

Até há pouco tempo, não eram conhecidas obras deste Pintor na Península Ibérica, que estava, no entanto, bem representado na Grécia, Itália, Crimeia e Próximo Oriente. É precisamente do território português que provém um outro vaso que, sob reservas, um de nós já atribuiu também ao pintor de Dinos ou de Chrysis (Arruda, 1997). Trata-se do fragmento de *krater* do povoado de Santa Olaia, Figueira da Foz, onde o exemplar de Mértola pode ir buscar os seus melhores paralelos (*ibid.*).

Descrição dos fragmentos:

Mértola, 94, 4J, lb. Fig. 3, n.º 1

Fragmento de fundo e pé de uma *kylix* de figuras vermelhas, decorada no fundo interno. A decoração consta de uma banda de verniz negro, atrás da qual existe uma linha de pontos também de verniz negro. A linha pode corresponder ao limite de um manto, o que significa que estaríamos na presença de um jovem envolto na sua *himation*, decoração frequente no estilo *Kerch*. Áreas reservadas: superfície de apoio do pé, linha na parede interna do pé e dois círculos concêntricos no fundo extemo. Pé anelar e moldurado. Diâmetro do pé: 74 mm. Espessura do fundo: 6 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada e de cor castanha clara, alaranjada. Verniz negro, aderente e baço.

Período Clássico Tardio II. Estilo *Kerch*. Pintor de Viena 116. Paralelos no C.V.A. Áustria 34, Viena, estampa 34, Baza, Ampúrias.

Cronologia: meados do século IV a.c.

Mértola, 95, Casa do Pardal. Fig. 3, n.º 2

Fragmento de parede de *kylix* de figuras vermelhas, com decoração nas superfícies interna e externa e com área de fractura na parede externa que corresponde ao arranque de uma asa. O que resta da decoração da superfície externa indica que se trata de uma palmeta ou espiral. Na superfície interna, são visíveis duas linhas reservadas que limitam a área decorada. Nesta são apenas perceptíveis zonas de verniz negro que alternam com áreas reservadas que compunham os motivos decorativos, que não são identificáveis. Espessura da parede: 4/5 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, de cor rosa alaranjada. Verniz negro, baço, pouco aderente

Período Clássico Tardio II. Estilo *Kerch*.

Cronologia: primeira metade do século IV a.c.

Mértola, 95, Casa do Pardal, 4L, lb. Fig. 3, n.º 3

Fragmento de parede de *kylix* de figuras vermelhas, com decoração nas superfícies interna e externa. Na superfície externa é visível o que resta de um braço e de uma mão. No interior, a área decorada está limitada por dois círculos concêntricos em reserva, mas da decoração propriamente dita nada sobra. Espessura da parede: 3/4 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, de cor rosada. Verniz negro, brilhante e aderente.

Período Clássico Tardio II. Estilo *Kerch*.

Cronologia: primeira metade do século IV a.c.

Mértola, 95, Casa do Pardal, Corte 3. Fig. 3, n.º 4

Fragmento de parede de vaso ático de figuras vermelhas. Decoração na superfície externa: parte do rosto e tronco de uma personagem masculina, de frente, com barba, e com cabeça virada para a direita. Espessura da parede: 4 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada de cor rosada. Verniz negro, brilhante e aderente.

Período Clássico Tardio I.

Cronologia: final do último quartel do século V a.c.

Mértola, 83, 1, IV, R.S. Fig. 4, n.º 1

Fragmento de parede de *kylix* de figuras vermelhas, decorada nas superfícies interna e externa. Decoração: na superfície externa, os traços de verniz negro que alternam com as áreas reservadas parecem representar o que resta de duas espirais. Na superfície interna, a decoração que existe não é perceptível de identificação. Espessura: 5 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada de cor rosada escura. Verniz negro, brilhante e mais ou menos aderente.

Período Clássico Tardio II. Estilo *Kerch*.

Cronologia: primeira metade do século IV a.c.

Mértola, 94, 3J, lb. Fig. 4, n.º 2

Fragmento de fundo com arranque de pé de *kylix* de figuras vermelhas, decorado na superfície interna. A decoração da parede interna do fundo representa um braço de uma figura humana. O fundo externo é reservado. Espessura da parede: 4 mm. Espessura do fundo: 5 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada de cor rosa escura. Verniz negro, pouco aderente e com algum brilho.

Período Clássico Tardio II. Estilo *Kerch*.

Cronologia: primeira metade do século IV a.c.

Mértola, 95, Casa do Pardal. Fig. 4, n.º 3

Fragmento de fundo com arranque de pé de *kylix* de figuras vermelhas, decorado na superfície interna. O que resta da decoração, vestígios de uma *himation*, permite-nos afirmar que no fundo interno estaria representado um jovem envolvido no seu manto. A parede interna do pé está reservada. O fundo externo apresenta um círculo largo de verniz negro e outro, mais estreito, em reserva. Espessura da parede: 4 mm. Espessura do pé: 6 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada de cor laranja clara. Verniz negro, pouco aderente e com algum brilho.

Período Clássico Tardio II. Estilo *Kerch*.

Cronologia: primeira metade do século IV a.c.

Mértola, 92, C2, IV, lc. Fig. 4, n.º 4

Fragmento de bordo de *kylix* de figuras vermelhas. Na superfície externa, uma linha curvilínea reservada é o que resta da decoração que o vaso possuía,

não nos sendo permitido adiantar mais nada quanto aos prováveis elementos figurados. Espessura da parede: 3 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada de cor castanha clara. Verniz negro, pouco aderente e com algum brilho.

Período Clássico Tardio II. Estilo *Kerch*.

Cronologia: primeira metade do século IV a.c.

Mértola, 92, 7N, lb. Fig. 4, n.º 5

Fragmento de asa horizontal pertencente a uma *kylix* de figuras vermelhas, com a superfície interna em reserva. Espessura: 9/11 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada de cor rosa alaranjada. Verniz negro, aderente e com algum brilho.

2.3. *A cerâmica de verniz negro*

2.3.1. *As taças Castulo*

Um dos grupos da *stemless cup* é o das *inset lip* ou taças *Castulo*, como passaram a ser conhecidas após a generalização do uso do termo usado por Shefton em 1982, tendo-se, a partir de então, abandonado a terminologia americana (*inset lip*), bem como a designação tipológica tradicional (Lamboglia 42A). Esta forma está incluída na tipologia de Morei, onde é o tipo 4271 a 1.

Esta taça caracteriza-se por possuir: (1) um pé anelar espesso e largo, com uma canelura; (2) um lábio côncavo na face externa e ressalto bem marcado na face interna; (3) fundo externo decorado com um ou dois círculos concêntricos e ponto central de verniz negro. A superfície de apoio do pé é geralmente reservada, assim como a sua parede externa (apenas nos exemplares mais antigos).

Esta forma é uma criação do segundo quartel do século V a.c. e perdura até à primeira metade do século IV a.c.

Na Península Ibérica, as taças *Castulo* são muito abundantes, desde a Catalunha à Andaluzia Ocidental, passando pelo Levante mediterrâneo e atingindo a Estremadura espanhola e a região de Castela, registando-se igualmente em Ibiza. Em Portugal, as taças *Castulo* estão presentes em sítios do Sul de Portugal, nomeadamente em Castro Marim (Arruda, 1994 e 1997), Corvo I, Castro Verde (Maia, 1986 e 1987), Castro da Azougada (Moura), Femão Vaz (Ourique) e Alto do Castelinho da Serra, (Montemor-o-Novo).

A maioria das taças *Castulo* encontradas em Espanha surge

associada a vasos áticos que não perduram até ao século IV a.c. e no Cerro Macareno foram encontradas em níveis do segundo quartel do século V a.c. (Pellicer Catalán, 1982: 96, fig. 52). Os contextos portugueses são mais difíceis de estabelecer, desconhecendo-se a proveniência estratigráfica da maioria destas peças.

De Mértola são provenientes 7 fragmentos de taças Cástulo, sendo 6 bordos (Fig. 5, n.º 1-6) e 1 pé (Fig. 5, n.º 7). Adata dos bordos deve situar-se na segunda metade do século V a.c. O único pé desta forma recuperado em Mértola tem as superfícies externas reservadas, o que permite, com base nos resultados da ágora de Atenas (Sparkes e Talcott, 1970: 101-102), datá-lo de meados do século V a.c.

Descrição dos fragmentos:

Mértola, 95, Casa do Pardal. Fig. 5, n.º 1

Fragmento de bordo e parede de taça *Castulo*. Lábio côncavo na superfície extema. Um ressalto na superfície interna marca a ligação do lábio à parede. Diâmetro do bordo: 133 mm. Espessura da parede: 3/7 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, sendo visíveis minúsculas partículas de mica. Cor laranja clara. Verniz negro, brilhante e acetinado, aderente, espesso.

Mértola, 95, Casa do Pardal. Fig. 5, n.º 2

Fragmento de bordo e parede de taça *Castulo*. Lábio côncavo na superfície extema. Um ressalto na superfície interna marca a ligação do lábio à parede. Diâmetro do bordo: 166 mm.. Espessura da parede: 3/7 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, sendo visíveis minúsculas partículas de mica. Cor beije rosada. Verniz negro, brilhante e acetinado, muito aderente, espesso.

Mértola, 92, Quintal de A. J. Pereira. Fig. 5, n.º 3

Fragmento de bordo e parede de taça *Castulo*. Lábio côncavo na superfície extema. Um ressalto na superfície interna marca a ligação do lábio à parede. Diâmetro do bordo: 138 mm. Espessura da parede: 4/8 mm. Pasta dura, compacta, mais ou menos depurada, sendo visíveis minúsculas partículas de mica. Cor rosa clara. Verniz negro, brilhante e acetinado, aderente, espesso.

Mértola, 82, 3A, 150. Fig. 5, n.º 4

Fragmento de bordo e parede de taça *Castulo*. Lábio côncavo na superfície extema. Um ressalto na superfície interna marca a ligação do lábio à parede. Diâmetro do bordo: 174 mm. Espessura da parede: 5/8 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, sendo visíveis minúsculas partículas de mica. Cor beije clara. Verniz negro, brilhante e acetinado, aderente, espesso.

Mértola, 89, 13 H, 1b. Fig. 5, n.º 5

Fragmento de bordo e parede de taça *Castulo*. Lábio côncavo na superfície extema. Um ressalto na superfície interna marca a ligação do lábio à parede. Na

superfície externa, imediatamente a seguir ao bordo, urna zona de fractura que corresponde ao arranque da asa. Diâmetro do bordo: 137 mm. Espessura da parede: 2/7 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, sendo visíveis minúsculas partículas de mica. Cor rosa escura. Vemiz negro, brilhante e acetinado, pouco aderente, pouco espesso.

Mértola, 95, Casa do Pardal. Fig. 5, n.º 6

Fragmento de bordo e parede de taça *Castulo*. Lábio côncavo na superfície externa. Um ressalto na superfície interna marca a ligação do lábio à parede. Na superfície externa, imediatamente a seguir ao bordo, uma zona de fractura que corresponde ao arranque da asa. Espessura da parede: 4/7 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada. Cor castanho amarelada clara. Vemiz negro, brilhante e acetinado, aderente, espesso.

Mértola, 92, Quintal de A. J. Pereira. Fig. 5, n.º 7

Fragmento de fundo e pé de taça *Castulo*. Pé anelar e moldurado, com duas caneluras na superfície interna. Áreas reservadas: superfície de apoio e face externa do pé. Diâmetro da base: 77 mm. Espessura do fundo: 4 mm. Espessura do pé: 12 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, sendo visíveis minúsculas partículas de mica. Cor rosa. Vemiz negro, brilhante e acetinado, aderente, espesso.

Mértola, 83, 3A, 750 A. Não ilustrado

Fragmento de parede de taça *Castulo*, com ressalto na superfície interna que marcava a ligação do lábio à parede. Espessura da parede: 4/7 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, sendo visíveis minúsculas partículas de mica. Cor rosa clara. Vemiz esverdeado, brilhante e acetinado, aderente, espesso.

Mértola, R. C., 6N, 2. Não ilustrado

Fragmento de parede de taça *Castulo*, com ressalto na superfície interna que marcava a ligação do lábio à parede. Espessura da parede: 4/8 mm. Pasta dura, mas ou menos compacta, pouco depurada, sendo visíveis minúsculas partículas de mica. Cor laranja clara. Vemiz negro, brilhante e acetinado, aderente, espesso.

Mértola, 95, Casa do Pardal. Não ilustrado

Fragmento de parede de taça *Castulo*, com ressalto na superfície interna que marcava a ligação do lábio à parede. Espessura da parede: 5/7 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada. Cor rosa clara. Vemiz negro, brilhante e acetinado, aderente, pouco espesso.

Mértola, 85, GB 700. Não ilustrado

Fragmento de parede de taça *Castulo*, com ressalto na superfície interna que marcava a ligação do lábio à parede. Espessura da parede: 4/7 mm. Pasta

dura, mais ou menos compacta, depurada. Cor castanha esverdeada clara. Vemiz negro, brilhante e acetinado, muito aderente, espesso.

2.3.2. *As stemless cups*

Alguns fundos de taças, genericamente chamadas «*stemless cup*», encontrados em Mértola não permitem um enquadramento tipológico preciso. Os fragmentos podem fazer parte de «taças *Castulo (inset lip)*» ou de «*plain rim cup*».

No entanto, o perfil do pé, por um lado, e o facto de a face externa do pé não ser reservada, mas de vemiz negro, por outro, são características que indicam, com segurança, que se trata de materiais dos finais do século

V a.c. ou, mais possivelmente, do primeiro quartel do século IV a.c.

De facto, as taças *Castulo*, ou *inset lip*, apresentam, como já vimos, pés moldurados de perfil muito semelhante aos exemplares em análise. No entanto, os pés das taças tipo *Castulo* têm, durante o século V a.c., as suas superfícies externas reservadas, característica que se perde na transição para o século IV a.c.

As taças do tipo *plain rim* apresentam, durante grande parte do século V a.c., pés com ambas as faces convexas. Só a partir do último quartel deste século os pés destas taças passam a ser moldurados tomando-se semelhantes aos das taças *Castulo*.

Assim, não restam dúvidas que o exemplar da Fig. 7 n.º 4 pertence a «*plain rim cup*» do século V a.c., uma vez que aqui ambas as faces do pé são convexas. Os n.º 3, 5 e 6 da Fig. 7 apresentam pés moldurados, com as superfícies externas cobertas de vemiz negro. Trata-se portanto de *stemless cups* (taças *Castulo* ou, mais provavelmente, *plain rim cups*), do século IV a.c.

O bordo n.º 1 da Fig. 8 levanta menos questões de ordem formal e tipológica, já que se trata, indubitavelmente, de uma *plain rim cup*.

Mértola também entregou aos arqueólogos 4 asas pertencentes a *kylikes*, cuja tipologia não é possível determinar com rigor, como por exemplo a da Fig. 8, n.º 2.

Descrição dos fragmentos:

Mértola, 95, Casa do Pardal. Fig. 7, n.º 3

Fragmento de fundo, pé e parede de uma *kylix* do tipo *stemless cup* (*Castulo* ou *plain rim cup*). Pé anelar, com caneluras na superfície externa e um ressalto

na superfície interna. Áreas reservadas: superfície de apoio do pé e fundo externo. Diâmetro da base: 93 mm. Espessura do fundo: 14 mm. Espessura do pé: 14 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada de cor rosa clara. Vemiz negro, brilhante, acetinado, espesso e pouco aderente.

Cronologia: primeira metade do século IV a.c.

Mértola, 95, Casa do Pardal. Fig. 7, n.º 4

Fragmento de fundo, pé e parede de uma *kylix* do tipo *plain rim cup*. Pé anelar, com ambas as superfícies convexas. Ressalto no fundo externo e na superfície interna do pé. Áreas reservadas: superfície de apoio do pé e fundo externo. Diâmetro da base: 80 mm. Espessura do fundo: 6 mm.. Espessura do pé: 10 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada de cor rosa clara. Vemiz negro, brilhante, acetinado, espesso e muito aderente.

Cronologia: finais do século V a.c.

Mértola, 87, H H, 27, la. Fig. 7, n.º 5

Fragmento de fundo, pé e parede de uma *kylix* do tipo *stemless cup* (*Castulo* ou *plain rim cup*). Pé anelar, com a superfície interna convexa e a externa plano-convexa. Ressaltos no fundo extemo e nas superfícies interna e externa do pé. Áreas reservadas: superfície de apoio do pé e fundo extemo. Diâmetro da base: 91 mm. Espessura do fundo: 5 mm. Espessura do pé: 12 m. Pasta dura, compacta, bem depurada de cor beije. Vemiz castanho, baço, pouco espesso, pouco aderente.

Cronologia: primeira metade do século IV a.c.

Mértola, 95, Casa do Pardal. Fig. 7, n.º 6

Fragmento de fundo e pé de uma *kylix* do tipo *stemless cup* (*Castulo* ou *plain rim cup*). Pé anelar, com a superfície interna convexa e a externa côncava. Ressalto na superfície interna do pé na ligação ao fundo externo. Áreas reservadas: superfície de apoio do pé e fundo extemo. Diâmetro da base: 180 mm. Espessura do fundo: 4 mm. Pasta dura, pouco compacta, bem depurada de cor rosa clara. Vemiz negro, brilhante, acetinado, pouco espesso e pouco aderente.

Cronologia: finais do século IV a.c.

Mértola, 95, Casa do Pardal. Fig. 8, n.º 1

Fragmento de bordo de uma *kylix* do tipo *plain rim cup*. Diâmetro do bordo: 176 mm. Espessura da parede: 3 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, de cor rosa clara. Vemiz negro, aderente, espesso e baço.

Cronologia: finais do século V e inícios do IV a.c.

Mértola , 87, 7E, la. Fig. 8, n.º 2

Fragmento de asa horizontal pertencente a uma *kylix* do tipo *stemless cup*. Espessura: 10 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, de cor rosa clara. Vemiz negro, brilhante e pouco aderente.

Mértola, 89, 148, la. Não ilustrado.

Fragmento de fundo e pé de urna *kylix* do tipo *stemless cup*. Pé anelar e fundo com restos de decoração em *guilloché*. Espessura do pé: 5/8 mm. Espessura do fundo: 5 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada de cor rosa alaranjada. Vemiz negro, brilhante, pouco espesso e aderente.

Mértola, 92, 7M, la. Não ilustrado.

Fragmento de fundo, parede e pé de uma *kylix* do tipo *stemless cup*. Pé anelar, com duas caneluras na parede externa e uma na parede interna. Espessura do pé: 9/1 lmm. Espessura do fundo: 3 mm. Pasta dura, compacta, muito bem depurada de cor rosa. Vemiz negro, brilhante, espesso e aderente.

Mértola, 85, GB, 700. Não ilustrado

Fragmento de asa horizontal pertencente a uma *kylix*. Espessura: 11 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, de cor beije. Vemiz negro, brilhante, espesso e aderente.

Mértola, 87, 3E, la. Não ilustrado

Fragmento de asa horizontal pertencente a uma *kylix*. Espessura: 9 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, de cor rosa esbranquiçada. Vemiz negro, brilhante, pouco espesso e muito pouco aderente.

Mértola, 84. Não ilustrado

Fragmento de asa horizontal pertencente a uma *kylix*. Espessura: 6 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, de cor rosa. Vemiz negro acastanhado, baço, pouco espesso e muito pouco aderente.

2.3.3. *Páteras das formas 21 e 22*

As páteras das formas 21 e 22 de Lamboglia (as *incurving rim bowl* e *outtumed rim bowl*, respectivamente, da escola anglo-saxónica) aparecem geralmente associadas nos sítios da Península Ibérica. Este facto, que Lamboglia já referia em 1952, está actualmente confirmado, por exemplo no naufrágio del Sec (Arribas *et al* 1987). Os pés e as decorações destas páteras são, aliás, formal e tecnicamente muito semelhantes.

Os vasos da forma 21 (*incurving rim bowl*), cuja produção deve ter-se iniciado em Atenas no final do século V a.c. (Sparkes e Talcott, 1970: 131-132), têm o seu apogeu no século IV a.c., atingindo então a sua popularidade máxima (*ibid.*). Perduram até à época helenística (*ibid.*).

São vasos largos, de bordo muito reentrante, com pé arqueado e alto. Por vezes, este pé apresenta, na superfície de apoio, uma unha reservada.

As páteras forma 22 (<outturned rim bowl>), tal como Lamboglia as definiu (1952), surgem em Atenas apenas na primeira metade do século IV a.c. (Sparkes e Talcott, 1970: 128-130). No entanto, as escavações da ágora de Atenas permitiram verificar que estas páteras foram precedidas por outras, do século V a.c. (forma 22 arcaica), que teriam dado origem às mais tardias (*ibid.*).

São vasos de bordo largo, com lábio exvertido formando um rebordo saliente. Os pés da forma 22 são altos e arqueados, sendo em tudo semelhantes aos da forma 21.

Em Mértola recuperou-se um bordo da forma 22 (Fig. 6, n.º5) e seis fundos com pé, que podem corresponder à forma 21 ou à forma 22, indistintamente. Dois dos pés possuem, na sua superfície de apoio, a característica unha destas formas (Fig. 6, n.º 2 e 3) e dois fundos internos apresentam decoração estampilhada (Fig. 6, n.º 1 e 4). Trata-se de palmetas impressas. Num dos fundos é visível uma palmetas de contornos bem definidos (Fig. 6 n.º 4), que corresponde a uma das quatro palmetas com folhas algo caídas, com volutas e núcleo central que, geralmente, se agrupam no centro do fundo das páteras das formas 21 e 22, decoradas. Podemos enquadrá-la no «taller» 5 do naufrágio de El Sec, onde tem, aliás, bons paralelos, justamente em palmetas impressas sobre fundos internos de formas 22 (Arribas *et al.*, 1987, p. 269, Fig. 27, n.º 62 e 63).

O que resta da outra palmetas impressa, apenas uma pétala (Fig. 6, n. 1), não é suficiente para a enquadrarmos em nenhum dos «talleres» definidos no famoso naufrágio das Baleares.

Apresentamos aqui um outro fragmento de bordo (Fig. 7, n.º 2) que pode pertencer tanto a uma Forma 21, como a uma Forma 21/25B. A pequena dimensão do bordo não permite estabelecer, com precisão, o seu diâmetro, o que dificulta uma precisa identificação formal.

Descrição dos fragmentos:

Mértola 79, GA, Que A, Z 2-3, n.º 2. Fig. 6, n.º 1

Fragmento de pé e arranque de fundo de uma pátera da forma 21 ou 22. Pé alto, ligeiramente encurvado. No fundo interno, vestígios de uma estampilha. Áreas em reserva: ligação do pé à parede externa e superfície de apoio do pé. Diâmetro da base: 78 mm. Espessura do pé: 7 mm. Espessura do fundo: 5 mm. Pasta dura, esponjosa, bem depurada, de cor esbranquiçada. Verniz acastanhado, brilhante, pouco aderente, pouco espesso.

Mértola, 85, 4F, la. Fig. 6, n.º 2

Fragmento de pé de uma pátera da forma 21 ou 22. Pé alto, ligeiramente encurvado, com ranhura (unha) na superfície de apoio, que se apresenta

reservada. Diâmetro da base: 121 mm. Espessura do pé: 8 mm. Espessura do fundo: 5 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, de cor vermelha acinzentada. Vemiz negro, acetinado, pouco espesso, pouco aderente e com algum brilho.

Mértola, 95, Casa do Pardal. Fig. 6, n.º 3

Fragmento de pé de uma pátera da forma 21 ou 22. Ranhura (unha) na superfície de apoio, que se apresenta reservada. Diâmetro da base: 114 mm. Espessura do pé: 13 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, sendo visíveis minúsculas partículas de mica, de cor rosa clara. Vemiz negro, brilhante, acetinado, pouco espesso, pouco aderente.

Mértola, 95, Casa do Pardal. Fig. 6, n.º 4

Fragmento de fundo e arranque de pé de uma pátera da forma 21 ou 22. Ligação do pé à parede externa feita através de uma canelura reservada. No fundo interno, uma palmeta estampilhada de contornos bem definidos que corresponde a uma das quatro palmetas com folhas algo caídas, com volutas e núcleo central que, geralmente, se agrupam no centro do fundo das páteras das formas 21 e 22, decoradas. Podemos enquadrá-la no «taller» 5 de El See (Arribas et al., 1987). Diâmetro da base: 70 mm. Espessura do fundo: 6 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, de cor amarela clara. Vemiz negro, brilhante, acetinado espesso e aderente.

Mértola, 82, 6A, 61. Fig. 6, n.º 5

Fragmento de bordo e parede de uma pátera da forma 22. Lábio exvertido, formando um rebordo saliente de secção triangular. Diâmetro do bordo: 252 mm. Espessura da parede: 5 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, de cor rosa amarelada. Vemiz negro acastanhado, brilhante, aderente, pouco espesso.

Mértola, 79, A F, la. Fig. 7, n.º 2

Fragmento de bordo de uma pátera da forma 21 ou 21/25B. Bordo espessado e reentrante. Espessura da parede: 6 mm. Pasta dura, compacta, mais ou menos depurada, de cor bege clara. Vemiz negro, pouco aderente e com algum brilho.

Mértola, 85, 4F, la. Não ilustrado

Fragmento de fundo e arranque do pé de uma pátera da forma 21 ou 22. Na superfície externa do pé são visíveis duas caneluras e na superfície interna apenas uma. O fundo extemo é reservado, mas era decorado por um círculo concêntrico de vemiz negro. Espessura do pé: 9 mm. Espessura do fundo: 7 mm. Pasta branda, compacta, bem depurada, de cor rosa. Vemiz negro, baço, pouco espesso e muito pouco aderente.

Mértola, 95, Casa do Pardal. Não ilustrado

Fragmento de pé de uma pátera da forma 21 ou 22. Pé anelar sem caneluras. Espessura do pé: 8/11 mm. Pasta branda, compacta, bem depurada, de cor rosa. Vemiz negro, baço, pouco espesso e muito pouco aderente.

2.3.4. *A forma 21/25B*

Lamboglia incluiu as pequenas taças, de pé largo em plano inclinado, na sua tipologia (1951) tendo-lhes atribuído a designação 21/25B. Estas taças têm uma origem ática e o seu fabrico iniciou-se em 425/400 a.c. Perduraram até ao período helenístico. Destinavam-se a servir, na mesa, sal ou outros condimentos.

Na ágora de Atenas esta forma foi designada por *small bowl broad base*.

Esta forma não é frequente na Península Ibérica, estando aparentemente circunscrita ao Levante e SE espanhol. Está presente na Catalunha, em Valência e na região de Múrcia.

No naufrágio de El See (Arribas *et al*, 1987) recolheram-se 60 taças desta forma, muitas delas com os fundos internos decorados com 4 palmetas compactas e agrupadas em disposição radial (*ibid.*: 314-314).

A forma 21/25B está totalmente ausente dos inventários portugueses, sendo, portanto, Mértola o primeiro sítio do nosso território onde foi recolhida, estando aqui representada por um único exemplar.

O fragmento recolhido em Mértola deve datar-se dos inícios do século IV a.c., ou mesmo dos finais do V a.c. A sua superfície interna é revestida de verniz negro, o que a distancia das produções do último quartel do século V a.c. No entanto, a ligação da parede ao corpo é ainda reservada, característica que o aproxima das produções mais antigas desta forma.

À semelhança dos exemplares de El See, o fragmento de Mértola foi, certamente, decorado, no fundo interno, com quatro palmetas compactas e agrupadas em disposição radial, das quais são apenas visíveis algumas pétalas de duas delas.

Descrição do fragmento:

Mértola, 95, muros interiores. Fig. 7, n.º 1

Fragmento de fundo e pé de taça com pé largo. Áreas reservadas: superfície de apoio do pé e ligação do fundo à parede na superfície externa. Diâmetro do fundo: 56 mm. Espessura do fundo: 4/12 mm. Espessura da parede: 4 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, cor laranja rosada. Verniz negro aderente e baço.

Decoração: pétalas de duas palmetas impressas no fundo interno.

2.3.5. *O prato de peixe*

As páteras da forma 23 de Lamboglia são designadas na bibliografia arqueológica da especialidade por *pratos de peixe*. É provável que esta designação tenha origem nos peixes e cefalópodes pintados como figuras vermelhas em vasos desta forma (Sparkes e Talcott, 1970: 174). Mas também não é impossível que este nome derive do facto de estes pratos se destinarem a servir peixe ou seus derivados (Lamboglia, 1954:122). Aliás, como já referiu Morei (1981: 82), as duas hipóteses não são inconciliáveis.

Esta forma, que se caracteriza por possuir uma depressão central, no fundo, e um lábio pendente ou engrossado, encontra-se tanto decorada com figuras vermelhas como apenas coberta de verniz negro. Teve grande divulgação no Mediterrâneo Ocidental, onde aliás foi também produzida.

A produção de pratos de peixe da forma 23 encontra-se documentada em Kouass, Marrocos (Ponsich, 1969) e em Ibiza (Amo de la Hera, 1971).

Nos séculos III e II a.c., a forma está ainda em uso, sendo então fabricada no atelier das pequenas estampilhas, no atelier das páteras das três palmetas radiais e em campaniense A.

O fabrico dos pratos de peixe de verniz negro parece ter-se iniciado em Atenas um pouco antes de 400 (Sparkes e Talcott, 1970: 147-148, Fig. 10).

São muito abundantes em sítios peninsulares, aparecendo nomeadamente em Huelva (Olmos Romera, 1977a), em Cádiz e em La Bastida (Lamboglia, 1954). Em Portugal encontram-se em Castro Marim (Arruda, 1997) e na necrópole do Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal (Rouillard *et al.*, 1988-89). No primeiro dos sítios, os pratos de peixe são também de verniz negro, mas em Alcácer do Sal esta forma está presente apenas na sua versão pintada com figuras vermelhas.

Em Mértola foi recolhido um fragmento de bordo de prato de peixe de fabrico ático (forma 23 de Lamboglia). Possui lábio apenas engrossado, que apresenta um pequeno ressalto na sua face interna. É muito semelhante aos de Castro Marim (Arruda, 1997), onde tem os seus melhores paralelos.

Descrição do fragmento:

Mértola 95, Casa do Pardal. Fig. 8, n.º 7

Fragmento de bordo e parede de um prato de peixe da forma 23 de Lamboglia. Bordo de aba curta. Canelura na parede interna imediatamente a

seguir ao bordo. Diâmetro do bordo: 254 mm. Espessura da parede: 7 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada de cor laranja clara. Vemiz negro, muito brilhante e acetinado, pouco aderente e espesso.

2.3.6. *O skyphos*

O *skyphos* ático, o vaso para beber mais popular em Atenas durante os séculos VI a IV a.c., tem, no entanto, a sua origem numa outra cidade grega - Corinto. É de facto nas formas dos *skyphoi* coríntios que os oleiros áticos se inspiraram para, em meados do século VI a.c., iniciarem a sua própria produção.

Inicialmente, os *skyphoi* áticos formavam uma única curva do fundo ao pé (Sparkes e Talcott, 1970: 84-85, Fig. 4). A partir dos finais do século V a.c., o bordo vai progressivamente exvasar-se, obrigando a parede do vaso a desenhar uma dupla curva (*ibid.*).

Inicialmente, as superfícies externas dos fundos dos *skyphoi* áticos eram totalmente cobertas de vemiz negro, apresentando-se em reserva apenas a superfície de apoio do pé. No entanto, esta prática cedo foi abandonada, tendo o típico *skyphos* ático a superfície extema do fundo completamente reservada com círculos de vemiz concêntricos (*ibid.*).

A forma é bastante comum na Península Ibérica, fazendo parte dos inventários de muitos sítios arqueológicos (Trías, 1967).

Os *skyphoi* incluem-se na forma 43 de Lamboglia.

De Mértola é proveniente um fragmento de fundo e pé que pode incluir-se neste forma. A superfície extema do pé é reservada, o que indica que se trata de um vaso tardio, sendo o início do século IV a.c. a data provável da sua chegada ao Ocidente.

Descrição do fragmento:

Mértola, 84, 6A, 3. Fig. 8, n.º 5

Fragmento de parede, fundo e pé de *skyphos* ático. Pé arredondado. Áreas reservadas: fundo extemo e superfície de apoio do pé. Diâmetro da base: 60 mm. Espessura da parede: 6 mm. Espessura do fundo: 4 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada, de cor rosa clara. Vemiz negro, brilhante e pouco aderente.

2.3.7. *A lekythos arybalistica*

A *lekythos* é um vaso essencialmente destinado a conter azeite. O termo é geralmente aplicado a um vaso alto, com gargalo desenvolvido

e corpo cilíndrico assente sobre um pé anelar. Possui uma única asa, que é vertical.

Concebido como vaso funerário, é sabido que foi largamente utilizado em ambiente doméstico.

A designação de *lekythos arybalistica* é aplicada a um vaso cujo corpo, esferoidal, se aproxima do de um *aryballos*. O gargalo é mais curto que os das restantes *lekythos* e o pé é anelar.

A *lekythos arybalistica* foi chamada *squat lekythos* na ágora de Atenas, onde foi produzida a partir de 450 a. C. (Sparkes e Talcot, 1970: 153-155).

A pequena dimensão do fragmento recolhido em Mértola dificulta a sua integração nas quatro categorias definidas para a *squat lekythos* da ágora de Atenas (*black and plain*, *patterned*, *vertical ribs* e *small and late*). A atribuição de uma cronologia precisa toma-se, assim, mais difícil. No entanto, as dimensões que a *lekythos* de Mértola apresenta, nomeadamente o diâmetro na ligação do corpo ao colo e a espessura da parede, podem permitir, com algumas reservas, a sua integração no grupo «*small and late*» das *squatslekythoi*, cujos primeiros exemplares se datam de 430 a.c. A produção desta forma prolongou-se até ao século IV a.c., sendo então que atinge a sua maior popularidade.

Em Portugal, era conhecido apenas um único exemplar de *lekythos arybalistica*. Tinha sido identificado no Cabeço de Vaíamonte - Monforte (Amida, 1997). É, pois, uma forma rara no território actualmente português, à semelhança do que se sucede na Andaluzia ocidental, onde apenas se registou em Huelva, com um único exemplar (Olmos Romera, 1977)

Squat lekythoi semelhantes à de Mértola foram recolhidas no naufrágio de El See (Arribas *et al.*, 1987: 371-377), contexto datado da primeira metade do século IV a.c.

Descrição do fragmento:

Mértola, 85, GB, 700. Fig. 8, n.º 6

Fragmento de bojo e arranque do colo de *lekythos arybalistica*. Ligação da pança ao colo feita através de ressalto. Espessura da parede: 3mm. Pasta dura, compacta, bem depurada de cor rosa acinzentada. Verniz negro com manchas alaranjadas, aderente e com algum brilho.

2.3.8. *As lucernas*

Em Mértola, recolheram-se três fragmentos de lucerna (dois ilustrados). Trata-se de dois bordos, com arranque dos respectivos bicos

(Fig. 8, n.º 3 e 4) e um fragmento de parede (não ilustrado). Não possuímos, portanto a totalidade dos elementos que podem facilitar a classificação tipológica e a atribuição da cronologia, nomeadamente o fundo, o corpo e a asa.

No entanto, podemos verificar que o fragmento da Fig. 8, n.º 4, pertence a uma lucerna de paredes altas, separadas do bordo por uma canelura profunda, com um bico largo e estreito, características que correspondem às lucernas do tipo 25 (A ou B) da ágora de Atenas (Howland, 1958) e VH de Corinto (Broneer, 1930). Esta forma está datada de meados do século IV a.c.

O exemplar da Fig. 8, n.º 3 é mais difícil de classificar tipologicamente. Trata-se de uma lucerna de paredes altas, de bordo plano, pouco espesso e inclinado para o interior e com duas molduras no disco. Pode pertencer a uma forma 23 A da ágora de Atenas, VI de Corinto (*ibid.*), em uso desde o terceiro quartel do século V a.c. até ao primeiro quartel do século IV a.c. Esta classificação é, no entanto, aqui apresentada com muitas reservas.

As lucernas gregas são pouco frequentes nos contextos peninsulares. Estão, no entanto, presentes no naufrágio de El Sec (Arribas *et al.*, 1987: 377-385), sendo abundantes em Ibiza, onde correspondem a cerca de 60% das importações áticas (Sánchez Fernández, 1981).

Em Portugal conhece-se apenas um fragmento de lucerna, proveniente do castelo de Castro Marim (Arruda, 1997), datado da primeira metade do século IV a.c.

Descrição dos fragmentos:

Mértola, 95, Casa do Pardal. Fig. 8, n.º 3

Fragmento de bordo, parede e bico de lucerna. No disco, duas molduras definidas por três caneluras. Verniz interno e extemo. Diâmetro do bordo: 68 mm. Espessura da parede: 4 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada de cor cinzenta. Verniz negro, brilhante, acetinado e pouco aderente.

Mértola, 95, Casa do Pardal. Fig. 8, n.º 4

Fragmento de bordo, parede e bico de lucerna, com canelura a separar o bico do funil. Verniz interno e extemo. Diâmetro do bordo: 40 mm. Espessura da parede: 8 mm. Pasta pouco compacta, bem depurada, com pequeníssimas partículas de mica de cor rosa alaranjada. Verniz negro, pouco aderente, baço e mal conservado.

Mértola, 95, Casa do Pardal. Não ilustrado.

Fragmento de parede e início do fundo de uma lucerna, com verniz em ambas as faces. Espessura da parede: 4/7 mm. Espessura do fundo: 7 mm. Pasta

dura, compacta, bem depurada, de cor rosa acinzentada. Vemiz negro, baço e pouco aderente

2.3.9. *As formas indeterminadas*

São cinco os fragmentos de cerâmica ática que não permitiram um estudo tipológico (Fig. 9).

Em três casos, foram as reduzidas dimensões dos fragmentos que inviabilizaram qualquer tentativa classificatória (Fig. 9, n.ºs 3, 4 e 5). Para os fragmentos n.ºs 1 e 2 da Fig. 9 não encontramos quaisquer paralelos que permitissem uma identificação concreta.

No entanto, entendemos que merecem uma descrição pormenorizada, uma vez que alguns possuem decoração estampilhada que permite avançar dados sobre a cronologia das peças.

Descrição dos fragmentos:

Mértola, 86, 3N, lb. Fig. 9, n.º 1

Fragmento de vaso de cerâmica ática de forma não identificável (*Askos*, *Kernos*), com bordo e mamilo. Espessura: 7/14 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada de cor rosa acinzentada. Vemiz negro, brilhante, espesso e pouco aderente.

Mértola, 95, Casa do Pardal. Fig. 9, n.º 2

Fragmento de pé de cerâmica ática de forma não identificável. Parede externa do pé com duas caneluras e superfície de apoio em reserva. Diâmetro da base: 139 mm. Espessura do pé: 5 mm. Pasta compacta, bem depurada, sendo visíveis pequeníssimas partículas de mica e de cor rosa clara. Vemiz negro, acetinado, espesso aderente e baço.

Mértola, 87, LC, lb. Fig. 9, n.º 3

Fragmento de parede, fundo e arranque de pé de vaso ático onde é visível uma decoração em *guilloché*, que certamente circundaria uma decoração estampilhada. Na superfície externa, a ligação do pé à parede é feita através de uma canelura em reserva. Espessura da parede: 5 mm. Espessura do fundo: 3 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada de cor rosa clara. Vemiz negro, acetinado, espesso e pouco aderente.

Mértola, 95, Casa do Pardal, Corte III. Fig. 9, n.º 4

Fragmento de fundo de vaso ático. No interior uma palmeta estampilhada com folhas compridas, soltas e caídas, com volutas e núcleo central. Esta decoração aproxima-se dos «talleres» 2 e 5 de El Sec (Arribas, 1987: 207-209). Espessura do fundo: 6 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada de cor rosa. Vemiz negro, acetinado, aderente, espesso e pouco brilhante.

Mértola, 95, Casa do Pardal, Corte III. Fig. 9, n.º 5

Fragmento de fundo de vaso ático. No interior urna palmeta estampilhada com folhas curtas e soltas, com volutas e núcleo central. Tal como o fragmento anterior, esta decoração tem os seus melhores paralelos nos «taller» 2 e 5 de El Sec (*ibid.*, 1987: 207-209). Espessura do fundo: 5 mm. Pasta dura, compacta, bem depurada de cor rosa. Vemiz negro, acetinado, aderente, espesso e baço.

(A.M.A.eP.B.)

2.4. *Comentário final à cerâmica ática de Mértola*

À semelhança do que sucede nos outros sítios arqueológicos do Sul de Portugal e da Andaluzia Ocidental, a cerâmica ática de figuras vermelhas recolhida em Mértola é relativamente escassa, sobretudo se a compararmos com a de vemiz negro. Também as formas presentes não diferem do habitualmente conhecido no Sudoeste da Península Ibérica em sítios de *habitat*.

A grande maioria da cerâmica ática de figuras vermelhas de Mértola data da primeira metade do século IV a.c., ou seja da fase II do Período Clássico Tardio e pertence ao chamado estilo *Kerch*. Nesta época, as formas são exclusivamente *kylikes*, e, muito possivelmente, são, na totalidade, obra do gmpo do Pintor de Viena 116.0 que resta da decoração que estas taças apresentam é suficiente para supor que os motivos que as decoravam seriam jovens em *himation*. Já dissemos que estes são justamente os motivos mais frequentes nas taças pintadas pelo gmpo deste Pintor. Abundantíssimas na Andaluzia (Rouillard, 1975), parecem ser as únicas importações de taças de figuras vermelhas para o território actualmente português durante o século IV a.c. (Amida, 1997).

Um único fragmento de cerâmica ática de figuras vermelhas é datado do século V a.c., mais precisamente do seu último quartel. É também o único que não pertence a uma *kylix*. Trata-se de um *krater*, possivelmente pintado pelo pintor de Dinos ou Chrysis e pertence à fase I do Período Clássico Tardio. Como já anteriormente referimos, este Pintor não está bem representado na Península Ibérica, conhecendo-se apenas um outro vaso cuja autoria lhe pode ser atribuída, e que é também proveniente do actual território português, concretamente do povoado de Santa Olaia, na Figueira da Foz (Arruda, 1997).

O estudo tipológico e o respectivo enquadramento cronológico dos vasos áticos de vemiz negro encontrados em Mértola permitiu verificar

que, à semelhança do que se registou na cerâmica pintada com figuras vermelhas, as importações se iniciaram no último quartel do século V a.c. Estas importações perduram, porém, durante toda a primeira metade do século IV a.c. Deve, no entanto, referir-se que as importações do século V a.c. se resumem, quase exclusivamente, a taças (11 tipo *Castulo* e 1 *stemless cup* do tipo *plain rim*). Pelo contrário, os vasos do século IV a.c. são tipologicamente mais variados, apesar de as *kylikes* e as páteras das formas 21 e 22 dominarem no inventário.

Deve-se ainda, no entanto, realçar que, na globalidade das importações, as taças (*Castulo* ou *plain rim*) são largamente maioritárias, correspondendo a 34,4% dos vasos de verniz negro. Se a estes dados fossem ainda acrescentados os dos vasos de figuras vermelhas, esta percentagem cresceria até aos 43%, o que é de facto muito significativo.

E, pois, também, claro que as formas aqui apresentadas não distanciam o conjunto de Mértola do que era já conhecido na Península Ibérica, apesar de duas peças serem ainda inéditas no território actualmente português, como é o caso da forma 21/25B e da *lekythos arybalistica*.

Uma última observação diz respeito às formas e funções dos vasos inventariados.

A maioria das formas são abertas (taças, *skyphoi* e páteras) e destinam-se ao consumo de vinho e de alimentos. Relacionam-se, pois, directamente com o *symposium*.

Como um de nós (A.M.A.) disse já, noutra local, «o aparecimento destes recipientes em lugares de *habitat* pressupõe a sua utilização quotidiana e mostra que os vasos gregos, mesmo nas regiões mais periféricas e não helenizadas do Mediterrâneo, não eram apenas destinados a constituírem oferendas funerárias(...). A utilização de determinadas formas na função de origem, muito específica, para que foram concebidas em Atenas (vasos de mesa), revela uma adopção por parte dos povos ibéricos de alguns hábitos, ou talvez mesmo modelos culturais. Este mediterrâneos, muito concretamente gregos.» (Arruda, 1997).

(A.M.A.)

3. A cerâmica ática de Mértola no contexto das exportações gregas para o SW peninsular

A cerâmica ática de Mértola tem, necessariamente, que relacionar-se com as restantes importações gregas do Ocidente peninsular, uma vez que o conjunto aqui estudado em nada se diferencia dos conhecidos nos outros povoados do SW.

Na verdade, o espólio cerâmico grego do século V e IV a.c. encontrado em Mértola é, como vimos, muito semelhante ao que se verifica na Andaluzia ocidental e no sul do território actualmente português.

Assim, resta-nos discutir, em termos estritamente regionais, o significado da existência deste conjunto, num sítio do Baixo Alentejo e de que forma e em que local se processou o abastecimento destas cerâmicas.

Relativamente à última questão, é fundamental ter presente que, como referimos no ponto 1, Mértola é o ponto extremo da navegabilidade do rio Guadiana. Mas não podemos também esquecer que na foz deste mesmo rio, e também na margem direita, se localiza o castelo de Castro Marim, sítio que importou cerâmica ática exactamente no mesmo momento que Mértola. Aliás, o catálogo das formas presentes nos dois sítios assemelha-se muitíssimo, isto independentemente de algumas presenças e ausências.

Por exemplo, a forma 21/25B e a *lekythos arybalistica* presentes em Mértola não foram identificadas em Castro Marim, que forneceu, em contrapartida, uma pátera Jehasse 116, ausente do lote de Mértola (*ibid.*). As semelhanças entre os dois conjuntos são, no entanto, impressionantes. As *kylikes* (*Castulo* e *plain rim cup*), as páteras das formas 21 e 22, os *skyphoi*, os pratos de peixe e até mesmo as lucernas de ambos os sítios parecem ser provenientes das mesmas oficinas e quiçá compradas aos mesmos navios mercantes.

Desta forma, duas hipóteses são possíveis:

1. a cerâmica grega era comprada directamente em Mértola a comerciantes mediterrâneos que subiam o Guadiana, após terem abastecido destes mesmos produtos a população que habitava no Castelo de Castro Marim;

2. a cerâmica grega encontrada em Mértola era obtida em Castro Marim, de acordo com as relações comerciais inter-regionais que certamente se estabeleceram entre estes dois sítios que, durante a Idade do Ferro, adquirem grande importância.

Atendendo ao que conhecemos do comércio grego com outras regiões, mesmo peninsulares, a 2ª hipótese poderia parecer mais plausível. De facto, tem sido considerado ponto assente que as cerâmicas encontradas no interior não podem ser o resultado de contactos directos com populações mediterrâneas, tendo sido adquiridas no litoral onde os navios orientais aportavam.

Um outro factor poderia determinar a nossa preferência pela 2ª hipótese. Mesmo admitindo que o Sul de Portugal não se constituía, durante a Idade do Ferro, como uma única unidade política, existiam seguramente laços estreitos entre as várias entidades representadas neste relativamente vasto território. Esses laços estavam certamente consubstanciados em relações de tipo fundamentalmente comercial, entre o litoral e o interior, este rico em minério e aquele com um aproveitamento mais acentuado dos recursos marítimos, onde o comércio a longa distância representava certamente um papel relevante.

No entanto, é sabido que o Guadiana é facilmente navegável até Mértola e as marés fazem-se sentir até aqui com intensidade. Também não restam dúvidas que houve, neste local, um importante porto fluvial, que muito provavelmente estava em actividade durante a Idade do Ferro.

Somos assim obrigados a concluir que a investigação dos níveis da Idade do Ferro de Mértola é fundamental para podermos contextualizar devidamente o lote de cerâmicas gregas aqui estudado e para compreender o seu significado em termos de comércio inter-regional e a longa distância.

O que de qualquer forma fica muito claro é o facto de a população que, durante a 2ª metade do I milénio a.c., estava instalada em Mértola era detentora de um efectivo poder de compra e tinha adquirido hábitos sociais e alimentares, até ao momento, estranhos à região, utilizando quotidianamente vasos fabricados em Atenas.

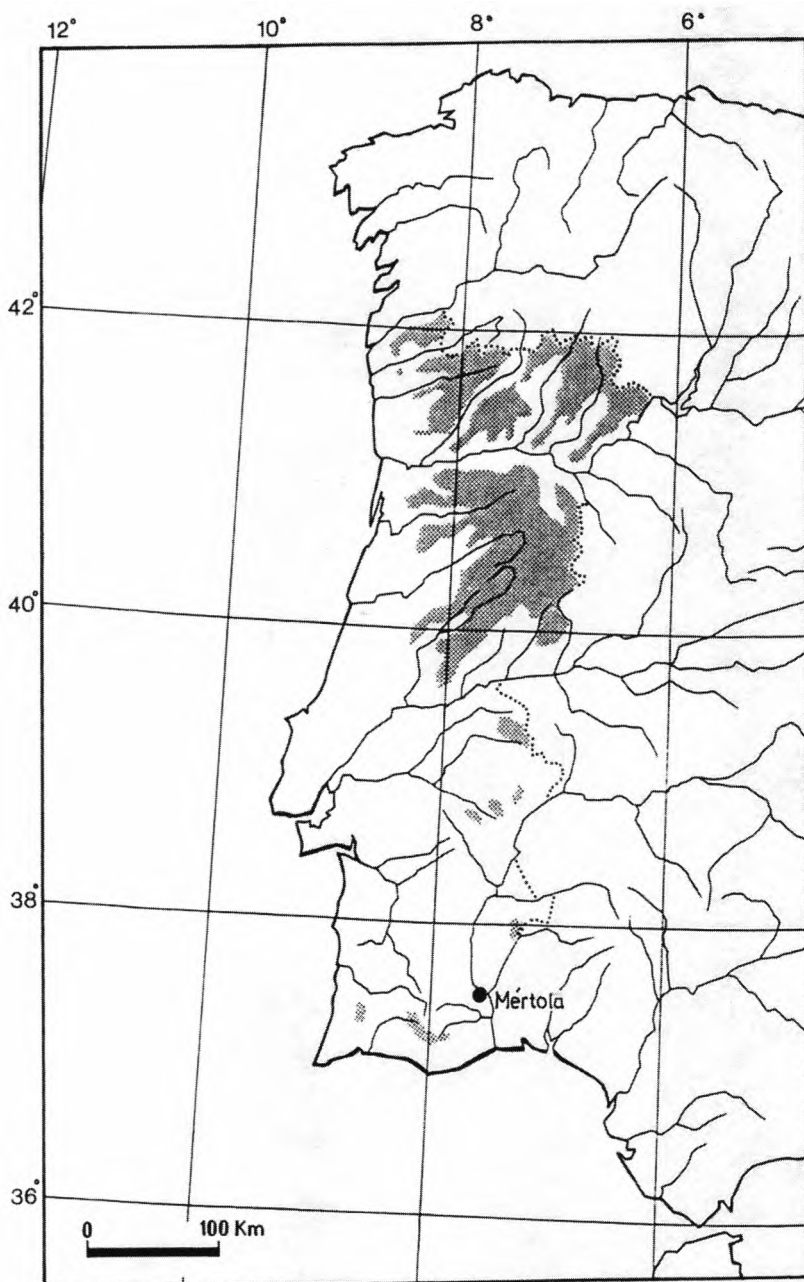
No espaço urbano de Mértola, viveria, pois, uma *elite*, política e socialmente superior, que controlaria a extracção de minério e a produção agrícola do seu território imediato e que mantinha, ou directamente ou através do litoral, contactos com o mundo mediterrâneo.

(A.M.A.)

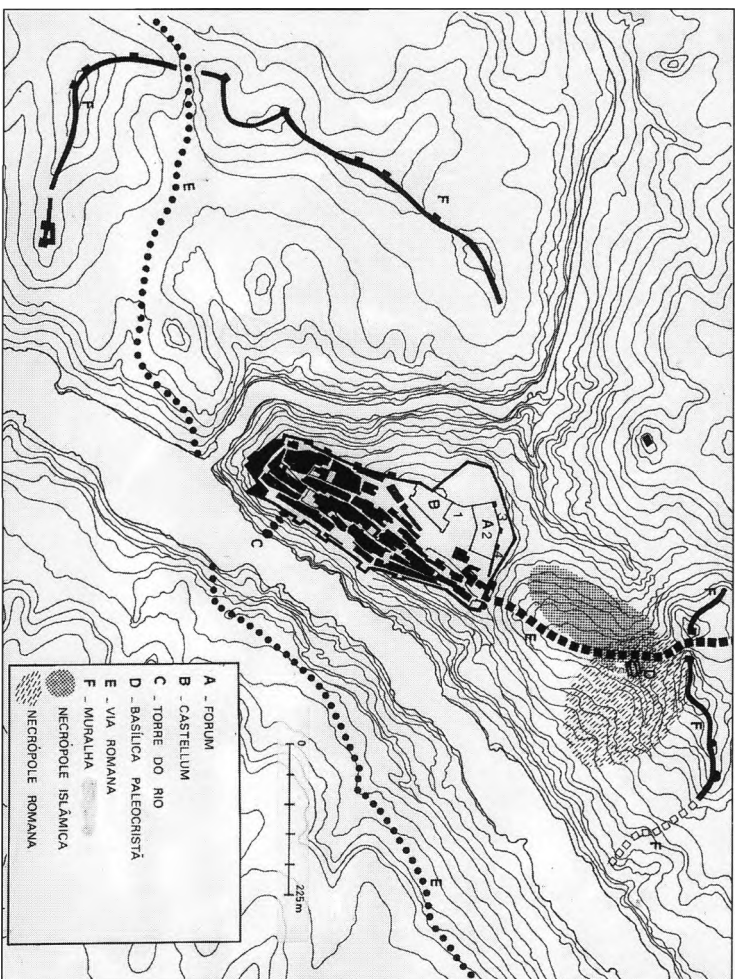
BIBLIOGRAFÍA

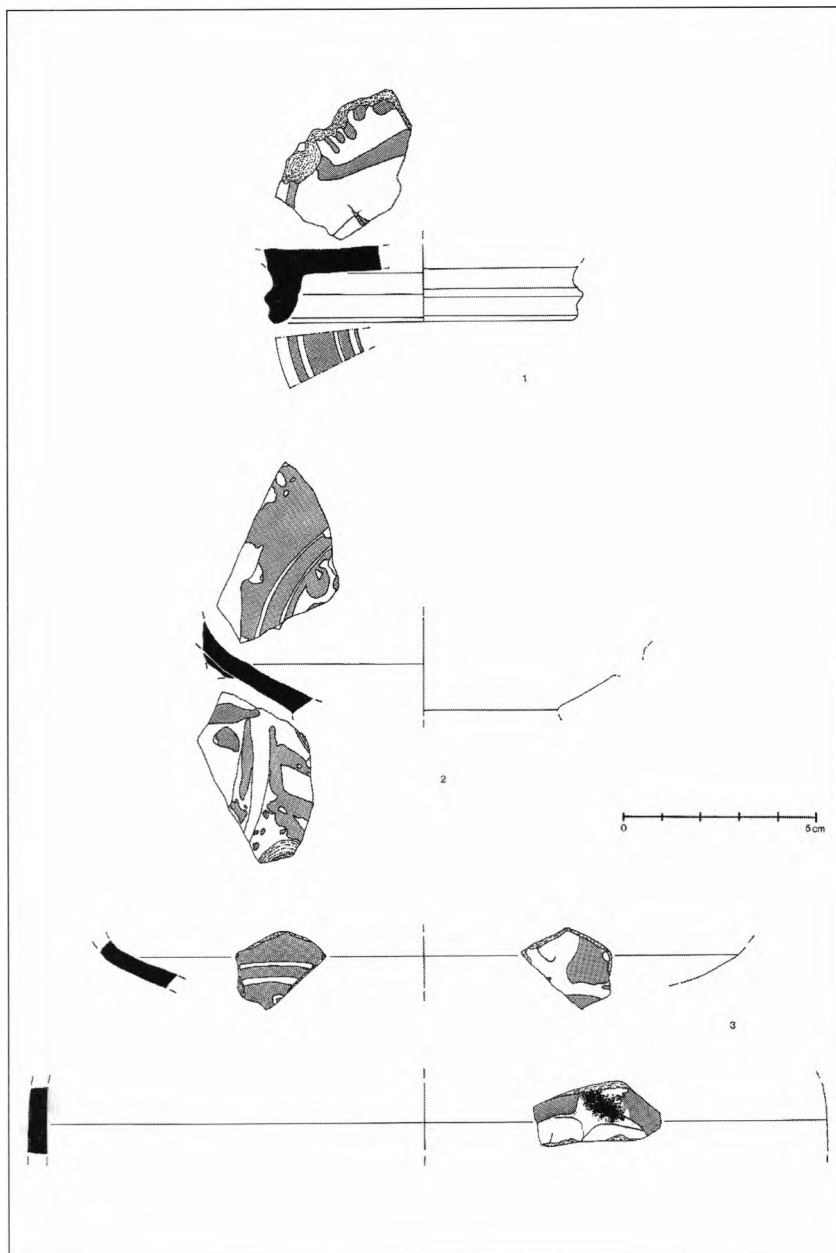
- AMO DE LA HERA, Mariano del (1970) - La ceramica campaniense de importación y la imitaciones campanienses en Ibiza. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid: CSIC, 27, p. 201-256.
- ARRIBAS, Antonio; TRÍAS, M. Gloria; CERDÁ, Damián e HOZ, Javier (1987) - El Barco de El Sec (Calvià, Mallorca). Estudio de los materiales. Mallorca: Ajuntament de Calvià e Universitat de les illes Balears.
- ARRUDA, A. M. (1994) - Panorama das importações áticas em Portugal. *Huelva Arqueológica* (Actas do Simposio: Iberos y Griegos: Lecturas desde la diversidad. Ampúrias, 1991). Huelva.: Diputación Provincial de Huelva, 13, 1, p. 129-154.
- ARRUDA, A. M. (1997) - A cerâmica ática do Castelo de Castro Marim. Lisboa: Colibri. Coleção «Arqueologia & Historia Antiga».
- BEAZLEY, John Davidson (1974) - Attic red-figure vase-painters. 2ª ed., 3 vols. New York: Hacker Art Books.
- FARIA, António M. (1994) - Uma inscrição em caracteres do Sudoeste achada em Mértola. *Vipasca*. Aljustrel, 3, p. 61-3.
- LAMBOGLIA, Nino (1950). Per una classificazione preliminare de la ceramica campanula. *Bordighera: Istituto Intemazionale di Studi Liguri*, p. 139-206.
- LAMBOGLIA, Nino (1954) - La ceramica precampana della Bastida. *Archivo de Prehistoria Levantina*. Valencia: Diputación Provincial de Valencia, 5, p. 105-139.
- MOREL, Jean Paul (1981) - Céramique Campanienne: les Formes. Paris: École Française de Rome.
- OLIVEIRA, Tomás e OLIVEIRA, Victor (19965) - Síntese da Geologia da faixa piritosa em Portugal e das principais minerações associadas. In *Mineração do Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal de Castro Verde, p. 8-27.
- OLMOS ROMERA, Ricardo (1977) - La cerámica atica del Cabezo de San Pedro. *Huelva Arqueológica*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva, 3, p. 377-393.
- PELLICER CATALÁN, Manuel (1982) - Las cerámicas del mundo fenicio en el Bajo Guadalquivir: evolución y cronología según el Cerro Macareno. In *Phönizier im Western.. Madrider Beitrage*. Madrid: Deutsches Archäologisches Institut. Madrid, 8, p. 371-403.
- PONSICH, M. (1969) - Note préliminaire sur l'industrie de la céramique préromaine en Tingitane (Kouass, région d'Arcila). *Karthago*. Paris: Université de Paris - Sorbonne, Centre d'Études Archéologiques de la Méditerranée Occidentale, 15, p. 75-97.
- REGO, Miguel; GUERRERO, Olga e GÓMEZ, Francisco (1996) - Una ciudad mediterenea en el contexto de la Edad del Hierro del Bajo Guadiana. In *Actas de las primeras jornadas transfronterizas sobre la contienda hispano-portuguesa* (2 a 4 de Junio de 1995). Aroche: Escuela Taller ContiendaTomo, 1, p. 119-132.
- ROUILLARD, Pierre; PAIXÃO, Antonio Cavaleiro; VILLANUEVA-PUIG, Marie Christine e DURAND, Jean-Louis (1988-89) - Les vases grecs d'Alcácer du Sal (Portugal). O *Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, série 4, voi. 6/7, p. 43-108.

- PRESEDO VELO, Francisco (1982) - La necrópolis de Baza. Excavaciones Arqueológicas en España. Madrid: Ministério de Cultura, Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas, 119.
- SANCHEZ FERNÁNDEZ, Carmen (1981) - La ceramica ática de Ibiza en el Museo Arqueológico Nacional. Trabajos de Prehistoria. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 38, p. 218-316.
- SPARKES, Brian, A. e TALCOTT, Lucy (1970) - Black and plain pottery of the 6th., 5th. and 4th. centuries B.C.. The Athenian Agora, Vol. XII. Princeton, New Jersey: American School of Classical Studies at Athens.
- TORRES, Cláudio e MACIAS, Maciel (1994) - Mértola romana. In Atlas de Arqueologia. Lisboa: Edições Zairol, p. 366-367.
- TRÍAS DE ARRIBAS, M. Gloria (1967-68) - Cerámicas griegas de la Peninsula Iberica. Valência: The William L. Bryant Foundation. 2 volumes.

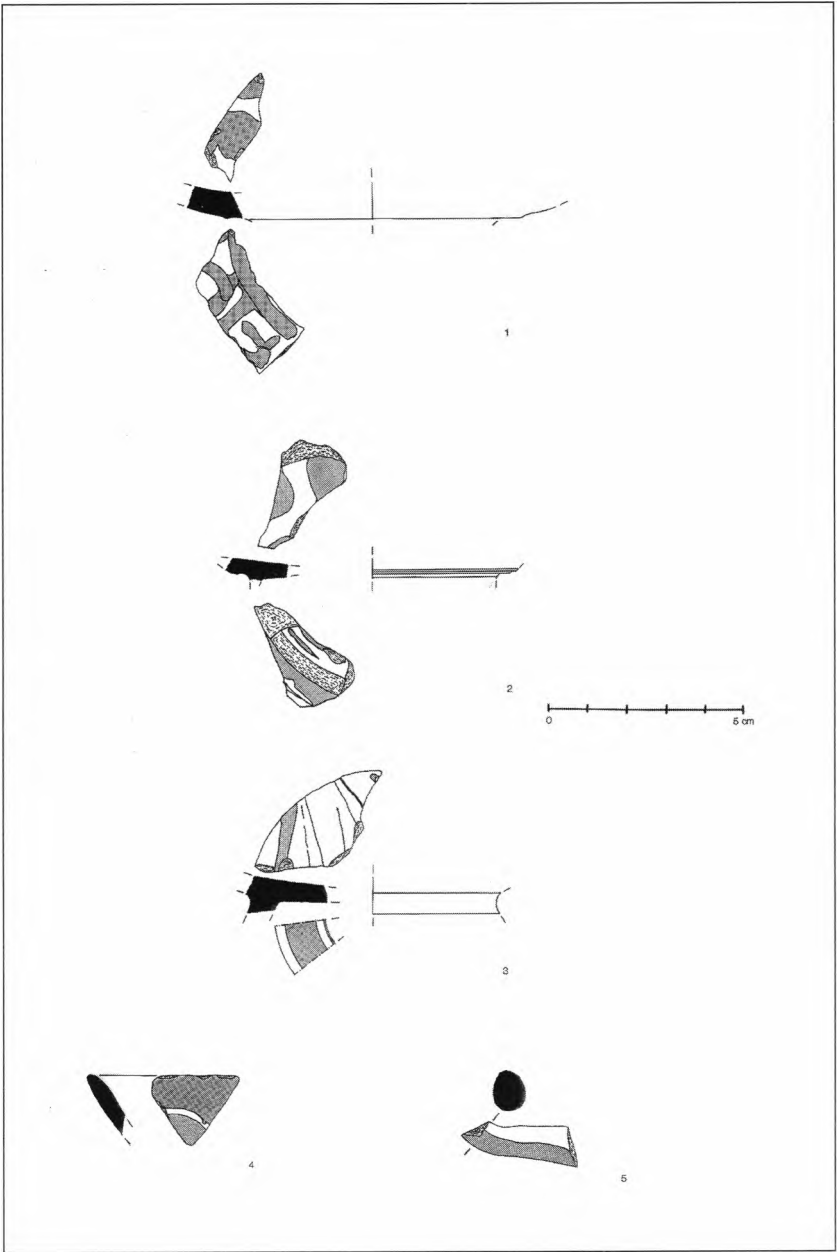


Planta de Mértola com a indicação da localização dos locais onde foram recolhidas cerâmicas gregas. 1. Encosta do Castelo; 2. Alcáçova (*Forum*); 3. Casa do Parda; 4. Quintal de A. J. Pereira; 5. Rossio do Carmo (Basilica paleocristã).

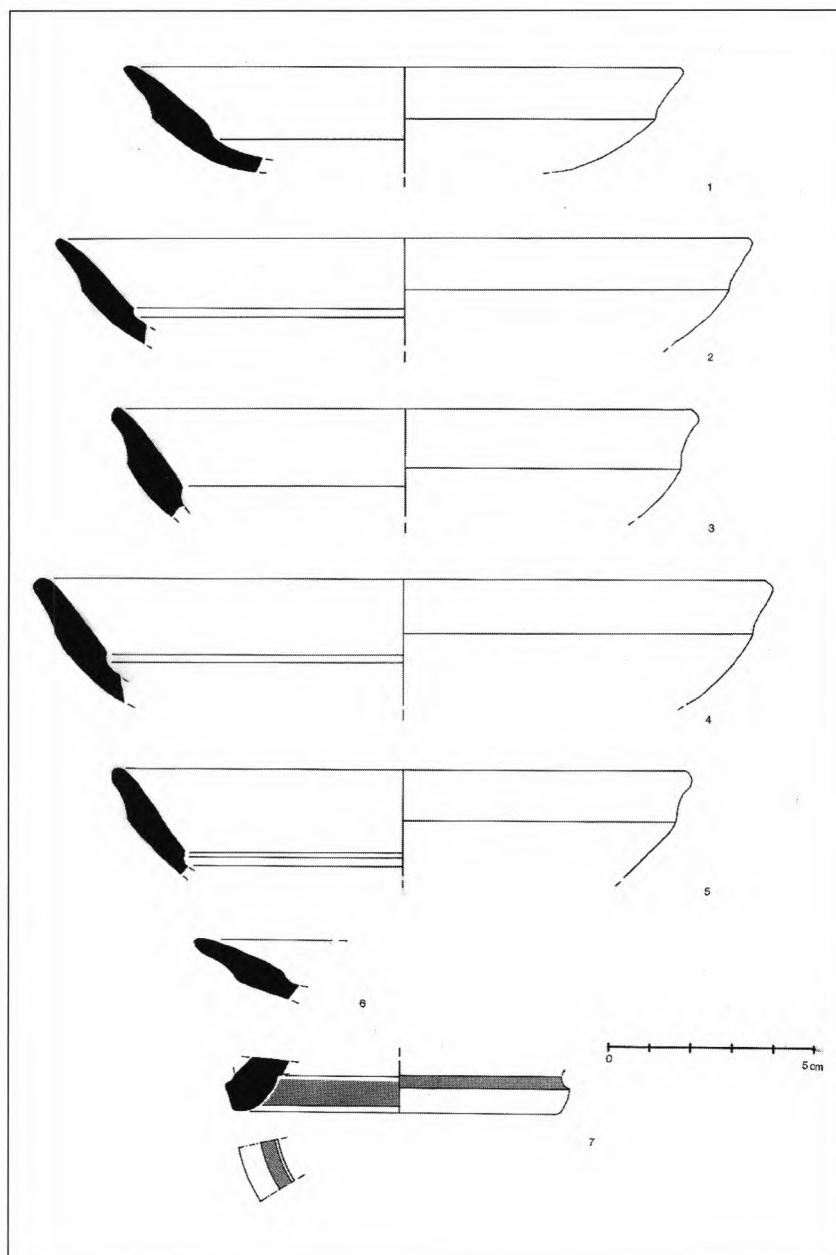




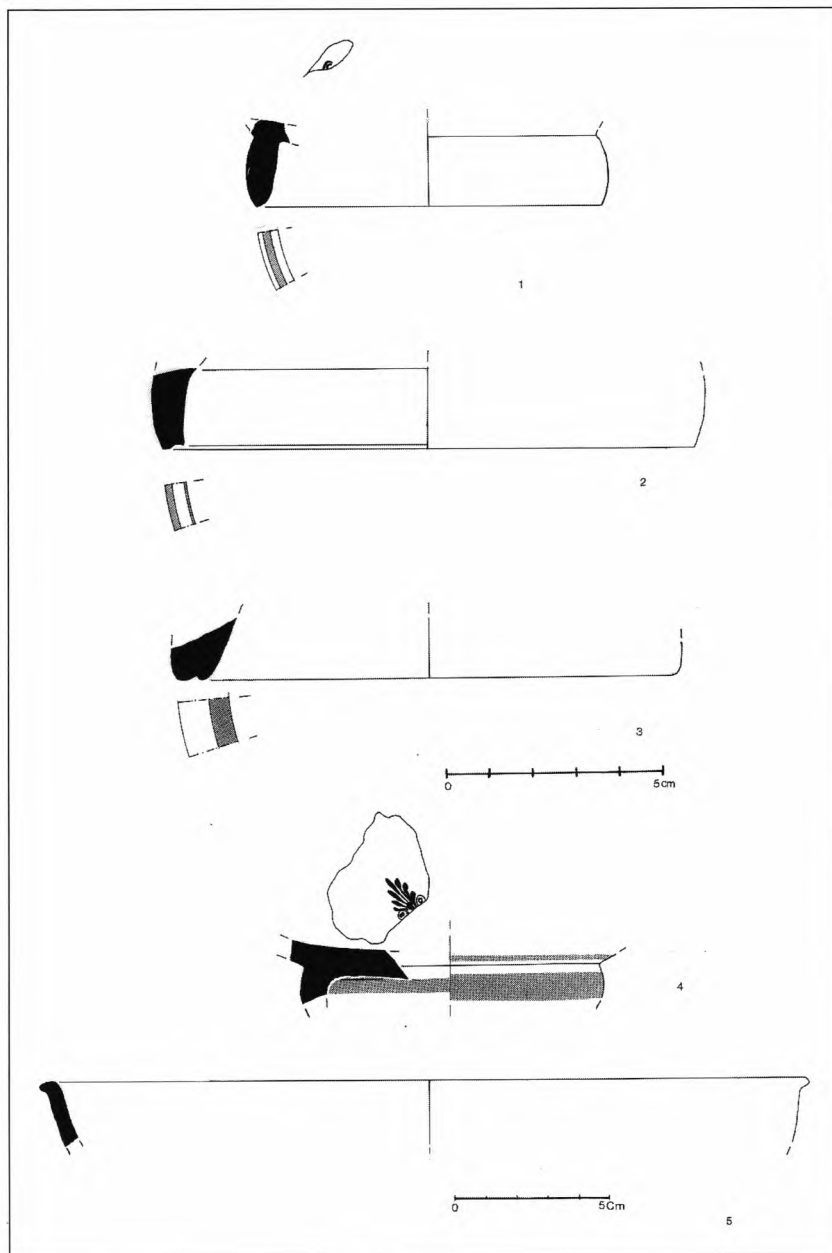
Cerâmica ática de figuras vermelhas.



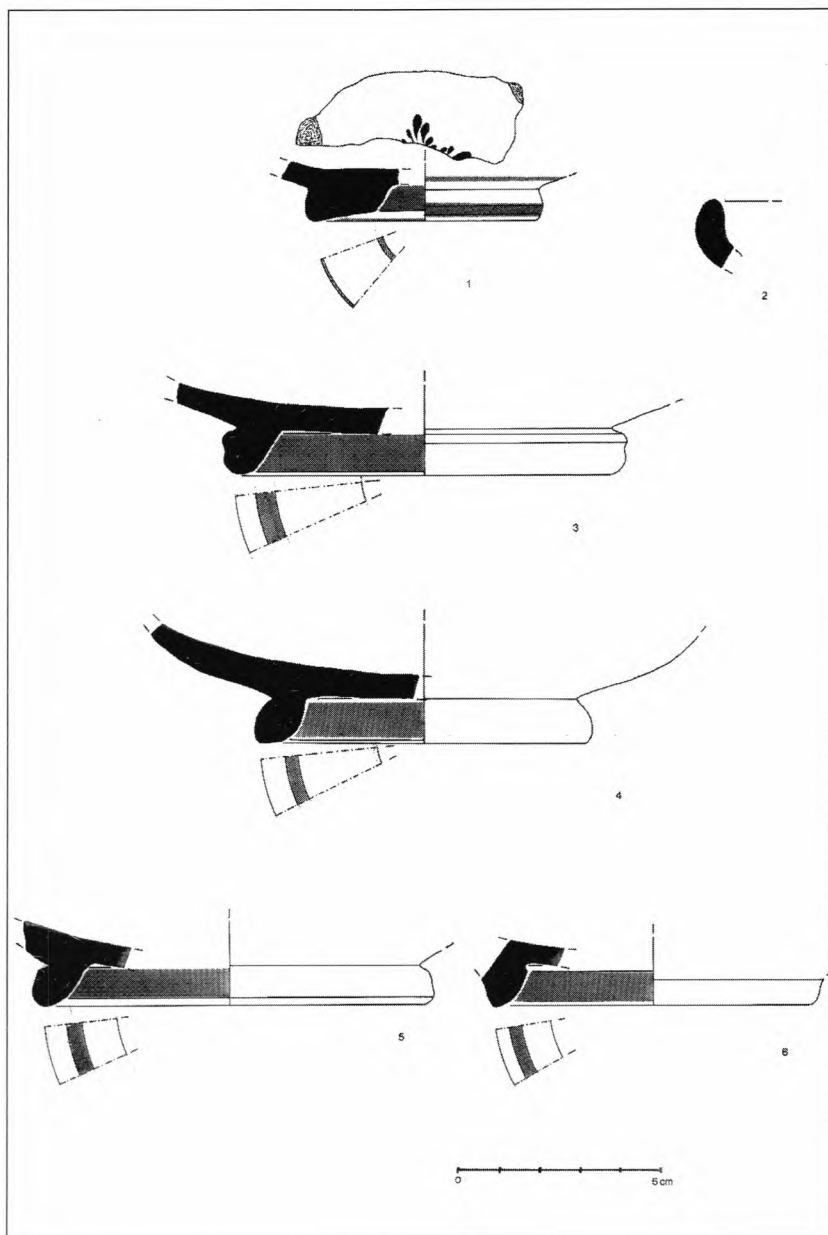
Cerâmica ática de figuras vermelhas.



Cerâmica ática de verniz negro. Taças *Castulo*.

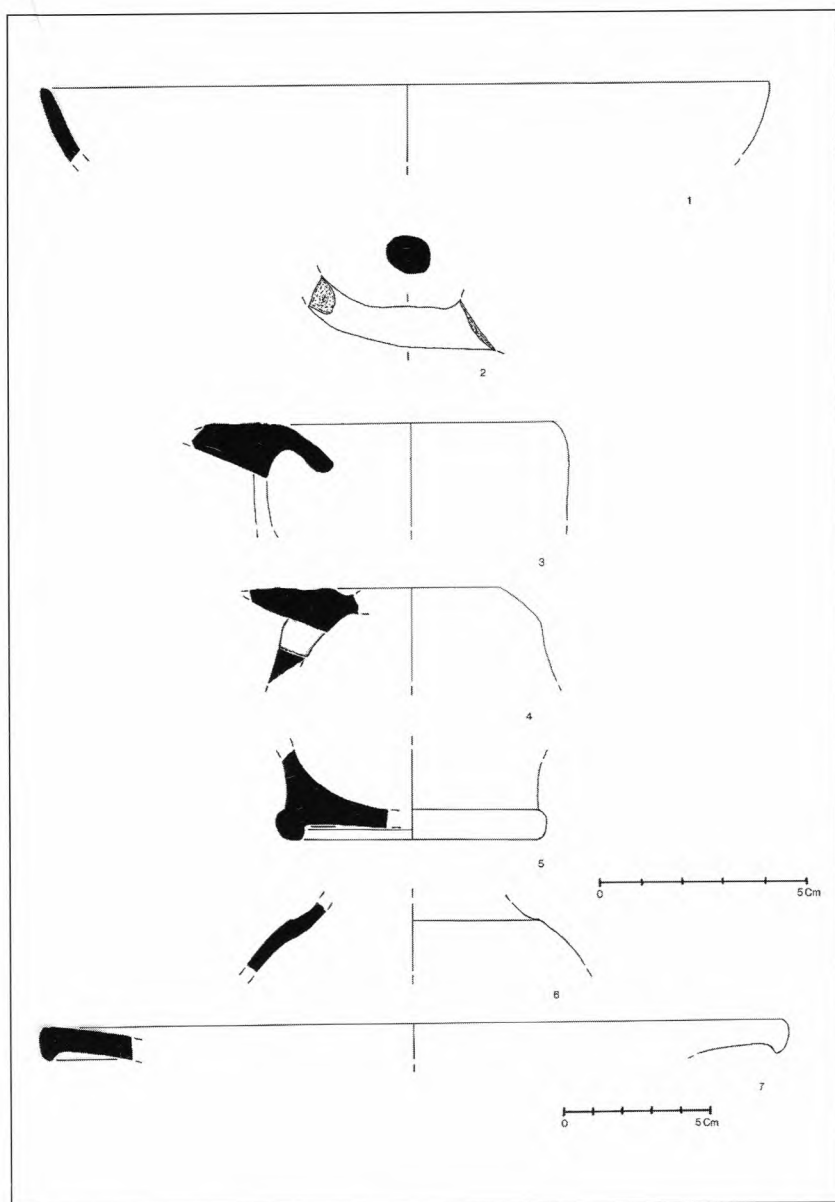


Cerâmica ática de verniz negro. Formas 21/22

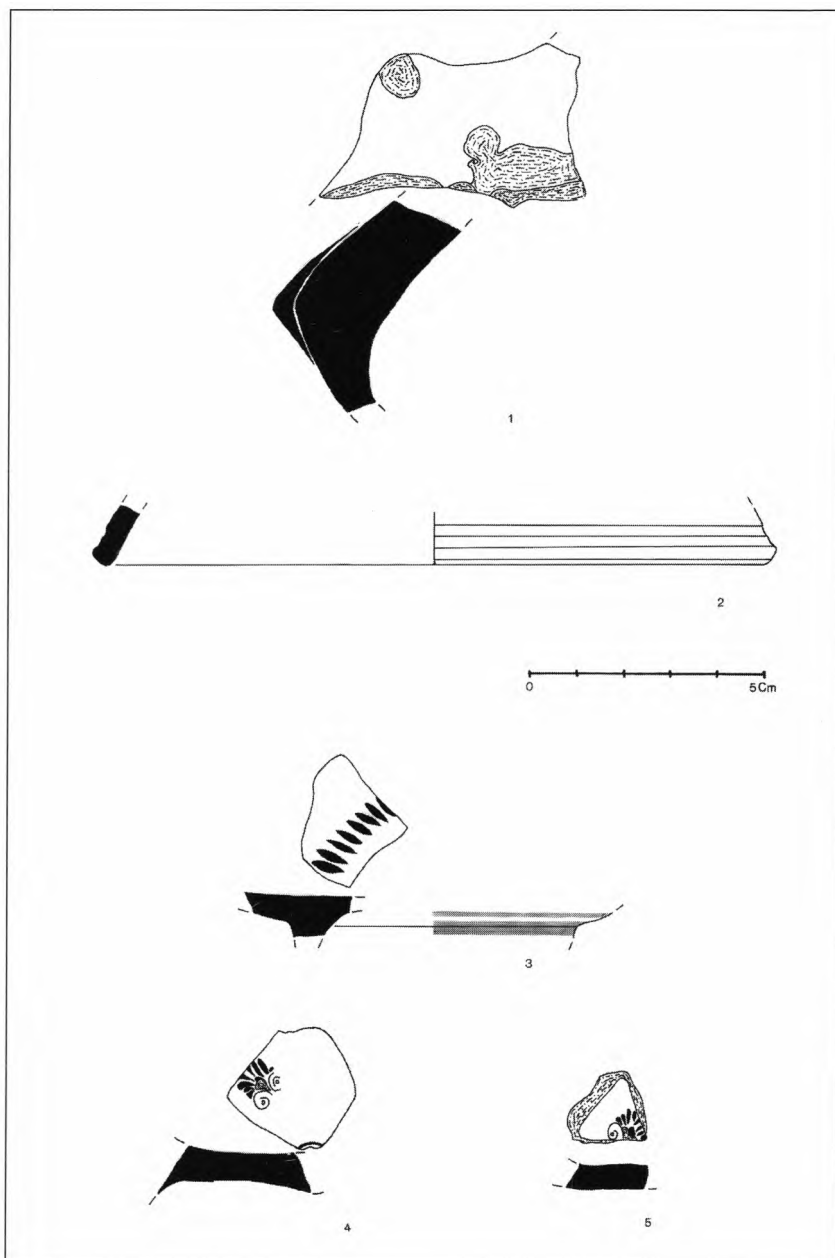


Cerâmica ática de verniz negro.

1. Forma 21/25B; 2. Forma 21 ou 21/25B; 3.-7. *Stemless cups*



Cerâmica ática de verniz negro.
1. e 2. *Stemless cups*; 3. e 4. Lucernas; 5. *skyphos*
6. *lekythos arybalistica*; 7. Prato de peixe



Cerâmica ática de verniz negro. Formas indeterminadas.

ANTÓNIO JOSÉ FERREIRA QUINTEIRA

Licenciado em História Pré-especialização em Arqueologia, pela Universidade de Coimbra

Mestre em Arqueologia pela Universidade do Minho

Professor do Ensino Básico

ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DA AZEITADA (ALMEIRIM)

“Conimbriga” XXXVII (1998), p. 151-183

RESUMO: O autor faz o historial da descoberta da estação arqueológica da Azeitada, sua descrição e localização, fornecendo ainda elementos sobre o seu contexto biofísico, arqueológico, enquadramento cronológico, inventariação e estudo do espólio recolhido até ao presente.

Este estudo sobre a Azeitada, sítio integrado num conjunto de estações arqueológicas da época da dominação romana na margem esquerda do Tejo, chama a atenção dos investigadores para a importância da reestruturação global do território dominado por *Scallabis* a partir do séc I. a. C.

RÉSUMÉ: L’auteur raconte l’histoire de la découverte du site archéologique d’ Azeitada, fait sa description et localisation et fournit aussi quelques données sur ses contextes biophysique, archéologique et chronologique, étudie les matériaux archéologiques réunis jusqu’à présent.

Azeitada s’intègre dans un ensemble de sites archéologiques de l’époque de la domination romaine de la rive gauche du Tejo. Cette étude attire l’attention des chercheurs sur l’importance de la reconstruction du territoire de *Scallabis*, dès le 1^{er} I siècle a. C.

(Página deixada propositadamente em branco)

ESTAÇÃO ARQUEOLÓGICA DA AZEITADA (ALMEIRIM)

1. Introdução

A história do aparecimento desta estação arqueológica é como a de tantas outras no nosso país - fruto do acaso e do trabalho agrícola de homens que ainda teimam em ver a terra produzir.

Ribatejo, 1981. Corria o mês de Janeiro. Um agricultor, de nome Manuel Alves Latas, proprietário de uns terrenos junto à Vala de Alpiarça, ali por alturas de Almeirim, começava a preparar a terra para que esta pudesse receber uns pés de videira quando, deixando ir o arado um pouco mais fundo, se apercebeu que este, ao revolver a terra, trazia à superfície inúmeros fragmentos de cerâmica de construção e algumas ossadas, coisas estranhas para um agricultor cuja vida era dedicada à terra.

Perante tal facto, ocorreu de imediato à Câmara Municipal de Almeirim a dar conta do sucedido, levando consigo algum material cerâmico como prova das suas afirmações. De imediato a autarquia, e depois de uma ida ao local, contactou o então IPPC, o qual fez deslocar a esta estação dois técnicos a fim de verificarem “in loco” a referida estação arqueológica e aquilatarem da sua importância. Da visita ficou decidido que se fizessem umas escavações de emergência, as quais foram dirigidas por Maria da Conceição Quinteira, com o apoio da C. M. de Almeirim, tendo as mesmas decorrido no período compreendido entre 23 de Fevereiro e 2 de Março desse mesmo ano.

Delimitada a zona a ser intervencionada, foi esta subdividida em quatro áreas de 20x40 metros e cada uma destas em quadrados de 4 x 4 metros, conforme a planta do levantamento topográfico na escala de 1:500 elaborada pelo G. A. T de Santarém e arquivada na Câmara Municipal de Almeirim. Iniciados os trabalhos de escavação propriamente

ditos, apenas se escavaram os quadrados 7, 8 e 18 por se julgar, dada a quantidade de material cerâmico de construção, ser este o local onde se poderiam, eventualmente, exumar estruturas ou vestígios das mesmas.

Visto as mesmas não terem surgido e o mau tempo começar a fazer-se sentir, os trabalhos foram interrompidos e nunca mais recomeçados. Entretanto, num terreno contíguo à área a ser intervencionada, foram exumadas duas urnas de incineração, uma das quais violada e a segunda ainda selada, bem como uma sepultura de inumação. Este espólio foi transportado para a C. M. de Almeirim onde ainda hoje se encontra.

Desta primeira fase de intervenção arqueológica foi elaborado um relatório e enviado ao IPPC, o qual deu uma breve notícia do achado desta estação (*INFORMAÇÃO ARQUEOLÓGICA*, 1981: 34), classificando-a, ao mesmo tempo, como necrópole.

Tive oportunidade de acompanhar os trabalhos desde a primeira hora e, infelizmente, assistir ao abandono dos mesmos. No entanto, não pude deixar de dizer ao proprietário dos terrenos em causa que fosse recolhendo e guardando os materiais surgidos à medida que ia trabalhando o campo. O Sr. Manuel Latas assim o fez! Dezasseis anos depois, eles provam que esta estação não era uma simples necrópole, mas sim uma *uilla* dos primeiros anos da ocupação romana nesta região (margem esquerda do Tejo).

2. Localização e acesso

A estação romana da Azeitada situa-se na povoação do mesmo nome e pertence, administrativamente, à freguesia de Benfica do Ribatejo, concelho de Almeirim e distrito de Santarém (Estampa I, n.º 1).

Cartograficamente está incluída na folha n.º 365 da Carta Militar de Portugal, do Serviço Cartográfico do Exército, na escala de 1: 25000, (Estampa I, n.º 2).

Lida em coordenadas UTM a sua posição é a seguinte:

Latitude - 34.8

Longitude - 28.6

A fotografia aérea que cobre esta área, e utilizada para este estudo, está registada no Instituto Português de Cartografia e Cadastro sob o número 254, fiada 28S, voo de 22 de Maio de 1982.

O acesso à estação faz-se pela estrada nacional n.º 118, que liga

Almeirim a Benfica do Ribatejo, passando pela Azeitada. Aqui, cerca de sete quilómetros a sul de Almeirim, vira-se na primeira cortada à direita, seguindo por uma estrada de terra batida até aos campos de vinha próximos da Vala de Alpiarça.

3. Contexto biofísico

Informações sobre factores ecológicos, tais como a textura e composição dos solos, formas de relevo, clima, vegetação e fauna, entre tantos outros, são muito importantes para a caracterização geral de um território, suporte principal das actividades exercidas pelo homem, em especial, numa época em que, mercê dos conhecimentos técnicos e tecnológicos, as comunidades estavam ainda muito dependentes da natureza (QUINTEIRA 1996,32). No sentido de uma melhor compreensão da implantação desta estação arqueológica, bem como da interpretação das actividades exercidas pelos homens nesta localidade, julgamos ser de toda a pertinência a enumeração de alguns factores de carácter biofísico da região onde esta se situa.

A estação arqueológica da Azeitada situa-se na margem esquerda do Tejo, a qual é caracterizada por ser constituída por um conjunto de terraços do Quaternário que se estendem desde a Vala de Alpiarça, que delimita a planície de inundação do rio, até ao maciço mio-pliocénico da serra de Almeirim (ZBYSZEWSKI 1947, 218). Nesta região, os terraços correspondem a quatro níveis, os quais se encontram adossados contra o planalto terciário da Serra de Almeirim, dando, assim, origem a paisagens diferentes (ZBYSZEWSKI 1947, 255-261; DAVEAU 1980, 21-23). Do conjunto de formações do Quaternário é nos baixos terraços (dez a vinte metros de altitude) que se encontram vestígios de povoamento da época da dominação romana.

Zona de planície está, por tal facto, desabrigada de ventos, usufruindo, ao mesmo tempo, de uma boa exposição solar, o que lhe confere características específicas para o cultivo de determinadas espécies vegetais, tais como a oliveira, a vinha e os cereais e a criação de animais em especial o gado ovino, o bovino e o cavalar.

Os solos, férteis, são fáceis de trabalhar devido à sua textura. Análises polínicas efectuadas na margem esquerda do Tejo, junto ao Alto do Castelo, revelaram a presença de pólenes de vinha e de oliveira cerca de 2590 B.P (LEEUWAARDEN e JANSSEN 1985, 225-236),

confirmando Estrabão (III, 3,1) quando descreve a região como sendo “muito rica em olivais” e “possuidora de belos vinhedos”, característica que ainda hoje se mantém.

Relativamente à hidrologia, esta *uilla* era servida a oeste pelo rio Tejo e Vala de Alpiarça e a norte pelo Ribeiro do Vale da Fonte da Moça.

Inserida numa zona plana e com boa visibilidade, daqui avista-se perfeitamente a Alcáçova de Santarém, núcleo de *Scallabis*, que dista deste local cerca de nove quilómetros em linha recta. As terras em redor são, como já foi referido, bastante férteis e propícias à cultura da vinha, pomar e espécies hortícolas.

4. Contexto arqueológico

Esta estação arqueológica está integrada num conjunto de estações arqueológicas da época da dominação romana sitas na margem esquerda do Tejo e parece estar relacionada com a reestruturação global do território dominado por *Scallabis* a partir do séc I a.C.

Júlio César terá sido o iniciador desta grande reestruturação ao atribuir o estatuto de *colonia* ao *oppidum* de *Scallabis*, facto este que deverá ter ocorrido entre 49 e 44 a. C. (ALARCÃO 1988a, 26), coincidindo, talvez, com a gradual retirada dos militares da região e a doação de terras àqueles que aí pretendiam permanecer, os *emeriti*.

Esta reestruturação terá passado por uma nova estruturação da paisagem agrária com a implantação de um sistema cadastral, centurição (MANTAS 1986, 17; QUINTEIRA, 1996, 55, 79) e o estabelecimento de uma nova organização social e económica.

Com efeito, a implantação das *uillae* na margem esquerda e a distância relativa entre elas (QUINTEIRA 1996, 79) sugerem o seu enquadramento num sistema cadastral pré-definido.

5. Descrição da estação, sua classificação e enquadramento cronológico

Muito destruída, e com uma área de dispersão de materiais com cerca de 4980 m² (medidos com o auxílio do planímetro), não são observáveis, à superfície, estruturas de construções. Segundo pudemos constatar só a cerca de 80/100 cm de profundidade poderão ainda existir

algumas estruturas a nível de pavimentos e alicerces. Hoje apresenta-se como uma vinha, bem cuidada e, quando nela se efectuam os trabalhos de lavoura, surgem, com frequência, bastantes materiais, desde a cerâmica importada (*terra sigillata* itálica, sudgálica, hispânica, clara A, C e D) e comum, à cerâmica de construção, *lateres* e *tegulae* (Foto n.º 1), até às moedas, objectos vários de bronze e fragmentos de vidro.

De todo este espólio é de salientar o *later* com uma inscrição contendo três nomes de cidadãos de origem indígena (Foto n.º 2).

Classificada como necrópole desde a sua descoberta {*INFORMAÇÃO ARQUEOLÓGICA* 1981,34; ALARCÃO 1988b, 117}, esta estação é, por nós, considerada com sendo uma *uilla*. Pelas características gerais definidas para a classificação das *uillae* (ALARCÃO 1980, 6-7; 1990, 417-424), espólio recolhido e ainda pelos materiais de construção, desde o grande número de telhas, tijolos e elementos de coluna, bem como pela sua localização e fertilidade do solo, não há qualquer razão para a continuar a classificar como necrópole.

Tal classificação poderá estar relacionada com a exumação de uma urna de incineração e algumas ossadas.

A necrópole faz parte integrante da *uilla*, como se poderá depreender do espólio exumado e da sua localização em relação à restante estação arqueológica.

Do estudo do espólio recolhido ao longo dos anos podemos englobar, cronologicamente, esta estação no período compreendido entre os séculos I e IV da nossa era.

6. Estudo do espólio recolhido e seleccionado

Ao longo dos anos foi recolhida pelo proprietário desta estação, uma grande quantidade de espólio, o qual foi e tem sido, na sua maior parte, despejado na berma de um caminho ou ainda numa espécie de vazadouro situado nas proximidades da referida estação arqueológica.

Sempre que as vinhas são lavradas e o arado penetra mais fundo na terra, inúmero material é posto a descoberto, sendo apenas recolhido aquele que desperta mais a curiosidade, como sejam fragmentos de *terra sigillata*, moedas, uma ou outra peça de metal ou ainda fragmentos de cerâmica comum considerados mais invulgares.

Tendo tido oportunidade de dizer que o material que havia recolhido era bastante importante para o estudo da estação em causa, assim como

para a compreensão do processo da romanização da região onde vive, tivemos do refendo senhor a maior das aberturas, colocando-nos à disposição, para estudo, todo o material que tinha guardado. Ao mesmo tempo forneceu-nos inúmeras informações que contribuíram para a descoberta de mais estações arqueológicas na região.

Trazido todo o espólio para Coimbra, aqui tivemos oportunidade de o tratar, inventariar e estudar, sendo os desenhos da cerâmica importada da autoria do dr. José Luís Madeira, do Instituto de Arqueologia da Fac. de Letras da Universidade de Coimbra. A cada peça foi dada a sigla AZT, de Azeitada, e um número de inventário, uma vez que, após este estudo, poderá recolher à Casa do Povo de Benfica do Ribatejo, onde irá ficar em exposição permanente, numa sala arranjada para o efeito. Também já nos foi garantido que mais peças, provenientes de outros locais, nos irão ser dadas a conhecer, para eventual estudo e exposição na mesma Casa do Povo.

Later com inscrição

É uma das peças mais interessantes (AZT 150) descobertas nesta estação arqueológica. *Later* de forma rectangular, com cerca de 29 cm de largura por 39 cm de comprimento e 2,5 cm de espessura, tem gravado, numa das faces, um grafito com o nome de três cidadãos romanos ou indígenas romanizados (Foto n.º 2).

Leitura:

C(aii) • CORNIILI(Z) • CIILTI(0 / Q(uiti) • NVMIIRI(/) • NIIRVII / Uucii) • LVCRIITI(i) • CIILII(0

Tradução:

De Caio Comélio Céltio, Quinto Numério Nerva, Lúcio Lucrécio Céltio.

O grafito foi feito com a argila ainda crua e, apesar de aparentemente simples, apresenta particularidades muito importantes. Assim, é de registar o emprego:

- a) Dos *tría nomina*.
- b) Do *cognomen CELTTVS*
- c) Do genitivo.
- d) Dos “II “ em vez de “AE
- e) Da letra cursiva, como é hábito nos grafitos.

A peça encontra-se em muito bom estado de conservação, indiciando a sua permanência num local resguardado. Interrogamo-nos, porém, sobre o seu verdadeiro significado: referir-se-á aos proprietários de uma olaria ou, pelo contrário, a três dos seus empregados?

Terra sigillata

Embora, naturalmente, não seja em maior número na estação, como uma visita ao campo o poderá comprovar, foi aquela que, pelas suas características, mais chamou a atenção do proprietário do terreno e, por conseguinte, a que mais fragmentos viu recolhidos. Destes, seleccionamos 108 fragmentos, dos quais 42 foram desenhados e outros fotografados.

Repartidos os fragmentos pelos diversos fabricos, ficamos com a seguinte distribuição:

- a) - Itálica - 4 fragmentos.
- b) - Sudgálica - 61 fragmentos.
- c) - Hispânica - 37 fragmentos.
- d) - Clara A - 3 fragmentos.
- e) - Clara C - 1 fragmento.
- f) - Clara D - 2 fragmentos.

Deste conjunto, 39 são decorados, 9 apresentam marca de oleiro e 4 são possuidores de grafitos.

METODOLOGIA

Cerâmica

Para o estudo do material cerâmico - *terra sigillata* - optámos, depois de várias consultas, pelo método utilizado por Maria da Conceição Lopes (1991, 14-16), pelo facto de este nos parecer o mais indicado e aquele que melhor se adaptava aos objectivos do trabalho que ora apresentamos. É claro que o mesmo não foi aqui aplicado na íntegra, mas sim com ligeiras alterações, uma vez que os materiais estudados não provieram de escavações devidamente planificadas.

Dos dezasseis campos propostos por Maria da Conceição Lopes (1991,15-17) para a ficha de identificação individual de uma peça cerâmica, retirámos a referente a “Planimetria”, pelas razões anteriormente indicadas,

e acrescentámos os campos “Fotografia” e “Paradeiro”. Mantivemos, no entanto, o campo “Estratigrafia”, de pouca ou nenhuma utilidade neste trabalho, dado as peças terem sido recolhidas, como se disse, após trabalhos agrícolas, em zona de revolvimento ou à superfície.

Fica, deste modo, a ficha de identificação individual das peças cerâmicas, composta do seguinte modo:

- 1 - N.º de inventário.
- 2 - Sítio.
- 3 - Estratigrafia.
- 4 - Tipo.
- 5 - Forma.
- 6 - Fragmento.
- 7 - Decoração.
- 8 - Cronologia.
- 9 - Marca.
- 10 - Leitura.
- 11 - Grafito.
- 12 - Fabricos.
- 13 - Diversos.
- 14 - Desenho.
- 15 - Fotografia.
- 16 - Bibliografia.
- 17 - Paradeiro.

Não preencheremos os campos números dois, três e dezassete, o primeiro dos quais pelo facto de as peças serem todas provenientes da mesma estação: Azeitada; o segundo, por não ter havido no local uma intervenção arqueológica que tivesse permitido enquadrar as peças numa determinada quadrícula e dentro desta num determinado estrato (assim, o campo 3 pode considerar-se como zona de revolvimento); e o terceiro, pelo facto das peças estarem todas na posse do proprietário da estação arqueológica, Sr. Manuel Latas.

Utilizaremos, para os diversos tipos de fabrico, campo 4, as siglas “TSP”, “TSS”, “TSH”, “TSCA”, “TSCC” ou “TSCD”, conforme elas se refiram às seguintes produções cerâmicas: *terra sigillata* itálica, *terra sigillata* sudgálica, *terra sigillata* hispânica, *terra sigillata* clara A, C ou D e “AZT” quando nos referimos à estação da Azeitada.

O campo 5 permite integrar o fragmento da peça no conjunto das tipologias reconhecidas pelos estudiosos desta matéria pelo que, e tendo

em atenção este pormenor, não mencionarei, no campo n.º 13 “Diversos”, as dimensões dos fragmentos. Quando necessárias, elas surgirão nos desenhos ou numa régua de escalas junto da peça fotografada.

***Terra sigillata* itálica**

Foram recolhidos apenas quatro fragmentos, o que representa, até ao momento, 3,6% do total da *terra sigillata* inventariada.

Dois fragmentos pertencem a formas decoradas, AZT 73, com decoração a guilhocché e AZT 83, com motivos vegetais.

Um dos fragmentos, AZT62, apresenta uma marca de oleiro no fundo interno - *TITVS*.

Relativamente às formas, apenas foi possível identificar duas - um prato forma Godineau 36 (AZT 38) e uma taça forma Godineau 32 (AZT 62), enquadrada no período cronológico, Augusto - Tibério.

CATÁLOGO

1) 1 - AZT 38; 4 - TSI; 5 - Godineau 36; 6 - Fragmento de pé e fundo de um prato; 8 - Séc I (12-16); 13- Pasta rosada fina muito apurada. Engobe acastanhado brilhante; 14 - Estampa VI, n.º 1; 16 - OSWALD 1966, 132, Pl. XLI; BELTRÁN LLORIS 1978, 69-89; LOPES 1991, 23-36.

2) 1 - AZT 62; 4 - TSI; 5 - Godineau, forma 32; 6 - Fragmento de pé, fundo e arranque da copa de uma taça; 7 - Lisa; 8 - Augusto - Tibério; 9 - Marca *TITVS* no fundo interno da peça; 10 - *Titus*; 13 - Pasta rosada fina. Engobe acastanhado; 16 - OSWALD 1966; ALARCÃO 1971; BELTRÁN LLORIS 1978, 213, Lâmina XX, n.º 221; LOPES 1991, 23-26.

3) 1 - AZT 73; 4 - TSI; 6 - Fragmento de bordo; 7 - Decoração a guilhocché; 13 - Pasta rosada muito fina e apurada. Engobe castanho de boa qualidade; 14 - Estampa III, n.º 2; 16 - BELTRÁN LLORIS 1978, 69-89; LOPES, 1991, 23-26.

4) 1 - AZT 85 ; 4 - TSI; 6 - Fragmento da copa de um vaso; 7 - Decorada com frisos e motivos vegetais; 13 - Pasta rosada fina e compacta. Engobe acastanhado; 14 - Estampa II, n.º 6; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978, 69-89.

***Terra sigillata* sudgálica**

Foram inventariados 61 fragmentos de *terra sigillata* sudgálica, das quais 15 apresentam motivos decorativos diversos, tais como figuras mitológicas, cenas de caça, motivos vegetais e a denominada decoração a guilhoché. Os restantes fragmentos pertencem a formas lisas.

Neste grupo de cerâmicas incluem-se oito peças com marcas de oleiro, tendo, uma delas, a particularidade de apresentar uma marca em relevo na parte interna do pé e que parece corresponder à letra C maiúscula (AZT 13). As restantes marcas foram identificadas como sendo dos oleiros *MYRRANVS* (AZT 61), *SECVNDVS* (AZT 63), *NOTVS* (AZT 64), *SABINVS* (AZT 65), *XANTVS* (AZT 66), *SILVANVS* (AZT 67) e *CRICIVS* (AZT 68), conforme se indica na ficha de identificação individual.

Dado muitos fragmentos serem de reduzidas dimensões e sem perfis determinados, não foi possível enquadrá-los nas diversas tabelas de classificação de formas.

Assim, apenas foi possível identificar:

- 5 peças Drag. 15/17
- 13 peças Drag. 18
- 3 peças Drag. 18/31
- 8 peças Drag. 24/25
- 4 peças Drag. 27
- 1 peça Drag. 30
- 1 peça Drag. 33
- 1 peça Drag. 35
- 1 peça Drag. 37

CATÁLOGO

1) 1 - AZT 9; 4 - TSS; 5 - Drag. 15/17; 6 - Fragmento de um prato - bordo; 7 - Decorada com caneluras; 8 - Tibério; 13 - Pasta rosada acastanhada fina e dura com pequeníssimos grãos de calcite; 14 - Estampa V, n.º 3; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

2) 1 - AZT 12; 4 - TSS; 5 - Drag. 15/17; 6 - Fragmento de um prato. Apresenta um perfil completo; 7 - Lisa; 8 - Tibério; 13 - Pasta alaranjada muito fina e compacta. Engobe acastanhado brilhante; 14 - Estampa IV, n.º 5; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

3) 1 - AZT 13; 4 - TSS; 5 - Drag. 15/17; 6 - Fragmento de pé e fundo de um prato; 7 - Lisa; 8 - Tibério; 13 - Pasta rosada avermelhada, fina e compacta. Engobe vermelho acastanhado brilhante. Esta peça tem a particularidade

de apresentar uma marca em relevo na parte interna do pé que parece ser a letra C; 14 - Estampa VI, n.º 2; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

4) 1 - AZT 14; 4 - TSS; 5 - Drag. 18; 6 - Fragmento de um prato - pé, fundo e arranque da copa; 7 - Lisa; 8 - Flávios; 13 - Pasta rosada clara. Engobe vermelho acastanhado; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978, 94, 114, 214, Lâmina XXIII, n.º 274; LOPES 1991.

5) 1 - AZT 15; 4 - TSS; 6 - Fragmento de bordo e copa de um prato; 7 - Lisa; 13 - Pasta alaranjada fina e compacta. Engobe vermelho acastanhado muito aderente.

6) 1 - AZT 16; 4 - TSS; 5 - Drag. 18/31; 6 - Fragmento de um prato - pé e fundo; 7 - Lisa; 8 - Flávios; 13 - Pasta alaranjada com alguma porosidade. Engobe acastanhado; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

7) 1 - AZT 17; 4 - TSS; 6 - Fragmento de bordo e copa de um prato(7); 7 - Lisa; 13 - Pasta vermelha alaranjada fina e compacta. Engobe acastanhado brilhante.

8) 1 - AZT 18; 4 - TSS; 5 - Drag. 18/31; 6 - Fragmento de um prato - pé e fundo; 7 - Lisa; 8 - Domiciano/Trajano; 13 - Pasta vermelha alaranjada muito fina e compacta, com pequeníssimos grãos de calcite. Engobe acastanhado pouco aderente; 16 - OSWALD 1966, XLV, n.º 15; BELTRÁN LLORIS 1978, 94-95.

9) 1 - AZT 19; 4 - TSS; 5 - Drag. 18; 6 - Fragmento de um prato - pé, fundo e arranque da copa; 7 - Lisa; 8 - Cláudio; 13 - Pasta rosada acastanhada muito fina e compacta. Engobe acastanhado brilhante; 16 - OSWALD 1966, Estampa XLV, n.º 9.

10) 1 — AZT 20; 4 - TSS; 6 - Fragmento de uma taça - bordo e copa; 7 - Lisa; 13 - Pasta rosada acastanhada fina e compacta. Engobe acastanhado brilhante.

11) 1 - AZT 21; 4 - TSS; 5 - Drag. 27; 6 - Fragmento de uma taça - pé e copa; 7 - Lisa; 8 - Cláudio; 13 - Pasta rosada fina e compacta. Engobe acastanhado brilhante, na parede interna quase totalmente desaparecido; 16 - OSWALD 1966, Estampa XLIX, n.º 616; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

12) 1 - AZT 23; 4 TSS; 5 - Drag. 18; 6 - Fragmento de um prato - pé e fundo; 7 - Lisa; 8 - Cláudio; 13 - Pasta avermelhada fina e compacta. Engobe avermelhado brilhante, muito aderente e de boa qualidade não só nas paredes internas como externas. Semelhante às peças números AZT 35 e AZT 39; 16 - OSWALD 1966, Estampa XLV.

13) 1 - AZT 24; 4-TSS; 5 - Drag. 39; 6-Fragmento de bordo e copa de uma taça; 7 - Lisa; 13 - Pasta vermelha acastanhada fina e compacta. Engobe vermelho acastanhado brilhante; 14 - Estampa III n.º 5; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

14) 1 - AZT 30; 4 - TSS; 5 - Drag. 18; 6 - Fragmento de prato - pé e fundo; 7 - Lisa; 8 - Flávios; 13 - Pasta beije rosada clara fina, com pequeníssimos

grãos de calcite. Engobe acastanhado pouco aderente na parede interna; 16 OSWALD 1966, Estampa XLV, n.º 13; BELTRÁN LLORIS 1978, 94-95.

15) 1 - AZT 32; 4 - TSS; 5 - Forma indeterminada; 6 - Fragmento de copa de um vaso; 7 - Lisa; 13 - Pasta alaranjada fina e compacta, com pequeníssimos grãos de calcite. Engobe vermelho acastanhado brilhante.

16) 1 - AZT 33; 4 - TSS; 5 - Drag. 33; 6 - Fragmento de uma taça - bordo e copa; 7 - Lisa; 8 - Nero; 13 - Pasta rosada avermelhada. Engobe vermelho acastanhado; 14 - Estampa V, n.º 6; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978.

17) 1 - AZT 34; 4 - TSS; 5 - Forma indeterminada; 6 - Fragmento da copa de uma taça; 7 - Lisa; 13 - Pasta rosada avermelhada fina e compacta. Engobe vermelho acastanhado, brilhante.

18) 1 - AZT 39; 4 - TSS; 5 - Drag. 18; 6 - Fragmento de um prato - pé e fundo; 7 - Lisa; 8 - Cláudio; 13 - Pasta avermelhada fina e compacta. Engobe avermelhado, brilhante, muito aderente e de boa qualidade, tanto nas paredes internas, como externas. Semelhante às peças AZT 23 e AZT 35; 16 - OSWALD 1966, Estampa XLV; BELTRÁN LLORIS 1978.

19) 1 - AZT 40; 4 TSS; 13 - Este fragmento faz parte da peça AZT 65.

20) 1 - AZT 41; 4 - TSS; 5 - Drag. 15/17; 6 - Fragmento de um prato - bordo e copa; 7 - Lisa; 8 - Séc I; 13 - Pasta rosada avermelhada fina e compacta. Engobe vermelho acastanhado brilhante e de boa qualidade; 14 - Estampa IV, n.º 6; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

21) 1 - AZT 42; 4 TSS; 5 - Forma indeterminada; 6 - Fragmento de bordo e copa de uma taça (?); 7 - Lisa; 13 - Pasta avermelhada muito fina e compacta. Engobe vermelho acastanhado brilhante.

22) 1-AZT43;4-TSS;5-Drag. 18; 6-Fragmento de bordo e copa de um prato; 7 - Lisa; 8 - Cláudio; 13 - Pasta rosada avermelhada fina e compacta. Engobe acastanhado brilhante; 14 - Estampa V, n.º 4; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978, 94.

23) 1-AZT 44; 4-TSS; 5-Drag. 18; 6-Fragmento de um prato-pé e fundo; 7 - Lisa; 8 - Cláudio; 13 - Pasta alaranjada clara fina. Engobe acastanhado brilhante; 16 - OSWALD 1966, Estampa XLV, n.º 10; BELTRÁN LLORIS 1978, 94-95.

24) 1 - AZT 45; 4 - TSS; 5 - Drag 15/17; 6 - Fragmento de bordo e copa de uma taça; 7 - Lisa; 8 - Séc. I; 13 - Pasta rosada avermelhada fina e compacta. Engobe vermelho acastanhado brilhante; 14 - Estampa V, n.º 2; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

25) 1-AZT46;4-TSS;5-Drag. 18;7-Lisa;8-Cláudio; 13-Fragmento de bordo, copa e parte do fundo de um prato. Engobe vermelho acastanhado; 14 - Estampa V, n.º 5; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

26) 1 - AZT 47; 4 - TSS; 5 - Drag. 18; 6 - Fragmento de prato - pé e fundo; 7 - Lisa; 8 - Cláudio; 13 - Pasta rosada acastanhada fina e compacta

com pequeníssimos grãos de calcite. Engobe acastanhado pouco aderente; 16 - OSWALD 1966, Estampa XLY, n.º 10; BELTRÁN LLORIS 1978, 94-95.

27) 1 - AZT 49; 4 - TSS; 5 - Forma indeterminada; 6 - Fragmento da copa de uma taça; 7 - Lisa; 13 - Pasta acastanhada clara, fina e compacta, mostrando alguns grãos de calcite. Engobe vermelho acastanhado brilhante.

28) 1 - AZT 50; 4 - TSS; 5 - Herrn. 25; 6 - Fragmento de bordo e copa de um prato; 7 - Lisa; 13 - Pasta rosada avermelhada fina e dura. Engobe vermelho; 14 - Estampa IV, n.º 1; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

29) 1 - AZT 51; 4 - TSS; 5 - Drag. 18; 6 - Fragmento de um prato - pé e fundo; 7 - Lisa; 8 - Cláudio; 13 - Pasta avermelhada acastanhada, fina e compacta. Engobe vermelho acastanhado brilhante, muito aderente e de boa qualidade; 16 - OSWALD 1966, Estampa XLV; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

30) 1 - AZT 53; 4 - TSS; 6 - Fragmento de um bordo; 7 - Lisa; 13 - Pasta rosada avermelhada muito fina e compacta. Engobe vermelho acastanhado brilhante.

31) 1 - AZT 54; 4 - TSS; 5 - Drag. 18; 6 - Fragmento de um prato - bordo e copa; 7 - Lisa; 8 - Cláudio; 13 - Pasta rosada acastanhada com pequeníssimos grãos de calcite. Engobe acastanhado brilhante; 16 - OSWALD 1966, Estampa XLV; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

32) 1 - AZT 55; 4 - TSS; 5 - Drag. 24/25; 6 - Fragmento da copa de uma taça; 7 - Lisa; 8 - Cláudio; 13 - Pasta avermelhada fina e compacta. Engobe vermelho acastanhado brilhante; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

33) 1 - AZT 56; 4 TSS; 5 - Forma indeterminada; 6 - fragmento de bordo e parede de um prato (?); 7 - Lisa; 13 - Pasta alaranjada fina. Engobe acastanhado brilhante.

34) 1 - AZT 57; 4 - TSS; 5 - Forma indeterminada; 6 - Fragmento de parede de um vaso; 7 - Lisa; 13 - Pasta rosada fina e compacta, com pequeníssimos grãos de calcite. Engobe vermelho acastanhado brilhante, muito aderente.

35) 1 - AZT 59; 4 - TSS; 5 - Drag. 35; 6 - Fragmento de uma taça - pé e fundo; 7 - Lisa; 8 - Séc I; 13 - Pasta rosada com pequeníssimos grãos de calcite. Engobe vermelho acastanhado brilhante; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

36) 1 - AZT 61; 4 - TSS; 5 - Drag. 27; 6 - Fragmento de uma taça - pé e fundo; 8 - Cláudio; 9 - Marca no fundo interno - OF. MRN; 10 - Oficina de Murrano; 13 - Pasta rosada com pequeníssimos grãos de calcite. Engobe acastanhado brilhante. A marca está inscrita numa carteia rectangular com as seguintes dimensões: comprimento, 14 mm; largura, 3 mm. O "R" e o "N" estão em nexos. *MVRRANVS* foi um oleiro de La Graufesenque, cuja produção se situa, cronologicamente, entre Cláudio e Vespasiano (41-79)

Aparecem marcas deste oleiro em várias estações arqueológicas portuguesas e estrangeiras (NUNES RIBEIRO 1959,81; DELGADO 1985,17-18) e associadas às formas Drag. 27; 15/17; 18; 29; 33; 16 - NUNES RIBEIRO 1959; OSWALD 1966, Estampa XLIX; DELGADO 1985.

37) 1 - AZT 63; 4 - TSS; 5 - Indeterminada; 6 - Fragmento de fundo de um prato; 9 - Marca no fundo interno [...]CVNDVS; 10 - (SE)CVNDVS; 13 - Pasta rosada avermelhada. Engobe vermelho acastanhado brilhante. A marca está inscrita numa cartela rectangular com as seguintes dimensões: comprimento, da zona fracturada até à extremidade do rectângulo, 16 mm; largura, 3 mm. *SECUNDVS* foi oleiro em La Graufesenque, situando-se a sua produção, cronologicamente, entre Cláudio e Vespasiano (DELGADO 1985, 18). Ainda segundo a autora anteriormente citada, conhecem-se, pelo menos, 14 diferentes marcas deste oleiro só em estações arqueológicas portuguesas; 16 - NUNES RIBEIRO 1959; OSWALD 1966; DELGADO 1985.

38) 1 - AZT 64; 4 - TSS; 5 - Drag. 18; 6 - Fragmento de um prato - pé e fundo; 7 - Lisa; 8 - Tibério/Cláudio; 9 - Marca no fundo interno NOTVS F; 10 - Fabricado por *NOTVS*; 13 - Pasta rosada avermelhada fina. Engobe vermelho acastanhado pouco brilhante. A marca está inscrita numa cartela rectangular com as seguintes dimensões: comprimento, 20 mm; largura, 2 mm. *NOTVS*, oleiro de La Graufesenque, produz durante o período correspondente a Nero/Vespasiano; 16 - NUNES RIBEIRO 1959; OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

39) 1 - AZT 65; 4 - TSS; 5 - Indeterminada; 6 - Fragmento do fundo de um prato; 7 - Lisa; 9 - Marca no fundo interno da peça O. SABINI; 10 - O(ficina) de Sabino; 13 - Pasta castanho avermelhada. Engobe vermelho acastanhado brilhante. Este fragmento cola com o AZT 40. A marca está inscrita numa cartela rectangular com as seguintes dimensões: comprimento, 17 mm; largura, 3 mm. *SABINVS* foi oleiro em La Graufesenque e laborou no período Nero-Flaviano. A sua marca está associada às formas Rit 8; Drag 24/25; 27; 33; 15/17; 18; 18/31; 31; 29; 37 e 42 (OSWALD 1966, 95); 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

40) 1 - AZT 66; 4 - TSS; 5 - Drag. 18; 6 - Fragmento de um prato - pé e fundo; 7 - Lisa; 8 - Tibério/Cláudio; 9 - Marca no fundo interno da peça. É constituída por *tria nomina* [...] I XANII; 10 - (...) de *XANTE*, 13 - Pasta avermelhada com alguns grãos de calcite. Engobe vermelho acastanhado brilhante. A marca está inscrita numa cartela rectangular com as seguintes dimensões: comprimento, 22 mm; largura, 3 mm. Esta marca é atribuída a um oleiro do sul da Gália, do período de Cláudio (OSWALD, 1966); 16 - NUNES RIBEIRO 1959; OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

41) 1 - AZT 67; 4 TSS; 5 - Drag. 27, n.º 13; 6 - Fragmento de uma taça - pé, fundo e arranque da copa; 7 - Lisa; 8 - Flávios; 9 - Marca no fundo interno da peça SILVANI O; 10 - Oficina de Silvano; 13 - Pasta avermelhada

fina. Engobe castanho avermelhado. A marca está inscrita numa cartela rectangular com as seguintes dimensões: comprimento, 15 mm; largura, 3 mm. Silvanio está identificado como um oleiro de La Graufesenque, do período Cláudio/Vespasiano. A sua marca está associada às formas Drag. 24/25; 27; 33; 15/17; 18; 18/31 e 29; 16 - NUNES RIBEIRO 1959; OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

42) 1 - AZT 68; 4 - TSS; 5 - Drag. 27; 6 - Fragmento de uma taça - pé, fundo e arranque da copa; 7 - Lisa; 9 - Marca no fundo interno da peça; 10 - CRICIVS (?); 13 - Pasta avermelhada fina e compacta. Engobe vermelho acastanhado. A marca, muito danificada, está inscrita numa cartela sensivelmente semi-circular, com um diâmetro de 15 mm e um raio de 7 mm; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

43) 1 - AZT 69; 4 - TSS; 5 - Drag. 18/31 ; 6 - Fragmento de um prato - pé e fundo; 7 - Lisa; 8 - Flávios; 13 - Pasta avermelhada fina e compacta. Engobe avermelhado brilhante muito aderente e de boa qualidade, tanto na parede interna como externa. Esta peça é decorada a guilhoché no fundo interno e notam-se vestígios de marca de oleiro. Início da carteia; 16 - OSWALD 1966, XVV, n.º 16; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

44) 1 - AZT 70; 4 - TSS; 5 - Drag. 30; 6 - Fragmento da copa de um vaso; 7 - Decorada com uma figura mitológica; 8 - Cláudio; 13 - Pasta rosada avermelhada fina e compacta. Engobe acastanhado brilhante; 14 - Estampa III, n.º 1; 16 - OSWALD 1966, 86, Estampa VII; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1961.

45) 1 -AZT 71;4-TSS;6 - Fragmento de copa de um vaso; 7 - Decorada com óvulos; 13 - Pasta avermelhada fina e compacta, com pequeníssimos grãos de calcite. Engobe vermelho acastanhado brilhante muito aderente; 14 - Estampas II, n.º 9; 16 - OSWALD 1966,144, Estampa XXX; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

46) 1 - AZT 75; 4 - TSS; 6 - Fragmento de bordo e copa de uma taça; 7 - Decorada com um motivo mitológico - asa de uma Vitória; 13 - Pasta rosada fina e compacta. Engobe castanho; 14 - Estampas III, n.º 4; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

47) 1 - AZT 80; 4 - TSS; 6 - Fragmento da copa de um vaso; 7 - Decorada com motivos animais - cena de caça; 13 - Pasta vermelha acastanhada. Engobe vermelho acastanhado muito brilhante; 14 - Estampa II, n.º 8; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

48) 1 - AZT 81;4-TSS;5 - Drag. 24/25; 6 - Fragmento de bordo e copa de uma taça; 7 - Decoração a guilhoché; 8 - Cláudio; 13 - Pasta rosada fina com pequeníssimos grãos de calcite. Engobe vermelho acastanhado; 14 - Estampa II, n.º 3; 16 - OSWALD 1966,136, Estampa XXXII; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

49) 1 - AZT 82; 4 - TSS ; 5 - Drag. 37 ; 6 - Fragmento de bordo e copa de

uma taça; 7 - Decorada com uma linha de óvulos unidos por um friso; 8 - Finais do séc I; 13 - Pasta avermelhada com pequeníssimos grãos de calcite, muito dura e compacta. Engobe vermelho acastanhado brilhante; 14 - Estampa II, n.º 5; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

50) 1 - AZT 86; 4-TSS; 5 - Drag. 24/25; 6-Fragmento de bordo e copa de uma taça; 7 - Decoração a guilhoché; 8 - Cláudio; 13 - Pasta alaranjada fina e compacta. Engobe vermelho acastanhado. Semelhante à AZT 81 ; 16 - OSWALD 1966, 171, Estampa XL; BELTRÁN LLORIS 1978, 124, Lâmina XXIII, n.º 267.

51) 1 - AZT 88; 4-TSS; 5 - Drag. 24/25; 6-Fragmento de bordo e copa de uma taça; 7 - Decoração a guilhoché; 8 - Cláudio; 13 - Pasta rosada avermelhada fina e compacta. Engobe vermelho acastanhado brilhante na parede interna. Na parede externa quase desapareceu; 14 - Estampa II, n.º 2; 16 - OSWALD 1966, 171; BELTRÁN LLORIS 1978, 124, Lâmina XXIII.

52) 1 - AZT 91 ; 4 - TSS ; 5 - Drag. 24/25 ; 6 - Fragmento de bordo e copa de uma taça; 7 - Decoração a guilhoché; 8 - Cláudio; 13 - Pasta alaranjada fina e compacta. Engobe vermelho acastanhado; 14 - Estampa II, n.º 1 ; 16 - OSWALD 1966, 171, Estampa XL; BELTRÁN LLORIS 1978, 124, Lâmina XXIII, n.º 267.

53) 1 - AZT 92; 4 - TSS; 6 - Fragmento de copa de uma taça; 7 - Decorada com óvulos; 13 - Pasta rosada fina. Engobe acastanhado; 14 - Estampa II, n.º 13; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

54) 1 - AZT 93; 4 - TSS; 5 - Drag. 24/25; 6 - Fragmento de bordo e copa de uma taça; 8 - Cláudio; 13 - Pasta alaranjada fina e compacta. Engobe vermelho acastanhado, quase totalmente desaparecido; 16 - OSWALD 1966, 171, Estampa XL; BELTRÁN LLORIS 1978, 214, Lâmina XXIII, n.º 267.

55) 1 - AZT 94; 4 - TSS; 5 - Drag. 24/25; 6 - Fragmento de bordo e copa de uma taça; 7 - Decoração a guilhoché; 8 - Cláudio; 13 - Pasta avermelhada, fina e compacta, engobe vermelho acastanhado; 16 - OSWALD 1966, 171, Estampa XL; BELTRÁN LLORIS 1978, 214, Lâmina XXIII, n.º 267.

56) 1 - AZT 95; 4 - TSS; 6 - Fragmento de bordo de um vaso; 7 - Decoração com motivos vegetais; 13 - Pasta rosada avermelhada fina e compacta. Engobe avermelhado brilhante; 14 - Estampa II, n.º 10; 16 - OSWALD 1966, 133, 160, 164, Estampa XXXII; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

57) 1- AZT 97 ; 4 - TSS ; 6 - Fragmento da copa de um vaso; 7 - Decorada com motivos vegetais; 13 - Pasta avermelhada fina e compacta. Engobe vermelho brilhante; 14-Estampa II, n.º 7; 16-OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

58) 1 - AZT 98; 4 - TSS; 5 - Drag. 24/25; 6 - Fragmento de bordo e copa de uma taça; 7 - Decoração a guilhoché; 8 - Cláudio; 13 - Pasta rosada e fina; 14 - Estampa II, n.º 4; 16 - OSWALD, 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

59) 1 - AZT 103; 4 - TSS; 6 - Fragmento de copa de um vaso; 7 - Decoração com motivos cordiformes; 13 - Pasta avermelhada acastanhada, fina

e compacta. Engobe vermelho acastanhado de muito boa qualidade; 14 - Estampa III, n.º 6; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

60) 1 - AZT104; 4 - TSS; 6 - Fragmento de copa de um vaso; 7 - Decoração com motivos vegetais; 13 - Pasta rosada fina e compacta. Engobe acastanhado; 14 - Estampa II, n.º 11; 16 - OSWALD 1966,66,130, Estampa XXXVI; BELTRÁN LLORIS 1978; LOPES 1991.

61) 1 - AZT 107; 4 - TSS; 6 - Fragmento de bordo de um vaso; 7 - Lisa; 13 - Pasta rosada fina e compacta. Engobe vermelho acastanhado brilhante.

Terra sigillata hispânica

Foram inventariados 37 fragmentos de *terra sigillata* hispânica, dos quais 16 apresentam motivos decorativos diversos, tais como, animais, figuras geométricas, frisos e outros. Os restantes fragmentos correspondem a formas Usas.

Neste tipo de produção apenas foi inventariada uma peça, Drag. 27, com marca de oleiro (AZT 60), a qual não foi possível identificar, dado o seu estado de degradação.

Visto alguns fragmentos serem de reduzidas dimensões e, por conseguinte, não ser possível enquadrá-los, com segurança, nas diversas tabelas de classificação de formas, apenas se conseguiram identificar:

- 2 peças Rit. 8
- 1 peça Mezquiriz 5
- 2 peças Drag. 18
- 1 peça Drag. 18/31
- 1 peça Drag. 15/17
- 2 peças Drag. 27
- 8 peças Drag. 37
- 1 peça Drag. 47

CATÁLOGO

1) 1 - **AZT 1**; 4 - TSH; 6 - Fragmento de um prato - fundo sem pé; 7 - Lisa; 13 - Pasta rosada avermelhada com bastante calcite. Engobe vermelho acastanhado brilhante.

2) 1 - **AZT 2**; 4 - TSH; 5 - Rit 8; 6 - Fragmento de uma taça - pé e copa; 7 - Lisa; 8 - Séc.I - III d.C.; 13 - Pasta rosada com bastante calcite. Engobe acastanhado brilhante; 16 - OSWALD 1966, 184, n.º 4; BELTRÁN LLORIS 1978, 109-121, 216, Lâmina XXX, n.º 372; MEZQUIRIZ 1961.

3) 1 - **AZT 3**; 4 - TSH; 5 - Rit 8; 6 - Fragmento de pé e fundo de uma taça, 7 - Lisa; 11 - Grafito na parede interna - fundo; 13 - Pasta rosada, porosa com bastante calcite. Engobe vermelho acastanhado; 14 - Estampa VI, n.º 4; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; MEZQUIRIZ 1961.

4) 1 - AZT 4; 4 - TSH; 5 - Drag 15/17; 6 - Fragmento de uma taça - pé, fundo e parte da copa; 7 - Lisa; 8 - Segunda metade do séc. I; 11 - Grafito na parede externa junto do pé; 12 - Andújar; 13 - Pasta rosada avermelhada com bastante calcite. Engobe vermelho acastanhado; 14 - Estampa VI, n.º 5; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; MEZQUIRIZ 1961.

5) 1 - AZT 5; 4 - TSH; 5 - Mezquiriz 5; 6 - Fragmento de taça - pé e fundo; 7 - Lisa; 8 - Séc. I-III; 13 - Pasta rosada acastanhada com bastante calcite. Engobe vermelho acastanhado pouco brilhante; 16 - OSWALD 1966; BELTRÁN LLORIS 1978; MEZQUIRIZ 1961.

6) 1 - AZT 6; 4 - TSH; 6 - Fragmento de um bordo em aba curta horizontal; 7 - Lisa; 13 - Pasta rosada avermelhada com pequenos grãos de calcite. Engobe acastanhado brilhante.

7) 1-AZT7; 4-TSH; 5-Drag. 15/17; 6-Fragmento de copa; 7-Lisa; 8 - Segunda metade do séc. I, inícios do II; 12 - Andújar; 13 - Pasta rosada avermelhada com bastante calcite. Engobe vermelho acastanhado; 14 - Estampa IV, n.º 3; 16 - OSWALD 1966; MEZQUIRIZ 1961.

8) 1 - AZT 8; 4 - TSH; 6 - Fragmento de bordo de uma taça; 7 - Frisos horizontais; 13 - Pasta rosada com alguma calcite. Engobe acastanhado brilhante.

9) 1 - AZT 10; 4 - TSH; 6 - Fragmento de um bordo; 7 - Lisa; 13 - Pasta rosada com bastante calcite. Engobe vermelho acastanhado brilhante.

10) 1 - AZT 11; 4-TSH; 5 - Drag. 18; 6 - Fragmento de um prato - pé e fundo; 7 - Lisa; 8 - Cláudio; 13 - Pasta rosada com bastante calcite. Engobe vermelho acastanhado; 16 - MEZQUIRIZ 1961; OSWALD 1966, Estampa XLV, n.º 9.

11) 1 - AZT 22; 4 - TSH; 6 - Fragmento de um bordo em aba curta ligeiramente inclinado; 7 - Lisa; 13 - Pasta rosada avermelhada porosa e com alguma calcite. Engobe vermelho acastanhado brilhante.

12) 1 - AZT 29; 4 - TSH; 5 - Drag. 15/17 ; 6 - Fragmento de pé, fundo e copa de um prato; 7 - Lisa; 8 - Séc I-II ; 13 - Pasta rosada alaranjada com bastante calcite. Engobe castanho alaranjado brilhante; 14 - Estampa IV, n.º 4; 16 - MEZQUIRIZ 1961; OSWALD 1966.

13) 1- AZT 31 ; 4 - TSH; 5 - Drag. 18/31 ; 6 - Fragmento de um prato - pé e fundo; 7 - Lisa; 8 - Cláudio; 13 - Pasta beije rosada clara fina com pequenos grãos de calcite. Engobe acastanhado pouco aderente; 16 - MEZQUIRIZ 1961; OSWALD 1966, Estampa XLV, n.º 15; BELTRÁN LLORIS 1978, 94-95.

14) 1 - AZT 35; 4 - TSH; 5 - Drag. 18; 6 - Fragmento de um prato - pé e fundo; 7 - Lisa; 8 - Cláudio; 13 - Pasta rosada acastanhada fina com bastante calcite. Engobe vermelho acastanhado brilhante muito aderente e de boa qualidade, tanto na parede interna, como na externa; 16 - MEZQUIRIZ 1961; OSWALD 1966, Estampa XLV. Semelhante à peça n.º 23.

15) 1 - AZT 36; 4 - TSH; 5 - Drag. 27; 6 - Fragmento de pé e fundo de uma taça; 7 - Lisa; 8 - Flávios; 13 - Pasta rosada acastanhada escura com

muitos grãos de calcite. Engobe acastanhado escuro pouco brilhante; 16 - MEZQUIRIZ 1961; OSWALD 1966, Estampa, XLIX, n.º 13; LOPES 1991, 48.

16) 1 - AZT 37; 4 - TSH; 6 - Fragmento de um bordo; 7 - Lisa; 13 - Pasta rosada acastanhada clara com bastante calcite. Engobe vermelho acastanhado brilhante.

17) 1 - AZT 48; 4 - TSH; 5 - Rit. 8; 6 - Fragmento de pé e fundo de um prato; 7 - Lisa; 11 - Grafito no fundo interno da peça; 13 - Pasta rosada avermelhada com bastante calcite. Engobe vermelho acastanhado brilhante; 14 - Estampa VI, n.º 3; 16 - MEZQUIRIZ 1961; OSWALD 1966.

18) 1 - AZT 52; 4 - TSH; 5 - Drag. 37 ; 6 - Fragmento de pé, fundo e copa de um prato; 7 - Lisa; 8 - Séc I -II; 11 - Grafito; 13 - Pasta rosada com bastante calcite. Engobe vermelho acastanhado brilhante; 14 - Estampa VI, n.º 6; 16 - MEZQUIRIZ 1961; OSWALD 1966; MAYET 1984, Pl. XL, n.º 199; LOPES 1991.

19) 1 - AZT 58; 4 - TSH; 6 - Fragmento de bordo e copa de um vaso; 7 - Lisa; 13 - Pasta rosada avermelhada com bastante calcite. Engobe acastanhado brilhante; 16 - MEZQUIRIZ 1961; OSWALD 1966; MAYET 1984; LOPES 1991.

20) 1 - AZT 60; 4 - TSH; 5 - Drag. 27; 6 - Fragmento de pé e fundo de uma taça; 7 - Lisa; 8 - Cláudio/Nero; 9 - Marca no fundo interior; 10 - O(ficina) TI; 13 - Pasta rosada avermelhada com alguma calcite. Engobe vermelho acastanhado brilhante; 16 - MEZQUIRIZ 1961 ; OSWALD 1966; MAYET 1984; LOPES 1991.

21) 1 - AZT 72; 4 - TSH; 6 - Fragmento de copa de um vaso; 7 - Decorada com motivos circulares concêntricos; 13 - Pasta rosada com bastante calcite. Engobe acastanhado brilhante, pouco aderente na parede externa; 14 - Estampa II, n.º 14; 16 - MEZQUIRIZ 1961, 149, n.º 28; OSWALD 1966; MAYET 1984; LOPES 1991.

22) 1 - AZT 74; 4 - TSH; 6 - Fragmento de copa de um vaso; 7 - Decorada com motivos vegetais e animais; 13 - Pasta alaranjada com pequenos grãos de calcite. Engobe vermelho alaranjado; 14 - Estampa II, n.º 15; 16 - MEZQUIRIZ 1961; OSWALD 1966; MAYET 1984; LOPES 1991.

23) 1 - AZT 76; 4 - TSH; 6 - Fragmento da copa de um vaso; 7 - Decorada com motivos indecifráveis devido ao desaparecimento quase total do engobe; 13 - Pasta rosada avermelhada com alguma calcite. Engobe acastanhado brilhante na parede interna. Na parede externa o engobe quase desapareceu.

24) 1 - AZT 77; 4 - TSH; 5 - Drag. 37; 6 - Fragmento de uma taça. Pé e copa; 7 - Decorada com motivos geométricos separados por metopas; 13 - Pasta vermelho tijolo, porosa com alguma calcite. Engobe castanho alaranjado pouco aderente. Cola com o fragmento AZT 78; 14-Estampa III, n.º2; 16-MEZQUIRIZ 1961; OSWALD 1966; MAYET 1984; LOPES 1991.

25) 1 - AZT 78 ; 4 - TSH; 13 - Este fragmento cola com o AZT 77.

26) 1 - AZT 79; 4 - TSH; 6 - Fragmento de bordo em forma de aba

alongada; 7 - Decorada a guilhoché; 13 - Pasta vermelha alaranjada com bastante calcite. Engobe vermelho acastanhado brilhante.

27) 1 - AZT 83; 4 - TSH; 5 - Drag. 37(7); 6 - Fragmento de copa de uma taça; 7 - Decorada com motivos animais - cães; 8 - Cláudio /Vespasiano; 13 - Pasta de cor alaranjada com bastante calcite. Engobe acastanhado pouco aderente na parede externa; 16 - MEZQUIRIZ 1961, Vol II, Lâmina 226, n.º 1; OSWALD 1966; MAYET 1984; LOPES 1991.

28) 1 - AZT 84; 4 - TSH; 5 - Drag. 37; 6 - Fragmento de copa de uma taça; 7 - Decorada com um friso central; 8 - Séc. I - II; 13 - Pasta rosada acastanhada clara com bastante calcite. Engobe castanho, pouco aderente, tanto na parede interna como externa; 16 - MEZQUIRIZ 1961, Vol II, Lâmina 25; OSWALD 1966; MAYET, 1984; LOPES, 1991.

29) 1 - AZT 87; 4 - TSH; 6 - Fragmento de copa de um vaso; 7 - Decorada com frisos horizontais; 13 - Pasta rosada avermelhada com alguma calcite. Engobe alaranjado pouco aderente; 14 - Estampa II, n.º 6; 16 - MEZQUIRIZ 1961; OSWALD 1966; MAYET 1984; LOPES 1991.

30) 1 - AZT 96; 4 - TSH; 5 - Drag. 37; 6 - Fragmento da copa de uma taça; 7 - Decorada com motivos separados por métopas; 8 - Séc. I-II; 13 - Pasta alaranjada com bastante calcite. Engobe castanho alaranjado brilhante e pouco aderente na parede externa; 16 - MEZQUIRIZ 1961, Vol II, Lâmina 114; OSWALD 1966; MAYET 1984; LOPES 1991.

31) 1 - AZT 99; 4 - TSH; 5 - Drag. 37; 6 - Fragmento de copa de uma taça; 7 - Decorada com motivos circulares; 8 - Séc. I-II; 13 - Pasta de cor acastanhada clara, com bastante calcite. Engobe acastanhado, pouco aderente na parede externa; 16 - MEZQUIRIZ 1961, Vol II, Lâmina 147, n.º 8; OSWALD 1966; MAYET 1984; LOPES 1991.

32) 1 - AZT 100; 4 - TSH; 6 - Fragmento da parede de um vaso; 7 - Decoração com motivos triangulares de vértices voltados para baixo; 13 - Pasta vermelha acastanhada com alguns grãos de calcite. Engobe vermelho acastanhado; 16-MEZQUIRIZ 1961; OSWALD 1966; MAYET 1984; LOPES 1991.

33) 1 - AZT 101; 4 - TSH; 5 - Drag. 37; 6 - Fragmento da copa de uma taça; 7 - Decorada com motivos verticais (motivos de separação de Métopas); 8 - Séc. I-II; 13 - Pasta castanha clara com bastante calcite. Engobe acastanhado pouco aderente; 16 - MEZQUIRIZ 1961, Vol. II, Lâmina 114, n.º 2275; OSWALD 1966; MAYET 1984; LOPES 1991.

34) 1 - AZT 102; 4 - TSH; 5 - Drag. 29/37; 6 - Fragmento da copa de uma taça; 7 - Decoração com métopas - motivos verticais; 13 - Pasta rosada com bastante calcite. Engobe vermelho acastanhado brilhante; 14 - Estampa V, n.º 8; 16 - MEZQUIRIZ 1961; OSWALD 1966; MAYET 1984; LOPES 1991.

35) 1 - AZT 105; 4 - TSH; 5 - Drag. 47; 6 - Fragmento de copa de uma taça; 7 - Decorada com motivos geométricos - círculos concêntricos; 13 - Pasta de cor alaranjada clara com bastante calcite. Engobe acastanhado pouco aderente; 16 - MEZQUIRIZ 1961; OSWALD 1966; MAYET 1984; LOPES 1991.

36) 1 - AZT 106; 4 - TSH; 6 - Fragmento de copa de uma taça; 7 - Decorada com um friso horizontal; 13 - Pasta rosada combastante calcite. Engobe vermelho acastanhado brilhante; 16-MEZQUIRIZ 1961; OSWALD 1966; MAYET 1984; LOPES 1991.

37) 1 - AZT 108; 4 - TSH; 5 - Drag. 37(7) ; 6 - Fragmento de copa de uma taça; 7 - Decorada com motivos geométricos - círculos; 13 - Pasta rosada acastanhada com bastante calcite. Engobe acastanhado brilhante; 16 - MEZQUIRIZ 1961; OSWALD 1966; MAYET 1984; LOPES 1991.

Terra sigillata clara A

Foram inventariados 6 fragmentos de *terra sigillata* clara dos quais três pertencentes ao tipo A, um ao C e dois ao D.

Estas cerâmicas, assim denominadas por Lamboglia, foram produzidas no Norte de África, abrangendo um período cronológico que vai desde os finais do séc I ao séc IV d. C., espalhando-se por todo o “mundo mediterrânico”, chegando também à Península Ibérica e, concretamente, ao território que é hoje Portugal.

Cerâmica de boa qualidade, é caracterizada pela pasta e engobe alaranjados. A *sigillata* clara A começou por ser produzida em Cartago, cerca da segunda metade do séc. I d. C. A sua pasta é alaranjada, ligeiramente granulosa, mas fina e a superfície das peças é coberta por um engobe alaranjado brilhante e de boa qualidade nos exemplares mais antigos (BELTRÁN LLORIS 1978, 124).

A *sigillata* clara C é caracterizada por três momentos de fabrico distintos: O primeiro, apresentando peças portadoras de uma pasta fina, paredes finas e um engobe brilhante, alaranjado escuro, de superfície mais ou menos granulosa, situando-se cronologicamente a sua produção entre 200 e 280 d. C.. O segundo, apresentando peças com um engobe muito diluído, de cor de laranja claro.

A sua produção inicia-se por volta da primeira metade do séc. III, prolongando-se até ao final do mesmo século. O terceiro momento é caracterizado pela produção de peças decoradas com relevos aplicados, abrangendo um período cronológico que vai desde o ano 280 até cerca de 380.

A *sigillata* clara C tem os seus centros de produção em várias regiões de África do Norte e é caracterizada pela sua decoração com palmetas e formas com o pé tendente a desaparecer (BELTRÁN LLORIS 1978,125). A sua produção inicia-se nos finais do séc. III e prolonga-se até meados do séc. V.

CATÁLOGO

1) 1 - AZT 26; 4 - TSCA; 5 - Hayes 3; 6 - Fragmento de bordo; 8 - 75 a 150 d. C.; 13 - Pasta cor de laranja. Engobe rugoso cor de laranja; 14 - Estampa IV, n.º 2; 16 - LOPES 1991, 56, Fig. 37, n.º 4010.

2) 1 - AZT 89; 4 - TSCA; 5 - Hayes 9; 6 - Fragmento de bordo; 7 - Decorada com motivos incisos; 8 - Séc. II; 13 - Pasta cor de laranja. Engobe cor de laranja muito fino; 14 - Estampa v, n.º 1; 16 — LOPES 1991, 56, Fig. 38, n.º 3616.

3) 1 - AZT 90; 4 - TSCA; 5 - Hayes 9; 6 - Fragmento de bordo; 7 - Decorada com motivos incisos; 8 - Séc. D; 13 Pasta cor de laranja. Engobe cor de laranja muito fino; 14 - Estampa IV, n.º 7; 16 - LOPES 1991, 56, Fig. 38, n.º 3616.

Terra sigillata clara C

1) 1 - AZT 27; 4 - TSCC; 5 - Lamboglia forma 42; 6 - Fragmento de bordo e copa de um prato; 8 - Séc IV; 13 - Pasta cor alaranjada ligeiramente granulosa. Engobe alaranjado e jaspeado; 16 - BELTRÁN LLORIS 1978, 124, Lâmina XXXVIII, n.º 471.

Terra sigillata clara D

1) 1 - AZT 25; 4 - TSCD; 5 - Lamboglia forma 53; 6 - Fragmento de um prato - pé e fundo; 7 - Lisa; 13 - Pasta e engobe alaranjados. Prato de pé baixo; 16 - BELTRÁN LLORIS 1978, 124-125, Lâmina XL, n.º 489.

2) 1 - AZT 28; 4 - TSCD; 5 - Hayes 58; 6 - Fragmento de bordo e copa de um prato; 7 - Lisa; 8 - Séc IV; 13 - Pasta cor de laranja. Engobe cor de laranja macio e fino. Bordo em forma de aba horizontal curta; 14 - Estampa V, n.º 7; 16 - LOPES 1991, 61, Fig. 45, n.º 1718.

Metais

0 espólio metálico recolhido nesta estação, até ao presente momento, é bastante escasso. Conseguimos inventariar apenas 19 peças metálicas, todas de bronze. Tal como as cerâmicas - *terra sigillata* - também este espólio foi recolhido num estrato de revolvimento, logo após os trabalhos de lavoura.

Para o estudo deste material optámos pelo preenchimento dos seguintes campos:

- 1 - N.º de inventário.
- 2 - Tipo de peça.
- 3 - Diversos.

- 4 - Desenho.
- 5 - Fotografia.
- 6 - Bibliografia.
- 7 - Paradeiro.
- 8 - Sítio.

No campo n.º 3 preencheremos dados como a cronologia, paralelos, estado da peça e outros que julgarmos convenientes.

CATÁLOGO

Fíbulas

Foram inventariados quatro fragmentos de fíbulas, dois dos quais, AZT 116 e AZT 117, incluídos no tipo das fíbulas anulares, BI de Fowler. Estas são constituídas, essencialmente, por um arco circular e um fusilhão recto. Datáveis do séc I d. C., podem apresentar as extremidades do arco dobradas para fora e terminando em botões ou, como é o caso das aqui estudadas, terminarem simplesmente em bico.

1) 1 - AZT 114; 2 - Fragmento de fíbula em bronze; 3 - Para este elemento de fíbula encontramos alguns paralelos (MANSFELD 1973); 4 - Estampa VIII, n.º 16; 6 - MANSFELD 1973, Estampa 10, n.º 85, 86.

2) 1 - AZT 116; 2 - Fragmento de fíbula anular em bronze; 3 - Diâmetro, 60 mm. Encontram-se paralelos, com algumas variantes, em várias estações arqueológicas portuguesas; 4 - Estampa VIII, n.º 14; 6 - ETTLINGER 1973, Lâm. 15, n.º 12; FREIRE 1965, 5-15; PONTE 1973, 189, n.º 56 a 72; *FOUILLES DE CONIMBRIGA* 1979, vn, Pl. xxvm, n.º 67 - 72; NOLEN 1981, 119-120, Lâm. XLI, E 10.14;

3) 1 - AZT 117; 2 - Fíbula anular em bronze; 3 - Diâmetro 35 mm. Fíbula incompleta, visto faltar-lhe o fusilhão. Encontram-se paralelos em várias estações arqueológicas portuguesas e estrangeiras; 4 - Estampa VIII, n.º 15; 6 - FREIRE 1965, 5-15; ETTLINGER 1973, Lâm. 15, n.º 12; PONTE 1973, 189, n.º 56 a 72; *FOUILLES DE CONIMBRIGA* 1979, VII, Pl. XXVIII, n.º 67-72; MARQUES 1980, 3, Fig. 1; NOLEN 1981, 119-120, Lâm. XLI, E 10.14.

4) 1 - AZT 121; 2 - Fíbula de Aucissa; 3 - Diâmetro do fragmento 35 mm; 4 - Estampa VIII, n.º 6; 6 - ALMGREN 1923, Estampa IX, n.os 216 e 217.

Pinças

Das duas inventariadas, apenas uma está completa, se bem que dobrada ao meio. As pinças, como se sabe, são objectos cujo uso está indicado essencialmente para a *toilette* feminina. São peças simples, constituídas por

uma haste dobrada cujas extremidades estão ligeiramente curvadas para o interior, justapondo-se, quando premidas.

1) 1 - AZT 122; 2 - Fragmento de pinça em bronze; 3 - Esta fragmento é constituído apenas pela zona onde a haste dobrava, fazendo de mola. Aparecem com frequência nas estações arqueológicas, como, por exemplo, em Conímbriga, necrópole de Santo André entre tantas outras; 4 - Estampa VIII, n.º 13; 6 - CUNLIFFE 1971, 109, Fig. 42, n.º 62 e 63; *FOUILLES DE CONÍMBRIGA* 1979, VH, 145, 147, Estampa XXXV, n.º 237 a 249; NOLEN 1981, 121, 160, n.º 15, Estampa XLI, E. 10.15.

2) 1 - AZT 123; 2 - Pinça em bronze; 3 - A peça está completa, se bem que dobrada ao meio. Aparecem paralelos, com algumas variantes, em muitas estações arqueológicas, como é o caso de Conímbriga, por exemplo; 4 - Estampa VIII, n.º 12; 6 - CUNLIFFE 1971, 109, Fig. 42, n.º 62 e 63; *FOUILLES DE CONÍMBRIGA* 1979, VII, 145, 147, Estampa XXXV, n.º 237 a 249; NOLEN 1981, 121, 160, n.º 15, Estampa XLI, E. 10.15.

Agulha

1) 1 - AZT 118; 2 - Fragmento de uma agulha em bronze; 3 - A peça está quase completa, faltando-lhe apenas, parte da zona onde se situava o orifício para se enfiar a linha. Encontram-se paralelos em Conímbriga. Comprimento - 120 mm. Espessura - 3 mm; 4 - Estampa VIII, n.º 22; 6 - *FOUILLES DE CONÍMBRIGA* 1979, VII, PL XII, n.ºs 324, 325.

Pregos e cavilhas

Os pregos e cavilhas inventariados nesta estação são todos em bronze. Este tipo de material, feito de bronze, era empregado, muitas vezes, na construção de embarcações, devido à resistência aos danos causados pelo excesso de humidade. Os pregos aqui representados têm a cabeça achatada, haste de secção quadrangular e, relativamente às cavilhas, apresentam um comprimento menor. Estas, de maiores dimensões, têm também haste de secção quadrangular e a cabeça de uma delas é mais volumosa, terminando em bico. Para determinar as dimensões óptimas pelo seguinte método:

a) Comprimento, da cabeça à extremidade do prego ou cavilha.

b) Secção da haste, tirada logo abaixo da cabeça do prego.

1) 1 - AZT 124; 2 - Cavilha em bronze; 3 - Comprimento - 90 mm; secção quadrangular da haste - 5 x 5 mm. Cabeça levemente arredondada. A haste foi intencionalmente dobrada. Existem paralelos, com variantes, em várias estações arqueológicas, tal é o caso de Conímbriga; 4 - Estampa VIII, n.º 17; 6 - *FOUILLES DE CONÍMBRIGA* 1979, VII, 31, Pl. VII, n.ºs 98, 99 e 103.

2) 1 - AZT 125; 2 - Prego em bronze; 3 - Comprimento - 50 mm; secção quadrangular da haste - 4 x 4 mm. Cabeça achatada. A haste parece ter sido

dobrada intencionalmente. Existem paralelos, com variantes em várias estações arqueológicas, sendo Conímbriga uma delas; 4 - Estampa VIII, n.º 21; 6 - *FOUILLES DE CONÍMBRIGA* 1979, VII, 31, Pl. VII, n.os 98, 99 e 103.

3) 1 - **AZT** 126; 2 - Cavilha em bronze; 3 - Comprimento - 90 mm, até à zona de fractura; secção quadrangular da haste - 6 x 6 mm. Existem paralelos em Conímbriga e outras estações arqueológicas, com variantes; 4 - Estampa VIII, n.º 19; 6 - *FOUILLES DE CONÍMBRIGA* 1979, VII, 31, Pl. VII, n.os 98, 99 e 103.

4) 1 - **AZT** 127; 2 - Pregó em bronze; 3 - Comprimento - 85 mm; secção quadrangular da haste - 4 x 4 mm. Existem paralelos, com algumas variantes, em várias estações arqueológicas, como é o caso de Conímbriga; 4 - Estampa VIII, n.º 20; 6 - *FOUILLES DE CONÍMBRIGA* 1979, VII, 31, Pl. VII, n.os 98, 99 e 103.

5) 1 - **AZT** 149; Pregó em bronze; 3 - Comprimento - 75 mm; secção quadrangular da haste - 4 x 4 mm. Existem paralelos, com algumas variantes, em Conímbriga; 4 - Estampa VIII, n.º 18; 6 - *FOUILLES DE CONÍMBRIGA* 1979, VII, 31, Pl. VII, n.os 98, 99 e 103.

Espátula

1) 1 - **AZT** 109; 2 - Espátula em bronze; 3 - Comprimento 145 mm; 4 - Estampa Vili, n.º 1.

Anzol

1) 1 - **AZT** 120; 2 - Anzol em bronze; 3 - Encontrado um paralelo em Fishbourne; 4 - Estampa VIII, n.º 7; 6 - *CUNLIFFE* 1971, Vol II, 122, Fig. 51, n.º 149.

Lígula

1) 1 - **AZT** 111; 2 - Lígula em bronze; 3 - Dimensões do fragmento: comprimento - 40 mm; largura - 20 mm. Existem paralelos em Conímbriga; 4 - Estampa VIII, n.º 6; 6 - *FOUILLES DE CONÍMBRIGA* 1979, VII, Pl. XXXV, n.º 261.

Botão

1) 1 - **AZT** 128; 2 - Botão em bronze; 3 - Diâmetro - 24 mm. Paralelos em Conímbriga; 4 - Estampa VIII, n.º 3; 6 - *FOUILLES DE CONÍMBRIGA* 1979, VII, Pl. XXIII, n.º 119.

Peso de Prumo

1) 1 - AZT 129; 2 - Prumo em bronze; 3 - Comprimento - 35mm; largura - 15 mm; 4 - Estampas VIII, n.º 9.

Asas

Foram inventariadas três asas em bronze, duas pertencentes a utensílios de cozinha e uma terceira a uma forma alta não possível determinar.

1) 1 - AZT 110; 2 - Asa de uma caçarola em bronze; 3 - Existem paralelos em França, Rhone; 4 - Estampa VIII, n.º 5; 6 - TASSINARI 1975,35, PL Vili, 28 b e 5c.

2) 1 - AZT 113 ; 2 - Asa de uma caçarola em bronze; 3 - Existem paralelos em França, Rhone e Boémia; 4 - Estampa VIII, n.º 10; 6 - SAKAR 1970, Pl. XII n.os 3 a 9; TASSINARI 1975, 27, Pl. II, 5a, 5b e 5c.

3) 1 - AZT 115; 2 - Asa, em bronze, de um vaso de forma alta; 3 - Existem paralelos em Fishbourne; 4 - Estampa VIII, n.º 11; 6 - CUNLIFFE 1971, Vol II, 124, Fig. 53, n.º 192.

Formas indeterminadas

1) 1- AZT 112; 2 - Barra de bronze; 3 - Não foram encontrados paralelos; 4 - Estampa VIII, n.º 2.

2) 1 - AZT 119; 2 - Fragmento de bronze; 3 - Existe um paralelo, em Fishbourne, que também não foi possível identificar; 4 - Estampa VIII, n.º 4; 6 - CUNLIFFE 1971, Vol II, 123, Fig. 52, n.º 174.

Moedas

Foram recolhidas e inventariadas 15 moedas para cujo estudo foi elaborada uma ficha individual com sete campos, conforme a seguir se menciona:

- 1 - N.º de inventário.
- 2 - Sítio.
- 3 - Paradeiro.
- 4 - Tipo de moeda.
- 5 - Cronologia.
- 6 - Comentário.
- 7 - Representação.
- 8 - Ref. bibliográfica.

Esta ficha individual destina-se a urna posterior informatização das peças, bem como a possibilidade de uma maior facilidade de consulta.

Relativamente aos campos 2 e 3, embora façam parte da ficha de identificação individual e da respectiva base de dados, não serão, neste trabalho, repetidamente referenciados, visto as moedas terem sido encontradas todas na estação da Azeitada e estarem na posse do proprietário, Sr. Manuel Latas.

A maior parte das moedas desta colecção encontram-se, umas, em muito mau estado de conservação, outras, muito gastas, o que poderá indiciar um uso muito prolongado das mesmas. Este facto dificultou bastante a classificação das moedas, como se poderá verificar na ficha de identificação individual. A sua cronologia abarca um período que vai desde o séc I a. C. ao séc. III d. C.

CATÁLOGO

I - 1-AZT 130; 4 - AS; 5 - Augusto (12. a. C); 6 - Moeda de cobre, cunhada em Évora; 8 - RPC, n.º 51.

2-1 - AZT 131; 4 - Dupondio; 5 - Domiciano (?) 81-96(7); 6 - Moeda de oricalco, cunhada em Roma. Mau estado de conservação.

3 - 1 - AZT 132; 4 - Sestércio; 5 - Filipe, o Árabe - 245-246; 6 - Moeda de cobre em razoável estado de conservação; 8 - RIC, IV, Tomo 3, n.º 192 a).

4 - 1 - AZT 133; 4 - AS; 5 - Tibério (14-37); 6 - Moeda de cobre, cunhada em Mérida. Mau estado de conservação; 8 - RPC, n.º 48.

5 - 1 - AZT 134; 4 - Semis; 5 - Augusto (15-14 a. C.), segundo a cronologia de Knepp; 6 - Moeda de cobre em razoável estado de conservação. Cunhada em Córdova "*Colonia Patricia*"; 8 - RPC, 130.

6-1 - AZT 135; 4 - AS; 5 - Cláudio (post 41); 6 - Moeda de cobre. Mau estado de conservação. Imitação provincial; 8 - RIC, I, (2), 100.

7 - 1 - AZT 136; 4 - AS; 5 - Cláudio I (post 41); 6 - Moeda de cobre. Mau estado de conservação. Imitação provincial; 8 - RIC, I (2), 100.

8-1 - AZT 137; 4 - AS; 5 - Júlio/Cláudio; 6 - Moeda de cobre, bastante gasta e em muito mau estado de conservação. Emitida em Roma.

9 - 1 - AZT 138; 4 -Sestércio; 5 - Adriano (119-128); 6 - Moeda de cobre. Mau estado de conservação. Cunhada em Roma; 8 - RIC, II, n.º 636.

10 - 1-AZT 139; 4 - Dupondio; 5 - Augusto (post 2 a. C.); 6 - Moeda de cobre, em muito mau estado de conservação. Emitida em Mérida; 8 - RPC, n.º 12.

II - 1-AZT 140; 4 - AS (?) ; 5 - Júlio / Cláudio(?); 6 - Moeda de cobre, em muito mau estado de conservação. Terá sido emitida em Roma.

12 - 1-AZT 140 a); 4 - AS (?); 5 - Séc I (?); 6 - Moeda de cobre em muito mau estado de conservação.

13 - 1 - AZT 141; 4 - Sestércio; 5 - Meados do séc. III; 6 - Moeda de cobre em muito mau estado de conservação.

14 - 1-AZT 142; 4 - AS; 5 - Século I (post 41); 6 - Moeda de cobre em muito mau estado de conservação. Imitação provincial.

15 - AZT 143; 4 - Dupondio(?); 6 - Moeda de cobre em muito mau estado de conservação.

Pesos de tear

Foram recolhidos e inventariados cinco pesos de tear, para cujo estudo foi elaborada uma ficha individual com oito campos, conforme a seguir se indica:

1 - N.º de inventário.

2 - Sítio.

3 - Paradeiro.

4 - Forma.

5 - Dimensões: alt.; base inferior: compr.; larg.; base superior: compr.; larg.; diâmetro do orifício.

6 - Peso.

7 - Comentário.

8 - Representação.

9 - Ref. bibliográfica.

A semelhança dos outros materiais desta estação, também os pesos de tear foram encontrados num estrato de revolvimento, logo após os trabalhos de lavoura e encontram-se na posse do proprietário da vinha. Tendo em atenção estes dados, não preencheremos os campos 2 e 3, por repetitivos, embora o façamos na base de dados.

Soubemos, em conversa posterior a este estudo, que, num local próximo, onde o proprietário da vinha deposita todo o “entulho” que aparece na estação, haverá muito mais espólio deste tipo.

Relativamente à forma, este conjunto apresenta-se dividido em dois: o primeiro subconjunto, com três pesos de forma tronco-piramidal e o segundo, com dois pesos de forma paralelepípedica, dos quais um com dois orifícios.

Não é possível determinar a sua cronologia visto terem sido recolhidos, como se disse, num estrato de revolvimento e nem do facto de possuírem um ou dois orifícios se poderá daí inferir qualquer dado cronológico (NOLEN 1988, 132-136).

Dado o tamanho, peso e ainda o diâmetro dos orifícios das peças estudadas, é natural que tivessem servido para a fiação de tecidos de texturas diferentes, utilizando, para tal, a lã ou o linho.

CATÁLOGO

1-1 - AZT 144; 4 - Forma tronco-piramidal; 5 - Alt., 115 mm; base inf.: compr., 63 mm; larg., 63 mm; base sup.: compr., 46 mm; larg., 46 mm; diâmetro do orifício, 10 mm; 6 - 680 gr.; 7 - Pasta alaranjada com muitos grãos de quartzo. A peça está um pouco fragmentada numa das faces laterais. Verifica-se um certo desgaste no orifício, o que poderá indiciar o seu uso no tear; 8 - Estampa VII, n.º 1; 9 - *FOUILLES DE CONIMBRIGA* 1979, VII; NOLEN 1988.

2 - 1 - AZT 145; 4 - Forma paralelepípedica; 5 - Alt. até à zona de fragmentação, 95 mm; base inf.: compr., 61 mm; larg., 35 mm; diâmetro dos orifícios 10 mm; 6 - 235 gr.; 7 - Pasta cinzenta clara, com muitos grãos de quartzo (grão fino). A peça está bastante fragmentada. Apresenta dois orifícios; 8 - Estampa VII, n.º 2; 9 - *FOUILLES DE CONIMBRIGA* 1979, VII; NOLEN 1988.

3 - 1 - AZT 146; 4 - Forma tronco-piramidal; 5 - Alt. - 100 mm; base inf.: compr., 64 mm; larg., 40 mm; base sup.: compr., 58 mm; larg., 31 mm; diâmetro do orifício, 5 mm; 6 - 390 gr.; 7 - Pasta castanha clara, fina, com alguns grãos de quartzo (grão fino) e alguma mica. A peça encontra-se em bom estado de conservação; 8 - Estampa VII, n.º 3; 9 - *FOUILLES DE CONIMBRIGA* 1979, VII; NOLEN 1988.

4 - 1 - AZT 147; 4 - Forma paralelepípedica; 5 - Alt. até à zona de fragmentação 60 mm; base inf.: compr.?. larg.?.; base sup.: compr., 60 mm; larg., 38 mm; diâmetro do orifício, 6 mm; 6 230 gr.; 7 - Pasta alaranjada - acastanhada com alguns grãos de quartzo. A peça está fragmentada na sua parte inferior; 8 - Estampa VII, n.º 4; *FOUILLES DE CONIMBRIGA* 1979, VII; NOLEN 1988.

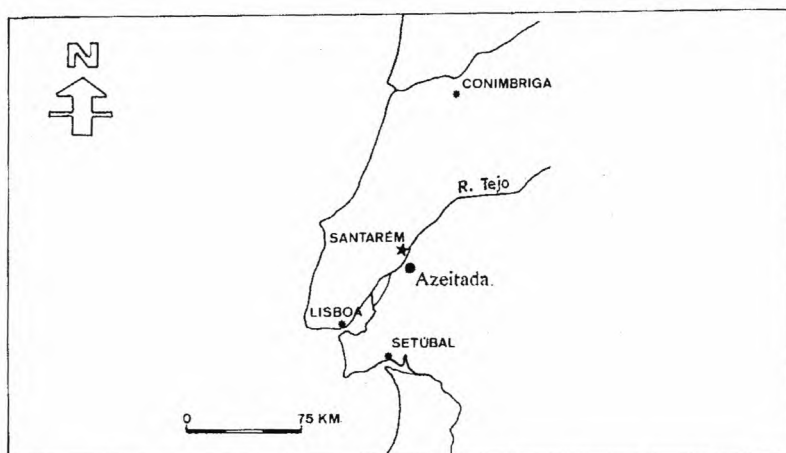
5 - 1 - AZT 148; 4 - Forma tronco-pirâmidal; 5 - Alt. - 165 mm; base inf.: compr., 78 mm; larg., até à zona de fragmentação, 74 mm; base sup.: compr., 65 mm; larg., 60 mm; diâmetro do orifício, 14 mm; 6 - 1475 gr.; 7 - Pasta vermelho-acinzentada, grosseira, com muitos grãos de quartzo. A peça encontra-se em bom estado de conservação. Num dos orifícios verifica-se o desgaste provocado pela passagem do fio durante o trabalho de fiação. Dado o tamanho da peça e o peso da mesma, é natural que tivesse sido utilizada para a confecção de tecidos de textura mais grossa; 8 - Estampa VII, n.º 5; 9 - *FOUILLES DE CONIMBRIGA* 1979, VII; NOLEN 1988.

BIBLIOGRAFIA

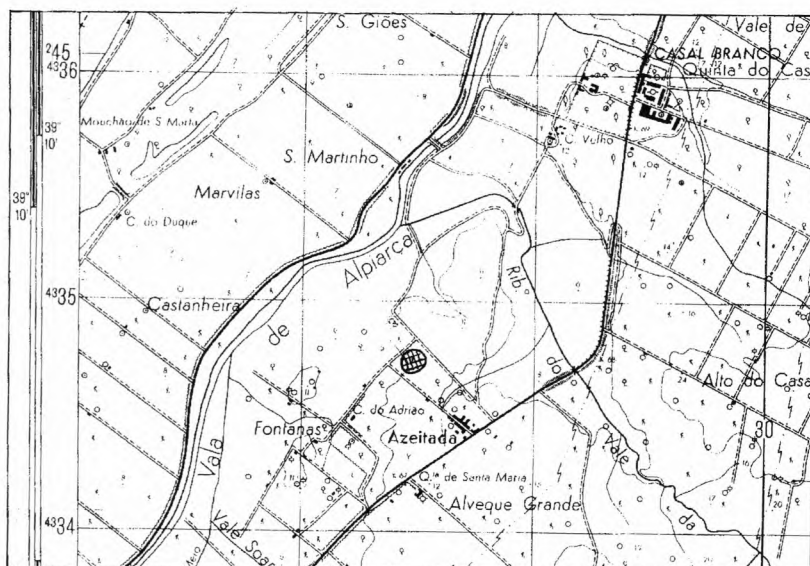
- ALARCÃO, Adília Moutinho (1960-1961) - Algumas peças de “terra sigillata” na secção arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa. *Conimbriga*, II - III. Coimbra, pp. 181-201.
- (1971) - A “Terra Sigillata” itálica em Portugal. *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra, pp. 421-432.

- (1975) - Les sigillés italiques. *FOUILLES DE CONIMBRIGA*, IV. Paris, pp. 3-66.
- (1975) - Les sigillés sud-galliques. *FOUILLES DE CONIMBRIGA*, IV. Paris, pp. 69-149.
- ALARCÃO, Jorge; ALARCÃO, A. Moutinho (1966) - O espólio da necrópole luso romana de Valdoca (Aljustrel). *Conimbriga*, V , Coimbra, pp. 67-108.
- (1980) - *Os problemas da origem e da sobrevivência das villae romanas do Norte do País*, Guimarães, pp. 3-11 (Separata das *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Julho de 1980).
- (1988a) - *O Dominio Romano em Portugal*. Lisboa.
- (1988b) - *Roman Portugal*. 3 vols. Aris Phillips Lda. Warminster.
- (1990a) - O Dominio Romano, *Nova Historia de Portugal*, Vol. I, Lisboa.
- ALMGREN, Oscar (1923) - Studien uber nordeuropaische Fibelformen der ersten nachchristlichen Jarhhunderte mit Berueckichtigung der provinzialrömischen und sudrssischen Formen, *Mannus - Bibliothek*, Lipsia, 32.
- BELTRÁN LLORIS (1978) - *Cerámica romana. Tipología y clasificación*, Saragoça, 2 vols.
- CENTENO, Rui M.S. (1987) - *Circulação monetária no Noroeste de Hispania até 192*, Porto.
- CUNLIFFE, Barry (1971) - *Excavations at Fishbourne - 1961-1963. The Finds*. voi. n.
- DAVEAU, Suzanne - (1980) - Espaço e tempo. Evolução do ambiente geográfico de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos. *Clio/Arqueologia*, voi. II, Lisboa, pp. 13-37.
- DELGADO, Manuela (1981/82) - Acerca da cerâmica da época romana do Cabeço da Bruxa, Alpiarça, *Portugália*, Nova Série, Vol. II/III, Porto.
- DELGADO, Manuela (1985) - Marcas de oficinas de sigillatas encontradas em Braga, II, *Cadernos de Arqueologia*, série II, Vol. II, Braga, pp. 9 - 40.
- DELGADO, Manuela; MAYET, E; ALARCÃO, Adília (1975) - Les sigillées, *FOUILLES de Conimbriga*, IV, Paris.
- DELGADO, Manuela; SANTOS, Luciano dos (1984) - Marcas de oficinas de sigillatas encontradas em Braga, I, *Cadernos de Arqueologia*, série II, Vol I, Braga, pp. 49-70.
- DIOGO, A. M. Dias (1980a) - *Cerâmica romana de Alcácer do Sal*, Edição de GECA, Lisboa.
- (1980b) - *Marcas de terra sigillata itálica em Portugal*.
- (1984a) - Noções operatórias sobre a terra sigillata itálica e sudgálica em Portugal. Alguns aspectos, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, pp. 49-65.
- ETTLINGER, Elisabeth (1973) - *Die Römischen Fibeln in der Schweiz*.
- FARIA, João C.; FERREIRA, Marisol, A.; DIOGO, A.Dias (1987) - Marcas de terra sigillata de Alcácer do Sal, *Conimbriga*, No. XXVI, Coimbra, pp. 61-71.
- FORTES, J. (1904) - Fíbulas e Fivelas, *O Archeologo Português*, IX, Lisboa, pp. 1-11.
- FREIRE, Osvaldo (1965) - Algumas fíbulas de bronze do Museu Antropológico da Universidade do Porto, Comunicação apresentada ao *III Colóquio Portuense de Arqueologia*, 1964, Lucerna, Porto, pp. 205-215.
- GOUDINEAU, Christian (1968) - *La céramique arétine lisse (FOUILLES à Bohena, 4)*, *Mélanges d Archéologie et d'Histoire de l'École Française de Rome*, suppl. 6, Paris.

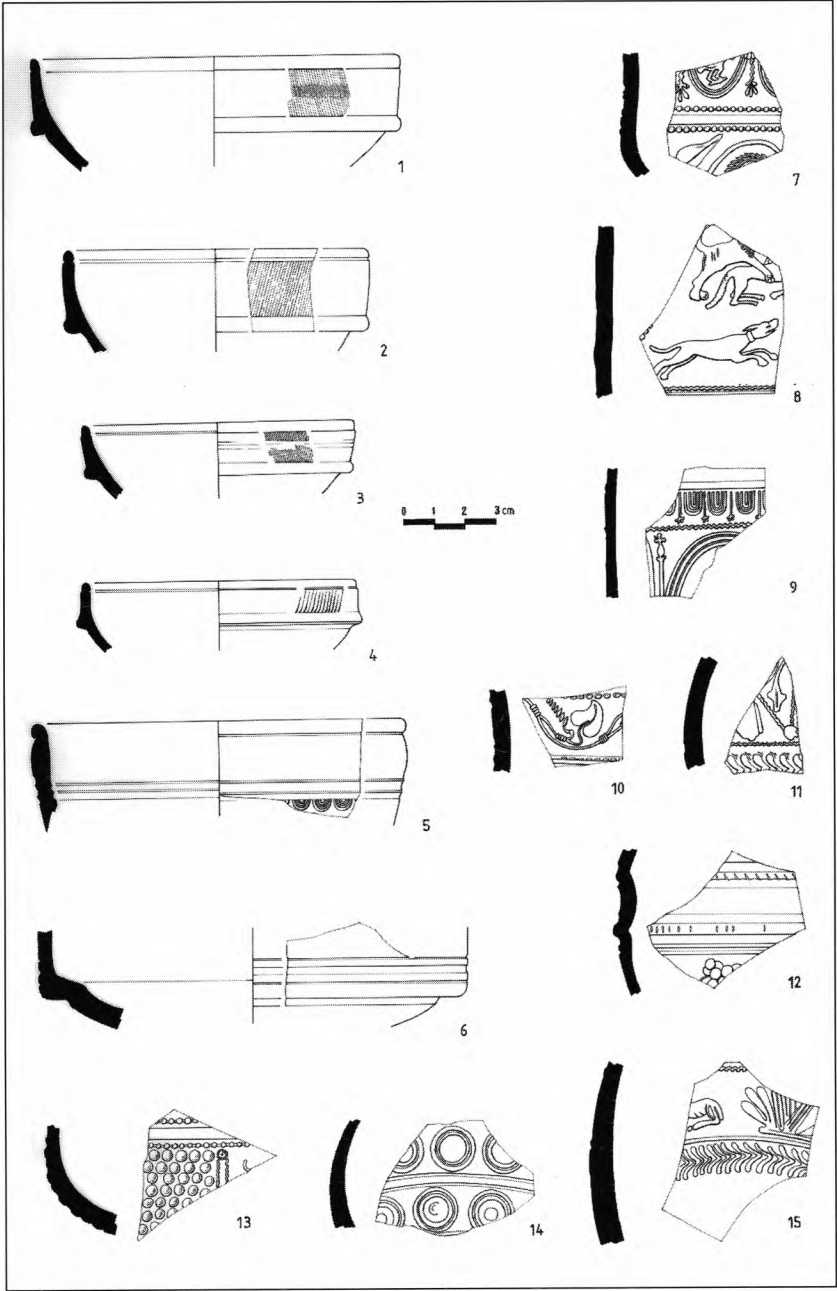
- LEEUAARDEN, W. van and JANSSEN C.R. (1985) - A preliminary palynological study of peat deposits near an oppidum in the lower Tagus Valley, Portugal, *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*, Lisboa, Vol. II, pp. 225-236.
- LOPES, Maria da Conceição (1991) - *A Sigillata de Represas - Tratamento informático*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- MANSFELD, Gunter (1973) - *Die Fibeln der Heuneburg -1950-1970*.
- MANTAS, Vasco Gil (1986) - Arqueologia urbana e fotografia aérea: contribuição para o estudo do urbanismo antigo de Santarém, Évora e Faro, *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Setúbal 1985, edição do IPPC, Lisboa, pp. 15-26.
- MARQUES, Carlos Santos; PONTE, Sálete da (1980) - *Fíbula anular romana e fivela de cinturão romana do Museu Eduardo Malta (Covilhã)*, Porto.
- MAYET, Françoise (1973) - Marques des potiers sur sigillées hispaniques à Conimbriga, *Conimbriga*, XII, Coimbra, pp. 5-65.
- (1978) - Les importations de sigillées à Mérida au I siècle de notre Ère (Sigillées italiques et gauloises), *Conimbriga*, XVII, Coimbra, pp. 80-100.
- MAYET, Françoise (1984) - *Les céramiques Sigillées Hispaniques*, Paris.
- MEZQUIRIS DE CATALÁN, Maria Angeles (1961) - *Terra sigillata Hispánica*, Valência.
- NOLLEN, J. U. S.; DIAS, M^a. Luisa Ferrer (1981) - A necrópole de Santo André, *Conimbriga*, XX, Coimbra, pp. 5-180.
- NOLLEN, J. U. S. (1988) - Materiais da villa do Alto da Cidreira, *Conimbriga*, XXVII, Coimbra, pp. 61-140.
- NUNES RIBEIRO, F. (1959) - Terra sigillata encontrada nas Represas (Beja), I - n Marcas de oleiro, *Arquivo de Beja*, 15, Beja, pp. 71-121.
- (1963-1964) - Terra sigillata hispânica das Represas, *Arquivo de Beja*, 22-23, Beja, pp. 37- 47.
- OSWALD, R; PRYCE, T.; DAVIES (1966) - *An introduction to the study of Terra Sigillata*, London.
- PONTE, Sálete da (1973) - Fíbulas pré-romanas e romanas de Conimbriga, *Conimbriga*, XII, Coimbra, pp. 162-196.
- QUITEIRA, Antonio José Ferreira (1996) - *Scallabis, análise contextual e perspectivas de estudo*, (tese de mestrado policopiada), Universidade do Minho, Braga.
- SAKAR, Vladimir (1970) - Roman Imports in Bohemia. *Fontes Archaeologicae Pragenses*. Vol. XIV.
- TASSINARI, Suzanne (1975) - *La vaisselle de bronze romaine et provinciale au Musée des Antiquités Nationales*, Editions du CNRS, Paris.
- ZBYSZEWSKI, Georges (1947) - Étude géologique de la région de Almeirim, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, tomo 28, Lisboa, pp. 217-263.

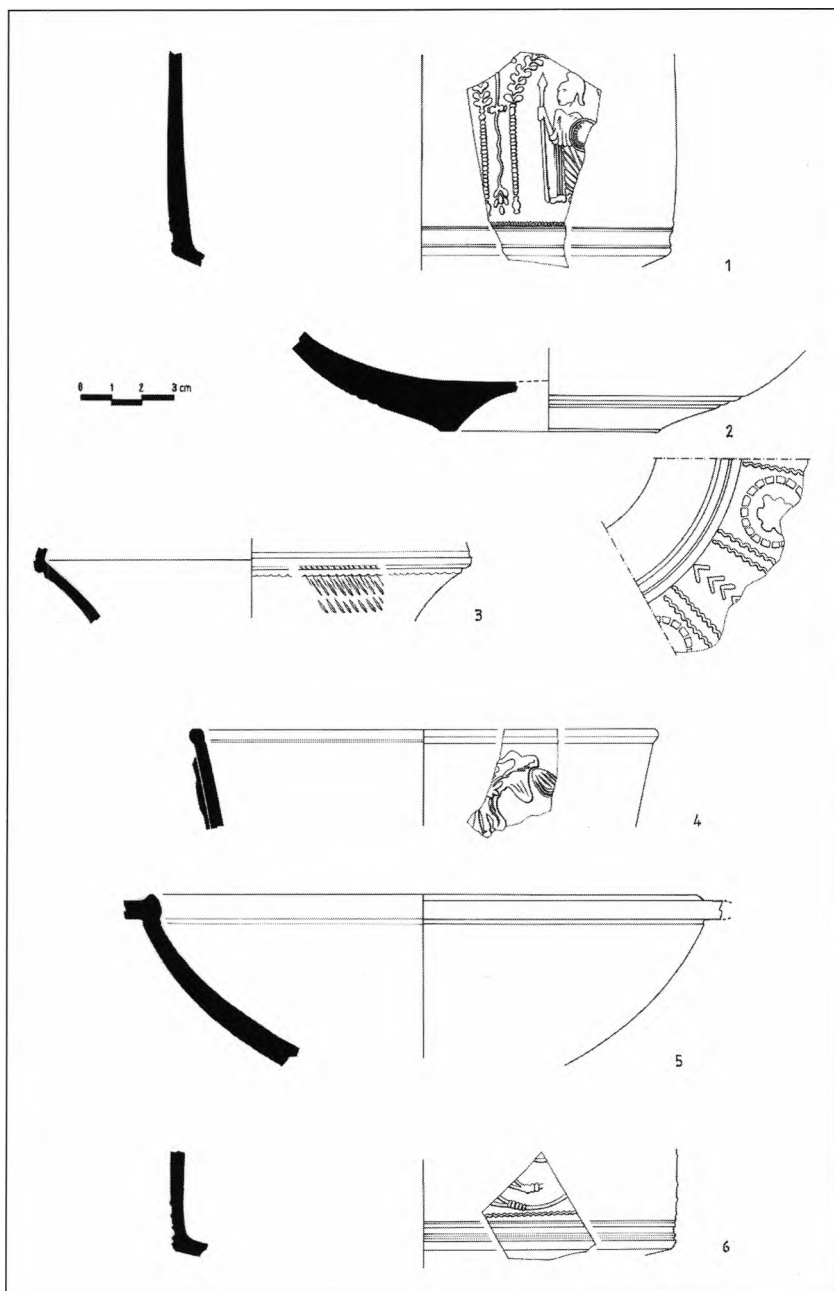


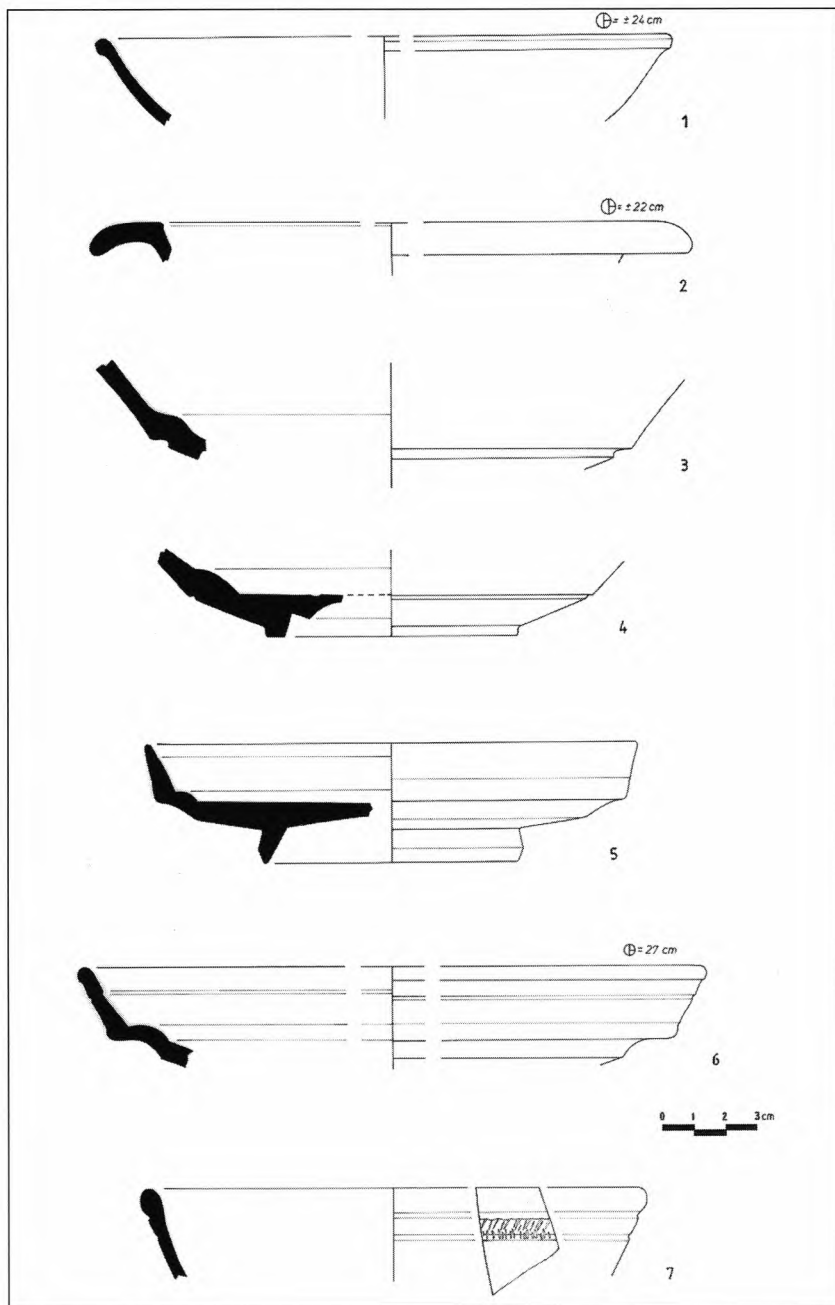
1 - Localização da estação arqueológica da Azeitada no mapa de Portugal

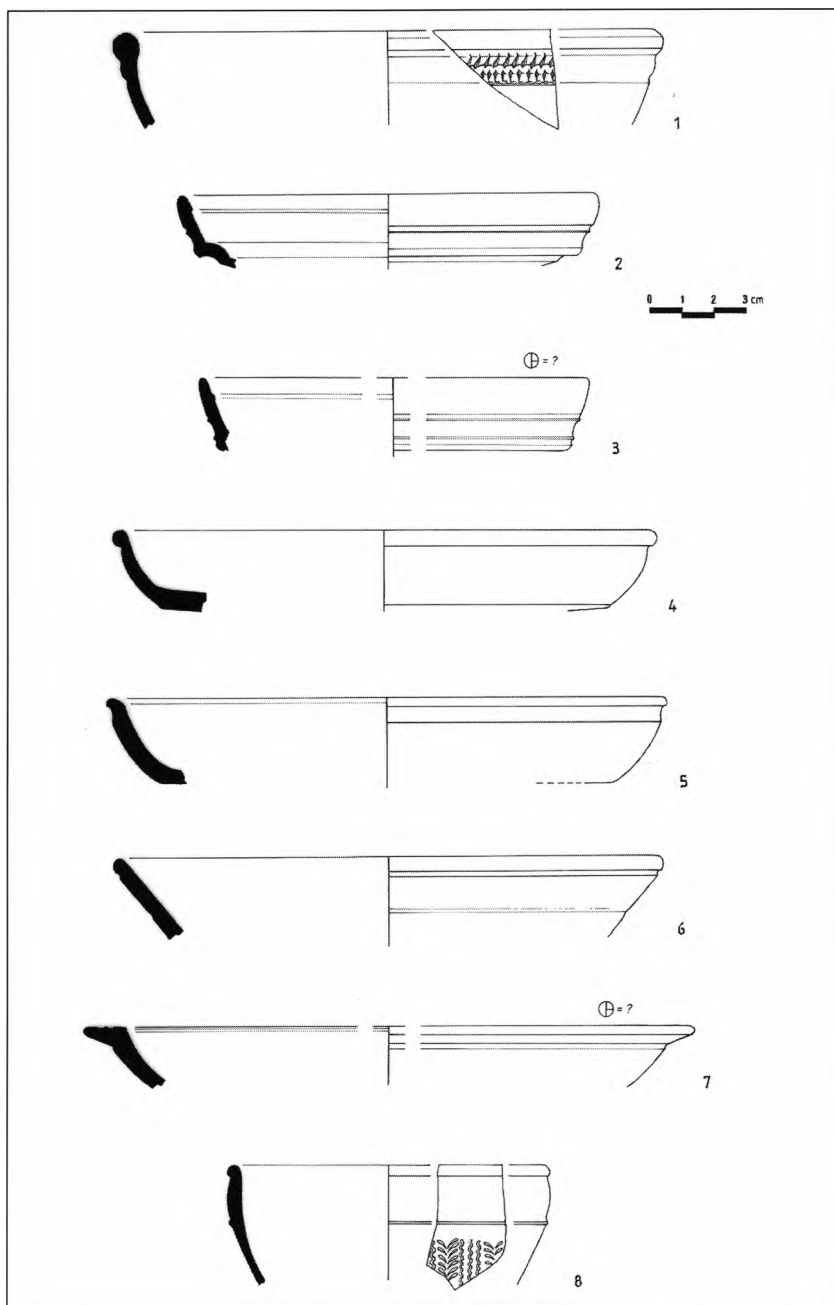


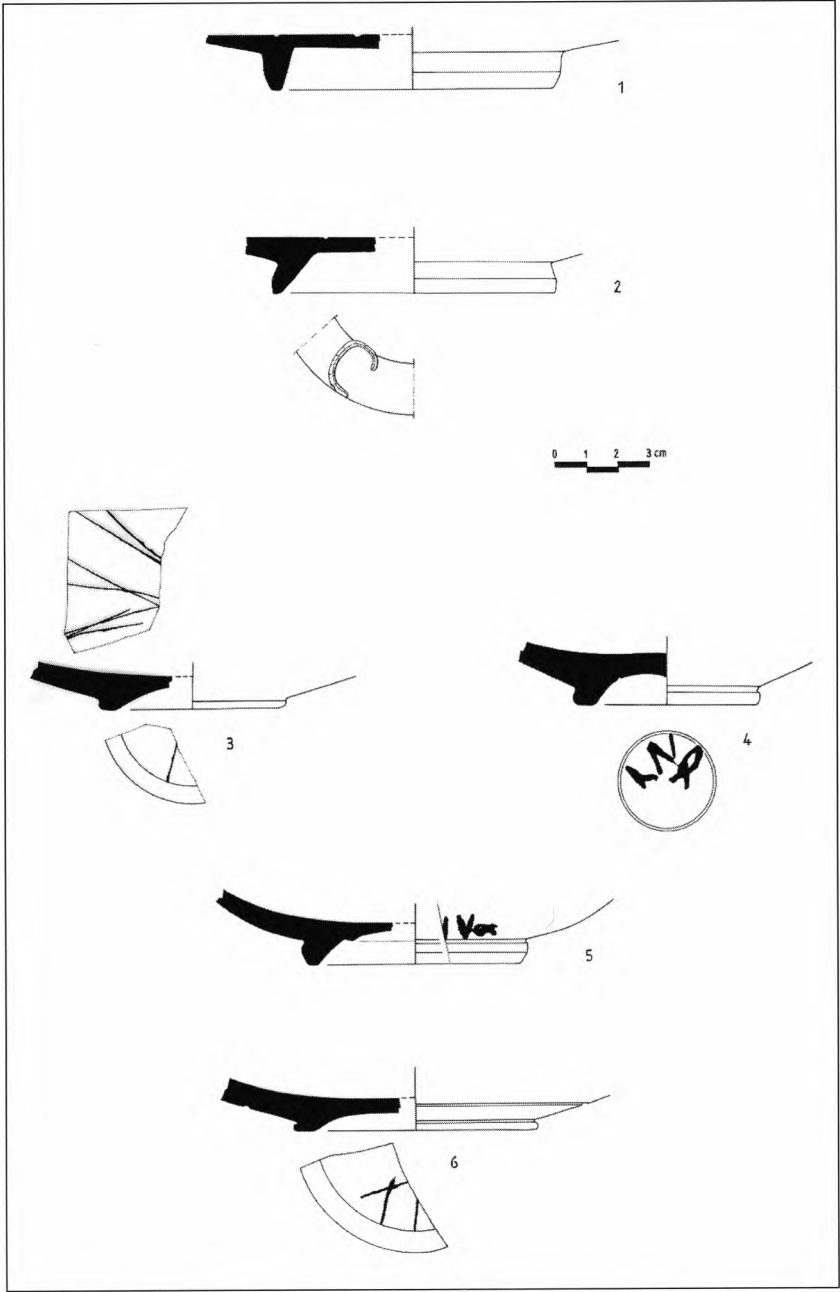
2 - Localização da estação arqueológica na Carta Militar, folha 365, esc. 1:25 000

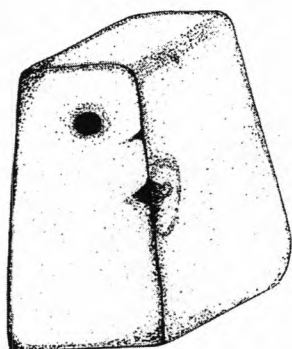




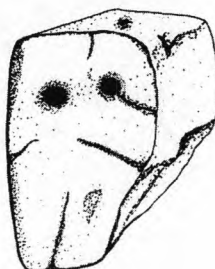






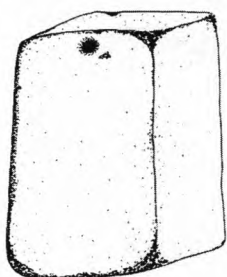


1

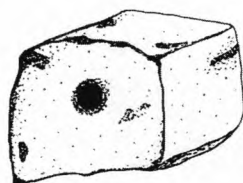


2

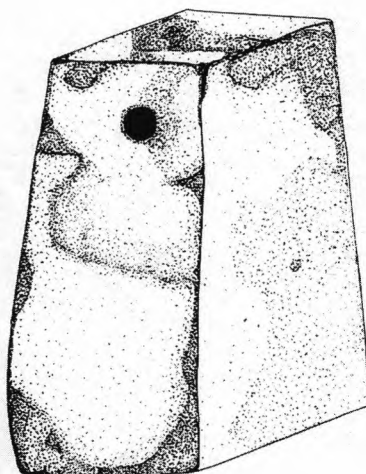
0 1 2 3 4 5 cm



3



4



5

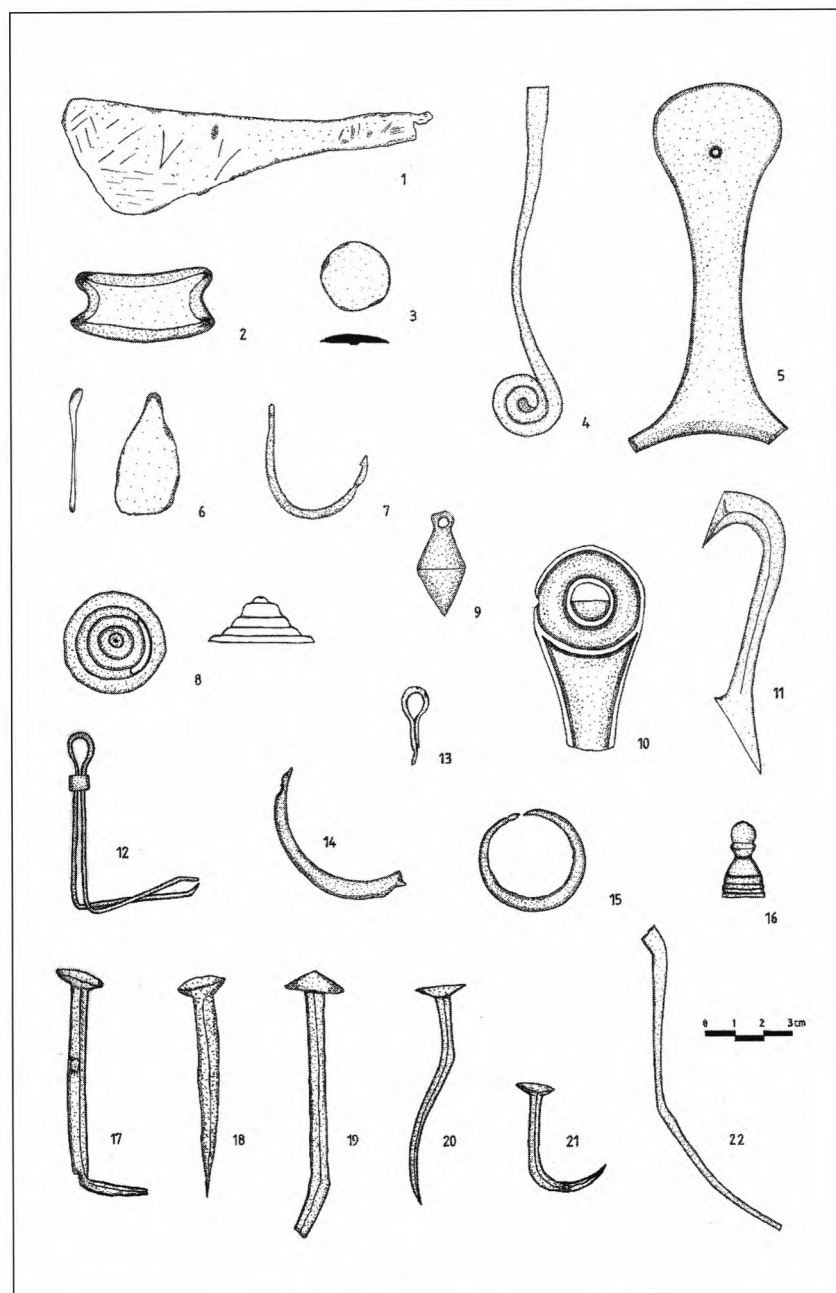




Foto 1 - Cerâmica de construção



Foto 2 - *Later* com inscrição

JOÃO CARLOS FARIA

Conservador do Museu Municipal de Alcácer do Sal

ALGUMAS NOTAS ACERCA DO PROVÁVEL *FORUM* DE *SALACIA*
IMPERATORIA (ALCÁ CER DO SAL)

“Conimbriga” XXXVII (1998), p. 185-199

RESUMO: O autor publica os resultados da 1ª campanha de escavações (1982), levada a efeito de frente da Igreja de Santa Maria ou da Matriz - Castelo de Alcácer do Sal, onde se localiza muito provavelmente o *forum* da época romana.

Das estruturas encontradas deste período destaca-se a descoberta de uma *cella* em ábside com respectiva entrada que levanta ainda alguns problemas de interpretação.

Dos materiais arqueológicos exumados refira-se o achado de uma mão de estátua e um fragmento de estátua togada, ambos em mármore, bem como diverso material cerâmico, cuja cronologia se situa na sua maioria no séc. I d.c..

A continuação no local de trabalhos arqueológicos de campo contribuirá, certamente, para desvendar algumas dúvidas que ainda subsistem e que no presente trabalho são referidas.

Para já e no estado actual da situação aqui se dá notícia da descoberta das primeiras construções romanas, de carácter público, na *Salacia Imperatoria* (Alcácer do Sal).

ABSTRACT: The autor publishes the results of the first campaign (1982) of excavations within the castle walls of Alcácer do Sal. The site is in front of the Mother Church of Santa Maria.

The discovery of an absidal *cella* amongst the architectural remains is noteworthy, as it represents the first know public building of Roman *Imperatoria*. The interpretation of its entrance is still problematic.

A mongst the finds we would like to draw the reader 's attentionh to a hand of a statue and a fragment of a *togatus*, both in marble. The various types of ceramics encountered can mostly be dated to the first century a. C.

Further excavation will, no doubt, contribute to the clarification of some of the remaining question marks.

Conimbriga, 37 (1998), 185-199

(Página deixada propositadamente em branco)

ALGUMAS NOTAS ACERCADO PROVÁVEL *FORUM* DE *SALACIA IMPERATORIA* (ALCÁCER DO SAL)

O presente trabalho insere-se na actividade arqueológica que neste momento se desenvolve na área do antigo Convento de Nossa Senhora de Aracoelli (séc. XVI), localizado no castelo de Alcácer do Sal, na sequência de uma decisão da Secretaria de Estado do Comércio e Turismo para adaptar este edifício religioso a pousada, a qual se enquadra num amplo projecto do respectivo Ministério, de reconversão de edifícios históricos em pousadas de turismo.

Para que se tomasse possível levar a bom termo todas as tarefas relacionadas com a intervenção arqueológica desencadeada foi necessário o empenhamento de todas as entidades envolvidas no processo. Na verdade, a amplitude deste empreendimento, que teve os seus inícios em Novembro de 1993, justificou a participação activa, tanto dos serviços centrais do Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, como da Direcção Regional de Évora do mesmo organismo, Câmara Municipal de Alcácer do Sal e da Enatur - Empresa Nacional de Turismo, a qual se traduziu nomeadamente na atribuição de mais meios humanos e materiais necessários.

A circunstância das escavações arqueológicas em curso no Convento de Nossa Senhora de Aracoelli assumirem o carácter de uma intervenção de emergência e se processarem em articulação com o andamento dos trabalhos de construção civil neste momento ainda em curso e em progressão acelerada, levou a que privilegiássemos, para objecto de estudo do trabalho que ora apresentamos, toda a área situada imediatamente a poente da Igreja de Santa Maria do Castelo ou da Matriz, onde se localiza muito provavelmente o da época romana.

Da responsabilidade do arqueólogo A. M. Cavaleiro Paixão, que muito amavelmente nos cedeu o estudo quer das estruturas encontradas quer dos materiais arqueológicos do período romano

exumados durante a primeira campanha de escavações (1982), esta área conheceu até ao presente momento três campanhas de escavações arqueológicas (1982, 1992 e 1993).

Esta zona, sensivelmente plana, com um ligeiro declive de norte para sul, compreendida entre as cotas de 55 a 60 metros, foi dividida em quadrados de 4 metros de lado orientados norte - sul / este - oeste (Nmg).

Durante a escavação obteve-se a seguinte estratigrafia geral (de cima para baixo):

Camada 1 - Espessura 0,20 -0,30 metros. Terra humosa, cinzenta, de revolvimento, com materiais das épocas romana, medieval e moderna. Na base desta camada, formam-se bolsas de areia argilosa solta, cinzento - amarelada, com materiais das épocas citadas. Estas bolsas alcançam nalguns casos os níveis romanos e atravessam-nos por vezes. O enchimento destas bolsas assume o aspecto de entulhos.

Camada 2 - Espessura de 0,40 - 0,50 metros. Areia argilosa, cinzento - amarelada, compacta, com pedras e fragmentos de cerâmica de construção. Com espólio de características muçulmanas, é nesta camada que surgem algumas construções em pedra solta e tijolos dispostos em viés, nitidamente do período mencionado. Nalguns casos podem observar-se alguns silos rodeados de pedra rompendo nitidamente, por vezes, com níveis romanos, destruindo-os. Numa destas construções foi utilizado um fragmento de mármore esculpido com pregueado de veste, de estátua romana.

Camada 3 - Espessura de 0,50 - 0,70 metros. Areia argilosa castanho - amarelada, compacta, com abundante material resultante de construções: placas de mármore, *imbrices*, *tegulae*. Com espólio exclusivamente da época romana, na sua maioria datável do séc. I d.C., apresenta também algum material mais tardio nomeadamente ânforas das formas Lusitana 4 / Almagro 51c e terra sigillata clara D.

Relativamente às estruturas encontradas do período romano, as quais mais nos interessam particularmente, foram colocados a descoberto vários muros que, em nossa opinião, pertencem certamente a um edifício de carácter público, o primeiro a ser identificado na *Salacia Imperatoria*.

Dado o local onde se encontra, estamos em crer que este edifício não estará isolado mas fará, muito provavelmente, parte integrante do *forum* da época romana.

De facto, estamos em presença de uma construção com *cella* de planta rectangular com uma grande entrada num dos topos menores e

cabeceira em ábside. A entrada possui a largura de 2,70 metros. Tem largura de 7,75 metros e comprimento, sem ábside, 11,90 metros. As paredes têm uma largura de 0,75 metros e 0,80 metros na base. São formadas por pedra xistosa provavelmente da Serra da Maceira - Barrosinha, brecha da Serra da Arrábida - Setúbal e na sua maior parte por calcário miocénico da região de Alcácer do Sal, fortemente ligados por argamassa de cal. Não detectámos, até ao momento, qualquer utilização de *lateres* na construção destas paredes.

Interiormente, revestia as paredes uma espessa camada de *opus signinum* - 0,10 metros de espessura, como se denota nalguns locais, o qual, por sua vez, era revestido por finas placas de mármore branco-acizentado de S. Brissos/Trigaches, com 3 m/m de espessura. Um pequeno fragmento, entretanto destruído, constitui prova evidente desta situação.

O pavimento desta construção é formado por lajes de mármore igual ao do revestimento das paredes e de espessura idêntica, embora as suas dimensões variem consoante a disposição no terreno.

Assim, no centro da *celia* exclusivamente e no alinhamento da entrada relativamente à ábside, encontram-se dispostos aos pares e têm uma largura de 0,90 metros por 1,30 metros de comprimento.

As outras lajes, as laterais, não possuem medidas uniformes, variando o comprimento entre 0,75 metros, 0,78 metros ou mesmo 1,03 metros e a largura 0,43 metros, 0,48 metros 0,53 metros ou 0,90 metros.

Nos sítios do pavimento onde não existem lajes é possível observarem-se os «negativos» destas, bem visíveis na argamassa de ligação. Por outro lado, é bem nítida a forma como as lajes foram colocadas, obedecendo a um padrão de assentamento ainda hoje utilizado na construção civil, ou seja, colocando «mestras» de nivelamento para posterior assentamento das lajes. As «mestras» utilizadas correspondem, na sua maioria, a fragmentos de mármore branco-acizentado e de *lateres*, mas também podemos observar pedaços de mármore róseo e um fragmento de epígrafe com inscrição (...) ONIA (...).

Ainda no pavimento, e precisamente no local onde a ábside tem o seu arranque, nota-se a presença de uma argamassa diferente da usada no assentamento das lajes de mármore, ligeiramente elevada em relação a estas, com configuração quase quadrangular, o que nos leva a supor que esta constitui o elemento de assentamento de uma possível coluna.

Do lado sul da sala em ábside, foi descoberta uma grande muralha romana de sustentação das terras e consequentemente dos edifícios que se situavam a norte da mesma. Tem de largura 1,70 metros e de comprimento, até ao momento, 3,40 metros.

Trata-se de uma estrutura construída em alvenaria, onde é nítida a utilização de cofragens, utilizando taipais de madeira no seu lado interno. Externamente apresenta-se totalmente construída em *opus incertum*, pelo menos até à profundidade de 3,50 metros conforme resultados obtidos numa sondagem aberta no lado sul da muralha. A pedra mais utilizada na construção da muralha foi o calcário da região mas há também conglomerados da Serra da Arrábida e alguns fragmentos de *lateres* a fazer parte da sua estrutura, os quais se encontram solidamente unidos por forte argamassa de cal.

Entre a muralha e a *cella* em ábside, existe um espaço, compartimento talvez, com largura de 5,10 metros e comprimento igual ao da sala em ábside, ou seja, 11,90 metros. No interior desta área, apenas podemos referenciar o achado de níveis muçulmanos. Não encontramos aqui qualquer indício de entrada, pórtico colunado ou mesmo pavimento que nos pudesse elucidar acerca da sua função e possível interligação com a *cella* em ábside.

No topo nascente deste compartimento, a parede apresenta a largura de 1,45 metros, em contraste com a parede virada a poente, que apenas tem a largura de 0,75 metros e 0,85 metros na base. Esta situação advém do facto de, nesse topo nascente, a parede possuir uma conduta interna, provavelmente para escoamento de águas da *cella* em ábside.

A nascente desta parede, a uma distância de 3,40 metros, encontra-se uma outra com a largura de 0,75 metros, tecnologicamente idêntica às outras anteriormente descritas e com um comprimento aproximado de 1,50 metros, até ao presente momento.

CATÁLOGO :

1 - Mão de estátua de mármore branco - amarelado, de trabalho escultóricamente um pouco grosseiro. Trata-se da mão esquerda de uma estátua que, a julgar pelas suas dimensões rondaria os 2 m / 2,5 m de altura. E a mão esquerda de uma estátua, provavelmente masculina - magistrado ? Possui parte dos dedos mindinho e anelar, este com clara representação de um anel e arranque dos dedos médio, indicador e polegar. Apresenta, no pulso, um orifício interno para encaixe no antebraço.

2 - Fragmento de terra sigillata itálica, decorada com motivos fitomórficos. «Verniz» alaranjado fino e homogéneo. Pasta rosa - clara, fina e dura.

- Espessura : 5 m/m

3 - Idem.

- Espessura : 6 m/m

4 - Fragmento de fundo, em terra sigillata itálica . «Verniz» alaranjado, fino e homogéneo. Pasta ocre, muito fina e dura. L. CRIS em *planta pedis* à direita. Letras de muito pouco relevo (4,5 x 18 m/m). L. CRISPIVS, de Arezzo, deve ter iniciado a sua produção por volta do início da nossa Era e trabalhado até 15 - 20 d.C. É a primeira vez que aparece em Alcácer do Sal, embora já tivesse aparecido nas Represas - Beja.

- Espessura : 11 m/m

5 - Fragmento de fundo, em terra sigillata itálica. «Verniz» laranja - avermelhado, fino e homogéneo, de brilho acetinado. Pasta rosa - clara, fina e dura. ANTER / P. CORN bilínea, em carteia rectangular (7x11 m/m). É pouco visível mas perceptível. ANTEROS, de Arezzo, oleiro de P. CORNELIUS, já havia sido detectado em Miróbriga. É a primeira vez que se atesta a sua presença em Alcácer do Sal.

- Espessura : 8 m/m

6 - Fragmento de fundo, em terra sigillata itálica. «Verniz» alaranjado, fino e homogéneo. Pasta rosa escura muito fina e dura.

XANTHI em *planta pedis* à direita, retrógrada. Letras de bom relevo (3 x 12 m/m).

XANTHUS é um dos oleiros de C N. ATEIUS, Augusto - Tibério, que trabalhou numa oficina provincial. Já havia sido encontrado em vários locais de Portugal, entre os quais Alcácer do Sal.

- Espessura : 7 m/m

7 - Fragmento de bordo de taça em terra sigillata itálica de paredes oblíquas, rectilínea. «Verniz» de cor laranja acastanhado, nada homogéneo, pouco brilhante. Pasta de tom beije - alaranjado, fina e dura.

- Diâmetro : 12 cm
- Espessura : 3,5 m/m

8 - Fragmento de taça em terra sigillata itálica, troncoconica, de bordo vertical, côncava, finamente decorada junto ao bordo. «Verniz» de cor acastanhada, homogéneo, brilhante. Pasta de tom rosa - alaranjado, fina e dura. Forma Goudineau 27.

- Diâmetro : 9 cm
- Espessura 3m/m

9 - Fragmento de taça em terra sigillata itálica, troncoconica, com orla vertical, forma Goudineau 40. «Vemiz» de tom laranja - acastanhado, homogéneo, pouco brilhante. Pasta de tom rosa - alaranjado, fina e dura.

- Diâmetro : 5,7 cm
- Espessura : 3 m/m

10 - Fragmento de taça em terra sigillata itálica, troncoconica. Forma Goudineau 40. «Vemiz » de tom laranja - acastanhado, homogéneo, pouco brilhante. Pasta de tom rosa - alaranjado, fina e dura.

- Diâmetro : 7,5 cm
- Espessura : 2 m/m

11 - Fragmento de bordo de prato com paredes convexas, em terra sigillata itálica, forma Goudineau 8. Pasta de tom amarelo muito claro, muito porosa, fina e pouco dura. «Vemiz» de tom castanho - alaranjado, bastante baço.

- Diâmetro : 26,6 cm
- Espessura : 4 m/m

12 - Fragmento de prato em terra sigillata itálica, forma Goudineau 17. Vemiz de tom laranja - acastanhado, homogéneo, muito brilhante. Pasta de tom rosa - avermelhado, fina e dura.

- Diâmetro : 16,7 cm
- Espessura : 4 m/m

13 - Fragmento de bordo de prato de paredes côncavas, em terra sigillata itálica, forma Goudineau 36a. Pasta de tom rosa acastanhado, fina e muito dura. «Vemiz» de brilho homogéneo e de tom vermelho - acastanhado.

- Diâmetro : 24,4 cm
- Espessura : 4 m/m

14 - Fragmento de fundo de taça em terra sigillata itálica. «Vemiz» de cor laranja - acastanhado, nada homogéneo e muito pouco brilhante. Pasta de tom bege - alaranjado, fina e dura. Forma Dragendorff 33; Ritterling 10.

15 - Fragmento de terra sigillata sudgálica, decorada com motivos fitomórficos. «Vemiz» de cor vermelho acastanhado. Pasta rosa avermelhada com algumas calcites, muito dura.

- Espessura : 7 m/m

16 - Fragmento de fundo de prato em terra sigillata clara D, forma Hayes 58 (Lamboglia 52 A). Apresenta duas caneluras na parte interior do fundo.

17 - Bordo de ânfora tipo Lusitana 2 (Dressel 14 / Beltrán IV), de secção triangular e face superior convexa. Pasta dura, compacta, de aspecto folheado, quartzítica e com pequenas micas (pasta do Sado). Cor bege ou laranja - avermelhado. Superfícies exteriores rugosas, alisadas a trapo ou pincel.

- Diâmetro : 16 cm

18 - Fragmento de bordo de ânfora Lusitana 2 (Dressel 14 / Beltrán IV). Bordo perolado. Pasta alaranjada, com pequenas areias, micas e quartzos, de aspecto folheado com fendas. Superfícies alaranjadas mais claras do que a pasta. Fabrico do Sado.

- Diâmetro da boca ; 16,4 cm

19 - Fragmento de bordo de ânfora Lusitana 2 (Dressel 14 / Beltrán IV). Pasta alaranjada, pequenas areias, de aspecto folheado, com pequenas fendas. Superfícies alaranjadas mais claras do que a pasta. Fabrico do Sado.

- Diâmetro da boca : 13,5 cm

20 - Fragmento de bico fundeiro de ânfora tipo Lusitana 2 (Dressel 14 / Beltrán IV). Bico oco, cónico, terminando em forma de glande pouco pronunciada. Pasta micácea com muitas inclusões ocre. A superfície é engobada, de tonalidade ocre - rosada fina, não escondendo a textura granulosa da pasta. Fabrico do Sado.

- Diâmetro da glande : 3,8 m/m

21 - Fragmento de bordo de ânfora de forma Dressel 7-11. Pasta de cor castanha, porosa, com grãos de areia atingindo por vezes os 0,5 m/m.

22 - Fragmento de bico fundeiro de ânfora tipo Lusitana 4 (Almagro 51c). Bico cilíndrico, oco, de base plana. Pasta alaranjada com areias de grão fino a grosso, com bastante mica e quartzo. Superfície externa de cor bege. Fabrico do Sado.

- Diâmetro da glande : 40 m/m

23 - Fragmento de bico fundeiro de ânfora tipo Lusitana 4 (Almagro 51c). Bico cilíndrico, oco com base em ônfalo. Pasta alaranjada com areias de grão fino a grosso (quartzo, mica). Superfície externa de cor bege. Fabrico do Sado.

- Diâmetro da glande : 40 m/m

24 - Fragmento de bico fundeiro de ânfora tipo Lusitana 4 (Almagro 51c). Bico cilíndrico, oco, de formato troncoconico. Pasta alaranjada com areias de grão fino a grosso, com bastantes micas e quartzos. Superfície externa de cor bege. Fabrico do Sado.

- Diâmetro da glande : 41 m/m

25 - Tigela. Paredes esvasadas e bordo simples boleado. Pasta de textura folheada, branda, com pequenas areias, micácea. Fabrico do Sado.

- Diâmetro : 17 cm
- Espessura : 5 m/m

26 - Tijela. Parede arqueada, bordo simples. Pasta mal cozida, de textura folheada, com pequenas areias, e de cor castanha clara. Superfícies externas de cor bege. Fabrico do Sado.

- Diâmetro : 12,5 cm

27 - Panela. Bojo ovoide largo e baixo, bordo em aba. Pasta ocre, branda, de aspecto terroso. Superfície externa de cor castanha clara, pouco alisada. Fabrico do Sado.

- Diâmetro : 18,5 cm
- Espessura : 6 m/m

28 - Panela. Bojo ovoide largo e baixo, bordo em aba. Pasta ocre, branda, de aspecto terroso. Superfície externa de cor bege - acastanhada, muito alisada. Fabrico do Sado.

- Diâmetro : 29 cm
- Espessura : 7 m/m

29 - Fragmento de bordo de almofariz, de secção em «T». Pasta rósea com algumas micas e muito porosa. Superfície exterior de cor bege. Fabrico da Bética.

- Diâmetro : 24,4 cm
- Espessura : 10 m/m

30 - Peso de tear vertical. Forma de paralelepípedo, de secção rectangular. Furo central cilíndrico, no topo. Pasta do Sado, semelhante à das ânforas.

31 - Idem.

32 - Idem. Tem uma marca gravada antes da cozedura, na face superior.

33 - Idem.

34 - Idem. Possui uma marca gravada « S » de Salacia ? ainda que pouco perceptível na face superior feita antes da cozedura.

35 - Fragmento de lintel moldurado em mármore

- Espessura : 7,4 cm
- Comprimento : 12,6 cm
- Altura : 7,9 cm

36 - Idem.

- Espessura : 7,4 cm
- Comprimento : 16,2 cm
- Altura : 6,4 cm

37 - Idem.

- Espessura : 6,3 cm
- Comprimento : 18,2 cm
- Altura : 9,6 cm

38 - Idem.

- Espessura : 7,3 cm
- Comprimento : 19,9 cm
- Altura : 9,4 cm

39 - Fragmento de placa em mármore formando um canto. Na face principal foi gravado um pequeno sulco. Fazia parte certamente de uma epígrafe, embora não apresente vestígios de qualquer letra. Num dos lados possui decoração em baixo relevo de pequenas pétalas que dispostas em sequência se assemelham a um cordão.

- Espessura 3,7 cm

Estas escavações arqueológicas realizadas defronte da Igreja de Sta. Maria do Castelo onde, muito provavelmente, se localiza o *forum* da época romana, revestem-se, sem dúvida, de extrema importância, na medida em que se trata da primeira vez que estamos perante uma construção de carácter público. Como se sabe, as fontes disponíveis eram unânimes em considerar que «... não se conhecem (em *Salacia*) vestígios de monumentos públicos ou de vivendas, embora haja notícia de achados de colunas, de elementos arquitectónicos de mármore e até de mosaicos».

Contudo, a *celia* em ábside encontrada levanta ainda alguns problemas de interpretação, não só pela planta que possui, pela inexistência nas suas paredes de qualquer base de coluna ou arranque desta, como também pela quase total inexistência de níveis arqueológicos selados no seu interior.

Como vimos, esta zona do *forum* foi sujeita a forte presença humana em épocas posteriores, que danificaram significativamente os níveis arqueológicos mais antigos, nomeadamente os da época romana. Não esqueçamos que um pedaço de estátua togada em mármore se encontra nos alicerces de uma casa da época muçulmana aqui construída.

Assim, a simples análise da planta desta *cella* tanto nos poderá indicar um templo, basílica, cúria, ou simplesmente uma *cella* anexa a uma destas construções.

Na verdade, existem, no mundo romano, exemplos de *cellae* em ábside idênticas à que encontramos, nomeadamente no *forum* de *Thuburbo Maius* na Tunísia, em Pompeia num conjunto de três *cellae* situadas a sul do *forum*, em *Belalis Maior* - Tunísia, como *cella* do *forum*, em Roma como *cella* anexa da Cúria, em Glanum ou Iuvanum como *cella* da basílica, só para citar alguns.

Seja de uma forma ou de outra, enquanto os trabalhos arqueológicos nesta área não recomeçarem, subsistirão sempre estas e outras dúvidas pelo que, no estado actual da situação, preferimos designar apenas esta construção como a *cella* em ábside do *forum* romano de Salacia.

Na realidade, é bastante plausível que esta se integre no *forum* da cidade, hipótese corroborada não só pelo que atrás referimos mas também pelo espólio arqueológico encontrado neste local.

De notar igualmente que nos cunhais das capelas laterais da Igreja de Santa Maria do Castelo existem alguns pedaços de fustes de colunas em mármore, certamente romanos, encontrados na abertura dos alicerces da Igreja e pertencentes talvez ao templo que se integraria certamente no *forum* da cidade de Salacia.

Dentre os materiais arqueológicos exumados durante a campanha de 1982 e agora estudados, saliente-se a mão de estátua em mármore (nº 1 do catálogo) e os fragmentos de lintéis (nº 35 - 39) também em mármore, os quais encontram paralelo exacto nos encontrados no *forum* de Conimbriga.

Cronologicamente, a maior parte do espólio arqueológico abarca um período que vai do século I aos inícios do século II d.C.

O único fragmento tardio é o prato de terra sigillata clara D (nº 16 do catálogo). A cerâmica comum encontrada foi feita, na sua maioria, nos fornos romanos das margens do Sado. Dois numismas encontrados durante as escavações, apresentando grande desgaste, e de leitura praticamente impossível, não nos ajudam na atribuição de uma cronologia.

Por esclarecer, fica ainda o fragmento de inscrição (...) ONIA (...), utilizado como «mestra» no assentamento do lajeado do interior da *cella* em ábside.

Inicialmente, pensámos tratar-se de uma *damnatio memoriae*. Assim, procedemos ao levantamento de todos os fragmentos «mestras» em mármore, do interior da citada *cella*, para saber se a parte voltada para a argamassa continha alguma inscrição.

Cedo constatámos que todos eles apresentavam espessuras diferentes pelo que, como é evidente, não faziam parte da inscrição encontrada.

Assim, somos levados a crer que, por ocasião da gravação da inscrição, o lapicida se terá enganado ou a pedra mármore fragmentado, levando-o assim a colocá-la de parte, tendo sido posteriormente usada na construção civil e no presente caso, como «mestra» de assentamento do pavimento.

Outro aspecto que suscita ainda grandes dúvidas e que so com o decorrer dos trabalhos se poderá esclarecer é saber qual a função da conduta que, adossada a um dos muros, ali pode ser observada.

Assim, poder-se-á pensar estamos em presença de um templo com espelho de água, hipótese que não é de todo de excluir na medida em que duas divindades romanas, intimamente relacionadas com a água, aqui foram veneradas, ou seja, Salacia, como deusa representando directamente a cidade e Neptuno como representante do rio Sado.

A análise das cotas no lajeado em mármore do interior da cella em ábside não nos dá grandes indicações, pois o desnível verificado não é significativo. O rebaixamento de algumas lajes tem mais a ver com a compactação de terras ao longo dos anos e às sucessivas construções posteriores à época romana verificadas no local do que com uma ideia orientada que levasse à criação do espelho de água propriamente dito.

Seja como for, só a continuação dos trabalhos arqueológicos nesta área poderá desvendar todas estas dúvidas, que ainda actualmente subsistem.

BIBLIOGRAFIA:

- ALARCÃO, Jorge de (1974), *Cerâmica comum local e regional de Conímbriga*, Coimbra.
- ALARCÃO, Jorge de (1983), *Portugal Romano*, Editorial Verbo, Lisboa.
- ALARCÃO, Jorge de (1988), *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa.
- ALARCÃO, Jorge de (1988), *Roman Portugal*, vol. II fase. 2 England, Warminster Aris - Phillips.
- ALARCÃO, Jorge; ETIENNE, Robert (1977), *L'architecture*, «Fouilles de Conímbriga», Paris.
- AGUAROD OTAL, Carmen (1991), *Ceramica romana importada de cocina en la Tarraconense*, Saragoça.
- BALTY, Jean Ch. (1991), *Curia Ordinis*, Bruxelas.
- BOURGEOIS, A.; MAYET, F. (1991), *Les Sigilleés - Fouilles de Belo*, Madrid.
- BUREN, A. W. Van (1918), *Studies in archaeology of the forum at Pompeii*, «Men. Amer. Acad. Rome» II Roma.
- DIOGO, Antonio M. Dias (1980), *Marcas de Terra Sigillata Sudgálica em Portugal*, G. E. C. A., Lisboa

- DIOGO, Antonio M. Dias (1980), Marcas de Terra Sigillata Itálica em Portugal G. E. C. A. Lisboa.
- DIOGO, Antonio M. Dias (1987), Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano, «O Arqueólogo Português» s. IV vol. 5 Lisboa, p. 179-191.
- DIOGO, A.M.Dias; FARIA, João C. Lázaro; FERREIRA, Marisol A, (1987), Fomos de ânforas de Alcácer do Sal, «Conímbriga» XXVI Coimbra, p. 77-111.
- DIOGO, A. M. Dias; FARIA, João Carlos L. (1990), Elementos para a caracterização e periodização da economia do Baixo Sado, durante a época romana, «Arqueologia Hoje» vol. I Etno - Arqueologia, Faro, p.92 - 107.
- ETTLINGER, Elisabeth, et alii (1990), Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae, Bona.
- FARIA, João C. Lázaro; FERREIRA, Marisol A.; DIOGO, A. M. Dias (1987), Marcas de Terra Sigillata de Alcácer do Sal, «Conímbriga» XXVI Coimbra p.61 - 76.
- FRADE, Helena (1990), Novos elementos sobre o templo de Almofala, «Conímbriga» XXIX, Coimbra, p. 91 - 101.
- GARCIA Y BELLIDO, Antonio (1955), Arte Romano, Madrid.
- GROS, P. (1984), La basilique de forum selon Vitruve: la norme et F experimentation, «Actes du Colloque Bauplanung und Bautheorie der Antique», Berlin.
- LANCIANE R. (1897), The mins and escavations of Ancient Rome, Londres.
- MAHJOUBI, A. (1978), Recherches d'histoire et d'archeologie à Henchir el Faouar (Tunisie). La cité des Belalitani Maiores, Tunis.
- MAYET, Françoise (1984), Les céramiques sigillées hispaniques - Contribution à l'histoire économique de la Péninsule Ibérique sous l'Empire Romain, 2 vols., Paris.
- MATOS, José Luis Martins de (1966), Subsídios para um catálogo da escultura luso - romana, Dissertação de Licenciatura em História, II parte, Faculdade de Letras de Lisboa (dactilografada).
- MERLIN, A. (1922), Le forum de Thuburbo Majus, «Notes et documents direct, ant. et arts Tunisie» VII Tunis - Paris.
- NOLEN, Jeannette U. Smit (1985), Cerâmica comum de necrópoles do Alto Alentejo, Lisboa.
- NOLEN, Jeannette U. Smit (1988), A villa romana do Alto do Cidreira (Cascais), «Conímbriga» XXVII, Coimbra, p.61 - 140.
- OXÉ, August; COMFORT, Howard (1968), Corpus Vasorum Aretinorum, Bona.
- PAIXÃO, António Cavaleiro; FARIA, João Carlos; CARVALHO, António Rafael (1994), O castelo de Alcácer do Sal. Um projecto de arqueologia urbana, «Bracara Augusta», voi. XLV, Braga, p.215 - 264.

- RIBEIRO, Fernando Nunes (1958), “Terra Sigillata” encontrada nas Represas - Beja, «Arquivo de Beja» vol. XV, Beja, p. 71 - 121.
- SILVA, Carlos Tavares da; SOARES, Joaquina; BEIRÃO, Caetano de Mello; DIAS, Luisa Ferrer; SOARES, Antonia Coelho (1980-81), Escavações arqueológicas no castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979), «Setúbal Arqueológica» vols. VI - VII A. D. S., Setúbal, p.149 - 218.
- SOUZA, Vasco de (1990), *Corpus Signorum Imperii Romani (Portugal)*, Coimbra.
- VÁRIOS, (1987), *Los foros romanos de las Provindas Ocddentales*, Madrid.



Foto 1 - Mão de Estátua



Foto 2 - Mão de Estátua. Outro lado



Foto 3 - Vista geral da *cella* em ábside

1 - Ábside; 2 - Lajeado em mármore do interior; 3 - Construções do período muçulmano.



Foto 4 - A *cella* em âbside vista de outro ângulo

- Entrada; 2 - Silos do período muçulmano; 3 - Construções do período muçulmano.



Foto 5 - Outro aspecto do provável *Forum de Salada*. À direita, a grande muralha é perfeitamente visível



Foto 6 - Base de assentamento de coluna no arranque da àbside

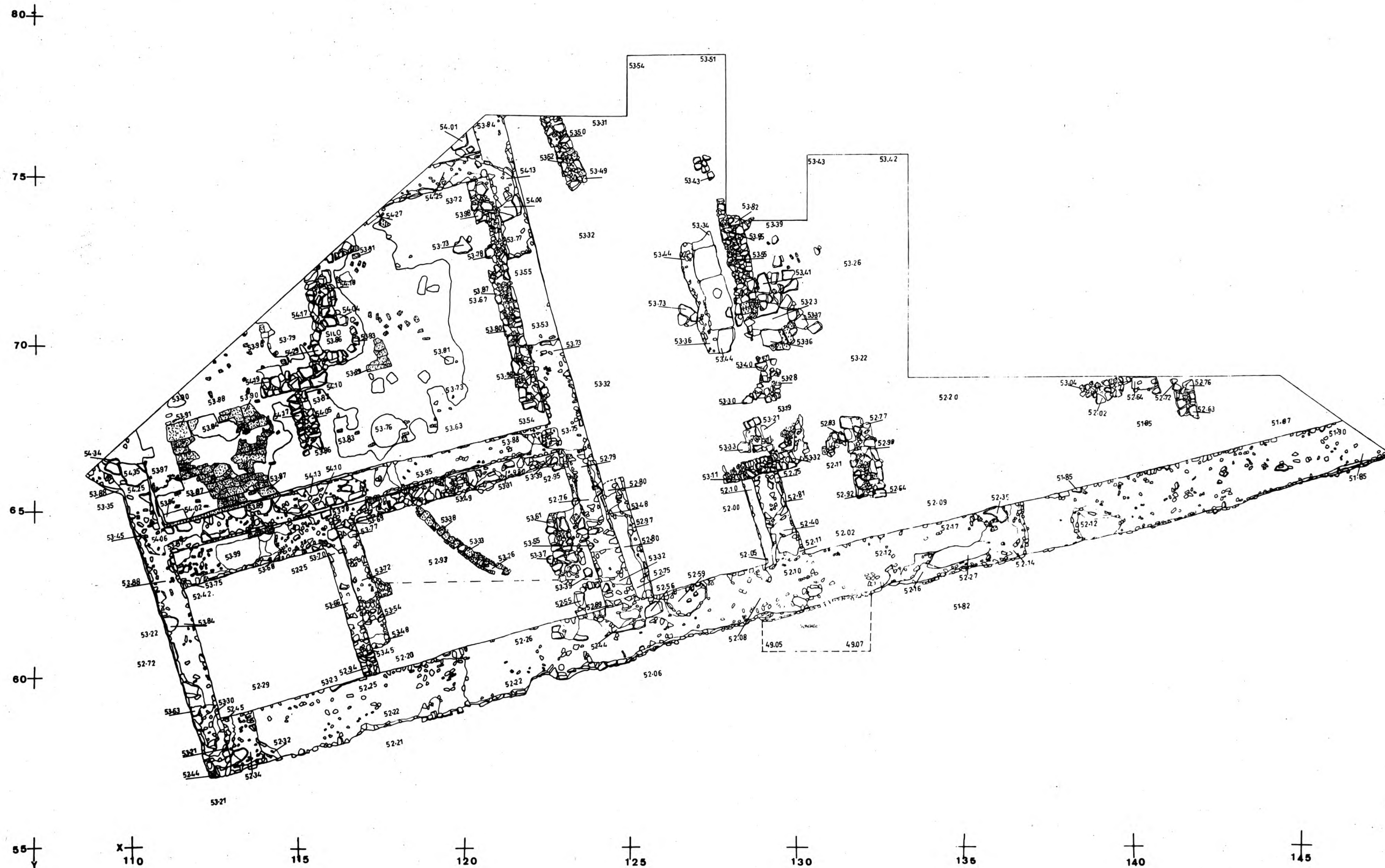


FOTO 7 - Laje em mármore do pavimento da *cella* em ábside



FOTO 8 - *Opus signinum* numa das paredes da *cella* em ábside

EST. II



LEGENDA:

☐ PEDRA

 CERAM. CONSTRUÇÃO

 OPUS SIGNINUM


MÁRMORE

(Página deixada propositadamente em branco)



(Página deixada propositadamente em branco)



FOTO 9 - Fragmento de epígrafe com inscrição (...) ONIA (...)



FOTO 10 - Conduta adossada a uma das paredes da *cella* em ábside



Foto 11 - Fragmento de estátua togada reutilizada nos alicerces da casa muçulmana

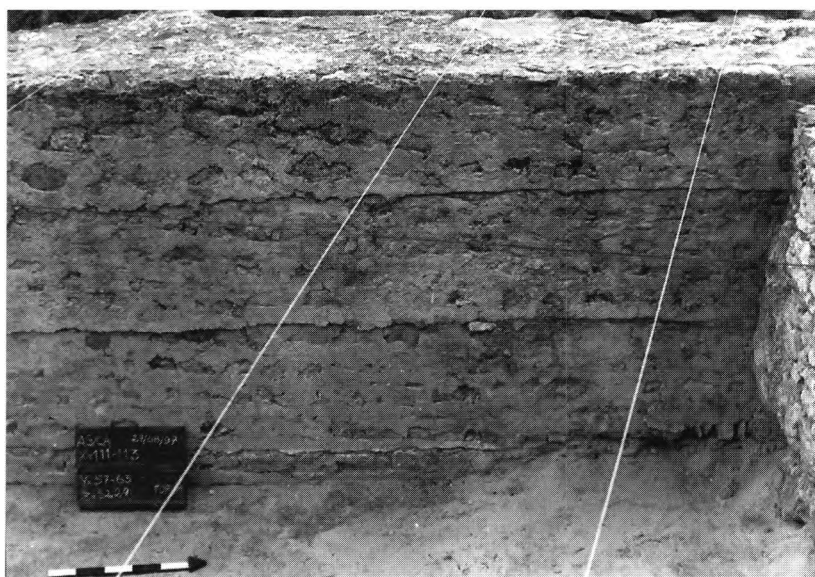
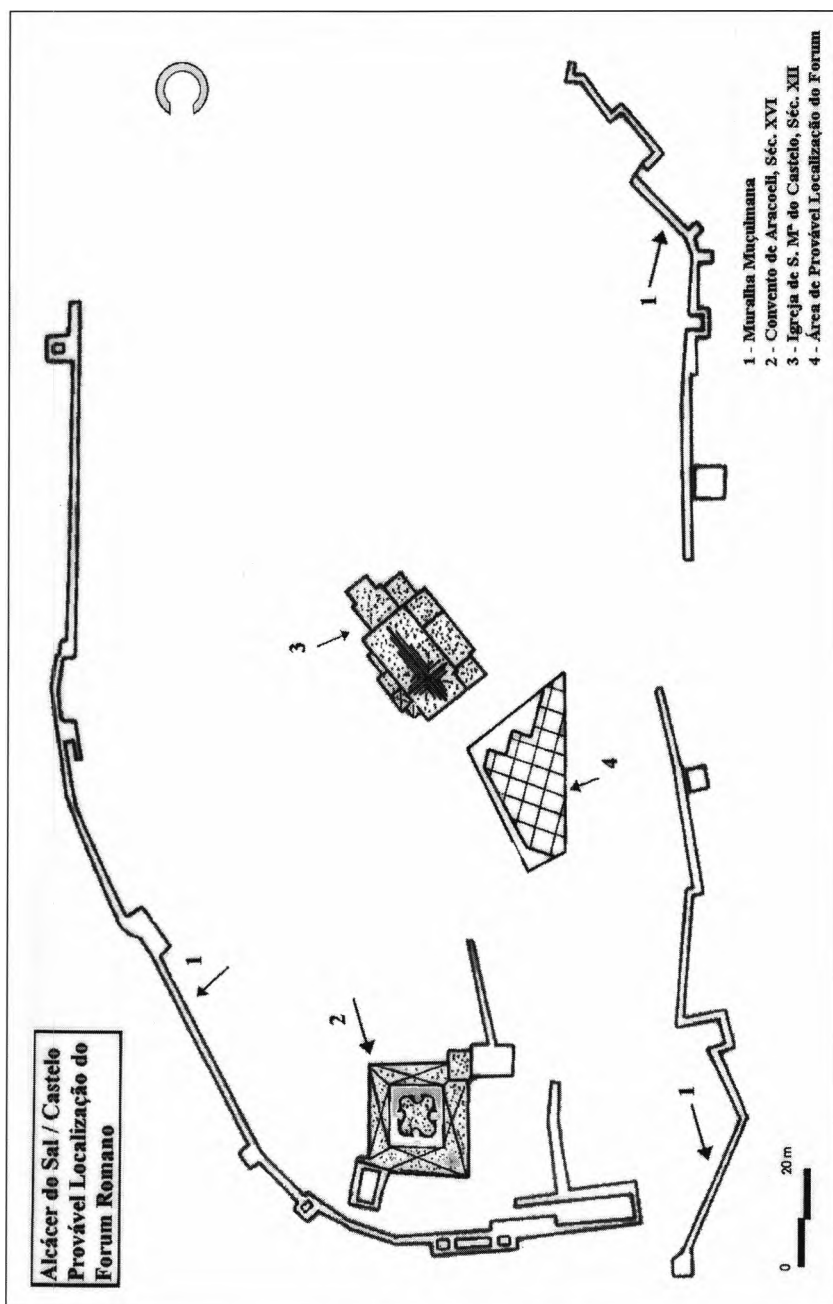
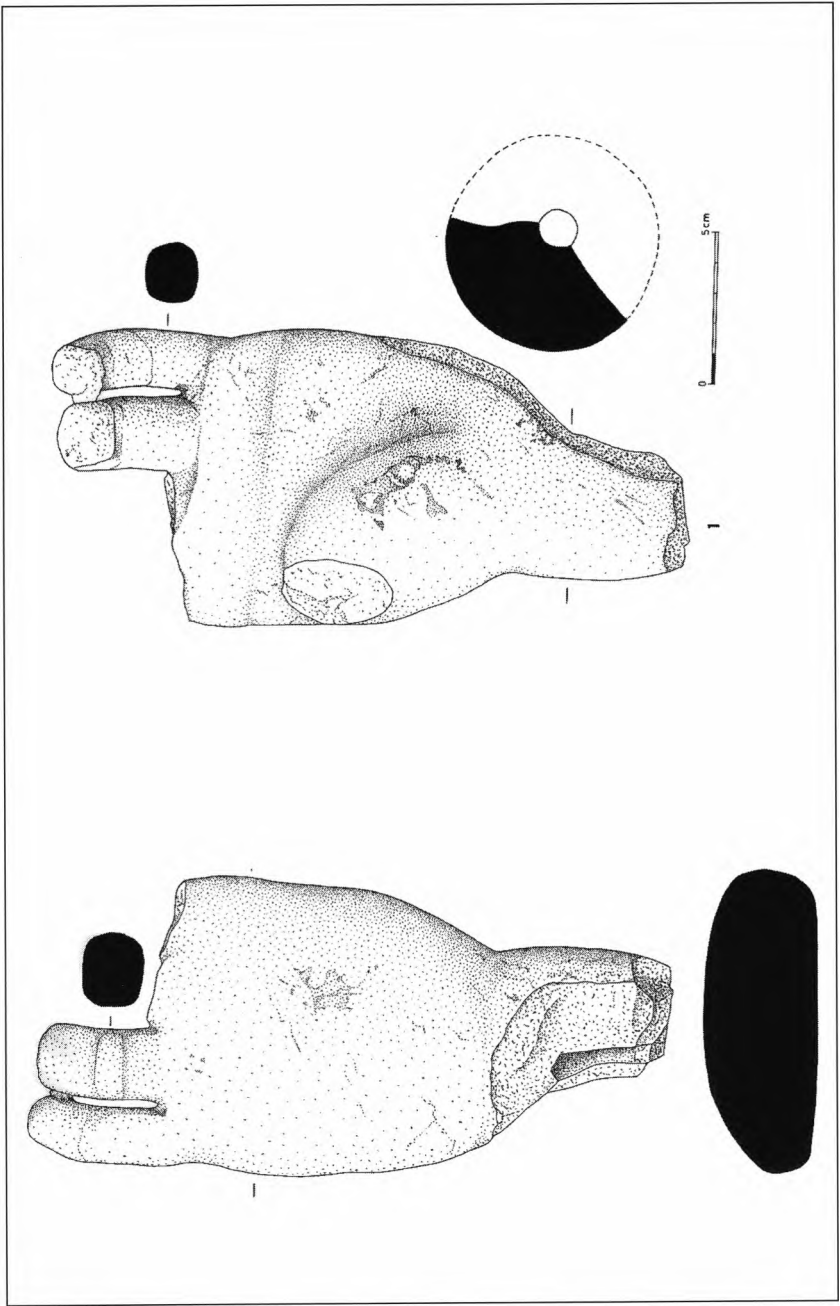


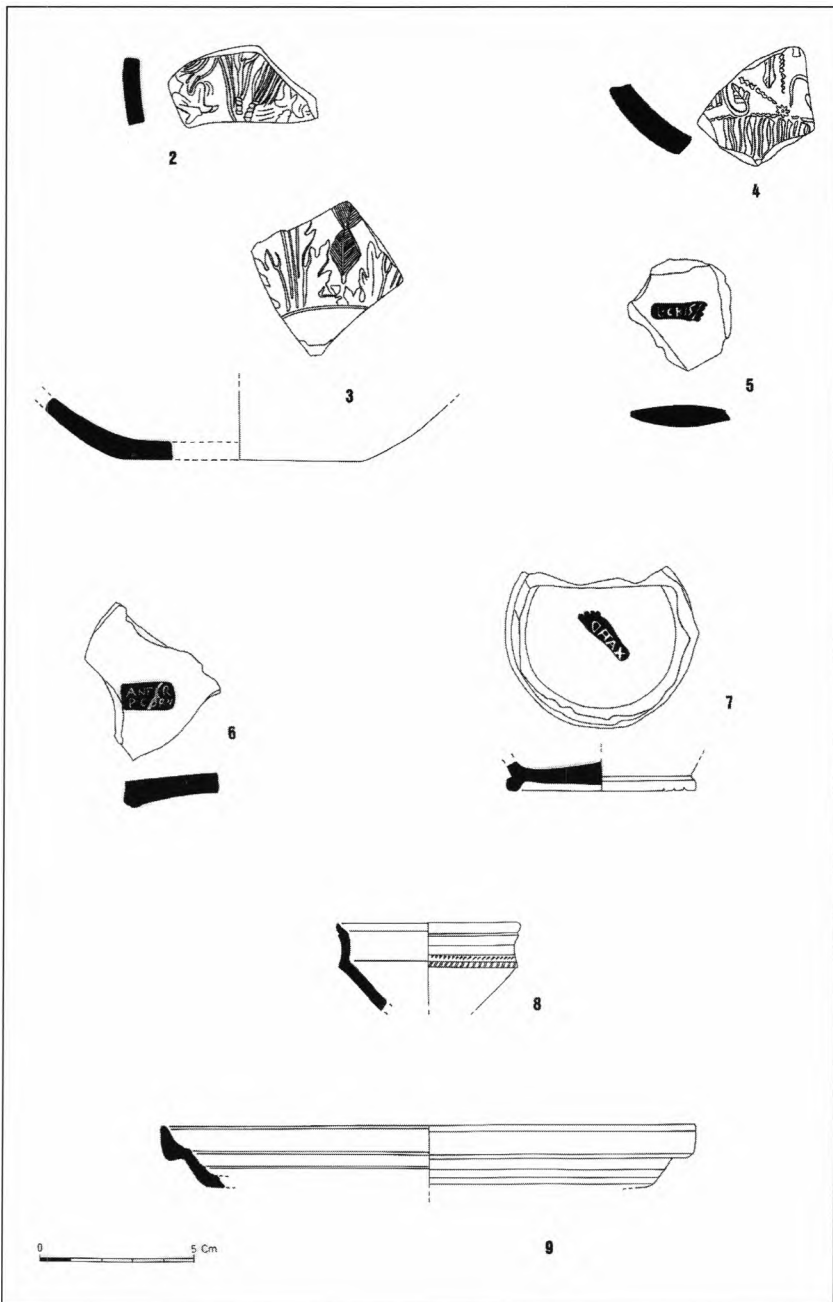
Foto 12 - Aspecto da utilização da técnica de cofragem numa das paredes do provável *Forum* de *Salacia*

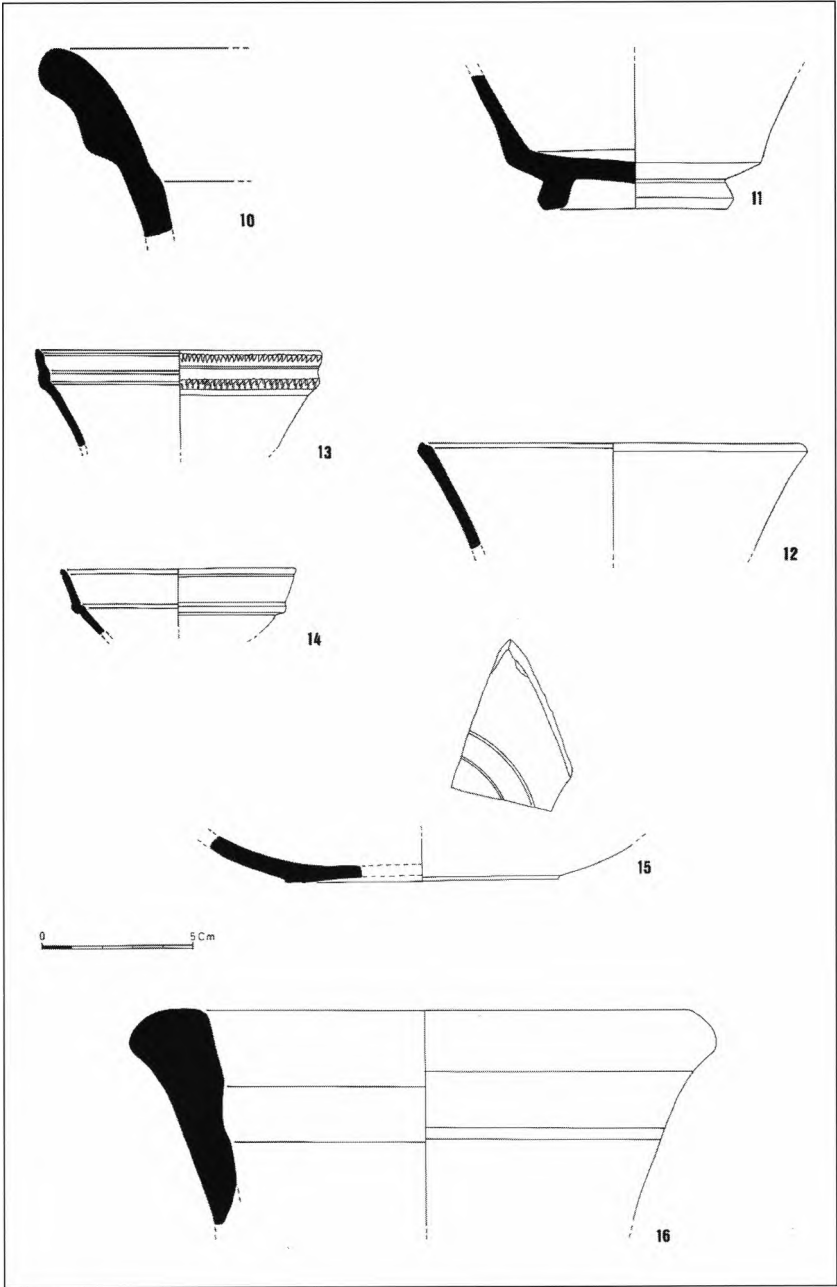


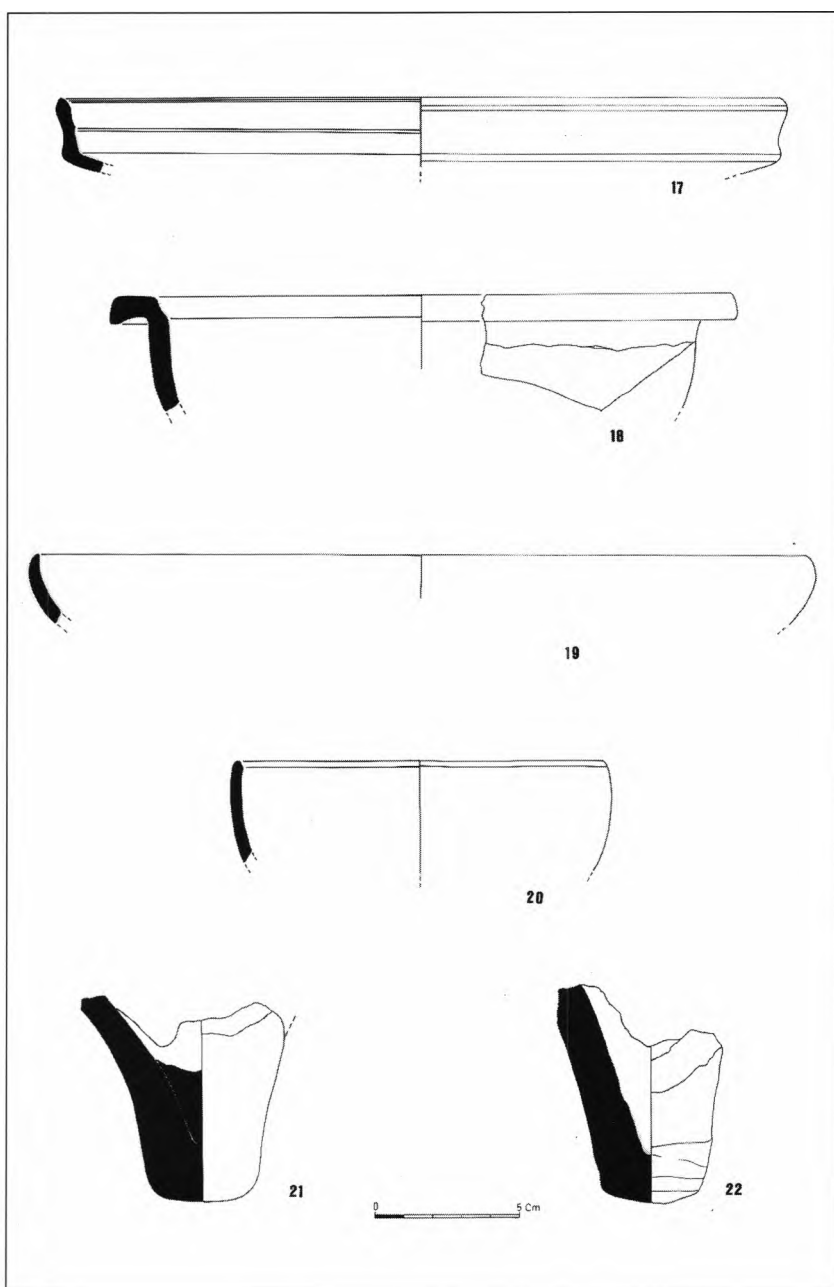
FOTO 13 - Fustes de colunas provavelmente romanas reutilizadas nos cunhais da Igreja Matriz - Alcácer do Sal

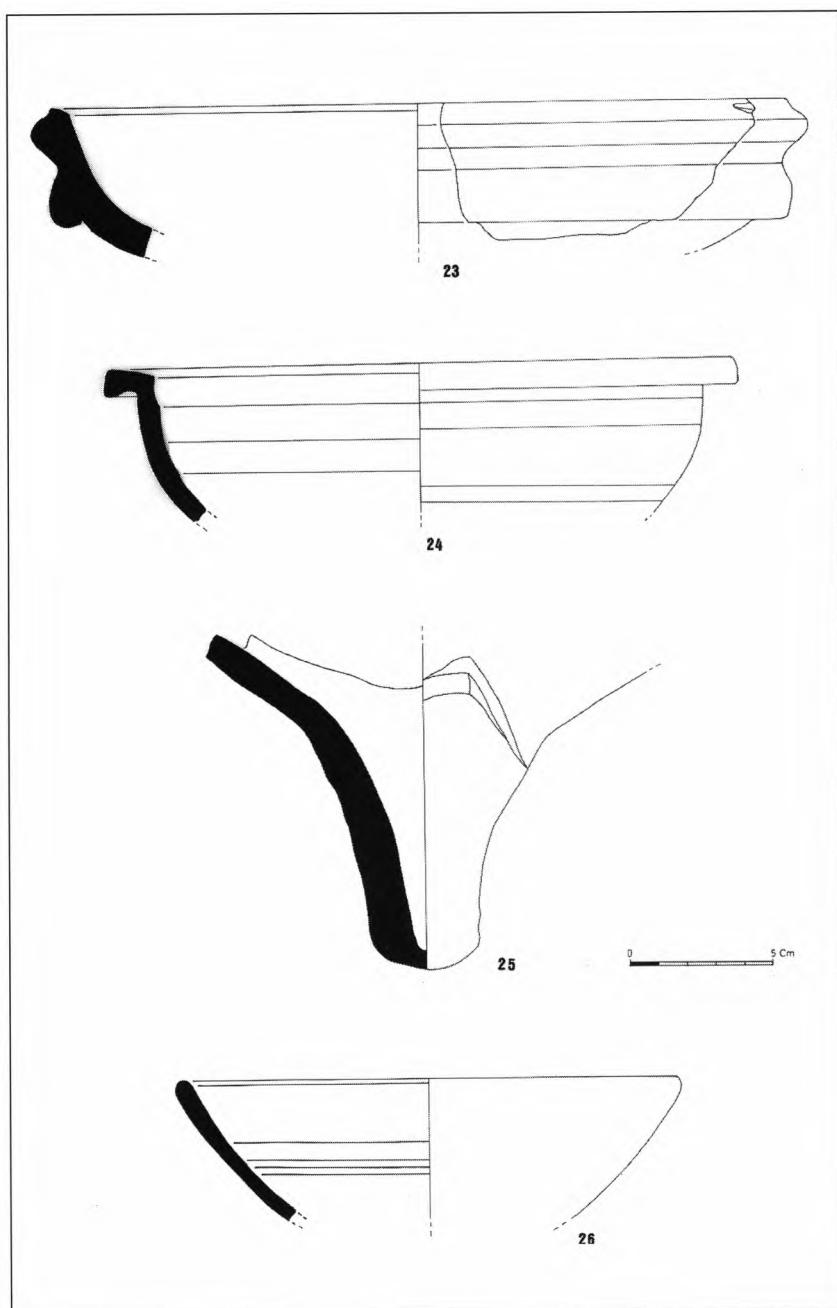


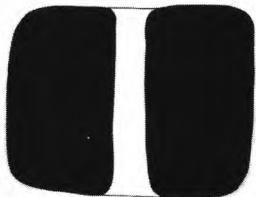
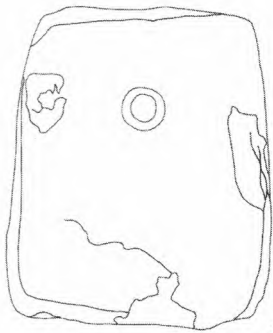
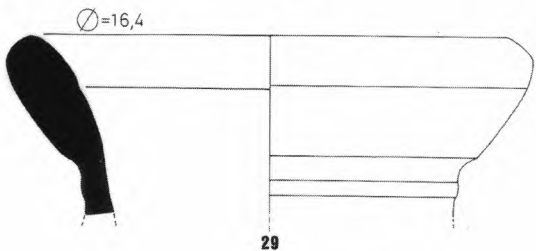
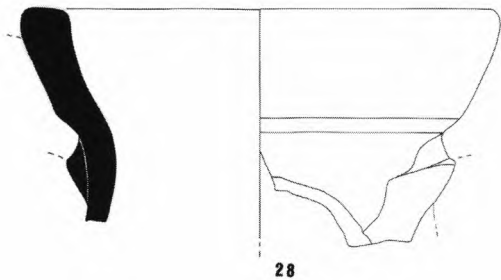




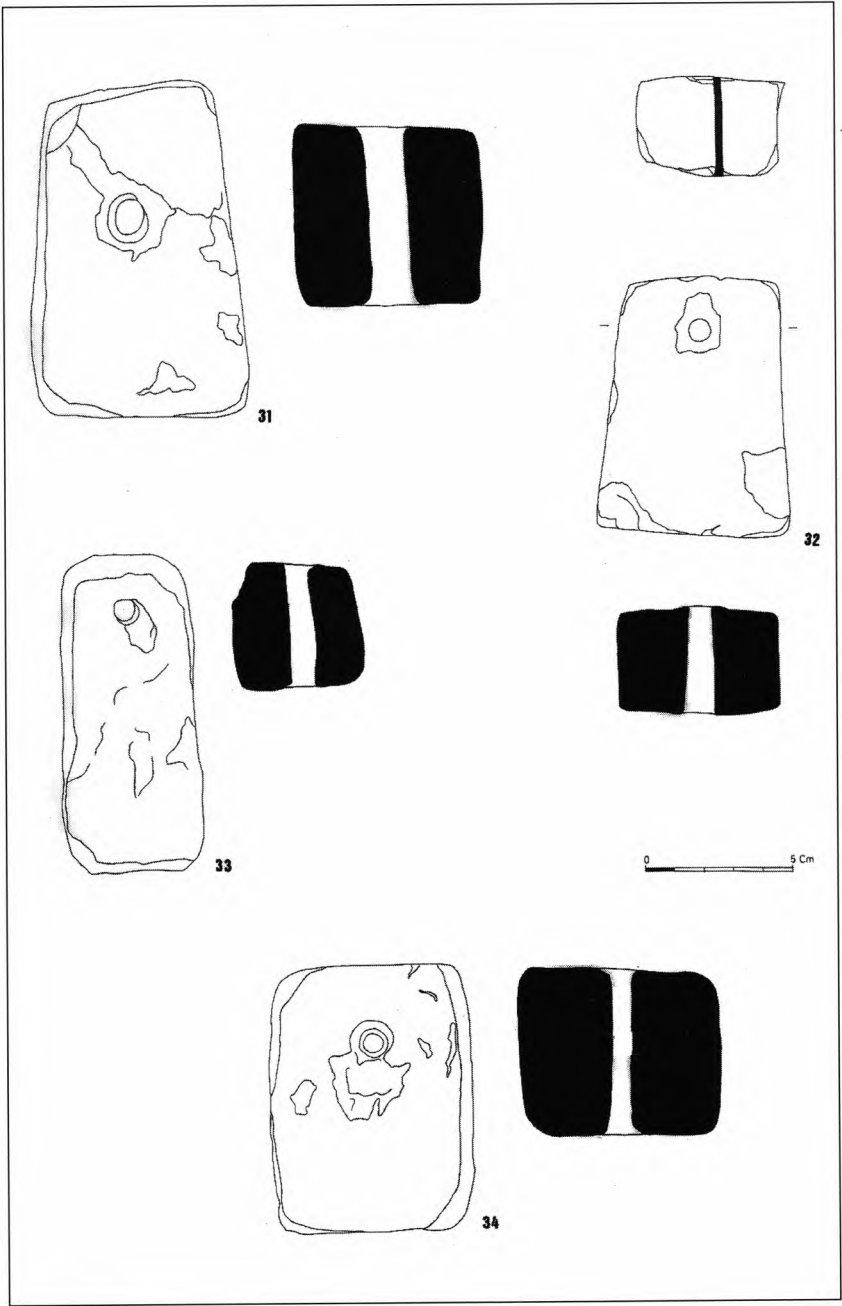


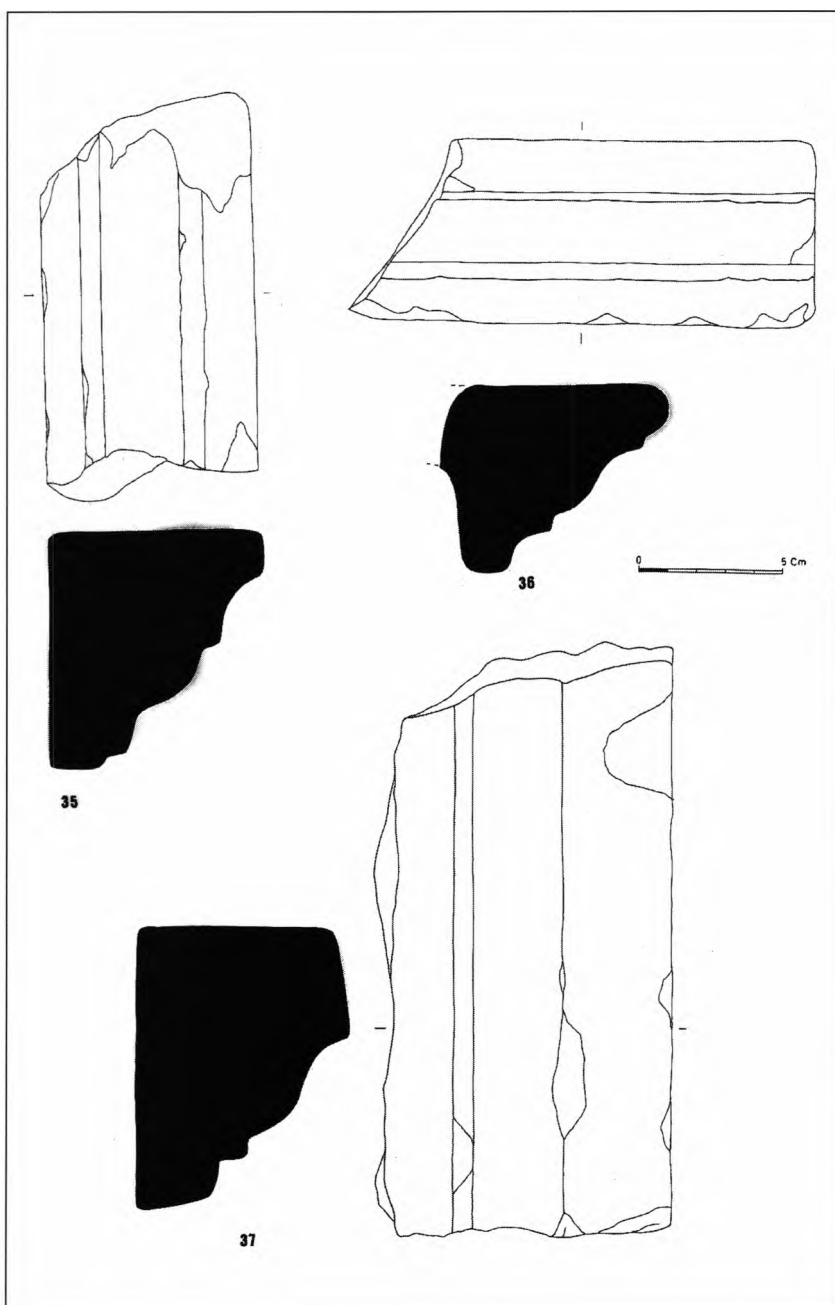


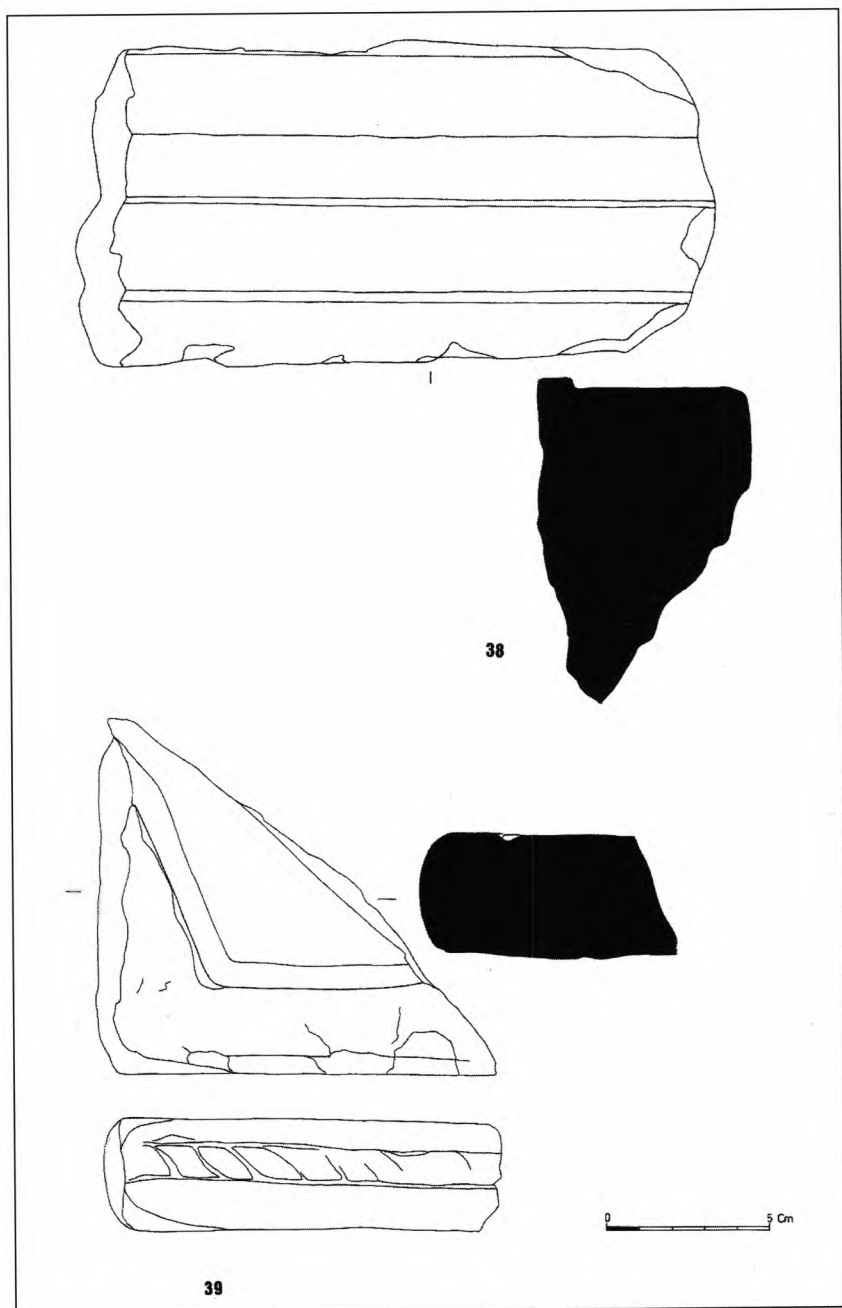




0 5 Cm







(Página deixada propositadamente em branco)

ANA MARGARIDA ARRUDA
Investigadora da UNIARQ

Rui ROBERTO DE ALMEIDA
Estudante da variante de Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa, colaborador da UNIARQ

AS ÂNFORAS DA CLASSE 32 DA ALCÁÇOVA DE SANTARÉM
(CAMPANHAS DE 1983-1991)
“Conimbriga” XXXVD (1998), p. 201-231

RESUMO: As escavações na Alcáçova de Santarém evidenciaram um enorme conjunto de ânforas de época romano-republicana, cuja divulgação decidimos iniciar. Publicam-se agora as ânforas da Classe 32 (Mañá C2), devidamente integradas no seu contexto estratigráfico. As importações de preparados de peixe, contidos em ânforas desta Classe, iniciaram-se em meados do século II a. C. e prolongaram-se até ao reinado de Augusto. Contudo, a importação em grandes quantidades deste produto parece ter ocorrido apenas entre os anos 60 e 30 a. C., altura em que *Scallabis* foi, primeiro, acampamento militar tendo assumido depois o estatuto de colónia romana.

ABSTRACT: The excavations at Alcáçova de Santarém from 1983 to 1991 brought up to light an enormous group of Roman republican amphorae. We will start its study by publishing the amphorae of the classe 32 (Dressel 18/Mañá C2) integrated with their stratigraphic contexts.

The fish sauces importation started approximately in the middle of the second century BC and continued during the first century BC till the Augustan period. Nevertheless the importation's peak seem to have occurred between 60 and 30 BC when Santarém, *Scallabis*, was a military camp and then a Roman colony.

(Página deixada propositadamente em branco)

AS ÂNFORAS DA CLASSE 32 DA ALCÁÇOVA DE SANTARÉM (Campanhas de 1983-1991)

«Quanto ao Tejo, a sua largura na foz é de cerca de 20
estádios e a sua profundidade suficiente para que navios de
10000 ânforas de frete possam remontá-lo»

Estrabão, Geografia, III, 3,1

1. Introdução

1.1. *Uma explicação prévia*

Na generalidade dos casos, uma publicação justifica-se por si própria, sem que seja absolutamente indispensável explicar o contexto em que surge.

Não é o caso da decisão de dar à estampa um conjunto concreto de materiais, proveniente de uma área específica de uma estação arqueológica.

As ânforas que aqui se apresentam provêm das escavações realizadas na parte da Alcáçova de Santarém actualmente ocupada pelo Jardim das Portas do Sol, onde, entre 1983 e 1991, um de nós (A.M.A.) dirigiu 8 campanhas de escavação, com a duração média de 45 dias cada, e onde a área escavada atinge hoje os 437 m². Esses trabalhos de campo possibilitaram a obtenção de uma ampla estratigrafia, a escavação de níveis conservados, e a recuperação de milhares de peças arqueológicas.

As escavações neste sítio viriam a prosseguir, em 1992-3, no interior da Igreja de Santa Maria da Alcáçova, sob a responsabilidade de

Catarina Viegas, então arqueóloga da autarquia. Em 1994 e 1995, novos trabalhos de campo tiveram lugar, agora dirigidos por um de nós (A.M.A.), em colaboração com Catarina Viegas. Esses trabalhos permitiram pôr a descoberto o *podium* de um templo romano, datado da segunda metade do século I *a. C.* e recolher um abundantíssimo espólio arqueológico.

O conjunto de dados que hoje possuímos sobre a ocupação humana da Alcáçova de Santarém é efectivamente de grande dimensão. Mas a enorme quantidade de informação já recolhida tomou-se difícil de gerir na globalidade sendo, sobretudo, a sua publicação num único trabalho manifestamente inviável. Como se pensa que é importante divulgar, devidamente, a totalidade do espólio recolhido, entendeu-se necessário começar desta forma.

O trabalho de gabinete sobre os materiais das campanhas 83-91 tem vindo a prosseguir com vista à publicação integral dos resultados obtidos e à sua necessária integração no contexto mais vasto de toda a Alcáçova. Mas, como já foi explicado, essa divulgação terá obrigatoriamente de fazer-se de forma parcelar, o que não implica que textos de síntese e reflexão não vão sendo entretanto também produzidos, como, aliás, já sucedeu anteriormente (Amida, 1993).

Pareceu-nos que já era tempo de iniciar a publicação de conjuntos de materiais já estudados, e as ânforas de época romana podiam considerar-se um bom começo. Mesmo assim, era imprescindível dividi-las em núcleos concretos, uma vez que o seu número atinge as várias centenas, o que mais uma vez inviabilizava a sua publicação integral. Iniciar o estudo das ânforas romanas pelas de época republicana pareceu-nos o mais lógico, tendo a escolha recaído sobre o conjunto das ânforas da Classe 32 (*) (D. 18, Mañá C2), um dos mais significativos.

1.2. *A Alcáçova de Santarém*

O sítio arqueológico da Alcáçova de Santarém implanta-se num alto planalto sobranceiro ao Tejo, na sua margem direita. Possui 106 m de altura e tem actualmente 4 h. A sua identificação com a colónia romana

0) A tipologia utilizada neste trabalho é a de Peacock e Williams (1986). O estudo publicado incide, unicamente, sobre a variante Mañá C2, remetendo-se para trabalho posterior a apresentação das ânforas integráveis na variante Mañá C1.

de *Scallabis Praesidium Iulium* é hoje inquestionável. Como já foi referido no ponto anterior, as extensas escavações arqueológicas realizadas neste local permitiram recolher um abundantíssimo espólio de época pré-romana e romana e pôr a descoberto estruturas construídas romanas de grande imponência e dimensão, nomeadamente o *podium* de um templo. Estas descobertas são de facto suficientes para que a questão da localização de *Scallabis* no local conhecido por Alcáçova de Santarém se encerre definitivamente.

A Alcáçova é hoje uma freguesia urbana da cidade de Santarém, em grande parte ocupada pelo Jardim das Portas do Sol. Foi justamente na área do jardim que incidiram as escavações de 1983-1990.

1.3. As escavações arqueológicas

1.3.1. Metodologia

A escavação na área do Jardim das Portas do Sol teve, obrigatoriamente, que adaptar-se às condições, que no geral, condicionam qualquer intervenção em zonas urbanas. Assim, enquanto que no chamado «horto» se pode proceder a uma escavação de tipo clássico (Corte I, Corte II, Corte III e Corte IV), com quadrados de 4X4 m., inscritos numa quadrícula ampla (método Wheeler/Ferdière), na área do jardim propriamente dito, foram realizadas sondagens dispersas (Corte V, Corte VI, Corte VII, Corte VIII, Corte IX e Sector B), sempre localizadas nos arruamentos, de acordo com a sugestão da autarquia.

1.3.2. Os resultados: estratigrafia, contextos e cronologias

Na primeira campanha de escavações, em 1983, foi imediatamente perceptível a ampla diacronia deste sítio. De facto, tornou-se, imediatamente, claro que a Alcáçova tinha sido ocupada a partir da primeira metade do I milénio *a. C.*, sendo abundantes os vestígios da Idade do Ferro e dos períodos romano e islâmico. A Baixa Idade Média estava também documentada e materiais dos séculos XV a XVIII apareciam com alguma abundância.

Uma outra conclusão a que foi possível chegar muito cedo, dizia respeito às intensas destruições que os níveis pré-romanos e romanos

tinham sofrido durante a ocupação muçulmana. Nesta fase, foram construídas numerosas e profundas fossas escavadas no calcário. Detectadas em todas os cortes escavados, a sua construção obrigou, em alguns casos, à remoção integral das terras já acumuladas. Em certas áreas, no entanto, a construção das estruturas subterrâneas de época muçulmana, porque espacialmente mais dispersas, não implicou a destruição total das camadas pré-existentes, tendo os níveis arqueológicos romanos e pré-romanos sido poupados sectorialmente.

A complexa e extensa estratigrafia que foi detectada na Alcáçova de Santarém é, pois, o resultado da intensa ocupação que o sítio sofreu ao longo de quase três mil anos, e resulta das diversas formas de instalação e aproximação ao sítio dos seus distintos ocupantes.

Cabe ainda referir que as destruições da época muçulmana atingiram, muito particularmente, os níveis romanos do período imperial.

O que foi poupado das ocupações sidéricas e romano - republicanas, é efectivamente bastante mais significativo e parece ser suficiente para podermos ter uma ideia, relativamente precisa, das suas distintas e sucessivas fases.

O faseamento cronológico da ocupação pré-romana da Alcáçova, tendo por base os dados estratigráficos, as tipologias cerâmicas, e datas de radiocarbono também obtidas, foi já divulgado (Arruda, 1993).

Apesar de um conjunto muito significativo de materiais de época romano-republicana ser proveniente de níveis remexidos e/ou de entulhos de várias épocas, foi possível escavar contextos estratigráficos fechados, onde uma clara associação de ânforas, cerâmica de paredes finas e cerâmica campaniense nos permite propor, agora, uma cronologia relativamente precisa.

É o caso de: Corte I, Quadrado G16 - nível 4; Corte IV, J 14 - nível 6; Corte VI - nível 4; Corte VII - nível 4; Corte VIII - níveis 13,14 e 15 e Sector B - nível 7.

Os dados obtidos nestes contextos permitem-nos saber que as ânforas da Classe 32 já eram importadas, ainda que escassamente, durante o século II *a. C.* (com esta cronologia apenas um único exemplar foi recolhido - Fig. 11, 99). A chegada maciça de ânforas desta classe à Alcáçova de Santarém processou-se a partir dos anos 60 *a. C.*, e perdurou, já sem grande significado, até aos inícios do reinado de Augusto, mais concretamente em 27/25 *a. C.* O momento alto destas importações situa-se pois entre 60 e 30 *a. C.*

2. As ânforas da Classe 32 (Mañá C)

2.1. Introdução

Este tipo anfórico caracteriza-se por ter um corpo cilíndrico, terminando num bico fundeiro igualmente cilíndrico, predominantemente oco, por vezes também maciço, ou simplesmente apontado. As asas, de perfil anelar, situam-se na transição do corpo para o nascimento do colo, tendo uma secção circular ou sub-circular. O bocal apresenta um típico perfil exvertido, de desenho mais ou menos complexo. A variante mais simples (Mañá C1) apresenta um bocal com um lábio de perfil mais recto e mais curto, de secção mais espessa.

Este tipo aparece pela primeira vez individualizado na tabela de Dressei, na qual corresponde ao número 18. Nos anos 50, Mañá, nos seus trabalhos de classificação e seriação das ânforas púnicas, dividiu esta forma em dois tipos, Mañá C1 e C2 (Mañá, 1951). Também Cintas incluiu este tipo anfórico nos seus trabalhos, atribuindo-lhe a classificação de 312-313 (Cintas, 1950).

No final dos anos 70, Van der Werff (Van der Werff, 1978) reviu as tipologias conhecidas para estas ânforas que designou por neo-púnicas. Dividiu-as em três formas: forma 1 - abrange os exemplares com lábio exvertido e desenho complexo (o tipo C2 de Mañá); forma 2 - com lábio também exvertido, mas de desenho simples; forma 3 - correspondente à antiga forma C1 de Mañá.

Contudo, a designação que prevaleceu na bibliografia da especialidade foi a de Mañá C2.

No princípio da década de 80, Juan Ramón (Ramón, 1981) subdividiu o tipo C2 de Mañá. Essa divisão teve por base características morfológicas e especificidades de fabricos. O sub-tipo C2a correspondia às produções centro-mediterrâneas e o C2b às produções ocidentais, definidas como produções circunscritas ao chamado «Círculo do Estreito de Gibraltar» (Tarradell, 1960). Este último tipo tinha como principal característica diferenciadora o facto de não apresentar qualquer ruptura de linhas entre o colo e o corpo, típica do sub-tipo C2a.

Uma nova leitura deste tipo de ânforas foi realizada por Guerrero Ayuso, que, acrescentou as variantes **a** e **b** à forma Mañá C1 e a variante **c** à forma C2. (Guerrero Ayuso, 1986).

Ainda em meados dos anos 80, foram também realizados alguns trabalhos de classificação de ânforas pré-romanas, agora baseados em

sequências e evidências de carácter regional, como o de Muñoz Vicente (Muñoz Vicente, 1985). Este investigador designou como Grupo D de Cádiz as ânforas púnicas produzidas no Mediterrâneo Central, no qual incluiu os tipos C1 e C2 de Mañá, sub-tipo a de Ramón (D3 e D4 respectivamente), e como Grupo F as ânforas de tradição centro-mediterrânea de fabrico ocidental, onde incluiu o tipo C2 de Maña, sub-tipo **b** de Ramón (F1).

No trabalho de sistematização de ânforas romanas realizado por Peacock e Williams (Peacock e Williams, 1986), estes tipos foram agrupados na Classe 32, mantendo-se, contudo, um desdobramento de três tipos (A, B e C) dentro da própria classe, que segue, praticamente, as formas 1, 2 e 3 propostas por Van der Werff.

Em trabalho recente, Ramón (Ramón, 1995) recolheu e reviu toda a evidência do Mediterrâneo Central e Ocidental, propondo uma nova tipologia para todas as ânforas fenício-púnicas, baseada em atributos morfológicos. Com base nestes, tentou estabelecer uma evolução não só morfológica, mas, também, cronológica para estas ânforas. As formas integráveis na Classe 32 (Dressel 18, Maña C1 e 2) estão incluídas no Grupo 7, sub-tipos 7.2.1.1 a 7.7.1.1.

2.1.1. *Os conteúdos*

Apesar de o grau de informação ser ainda reduzido, os dados de que actualmente dispomos (epigrafia, revestimento interior dos recipientes e provas directas dos conteúdos) permitem conhecer, com relativa segurança, qual o conteúdo das ânforas da Classe 32.

As ânforas da Classe 32 transportaram *halex*, facto atestado pelos *tituli picti* de exemplares da Fossa Aggeris de Roma (C.I.L., 4762) e do Castro Pretorio (C.I.L., XV, 4730). Também a colecção de estampilhas, de cartela circular, impressas sobre ânforas provenientes de uns fornos escavados em Torre Alta, San Fernando, Cádiz (Perdigones Moreno e Muñoz Vicente, 1985: 50-54), apontam no mesmo sentido. Nessas carteias, estão representadas cenas inequivocamente relacionadas com conteúdos à base de preparados de peixe: grupos de três atuns, um personagem transportando atuns ou colocando restos de peixe num recipiente (Ramón, 1995: 265). O aparecimento de ânforas desta classe associadas a fábricas de salga, em sítios como Belo (Domergue, 1973), Kouass (Ponsich, 1968) ou Cerro del Mar

(Arteaga, 1985) parece corroborar o carácter piscícola do conteúdo deste tipo de ânforas.

Em Na Guardis, Maiorca (Ramón, 1991) e Cap Negret (Ramón, 1981), foram encontrados alguns destes recipientes com o interior revestido por uma substância resinosa. É hoje sabido que este tipo de tratamento se aplicava a ânforas destinadas ao transporte de preparados piscícolas. Ramón não exclui, contudo, a hipótese de, esporadicamente, se tratar de preparados de carne (Ramón, 1995:265).

O conteúdo dos contentores da Classe 32 não deixa, pois, margem para grandes dúvidas. Todavia, subsistem ainda alguns aspectos discutíveis que importa analisar.

Contrariamente à área do Estreito de Gibraltar, onde a produção de preparados de peixe já era uma realidade desde os finais do século VI *a. C.*, a zona de Cartago nunca teve, pelo menos reconhecida e comentada nas fontes, qualquer tradição neste género de indústria (Ramón, 1995:265).

No naufrágio A de Dramont (Saint Raphael), datado do 2.º - 3.º quartel do século I *a. C.* (Santamaria, 1975), foi encontrado um exemplar da Classe 32 (variante Mañá C2c), intacto, e ainda fechado com o respectivo opérculo. Continha restos de azeitonas e um ramo de oliveira. Poder-se-á, neste caso, admitir uma reutilização (Laubenheimer, 1990), ou será esta variante da Classe 32, que pela sua difusão e cronologia tardia seria originária das cidades hispânicas (Benoit, 1965), o contentor destinado ao transporte do azeite, que começava a ser produzido nesta região?

Se admitirmos a segunda hipótese, e tendo em conta os outros dados anteriormente enunciados, será então mais correcto falarmos não de um conteúdo, mas de conteúdos para as ânforas da Classe 32. Tal possibilidade não será de pôr completamente de parte, pois existem evidências semelhantes para contentores de outras classes, nomeadamente os da Classe 5 (Dressel 1, Lamboglia C), utilizados para transporte de outros produtos que não os do modelo anfórico original (Étienne e May et, 1994).

A actual evidência arqueológica não é suficientemente esclarecedora para resolver, por agora, esta questão. A problemática acerca dos conteúdos das ânforas da Classe 32 mantém-se, pois, em aberto, até que novos dados venham a ser acrescentados.

2.1.2. *Os centros produtores*

As grandes áreas de produção das ânforas da Classe 32 são essencialmente duas: o Mediterrâneo Central e o Mediterrâneo Ocidental, área vulgarmente, designada como «Círculo do Estreito de Gibraltar».

Embora a evidência relativa à produção na área do Mediterrâneo Central seja de pouco peso, é sabido que grande parte das ânforas da Classe 32 (variante Mañá Cia e C2a) foram fabricadas nos centros que integram o chamado grupo «Cartago-Túnis». Tal certeza provém da elevada concentração de achados de ânforas desta classe em Cartago e de alguns estudos petrológicos realizados em espécimes recolhidos em oficinas desta cidade e de Kerkouane, entre algumas outras. O grupo «Cartago-Túnis» (Ramón, 1995:258) abrange toda a zona de Cartago, os centros da área a norte de Túnis e a zona que em época romana se passou a denominar *Bizacena*, integrando todas as cidades importantes da área do Sahel.

Outro grupo produtor, igualmente importante nesta zona do Mediterrâneo Central, foi o que, *lato sensu*, corresponde à área conhecida como *Tripolitania*.

No Mediterrâneo ocidental está bem atestado o fabrico destes contentores, sendo conhecidos alguns dos seus centros produtores, nomeadamente, Kouass (Ponsich, 1968), Banasa, Sala e Volubilis (Boube, 1973), na actual costa marroquina.

Os trabalhos realizados no território peninsular, particularmente em Belo (Domergue, 1973) e Cerro del Mar (Arteaga, 1985), deixavam transparecer a possibilidade de uma produção deste modelo anfórico na área litoral da Península Ibérica, paralelamente à produção norte-africana ocidental. Os fomos de Torre Alta, Cádiz (Perdigones Moreno e Muñoz Vicente, 1985), as lixeiras de fomos da C/ Gregorio Marañón, Cádiz (Blanco Jimenez, 1989) e os possíveis fomos de Puente Carrenque, Málaga (Beltrán Lloris, 1970), representavam já bons indícios dessa produção. A recente e surpreendente descoberta do conjunto de centros produtores da baía de Cádiz - c/ Javier de Burgos, Hijuela del Tío Prieto, Los Sauces, Puerto Nuevo, Laguna Salada, Buena Vista, San Ignacio, Cantera de Lavalles, Casines, El Almendral, El Carpio Chico, Cerro de los Mártires e Casa de Huertas - (Lágostena Barrios, 1996), confirmaram não só a produção, mas também a importância que a costa peninsular adquire nesta actividade.

Uma vez que o fabrico de contentores implica, quase obrigatoriamente, a produção do seu conteúdo em lugar mais ou menos próximo,

podemos afirmar que os dois grupos de centros produtores peninsulares já individualizados - grupo «Baia de Cádiz» e grupo «Málaga» (Ramón, 1995: 256) - detinham, muito provavelmente, um lugar de destaque semelhante, ou mesmo maior, que a região ocidental do Norte de África, na produção e comercialização de produtos fabricados à base de peixe.

2.1.3. *A cronologia*

A cronologia da produção e distribuição das ânforas da Classe 32 é bastante ampla. Estas ânforas são contemporâneas de uma série de modelos púnicos e de tradição púnica, de ânforas itálicas e, mais tarde, hispânicas. Não existe grande controvérsia quanto ao início das produções desta forma, contudo subsistem ainda alguns aspectos por esclarecer.

A Classe 32, nomeadamente a variante Mañá Cia - em particular o sub-tipo 7.2.1.1 de Ramón -, começou a produzir-se no último quartel do século III *a. C.*, muito possivelmente na área da Tripolitana, sendo logo no primeiro quartel do século II *a. C.* significativamente exportada (*ibid.* :291 ; Van der Werff, 1978). É neste momento, que aparecem também em cena os modelos anfóricos atribuíveis às oficinas de Cartago e à sua área de controlo imediato, ou seja a variante Mañá C2a da Classe 32 - sub-tipos 7.3.1.1a 7.4.3.1. de Ramón. Durante o século II *a. C.*, as ânforas da Classe 32 foram substituindo progressiva, contudo parcialmente, as ânforas do tipo Mañá-Pascual A4 (López Castro, 1995: 118).

No que diz respeito ao prolongamento da produção destas ânforas após a queda de Cartago, a questão é complexa. De facto, toma-se bastante difícil clarificar se a produção perdurou na zona central do norte de África durante o terceiro quartel do século II *a. G.*, ou se, pelo contrário cessou a partir de 146 *a. C.*

Também não é fácil determinar, com exactidão, qual o momento em que se iniciou a produção das ânforas da Classe 32, (variante Mañá C2b, sub-tipo 7.4.3.2. e 7.4.3.3.) na área do Estreito de Gibraltar, sendo a cronologia *ante quem* para o seu aparecimento difícil de precisar, no marco que é a segunda metade do século II *a. C.* (Ramón, 1995: 294). Mas o que pode fazer algum sentido é relacionar os momentos finais das produções cartaginesas com o início da produção na área do Mediterrâneo ocidental.

No Sul peninsular, a evidência arqueológica hoje disponível parece apontar o início da produção das ânforas da Classe 32 para um momento,

se não paralelo, pelo menos relativamente aproximado ao início das produções norte-africanas da área marroquina. É, de facto, o que parecem indicar os resultados obtidos nos fornos de Torre Alta, Cádiz nos quais, a produção deste tipo de ânfora data dos momentos finais da laboração do forno, localizado num momento impreciso da segunda metade do século II *a. C.* (Perdigones Moreno e Muñoz Vicente, 1988).

Tudo indica que na área do Estreito de Gibraltar, particularmente na região marroquina e Sul da Península Ibérica, se assistiu à adopção de um modelo anfórico, aparentemente bem adaptado ao transporte de um produto há muito conhecido e produzido na região, que havia sido típico do Mediterrâneo Central, e que, durante quase um século, tinha alcançado um considerável sucesso.

O fabrico de ânforas da Classe 32 no extremo Ocidente corresponde pois a uma nova fase de produção de preparados de peixe e comércio atlântico-mediterrâneo, na qual estes modelos anfóricos aparecem como protagonistas principais.

As distintas variantes tipológicas, Mañá C2a, C2b e C2c, sucedem-se até, aproximadamente, ao último quartel do século I *a. G.*, devendo localizar-se cronologicamente o apogeu da sua produção e utilização, entre a segunda metade do século II *a. C.* e o terceiro quartel do século *la. G.*, especificamente até à época de Augusto, como foi comprovado em alguns sítios, nomeadamente Hipona (Morei, 1968) e Thamusiada (Callu *et al.*, 1965).

Estes dados permitem dizer que é justamente a partir do momento em que se iniciam as produções ocidentais que o comércio de preparados de peixe envasados nesta forma específica de ânfora se expande e conhece os seus melhores momentos comerciais.

Nos últimos anos do século *la. G.*, as ânforas da Classe 32 desaparecem progressivamente, dando lugar às produções das Classes 14 (Dressel 12) e 16 (Dressel 7-11).

Estas ânforas distribuíram-se por todo o Mediterrâneo centro-ocidental, alcançando todo o Norte de África, Grécia, Itália, França e Espanha, e também o Atlântico, como demonstram os dados do território português (ver 2.2) e da Galiza (Naveiro López, 1986).

As ânforas da Classe 32 foram contentores de ampla difusão, quer em todas as zonas costeiras, quer nas áreas de penetração fluvial associadas às mesmas (Lágostena Barrios, 1996: 243-244), como é o caso de Santarém.

2.2. *As ânforas da Classe 32 no territorio actualmente português*

O panorama da distribuição das ânforas da Classe 32 (Dressel 18/ Maña variante Cie C2) no territorio actualmente português sofreu alterações significativas desde o final da década de 80. Escavações sistemáticas, de emergência, ou mesmo de trabalhos de prospecção levados a cabo na última década fizeram praticamente duplicar o número de sítios onde se encontravam exemplares desta classe de ânforas. No entanto, apesar deste significativo aumento numérico, a informação acrescida é~ reduzida, ou mesmo deficitária, pois são raros os contextos de proveniência seguros ou esclarecedores. Deste modo, a inserção destas produções anfóricas nas redes de comércio e abastecimento de produtos alimentares do actual território português carece de balizas cronológicas precisas, embora esteja já bem evidenciada a sua importância.

Na região centro de Portugal, entre o Douro e o Tejo, conhecem-se exemplares da Classe 32 em:

Lomba do Canho - exemplar da variante de bordo simples, classificado com algumas reservas, integrando contextos do 2.º e 3.º quartéis do século I *a. G.*, especificamente entre 61-60 e 40 *a. C.* (Fabião, 1989:49-51);

Conimbriga - exemplares da variante Maña C2, provenientes de níveis revolidos e/ou de entulhos do período flaviano e trajano (Alarcão, 1976);

Chões de Alpompe - variantes Maña C1, C2a e C2b, sendo todos os exemplares produto de recolhas de superfície, constituindo a maior amostra até hoje obtida em território português (Diogo, 1982; Diogo e Trindade, 1993-94);

Santarém - variante Maña C2b, sem contexto de proveniência (Diogo, 1984);

S. Marcos, Cacém - variante Maña C2, recolhida em contexto pouco esclarecedor (Maia, 1980);

Oeiras - variante Maña C2, sem qualquer contexto esclarecedor (Cardoso, 1997).

A Sul do Tejo, estas ânforas são uma presença mais significativa. São conhecidas em:

Pedraão, Setúbal - integrando contextos do século II-I *a. C.* (Soares e Silva 1973);

Chibanes, Palmeira - sem contexto estratigráfico (Costa, 1910; Maia, 1978);

Castelo de Alcácer do Sal - variante Mañá C2, integrados na fase V de ocupação, datada do século II-I *a. C.* (Silva *et al*, 1980-81);

Miróbriga - sem indicação de proveniência (Soares, 1986:88);

Cabo Sardão - resultado de uma recolha subaquática (Cardoso, 1978);

Odemira - variante Mañá C2, sem indicação de proveniência (Soares, 1986:87);

Mesas do Castelinho, Almodovar - variantes Mañá C2 e Mañá C1, provenientes das unidades estratigráficas 43 e 41, datadas contextualmente nos três primeiros quartéis do século I *a. C.* (Fabião e Guerra, 1994: 279).

Na costa algarvia, são conhecidos outros exemplares deste tipo de ânfora, concretamente em:

Monte Molião, Lagos - variante Mañá C2, de recolhas de superfície (Arruda e Gonçalves, 1993:461);

Foz do rio Arade, Portimão - variante Mañá C2, resultado de dragagens efectuadas (Silva *et al*, 1987: 204);

Vila Velha de Alvor - sem contexto conhecido (Soares, 1986:88);

Cerro da Rocha Branca, Silves - variante Mañá C2, nos estratos da fase III (Gomes *et al*, 1986: 80);

Faro - sem contexto conhecido (Arruda e Gonçalves, 1993:462);

Cerro do Cavaco, Tavira, - variante Mañá C2, provenientes de recolhas de superfície (Maia, 1978: 200)

Castelo de Castro Marim - da variante Mañá C2, em contextos do 2.º e 3.º quartel do século *la. C.*, mais concretamente, entre 60 e 30 *a. C.* (Arruda, 1988; 1996: 99).

Os dados atrás enunciados não são, afinal, mais que uma listagem, cujo significado é pouco esclarecedor. Como já referimos, a ausência de contextos seguros dificulta a atribuição de cronologias precisas, deixando poucos elementos que sirvam de base a uma análise mais detalhada sobre o significado da presença de ânforas da Classe 32 no nosso território. De qualquer forma, parece importante referir que os poucos dados estratigráficos seguros que possuímos (Lomba do Canho, Mesas do Castelinho e Castro Marim), colocam em meados do século I *a. C.* as importações de ânforas deste tipo para o Ocidente peninsular.

3. As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém

3.1. Os *fabricos*

Uma análise macroscópica das pastas das ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém permitiu identificar 4 tipos, correspondendo muito possivelmente a 4 *fabricos* distintos:

O primeiro (1) está apenas representado por 2 exemplares (Ale. Sant. 45 e Ale. Sant. 1534) e caracteriza-se por possuir uma pasta dura e semi-compacta, de cor castanha alaranjada, com abundantes elementos não plásticos de médias dimensões (calcários, feldspatos, nódulos de argila cozida, concreções silto-ferruginosas, quartzitos e raras partículas de mica). As superfícies apresentam-se cobertas por um engobe de cor castanho claro.

Um outro, *fabrico* (2), tem pasta compacta, friável, esponjosa e macia com raros elementos não plásticos visíveis, de reduzidas dimensões (calcários). A sua cor é esverdeada.

O *fabrico* 3, o mais numeroso, sendo semelhante ao anterior, apresenta, contudo, diferenças quanto à cor da pasta, que varia entre o laranja avermelhado, o vermelho rosado e o vermelho acastanhado claro. Também a cor das superfícies pode ser beije, castanha amarelada ou amarela esverdeada, apresentando ou não engobe, que quando presente é muitas vezes pulverulento. Apasta, sendo compacta, é menos esponjosa que a do *fabrico* 2 e os elementos não plásticos são mais frequentes (minúsculas partículas de mica, calcário e concreções silto-ferruginosas).

Foi ainda identificado um quarto *fabrico* (4). Está representado por um único exemplar (Ale. Sant. 1906) e a sua pasta caracteriza-se por ser dura, compacta, de fractura irregular, apresentando uma estrutura morfológica estratificada e laminar. Contém abundantes elementos não plásticos de grão fino (areias de quartzo) e tem cor vermelho acastanhado clara. As superfícies estão cobertas por um engobe aderente de cor amarela clara.

Estes quatro *fabricos* identificados em Santarém parecem corresponder a pelo menos três dos centros produtores identificados em 2.1.2.

O *fabrico* 1, escassamente representado, é quase seguramente de origem sul peninsular. De facto, as características que apresenta parecem indicar que estamos na presença de uma «pasta da Bética», concretamente da área produtora do Guadalquivir, não muito distinta das produções da classe 15 (Haltern 70) e da classe 25 (Dressel 20).

O fabrico 3 apresenta características que o aproximam das produções norte-africanas ocidentais, mas que também não se distanciam completamente das sul peninsulares, concretamente da área da baía de Cádiz e de Algeciras (Peacock, 1974:241). Tal como em Santarém é o mais frequente em sítios portugueses, nomeadamente em Conimbriga (Alarcão, 1976) e Chões de Alpompé (Diogo, 1982 e 1984; Diogo e Trindade, 1993/94).

Quanto ao fabrico 2, a questão é mais complexa, uma vez que não possuímos dados concretos que nos permitam enquadrá-lo em qualquer dos centros produtores conhecidos. Este facto poderá talvez explicar-se pela ausência de informações detalhadas sobre as características petrográficas dos fabricos andaluzes. A semelhança com o fabrico 3 poderá efectivamente não ser suficiente para o considerarmos proveniente das mesmas oficinas. No entanto, tudo parece indicar que se trata de uma produção ocidental.

O fabrico 4 é, quanto à origem, bem menos problemático. A sua origem está bem determinada, sendo a área de Cartago a região produtora das ânforas com pastas que apresentam estas características (Ramón, 1995: 258).

3.2. *As variantes de lábio*

As ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém têm, na generalidade dos casos, lábios pendentes e caneluras que definem diversos lóbulos, apresentando perfis muito variados. A maioria dos exemplares possui lábios pendentes, com dois ou três lóbulos, marcados por caneluras muito acentuadas ou mesmo reentrantes (Fig. 4:4). Em menor número são os lábios acentuadamente pendentes que, no entanto, também podem apresentar dois ou três lóbulos. Mais raros são os lábios mais engrossados e não pendentes, cujos lóbulos são definidos por caneluras pouco profundas.

Não é possível atribuir a nenhum dos fabricos 1, 2 e 3 qualquer tipo específico de lábio. De facto, estes fabricos possuem distintas formas de lábio que por si só não individualizam nenhum centro produtor. Apenas o fabrico 4, claramente identificado como não sendo uma produção cartaginesa, corresponde a um tipo de lábio que não está representado nos restantes fabricos (Fig. 11: 99). Trata-se de um lábio que se coloca sobre o colo, constituindo o remate da parede, com tendência marcadamente horizontal e exvasada, típico do tipo 7.4.2.1 de Ramón, datado da primeira metade do século II a. C. (Ramón, 1995: 209-210).

Os tipos de lábio correspondentes aos restantes fabricos são tipologicamente muito semelhantes às ânforas T. 7.4.3.3. de Ramón, diferenciando-se assim claramente das variantes 7.4.3.1. e 7.4.3.2. do mesmo autor. As ânforas identificadas como pertencentes ao grupo

7.4.3.3. correspondem às produções ocidentais, nomeadamente Cádiz, Cerro del Mar e costa marroquina (Banasa e Kouass), cuja cronologia se centra entre 110/100 e 50/30 *a. C.* (Ramón, 1995).

Estes dados parecem confirmar as observações feitas em 3.1.. Tal como os fabricos, também as variantes de lábio identificadas indiciam, na grande maioria dos casos (a única exceção é o fragmento Ale. Sant. 1906), uma origem claramente ocidental para as ânforas da Classe 32 de Santarém.

33. Os contextos e a cronologia

Como já referimos na Introdução (1.3.2.), um conjunto significativo de ânforas da Classe 32 foi recolhido em níveis preservados, o que possibilita uma leitura cronológica relativamente segura.

No Corte I - Quadrado G 16, ânforas da Classe 32 apareceram no nível 4, unidade estratigráfica bem definida e conservada, que foi possível datar por uma moeda cuja cunhagem é atribuída a R Carisio e datada de 27/25 *a. C.*

O nível 6 do Quadrado J 14 do Corte IV também não apresentava remeximentos apreciáveis e forneceu, para além das ânforas da Classe 32, fragmentos de cerâmica campaniense da Classe B-óide, cuja data se centra entre 50 e 30 *a. C.*

O nível 4 do Corte VI é um nível bem datado, onde a maioria dos materiais tem fortes conexões com o final da Idade do Ferro (concretamente cerâmica cinzenta fina polida, algumas com palmetas estampilhas) e onde se recolheram dois fragmentos (um bordo e um fundo) de campaniense A da forma 27.0 fundo era decorado por palmetas ovais, impressas, inscritas numa área demarcada por um *guilloché* fino, e é datável de meados do século II *a. C.* Daqui é proveniente o único exemplar de ânfora de origem cartaginesa, cuja cronologia é também o século II *a. C.* (Fig. II,n.º 99).

No nível 4 do Corte VII e nos níveis 13,14, 15e16 do Corte VIII, encontrou-se um número apreciável de bordos e fundos de cerâmica campaniense da Classe B-óide, datáveis da segunda metade do século I

a. C. e ainda fragmentos de cerâmicas de paredes finas (forma Mayet IX, datável do fim da República ou mesmo dos inícios do reinado de Augusto, forma XXXIII de Mayet, datável dos reinados de Augusto e Tibério).

No sector B, pode escavar-se um nível muito bem conservado e sem remeximentos (nível 7), onde foi possível recolher um abundantíssimo espólio do final da época republicana. Para além dos 12 fragmentos de ânforas da Classe 32, este nível ofereceu 27 fragmentos de cerâmica campaniense das classes B-óide e C (bordos, fundos e pés) e ainda paredes finas das formas Mayet III e Mayet III/Ricci I. A análise conjunta dos materiais desta unidade estratigráfica permite-nos propor, para este conjunto, uma data de meados do século I a. C.

4. Alguns comentários finais

O conjunto das ânforas da Classe 32 agora publicado levanta ainda algumas questões que nos parece importante discutir.

Em primeiro lugar, desde logo nos impressionou o seu número, que apenas poderá ser igualado pela totalidade das ânforas englobadas nas Classes 3,4 e 5 (D. 1 A, 1B e 1C). Não podemos esquecer que os 108 bordos das ânforas da Classe 32 provêm de uma área que corresponde a sensivelmente 1% da extensão do antigo povoado romano (um pouco mais de 4,5 ha)⁽²⁾, o que pode significar, se extrapolarmos, que, durante cerca de 30 anos, a colónia romana de *Scallabis* importou, no mínimo, mais de 10. 000 ânforas de preparados piscícolas.

A única situação comparável a esta regista-se justamente nos Chões de Alpompe, sítio muito próximo de Santarém, e que tem vindo a ser identificado com a Moron dos textos clássicos. De facto, também aqui o número de ânforas da Classe 32 iguala, ou mesmo excede, o das outras classes representadas. Infelizmente, e como já referimos, os dados dos Chões de Alpompe são o resultado de recolhas de superfície, pelo que não dispomos de dados cronológicos que precisem, mais exactamente, o seu significado cronológico e contextual. Em tudo o que se refere aos Chões de Alpompe, há que ter presente que, se a identificação com Moron for confirmada, estamos perante um povoado com funções iminentemente

(2) Idêntica proporção foi verificada em cinco dos quadrados escavados no Largo da Alcáçova 3/5(16 ânforas da Classe 32 em 45 m².).

militares, o que fornece contornos muito específicos aos materiais aí recolhidos.

Mesmo sabendo que muitas escavações do Centro e Sul de Portugal estão ainda por publicar, e que as áreas estudadas em muitos sítios não são correspondentes àquela por nós trabalhada em Santarém, não podemos deixar de sublinhar o contraste existente entre o número de ânforas da Classe 32 aqui divulgado e o único exemplar encontrado em Alcácer do Sal (Silva *et al.* 1980-81) ou mesmo os três de Conimbriga (Alarcão, 1976), cidade romana cuja área escavada excede em muito os nossos 437 m².

Seria tentador relacionar estes dados com o estatuto jurídico que *Scallabis* adquire durante o pretorado de César. Nesta perspectiva, estaríamos perante uma população detentora de um grande poder de compra, o que, obviamente, presume a existência de elevadas capacidades económicas. Aliás, como colónia romana, grande parte dos seus cidadãos seriam imigrantes provenientes de Roma ou de regiões já romanizadas e, portanto, consumidores habituais destes bens alimentares, mais ou menos «exóticos» no contexto local.

No entanto, não podemos também deixar de referir que o topónimo romano de época republicana (*Scallabis Praesidium lulium*) parece indicar que César fundou neste local um acampamento militar. Assim toma-se difícil equacionar estes dados tendo apenas em consideração os possíveis hábitos alimentares da região durante a segunda metade do século I a. C.

Somos, efectivamente, obrigados a ter em conta que este conjunto de ânforas pode, pelo menos em parte e num determinado momento, documentar os abastecimentos aos efectivos militares, constituídos por homens totalmente estranhos à região, à semelhança do que, aliás, pode ter sucedido nos Chões de Alpompé.

Na Alcáçova de Santarém, no entanto, o elevado número de ânforas registado, e, sobretudo, a certeza que as importações perduram até ao início do reinado de Augusto, parece viabilizar a primeira hipótese, que, aliás, não é totalmente incompatível com a segunda.

Devemos também sublinhar a estreita ligação de Santarém com a actual Andaluzia, de onde parecem ser provenientes, se não a totalidade, seguramente um número muito significativo das importações de preparados de peixe aqui consumidos.

Este facto não deve provocar estranheza, uma vez que a produção deste tipo de produtos no território actualmente português só se inicia sob os júlio-cláudios, muito possivelmente durante o reinado de Tibério.

Por último, não podemos deixar de referir que as importações de ânforas da Classe 32 se iniciaram em meados do século II *a. C.* De facto, o exemplar recolhido no nível 4 do Corte VI (Fig. 11, n.º 99) não deixa dúvidas sobre a cronologia, nem sobre o seu local de origem. Trata-se de uma ânfora proveniente de Cartago, cujo perfil do lábio indicia uma datação mais antiga que os restantes exemplares. Como já foi referido em 3.2., esta peça estava estratigraficamente associada a dois fragmentos de cerâmica campaniense A, cuja cronologia aponta também para os meados do século II *a. C.* Esta ânfora pode, portanto, inscrever-se naquilo que um de nós (AMA) designou por Fase IV (e última) da ocupação sidérica da Alcáçova de Santarém, justamente datada de meados do século II *a. C.*, e que foi já relacionada com as campanhas que, em 138 *a. C.*, Décimo Júnio Bruto efectuou na região (Arruda, 1993).

CATÁLOGO

Fig. 4, n.º 1 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 45, Corte I, GI8, n. 2). O lábio é exvertido, com a extremidade bilobada, definindo um bocal com 25,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 1.

Fig. 4, n.º 2 - Fragmento de lábio e início do colo (Ale. Sant. 1534, Corte V, n. 4). O lábio é exvertido, com a extremidade bilobada, definindo um bocal com 23 cm de diâmetro exterior, tendo o colo conservado até 4,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 1.

Fig. 4, n.º 3 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 727, Corte I, E16, n. 2, banquette sul). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, definindo um bocal de 23,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 4, n.º 4 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1514, Corte Vili, 8 n. 23). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada e com uma acentuada reentrância entre o primeiro e o segundo lóbulo. Define um bocal de 25 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 4, n.º 5 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1521/cisterna). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada, definindo um bocal com 24 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 4, n.º 6 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1515, Corte. IX, 1, n. 7). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 22 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 4, n.º 7 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 44, Corte I, G16, n. 2, banquette norte). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada, definindo um bocal amplo com 29 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 4, n.º 8 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1583, Corte. IX, 1, silo 2). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 21 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico **2**.

Fig. 4, n.º 9 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1611, Corte 8, n. 14). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada e um ressalto bem marcado separando o segundo do terceiro lóbulo. Define um bocal amplo com 27.5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico **2**.

Fig. 4, n.º 10 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1604, Corte.VII, n. 4). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 22,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico **2**.

Fig. 4, n.º 11 - Fragmento de lábio e início do colo (Ale. Sant. 1510, Corte. IX, 1, n. 12). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal amplo de 28 cm de diâmetro exterior, tendo o colo conservado apenas até 3,5 cm de altura. A pasta é do fabrico **2**.

Fig. 4, n.º 12 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 163, Corte 1, B, n. 4a). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada, definindo um bocal de 21,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico **2**.

Fig. 5, n.º 13 - Fragmento de lábio e colo (Ale. Sant. 1605, Corte VII, n. 4). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada e com um ressalto marcado separando o segundo do terceiro lóbulo. Define um bocal amplo de 29.5 cm de diâmetro exterior, tendo o colo conservado até 15 cm de altura. A pasta é do fabrico **2**.

Fig. 5, n.º 14 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 62, Corte I, G16, n. 2, Banquette Norte). O lábio é exvertido, engrossado e com a extremidade trilobada. Define um bocal com 23 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico **2**.

Fig. 5, n.º 15 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1602, Corte VII, n. 4). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados. Define um bocal com 20,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico **2**.

Fig. 5, n.º 16 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1612, Corte VIII, n. 14). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, com uma pequena reentrância marcando a passagem do segundo para o terceiro lóbulo. Define um bocal com 25 cm de diâmetro exterior. Tem o colo conservado até 3,5 cm de altura. A pasta é do fabrico **2**.

Fig. 5, n.º 17 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1699, Corte VIII, n. 14). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade bilobada e com um ressalto bem marcado separando o primeiro do segundo lóbulo. Define um bocal com 23,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico **2**.

Fig. 5, n.º 18 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1713, Corte IV, F16, n. 1c). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 19 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico **2**.

Fig. 5, n.º 19 - Fragmento de bojo com fragmento de asa anelar (Ale.

Sant. 1639, Sector B, n. 7), de secção transversal sub-circular com 3,4 cm de diâmetro. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 5, n.º 20 - Fragmento de fundo (Ale. Sant. 10, Corte I, A1, n. 7) de forma “cilindroide” medindo cerca de 9 cm de altura. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 5, n.º 21 - Fragmento de fundo (Ale. Sant. 18, Corte I, H18, n. 3) de forma cilíndrica medindo 8,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 5, n.º 22 - Fragmento de fundo (Ale. Sant. 1522, Corte IX, n. 12) de forma cilíndrica medindo 10 cm de altura. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 5, n.º 23 - Fragmento de fundo (Ale. Sant. 1614, Corte VII, n. 14) de forma cilíndrica medindo 9,2 cm de altura. A pasta é do fabrico 2.

Fig. 6, n.º 24 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 721, Corte I, G18, n. 2). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 21 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 25 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 723, Corte I, H17, n. 2). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 23,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 26 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1513, Corte Vili, 3, n. 19). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade bilobada e com um ressalto bem marcado diferenciando o primeiro do segundo lóbulo. Define um bocal com 21,5 cm de diâmetro exterior, tendo o colo conservado até 4 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 27 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1659, Corte Vili, n. 14). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 22 cm de diâmetro, tendo o colo conservado até 4,6 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 28 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 724, Corte I, H18, n. 2). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada, sendo a passagem do primeiro para o segundo lóbulo definida por um ressalto bem marcado. Define um bocal com 24 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 29 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1603, Corte VII, n. 4). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 21,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 30 - Fragmento de lábio e colo (Ale. Sant. 1509, Corte IX, 1, n. 12). O lábio é exvertido, engrossado, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 21,5 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 5,8 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 31 - Fragmento de lábio e colo (Ale. Sant. 48, Corte I, G16, n. 4). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal amplo de 28,5 cm de diâmetro exterior, tendo o colo conservado até 5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 32 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 49, Corte I, A17, n. 3). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 22 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 33 - Fragmento de lábio e colo (Ale. Sant. 47, Corte II, J9, n. 4). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados. Define um bocal com 22 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 3,6 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 34 - Fragmento de lábio e colo (Ale. Sant. 164, Corte I, Al, n. 7). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 21 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 8 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 6, n.º 35 - Fragmento de lábio e colo (Ale. Sant. 68, Corte I, G16, n. 4). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 24 cm de diâmetro exterior, tendo o colo conservado até 7 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 36 - Fragmento de lábio e colo (Ale. Sant. 1532, Corte III, J14, n. 3, *banquette* oeste). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 28,5 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 11 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 37 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1511, superfície). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 26,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 38 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 731, Corte IV, J13, n. 10a). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada e com um ressalto bem marcado separando o primeiro do segundo lóbulo. Define um bocal com 27,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 39 - Fragmento de lábio e colo (Ale. Sant. 742, Corte III, J14, n. 5, *banquette* oeste). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, sendo bem marcado o ressalto do segundo para o terceiro lóbulo. Define um bocal com 25,5 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 6,7 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 40 - Fragmento de lábio e colo (Ale. Sant. 735, sector B, n. 7). O lábio é exvertido, engrossado, com a extremidade trilobada, sendo o terceiro lóbulo reentrante e bem diferenciado do segundo. Define um bocal com 25 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 7 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 41 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 56, Corte I, G16, n. 4). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos definidos por ressaltos marcados. Define um bocal com 24,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n.º 42 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1517, Corte IX, 17, n. 5). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, com os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados e sendo o terceiro reentrante. Define um bocal com 24 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n. °43 - Fragmento de lábio e colo (Ale. Sant.1512, Corte IX, 17, n. 3). O lábio é exvertido, pendente e com a extremidade bilobada, sendo o segundo lábio côncavo. Define um bocal amplo com 28 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 6 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n. °44 - Fragmento de lábio e colo (Ale. Sant. 40, Corte I, G16, n. 4). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 24 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 4 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n. °45- Fragmento de lábio (Ale. Sant. 733, Corte IV, J13, n. 3). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 27 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n. °46- Fragmento de fundo (Ale. Sant. 1615, Corte VII, n. 5) de forma cilíndrica, medindo 9 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n. °47- Fragmento de fundo (Ale. Sant. 29, Corte I, n. 7) de forma cilíndrica, medindo 4,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 7, n. °48 - Fragmento de fundo (Aie. Sant. 1623, superfície) de forma cilíndrica, medindo 4,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n. °49- Fragmento de lábio e colo (Aie. Sant. 1698, cr., n. 13). O lábio é exvertido, engrossado, com a extremidade trilobada e com um ressalto bem marcado, reentrante, do segundo para o terceiro lóbulo. Define um bocal com 23,5 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 7 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n. °50- Fragmento de lábio e colo (Ale. Sant. 1700, Corte VIII, n. 14). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 23,5 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 3,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n. ° 51 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1705, Corte IV, n. 14). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 24,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n. ° 52- Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1712, superfície). O lábio é exvertido, com a extremidade bilobada e com um ressalto bem marcado, reentrante, diferenciando o segundo do terceiro lóbulo. Define um bocal com 23 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n. ° 53 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1710, superfície). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 24 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n. ° 54 - Fragmento de lábio (Alc.Sant1695, Corte VIII, n. 13). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada. Os lóbulos são definidos por um ressalto bem marcado, reentrante. Define um bocal com 24 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n. ° 55 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 52, Corte I, G16, n. 4). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos

diferenciados por ressaltos bem marcados. Define um bocal com 23 cm de diâmetro externo. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 56- Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1533, superfície). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados. Define um bocal com 23,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 57 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 67, Corte I, G16, n. 2). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Define um bocal com 26 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 58 - Fragmento de bojo com fragmento de asa anelar (Ale. Sant. 1718, Corte Vili, n. 12), de secção transversal circular com 3,2 cm de diâmetro. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 59- Fragmento de fundo (Ale. Sant. 1593, Sector B, n. 5/7) de forma cilíndrica, medindo 11,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 60- Fragmento de fundo (Ale. Sant. 1657, superfície) de forma cilíndrica medindo 6 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 8, n.º 61 - Fragmento de fundo (Aie. Sant. 1648, Corte Vin 9, n. 8) de forma ligeiramente exvasada, medindo 7 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 62- Fragmento de lábio (Aie. Sant. 1711, superfície). O lábio é exvertido, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados. Define um bocal com 24,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 63 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1715, Corte VIII, n. 10). O lábio é exvertido, com a extremidade bilobada, sendo o segundo lóbulo significativamente alongado, no seguimento da parede. Define um bocal com 23 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 64- Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1702, Corte VIII, n. 14). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada e com uma canelura reentrante acentuadamente côncava diferenciando o primeiro lóbulo do segundo. Define um bocal com 23,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 65- Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1613, Corte VIII, n. 14). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada. Os lóbulos são definidos por ressaltos bem marcados, sendo o ressalto do segundo para o terceiro lóbulo acentuadamente reentrante. Define um bocal com 25 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 66 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 728, Corte I, E15, n. 2, banquette oeste). O lábio é exvertido, com a extremidade bilobada, com uma canelura marcada separando os dois lóbulos. Define um bocal com 26 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 67 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1518, Corte VIII, 8, n. 20). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, com os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados e sendo o ressalto do segundo para o

terceiro lóbulo reentrante. Define um bocal com 23 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 68- Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1520, cisterna). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 23 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 69- Fragmento de lábio (Ale. Sant. 722, Corte I, Gl 8, n. 2). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 24,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 70 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1531, Corte IX, n. 9). O lábio é exvertido, com a extremidade trilobada, definindo um bocal com 23cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 71 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 729, Corte III, D18, n. 3). O lábio é exvertido, pendente e engrossado, com a extremidade quadrilobada. Os lóbulos são definidos por ressaltos e caneluras bem marcadas. Define um bocal com 26 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 72- Fragmento de fundo (Ale. Sant. 20, Corte I, H18, n. 3) de forma cilíndrica medindo 16 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 73 - Fragmento de fundo (Ale. Sant. 1601, Sector B, n. 7) de forma cilíndrica medindo 13,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 9, n.º 74- Fragmento de fundo (Ale. Sant. 1600, Corte I, H1 8, n. 3) de forma cilíndrica medindo 12,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 75- Fragmento de lábio (Ale. Sant. 732, Corte IV, J14, n. 4). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada, definindo um bocal com 25 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 76- Fragmento de lábio (Ale. Sant. 161, Corte I, H18, n. 2). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada. Os lóbulos são definidos por ressaltos bem marcados. Na secção encontra-se um oco, resultante da moldagem externa do lábio. Define um bocal com 23 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 77 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1586, Corte IX, 1, silo 2). O lábio é exvertido, engrossado, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 25,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 78 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1516, Sector B, n. 5). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 25,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 79 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1606, Sector B, n. 6). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 23 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 80 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1519, Sector B, n. 5). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, de desenho simples, tendo a extremidade um único lóbulo. Define um bocal com 22 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 81 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1706, Corte Vili, n. 14).

O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, sendo os ressaltos que definem os lóbulos pouco profundos. Define um bocal amplo com 29 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º82- Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1905, Corte VI, 6, estrutura 1). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal com 26,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º83- Fragmento de fundo (Ale. Sant. 1790, Corte VII, n. 4) de forma cilíndrica, medindo 7 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º84- Fragmento de asa anelar (Ale. Sant. 1637, Corte IV, J13, n. 19), de secção transversal circular medindo 3 cm. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º85- Fragmento de asa anelar (Ale. Sant. 1635, Corte VII, n. 4), de secção transversal circular medindo 3 cm. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º86- Fragmento de fundo (Ale. Sant. 20, Corte I, H18, n. 3) de forma cilíndrica, medindo 16 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º 87- Fragmento de bojo e asa anelar (Ale. Sant. 1721, Corte VII, n. 13) de secção transversal oval, medindo 4 cm de largura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 10, n.º88- Fragmento de asa anelar (Ale. Sant. 154, Corte I, B, ú. 2) de secção transversal sub-circular medindo 3 cm. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 89- Fragmento de lábio e colo (Ale. Sant. 1900, Corte VI, n. 4). O lábio é exvertido, suavemente pendente, engrossado, com a extremidade bilobada. Os lóbulos são definidos por um ressalto bem marcado. Define um bocal amplo com 32 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 6 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 90- Fragmento de lábio e colp (Ale. Sant. 1901, Corte VI, n. 4). O lábio é exvertido, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados e mesmo reentrantes. Define um bocal amplo com 27 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 4,5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º91 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1701, Corte Vili, n. 14). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados. Define um bocal com 24,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 92 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1868/ cr.8, n. 12). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada. Os lóbulos são definidos por ressaltos bem marcados. Define um bocal amplo com 29 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 93 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1709, superfície). O lábio é exvertido, engrossado, com a extremidade bilobada, sendo os lóbulos definidos por uma canelura acentuada. Define um bocal com 23 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 94 - Fragmento de lábio e colo (Ale. Sant. 37, Corte I, J9, n. 4). O lábio é exvertido, com a extremidade bilobada. Define um bocal com

26 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 6 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 95 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1697, Corte Vili, n. 13). O lábio é exvertido, pendente, com a extremidade bilobada. Define um bocal amplo com 27 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 96 - Fragmento de lábio e colo (Ale. Sant. 1898, Corte VI, n. 4). O lábio é exvertido, engrossado, com a extremidade trilobada. Os lóbulos são definidos por ressaltos bem marcados e caneluras reentrantes. Define um bocal com 26 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 5 cm de altura. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 97 - Fragmento de lábio (Ale. Sant. 1904, Corte VI, derrube da estrutura 1). O lábio é exvertido, acentuadamente pendente, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados. Define um bocal com 23,5 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 98 - Fragmento de lábio (Ale. Santi584/Corte IX 1, n. 11). O lábio é exvertido, suavemente pendente, com a extremidade trilobada, sendo os lóbulos definidos por ressaltos bem marcados. Define um bocal amplo com 30 cm de diâmetro exterior. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 99 - Fragmento de lábio e colo (Ale. Sant. 1906, Corte VI, n. 4). O lábio é exvertido, continuando a parede do colo e tem a extremidade bilobada. Define um bocal com 22 cm de diâmetro exterior e tem o colo conservado até 4 cm de altura. A pasta é do fabrico 4.

Fig. 11, n.º 100 - Fragmento de bojo com asa anelar (Ale. Sant. 1902, Corte VI, n. 4) de secção transversal oval medindo 3 cm. A pasta é do fabrico 3.

Figli, n.º 101 - Fragmento de bojo com asa anelar (Ale. Sant. 1523, Sector B, n. 7) de secção transversal circular, medindo 3 cm. A pasta é do fabrico 3.

Fig. 11, n.º 102 - Fragmento de asa anelar (Ale. Sant. 119, Corte I, H18, n. 3) de secção transversal oval, medindo 3,5 cm. A pasta é do fabrico 3.

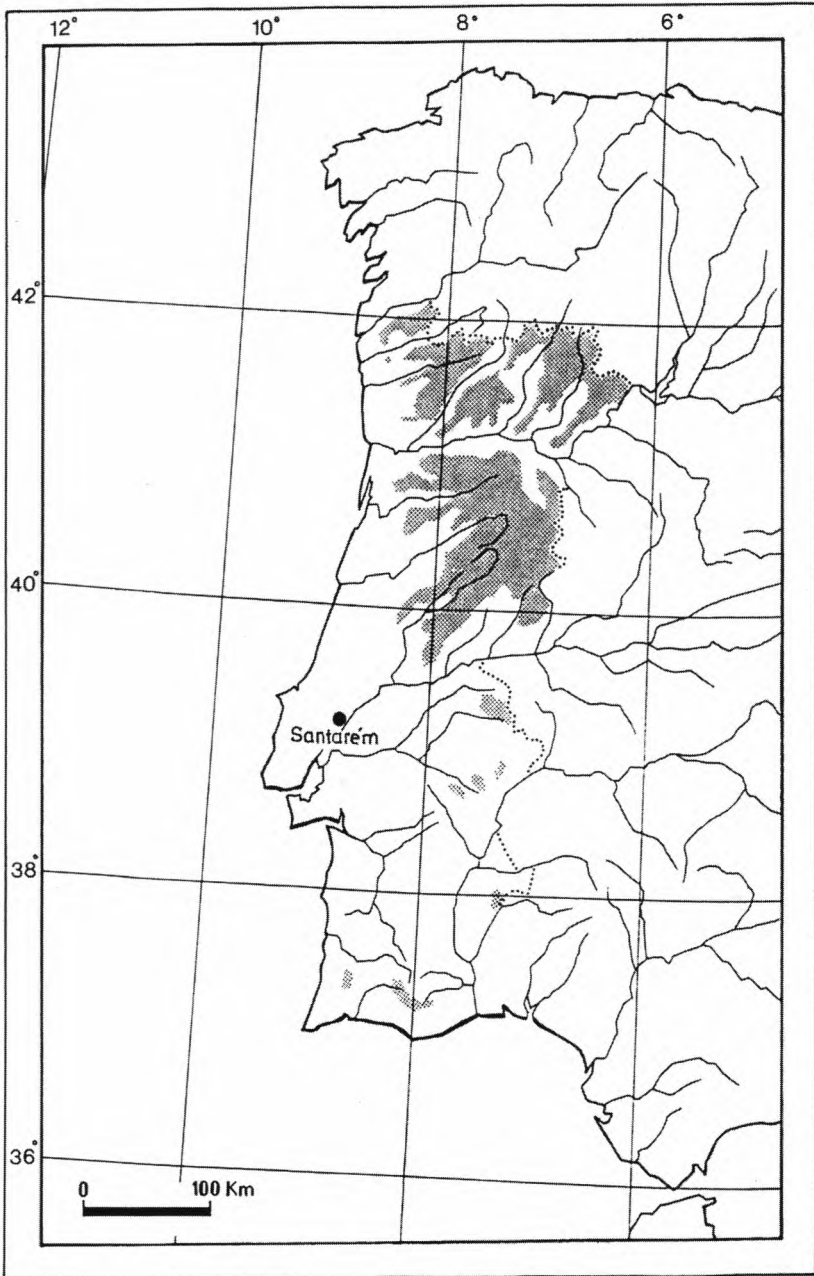
BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1976) - Les amphores. Fouilles de Conimbriga VI. Paris, Diffusion de Boccard, p.79-91.
- ARRUDA, A.M. (1988) - Nota acerca da ocupação romana/republicana do Castelo de Castro Marim. In «Actas do 5.º Congresso do Algarve». Silves: Racial Clube, 1, p. 13-17.
- ARRUDA, A.M. (1993) - A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular. Estudos Orientais (Actas do Encontro «Os fenícios no território português»). Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa, 4, p. 193-214.

- ARRUDA, A.M. (1996) - O Castelo de Castro Marim. in: «De Ulisses a Viriato. O Primeiro Milénio A. C.». Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p.95-100.
- ARRUDA, A.M. e GONÇALVES, L. J. (1993) - Sobre a romanização do Algarve. In «Actas do 2.º Congresso Peninsular de Historia Antiga (Coimbra, 1991)». Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p.455-465.
- ARTEAGA, O. (1985) - Excavaciones arqueológicas en el Cerro del Mar. Una aportación preliminar al estudio estratigráfico de las ánforas púnicas y romanas del yacimiento. Noticiário Arqueológico Hispánico. Madrid: Ministerio de Educación y Ciencia, 23, p. 197-233.
- BENOIT, F.(1965) - Recherches sur Lhellenisation du Midi de la Gaule, Aix-en - Provence. Paris
- BELTRÁN LLORIS, M. (1970) - Las ánforas romanas en España. Monografías Arqueológicas, 8, Zaragoza.
- BLANCO JIMÉNEZ, F.J. (1989) - Excavaciones de urgencia en un solar de la Calle Gregorio Marañón. Cádiz. Anuario Arqueológico de Andalucía. Sevilha: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 3, p.78-81.
- BOUBE, J. (1973-75) - Marques d'amphores découvertes á Sala, Volubilis et Banasa. Bulletin d'Archéologie Marocaine. Rabat, 9, p. 163-236.
- CALLU, J.P. *et al.* (1965) -Thamusida 1.2.º Supplément de Mélanges de l'École française de Rome et Athènes. Paris.
- CARDOSO, G. (1978) - Ânforas romanas no museu do mar. Conimbriga. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 17, p. 63-78.
- CARDOSO, J.L. (1997) - O final da Idade do Ferro no concelho de Oeiras. Estudos de Oeiras. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 6, p. 361-366.
- CINTAS, P. (1950) - Cerámique Punique. Paris.
- COSTA, A.I.M.(1910) - Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. Appendice - Homem Protohistorico, Idades do Bronze e do Ferro no Castro de Chibanes. O Archeologo Português. Lisboa: Imprensa Nacional, 15, 1ª série, p.55-83.
- DIOGO, A.M.D. (1982) - A Propósito de «Moron». Estudo de Alguns Documentos Provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém). Clio. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/INIC, 4, p. 147-154.
- DiOGO, A.M.D. (1984) - O Material Romano da 1ª Campanha de Escavações na Alcáçova de Santarém (1979). Conimbriga. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 23, p.11-142
- DIOGO, A.M.D. e TRINDADE, L. (1993/94) - Materiais Provenientes de Chões de Alpompe (Santarém). Conimbriga. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, 32/33, p. 263-281.
- DOMERGUE, C. (1973) - Belo -1. La stratigraphie. Publicaciones de La Casa de Velazquez. Série Archéologique, 1, Paris.
- ÉTIENNE, R. e MAYET, F. (1994) - À propos de l'amphore Dressel 1e de Belo (Cadix). Melanges de la Casa de Velazquez. Madrid: Casa de Velazquez., 30-1, p. 131-138.
- FABIÃO, C. e GUERRA, A. (1994) - As ocupações antigas de Mesas do Castelhino (Almodovar). Resultados Preliminares das Campanhas de 1990-92. In «Actas das V Jomadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1993)». Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2, p.275-289.

- GOMES, M. V, GOMES, R. V. e BEIRÃO, C. (1986) - O cerro da Rocha Branca (Silves) - Resultados preliminares de três campanhas de escavações. In «Actas do 4.º Congresso do Algarve (Montechoro, 1986)». Silves: Racal Clubbe, 2, p.77-83.
- GUERRERO AYUSO, V. M. (1986) - Una aportación al estudio de las ánforas púnicas Mañá C. *Archaeonautica*. Paris; 6, p. 143-186.
- LÁGOSTENA BARRIOS, L. (1996) - Alfarería romana en la Bahía de Cádiz. Cádiz.
- LÁGOSTENA BARRIOS, L. (1996) - Explotación del salazón en la Bahía de Cádiz en la Antigüedad: Aportación al conocimiento de su evolución a través de la producción de las ánforas Mañá C. *Florentia Iliberritana*. 2, 7.
- LAUBENHEIMER, F. (1990) - Le temps des amphores en Gaule. Vins, huiles et sauces. Paris: Editions Errance.
- LÓPEZ CASTRO, J.L. (1995) - Hispania Poena. Barcelona: Editorial Crítica
- MAIA, M. (1978) - Ânforas neo-púnicas do Sul de Portugal. In: «Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1977)». Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1, p. 199-207.
- MAIA, M. (1980) - Escavações na estação romana de S. Marcos, Cacém (Sintra). *CLIO*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/INIC, 1, p. 158-9.
- MAÑÁ, J.M. (1951) - Sobre tipología de ânforas púnicas. In: «Crónica del VI Congreso de Arqueologia de Sudeste (Alcoy,1950)». Cartagena, p.203-210.
- MOREL, J.P.(1968) - Recherches stratigraphiques à Hipponne. *Bulletin Archeologie Algérienne*, 1.
- MUÑOZ VICENTE, A. (1985) - Las ánforas prerromanas de Cádiz (informe preliminar). In: *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 3, p.471-478.
- NAVEIRO LÓPEZ, J. (1986)- El comércio marítimo en el n. O. durante la época romana, a través de las ánforas. *Revista de Arqueologia*, 57
- PEACOCK, D.P.S. (1974) - Amphorae and the Baetican fish industry. *Antiquaries Journal*, 54, p.232-243.
- PEACOCK, D.P.S. e WILLIAMS, D.F. (1986) - Amphorae and the Roman Economy. An Introductory Guide. London: Longman.
- PERDIGONES MORENO, L. e MUÑOZ VICENTE, A. (1988) - Excavaciones arqueológicas de urgência en los hornos púnicos de Torre Alta, San Fernando, Cadiz. *Anuario Arqueológico de Andalucía*. Sevilla: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía, 3, p. 106-112.
- PONSICH, M.(1968) - Alfarerías de época fenicia y punico-mauritana en Kuass (Arcila, Marruecos). *Papeles del Laboratorio de Arqueologia de Valencia*. Valencia, 4.
- RAMÓN, J.(1981) - Ibiza e la circulación de ánforas fenicias y púnicas en el Mediterráneo Occidental. *Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza*. Ibiza: Conselleria de Cultura, educació i esports, 5.
- RAMÓN, J.(1991) - Las ánforas púnicas de Ibiza. *Trabajos del Museo Arqueológico de Ibiza*. Ibiza: Conselleria de Cultura, educació i esports, 23.
- RAMON, J. (1995) - Las Ânforas fenicio-púnicas del Mediterráneo Central e Occidental. Barcelona: Universidade de Barcelona.
- SANTAMARIA, G. (1975) - L'épave A du cap Dramont (Saint Raphael), fouilles 1971-1974. *Revue Archéologique Narbonnaise*, 8, p.185-198.

- SILVA, C. T., *et al.* (1980-81) - Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). Setúbal Arqueológica. Setúbal: Museu da Assembleia Distrital de Setúbal, 6-7, p. 149-218.
- SILVA, C. T. *et al.* (1987) - Notas sobre o material anfórico da Foz do Arade (Portimão). Setúbal Arqueológica. Setúbal: Museu da Assembleia Distrital de Setúbal, 8, pp.203-220.
- SILVA, C. T. e SOARES, J. (1993) - Ilha do Pessegueiro. Porto Romano da Costa Alentejana. Lisboa: Instituto de Conservação da Natureza.
- SOARES, J. e SILVA, C. T. (1973) - A ocupação do período proto-romano do Pedrão (Setúbal). In «Actas das II Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (Lisboa, 1972)». Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1, p. 245-305.
- SOARES, A. C. (1986) - Achados arqueológicos na vila de Odemira. Trabalhos de Arqueologia do Sul. Évora: Serviço Regional de Arqueologia do Sul/IPPC, 1, p.87-92.
- TARRADELL, M. (1960) - Marruecos Púnico. Tétuan.
- VAN DER WERFF, H. (1978) - Amphores de tradition púnique à Uzita. Babesch, 52-3, p. 171-200.

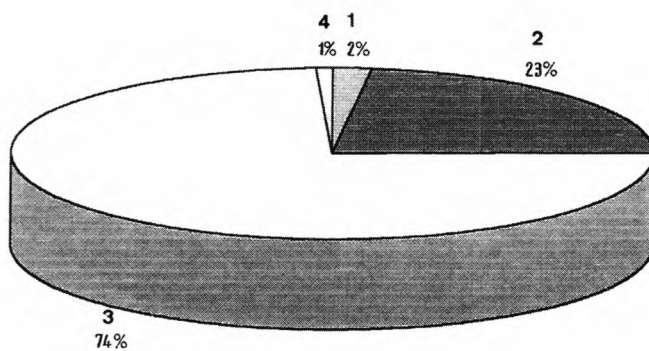




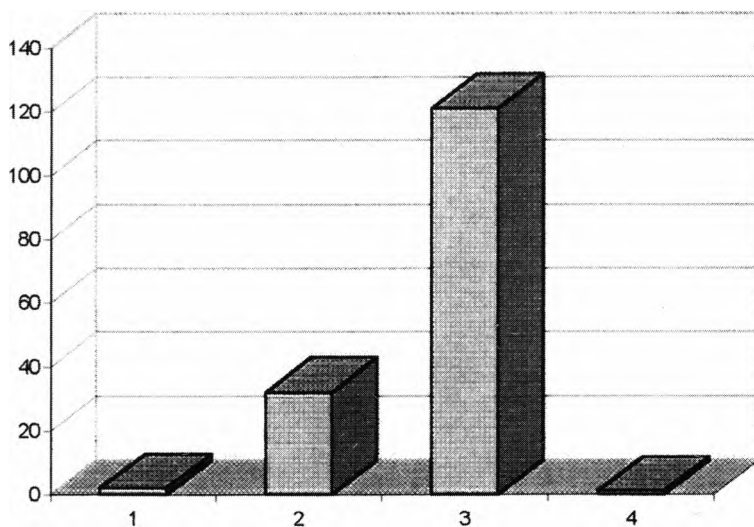
1- Localização da Alcáçova de Santarém na folha n.º 353 da C.M.P. 1:25.000 (1970)



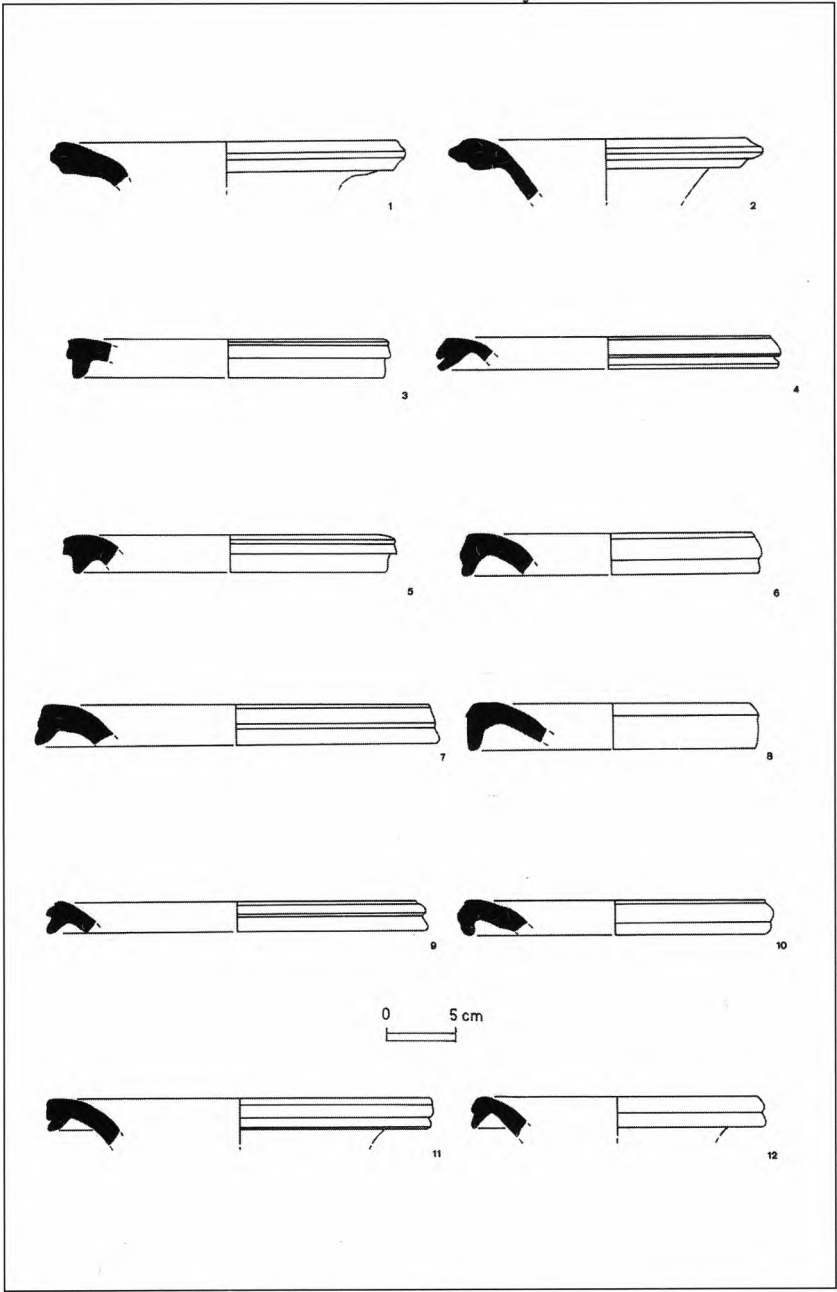
2- Localização da Alcáçova de Santarém na folha n.º 353.3.3. da D.G.S.U. 1:5.000

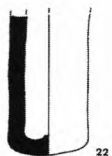
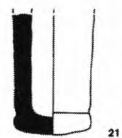
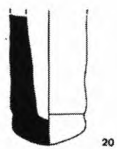
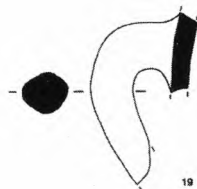
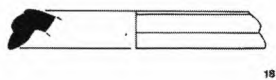
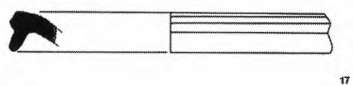
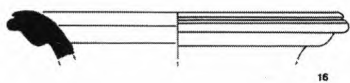
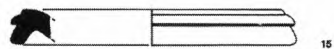
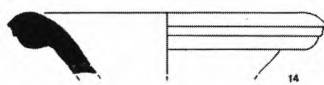
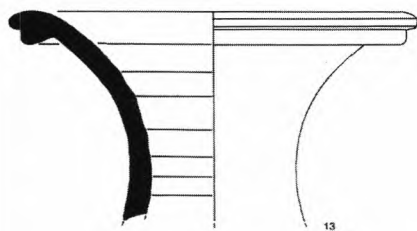


1- Frequência das ânforas de acordo com o seu fabrico

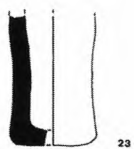


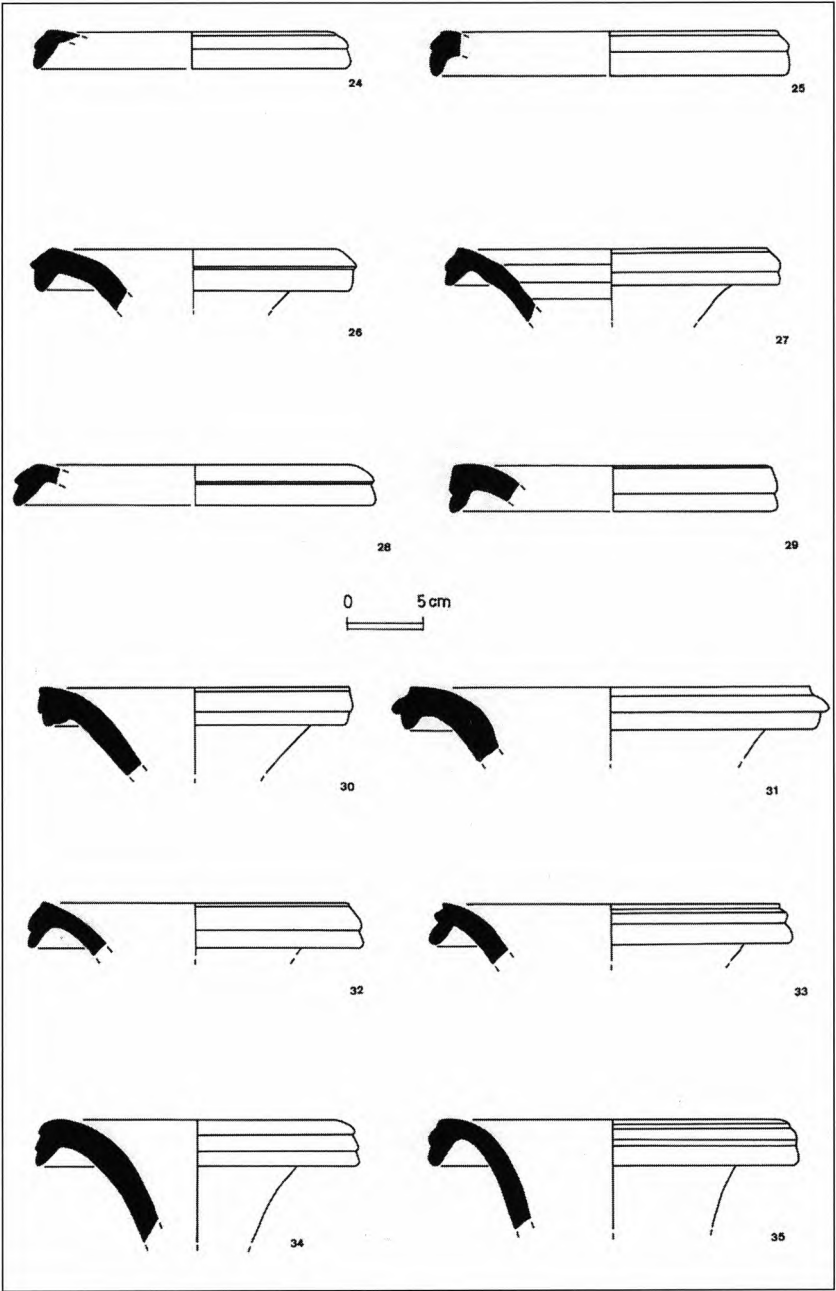
2- Total de fragmentos da Classe 32 da Alcáçova de Santarém

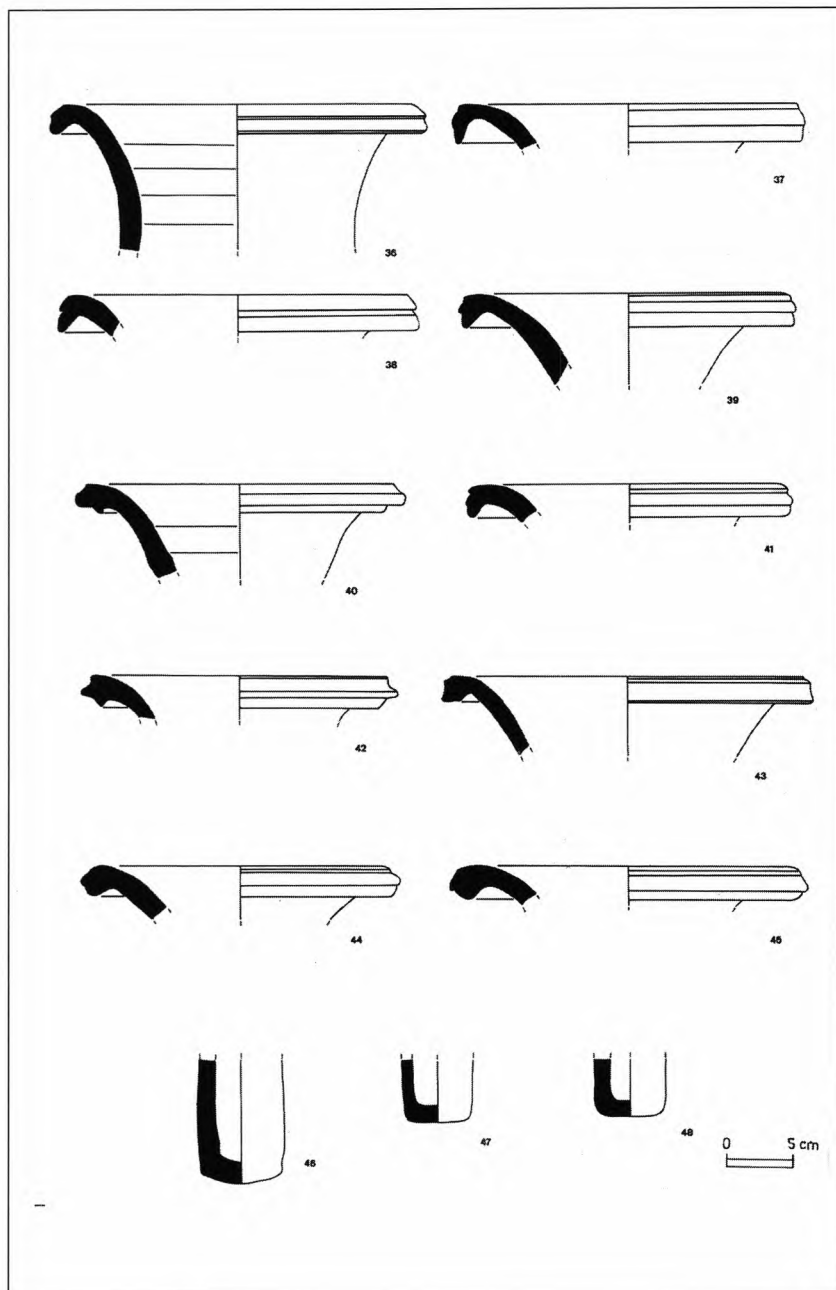


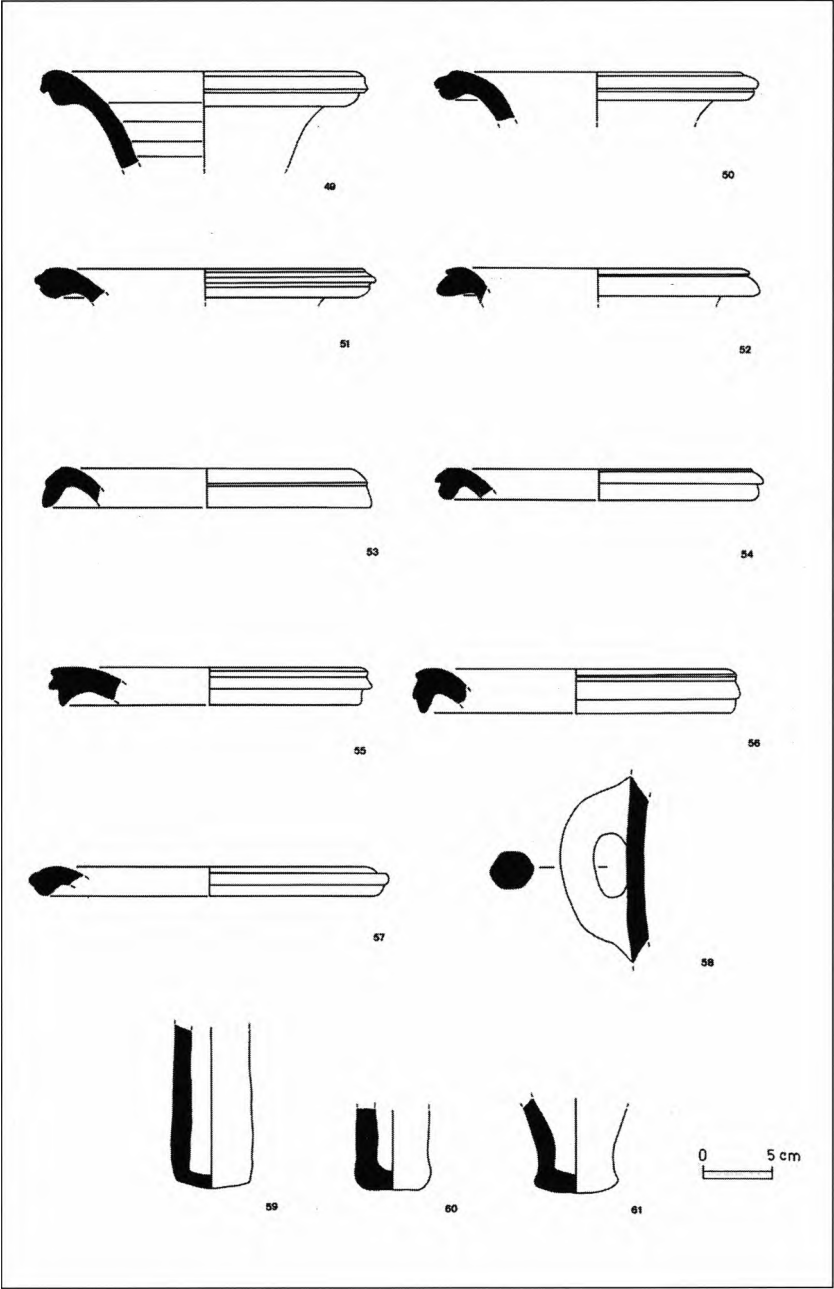


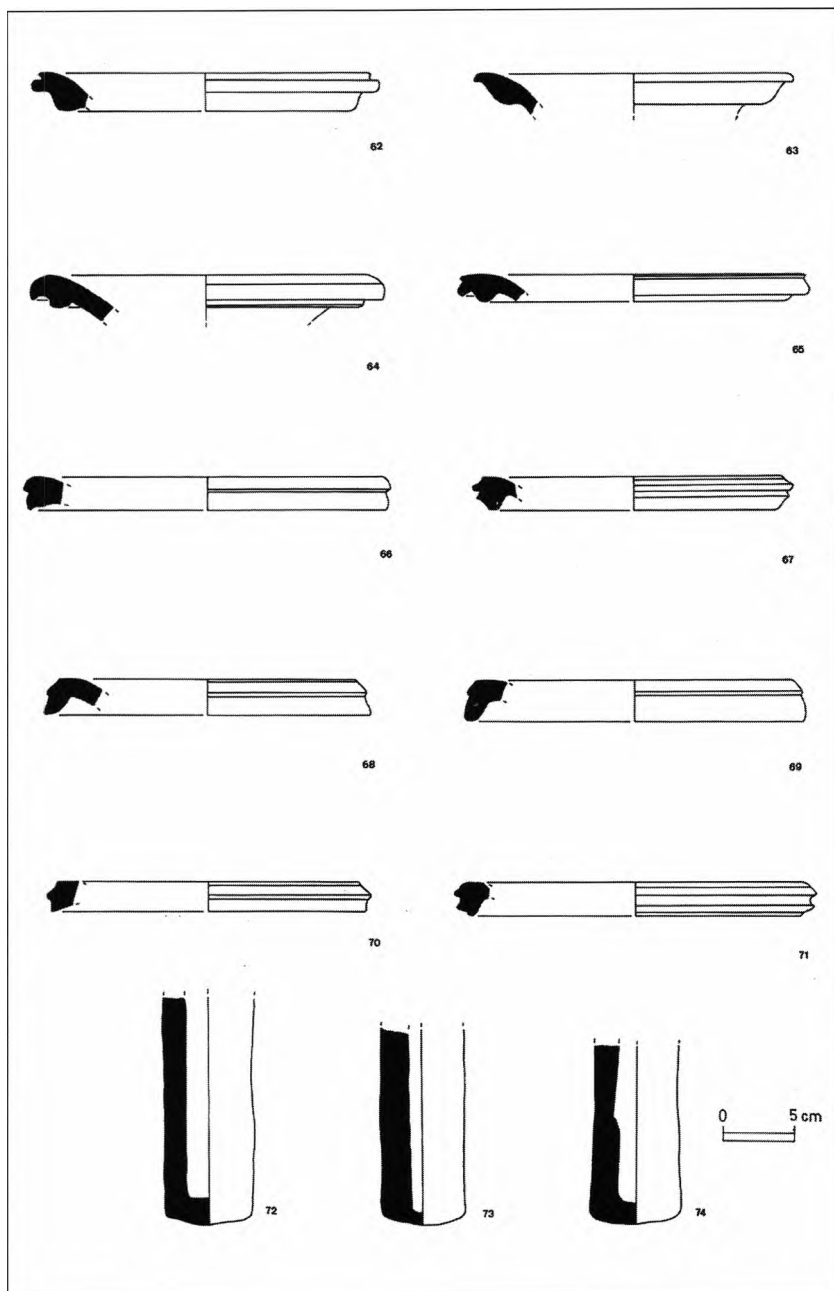
0 5 cm

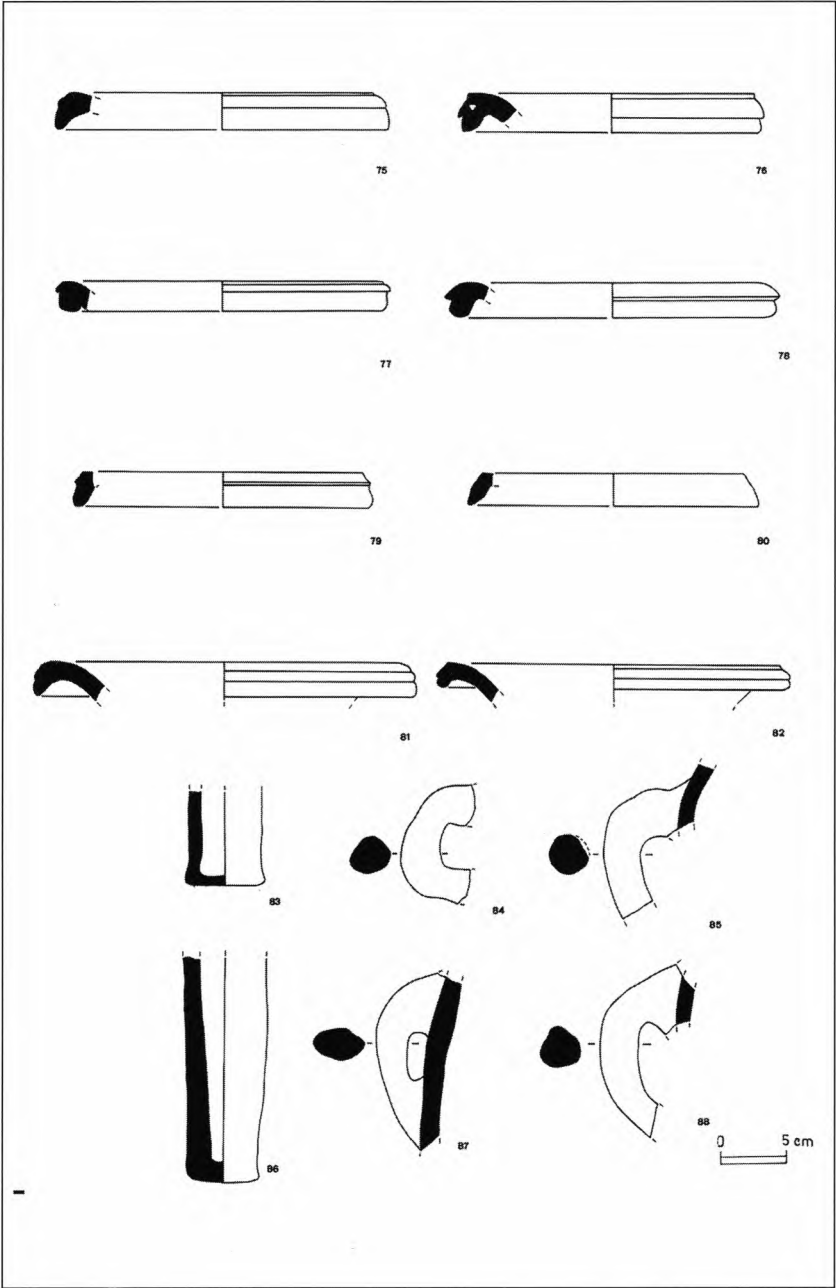


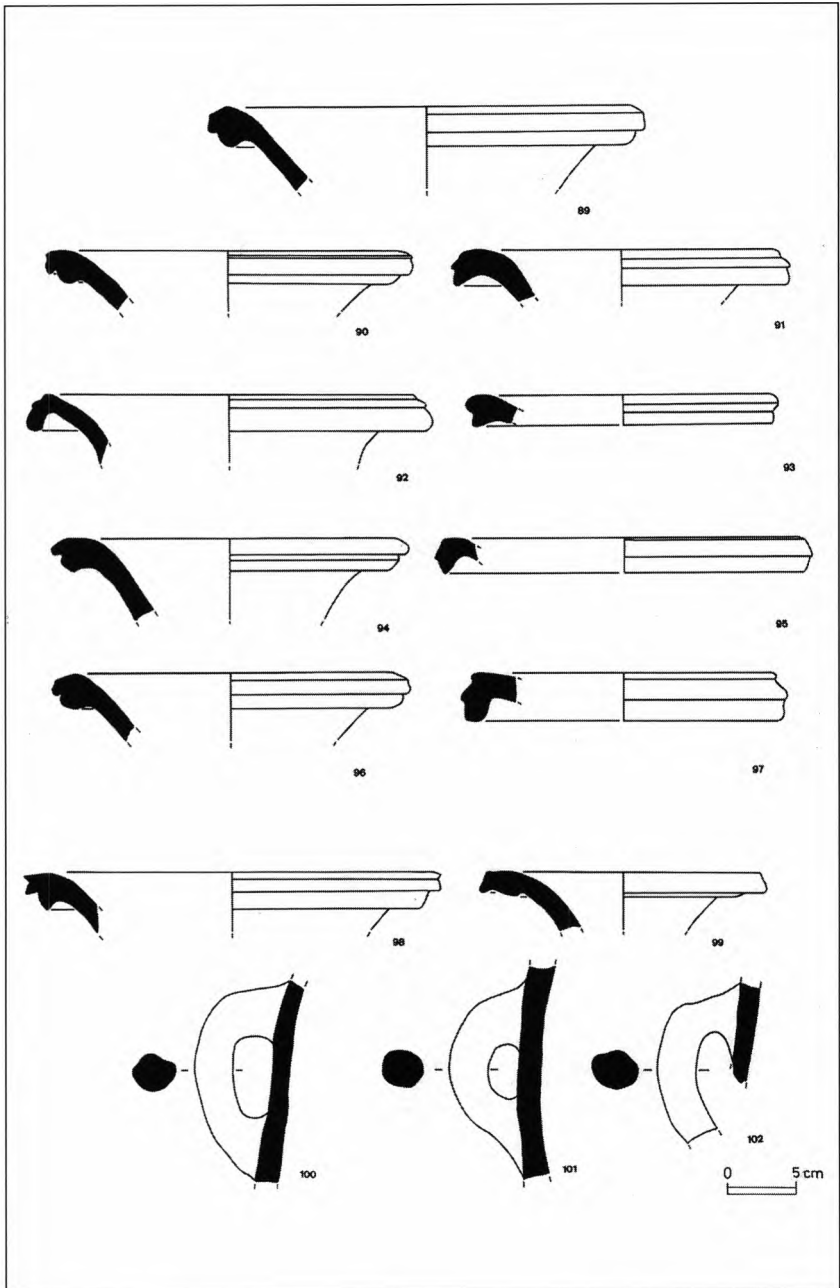












EURICO SEPÚLVEDA

Licenciado em Economia

ANTÓNIO CARVALHO

Biblioteca Condes de Castro Guimarães da Câmara Municipal de Cascais

e Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa

CERÂMICA ROMANA DE PAREDES FINAS NO MUSEU MUNICIPAL DE ELVAS

“Conimbriga” XXXV (1996) p. 233-265

RESUMO: Os autores estudam um pequeno *corpus* de materiais constituído pela totalidade de recipientes de cerâmica de paredes finas — 7 peças — depositados no Museu Municipal de Elvas e provenientes de três sítios arqueológicos deste concelho: necrópole da Herdade do Padrão, necrópole da Horta das Pinas e necrópole (?) da Herdade de Fontal va.

O artigo enumera as limitações que o estudo deste *corpus* coloca, descreve sucintamente os sítios arqueológicos em questão, discute problemas de tipologia, paralelos, origens e cronologias, bem como apresenta o catálogo dos materiais. Relaciona ainda as formas presentes com peças semelhantes exumadas nas escavações, actualmente em curso, na *mila* romana da Quinta das Longas, também no concelho de Elvas.

RÉSUMÉ: Les auteurs étudient un petit *corpus* qui constitue la totalité des vases de céramique à parois fines — 7 exemplaires — qui appartient au Museu Municipal de Elvas, provenant de trois sites archéologiques dans la région d'Elvas: nécropole de l' Herdade do Padrão, nécropole de l'Horta das Pinas et nécropole (?) de l'Herdade de Fontalva.

L'article énumère les limitations que l'étude de ce *corpus* suscite, il décrit sommairement les sites archéologiques, il fait la discussion des problèmes de typologie, des parallèles, des origines, des cronologies, et présente le catalogue du mobilier céramique. On met aussi en rapport formes du *corpus* avec des exemplaires similaires exhumés pendant les fouilles, actuellement en cours, de la *uilla* romaine de Quinta das Longas, à Elvas.

Conimbriga, 37 (1998), 233-265

(Página deixada propositadamente em branco)

CERÂMICA ROMANA DE PAREDES FINAS NO MUSEU MUNICIPAL DE ELVAS

“A r ouest de Mérida, ce sont les nécropoles de la région d’Elvas qui ont fourni un grand nombre de vases à parois fines se rattachant bien évidemment à la production éméritaine, y compris une forme qui n’a pas encore été trouvée dans le centre producteur (n.º 595).” (MAYETXLVI)

FRANÇOISE MAYET, 1975, p. 145.

Introdução

O presente artigo estuda um pequeno *corpus* constituído pela totalidade das cerâmicas de paredes finas romanas, pertencentes às colecções do Museu Municipal “António Thomaz Pires”, de Eivas.

Estas peças, num total de sete, estão dispersas por três espaços do Museu. Uma das peças está exposta numa vitrina com materiais de época romana, localizada na ala sul do corredor do piso superior do edifício; quatro estão contentorizadas nas reservas do Museu; e outras duas ocupam uma vitrine instalada numa pequena sala, onde se encontra reunida a quase totalidade do espólio romano depositado nesta instituição. Por se tratar, também, do gabinete de trabalho do técnico de conservação e restauro, a sala nem sempre está incluída no circuito normal das visitas, o que contribui para acentuar o desconhecimento por parte de todos os interessados, e também dos especialistas, relativamente à existência destas peças. Esta situação é naturalmente agravada pelo facto de se encontrarem inéditas, pois nunca foram objecto de estudo enquanto peças de cerâmica fina. Apenas estão referenciadas de forma pouco precisa nos artigos de

Abel Viana e António Dias Deus¹⁾, que inventariam o espólio recolhido nas centenas de sepulturas das várias necrópoles que, separadamente ou em conjunto, escavaram no concelho de Eivas.

Quanto à terminologia, pode imputar-se a estes autores responsabilidades pela não utilização da designação convencional — cerâmica de paredes finas —, usando em seu lugar a fórmula “cerâmica de pasta fina de barro branco com barbotina”⁽²⁾, e outras variantes, para classificar os materiais em questão. Pois convém notar que Nino Lamboglia⁽³⁾ tinha publicado, em Itália, na mesma época, um primeiro estudo fundamental — antecedido por alguns artigos — onde, pela primeira vez, enquadra cronologicamente as “ceramiche a pareti sottili” no conjunto das cerâmicas romanas. Alguns destes contributos são já do conhecimento destes autores, pois aparecem citados nos artigos sobre as necrópoles elvenses⁽⁴⁾. Mas, em Portugal, só a partir de meados da década

O De entre a extensa lista bibliográfica destes autores sobre as escavações e prospecções que realizaram, individualmente ou em conjunto com outros estudiosos, no concelho de Eivas, nas décadas de 40 e 50, destacamos aqueles que constituem os relatos mais pormenorizados das intervenções arqueológicas efectuadas nas necrópoles: VIANA, Abel (1950) — Contribuição para a arqueologia dos arredores de Eivas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Instituto de Antropologia-Faculdade de Ciências, 12(3-4), p. 289-322; VIANA, Abel e DEUS, António Dias de (1950) — Necrópolis céltico-romanas del concejo de Eivas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas-Instituto Diego Velazquez. 23 (80), p. 229-254; Idem (1953) — Exploração de algumas necrópoles céltico-romanas do concelho de Elvas. In: *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progreso das Ciências — Lisboa — 1950 — 7ª Secção — Ciências Históricas e Filosóficas*. Lisboa: Associação Portuguesa para o Progreso das Ciências, 8, p. 67-74; Idem (1955a) — Nuevas necropolis celto-romanas de la region de Eivas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas-Instituto Español de Arqueología y Prehistoria “Rodrigo Caro”. 28(91) p. 33-68; Idem (1955b) — Necropolis de la Torre das Arcas. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas-Instituto Español de Arqueología y Prehistoria “Rodrigo Caro”. 28(92) p. 244-263; Idem (1956) — Campos de urnas do concelho de Elvas. *O Instituto: Revista Científica e Literária*. Coimbra: Instituto de Coimbra, 118, p. 133-193.

(²) Cf., entre outros, por exemplo, VIANA, A. e DEUS, A. D. de (1955a) — *Op. cit.*, p. 44.

(³) LAMBOGLIA, Nino (1950) — *Gli scavi di Albintimilium e la cronologia della ceramica romana, Parte Prima, Campagne di Scavo 1938-1940*. Bordighera: Istituto Intemazional di Studi Liguri.

(⁴) LAMBOGLIA, Nino (1949) — La estratigrafia de Albintimilium y la cronologia de la cerâmica romana. *Ampurias*. Barcelona: Diputación Provincial de Barcelona-Ins-

de 50⁽⁵⁾ é que os nossos investigadores começam a utilizar regularmente a terminologia estabelecida pelo autor italiano.

A opção pela publicação destas peças surgiu na sequência de um pedido endereçado à Câmara Municipal de Eivas, para consulta do inventário e estudo de todos os materiais arqueológicos depositados no Museu, provenientes de sítios com ocupação romana já identificada. Assim, ao proceder ao levantamento dos materiais romanos, verificámos que as cerâmicas de paredes finas, entre muitos outros tipos de espólio, nunca tinham sido objecto de qualquer análise detalhada, apesar de constituírem artefactos de assinalável importância pela informação cronológica e distributiva que transmitem, merecendo, portanto, um estudo exaustivo e actualizado, face ao estado actual dos nossos conhecimentos. Dessa elementar constatação surgiu a intenção de as publicar.

O interesse pelo estudo dos materiais da época romana depositados no Museu Municipal de Eivas entronca no facto de um dos signatários deste artigo (A. C.) dirigir, desde 1990, um projecto de investigação arqueológica na *villa* romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Eivas), que tem como um dos objectivos paralelos relacionar os resultados já obtidos nos trabalhos realizados com a informação artefactual proveniente de outros sítios arqueológicos romanos localizados na área envolvente desta *villa*. Naturalmente que, e face à exiguidade de estudos publicados sobre as colecções depositadas no Museu e os respectivos contextos, a análise destes materiais revela-se imprescindível para obter algumas informações válidas — embora muito parcas quando comparadas com os nossos desejos —, que contribuam para preencher o quadro de conhecimentos sobre o período romano, que, para a região de Eivas, prima ainda por mostrar grandes vazios, em contraste absoluto com o significativo número de sítios já identificados.

No verão de 1995, paralelamente aos trabalhos da 5.^a campanha de escavações na *villa* romana da Quinta das Longas, foram desenhadas⁽⁶⁾ e

-tituto Diego Velázquez. 11, p. 47-61 ; citado, por exemplo, em VIANA, A. e DEUS, A. D. de (1956) — *Op. cit.*, p. 29.

⁽⁵⁾ O primeiro autor português que utiliza a denominação — cerâmica de paredes finas — parece ter sido Fernando Nunes Ribeiro. cf. RIBEIRO, Fernando Nunes (1956) — *Breve informação sobre cerâmica romana das Represas*. Beja: Ed. do autor.

⁽⁶⁾ Os desenhos das peças do catálogo foram realizados por alunos da Licenciatura em História (Variante de Arqueologia) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa,

descritas⁽⁷⁾ as cerâmicas de paredes finas e as ânforas, devendo estas últimas ser objecto de um futuro artigo. Pretendemos que o estudo de materiais do Museu prossiga nos próximos anos.

O estudo destas peças revela-se essencial para uma mais fina caracterização cronológica dos arqueossítios de onde são provenientes pois, apesar destes terem sido objecto de escavações arqueológicas, e terem inclusive merecido vários artigos sobre os trabalhos ali realizados e os contextos estratigráficos então identificados, nunca os materiais exumados mereceram um estudo técnico e tipológico detalhado, não permitindo assim avaliar com rigor qual a sua efectiva importância. Além dos escavadores, outros arqueólogos têm dedicado, em diversas ocasiões, alguma atenção a estes locais. Porém, devido à ausência de tais estudos tipológicos e de monografias exaustivas, limitam-se a acreditar trataram-se de sítios — necrópoles e, em alguns casos, com *habitat* associado —, muito extensos em área ocupada, longamente utilizados (e com várias fases) e de grande riqueza informativa, no entanto, insuficientemente trabalhada e explorada⁽⁸⁾.

Limitações do presente estudo

Embora o presente trabalho tenha por objecto de estudo um *corpus* constituído por apenas sete peças, tal não significa que as limitações encontradas sejam também escassas. Pelo contrário, a análise detalhada destas peças, dos respectivos contextos, das cronologias propostas, das técnicas de restauro e conservação utilizadas e de muitas outras questões paralelas, constituem entraves ou problemas de difícil resolução.

A primeira incógnita não resolvida tem a ver com o depósito destes materiais no Museu Municipal de Eivas. Desconhecemos, em absoluto, a razão, ou razões, que determinaram que deste conjunto de sete peças de cerâmica de paredes finas, seis, provenientes das necrópoles escava-

tendo posteriormente sido corrigidos e tintados por um dos signatários do artigo (E. S.). Os autores dos desenhos são: peça n.º 1 — Ana Filipa Pereira; peças n.º 2 e 7 — Ana Sofia Gomes; peças n.º 3 e 5 — Paulo Jorge Neves; peça n.º 4 — Carla Sofia Fernandes; e peça n.º 6 — Maria Manuela Pereira.

(7) A descrição das peças é também da responsabilidade de E. S.

(8) No grupo dos principais autores destacam-se os que nos últimos anos elaboraram sínteses sobre o Portugal romano, e que nesse âmbito trataram o tema, designadamente, Jorge de Alarcão (em diversas ocasiões), Rui Centeno e Carlos Fabião.

das por Abel Viana e António Dias de Deus, tenham ficado em Eivas — acompanhadas por outros materiais é certo —, quando o grosso do espólio foi depositado no Museu do Paço Ducal de Vila Viçosa. No Museu de Eivas não há qualquer registo que nos esclareça, embora uma pesquisa na documentação do Museu ou na correspondência pessoal dos escavadores e nos seus cadernos de campo⁽⁹⁾, nos pudesse dar algumas pistas interessantes. Não excluimos a possibilidade, que julgamos até bastante provável, de os materiais terem sido propositadamente deixados em Eivas para serem mostrados aos visitantes do Museu como mero testemunho das necrópoles elvenses ou para eventual comparação futura com outros materiais a exumar. O que parece certo é que a sua selecção foi aleatória.

Quanto à nossa peça n.º 5, proveniente da Herdade de Fontalva, coloca-se necessariamente outro problema, aparentemente de fácil resolução. Por que razão está ela depositada no Museu Municipal de Eivas, quando o espólio que foi recolhido nesta Herdade pelo respectivo proprietário Rui de Andrade, e posteriormente publicado por três arqueólogos incluindo Abel Viana, deu entrada no Museu dos Serviços Geológicos, em Lisboa? A resposta pode estar no facto do autor e o momento das recolhas serem efectivamente outros, e não o proprietário⁽¹⁰⁾, durante a década de 40.

É habitualmente considerado pelos investigadores que os materiais arqueológicos exumados das necrópoles elvenses escavadas e publicadas por Abel Viana e António Dias de Deus estão depositados no Paço Ducal de Vila Viçosa, e, no entanto, deparamos com este pequeno núcleo, integrado por vários tipos de peças, no Museu Municipal de Eivas. Deve ter sido esta ideia feita que afastou F. Mayet, na primeira metade da década de 70, do estudo dos sete exemplares que agora apresentamos. F. Mayet não os deverá ter identificado, até porque o conhecimento do

(9) Segundo Abel Viana, António Dias de Deus “não tinha apontamentos das suas numerosas investigações” e muita da informação publicada foi devido à “sua viva memória”, daí que nos restem apenas os textos publicados, os relatórios oficiais redigidos na época e eventuais informações contidas nos cadernos de campo de Abel Viana. Cf. VIANA, A. (1950) — *Op. cit.*, p. 289-290.

(10) PAÇO, Afonso do e FERREIRA, Octávio da Veiga (1951) — *Antiguidades de Fontalva (Eivas)*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 61 (3-4), Jul.-Dez., p. 416; PAÇO, Afonso do; FERREIRA, Octávio da Veiga e VIANA, Abel (1957) — *Antiguidades de Fontalva. Neo-eneolítico e época romana*. *Zephyrus*. Salamanca: Universidade de Salamanca, 8 (1), p. 112.

nosso exemplar n.º 7 teria sido fundamental para criar uma nova variante da forma XXXVII da sua tipologia e, simultaneamente, apresentar mais um copo, demonstrativo da importação para a Lusitânia de um produto que consideramos possivelmente de origem galo-romana. Assim, esta investigadora, ou não foi ao Museu, ou as peças não estavam visíveis, ou nem sequer lhe foram mencionadas. O mais provável é não ter tido conhecimento do depósito destes materiais, julgando que a totalidade do espólio conservado se encontrava em Vila Viçosa. Esta situação pressupõe, no entanto, o desconhecimento, por parte da autora, do conteúdo na íntegra de pelo menos dois artigos dos arqueólogos portugueses, publicados na revista *Brotéria*⁽⁹⁾, e no III Congresso Arqueológico Nacional⁽¹²⁾ espanhol, realizado na Galiza, onde é explicitamente referido que os materiais das necrópoles estão depositados em ambos os museus. Porém, na bibliografia inserida no seu livro, está presente o segundo artigo citado, o que contribui para tomar mais estranha a ausência de qualquer referência às peças de Eivas, reforçando pois a hipótese de um desconhecimento real do texto na sua totalidade, isto devido possivelmente a uma deficiente leitura do artigo. Este facto parece ser comprovado pela seguinte afirmação da autora a propósito do “grand nombre de vases à parois fines” exumados nas “nécropoles de la région d’Elvas”, que não deixa lugar a qualquer dúvida: “Ces vases sont conservés aujourd’hui dans le Palais Ducal de Vila Viçosa (...)”⁽¹³⁾.

O inventário do Museu Municipal de Eivas não revela todas as informações julgadas convenientes. Assim, verificamos que há dúvidas no registo de uma das peças — a n.º 1 do nosso catálogo — e desconhecemos a proveniência da peça a que atribuímos o n.º 4. Por estar omissa nas publicações dos escavadores, faltam-nos ainda referências exactas às sepulturas a que pertencem. Como se poderá comprovar pela consulta do nosso catálogo, a tentativa de reconstituição pelas descrições e fotografias não permitiu retirar conclusões definitivas.

⁽⁹⁾ VIANA, Abel (1955) — Notas de Corografia Alentejana. *Brotéria: Revista Contemporânea de Cultura*. Lisboa: Gaspar Maria Leal Gomes Pereira Cabral. 61(6), p. 551-553.

⁽¹²⁾ DEUS, António Dias de; LOURO, Henrique da Silva e VIANA, Abel (1955) — Apontamento de estações romanas e visigóticas da região de Eivas (Portugal). In: *III Congreso Arqueológico Nacional—Galicia, 1953*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico (Sección de Arqueología) — Secretaría General de los Congresos Nacionales, p. 568-578.

⁽¹³⁾ MAYET, Françoise (1975) — *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion E. de Boccard, p. 145.

O estudo destes materiais foi dificultado pelo seu estado de conservação. Quatro aspectos ressaltam de uma análise cuidada. Quando foram exumadas as peças, não foram limpas, e muitas conservaram-se com a terra acumulada no interior durante vários anos, embora actualmente esta situação já não se verifique. As limpezas da década de 50 foram realizadas recorrendo à utilização de ácido. O uso do canivete fez desaparecer o engobe que cobria as paredes internas e externas. E, nos restauros então efectuados, foi utilizado gesso em grandes camadas. Todas estas situações contribuíram decisivamente para acentuar de forma muito negativa o estado de conservação destas peças.

Quanto à bibliografia, os textos de Abel Viana e António Dias de Deus caracterizam-se por nos esclarecerem sistematicamente relativamente ao tipo de enterramentos identificados — incineração ou inumação. Revelam-se, por um lado, cuidados na descrição da estrutura das sepulturas e, por outro, muito superficiais na descrição do espólio exumado, apresentando meros inventários do conteúdo de cada sepultura. Os artigos tomam-se também interessantes, pelas relações e pelos paralelos culturais e cronológicos que estabelecem entre as necrópoles elvenses escavadas, e outros contextos inclusive estranhos à região do nordeste alentejano. Por outro lado, importa frisar que nem sempre as peças apresentadas são satisfatoriamente descritas ou ilustradas nos apêndices documentais que acompanham os artigos. Quando comparamos os vários textos publicados, verificamos existirem frequentes enganos chegando a atribuir uma mesma peça a sepulturas diferentes, ou duplicar os números de inventário. Não raramente, uma leitura atenta faz parecer que alguns são redigidos por vezes de forma pouco exaustiva, e até durante a realização dos trabalhos de escavação, assemelhando-se, portanto, a cadernos de campo vertidos para letra de forma. Constatamos, ainda, que os artigos sucedem-se no tempo a um intenso ritmo, acumulando inexactidões relativamente à proveniência das peças⁽¹⁴⁾.

⁽¹⁴⁾ Curiosamente, a situação que acabamos de descrever tem algumas explicações que nos são dadas pelo próprio Abel Viana. Nos casos em que as escavações foram realizadas apenas contando com a presença de António Dias de Deus, os textos redigidos por ambos sobre essas realidades reflectem algumas falhas e trocas de espólio, apresentando-se, de uma maneira geral, qualitativa e quantitativamente mais pobres. Com a colaboração activa de Abel Viana nos trabalhos de campo a partir de 1949, e até à morte de António Dias de Deus em 24 de Abril de 1955, os artigos que tratam os novos sítios identificados e escavados tomam-se mais ricos e pormenorizados do ponto de vista informativo. Aliás, a publicação de textos inicia-se e decorre intensa exactamente

São também praticamente inexistentes as informações complementares que permitem ligar estas necrópoles com os locais de *habitat* das populações romanas, embora se possam avançar alguns dados nesse sentido. Aliás, os próprios escavadores, em algumas passagens dos seus artigos, estabelecem relações entre sítios com diferentes funções. Certo é que devemos relacionar estas necrópoles, e as dezenas de *uillae* já identificadas até ao presente momento no actual concelho de Eivas, a partir de uma cuidada análise da distribuição espacial dos arqueossítios, assente numa prospecção arqueológica exaustiva do território.

Por último, importa referir que com o recurso aos métodos de análise química e petrográfica se poderão obter mais informações no que diz respeito a uma mais eficaz caracterização das pastas dos vários recipientes deste *corpus* e, portanto, das origens da peça n.º 7. Devido a limitações de tempo e meios, essa hipótese de trabalho é por nós conscientemente deixada em aberto.

Breve descrição dos sítios arqueológicos de onde são provenientes as peças que integram o *corpus* e das escavações ali realizadas

Parece-nos relevante, num trabalho com estas características, — estudo de um conjunto de materiais exumados por outros, em que se pretende também reconstituir realidades, vicissitudes e itinerários inerentes à investigação então efectuada —, elaborar uma muito breve apresentação dos sítios arqueológicos de onde são provenientes as peças que integram o nosso *corpus*, com base na leitura da bibliografia disponível. Este esboço permitirá ilustrar os sítios, os contextos então identificados e, até, avivar um pouco a nossa memória colectiva para a história das descobertas, por vezes essencial para compreender determinado tipo de processos de trabalho e conclusões avançadas.

a partir do momento em que se estabelece a colaboração entre estes dois investigadores, resultado de uma acção prévia de mediação de Domingos Lavadinho, então Director do Museu e Biblioteca Municipal de Eivas, que muito provavelmente reconheceu a importância do momento que se vivia na Arqueologia elvense e a necessidade de agregar um arqueólogo profissional, de méritos firmados, com trabalho desenvolvido e interesse pela região. Cf. VIANA, A. (1950) — *Op. cit.*, 589-590 e Idem (1956) — *Algumas notas sobre António Dias de Deus e as suas pesquisas arqueológicas no concelho de Eivas*. Beja: Ed. de autor.

As cerâmicas de paredes finas em estudo remetem-nos para três sítios arqueológicos exactos, concretamente duas necrópoles localizadas na Herdade do Padrão e na Horta das Pinas, que foram parcialmente escavadas por Abel Viana e António Dias de Deus. O sítio arqueológico romano que se localiza na Herdade de Fontalva, e ao qual pertence uma das peças, pode também ser caracterizado como tratando-se de uma necrópole, pois embora Abel Viana em conjunto com outros dois arqueólogos — Afonso do Paço e Octávio da Veiga Ferreira — não tenham procedido a escavações, e tendo apenas estudado um conjunto de materiais recolhido em condições muito incertas, referem, explicitamente num artigo, tratar-se de materiais provenientes de sepulturas. Pela análise do inventário dos materiais publicados parece poder antever-se a existência de uma área de habitat, possivelmente uma *uilla*, onde deverão ter sido recolhidos alguns dos artefactos. Uma das peças do nosso *corpus*, de proveniência desconhecida, deixa porém em aberto a hipótese de pertencer a um dos sítios em questão, ou a um outro dos muitos existentes no concelho de Eivas, que estes investigadores, ou outros, escavaram ou visitaram em prospecção.

De seguida apresentam-se sumariamente estes sítios e remetem-se para notas os textos mais importantes que se lhes referem.

Necrópole da Horta das Pinas⁽¹⁵⁾ — Localiza-se na freguesia de S. Vicente e Ventosa. Foi descoberta pelos “rapazitos do sítio” e pelos “pequenos pastores” que ali “costumavam escavar o solo, a fim de obterem loiças para seus brinquedos”⁽¹⁶⁾. O sítio foi escavado por Abel Viana e António Dias de Deus entre Março e Agosto de 1950. Foram identificadas 61 sepulturas de incineração. Os arqueólogos referem que se trata apenas de uma parte da necrópole. Do ponto de vista da estrutura tumular, as sepulturas podem ser agrupadas em dois grandes grupos généricos: o simples covacho — com cerâmica e outros objectos pessoais, bem como cinzas —, coberto com algumas pedras de pequena dimensão; ou um covacho revestido e coberto por lajes ou *tegulae*. Só foram detectados contextos de incineração. O espólio exumado é constituído por peças de cerâmica comum, *terra sigillata*, cerâmica de paredes finas,

⁽¹⁵⁾ DEUS, A. D. de; LOURO, H. da S. e VIANA, A. (1955) — *Op. cit.*, p. 570; VIANA, A. (1955) — *Op. cit.*, p. 552-553; VIANA, A. e DEUS, A. D. de (1950) — *Op. cit.*, p. 242-244; Idem (1953) — *Op. cit.*, p. 70-71; Idem (1956) — *Op. cit.*, p. 143-154.

⁽¹⁶⁾ VIANA, A. e DEUS, A. D. de (1956) — *Op. cit.*, p. 142.

vidros, fíbulas e fívelas de bronze e outros objectos metálicos e de adorno.

As sepulturas foram datadas pelos escavadores como pertencendo a um período que vai do início do séc. I a C. ao final do séc. II d. C.

Necrópole da Herdade do Padrão⁽¹⁷⁾ — Localiza-se na freguesia de Salvador, Ajuda e Santo Ildefonso. Foi descoberta acidentalmente em Setembro de 1948, ao proceder-se à abertura de uma estrada. Na ocasião estes trabalhos afectaram 5 sepulturas, das quais se recolheram apenas quatro recipientes cerâmicos. Abel Viana e António Dias de Deus procederam ali a escavações entre Novembro de 1949 e Dezembro de 1950, tendo identificado mais 17 sepulturas. Todas as sepulturas eram de incineração. Apresentava túmulos de construção muito rudimentar — simples covachos protegidos com pedras —, no interior dos quais eram depositadas as urnas e as cinzas. Os túmulos mais elaborados eram rectangulares formados por *tegulae* ou lajes de xisto. O espólio exumado, muito variado, é composto por cerâmica comum, *terra sigillata*, cerâmicas de paredes finas, lucernas, vidros e objectos metálicos incluindo de adorno.

Os escavadores propõem uma cronologia que vai do início do século I d. C. até aos meados do séc. III.

Necrópole (?) da Herdade de Fontalva⁽¹⁸⁾ — Situa-se na freguesia de Santa Eulália. Trata-se de um sítio arqueológico que se presume ser muito extenso, e se situa, muito provavelmente, na elevação junto ao “Monte” dos proprietários da Herdade, embora se desconheça o local exacto onde se realizaram as sucessivas recolhas de materiais. Pela análise do conteúdo de dois textos publicados sobre os materiais provenientes dessas colectas ocasionais — e, eventualmente, de escavações —, realizadas fundamentalmente pelo proprietário Rui de Andrade, pode concluir-se que se trata de uma necrópole, visto que é referido de forma clara que os materiais são provenientes de “sepultura” ou “que se estuda um conjunto funerário”. Contudo, não se pode aferir o número exacto de sepulturas então descobertas.

⁽¹⁷⁾ DEUS, A. D. de; LOURO, H. da S. e VIANA, A. (1955) — *Op. cit.*, p. 569-570; VIANA, A. (1955) — *Op. cit.*, p. 551-552; VIANA, A. e DEUS, A. D. de (1950) — *Op. cit.*, p. 236-242; Idem (1953) — *Op. cit.*, p. 70; Idem (1956) — *Op. cit.*, p. 138-141.

⁽¹⁸⁾ PAÇO, A. do e FERREIRA, O. da V (1951) — *Op. cit.*, p. 416-425; PAÇO, A. do; FERREIRA, O. da V e VIANA, A. (1957) — *Op. cit.*, p. 111-133.

De acordo com os relatos e as descrições dos materiais publicados pelos vários arqueólogos parece, no entanto, que alguns dos artefactos serão estranhos ao ambiente de necrópole, podendo então as recolhas ter incidido sobre áreas de *habitat*, sobrepostas ou existentes nas proximidades.

De acordo com o que nos é referido nos textos citados, os materiais indicam uma ocupação que abarca os séculos I a IV d. C. Octávio da Veiga Ferreira, a partir da análise correlacionai efectuada com os outros materiais encontrados numa sepultura a que pertence a lucerna que publica, aponta o séc. IV como cronologia para o enterramento.

Parece-nos, também, óbvio que a descoberta de materiais romanos na Herdade de Fontalva, embora contemporânea das restantes escavações e prospecções realizadas nesta época, no concelho de Eivas, não se enquadra na mesma linha de estudo e divulgação, visto que na eventual necrópole aí existente nunca decorreram — que se tenha notícia — escavações, por parte dos investigadores alentejanos que ali trabalhavam diária e intensamente, designadamente António Dias de Deus, a que se juntou Abel Viana entre 1949 e 1955. Sabendo do interesse que este tipo de realidades despertou nestes arqueólogos, para as quais orientaram, nos meados deste século, todas as suas atenções, é difícil compreender as razões que os afastaram de “dar a conhecer” mais uma “necrópole céltico-romana”. Este facto pode ser explicado pelo eventual interesse e zelo do proprietário, que, apesar de oferecer o espólio ao Museu dos Serviços Geológicos, e permitir o seu estudo, afastaria estes arqueólogos, chamando a si a realização de algumas sondagens no terreno, que aparentemente não ficaram documentadas. Estranho é, também, a Herdade de Fontalva estar ausente das listagens de estações romanas publicadas por Abel Viana e António Dias de Deus na mesma época, quando já se conhecia a existência destes vestígios. Nos dois artigos que consultámos dedicados ao estudo dos materiais romanos da Herdade de Fontalva⁽¹⁹⁾, só Abel Viana participa, e no segundo datado de 1957. António Dias de Deus, residente em Vila Fernando e principal impulsionador dos trabalhos desta dupla de arqueólogos na região de Eivas, faleceu em 1955, o que poderá constituir a principal razão que o impediu de eventualmente vir a ser co-autor daquele artigo. O seu

(19) PAÇO, A. do e FERREIRA, O. da V. (1951) — *Op. cit.* | PAÇO, A. do; FERREIRA, O. da V. e VIANA, A. (1957) — *Op. cit.*

desaparecimento pode ainda explicar o facto de não ter havido escavações prioridades de estudo, inclusive bem distantes da região de Eivas.

Os materiais recolhidos foram depositados pelo proprietário da Herdade no Museu dos Serviços Geológicos, em Lisboa, onde actualmente se encontram⁽²⁰⁾.

Nessa medida, desconhecemos em absoluto se a peça estudada — e outras existentes no Museu Municipal de Eivas — pertence ao mesmo conjunto, ou se foi recolhida em outra ocasião. Sobre os autores das recolhas e os contextos nada podemos referir neste momento.

Análise do *corpus*

O conjunto em estudo, constituído pelas sete peças de cerâmica de paredes finas existentes no Museu Municipal de Eivas, caracteriza-se, essencialmente, por revelar uma grande homogeneidade quanto ao tipo representado e à sua origem, com excepção para a peça n.º 7 do nosso catálogo.

As peças n.os 1 a 6 pertencem, pelo tipo de pasta, pela forma e pela decoração, à denominada produção emeritense definida, pela primeira vez, por Françoise Mayet, no seu livro sobre as cerâmicas de paredes finas da Península Ibérica⁽²¹⁾.

Neste *corpus* estão representadas taças carenadas, — com e sem asas —, com a parte superior da pança ligeiramente inclinada e encurvada para o interior, normalmente apresentando um lábio boleado. A carena que divide a pança, em metade superior e inferior, é salientada por uma larga canelura — por vezes duas. A base é sempre constituída por um pequeno pé, geralmente côncavo.

Por todas estas características, as peças em estudo são incluídas na forma MAYET XLIII e na sua variante XLIII A, neste último caso quando existem duas asas.

Quanto à decoração, verificamos que o tipo mais utilizado é o da técnica de guilhoché, presente em quatro das peças estudadas. Este é aplicado normalmente em duas bandas separadas por uma fina ranhura, e executado apenas na parte superior da pança, o que é uma constante na produção de paredes finas com origem em Mérida, para este tipo de taça.

(20) Idem — *Ibidem*, p. 416; e Idem — *Ibidem*, p. 112.

(21) MAYET, E (1975) — *Op. cit.*, p. 142-147.

Embora tendo presente as limitações impostas pela exiguidade da nossa colecção, parece-nos relevante referir que os sítios arqueológicos que forneceram estas peças apresentam produtos originários da Lusitânia, facto que contribui para reforçar a tese de que os territórios circundantes da capital da província — *Augusta Emerita* — eram abastecidos fundamentalmente por este centro produtor, durante o primeiro século da nossa era, em detrimento das áreas de produção localizadas na Bética⁽²²⁾.

No que diz respeito às cronologias que Abel Viana e António Dias de Deus apresentaram para as necrópoles da Herdade do Padrão e Horta das Pinas, como tendo sido também utilizadas ao longo da segunda metade do séc. I d.C, pode concluir-se, pelo estudo das cerâmicas de paredes finas exumadas nessas necrópoles, que se confirmam, para a época mais antiga, as datações avançadas pelos autores⁽²³⁾. Mayet, por seu lado, sem esquecer os resultados obtidos nas escavações efectuadas no território da Lusitânia, opta por afinar as cronologias que atribui a esta forma apenas por um exemplar encontrado em Munigua (Mulva)⁽²⁴⁾ que foi, em primeiro lugar, apresentado por Mercedes Vegas, como exemplo do seu tipo 34.d (“tazas con decoración a la barbotina”)⁽²⁵⁾, e atribuído ao período NeroFlaviano. Possivelmente por considerarem que a cronologia atribuída aos enterramentos onde foram exumadas estas taças de cerâmica de paredes finas continha um intervalo de tempo excessivamente lato, ambas as autoras não tiveram em conta os resultados dos arqueólogos portugueses ao estabelecer as cronologias definitivas para a forma em questão.

A peça que falta aqui analisar, e que tem no nosso catálogo o n.º 7, é proveniente da necrópole da Horta das Pinas e levanta problemas, não quanto à sua classificação formal, mas sim no que diz respeito ao local de produção.

A forma hemisférica que apresenta permite defini-la como uma peça da forma MAYET XXXVII. Porém, a decoração do tipo “depressão”⁽²⁶⁾, obtida possivelmente através da pressão efectuada pelo polegar do oleiro na pança, enquanto o barro ainda estava fresco,

(22) Idem — *Ibidem*, p. 142-147.

(23) VIANA, A e DEUS, A. D. de (1950) — *Op. cit.*, p. 247-253.

(24) MAYET, F. (1975) — *Op. cit.*, p. 89.

(25) VEGAS, Mercedes (1973) — *La cerámica común romana del Mediterráneo Occidental*. Barcelona: Universidad de Barcelona-Instituto de Arqueología y Prehistoria, Col. Publicaciones Eventuales n.º 22, p. 80-85, fig. 27.

(26) Este tipo de decoração é bastante utilizado pelos oleiros do Norte do Império

toma-a ausente do repertório, quer da produção de Mérida, quer das produções típicas da Bética. A decoração do tipo “depressão” nas cerâmicas romanas parece ser inspirada pelas peças metálicas de prata, com cronologias dadas pelo tesouro da Casa do Menandro, em Pompeia (75 a. C. a 25 a. C.). No entanto, também foram encontrados copos em cerâmica no enterramento n.º 34 (incineração) da necrópole de Las Cortes (Ampurias), com datações entre 100 e 50 a. C., na basílica Julia (Roma) de época pré-tiberiana e em Lindenhof (Zurique) de cronologia alta⁽²⁷⁾, o que necessariamente faz recuar a data de utilização deste tipo de motivo decorativo nas cerâmicas e pode indiciar outro tipo de filiação.

Segundo Maria Grazia Maioli⁽²⁸⁾, que num estudo sobre cerâmica de paredes finas da área de Ravena faz referência a dois exemplares com o mesmo tipo de decoração, apresentando apenas o desenho de uma taça (carenada?)⁽²⁹⁾, informa-nos que a peça imita modelos de vidro (ISINGS 32 com cronologias da 2ª metade do séc. I d. C.), dando a autora uma datação “dalla metà del I.º sec. d. C.”⁽³⁰⁾. Menciona, também, a possibilidade de esta forma ter origem no repertório de copos metálicos helenísticos⁽³¹⁾.

Abel Viana e António Dias de Deus descreveram e classificaram esta peça como sendo “Uma de barro branco, pintada. Tem forma esferoidal

Romano, especialmente os da Britânia (caso das olarias do vale de Nene, Oxford e Stanground, durante todo o séc. II e III d. C.) influenciados pelas produções gaulesas de Lezoux e do limes renano. Cf., entre outros, BROWN, A. E. e WOODFIELD, Charmian (1983) — *Excavations at Towcester, Northamptonshire: The Alchester Road Suburb. Northamptonshire Archaeology*. Northamptonshire: s. ed., 18, p. 74-110; DANNELL, G. B.; HARTLEY, B. R.; WILD, J. R. e PERRIN, J. R. (1993) — *Excavations on a Roman-British pottery production site at Park Farm, Stanground, Peterborough, 1965-1967. Journal of Roman Pottery Studies*. Oxford: Oxbow Books, vol. 6, p. 51-93.

⁽²⁷⁾ MAIURI, A. (1933) — *La Casa del Menandro e il suo tesoro di argentea*. Roma: s. ed., n.º 106-109, p. 371-372, fig. 146, citado em: MOEVS, Maria Teresa Marabini (1973) — *The Roman thin walled pottery from Cosa (1948-54)*. Roma: American Academy in Rome. Col. *Memories of the American Academy in Rome*, vol. 32, p. 80 e 86. Cf., também, MAYET, F. (1975) — *Op. cit.*, p. 37.

⁽²⁸⁾ MAIOLI, Maria Grazia (1972-73) — *Vasi a pareti sottili grigie dal Ravennate. Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta*. Ravena: s. ed., 14-15, p. 110 e 119.

⁽²⁹⁾ Idem — *Ibidem*, p. 114.

⁽³⁰⁾ Considera a peça de vidro rara na área de Ravena, mas presente em todas as regiões da bacia do Mediterrâneo, enquanto que a forma de cerâmica de paredes está atestada até em contextos arqueológicos de Inglaterra. Cf. Idem — *Ibidem*, p. 110.

⁽³¹⁾ Idem — *Ibidem*, p. 117, nota 12.

amolgada em quatro lados opostos dois a dois, mostrando cada uma destas faces uma larga cavidade”⁽³²⁾. Embora citando estes autores, F. Mayet possivelmente não relacionou esta descrição com um copo de cerâmica de paredes finas, estando a peça omissa no seu catálogo⁽³³⁾.

Não podendo enquadrar esta peça nas produções ibéricas, procurámos encontrar paralelos nas produções galo-romanas: Lyon — concretamente em La Butte — e La Graufesenque⁽³⁴⁾.

Convém desde já fazer notar que uma característica que parece ser atributo fundamental dos exemplares galo-romanos — a decoração de granitado arenoso — não existe no copo proveniente da necrópole da Horta das Pinas, o que pode ter resultado das condições de deposição e do tipo de limpeza quando dos vários restauros efectuados, que devem ter contribuído para destruir o engobe e a decoração que muito possivelmente teria.

No que diz respeito à produção da Gália Central, embora as duas pastas se possam comparar — pouco homogêneas, de cor clara e nunca camurça ou castanha, brandas e progressivamente desagregáveis, quando em contacto prolongado com os agentes químicos dos solos —, parecemos que, no aspecto formal, o pequeno copo da Horta das Pinas e os copos lioneses são diferentes. A forma GREENE tipo 21 ⁽³⁵⁾ que poderia servir de paralelo por exibir depressões na pança e bordo extrovertido, apresenta, no entanto, um ombro redondo e alto, que a afasta do nosso exemplar.

Porém, uma breve passagem de um artigo de F. Mayet⁽³⁶⁾ reforça a possibilidade de filiar a peça nestas produções da Gália Central. Embora

⁽³²⁾ VIANA, A. e DEUS, A. D. de (1956) — *Op. cit.*, p. 181.

⁽³³⁾ MAYET, F. (1975) — *Op. cit.*

⁽³⁴⁾ BÉMONT, Colette (1976) — Vases à parois fines de Glanum: formes et décors. *Gallia*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. 34 (1), p. 237-238, 260, 262 (n.º 7536); GREENE, Kevin. (1979) — *The Pre-Flavian fine ware. Report on the excavations at Usk, 1965-1976*. Cardiff: University of Wales Press, p. 13-27 e 50-55; MAYET, F. (1980) — Les céramiques à parois fines: état de la question. In: *Céramiques Hellénistiques et Romaines*. Paris: Centre de Recherches d'Histoire Ancienne, vol. 36, p. 209-211; MINGUEZ MORALES, José Antonio (1991) — *La cerámica romana de paredes finas: generalidades*. Universidade de Zaragoza: Departamento de Ciencias de la Antigüedad, p. 70-77. RICCI, Andreina (1985) — Ceramica a pareti sottili. In: *Atlante delle forme. Ceramiche. II — Ceramica fine romana nel bacino Mediterraneo (Tardo Ellenismo e Primo Imperio)*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, p. 350-352.

⁽³⁵⁾ GREENE, K. (1979) — *Op. cit.*, p. 24, fig. 8.

⁽³⁶⁾ MAYET, F. (1980) — *Op. cit.*, p. 209.

apresentando uma definição curta e incompleta — pois descreve apenas a parte superior da pança e a respectiva decoração —, e sem estar apoiada em qualquer ilustração deste tipo de copo pequeno, a autora descreve-nos os *gobelets* de Lyon como possuindo um bordo com lábio extrovertido e separado da pança por uma fina ranhura, o que permite visualizar algumas semelhanças com o exemplar proveniente da Horta das Pinas.

Nesta busca existem, pois, pistas de sinal contrário. Se o tipo 21 de K. Greene se afasta definitivamente pelas razões apontadas, a descrição de F. Mayet pode fazer-nos estabelecer o paralelo e, consequentemente a origem desta produção, ainda que nos coloquemos reservas.

Os produtos que oferecem as olarias de La Graufesenque parecem-nos, porém, ser passíveis de comparação. Um exemplar classificado como sudgálico e proveniente das escavações de Ampurias (L'Escala)⁽³⁷⁾ apresenta características morfológicas que o definem como um paralelo quase perfeito, bem como um outro recolhido em Usk, no País de Gales⁽³⁸⁾. Para evidenciar melhor esta similaridade apresentamos, seguidamente, um quadro no qual se comparam apenas os copos da Horta das Pinas e a de L'Escala, concretamente quanto às dimensões (em milímetros), ao tipo de pasta e ao engobe, pois não foi possível obter dados quantitativos para o exemplar galês.

Quadro 1

PEÇA	DIÂMETRO		ALTURA	ESP.	PASTA	ENGOBE
	Boca	Base				
Horta das Pinas (MNE — 2942)	82	35	69	2	Ocre esbranquiçado (IOYR 8/3)	Alaranjado (5YR 5/8)
L'Escala (1814) (*)	81	32	86	1,9	Amarelada	Alaranjado (Possivelmente)

(*) Número de inventário do espólio cerâmico de L'Escala, apresentado por Lopez Mullor (1990), voi. 1, p. 488 (n.º 183); voi. 2, lam. 24.2.

⁽³⁷⁾ LOPEZ MULLOR, Alberto (1990) — *Las cerámicas romanas de paredes finas en Cataluña*. Zaragoza: Libros Pórtico, vol. 1, p. 463-466, 488 (n.º 183); vol. 2, lamina 24.2.

⁽³⁸⁾ GREENE, K. (1979) — *Op. cit.*, p. 51, fig. 21.9.

Se excluirmos a diferença, bastante significativa, na altura total, parece-nos poder afirmar que as duas peças serão provenientes das olarias de Millau (La Graufesenque) ou do Tam (Montans).

Reforça-se, assim, a hipótese que um de nós (E. S.) defende de uma maior importação, consumo e difusão das cerâmicas de paredes finas galo-romana, na Península Ibérica⁽³⁹⁾, do que aquela que tem sido atestada pelos arqueólogos.

A concentração de exemplares identificados como sudgálicos ao longo do Guadiana — concretamente da área urbana de Mértola, Represas (Beja) e Horta das Pinas (Eivas) — leva a supor da existência de um ponto redistributivo para aquela zona da Lusitânia no actual território portugueses.

O sítio arqueológico das Represas (Beja) tem sido apontado por vários autores, nomeadamente por Jorge de Alarcão⁽⁴⁰⁾ e Maria da Conceição Lopes⁽⁴¹⁾, como sendo o local onde se deveria ter localizado um entreposto comercial de cerâmicas finas incluindo *terra sigillata* itálica, sudgálica, hispânica e clara — embora esta em quantidades proporcionalmente inferiores. As cronologias apresentadas por Conceição Lopes como “floruit” para as Represas — o séc. I d. C. —, são compatíveis com a cronologia atribuída ao copo n.º 7 do nosso catálogo, exumada na necrópole da Horta das Pinas, o que leva a considerar a possibilidade de terem existido “intermediários” que, depois de se abastecerem naquela *uilla* percorriam o interior da Lusitânia⁽⁴²⁾, fornecendo aos consumidores cerâmica de paredes finas de origem gaulesa.

À margem de todo este cenário, duas outras hipóteses que nos parecem plausíveis podem ainda ser levantadas, para explicar a origem da produção deste pequeno copo, baseadas na possibilidade de a sua pasta ser considerada como afim das da Bética.

⁽³⁹⁾ SEPÚLVEDA, Eurico — *Cerâmica romana de paredes finas de Troia (Setúbal-Portugal)*. (em preparação).

⁽⁴⁰⁾ ALARCÃO, Jorge de (1990)—A produção e circulação de produtos. In: SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.)—*Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 1, p. 435.

⁽⁴¹⁾ LOPES, Maria da Conceição (1994) — *A Sigillata de Represas — Tratamento Informático*. Coimbra: Universidade de Coimbra-Faculdade de Letras-Instituto de Arqueologia, Coi. Conimbriga/Anexos n.º 2, p. 103-106.

⁽⁴²⁾ NOLAN, Jeannette U. Smit (1994) — *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares — Balsa*. Lisboa: Instituto Português de Museus-Museu Nacional de Arqueologia, p. 56, est. 8, pf.5.

Assim, podíamos estar perante a estilização da forma MAYET VII por oleiros da Bética, tendo sido produzida nesta província; ou poderia tratar-se da cópia de modelos sudgálicos, também efectuada pelos mesmos.

No que respeita à primeira hipótese, esta radica no facto de ambas as peças apresentarem uma forma similar, embora o bordo e o colo da peça da Horta das Pinas apresentem um perfil mais “elegante” do que aqueles que são desenhados por F. Mayet, concretamente o exemplar n.º 88, proveniente da necrópole de las Cortes (Ampurias)⁽⁴³⁾, no qual existe uma forte descontinuidade entre o bordo e a pança. Relativamente à cópia dos modelos sudgálicos⁽⁴⁴⁾, baseamo-nos no que expusemos nos parágrafos anteriores, e na comparação efectuada com o exemplar de L’Escala também ampuritana⁽⁴⁵⁾. F. Mayet apresenta, para a produção emeritense, a possibilidade de existir uma justaposição desta com as produções de cerâmica fina galo-romanas (Lyon), o que poderia possivelmente também ter acontecido na Bética.

Seguindo a mesma lógica de arrumação tipológica que a autora propôs, consideramos que o nosso copo constitui uma nova sub-variante da forma MAYET XXXVII a qual poderíamos denominar de MAYET XXXVII A/Ba (em que “a” representa a decoração do tipo depressão).

Breves considerações preliminares acerca das formas de cerâmicas de paredes finas presentes simultaneamente no espólio da *Villa Romana da Quinta das Longas* e das necrópoles da *Herdade do Padrão*, *Horta das Pinas* e *Herdade de Fontalva*

No presente momento em que redigimos este artigo, encontramos-nos a preparar um estudo sobre o conjunto de cerâmicas de paredes

⁽⁴³⁾ MAYET, F. (1975) — *Op. Cit.*, p. 38, pi. XI, n.º 88.

O Sobre cerâmicas de paredes finas de origem sudgálica em Portugal, podem ser consultadas as obras que seguidamente se indicam. Em cada artigo está presente apenas um exemplar; na última referência a forma proposta é uma HERMET 9 (vasos decorados): RIBEIRO, F. N. (1956) — *Op. cit.*, p. 19-20; MAYET, Françoise (1976) — *Céramiques à parois fines*. In: ALARCÃO, Jorge de e ÉTIENNE, Robert (Dir.) — *Fouilles de Conimbriga. VI — Céramiques Diverses et Verres*. Paris: Diffusion E. de Boccard, vol. 6, p. 37, planche VUI, n.º 84; NOLEN, J. U. S. (1994) — *Op. cit.*, p. 56, est. 8, pf-5 e SEPÚLVEDA, E. — *Op. cit.*.

⁽⁴⁵⁾ LOPEZ MULLOR, A. (1990) — *Op. cit.*, vol. 1, p. 463-466, 488 (n.º 183); vol. 2, lamina 24.

finas exumado nas cinco campanhas de escavações já realizadas na *uilla* romana da Quinta das Longas⁽⁴⁶⁾.

O estado dessa investigação implica que estamos na posse de uma quantidade substancial de dados coligidos nas análises que efectuámos aos fragmentos cerâmicos recolhidos. Sem querer antecipar a apresentação do estudo e do catálogo de materiais ou as respectivas conclusões, pareceu-nos oportuno cruzar e comparar a informação proveniente das nossas escavações com a informação deste *corpus*, nomeadamente quanto ao número de peças das formas representadas.

O quadro que preparámos e que apresentamos seguidamente pretende agrupar toda a informação relativa à forma mais representada⁽⁴⁷⁾ no espólio exumado na *uilla* romana da Quinta das Longas — MAYET XLIII e XLIIIA — e outras — MAYET XXXVII e XLIV, as quais estão também presentes no *corpus* estudado neste artigo. Estas últimas foram agrupadas por necrópole e, dentro destas, por local de depósito. Comparamos naturalmente o número de exemplares de cada forma e não o número de fragmentos cerâmicos. Pretendemos tão só mostrar dados quantitativos arrumados por formas e por locais de proveniência e depósito, e daí retirar algumas breves ilações.

⁽⁴⁶⁾ CARVALHO, António e SEPÚLVEDA, Eurico — *A Villa Romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Eivas): As Cerâmicas Romanas de Paredes Finas*, (em preparação).

⁽⁴⁷⁾ Embora neste quadro a forma com maior número de recipientes é a MAYET XT ITT, importa referir, que em todo o conjunto cerâmico exumado na *uilla* romana da Quinta das Longas, a forma MAYET LUI é, de longe, a forma mais representada por exemplares bem definidos. Mas também na Quinta das Longas as formas MAYET XLIII/XLIV registam um número de fragmentos que inevitavelmente determinariam um maior número de recipientes.

Quadro 2

FORMAS (a) (MAYET)	SÍTIOS							Total/ Forma
	Quinta das Longas	Herdade do Padrão		Horta das Pinas		Herdade de Fontalva	Proveniência Desconhecida	
		MME (f)	PDVV (b)	MME (f)	PDVV (b)	MME (f)	MME (f)	
XXXVII	4	0	0	1	0	0	0	5
XLIII	13	0	1	1	2	1	1 (e)	19
XLIIIA	(c)	2	1	1	1	0	0	5
XLIII/XLIV(d)	11	0	0	0	0	0	0	11
TOTAL/ SÍTIOS	28	2	2	3	3	1	1	40

(a) Apenas se apresentam as formas presentes no *corpus* em estudo, e simultaneamente presentes no espólio da *uilla* romana da Quinta das Longas.

(b) As peças em questão, depositadas no Museu do Paço Ducal de Vila Viçosa (=PDVV) e provenientes das necrópoles elvenses, foram estudadas e apresentadas por Françoise May et no seu livro *Les céramiques a parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Embora algumas tenham sido referidas com proveniência desconhecida. A comparação dos desenhos da autora com as fotografias dos escavadores, permitiu-nos relacionar as peças e concluir acerca das respectivas proveniências. No catálogo da autora francesa, as peças têm os seguintes números:

n.º 514 — Herdade do Padrão — Forma MAYET XLIII

n.º 535 — Herdade do Padrão — Forma MAYET XLIIIA

n.º 516 — Horta das Pinas — Forma MAYET XLIII

n.º 533 — Horta das Pinas — Forma MAYET XLIIIA

n.º 550 — Horta das Pinas — Forma MAYET XLIII

(c) Não se pode calcular qual o número de fragmentos que pertencem a esta forma pois não foi possível exumar nenhum com a ligação da pança à respectiva asa conservada.

(d) Pelas características da pasta e da decoração trata-se de fragmentos que pertencem a uma destas duas formas. Porém, considerando que se trata apenas de fragmentos não nos é seguro distinguir entre ambas.

(e) Não foi possível identificar esta peça nos trabalhos de Abel Viana e António Dias de Deus, pois não foi publicada qualquer fotografia.

(f) Museu Municipal de Eivas (=MME).

O quadro ilustra dois aspectos principais que julgamos relevantes. A forma MAYET XLIII e a sua variante XLIIIA, bem como o “grupo” algo difuso das MAYET XLIII/XLIV, estão bastante bem representados no espólio da *uilla* romana da Quinta das Longas. O número de exemplares destas formas, que correspondem a distintos exemplares, constituem, juntamente com a forma MAYET LUI, ausente deste quadro,

as formas melhor representadas, em todo o conjunto de cerâmicas de paredes finas da Quinta das Longas. Por outro lado, e no que respeita às peças a que o quadro se refere — total de exemplares de peças de cerâmica de paredes finas exumadas nas necrópoles da Herdade do Padrão, Fontalva e Horta das Pinas —, a forma MAYET XLIII e a respectiva variante XLIIIA aparecem mais bem representadas, com quatro exemplares, no primeiro caso, e cinco no terceiro, registando a Herdade de Fontalva somente um, sendo outro de proveniência desconhecida. Isto é, estas taças correspondem à forma mais bem representada quer na *uilla* quer nas necrópoles.

Significativa parece ser também a existência na Quinta das Longas, de apenas quatro exemplares da forma MAYET XXXVII, sendo por sua vez também escassa nas necrópoles, registando-se apenas um exemplar, curiosamente na da Horta das Pinas. É de referir que a inexistência de qualquer taça da forma MAYET XLIV registada nas necrópoles poderá, eventualmente, significar que os onze exemplares provenientes da Quinta das Longas e inscritos no quadro agrupados na categoria MAYET XLIII/XLIV, poderão na sua maior parte pertencer à primeira das formas, ou seja, à MAYET XLIII.

Dois outros aspectos convém também realçar. Em primeiro lugar, ao elaborar este quadro foi possível ainda determinar a origem de todas as peças publicadas por F. MAYET, provenientes destas necrópoles, a partir da comparação dos desenhos que apresenta com as fotografias publicadas nos trabalhos de Abel Viana e Dias de Deus. Apenas uma peça ficou por identificar.

Num outro plano, estas informações permitem-nos estabelecer uma relação, embora ténue, entre as *uillae* — e concretamente a *uilla* romana da Quinta das Longas — e as necrópoles romanas — designadamente a da Horta das Pinas. Insistimos nesta relação, pois julgamos conveniente registar a proximidade geográfica existente entre ambos os sítios arqueológicos — Quinta das Longas e Horta das Pinas — e que corresponde a cerca de 2 Km, em linha recta, por terreno plano sem qualquer tipo de acidentes no relevo. Esta relação, que nunca foi antes estabelecida, e não pode para já ser comprovada, parece-nos ser uma perspectiva de análise a ter em consideração em futuras investigações de campo, nomeadamente através da realização de um programa de escavações naquela necrópole, bem como a revisão de todo o espólio exumado em meados do século, para posterior comparação com o da *uilla* romana da Quinta das Longas.

A existência de uma similaridade de formas em ambos os locais

pode ser um comprovativo de uma acentuada e homogénea dispersão dos materiais dos *ateliers* de Mérida nesta parcela do território, mas pode cumulativamente significar também uma relação de contemporaneidade e, eventualmente até, de complementaridade funcional entre ambos os sítios.

Conclusões

O estudo deste pequeno *corpus* permitiu-nos tirar algumas conclusões que consideramos pertinentes e importantes no quadro do projecto de investigação arqueológica actualmente em curso na *uilla* romana da Quinta das Longas e, de uma maneira geral, para os estudos que desenvolvemos com vista a um mais completo conhecimento da ocupação romana no território correspondente ao actual concelho de Eivas.

O estudo destas sete peças de cerâmicas de paredes finas correspondeu à publicação na íntegra de um dos tipos de materiais arqueológicos da época romana inéditos existentes no Museu Municipal de Eivas.

Optámos por estudar este pequeno *corpus* de materiais sem deixar de caracterizar, ainda que sucintamente, os sítios de onde são provenientes e as intervenções que ali ocorreram. As vantagens desta abordagem traduzem-se no facto de as peças poderem ser observadas enquadradas nos respectivos contextos a que pertencem. Reconstituímos os itinerários dos investigadores, sempre na perspectiva de tentar esclarecer todas as vicissitudes que rodeiam a recolha, o depósito e o estudo de materiais arqueológicos, em que a investigação arqueológica praticada em Eivas em meados do século era bastante pródiga.

A atribuição segura do fabrico emeritense a seis das peças estudadas permitiu enquadrar estes sítios na área de influência directa dos *ateliers* de Mérida com a respectiva assimilação daquelas produções.

A peça 7 do nosso catálogo constitui uma incógnita do ponto de vista da sua origem. É, no entanto, evidente de que se trata de uma forma de cerâmica de paredes finas pouco frequente na Península Ibérica, como aliás reconhecem os especialistas nesta matéria. Provenientes de sítios arqueológicos da Lusitânia, conhecemos apenas cerca de uma dezena de exemplares, o que não contribui para esclarecer em definitivo qual a origem desta produção. Nas hipóteses levantadas deverá residir a resposta

a esta interrogação de base, sendo bastante plausível, como tentámos demonstrar, atribuir a esta taça uma origem galo-romana.

Pareceu ainda relevante tentar estabelecer um paralelo com as cerâmicas de paredes finas exumadas nas escavações da *uilla* romana da Quinta das Longas, constituindo assim uma espécie de “anúncio” do estudo que ultimamos. No Quadro 2 sintetizámos as informações já disponíveis, isto é, comparar os quantitativos das formas presentes neste *corpus* com o número de exemplares das mesmas formas já exumadas na Quinta das Longas, após cinco campanhas de escavações. Dessa comparação resultou o quadro e algumas breves notas marginais.

A presença de vários exemplares da forma MAYET XXXVII — com decoração de granitado arenoso e pastas afins das da B ética — permite-nos também avançar com um elemento cronológico seguro para a datação do início da ocupação romana da *uilla* da Quinta das Longas (Villa I), ou seja, a partir do final da primeira metade do séc. I d. C. Em face dos dados para já disponíveis⁽⁴⁸⁾, poderemos localizar a data de implantação desta *uilla* num momento que, muito provavelmente, se pode situar entre o principado de Cláudio e o início da dinastia dos Flávios, ou seja, algures entre 42 e 69 d. C.

De uma maneira geral e considerando que no panorama da investigação arqueológica nacional o estudo técnico deste tipo de recipientes cerâmicos não ocupa um dos lugares cimeiros no elenco das atenções dos arqueólogos, este nosso contributo visa, essencialmente, acrescentar novos elementos ao quadro de distribuição das diferentes formas de cerâmicas de paredes finas no actual território português e contribuir para uma melhor caracterização da ocupação romana alto-imperial no actual concelho de Eivas.

⁽⁴⁸⁾ Além deste indicador tipológico e cronológico seguro, possuímos outros, recolhidos nos mesmos contextos estratigráficos, que reforçam esta proposta de datação para a implantação da Villa I, tais como: vários fragmentos pertencentes a diferentes recipientes cerâmicos de *terra sigillata* sudgálica (Drag. 24/25 e Drag. 15/17) e, possivelmente, *terra sigillata* itálica tardia (Atlante X). Juntamente com as cerâmicas de paredes finas, são as peças com cronologia mais alta, exumadas até hoje na *uilla* romana da Quinta das Longas, o que autoriza, para já, a atribuição deste intervalo de tempo para a fixação romana no sítio.

Agradecimentos

À Sr.^a Dr.^a Vitória Branco, vereadora do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Eivas, a autorização concedida para a realização do estudo dos materiais romanos do Museu Municipal de Eivas, e ao Sr. Romão Mimoso, técnico de restauro do Museu, pelo apoio prestado durante a nossa estadia na instituição, no Verão de 1995.

CATÁLOGO

N.º 1 — Taça reconstituída em cerca de 1/5 da sua totalidade

Forma: Taça carenada, biasada, bordo separado da pança por uma ranhura, lábio ligeiramente almendrado. Base com pé em anel ligeiramente côncava. Asas trilobadas. MAYET XLIIIA.

Dimensões: Diâmetros: boca — 106 mm, base — 40 mm. Alturas: total — 73 mm, carena — 38 mm. Espessuras: média — 4 mm, asa — 4,5 mm.

Pasta: Esbranquiçada (10 YR 8/2), pouco homogênea, muito branda e porosa, com fractura não rectilínea.

Cobertura: Externa — Engobe matizado sendo os tons principais o castanho-avermelhado (5YR 5/8) e preto (5YR 3/1), encontra-se muito erodido e alterado em quase toda a peça excluída a parte inferior da pança; Interna

— Engobe matizado de castanho-laranja-escuro (5YR 5/6) e preto (5YR 2.5/1) igualmente muito erodido.

Decoração: Apresenta na parede externa do vaso, na parte superior da pança, decoração do tipo guilhocé e uma larga canelura na carena. O guilhocé é efectuado com recurso a três tipos diferentes.

Proveniência: Herdade do Padrão (Salvador, Ajuda e Santo Ildefonso, Eivas).

Cronologia: Segunda metade do séc. I d. C.

Peça referida em: VIANA, A. e DEUS, A. M. de (1950) — *Op. cit.*, fig. 26, n.º 121(.1) e fig. 27, n.º 125(.1); Idem (1956) — *Op. cit.*, ests XXIV(.3) e XXV(. 1), n.º 224, Peça exumada, muito provavelmente, na sepultura n.º 15 (cf. 1950), referida no artigo de 1956 como sepultura n.º 17; existe ainda a possibilidade de poder ser proveniente da sepultura n.º 11 (cf. 1950), referida no artigo de 1956 como sepultura n.º 12.

N.º de Inventário: MNE — 2881 (?) (De acordo com o Inventário do Museu).

N.º 2 — Taça reconstituída em 1/4 da totalidade do bordo e em metade da pança ao longo da carena

Forma: Taça carenada de tamanho grande, biansada. Bordo separado da pança por uma ranhura, lábio almendrado. Base com pé em anel. Asas em fita trilobadas. **MAYET XLIIIA.**

Dimensões: Diâmetros: boca — 108 mm, base — 40 mm. Alturas: total — 82 mm, carena — 40 mm. Espessuras: média — 4 mm, asa — 5 mm.

Pasta: Esbranquiçada (10YR 8/3), com elementos não plásticos de pequenas dimensões particularmente de origem ferruginosa e possivelmente de cerâmica moída, muito branda, porosa e de fractura irregular.

Cobertura: Externa — Engobe aderente, moderadamente espesso, matisado, sendo os tons principais o laranja (5YR 5/8) e o castanho muito escuro (5YR 2.5/1); Interna — Engobe de características idênticas ao que cobre a parede externa da taça.

Decoração: Apresenta na parede externa uma decoração do tipo guilhoché aplicada em duas zonas da parte superior da pança que estão separadas uma da outra por uma fina ranhura. A carena está decorada por uma larga canelura. Na parte inferior da pança, e arrancando da carena, observam-se dois traços paralelos e oblíquos executados pela técnica de barbotina que distam entre si 25 mm, sendo um deles maior do que o outro (respectivamente, 47 e 45 mm de comprimento), e que terminam junto à base da peça.

Proveniência: Horta das Pinas (S. Vicente e Ventosa, Eivas).

Cronologia: Segunda metade do séc. I d.C.

Peça referida em: VIANA, A. e DEUS, A. M. de (1950) — *Op. cit.*, fig. 24, n.º 99, Idem (1956) — *Op. cit.*, est. V(3), n.º 40.

N.º de Inventário: MNE — 2882

N.º 3 — Taça reconstituída em cerca de 1/3 na parte superior do bordo e pança

Forma: Pequena taça carenada, biansada. Bordo esvasado com lábio ligeiramente lanceolado, com uma ranhura de 2 mm de largura que divide a parte superior da pança em duas zonas desiguais. Asas em fita trilobada. **MAYET XLIIIA.**

Dimensões: Diâmetros: boca — 86 mm, base — 30 mm. Alturas: total — 58 mm, carena — 29 mm. Espessuras: média — 4/5 mm, asa — 4/5 mm.

Pasta: Não há possibilidades de distinguir o tom desta visto a peça ter sido recoberta aquando da reconstituição por uma pasta silítica de tonalidade que varia entre o amarelo e o violáceo. Apresenta uma fractura não rectilínea.

Cobertura: Externa — Engobe completamente erodido, com uma pequena excepção junto ao pé onde apresenta uma pequena mancha amarelada

(10YR 8/8); Interna — Possivelmente engobada visto se poderem detectar ainda pequenos pontos de difícil identificação quanto à tonalidade provável — laranja-escuro/castanho (?).

Decoração: A parte superior da pança apresenta duas zonas decoradas com guilhocé aplicado verticalmente, mas de tipo diferente.

Proveniência: Herdade do Padrão (S. Salvador, Ajuda e Santo Ildefonso, Eivas).

Cronologia: Segunda metade do séc. I d. C.

Peça referida em: VIANA, A. e DEUS, A. M. de (1950) — *Op. cit.*, fig. 26, n.º 121(3) e fig. 27, n.º 125(2); Idem (1956) — *Op. cit.*, ests XXIV(3) e XXV(1), n.º 225. Peça exumada, muito provavelmente, na sepultura n.º 15 (cf. 1950), referida no artigo de 1956 como sepultura n.º 17; existe ainda a possibilidade de poder ser proveniente da sepultura n.º 11 (cf. 1950), referida no artigo de 1956 como sepultura n.º 12.

N.º de Inventário: MNE — 2886.

N.º 4 — Taça fragmentada e reconstituída, faltando-lhe cerca de 2/3 do total

Forma: Taça carenada de pequenas dimensões sem asas. Bordo com lábio boleado limitado por uma fina ranhura. A parte superior da pança está dividida em duas partes, quase iguais, separadas por uma ranhura de 2,5 mm de largura. Base em anel, ligeiramente côncava. **MAYET XLIII.**

Dimensões: Diâmetros: boca — 82 mm, base — 35 mm. Alturas: total — 60 mm, carena — 21 mm. Espessura: média — 3,5 mm.

Pasta: Esbranquiçada (7.5YR 8/0) com elementos não plásticos pouco visíveis (vestígios de calcite), ligeiramente folheada, branda, moderadamente porosa, de fractura não rectilínea.

Cobertura: Externa — Engobe bem conservado, possivelmente com brilho — a peça levou um fixador brilhante a seguir ao restauro — matisado nas gamas laranja-amareloavermelhado (5YR 6/8) e preto (2.5YR 2.5/0); Interna — Engobe pouco visível, visto a peça ter sido exposta a qualquer tipo de combustão, o que alterou todas as suas características originais. Distingue-se, no entanto, vestígios de engobe laranja-carregado (5YR 6/8) e preto (2.5YR 2.5/0).

Decoração: A parede externa, na parte superior da pança, é decorada em duas zonas, com guilhocé aplicado vertical e obliquamente. Carena acentuada por uma larga canelura.

Proveniência: Sítio arqueológico não identificado.

Cronologia: Segunda metade do séc. I d. C.

N.º de Inventário: MNE — 2885.

N.º 5 — Taça fragmentada e colada faltando-lhe cerca de 2/3 da parte superior (desde o bordo até à carena)

Forma: Pequena taça carenada sem asas. Apresenta o bordo separado da parte superior da pança por uma ranhura fina que se encontra a 7 mm do lábio que é boleado. Base com pé pequeno em anel ligeiramente côncavo. **MAYET XLIII.**

Dimensões: Diâmetros: boca — 81 mm, base — 32 mm. Alturas: total — 61 mm, carena — 26 mm. Espessura: média — 3 mm.

Pasta: Ocre esbranquiçado (10YR 8/3) pouco homogênea, ligeiramente folheada, branda, muito porosa e de fractura não rectilínea.

Cobertura: Externa — Devido ao tipo de limpeza efectuada sobre a parede exterior não se consegue detectar qualquer tipo de engobe. No entanto, na parte de apoio da base anel, detecta-se uma ligeira mancha de um engobe alaranjado (possivelmente 5YR 5/6); Interna — O mesmo tipo de observação aplica-se para a parede interior da taça, detectando-se pequenas manchas de engobe da mesma tonalidade da identificada para a parede externa.

Decoração: Parede externa decorada pela técnica de barbotina com grandes lúnulas que ocupam a parte compreendida entre a ranhura que separa o bordo da pança e a carena. O número de lúnulas poder-se-á calcular aproximadamente em 6. A carena é acentuada por uma larga canelura.

Proveniência: Herdade de Fontalva (Barbacena, Eivas).

Cronologia: Segunda metade do séc. I d. C.

N.º de Inventário: MNE — 2883.

N.º 6 — Taça reconstituída numa pequena área junto ao lábio.

Forma: Pequena taça carenada sem asas. Bordo com lábio boleado limitado por uma larga ranhura. A parte superior da pança alarga-se acentuadamente no sentido lábio-carena, o que provoca que a parede superior apresente um grau elevado de obliquidade em relação à base. Esta tem um pé pequeno, quase plano, que no entanto, se toma côncavo no centro. **MAYET XLIII.**

Dimensões: Diâmetros: boca — 78 mm, base — 30 mm. Alturas: total — 62 mm, carena — 28 mm. Espessura: média — 3 mm.

Pasta: Esbranquiçada (10YR 8/2-3) com muitos elementos não plásticos de pequenas dimensões (calcites, micas, ferruginosos e cerâmica moída), de fractura irregular. É difícil indicar o grau de porosidade e de dureza visto a parede externa ter sido coberta com fixador a fim de que a peça não se desfizesse. Este facto talvez indique que a pasta não só é muito porosa como muito branda.

Cobertura: Externa — Engobe em mau estado devido às condições de deposição e do restauro efectuado. Apresenta, no entanto, áreas matisadas em que são preponderantes as tonalidades laranjas (5YR 6/8); Interna — Engobe

que parece ter sido de boa qualidade e espesso, matizado, de tonalidade laranja escuro (5 YR 6/8) e castanho muito escuro ou preto (impossível apresentar código de Munsell devido à peça estar completa).

Decoração: A parede externa na parte superior da pança é decorada a barbotina com motivos mamilares, em duas filas horizontais paralelas, de dimensões médias, de técnica pouco apurada e distribuídos aleatoriamente.

Proveniência: Horta das Pinas (S. Vicente e Ventosa, Eivas).

Cronologia: Segunda metade do séc. I d. C.

Peça referida em: VIANA, A. e DEUS, A. M. de (1950) — *Op. cit.*, fig. 21, n.º 73 e n.º fig. 22 82(.2); Idem (1956) — *Op. cit.*, est. VI(.3), n.º 36.

N.º de Inventário: MNE — 2894.

N.º 7 — Taça fragmentada, dispondo-se apenas de cerca de metade.

Forma: Taça hemisférica sem asas com bordo ligeiramente esvasado e lábio boleado, demarcado da pança por uma ranhura muito fina. Aparte inferior da pança termina em “escada invertida” com dois degraus obtidos pela introdução de ranhuras. Base quase plana com pé pouco diferenciado. MAYET XXXVII.

Dimensões: Diâmetros: boca — 82 mm, base — 35 mm. Alturas: total — 69 mm. Espessura: média — 2 mm.

Pasta: Ocre esbranquiçado (10YR 8/3), pouco homogênea, branda, muito porosa, de fractura não rectilínea.

Cobertura: Externa — devido às condições de deposição e limpeza efectuada na parede externa (ácido(?), canivete) não se consegue detectar qualquer tipo de engobe, no entanto, na ranhura que separa os dois círculos concêntricos que decoram a base, detectaram-se umas pequenas manchas de engobe de tonalidade laranja (5YR 5/8); Interna — Completamente destituída de qualquer testemunho que pudesse indicar a existência de engobe, desaparecido devido ao processo de limpeza efectuado.

Decoração: Apresenta uma depressão (total possível de quatro), realizada muito provavelmente com o polegar, embora a perfeição do círculo obtido possa supor que esta tenha sido efectuada pelo oleiro com o recurso a qualquer instrumento de forma circular.

Proveniência: Horta das Pinas (S. Vicente e Ventosa, Eivas).

Cronologia: Reinados de Cláudio e Flávios.

Peça referida em: VIANA, A. e DEUS, A. M. de (1950) — *Op. cit.*, fig. 21, n.º 75; Idem (1956) — *Op. cit.*, est. V(.5), n.º 59.

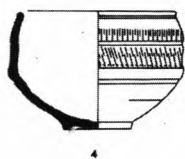
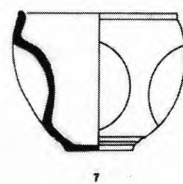
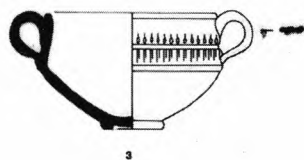
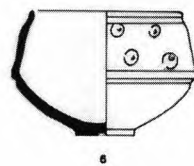
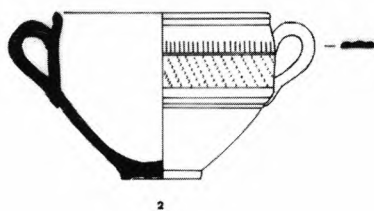
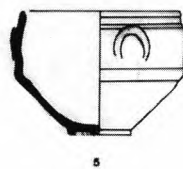
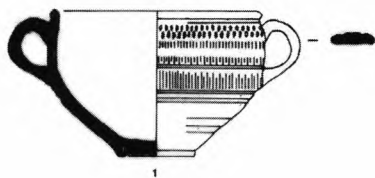
N.º de Inventário: MNE — 2942.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Jorge de (1983) — *Portugal Romano*. 3ª ed., Lisboa: Editorial Verbo.
- ALARCÃO, Jorge de (1988) — *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips, vol. 2 — *Gazetteer*, p. 153-158.
- ALARCÃO, Jorge de (1988) — *O Domínio Romano em Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América, Col. Forum da História n.º 1.
- ALARCÃO, Jorge de (1990) — A produção e circulação de produtos. In: SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) — *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, vol. 1, p. 409-441.
- BÉMONT, Colette (1976) — Vases à parois fines de Glanum: formes et décors. *Gallia*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique. 34 (1), p. 237-277.
- BROWN, A. E. e WOODFIELD, Charmian (1983) — Excavations at Towcester, Northamptonshire: The Alchester Road Suburb. *Northamptonshire Archaeology*. Northamptonshire: s. ed., 18, p. 43-140.
- CARVALHO, Antonio (1992) — *A villa romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Eivas)*. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada, IIª Série, n.º 1 (Dez.), p. 90.
- CARVALHO, Antonio (1993) — *A Villa Romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa), Eivas*. Eivas: Câmara Municipal de Eivas. (Desdobrável).
- CARVALHO, António (1994) — *A villa romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Eivas): As prospecções de 1990*. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 2, pp. 239-251.
- CARVALHO, António (1995) — *As villae do Portugal romano*. *Revista de Arqueologia*. Madrid: s. ed. (No prelo).
- CARVALHO, António e SEPÚLVEDA, Eurico — *A villa romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Eivas): As cerâmicas romanas de paredes finas*, (em preparação).
- CENTENO, Rui (1983) — A dominação romana. In SARAIVA, José Hermano (Dir.) — *História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, vol. 1, p. 149-212.
- DANNELL, G. B.; HARTLEY, B. R.; WILD, J. P. e PERRIN, J. R. (1993) — Excavations on a Roman-British pottery production site at Park Farm, Stanground, Peterborough, 1965-1967. *Journal of Roman Pottery Studies*. Oxford: Oxbow Books, vol. 6, p. 51-93.
- DEUS, Antonio Dias de; LOURO, Henrique da Silva e VIANA, Abel (1955) — Apontamento de estações romanas e visigóticas da região de Eivas (Portugal). In: *III Congreso Arqueológico Nacional — Galicia, 1953*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico (Sección de Arqueología) — Secretaría General de los Congresos Nacionales, p. 568-578.
- FABIÃO, Carlos (1992) — A romanização do actual território português. In MATTOSO, José (Dir.) — *Historia de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. 1, p. 203-293.
- GREENE, Kevin (1979) — *The Pre-Flavian fine ware. Report on the excavations at Usk, 1965-1976*. Cardiff: University of Wales Press.

- LAMBOGLIA, Nino (1949) — La estratigrafia de Albintimilium y la cronologia de la cerâmica romana. *Ampurias*. Barcelona: Diputación Provincial de Barcelona — Instituto Diego Velázquez. 11, p. 47-61.
- LAMBOGLIA, Nino (1950) — *Gli scavi di Albintimilium e la cronologia della ceramica romana. Parte Prima. Campagne di Scavo 1938-1940*. Bordighera: Istituto Internazionale di Studi Liguri.
- LOPES, Maria da Conceição (1994) — *A Sigillata de Represas — Tratamento Informático*. Coimbra: Universidade de Coimbra-Faculdade de Letras-Instituto de Arqueologia, Coi. Conimbriga/Anexos n.º 2.
- LOPEZ MULLOR, Alberto (1990) — *Las cerámicas romanas de paredes finas en Cataluña*. Zaragoza: Libros Pórtico, 2 vols.
- MAIOLI, Maria Grazia (1972-73) — Vasi a pareti sottili grigie dal Ravennate. *Rei Cretariae Romanae Fautorum Acta*. Ravenna: s. ed., 14-15, p. 106-124.
- MAIURI, A. (1933) — *La Casa del Menandro e il suo tesoro di argenteria*. Roma: s. ed..
- MAYET, Françoise (1975) — *Les céramiques a parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion E. de Boccard.
- MAYET, Françoise (1976) — Céramiques à parois fines. In: ALARCÃO, Jorge de e ÉTIENNE, Robert (Dir.) — *Fouilles de Conimbriga. VI — Céramiques Diverses et Verres*. Paris: Diffusion E. de Boccard, vol. 6, p. 27-37.
- MAYET, Françoise (1980) — Les céramiques à parois fines: état de la question. In: *Céramiques Hellénistiques et Romaines*. Paris: Centre de Recherches d'Histoire Ancienne, vol. 36, p. 201-221.
- MINGUEZ MORALES, José Antonio (1991) — *La cerâmica romana de paredes finas: generalidades*. Universidade de Zaragoza: Departamento de Ciências de la Antigüidad.
- MOEVS, Maria Teresa Marabini (1973) — *The Roman thin walled pottery from Cosa (1948-54)*. Roma: American Academy in Rome. Col. Memories of the American Academy in Rome, vol. 32.
- NOLEN, Jeannette U. Smit (1981) — A grave group from Monte dos Irmãos (Montargli). *Conimbriga*. Coimbra: Universidade de Coimbra-Faculdade de Letras — Instituto de Arqueologia, 20, p. 181-192.
- NOLEN, Jeannette U. Smit (1994) — *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares — Balsa*. Lisboa: Instituto Português de Museus-Museu Nacional de Arqueologia.
- PAÇO, Afonso do e FERREIRA, Octávio da Veiga (1951) — Antiguidades de Fontalva (Eivas). *Revista de Guimarães*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, 61 (3-4), Jul.-Dez., p. 416-425.
- PAÇO, Afonso do; FERREIRA, Octávio da Veiga e VIANA, Abel (1957) — Antiguidades de Fontalva. Neo-eneolítico e época romana. *Zephyrus*. Salamanca: Universidade de Salamanca, 8 (1), p. 111-133.
- RIBEIRO, Fernando Nunes (1956) — *Breve informação sobre cerâmica romana das Represas*. Beja: Ed. do autor.
- RICCI, Andreina (1985) — Ceramica a pareti sottili. In: *Atlante delle forme. Ceramiche. II — Ceramica fine romana nel bacino Mediterraneo (Tardo Ellenismo e Primo*

- Imperio*). Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, p. 211-253..
- SEPÚLVEDA, Eurico — *Cerâmica romana de paredes finas de Troia (Setúbal-Portugal)*. (em preparação).
- VEGAS, Mercedes (1973) — *La cerámica común romana del Mediterráneo Occidental*. Barcelona: Universidad de Barcelona-Instituto de Arqueología y Prehistoria, Col. Publicaciones Eventuales n.º 22.
- VIANA, Abel (1950) — Contribuição para a arqueologia dos arredores de Eivas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto: Instituto de Antropologia — Faculdade de Ciências, 12(3-4), p. 289-322.
- VIANA, Abel (1955) — Notas de Corografia Alentejana. *Brotéria: Revista Contemporânea de Cultura*. Lisboa: Gaspar Maria Leal Gomes Pereira Cabral. 61 (6), p. 545-556.
- VIANA, Abel (1956) — *Algumas notas sobre António Dias de Deus e as suas pesquisas arqueológicas no concelho de Eivas*. Beja: Ed. de autor.
- VIANA, Abel e DEUS, António Dias de (1950) — Necrópolis céltico-romanas del concejo de Eivas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas-Instituto Diego Velazquez. 23 (80), p. 229-254.
- VIANA, Abel e DEUS, Antonio Dias de (1953) — Exploração de algumas necrópoles céltico-romanas do concelho de Elvas. In: *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências — Lisboa — 1950 — 7ª Secção — Ciências Históricas e Filosóficas*. Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 8, p. 61-1 A.
- VIANA, Abel e DEUS, António Dias de (1955a) — Nuevas necropolis celto-romanas de la region de Eivas (Portugal). *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas-Instituto Español de Arqueología y Prehistoria “Rodrigo Caro”. 28(91) p. 33-68.
- VIANA, Abel e DEUS, António Dias de (1955b) — Necropolis de la Torre das Arcas. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas-Instituto Español de Arqueología y Prehistoria “Rodrigo Caro”. 28(92) p. 244-263.
- VIANA, Abel e DEUS, António Dias de (1956) — Campos de umas do concelho de Eivas. *O Instituto: Revista Científica e Literária*. Lisboa: Instituto de Coimbra, 118, p. 133-193.
- VIEGAS, João Rosa; NOLEN, Jeannette U. Smit e DIAS, Maria Luisa Ferrer (1981) — A Necrópole de Santo André. *Conimbriga*. Coimbra: Universidade de Coimbra-Faculdade de Letras-Instituto de Arqueologia, 20, p. 5-180.



RECENSÕES CRÍTICAS

Javier VELAZA FRÍAS, *Epigrafia y lengua ibéricas* [Cuadernos de Historia ; 6], Madrid : Arco Libros, S. L., 1996, 69 pp.

É sempre de saudar a publicação de monografias consagradas à divulgação junto do grande público de um assunto que, por ser tão árido e nebuloso, nem sempre tem sido tratado com a seriedade adequada; maior ainda é a nossa satisfação ao verificarmos que a obra em apreço constitui uma excelente síntese dos resultados que têm sido alcançados no estudo da língua ibérica, questão, a que, de resto, J. Velaza tem dedicado importantes trabalhos de investigação. Entre estes, permitimo-nos salientar a sua tese de doutoramento (J. Velaza, *Léxico de inscripciones ibéricas (1976-1989)*, Barcelona, 1991), que tivemos o ensejo de comentar em volume anterior desta mesma revista («Conimbriga», 31, 1992, p. 189-195).

Voltando ao livro que agora nos ocupa, importa sublinhar que se trata de uma introdução ao tema, no estrito respeito pela linha editorial definida para a colecção em que se integra. No entanto, se, por um lado, decorre deste facto a utilização de uma linguagem clara e simples (mas nem por isso menos rigorosa), sendo notória em todo o texto uma evidente preocupação didáctica que se traduz numa fácil e agradável leitura, por outro, os mesmos critérios redactoriais obrigaram à ausência de notas bibliográficas, opção que não podemos deixar de lamentar.

Depois de uma pequena introdução (p. 7-8) onde são expostos os objectivos que pretende atingir, J. Velaza consagra o primeiro capítulo à distribuição e às principais características das línguas pré-romanas da Península Ibérica, recorrendo a alguns exemplos extraídos de inscrições (p. 9-14).

A epigrafia em caracteres indígenas é objecto do segundo capítulo (p. 15-29), sendo dado particular relevo à distribuição espacial dos signários transmissores da língua ibérica.

O terceiro capítulo (p. 30-58), que constitui a parte nuclear de todo o livro, é precisamente consagrado à apresentação da língua, nas várias vertentes que a compõem, sendo devidamente salientado o papel preponderante desempenhado pelo estudo da onomástica ibérica na definição do pouco que se vai conhecendo da respectiva gramática.

Seguidamente, no quarto capítulo (p. 59-63), Velaza apresenta um balanço da investigação sobre a língua e as inscrições ibéricas, não deixando de tratar da *vexata quaestio* relativa às alegadas relações de parentesco entre o protobasco e o ibérico.

Encerram a obra uma bibliografia seleccionada (p. 59-63) e um glossário (p. 67-69), ambos de inegável utilidade.

As incertezas que envolvem a maior parte da investigação sobre os vestígios da língua ibérica permitem-nos apresentar algumas leituras e interpretações alternativas às que J. Velaza defendeu, podendo estas últimas, mercê do facto de integrarem um trabalho dirigido ao grande público, correr o risco de serem interpretadas pelos leitores menos informados como verdades inquestionáveis, quando, na realidade, não o são.

Atentemos, pois, nalgumas passagens que nos suscitam algumas dúvidas, não sem antes advertirmos de que, ao contrário da norma que temos perfilhado em anteriores estudos, seguiremos com pequenas variantes (R e S em vez das mesmas letras acentuadas), e apenas por uma questão de comodidade, o critério de transliteração dos signos ibéricos adoptado por Velaza.

p. 13:

- O signário usado nas esteias maioritariamente recolhidas no sul do território português, atribuídas à I Idade do Ferro, deve continuar a ter a designação de signário do SO., não se justificando, pelas confusões que tal iria originar, que o mesmo seja qualificado de meridional.

p. 21:

- Na mesma ordem de ideias, a escrita que tem sido chamada meridional ou do SE. deve continuar a manter tais designações, sem que se percebam as razões que conduziram Velaza a atribuí-la ao SO. Quanto às valorizações fonéticas dos signos que a compõem (quadro 1), não as poderemos subscrever integralmente. Consideramos mais próximo da realidade o quadro de transliterações que elaborámos há alguns anos («Conimbriga», 30, 1991, p. 193, fig. 1), devendo, porém, ser introduzidas no mesmo as seguintes correcções: a) o signo que, no semi-silabário levantino ou do NE, representa ko tem idêntico valor na escrita meridional; b) s22 e s22a, equivalentes a ki, parecem, em determinadas inscrições, corresponder a ku (A. M. de Faria, *Novas achegas para o estudo da onomástica ibérica e turdetana*, «Vipasca», 4, 1995, p. 84).

P- 31:

- O nome pessoal (NP) que nas fontes literárias é transmitido como INDIBILIS, INDIBELES ou ANDOBABLES conteria certamente o elemento nominal beleS (A. M. de Faria, *Subsidios para o estudo da antroponímia ibérica*, «Vipasca», 3, 1994, p. 66), pelo que não se justifica fazer derivar aquelas grafias de intibilis.

p. 34:

- Em vez de ARRA-NES, parece-nos aconselhável segmentar este NP documentado no bronze de *Asculum* em ARRAN-ES (< *aRan-eS) ou em ARRAN-(N)ES (< *aRan-(n)es) (A. M. de Faria, *Subsidios...*, p. 69).

p. 37-38:

- J. Velaza, na esteira de J. Untermann, considera haver determinados elementos antroponímicos ibéricos que são meras variantes gráficas de outros. E com base neste pressuposto, quanto a nós errado, que é reproduzida nestas páginas a lista de componentes antroponímicos elaborada por Untermann há quase uma década (J. Untermann, *Monumenta Linguarum Hispanicarum, III. Die iberischen Inschriften aus Spanien*, 1, Wiesbaden, 1990, p. 209-238). Velaza fomece um repertório que não atinge a centena e meia de elementos onomásticos, quando, pelas nossas contas, estes já ultrapassam as três centenas e meia. Não podemos, a propósito deste assunto, deixar de fazer nossas as palavras de J. A. Correa («Habis», 24, 1993, p. 331), referindo-se ao catálogo de Untermann: «... convendría no haber mezclado en una misma lista elementos antroponímicos que, aun siendo parecidos, no son iguales». Considerando que, além do mais, J. Velaza faz tábua rasa dos resultados alcançados nesta matéria nos últimos anos, eremos que esta é uma boa ocasião para completar o elenco deste autor, arrolando todos os outros elementos antroponímicos ibéricos de que temos conhecimento: **abaS, abel, abéis, abo, abu, aibi, aibon, aitu, akaS, aki, akin, akir, alaS, alben, alos, aluR, anboS, ankon, arka, ars, aR, aRan, aRke, aRki, aRko, aste, aSko, ataR, aun, auStin, bai, bais, baker, bakon, bal, balauR, balkar, ban, bar, basi, baS, baSti, baStu, bataR, beki, beike, bekine, beko, bekoR, bel, belaS, belser, beR, beRon, beRS, beS, beSoS, betan, betaneR, beteS, betiki, betu, bi, biki, bikiR, bikis, biR, bo, bobesR, bobesS, boi, bokal, bolo, bols, bon, bos, boS, boto, buR, ebar, ebaR, ekaR, ekaS, eki, eleR, eRS, eRte, eRter, eskeR, eS, eSkeR, eSto, età, ete, eter, eteR, eukeR, eukin, euR, eutin, ian, iaR, ibei, ibeR, ibuS, ikaR, iker, ikon, ikoS, iltun, iltur, intu, ir, iR, iskar, iske, iskeR, iSar, iSkaR, itor, iun, iunti, iuR, kaileS, kaku, kaltun, kalun, kan, kanan, kars, kaR, kaRes, katu, kaun, kebel, kebels, kebeS, keboi, kel, kelaR, keleS, kelti, kerS, kertaR, keR, keReS, ketin, kibaS, kiler, kinai, kiRS, kis, kiS, kitar, kitaS, koboR, kolon, koRiS, kubor, kule, kunsir, labeis, labi, lai, lake, lakon, lakoS, laku, lekaR, leku, likaR, loR, luSban, nisoR, noro, nius, oco, olor, oloS, oRkei, oto, saiR, sal, sar, seke, sekel, seki, sesin, setal, sete, sikil, sin, siR, su, suba, sur, Salai, Salbi, SalbiR, Sar, Seta, Sibi, Sike, Sor, SoR, takeR, tais, talskar, taneRS, taneS, taRti, tas, teken, teker, teR, tiban, tibeS, tikan, tike, tiken, tiker, tiki, tikir, tiniR, tolo, tor, torsin, torton, tuRin, tuwbar, uiser, uni, uniR, unis, uReS, uRi, uRka, uRkail, uStan e uStar.**
- Em contrapartida, da selecção de elementos antroponímicos feita por J. Velaza a partir do repertório de Untermann deverão ser excluídos **albe, austin, basto(k), beron, ekes, ena, esto, isker, iur, lor, lusban, sakin, sili, sir, Situ, taker, turnar e wbar**. Do nosso ponto de vista, idêntico destino deverão ter os seguintes elementos que figuram apenas na lista de Untermann: **aiR, aiti, akeR, anar, beles, belis, belo[, bena, beRai, belus, bilis, bilus, biur, bor, boren, esker, eur, iaR, iaun, iaur, ibeS, iltir, iltuR, isker, ior, kaltur, kelte, kitas, kors, laker, nas, neS, orten, ortun, saka(r), sani, san, silir, sino, sosun, Sur, SuRi, tarten, taska, tibas, tikiS, tueitike, tuma(i), turi(s), turtun, urka e urke**.

p. 42:

- **koRneli**, e não **koRnele**, é a transliteração correcta da forma iberizada do *nomen Cornelius* (A. M. de Faria, *A propósito do V Colóquio sobre Línguas e Culturas Pré-romanas da Península Ibérica*, «Penélope», 12, 1993, p. 155).
- TANNEPAESER(I) poderá ter origem num eventual ***taneS-baiser** em alternativa a ***tanek-baiser** (A. M. de Faria, *Algumas notas de onomástica ibérica*, «Portugalia», Nova Série, 16, 1995, p. 324).

p. 43:

- **aRkibeS** não deverá resultar de ***aRki-ibeS**, mas tão-somente de **aRki-beS** (A. M. de Faria, *Subsidios...*, p. 66; A. M. de Faria, *Algumas notas...*, p. 326-327, 328).
- Por razões de ordem gráfica que já expusemos por mais de uma vez, à leitura **urkailtu** há que preferir **uRkailbi** (A. M. de Faria, *A propósito do V Colóquio...*, p. 155; A. M. de Faria, *Novas achegas...*, p. 85-86; A. M. de Faria, *Algumas notas...*, p. 328).
- BAESISCER(IS) deve remeter para ***baise-iskeR** (ou, talvez, para **bais-iskeR**), atendendo a que **isker** não ocorre em ibérico («Habis», 24, 1993, p. 331; A. M. de Faria, *Subsidios...*, p. 66).
- **BELENNES** poderá provir de ***belen-nes** (A. M. de Faria, *A propósito do V Colóquio...*, p. 154) ou até de ***beleS-nes**, não devendo, no entanto, proceder de ***beleS-neS**, uma vez que **neS** não se encontra até agora atestado como elemento onomástico ibérico (A. M. de Faria, *Algumas notas...*, p. 324).
- As segmentações ***ibeis-sur** e ***ibe(s)-Sor** deverão, quanto a nós, ser substituídas respectivamente por **ibei-sur** e **ibe-Sor** (A. M. de Faria, *Subsidios...*, p. 67; A. M. de Faria, *Algumas notas...*, p. 326-327).

p. 44:

- Não há motivos suficientemente sólidos para considerar **abaRkis** uma haploglia (***abaR-aRkis**), sendo perfeitamente possível segmentar este NP em **abaR-kis** (A. M. de Faria, *Algumas notas...*, p. 323).

p. 46:

- O sufixo **-ai** sucede também a NNP: **Sanike-ai**, **Sanibeir-ai**, **atabeR-ai** e **anwbeR-ai** («Conimbriga», 30, 1991, p. 188, 191).

p. 47:

- **banSor** deverá ser um NP, susceptível de ser segmentado em **ban-Sor** («Conimbriga», 30, 1991, p. 190; «Conimbriga», 31, 1992, p. 195; A. M. de Faria, *Algumas notas...*, p. 326).

p. 48:

- As leituras **arsakis-ku** (v. também p. 53) e **ibesunin-ku** devem dar lugar a **aRsbikis-te** (A. M. de Faria, *Novas achegas...*, p. 80) e a **lbesumin-te**, respectivamente.
- Não sabemos o que leva Velaza a caracterizar **boRbelioR** e **saltukiler** como palavras não antroponímicas de categoria indeterminada, porquanto nada obsta a que tais vocábulos sejam considerados NNP («Conimbriga», 30, 1991, p. 190; A. M. de Faria, *Subsidios...*, p. 67, 68).

p. 49:

- Já por mais de uma vez manifestámos as nossas reservas quanto à existência do morfo **-ste**, («Conimbriga», 30,1991, p. 189; «Conimbriga», 31,1992, p. 194), nada havendo a opor às seguintes segmentações, que não coincidem com as de J. Velaza: **selkisosin-kas-te**, **bikiltiRs-te**, **bors-te**, **bitars-te** e **Saltirs-te**.
- **alauniltiR-te** deverá ser má leitura por **aiuniltiR-te** (L. Silgo Gauche, *Léxico ibérico*, Valencia, 1994, p. 34).
- A despeito de J. Velaza considerar **kaResban** e **kaResir** palavras de categoria indeterminada, não vemos razão para deixarmos de pensar que ambas são, a par de **kaResbobikiR** e de **kaRestar**, NNP ibéricos («Conimbriga», 30, 1991, p. 190; «Conimbriga», 31, 1992, p. 195; A. M. de Faria, *Subsídios...*, p. 67).

p. 53:

- A propósito de **ekiar**, J. Velaza entende que **-ton** é morfo que costuma acompanhar nomes próprios, mas não conhecemos qualquer exemplo da utilização daquele sufixo a seguir a NNP.

p. 54:

- Pelo facto de não tomar evidente a ocorrência do sufixo **-sken**, a segmentação **iltiR-kesken** deverá ser preterida em favor de **iltiR-ke-sken**.
- Resta ainda mencionar um erro tipográfico recorrente em diversas páginas: trata-se da deficiente colocação dos sinais diacríticos sobre as sibilantes e vibrantes convencionalmente acentuadas, um problema que afecta **beRbeinar**, **lauRiskeR** (p. 32), **beRbeinar**, **katuekaS**, **koloitekaR**, **wbaR** (p. 33), **ikoR** (duas vezes), **biuR**, **tibaS**, (p. 36), **Sani**, **aRkis**, **beRi**, **keRtu** (p. 37), **Sani**, (p. 38), **SalaiaRkis** (duas vezes), **aRikaler** (duas vezes), **beRkebeS** (p. 39), **baS-betin** (p. 40), **wbaR-beleS**, **[R]** (p. 41), **[R]**, **[S]** (p. 42), **aRkibeS**, **oRkei-abaR**, ***baRke-akeR**, ***selki-eteR**, ***beleS-neS**, ***ibe(s)-Sor**, **-sS-**, **basSumim-tiniRe**, **[R]** (p. 43) e **abiRkakien** (p. 52).
- Se, nos casos supracitados, é possível detectar o desvio involuntário dos acentos sobre vibrantes e sibilantes, noutros, aqueles faltam por completo. Assim, encontram-se totalmente desprovidos de acento **Situ**, **iltiR**, **iltiR-ta** (p. 38), ***wbaR-beleS** (p. 41), ***sakaR-laku** (p. 44), **beleSakin** (p. 46), **Salkitei-ke**, **Salkitei-ta**, **usekeRte-ku**, **sakaRiskeR-ar-nai** (p. 48) e **sakaRatin-te** (p. 54).

É óbvio que as observações aqui consignadas não têm o propósito de desvalorizar a relevante e difícil tarefa a que J. Velaza meteu ombros, mas apenas o de mostrar que, mesmo num manual com as reduzidas dimensões que este necessariamente apresenta, pode ser encontrada matéria passível de suscitar controvérsia. cremos que, apesar dos obstáculos com que se defronta qualquer autor que tenta tomar acessível ao leitor comum um tema maioritariamente feito de enigmas e de interrogações, J. Velaza conseguiu elaborar com assinalável êxito um precioso guia destinado aos que pretendem dar os primeiros passos no estudo da misteriosa língua ibérica.

GONZÁLEZ ROMÁN, Cristóbal (ed.), *La Sociedad dela Bética. Contribuciones para su Estudio*. Biblioteca de Estudios Clasicos, Universidad de Granada, 1994. 552 pp. ISBN: 84-338-1927-5.

A realização de congressos de História e/ou Arqueologia tomou-se numa realidade satisfatória, dado que as comunicações têm vindo a ser frequentemente divulgadas através de precisas publicações, não se circunscrevendo apenas a um circuito reduzido. A obra em apreço é fruto de um destes colóquios cujos resultados foram editados, embora com um interregno de dois anos. Foi celebrado, entre os dias 30 de Março e 1 de Abril de 1992, na Facultad de Filosofia y Letras de la Universidad de Granada, com o tema “La Bética en su problemática histórica: la sociedad”. Os oradores são professores de várias universidades espanholas, das quais referimos - ao acaso - a de Granada, a Complutense de Madrid, a de Sevilha ou a Universidad Central de Barcelona. Entre os patrocinadores do evento contam-se a Junta de Andaluzia e a Facultad atrás citada, entre outras entidades. A coordenação das actividades estiveram a cargo dos membros do grupo de investigação “Arqueologia e Historia en la Hispania Meridional en Época Romana e Visigoda”. Restámos acrescentar que a presente edição esteve a cargo da Universidade de Granada.

A importância da compilação reside na leitura de abundantes novidades, umas mais significativas que outras; no entanto, todas elas parte dos alicerces de um edifício que tem vindo a ser construído em redor da história da Bética. Linhas resumidas que dão continuidade a estudos apresentados nas primeiras jornadas e o melhor exemplo de que esta região, nos últimos anos, tem sido alvo de um trabalho meritório. Logo, louvamos a iniciativa e os seus participantes.

O livro divulga o total das 20 comunicações apresentadas neste colóquio, suas problemáticas, conclusões e posteriores caminhos de investigação. De entre as diversas problemáticas, escolhidas entre as que considerámos mais pertinentes, podemos referir o culto de Isis - divindade oriental adoptada pelo Império -, sua implantação, crescimento e influência na Bética. As inscrições em ânforas são contempladas como ponte para um estudo mais amplo que abre as portas a um maior conhecimento da estrutura sócio-económica da região. O fenómeno festivo, suas definições e características, surge colmatando a lacuna de estudos sobre o aspecto ritual/festivo da Hispânia Antiga. Os estudos apresentados no âmbito da prosopografia da época republicana ou a produção cerâmica no Alto Guadalquivir, tanto produções romanas como ibéricas, são outros dos temas que mereceram a nossa atenção. Cabe aos futuros leitores ajuizar da nossa escolha ao mencionarmos os temas atrás apresentados; possivelmente, as suas escolhas, fruto de interesses que não os nossos, serão outras. Gostaríamos de frisar - para não ficarem dúvidas neste campo -, que todos os artigos mereceram o nosso apreço, considerando que os futuros resultados devem continuar a ser divulgados. Aliás, o valor da obra descobre-se no seu conjunto e não num ou noutro artigo que desperte a atenção do leitor.

A obra é, na sua maioria, de fácil leitura e constitui um fértil manancial informativo: é composta por artigos sucintos, dadas as exigências e características de que se reveste, e pouco exaustivos, mas que registam, ampliam e projectam grandes trabalhos de investigação.

Consideramos que a obra é essencial para o arranque de estudos similares em

outras regiões da Península e que outras entidades devem realizar ou dar continuidade a congressos e eventos semelhantes que permitam divulgar, trocar e aprofundar ideias.

Considerando que não se esgotam aqui os possíveis itinerários para a análise da história da Bética, ficamos a aguardar com expectativa as próximas jornadas para obtermos respostas às questões deixadas em aberto e os novos rumos das investigações em curso.

O livro reflecte uma actividade dinâmica que veicula preciosas informações, às quais deve ser dada a devida importância.

MARGARIDA I. NUNES

HERNÁNDEZ GUERRA, Liborio - *Inscripciones Romanas en la provinda de Palencia*, Secretariado de Publicaciones, Universidad de Valladolid, 1994. 219 p. 72 láms., 24 cm (Historia y Sociedad, 39).

Foi intenção do autor publicar um *corpus* de inscrições romanas da província de Palência, partindo de um primeiro *corpus* já existente de L. Sagredo e S. Crespo (*Epigrafia Romana de la Provinda de Palencia*, Palência, 1978), completado e actualizado com novos dados epigráficos cuja publicação está dispersa pelas mais variadas revistas e, ainda, com alguns dados inéditos.

O mérito deste trabalho reside, portanto, em fornecer-nos toda a documentação epigráfica da província de Palência, reunida numa só obra.

O esquema adoptado pelo autor apresenta a seguinte ordem: catálogo das epígrafes, bibliografia geral, índices epigráficos, lista de concordâncias e fotos. Seria de esperar encontrar aqui os mapas e quadros, segundo a ordem que o próprio autor refere na introdução ou, então, imediatamente a seguir ao catálogo. Ora, esses mapas e quadros aparecem-nos nas páginas 12 e 13, talvez devido a um engano de montagem, pois não faz sentido que estejam a meio da introdução. Já agora, preferíamos ver o catálogo das inscrições seguido dos índices epigráficos e da lista de concordâncias, relegando a bibliografia geral para a parte final.

As inscrições, numeradas de 1 a 193, só arrumadas segundo a divisão em votivas, funerárias, monumentais, tábuas de hospitalidade, miliários, monumentos anepígrafos, inscrições de gente relacionada com a província de Palência, marcas de materiais de construção, grafitos e marcas cerâmicas.

Os textos de índole funerária foram subdivididos consoante apresentam ou não consagração aos deuses Manes e, dentro destas subdivisões, por ordem alfabética do *nomen* e, se este não existe, do *cognomen*. Será que não seria mais útil optar por um critério de ordenação geográfica, que daria, desde logo, a indicação de quantas inscrições

são provenientes de uma determinada zona, até porque esta informação só é parcialmente fornecida pelo mapa e pelo quadro das páginas 12-13? Por exemplo, sabemos, através do mapa, que em Palência-cidade existem 49 epígrafes; através do quadro, sabemos que essas epígrafes se dividem em votivas, funerárias e monumentais; mas não ficamos a saber quantas pertencem a cada tipo; e, se as quisermos identificar no catálogo, teremos que as procurar uma por uma entre um total de 193. Toma-se, assim, moroso agrupar as epígrafes da mesma proveniência. Ainda a propósito do quadro de distribuição das epígrafes por tipos, este parece-nos pouco útil, uma vez que não apresenta a quantidade de inscrições que correspondem a cada tipo.

A nível gráfico, as páginas apresentam-se talvez demasiado cheias, o que é compreensível numa época em que o factor económico tudo condiciona, mas, tratando-se de uma obra fundamentalmente de consulta, é importante que consigamos visualizar de imediato as coisas. Ora, estes aspectos seriam, decerto, melhorados se se tivesse jogado mais com os tamanhos de letra ou com a escrita a negro, sem ocupar necessariamente mais espaço.

As fotografias apresentam, de um modo geral, alguma falta de contraste. Na maior parte dos casos, isso dever-se-á ao mau estado das epígrafes ou sua difícil localização, que impede a escolha do melhor ângulo; contudo, no caso das fotos das inscrições nºs 10, 19, 24 e 45, entre outras, bastaria a utilização de um fundo neutro, por exemplo um pano branco ou preto que tapasse o ambiente envolvente: isso já permitiria realçar mais o texto da inscrição.

De cada inscrição é apresentado um pequeno estudo que comporta a descrição do monumento: lugar de achado, paradeiro, conservação, tipo de decoração, medidas, etc.; a transcrição, desdobramento e tradução do texto; o comentário e, por fim, a bibliografia.

E pena que, na apresentação que se faz de cada inscrição, não se dê a informação da existência ou inexistência de fotografia ilustrativa, pois isso pouparia o trabalho de andar à procura da fotografia, quando, em muitos casos, ela não existe.

Em relação às dimensões do monumento, expressas em metros e não em centímetros, como usual, o autor não utiliza um critério uniforme, ou seja, tanto apresenta as dimensões quer do monumento quer do campo epigráfico, como apresenta somente as dimensões do monumento omitindo as do campo epigráfico (inscrições nºs 16, 31, 46, 51, 56), ou simplesmente não apresenta quaisquer dimensões, e nem sempre esta ausência de dados está relacionada com o desconhecimento do paradeiro das epígrafes. Por exemplo, nas inscrições nºs 18 e 49, o autor conhece o paradeiro, inclui fotos e, no entanto, omite as dimensões quer do monumento em si, quer do campo epigráfico. Isto levanta a dúvida: estas inscrições terão sido revistas? Então porque é que não se atualizaram! todos os dados?

Há também falta de uniformidade naquilo que podemos designar por comentário paleográfico, que, na maior parte dos casos, vem colocado antes da trans-

crição, desdobramento e tradução do texto, mas, por exemplo nas inscrições nos 55, 59 e 62, está colocado depois, em conjunto com o comentário histórico.

Estes aspectos que atrás evidenciei são todos de carácter metodológico e têm uma importância relativa, mas o certo é que não facilitam a utilização de uma obra que se quer (repete-se) fundamentalmente de consulta.

No comentário do texto da inscrição, Libório Hernández trata quase exclusivamente de aspectos onomásticos; contudo, na maior parte dos casos, nem sequer é levantada a problemática do modo de identificação das pessoas referidas nos textos, com as implicações que isso poderá ter, por exemplo, ao nível da datação das inscrições ou da determinação do estatuto social. Raramente o autor se aventura a estabelecer hipóteses ou a tirar conclusões a partir da forma como as pessoas se identificam. Fá-lo, por exemplo, na inscrição nº 62, onde considera *Iulia Chrysis* uma escrava, suponho que devido ao cognome de origem grega e omissão da filiação, uma vez que não explicita os motivos que o levaram a considerá-la uma escrava. Os escravos identificam-se normalmente com um único nome (que, sendo de origem oriental, é quase determinante para comprovar o estatuto servil) e, quando adquirem a liberdade, adoptam, em muitos casos, o gentílico da família a que pertenciam, passando a usar o seu antigo nome como cognome. *Iulia Chrysis* será, pois, uma liberta - antiga escrava - de uma família *Iulia*.

Ainda relativamente à onomástica, tal como saber o significado de um nome interessar-nos-ia conhecer qual a sua frequência e distribuição na Península Ibérica, um dado que o autor nem sempre fornece. Por exemplo, na inscrição nº 17, refere, a propósito do nome *Aunia*, que este aparece testemunhado na Germânia, não reparando que, na própria epigrafia de Palência, há outro exemplo deste nome precisamente na inscrição anterior (nº 16), onde, aliás, se repete o comentário feito para a inscrição nº 17. O mesmo acontece nas inscrições nos 28 e 103, a propósito do nome *Proculus*: o autor deveria ter remetido de uma inscrição para a outra, tal como fez na nº 50, acerca do nome *Ianuarius*.

É nítido que se procurou fazer uma apresentação breve dos vários aspectos do monumento epigráfico. Contudo, essa preocupação de síntese foi levada longe de mais. E digo “longe de mais”, porque, sendo os comentários tão sintéticos, nem sempre tratam todos os aspectos fundamentais do monumento epigráfico e, assim, este trabalho não dispensa, como seria de esperar, a consulta dos artigos onde as inscrições foram publicados. Exemplo disso é a já referida inscrição nº 50, anteriormente estudada pelo próprio autor (*Hispania Antiqua*, XVIII, 1994, 433-439). Nesse primeiro estudo apresenta-se uma maior riqueza de dados e levantam-se hipóteses, nomeadamente a propósito do eventual antroponimo *Evanthesellius*(?), que aparece como dedicante de uma inscrição funerária, num ambiente estritamente familiar, sendo ele certamente um elemento exterior à família entendida em sentido restrito. Ora, estes dados, fundamentais a meu ver - até porque *Evanthesellius* não é uma reconstituição absolutamente segura e,

aqui, é tomada como certa -, são omitidos, sem se apontar a existência de um estudo mais aprofundado da inscrição.

A propósito da inscrição nº 23, gravada num peso de tear cujo paradeiro se desconhece, o autor diz tratar-se de uma inscrição funerária. Só que, a julgar pela tradução do texto (“Capilia, escrava de Rodano, fez”), este nada tem de funerário, embora haja sido encontrado em contexto funerário. Contudo, esta inscrição coloca problemas de leitura que não foram equacionados. Assim, já a Hübner (EE VIII255) parece um pouco forçado desdobrar *Roda S* em *Roda(ni) S(erva)*, abreviaturas pouco comuns: “possunt etiam alia excogitari, si modo constat de lectione”. O desenho apresentado por Hübner - as letras CAPI estão gravadas no topo, cada uma em seu quadrante, e LIA junto a uma aresta lateral - não justifica peremptoriamente a leitura CAPILIA; de qualquer modo, se considerássemos *Capilia* um gentílico (eventualidade que o autor sugere - p. 40), uma interpretação *Capilia Roda s(ibi) fecit* não seria de todo inviável, já que se documenta em Roma uma liberta *Cauponia Roda* (CIL VI7047). Depois, será que a peça foi enterada com o corpo? Terá sido feita com essa função? Há paralelos para este curioso e assaz eloquente meio de identificar o defunto sem que o texto apresente fórmulas funerárias? Na verdade, segundo o autor afirma, “E frequente encontrar este tipo de peça em enterramentos de mulheres, como indício do seu ofício” (p. 40). Pena que não tenha comprovado esta afirmação com esses exemplos ou simplesmente remetido para um estudo eventualmente existente, o que permitiria ter elementos de comparação, nomeadamente na Península Ibérica.

Na inscrição nº 94, o nome *Maropo* não é reconstituído com segurança e, tal como feita a tradução, o pronome *suo*, presente no texto, não tem qualquer sentido. Não estaremos perante um texto regravado? Atendendo a que se trata de uma epígrafe que põe, de facto, problemas de onomástica (cf. Maria de Lourdes Albertos, *Emerita* XL 1972 9 e 299-300), teria sido importante uma análise atenta e profunda.

Um último aspecto diz respeito à tipologia dos monumentos: caso se comprovasse que - como se afirma - o monumento nº 49 era uma cupa, tal facto revestir-se-ia do maior interesse histórico, porquanto cupas com a inscrição no topo (como a foto sugere) são típicas do *ager Olisiponensis*. Sucede, porém, que não se trata de uma cupa: a ficha do Museu Arqueológico Nacional, de Madrid, onde a peça se encontra (nº 16513) atribui-lhe a classificação genérica de “cippus” (palavra que, como se sabe, era vulgar até há uma década atrás sem um significado tipológico preciso); trata-se, porém, muito provavelmente (atendendo às dimensões: 30 x 29 x 39), da parte superior duma esteia de topo arredondado. O monumento nº 62, identificado como uma cupa, está associado a onomástica de origem grega, num contexto onde predominam as esteias, merecia, por isso, algumas considerações.

É certo que Libório Hernández - expressamente o declara - pretendeu apenas publicar um *corpus* de inscrições da província de Palência, sem se deter no imenso

manancial histórico-epigráfico aqui reunido, tarefa que terá reservado para uma outra oportunidade. Alguns dos aspectos que foquei, e outros, contribuirão para o esclarecimento da história romana de Palência.

Nesse aspecto cumpre saudar a obra como livro de consulta fundamental. Dispondo de índices pormenorizados e bem organizados (a que apenas faltará um índice geográfico) vem facilitar o trabalho a epigrafistas e historiadores.

FERNANDA REPAS

Juan Manuel ABASCAL PALAZÓN, *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania*. (Antigüedad y Cristianismo, II), Murcia, 1994, 554 pp., ISBN 84-7684-517-0.

Os estudos onomásticos estão a assumir um papel cada vez mais relevante no âmbito da pesquisa em Historia Antiga.

Na verdade, gravado habitualmente na perenidade do mármore, o nome revela a imagem que se pretendeu transmitir e denuncia estatuto social, origem étnica ou, simplesmente, a moda.

Por isso, desde que, em meados do século passado, a Epigrafia ganhou foros de ciência imprescindível para melhor se conhecer a Antiguidade Clássica, o rol dos antropónimos atestados nas epígrafes, quer numa região determinada do mundo romano quer em todo o Império, passou a ser instrumento de trabalho indispensável. E, por isso, os *corpora* de inscrições nunca estariam completos se não tivessem índices onomásticos cuidadosamente elaborados.

Iiro Kajanto analisou os cognomes latinos, numa obra (*The Latin Cognomina*, Helsínquia, 1965, Roma, 1982) que, ainda hoje, é de referência obrigatória. Heikki Solin proporcionou-nos, após longo trabalho de pesquisa, um elenco exaustivo dos nomes gregos registados na epigrafia de Roma (*Die Griechischen Personennamen In Rom - Ein Namenbuch*, Walter de Gruyter, Berlim, 1982), que constitui necessário elemento de comparação nesse domínio. Antes dele, procurara Wilhelm Schulze (*Zur Geschichte Lateinischer Eigennamen*, Berlim, 1966) traçar uma panorâmica da onomástica latina, baseada, porém, em pressupostos da época que se inclinavam para ver em todos os radicais ‘ressonâncias’ etruscas. Para actualizar esses trabalhos (e já com o recurso, que vai ser cada vez mais oportuno, da informática), Solin e Salomies deram a lume o *Repertorium Nominum Gentilium et Cognominum Latinorum* (Nova Iorque, 1988) - vide *Conimbriga* 30 1991 172-174. Por outro lado, o fecundo manancial

de *L'Année Épigraphique* ficaria também facilmente ao dispor dos investigadores através do labor paciente de Jean-Marie Lassère: *Tables Générales de L'Année Epigraphique 1961-1980* (Presses Universitaires de France, Paris, 1992).

Para a Península Ibérica - porquanto a acessibilidade aos índices de CIL II nunca foi grande, dada a raridade de exemplares existentes dispúnhamos, fundamentalmente, dos índices das *Inscriptiones Latinas de la España Romana*, de José Vives (Barcelona, 1972). Apesar das inúmeras correcções por fazer (vide *Conimbriga* 15 1976 179-182), funcionou como útil termo de comparação, porque, recorde-se, reuniu, por categorias, perto de 7000 textos peninsulares. No entanto, interessava, de modo particular, a onomástica latina de raiz pré-romana, um campo de investigação a que se dedicaram Palomar Lapesa, estudando os antropónimos da Lusitânia (*La Onomástica Personal Pré-Latina de La Antigua Lusitania*, Salamanca, 1957), e María Lourdes Albertos, cuja obra *La Onomástica Personal Primitiva de Hispania Tarraconense y Betica* tardou, porém, a sair (Salamanca, 1966). Entretanto, Jürgen Untermann deu corpo a uma ideia que já pairava no ar: a elaboração de mapas que mostrassem a distribuição geográfica dos vários antropónimos típicos ou mais frequentes no território peninsular, a fim de se detectarem pontos de contacto, que, eventualmente, trouxessem luz sobre etimologias diferenciadas, passíveis de virem a ser postas em paralelo com os vestígios arqueológicos: os seus *Elementos de un Atlas Antroponimico de la Hispania Antigua* Madrid, 1965) traçaram, desde logo, hipóteses de trabalho que o aumento considerável de testemunhos tem vindo a confirmar.

E se o aparecimento de *Hispania Epigraphica* (vide *Conimbriga* 30 1991 178-181) veio colmatar a lacuna deixada em aberto pelo desaparecimento precoce da *Hispania Antiqua Epigraphica*, o certo é que se fazia sentir, apesar de tudo, a falta de um livro onde, rapidamente, o investigador pudesse verificar a ocorrência, na Península Ibérica, do antropónimo que acabara de ler - ou que tinha dificuldade em decifrar - na inscrição nova que se lhe apresentara.

Bem andou, pois, Juan Manuel Abascal em meter ombros à tarefa, que solidamente alicerçou numa exaustiva pesquisa bibliográfica, onde rara será a publicação que falte. Afirma o autor, no prólogo, que a obra começou por ser mero “ficheiro pessoal” que, pouco a pouco, foi crescendo, até se converter num “repertório de antroponimia hispana em língua latina”. E, não obstante afirmar que mais não é que “ferramenta de transição” - pois estão em curso, por exemplo, a publicação da segunda edição do *Corpus Inscriptionum Latinarum* peninsular e a elaboração de um atlas antroponimico da Lusitânia - o certo é que não deixa de referir que, desta sorte, já é possível analisar mais detidamente “a concentração de determinados gentílicos em espaços geográficos muito reduzidos, a distribuição de um escol por um território específico ou os múltiplos aspectos derivados do desconhecimento da língua escrita por amplos sectores da população”.

Merece leitura atenta a Introdução.

Primeiro, judiciosas considerações metodológicas: incluem-se as “inscrições latinas achadas na Hispânia, independentemente da origem dos personagens” nas mencionados; só se excluem os textos reproduzidos mecanicamente (v. g., marcas de oleiro), mas consideram-se “os magistrados monetários das séries latinas de Hispânia”; a base da pesquisa foi predominantemente bibliográfica; simplificaram-se ao máximo as referências bibliográficas.

Depois, Juan Manuel Abascal não resistiu a gizar, desde já, a panorâmica que o material acumulado (“informação onomástica acerca de 19 593 indivíduos”!) lhe possibilitava, tanto do ponto de vista estatístico como qualitativo, não obstante se ter em conta que se trata de uma amostra que se estende por um período de duzentos e cinquenta anos, o que faz com que “cada momento, cada região, cada âmbito urbano se caracterize por um hábito epigráfico específico em que entram em jogo a vitalidade dos meios indígenas, o progresso da latinidade, a mobilidade geográfica, etc.” (p. 26). Assim, e a título de exemplo, verifica-se que a identificação mediante os *tria nomina* apresenta, no conjunto, uma percentagem relativamente elevada (24,74%), atendendo “ao forte volume de textos pertencentes à costa da Tarraconense e Bética e ao considerável volume de inscrições hispanas datáveis de entre fins do século I d. C. e o final dos Antoninos” (pp. 27-28), o que deixa na sombra a notável “escassez de *tria nomina* no Noroeste, a sua absoluta ausência no mundo dos Vadinienses ou o elevado número de escravos dos grandes centros urbanos” (p. 28).

Analisa o autor o que se passa com os *praenomina* (*Lucius* é o mais popular); com os gentílios (apenas 10 ultrapassam os 200 testemunhos, e os *Iulii* mantêm a sua natural posição de supremacia, sendo significativo o que ocorreu no território olisiponense); com os nomes únicos e os *cognomina*: *Ambatus*, *Tanginus* e *Boutius* ocupam o lugar cimeiro entre os nomes de cariz indígena, *Severus* possui “claro protagonismo” entre os cognomes de etimologia latina documentados (258 casos em 2962).

As considerações feitas a propósito da onomástica indígena (pp. 31-35), da onomástica de origem grega (pp. 35-36) e da onomástica latina constituem, igualmente, motivo do maior interesse, pelas actualizações - inclusive metodológicas - que aponta. Recordaria, a propósito, duas passagens, em meu entender, deveras significativas, que vêm ao encontro do que já temos referido: o Latim pode ser a língua universal da Hispânia do Alto Império, “mas não é uma escrita universal”, “pois a compreensão escrita nunca chegou a ser absoluta” (p. 35) e “as formas orais impuseram-se ante o desconhecimento das grafias” (p. 36). Daí, o aparecimento de tantas variantes do mesmo antroponimo. Por outro lado, Abascal Palazón acentua um dado a que, porventura, nem sempre se terá atribuído o grande valor que detém: a moda. “A moda parece estar por cima de tudo” (p. 37) - em cada período, em cada região... E no que concerne,

norneadamente, à adopção da onomástica de raiz grega sabemo-lo perfeitamente, mas nunca é de mais repetir.

Antes de entrar no “dicionário” (digamos assim) que constitui o cerne da obra, Juan Manuel Abascal demora-se a dar o rol dos gentilícios que devem ser banidos, como tais, da obra, já referida, de Solin e Salomies; dos nomes a excluir das listas de Palomar e de Lourdes Albertos; enumerando, ainda (p. 59), os gentilícios que aparecem na posição de *cognomen*.

O que fica dito é bastante para dar conta da extrema oportunidade deste volume, resultado do esforço editorial conjunto das universidades de Múrcia e Complutense de Madrid, mormente pelo acervo documental nele criticamente apresentado. Obra doravante de consulta fundamental, vade-mecum permanente de quantos têm nas fontes epigráficas um elemento de referência indispensável.

Ponto de chegada, é (passe o obrigatório lugar-comum) desde logo um ponto de partida, sujeito a correcções, acrescentos, ajustamentos pontuais... Creio, até, que o Autor deveria ter indicado, no final do prólogo, para onde deveria ser remetida a correspondência: qual o seu endereço electrónico ou outro, a fim de que, à medida que a consulta ou a investigação nos trouxerem novos elementos, de pronto os possamos fazer chegar ao seu conhecimento, numa acção conjunta que a todos interessa.

E é precisamente com esse espírito que adiantaria algumas observações:

Na pág. 55, s. v. “Tallici”, Alvega é dada como pertencente ao distrito de Setúbal; trata-se duma freguesia do concelho de Abrantes, distrito de Santarém.

- *Iallius* (p. 151): pese, muito embora, a certeza em contrário do editor do AE (1992 951), uma observação mais atenta da fotografia do monumento comemorativo da oferta de um relógio à *civitas Igaeditanorum* (AE 1961 149 = 1967 144) permite-nos concluir, como já ti ve ocasião de o afirmar (*Conimbriga* 30 1991 181), que estamos perante o gentilício *Tallius*.

L. Manlius “Almus” (p. 180): trata-se do nome registado na célebre inscrição rupestre do Castro dos Três Rios. Temo-lo considerado um texto votivo, eventualmente dedicado a umas divindades indígenas, os *Dii Perniici*: cf. as minhas *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975, 257-258, onde segui a interpretação proposta por Jürgen Untermann (AEA 38 1965 8-17). Aliás, é essa referência que vem na mesma página 180, na 2ª coluna, não se tendo apercebido o Autor que se trata do mesmo testemunho (há também duplicação s. v. *Tureius*, p. 534). Já hoje não temos dúvidas acerca da tribo a que *L. Manlius* pertence: é mesmo a tribo *Aemilia*, não obstante se encontrar escassamente documentada na Península Ibérica (cf. Rainer Wiegels, *Die Tribuschriften des Römischen Hispanien - Ein Katalog*, Berlim, 1985, 87 e 84). Também parece legítimo considerar *ALMVS* a fórmula votiva. Lúcio Mânlio integrou, decerto, uma das primeiras levas de colonos itálicos na Lusitânia e que, por isso mesmo, se apressou a venerar as divindades locais para que lhe fossem

propícias. *Tureius* é, ao invés, confirmadamente, um antropônimo indígena, e não um *nomen*, como Abascal Palazón bem salienta (p. 534), equivalente a *Tureus*, não nos sendo possível optar por uma forma ou por outra, sempre que a palavra nos surge no genitivo *Turei*. No Castro dos Três Rios, a palavra pertence, porém, a uma segunda inscrição.

- *Pontilius* (p. 202): sabemos que os Romanos praticavam, em Epigrafia, o «culto da ambiguidade», sempre que duma ambiguidade de leitura ou de interpretação pudesse resultar benefício. Não vejo, porém - como quer Maria Adela Barreda Pascual («Algunos *unica* de la epigrafia republicana de Hispania: Pontilienus, Utius, Trinius y Labicius», *XI Congreso Intemazionale di Epigrafia Greca e Latina - Preatti*, Roma, 18-24/09/1997, p. 81-90) - que o genitivo *Pontili* (de CIL II 3433) se deva considerar pertencendo a *Pontilienus*, só porque este antropônimo se encontra documentado e *Pontilius* é um *unicum* na Península Ibérica.

- *Apaño* (p. 279: corrige-se bem a leitura do texto do Fundão (AE 1977 363), que eu já assinalara em IRCP, p. 495; deve, porém, integrar-se também o testemunho incluído s. V. “Apaionis” (AE 1971 167), que resulta, na verdade, de uma leitura deficiente, pois há um nexu NA.

- *Clodamenis* (p. 331): patronímico indígena dum eventual *L. Sestius Corocaurus* assim interpretado por Hübner (CIL II2462 e 5611), será melhor considerá-lo duvidoso, atendendo à revisão efectuada por Armando Coelho Ferreira da Silva (*Cadernos de Arqueologia*, Braga, 1 1984 40-43): o texto, gravado numa estátua de guerreiro, é mais longo e de interpretação (ainda) difícil na sua totalidade.

- *Langonus* (?) (p. 396): tem Juan Manuel Abascal inteira razão, ao duvidar desta proposta de leitura apresentada pelo editor do AE 1982, 478. Trata-se, de facto, do cognome grego *Langon*, como claramente se afirma em FE 4 1982 n° 15, onde esta epígrafe de Póvoa de Atalaia veio publicada.

- *Sanecius* (p. 495): leitura do cognome de *Ti(berius) Claudius*, dedicante, em Numão, duma ara *Dis Deabus(ue) Coniumbri(ensium)* que se fundamenta na hipótese interpretativa dos autores de *Fouilles de Conimbriga II* (Paris, 1976, n° 3), seguida por Patrick Le Roux (*L'Armée Romaine et l'Organisation des Provinces Ibériques d'Auguste à l'Invasion de 409*, Paris 1982, 191, n° 73). Já em *Divindades Indígenas...* (p. 176) defendi a leitura *Sailcius*. Baseei-me, é certo, na fotografia; mas já então não havia modo melhor de estudar o monumento, porquanto dispunha de uma excelente foto gentilmente cedida pelo Dr. J. A. Pinto Ferreira, tirada quando a superfície epigrafada ainda não sofrera a corrosão a que, ao longo dos anos, tem sido submetida, a ponto que, hoje, alguns caracteres não se distinguem já. Penso, pois, que, ao contrário do que se sugere na p. 54, não será de excluir-se *Sailcius* = *Sailgius*, foneticamente equivalente às formas em -e- (*Saelcius* e *Saelgius*), mais documentadas.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

EPIGRAPHICA DILAPIDATA, Scritti scelti di Giancarlo SUSINI. N°15 da Coleção Epigrafia e Antichità, dirigida por Angela Donati. Fratelli Lega Editori, Faenza, 1997. 548 p.

Giancarlo SUSINI, *Bibliografia sino al 1997*, a cura di Daniela Rigato, N° 16 da mesma colecção. Faenza, 1997. 126 p.

Constituem os dois volumes, cada um à sua maneira, a necessária e muito oportuna homenagem a um dos vultos maiores dos estudos epigráficos latinos e, inclusive, da investigação em História Antiga.

É que, para além do seu magistério na Universidade de Bolonha, Giancarlo Susini logrou, ao longo destes últimos trinta anos, suscitar, por toda a parte, com os seus escritos e com o seu testemunho, um inextinguível interesse pela mensagem epigráfica no seu conjunto.

De facto, se, antes dele, o monumento epigráfico era, sobretudo, encarado como o suporte - quiçá desinteressante - de um texto a ler, foi o Prof. Susini quem, designadamente com a obra *Il Lapidista Romano* (Bolonha, 1966), chamou a atenção para esse todo, em que há voluntária intervenção do Homem, com mensagem para transmitir desde o momento em que pensa em mandar lavrar uma inscrição. Ou seja, ao epigrafista-historiador interessa não só o resultado final mas todas as fases de execução do monumento, a partir, inclusive, da sua extracção numa pedreira.

A sua definição de Epigrafia, “a ciência histórica do modo como certas ideias foram seleccionadas a fim de serem apresentadas para informação pública e permanente” (p. 69), constitui, sem dúvida, a súpula do seu pensamento neste domínio. Depois de obtido e de escolhido o suporte, há todo um conjunto de operações intencionalmente planeadas para que a mensagem passe e perdure. E foi Giancarlo Susini que, insistentemente, soube acentuar essa intencionalidade, que muito depende dos aspectos técnicos da preparação do monumento nas oficinas lapidárias, estudo a que sobremaneira se tem dedicado.

Recordaria, a propósito, um trabalho breve mas deveras sintomático, que ocupa as páginas 157-172, com o título “Computare per via” acrescido dum subtítulo eloquente: “Antropologia del lettore antico: meglio, del lettore romano”. Que o texto é (repete-se) pensado para ser lido, à medida do Homem, à medida, inclusive, do tempo de que ele dispõe. Não admira, por isso, que os miliários sejam cilíndricos, para que a leitura se faça em movimento; não cause estranheza a diferença de módulos dos caracteres e o cuidado posto na sua paginação - porque houve uma “paginação epigráfica das ideologias romanas” (p. 172) e nada, ali, foi alguma vez deixado ao acaso, pois é a eternidade que sempre se almeja (“*Concetto e tecnica del tempo nelle iscrizioni romane*”, *ibidem*, p. 173-184): “A inscrição - afirma Susini nesse artigo (p. 174) - é o instrumento escrito da vontade de sobrevivência dos homens no tempo”.

Resultado duma ideia transposta para uma linguagem sintética, linguagem que é, em si mesma, o fruto de uma cultura (“Fabbrica del pensiero, grammatica della memoria”, *ibidem*, p. 199-205) - a epigrafe romana é fonte cada vez mais imprescindível para a investigação em História Antiga. E ao prof. Giancarlo Susini cabe, nesse reconhecimento, um papel deveras singular.

Concebido como homenagem por ocasião do seu 70º aniversário, reúne o volume citado em primeiro lugar os “ensaios em que prevalece o interesse pela comunicação epigráfica, acentuado pelos métodos inovadores introduzidos precisamente pelo autor, desde as suas primeiras publicações”, como escreve Angela Donati na apresentação. São, ao todo, 47 ensaios, dispersos pelas mais variadas publicações, devidamente citadas no início de cada um.

Reimprime-se, pois, o já referido *II Lapidaria Romano* (p. 7-69), um texto primordial que há muito estava esgotado (o livro começa, aliás, por aí) e juntam-se, numa primeira parte, os textos de índole genérica ou que, a partir de circunstâncias concretas, possibilitaram o desenvolvimento de uma teorização. Uma segunda parte foca, de modo particular, a problemática das oficinas epigráficas (p. 207-378), para, numa terceira parte (digamos assim), se apresentarem breves reflexões a partir de casos específicos, numa panorâmica vasta e utilíssima, que abarca, afinal, todos os tipos de inscrições.

Anote-se a grande qualidade das fotografias que oportunamente ilustram cada um dos textos, como, de resto, acontecera nas suas versões originais.

A segunda obra referida é, como o título indica, uma bibliografia, com as funções que uma bibliografia detém, enquanto memória, enquanto testemunho. Será, talvez, uma bibliografia diferente. E explico porquê.

Se a minha interpretação não é errada, até há poucos anos atrás - não mais de uma dezena, se calhar - o docente universitário, mormente se catedrático, andava (salvo raras e honrosas exceções) envolto numa auréola, como que encerrado em torre de marfim. Os seus escritos - sempre em revistas da especialidade - eram poucos, eruditos, prenhes de uma sapiência oculta ao comum dos mortais... Felizmente, a ora chamada “imprensa cultural” e a possibilidade cada vez maior de intervenção em debates e programas televisivos e radiofónicos, tem quebrado a barreira e, hoje, o professor universitário surge amiúde, interveniente, na Comunicação Social. Nesse sentido, também não foi sem surpresa que, no Colóquio sobre o Abade de Baçal (Bragança, 14-11-1997), ouvi o Prof. Doutor Pais de Brito sublinhar o quanto seria importante reunir em colectânea os textos do Abade dispersos por jornais e por revistas, textos onde se patenteia uma outra face do investigador: a sua ligação à realidade, ao quotidiano das gentes...

Vêm estas considerações a propósito, justamente, do conteúdo da bibliografia do Prof. Giancarlo Susini, que, para além das suas contribuições nos domínios científicos que lhe têm sido particularmente queridos - a epigrafia e as formas de comunicação antiga, a história antiga das nossas cidades e de algumas regiões, o processo de aculturação

nas províncias romanas, os problemas e os modos de agir das periferias, a história de Aníbal, a investigação no Egeu e nas regiões *do limes* danubiano, a “ciência dos bens culturais”, para usarmos palavras suas inseridas no começo do volume -, para além de tudo isso, que é do foro científico propriamente dito (ao todo, 943 títulos, desde 1950 a 30 de Junho de 1997), foram também arroladas, numa segunda secção, igualmente ano a ano, embora sem numeração, o que poderíamos designar de “vária”: “textos de informação alargada (imprensa quotidiana; rádio e televisão; notas sobre temática diversa) e escritos noticiosos” (Daniela Rigato).

Um relance ao acaso, pela p. 85 (por exemplo) relativa a 1988, oferece-nos títulos como “Fome de pedras”, “Os Fenícios na Universidade”, “O Danúbio sepultado”, “*Homo manager* por Augusto” (sobre o bímilenário de Agripa), “E no vale emergirá um museu”... que nos mostram não só a variedade temática abordada como o contorno poético (ou simplesmente literário, se se preferir) que Giancarlo Susini sabe emprestar aos seus escritos. Veja-se, no que respeita a Portugal, o que escreveu, em Fevereiro de 1994, a propósito de Lisboa, Capital da Cultura, texto que tive o prazer de traduzir para *Tempo Livre* (nº 45, Novº 1994, 88-89).

É, em suma, o epigrafista, o historiador da Antiguidade Clássica que sabe quanto se toma necessário sermos actuais, intervenientes, para melhor podermos compreender e investigar sobre os fenómenos dessa mesma Antiguidade - que não estarão, afinal, tão distantes assim do nosso movimentado dia-a-dia.

Congratulamo-nos, pois, vivamente com a iniciativa e formulamos votos para que o Mestre continue a brindar-nos, ainda por muitos anos, com a sua sabedoria.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Antonio RODRÍGUEZ COLMENERO (coordenador), *Lucus Augusti - I. El Amanecer de una Ciudad*, Fundación Pedro Barrié de la Maza, A Coruña, 1996. 487 págs. ISBN: 84-897748-05-5.

Integrado na *Catálogo Arqueológica e Artística da Galiza*, que a citada Fundação mecenaticamente está levando a cabo, o volume, redigido em língua castelhana, inicia uma série que prevê a publicação continuada, pormenorizada e sistemática, de estudos - dez, ao todo - sobre “os achados feitos durante os últimos dez anos de intensas escavações arqueológicas levadas a cabo no centro histórico lucense” por iniciativa do Grupo Arqueológico Larouco e que a Fundação Pedro Barrié de la Maza tem patrocinado, como salienta, na nota introdutória, a Condessa de Fenosa, presidente da referida Fundação.

Conimbriga, 37 (1998) 267-310

Como o próprio título sugere, trata-se aqui do “amanhecer de uma cidade”, o gizar das suas origens a partir da investigação já efectuada, sendo cada tema abordado por um especialista na matéria, o que particularmente se saúda como sendo do maior interesse histórico e científico.

Assim, o primeiro capítulo - “Ambiência geográfica e cenário” - é constituído por ensaios sobre: “O clima e os solos da Galícia na época romana”, assinado por Francisco Díaz-Fieros Viqueira; “A vegetação galega durante a época da ocupação romana através do estudo do pólen fóssil” (María Jesús Aira Rodríguez); “Análise polínica e interpretação de carvões em necrópoles galegas de época romana” (María Jesús Aira Rodríguez e R. Uzquiano); “Estudo arqueológico dos restos ósseos achados nas escavações romanas de Lugo (Jesús Altuna e Koro Mariezkurrena)”; “Do mar ao caminho, do caminho à mesa: a fauna marinha das escavações arqueológicas de 1986, 1990 e 1991 em Lugo (J. M. Vázquez Varela).

Detém o 2º capítulo um âmbito geográfico mais alargado - todo o *conventus Lucensis*: Tito A. Varela estuda as “características biológicas da população galega” na Antiguidade, concluindo que eram muito semelhantes às actuais; e o coordenador do volume, Antonio Rodríguez estende-se por mais de cem páginas (129-242) na miúda especificação do que foi, em seu entender, a organização sociopolítica e a distribuição territorial dos povos pré-romanos do Noroeste.

As fontes epigráficas são, neste domínio, fonte primordial e Rodríguez Colmenero demora-se na polémica surgida em tomo de interpretações sempre problemáticas, designadamente as que se prendem com o significado a atribuir ao C invertido que amiúde surge nas epígrafes daquela zona. Questão difícil de solucionar, bem o sabemos, porquanto esse tipo de textos foram pensados não para o exterior (digamos assim) mas para um público que sabia exactamente o que se pretendia dizer, porque dispunha dos códigos. “Castellum” ou “centuria”, aliás, talvez possa ser opção de somenos, sendo primordial focar que essa menção pormenorizada do ‘grupo’ a que cada um pertence significa, antes de mais e acima de tudo, um espírito de corpo, um apego às “raízes” (como hoje se diz), que caracteriza, de facto, a população pré-romana do Noroeste. Doutro modo, tentando - aqui - esmiuçar argumentos, aduzindo inclusive exemplos doutras áreas peninsulares, ainda que próximas, dificulta a leitura dum texto que se pretenderia de síntese e, assim, entrou por domínios excessivamente técnicos, eruditos.

Fica-nos a impressão de que se carece, para a região, dum novo *corpus* epigráfico, em que, num sempre saudável retomo à pedra, a análise paleográfica assuma o principal papel. Recordaria, a talhe de foice, o controverso texto da igreja paroquial de Asadur, de que se apresenta foto na p. 136, sem que seja discutida a sua autenticidade, posta com razão em causa, por exemplo, por Alain Tranoy (*La Galice Romaine*, 1981, 70), que a considera datável do século XVIII, e reabilitada depois por Patrick Le Roux (AE 1989 435) que, apesar de lhe atribuir um “style contourné”, a data dos primórdios do século

III e de novo a invoca para mostrar “a eficácia duma linguagem rodada, ano após ano, por uma administração preocupada com a sua imagem e os seus interesses” (*Romains d’Espagne*, Paris, 1995, p. 118). Mas há outros textos cuja interpretação poderá ser diversa da que Rodríguez Colmenero aduz: eu retomaria a primeira versão do nome dos dedicantes da ara de Fiães, os *Vicani Vagomicenses*, de acordo com a fotografia da p. 151 ; leria SEVERI, sem mais delongas, no cilindro da p. 163...

Todo o capítulo III, intitulado “Nos inícios duma caminhada histórica”, é da autoria de Rodríguez Colmenero, dado que aí se abordam temas da época romana: as fases da conquista do território pelos Romanos (p. 245-263) e a integração administrativa do Noroeste nas estruturas romanas (p. 265-299); em apêndice, a discussão sobre a autenticidade, que defende (inclusive mediante análise metalográfica), da segunda *Tabula Lougeiorum*, datada do ano 1 da nossa era (p. 301-315).

Dá ideia que, numa primeira versão, o livro terminaria aqui, pois é na p. 316 que se indicam as “siglas e abreviaturas mais correntes” e a “bibliografia consultada” ocupa as p. 317-326 - a não ser que se trate apenas da bibliografia da parte respeitante à contribuição de A. Rodríguez Colmenero. Na verdade, há ainda um 4º capítulo, “Vantagens e desvantagens de uma implantação urbana” em que se abordam temas como:

- o substrato populacional pré-romano dos arredores de *Lucus Augusti*, da autoria de Enrique González Fernández e Santiago Ferrer Sierra, que dão conta dos castros identificados apresentando a sua bibliografia específica;

- Rodríguez Colmenero interroga-se se *Lucus Augusti* terá sido uma “cidade sem ambiente” (p. 419-423), pergunta que é, de certo modo, a deixa para que Santiago Ferrer Sierra proponha, a partir do estudo das moedas com representação de *caetra*, que esta cidade romana haja nascido de um acampamento romano (p. 425-446);

- para determinarem a procedência dos materiais usados na cidade, A. Casas Ponsati, R. Vázquez Navarro e Marius Vendrell apresentam os resultados do estudo preliminar feito sobre amostras petrológicas e mosaicos (p. 447-467), capítulo ilustrado com sugestivas ‘fotomicrografias’ a cores;

- finalmente, o académico Adolfo de Abel Vilela deduz, com base em notícias documentais recentes, quais as matérias-primas utilizadas na construção de *Lucus Augusti* (p. 469-477), partindo do princípio que não se terão registado grandes alterações.

“Em jeito de síntese” (p. 479-481), de Rodríguez Colmenero, é isso mesmo: uma brevíssima síntese do conteúdo do volume.

Com uma apresentação gráfica magnífica, ilustrações a cores, capa de pano preto e dizeres rasgados a ouro, *El Amanecer de una Ciudad* é, à primeira vista, o livro de prestígio que veicula uma síntese para o leitor médio acerca das origens da Lugo moderna. Pela análise que acabamos de fazer se verifica que, mais do que uma síntese acabada, estamos perante a apresentação cuidada dos dados susceptíveis de, um dia, virem a facultar essa monografia.

Não é, pois, obra para o leitor médio, mas sim muito útil instrumento de trabalho para arqueólogos e historiadores. Nesse aspecto, talvez não tivesse sido despendida a hipótese de dispormos de índices temáticos que viessem facilitar a sua consulta.

Conhecem os autores a bibliografia portuguesa; continua-se, porém, a não a saber citar: os portugueses devem ser referidos pelo último nome, sem ter em conta quaisquer preposições (Vasconcelos, José Leite de; Encarnação, José d'; Curado, F. Patrício; Bento, Mário Pires). Veja-se, como exemplo que pode trazer dificuldades, o caso de Armando Coelho Ferreira da Silva que, na p. 318, se refere em COELHO e, na p. 415, em SILVA. Curiosamente, até o próprio coordenador do volume vem mal colocado: não em RODRÍGUEZ COLMENERO, como é de norma em língua castelhana, mas em COLMENERO (p. 324), embora na ordem alfabética do ... Rodríguez!

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Carmen CASTILLO, *Vestigia Antiquitatis*, Ediciones Universidad de Navarra, Pamplona, 1997. 608 p. ISBN: 84-313-1552-0.

Inicia o volume uma nova série da colecção “Mundo Antigo” e a sua publicação teve como pretexto os 25 anos de cátedra universitária da sua autora e, como objectivo, “tomar mais acessível aos estudiosos um importante grupo de escritos da Prof Castillo”, como afirma Concepción Alonso del Real, na Introdução. Uma selecção difícil - são-no sempre - mas a selecção possível e manejável por “epigrafistas, prosopografistas e classicistas em geral”.

Teve a autora papel importante na selecção, conforme eia própria confessa no prefácio, e decidiu estruturar em três partes temáticas o conteúdo do volume: Epigrafia, Prosopografia e Literatura.

Inicia-se a colectânea com a reprodução das crónicas regularmente apresentadas nos congressos quinquenais de Epigrafia, desde 1972 a 1992, uma apresentação exaustiva das novidades epigráficas peninsulares a que já nos habituáramos e cuja falta sentimos no último congresso (Roma, 1997). Publicadas habitualmente na *Emerita*, sob o título genérico, “El progreso de la Epigrafia romana de Hispania”, constituíam, a par do que os investigadores do (então) Centre Pierre Paris (Université de Bordeaux III) periodicamente editavam na *Revue des Etudes Anciennes*, elemento de consulta imprescindível. O facto de aqui as termos reunidas é, pois, do maior alcance.

Seguem-se dez artigos: quatro são ainda, de certo modo, panorâmicas epigráficas; os demais abordam, em geral, casos particulares de inscrições interessantes, sendo os dois últimos dedicados a Navarra: as fontes epigráficas como fonte para o estudo da Navarra romana, a onomástica.

No âmbito da prosopografia, reproduzem-se os trabalhos efectuados sobre pessoas importantes da Bética (senadores, pontífices...), a investigação sobre a presença da tribo Galéria na Hispânia ou as relações entre a Península e a África romana no Alto Império vistas através dos testemunhos epigráficos.

Pertence Carmen Castillo ao Departamento de Filologia Latina. Não admira, por isso, que tenha querido incluir também na colectânea cinco títulos desta área científica, “representativos das orientações que considero preferenciais” (como afirma no Prefácio): a comédia, o Apologético de Tertuliano, Tito Livio, teorias de estilo.

Merecida homenagem (as pp. XXIX-XXXV trazem a bibliografia da homenageada, num total, se não erro, de 104 títulos, dos quais 30 recensões, mais 8 no prelo, um deles já publicado aqui); serviço notável prestado aos cultores da História Antiga peninsular, que assim dispõem facilmente de um precioso elemento de consulta.

Claro que - como em tudo - essa consulta carecerá, aqui e além, de um que outro ligeiro ajustamento, para que seja inteiramente rigorosa, pois, como é bem de ver, com tão grande acervo de documentação em presença, nem sempre tudo se transmite em pleno rigor.

Vejam-se quatro casos, a título de mera exemplificação:

- A propósito do volume II das *Fouilles de Conimbriga* (Paris, 1976), diz-se, na p. 24 (nota 10), que aí se estudam 111 inscrições. Não teve Carmen Castillo em conta nem as marcas sobre cerâmica e vidro (n^{os} 113-305) nem os grafitos (n^{os} 306-403): a inclusão de uns e outros foi, quanto sei, novidade em termos de *corpora* e saúda-se hoje esse pioneirismo.

- Escreve-se, na p. 68, que D. Fishwick reivindicou a autenticidade de CIL II41, uma epígrafe conimbrigense. Trata-se, sim, de CIL II41 *, texto que Hübner considerara falso, mas que já fora reabilitado, em 1894, por Krascheninnikoff. Teria sido fácil verificar esse facto no citado volume II das *Fouilles de Conimbriga* (p. 51), cujos autores são, aliás, da mesma opinião, integrando a inscrição no rol dos textos autênticos. Não há, pois, novidade, como poderia parecer, no texto de Fishwick.

- No âmbito das publicações epigráficas de 1988-1992, há a seguinte passagem na p. 143: “Em Dezembro de 1987 acabou de imprimir-se a 4ª edição do *Portugal Romano* de J. Alarção” (sic). A frase tem a nota 16 que, teoricamente, deveria relacionar-se com a obra em apreço, como é habitual; mas não se relaciona, porque se trata de um simples pretexto para assinalar mais duas referências bibliográficas distintas: o estudo de Helena Gimeno sobre cinco inscrições inéditas detectadas em manuscritos (*Veleia* 6 1989 235-241) e o ensaio que fiz sobre a invenção de inscrições romanas por André de Resende (*Biblos* 67 1991 177-205). Deste último não só não se indicam as páginas como se faculta uma ideia errada, pois não se faz aí uma recolha das inscrições publicadas por André de Resende, trata-se de uma tentativa de mostrar como e porquê aquele humanista forjou inscrições romanas, o que é bem diferente.

- No entanto, ao citar (p. 145, nota 28) uma comunicação apresentada em *Epigraphia e Antichità* 12 (p. 237-259), não resistiu a colocar (sic) (como eu acabo de fazer acima em relação a Alarcão) na palavra “occidente”, “occident” no original francês que o revisor, italiano, por gralha tipográfica deixou inadvertidamente passar.

Mas, de um modo geral, estes relatórios da Prof. Carmen Castillo primam pelo rigor e, até, por um certo sentido de antecipação, como no caso do segundo Bronze de Botorrita (p. 151).

E fazemos votos de que, apesar de não ter participado no Congresso de Roma, haja também preparado para a *Emerita* o balanço da actividade epigráfica peninsular de 1993 a 1997.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Patrick LE ROUX, *Romains d'Espagne*. Armand Colin, Paris, 1995, 182 p. ISBN: 2-200-21593-2

O subtítulo faz a diferença: “Cités & politique dans les provinces: II^e siècle av. J. C. - III^e siècle ap. J. C.”

Na verdade, a perspectiva, aqui, não é predominantemente a arqueológica, como no caso da *Hispania Romana* de Simon J. Keay (Editorial AUSA, Barcelona, 1988); nem a político-administrativa de Antonio Tovar e José Maria Blázquez (*Historia de la Hispania Romana - La Península Ibérica desde 218 a. C. hasta el siglo V*, Alianza Editorial, Madrid, 1975) ou de L. A. Curchin (*Roman Spain Conquest and Assimilation*, Londres, 1991). A Patrick Le Roux interessaram, sobremaneira, as gentes: quem eram, o que pensavam, que fizeram invasores e indígenas, como se concretizou a aculturação, como se deu a aprendizagem, que conflitos, que manigâncias...

Quase 200 páginas densas, como o são habitualmente os escritos de Le Roux, onde uma análise de pormenor tende para a síntese, argumentada, vestida inclusive de bonita roupagem literária, como convém.

Obra de panorâmicas, é-o também texto de consulta - que para isso o Autor pensou nos índices: de fontes (literárias e jurídicas, epigráficas), de nomes próprios, geográfico, de assuntos. E fez bem.

Da bibliografia seleccionou a que mais se enquadrava na temática em apreço. E juntou glossário de termos mais ou menos técnicos (p. 149-153) - que a obra pode cair nas mãos de quem não esteja bem dentro dos assuntos e importa que compreenda a mensagem; e mapas e uma cronologia.

A introdução trata da “toga e da política”, da “identidade e da identificação”.

O capítulo I, que versa a constituição dos territórios (geografias, culturas e

governo), assinala a contribuição da cultura militar, a dimensão indígena e, finalmente, o que chama “a cultura da governação”.

Augusto é a figura principal do capítulo II, enquanto “gestor dos espaços ibéricos”: a fundação, os fundamentos (“o estado de espírito augustano”), a construção duradoura.

“As cidades e as comunidades cívicas”, título do capítulo III, onde se trata da difusão do conceito da *civitas* e da sua orgânica; da integração dos indígenas e do que daí resultou, “a civilização municipal”.

O capítulo IV põe em confronto, sugestivamente, duas peças de vestuário carregadas de simbolismo: a toga e a púrpura. Se o poder se encontra longe e o olhar dos imperadores nem sempre se volta para este finisterra; se as províncias, pouco a pouco, acabam por ser um “carrego inglório”; se as cidades - uniformizadas sob a designação vaga de *res publica* - quase tomam a um anonimato, não desprovido de rotinas e conflitos, mas frequentemente espartilhadas, o certo é que - esta, a conclusão - o indígena vai tomar-se o provincial, ainda que a aculturação não haja apresentado em todo o sítio um ritmo sincronizado, ainda que a administração amiúde esteja separada da política, ainda que as “províncias” possam vir a tomar-se, tempos depois, outras tantas “pátrias”...

Interessará, depois deste relancear pelo conteúdo do livro, voltar à primeira página, ao “avant-propos”, onde Patrick Le Roux confessa as suas intenções: não é um manual, não é uma tese. Destina-se a todos aqueles que, passeando-se, um dia, pelas terras hispânicas (a escolha do termo *Espagne* é, segundo o Autor, mera questão de conveniência, porque vai falar de Espanha e de Portugal), ficaram sensibilizados pelos vestígios do passado romano e sentiram uma vontade irresistível de virem a saber mais dos seus antigos habitantes. “Ensaio de carácter científico”, *Les Romains d'Espagne* “é fruto duma reflexão livre que, sem menosprezar as exigências da emdição e da boa construção histórica, não ignora que a imaginação e a interpretação bem compreendidas são utensílios indispensáveis ao historiador” (p. 5).

A tese de doutoramento de Patrick Le Roux focou a acção do exército romano na Península Ibérica, entendendo-a como um dos processos mais originais de provincialização do Ocidente (*L'Armée Romaine et l'Organisation des Provinces Ibériques d'Auguste à l'Invasion de 409*, Paris, 1982). Esse, o motivo que o leva a dizer (p. 6) que seguiu a sugestão de Cícero: “Que as armas cedam o lugar à toga!”. Depois do exército, a síntese sobre os habitantes, uma síntese que se legitima por ser apenas o veículo para “melhor prosseguir na análise” (*ibidem*).

Fruto das incursões que, ultimamente, o Autor tem feito na problemática da municipalização, da outorga do direito latino; alicerçada na constante leitura e (re)interpretação das epígrafes peninsulares (mormente dos inúmeros bronzes

descobertos nesta década) - esta obra de Patrick Le Roux vem preencher uma lacuna que se fazia sentir.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Corpus Inscriptionum Latinarum. Consilio et auctoritate Academiae Scientiarum Berolinensis et Brandenburgensis editum. Vol. II (editio altera): Inscriptiones Hispaniae Latinae. Pars XIV: Conventus Tarraconensis. Fasciculus Primus: Pars Meridionalis Conventus Tarraconensis. Gualterus de Gruyter et Socii, Berolini - Nov. Eboraci, 1995. XXX + 167 pp.; 13 *tabulae* de fotografias; 4 mapas; 9 microfichas, num sobrescrito inserto no final do volume contendo as fotografias dos monumentos existentes.

ISBN: 3-11-014304-6.

Trata-se do primeiro fascículo que marca o arranque da nova edição do *corpus* das inscrições latinas da Península Ibérica, feito, há mais de um século, por Emilio Hübner, sob os auspícios da Academia de Ciências de Berlim.

Já saiu o segundo fascículo (CILII²/7), dedicado ao *conventus Cordubensis*, da responsabilidade de Armin S. Sty low, e sobre ele pude tecer algumas considerações no *Archivo Español de Arqueología* (70 1997 317-319).

Dedicado a Herbert Nesselhauf por ocasião do seu 85º aniversário, o volume é da responsabilidade de Géza Alföldy, Manfred Clauss e Marc Mayer (que assinam o prefácio), coadjuvados por Josep Corell, Francisco Beltrán, Georges Fabre, Francisco Marco e Isabel Rodà. Géza Alföldy - cuja actividade epigráfica no território da Tarraconense é de todos conhecida - encarregou-se de redigir o prefácio de enquadramento histórico de todo o *conventus* (pp. XIII-XIV) e da sua região meridional (pp. XV-XVI), que constitui o fulcro deste fascículo - textos que deverão ser acompanhados pela observação dos circunstanciados mapas insertos no final, sobre Valência, Sagunto, Tortosa e a região meridional do *conventus* no seu conjunto.

Os textos autênticos (antecedidos pela relação dos miliários e pelos falsos ou de outra origem mas que algum dia foram relacionados com a zona) estão agrupados de acordo com as divisões territoriais antigas (distinguindo-se os textos provenientes das áreas urbanas propriamente ditas dos que se encontraram nas proximidades ou nos respectivos *agri*):

- *Valentia*: pp. 1-26, inscrições nºs 1-120a;
- *Edeta sive Liria*: pp. 27-45, inscrições nºs 121-230;
- *Jèrica et vicinia*: pp. 46-58, inscrições nºs 231-290a;
- *Saguntum*: pp. 59-141, inscrições nºs 291-757b;

- *Regio inter Saguntum et Leseram et Dertosam sita*: pp. 142-144, inscrições n^{os} 758-769;

- *Lesera*: pp. 145-148, inscrições n^{os} 770-780;

- *Dertosa*: pp. 149-158, inscrições n^{os} 781-814;

H. Krummrey (com a ajuda de C. Radtzel) elaborou as tábuas de correspondência com os corpora já publicados (pp. 159-167). As 13 estampas fotográficas incluem fotos que, tirando uma ou outra “chapada” de luz, podemos considerar de muito boa qualidade. As microfichas apresentam não apenas as fotos dos monumentos conservados como também, no caso dos desaparecidos, desenhos antigos que porventura restem ou, em última análise, se foi considerada de interesse, a reprodução do modo como Hübner apresentara o documento.

Para além do índice geral (pp. VII-VIII), que dá um conspecto da obra (com um ligeiro lapso, não inventariando aí os textos das pp. 136-141), não são aqui apresentados quaisquer índices, tarefa que fica reservada para o final do fascículo terceiro.

Estudam-se, ao todo, 857 inscrições (há que contar as que, identificadas com número e letras, tiveram que ser intercaladas quando a sequência já estava programada) levadas ao conhecimento dos editores até finais de 1993. Ou seja, comparando com o que Hübner inserira no CIL e no volume sobre as inscrições cristãs peninsulares correspondente a esta área geográfica, o número de textos simplesmente... duplicou! Francisco Beltrán Lloris incluíra na sua obra *Epigrafia Latina de Saguntum y Su Territorium* (Valência, 1980) mais ou menos 350 inscrições; agora, estamos perante cerca de 470. Gerardo Pereira Menaut (*Inscripciones Romanas de Valentia*, Valência, 1979), estudou 79 epígrafes, número que ora subiu para (salvo o erro) 142.

Aliás, a epigrafia desta região, graças, por exemplo, à actividade de Josep Corell, do Departamento de Filologia Clássica da Universidade de Valência, tem sido alvo, ultimamente, de inúmeras publicações. Assim, para além dos textos por ele dados a conhecer, em primeira mão, no *Ficheiro Epigráfico* (inscrições n^{os} 190-192 e 215-219), há que referir:

- *Inscriptions Romanes d'Edeta i el Seu Territori*, Valência, 1996, onde estuda 158 textos (contra os 114 aqui referenciados);

- *Inscriptions Romanes de Valentia i el Seu Territori*, Valência, 1997, onde estuda 141 textos, praticamente os mesmos que são aqui examinados (de resto, neste volume já são dadas as equivalências de numeração em relação a CIL H²/14).

E, chegados a este ponto, embora tenha a intenção de me debruçar mais tarde sobre os corpora dados à estampa por Josep Corell (aos dois referidos junte-se o de *Saetabis*, de 1994), ocorrerá perguntar: não terá sido este um trabalho escusado ou pretendeu Josep Corell, que é um dos colaboradores de CIL IP/14, fornecer já não só os índices epigráficos em falta mas também as conclusões de ordem histórica que a análise dos monumentos carrou?

Vejamos, perfeitamente ao acaso, uma inscrição estudada num e noutro lado: o epitáfio de *Caecilia Primitiva*, de Valência (nº 50 em ambos os *corpora*). A leitura é a mesma; as dimensões diferem, no que concerne à espessura (36 e 39); o rol bibliográfico é mais extenso em Corell. Mas a sequência de apresentação dos textos não é a mesma, tanto que o nº 66 de Corell é CILII²/14 36 e, aqui, já há diferentes leituras do gentílico da dedicante - *Lettia* (CIL) e *Leteia* (Corell).

Voltemos à análise de CIL²/14.

O esquema de cada ficha - redigida em latim - é idêntico ao que se adoptara no século XIX: número identificativo seguido do tipo de inscrição, breve descrição do monumento, local de achado e paradeiro, leitura interpretada, bibliografia, variantes de leitura e sucinto comentário. Traz cada uma, em iniciais, a identificação do responsável pela sua elaboração.

Como já assinalai em relação ao fascículo dedicado ao *conventus Cordubensis*, trata-se, também aqui - e, inclusive, pelas razões que deixamos transparecer - de um instrumento de trabalho doravante imprescindível, cuja verdadeira utilidade os índices sobremaneira virão potenciar e será com o uso que os dados ora apresentados irão suscitando outras problemáticas.

Estamos, não há dúvida, perante uma epigrafia predominantemente urbana; vemo-lo na tipologia dos monumentos (aras, placas, inscrições monumentais), na onomástica das personagens (raro parece ser o traço de indigenismo e frequente a antroponímia de raiz grega, a indiciar a presença de libertos). É, mesmo sem análises de pormenor, uma epigrafia datável, em larga percentagem, dos primórdios da ocupação romana peninsular: vejam-se as estelas de topo arredondado (v. g., nºs 240, 415, 522 e 642), a gravação por meio de goiva (nº 779), a ausência de *cognomen* (nº 433) e, a ajuizar pelas fotografias apresentadas, a ausência também de elementos decorativos.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Histoire et Archéologie de la Péninsule Ibérique Antique. Chroniques Quinquennales, 1968-1987. Publications du Centre Pierre Paris (UA 99 I), nº 24. Diffusion de Boccard, Paris, 1993. 644 pp.

Editado por Robert Étienne e por Françoise May et, com a colaboração de Isabelle Morand, inclui este volume as crónicas bibliográficas que, desde 1968, os investigadores do Centre Pierre Paris foram efectuando e oportunamente se publicaram na *Revue des Études Anciennes*.

Como unidade de investigação do CNRS na Universidade de Bordéus III, no

âmbito da Arqueologia e da História Antiga, este Centro, depois de um período em que o Norte de África reclamou o seu interesse (recorde-se a publicação de Robert Étienne e Georges Fabre sobre o cemitério dos *officiales* de Cartago - in *Recherches sur les Structures Sociales dans l'Antiquité Classique*, Paris, 1970, 81-97 - ou urna monografia sobre *Vollubilis* da autoria de R. Étienne - *Le Quartier Nord-Est de Volubilis*, Paris, 1960 - ou, ainda, o trabalho de A. Jodin também sobre a *Volubilis* pré-cláudia), voltou as suas atenções, na década de 60, para a História Antiga peninsular, na sequência, aliás, do interesse a ela votado pelo seu patrono Pierre Paris (*L'Espagne de 1895 et 1897, Journal de Voyage*, Paris, 1979).

Em Portugal, foram encetadas escavações em *Conimbriga*, um projecto luso-francês; em Espanha, houve trabalhos arqueológicos em *Baelo*, para me referir apenas a um dos mais relevantes, e missões “epigráficas” a Mérida (cujo resultado não viu ainda a luz do dia), a Lugo (E Arias Vilas, P Le Roux e A. Tranoy, *Inscriptions de la Province de Lugo*, Paris, 1979), à região da Catalunha (de que resultaram os três primeiros volumes das *Inscriptions Romaines de Catalogne*, Paris, 1984, 1986 e 1991, da responsabilidade de Georges Fabre, Marcos Mayer e Isabel Rodà).

Foi também no âmbito dessa colaboração que boa parte desses investigadores acabaram por fazer, sobre temática hispânica, as respectivas teses de doutoramento, a exemplo do volume clássico, de Robert Étienne, sobre o culto imperial (Paris, 1958, reimp. 1974): Françoise Mayet sobre a cerâmica dita “de paredes finas” e, mais tarde, sobre a chamada *terra sigillata*; Jean Gérard Gorges sobre as *villae*; Alain Tranoy sobre a Galícia; Patrick le Roux sobre o papel do exército hispânico; Claude Domergue sobre a mineração; Pierre Sillières sobre as vias da Hispânia meridional. E não só na área do romano, porque André Coffyn estudou o que chamou o “Bronze Final Atlântico” e Pierre Rouillard a influência grega.

Todos esses trabalhos foram publicados na colecção em que se integra a obra alvo desta recensão.

Acrescente-se, porém, antes de entrarmos propriamente na análise do conteúdo do volume e, até, para que ele melhor se entenda, que, entre nós, depois de *Conimbriga*, houve o projecto de S. Cucufate e, hoje, a Missão Arqueológica Francesa em Portugal ocupa-se da zona do Sado; ou seja, depois dum itinerário urbano, passou-se a um itinerário rural e estamos agora num itinerário industrial e marítimo, para nos fazermos eco da terminologia usada na obra *Itinéraires Lusitaniens* (Diffusion E. de Boccard, Paris, 1997).

Há, pois, uma tradição de quase quarenta anos de investigação e não admira, portanto, que o Centre Pierre Paris possa ter investido muito em bibliografia, especializando-se precisamente na Arqueologia e na História Antiga da Península. Nesse sentido, preconizou-se que, de cinco em cinco anos, os seus investigadores, compulsando as publicações a que tinham acesso, fizessem o ponto da situação da pesquisa histórico-arqueológica, nos vários domínios em que eram peritos.

O volume em apreço reúne, como que em separata, essas “crónicas”. Simplesmente, o grande mérito do trabalho reside em que se procedeu a uma unificação, agrupando as sínteses temáticas anuais em cinco grandes áreas: obras gerais, Pré-história e Proto-História, Hispânia Pré-Romana, Hispânia Romana, Hispânia Cristã e Visigótica. Inclusive as notas sofreram nova numeração.

O índice geral é suficientemente pormenorizado para que, num ápice, se encontre o que se pretende; mas, além dele, foi elaborado o índice dos autores citados (pp. 569-599) e o índice dos topónimos referidos (pp. 601-633), que são identificados por um número (há 1248 números) na carta anexa no final.

Para dar uma ideia do acervo de documentação aqui apresentada - pois que sobre cada tema se elabora uma síntese crítica, com base nos dados disponíveis - vejamos, a título de exemplo, o conteúdo do livro IV, sobre a época romana: depois de um primeiro capítulo (pp. 159-308) sobre as fontes (literárias, epigráficas, numismáticas, cerâmica e vidro, arqueologia), entretecem-se as várias “histórias” (pp. 309-432): política, militar e administrativa, religiosa - todas elas subdivididas nos temas fundamentais.

No fundo, não se trata exactamente de uma resenha bibliográfica: é, sobretudo, uma sistemática e cuidada reflexão feita por especialistas sobre as novidades que a bibliografia, ano após ano, foi apresentando. Bastará este facto para nos congratularmos com a sua publicação, tão evidente se toma a sua utilidade.

Um senão apenas, que já vai sendo normal: a incapacidade sobejamente demonstrada pelos franceses para compreenderem, duma vez por todas, que, numa lista, só os autores espanhóis se alfabeta pelo penúltimo apelido; todos os outros devem citar-se pelo último. Portanto, atenção: se quiser saber se a Dra. Maria da Conceição Lopes está referida, terá de procurar não em Lopes (como deveria ser) mas em Conceição Lopes; o Professor Armando Coelho Ferreira da Silva vem em... Coelho Ferreira da Silva (!); Jeannette Ulrica Smit Nolen, em Smit Nolen; Nelson Correia Borges, em Correia Borges; e assim por diante.

Registe-se, finalmente, com agrado, a capa escolhida: um pormenor das prateleiras da biblioteca do Centre, com as revistas peninsulares devidamente encadernadas. Na verdade, ainda hoje, o Centre Pierre Paris (agora designado AUSONIUS - Institut de Recherche sur l'Antiquité et le Moyen-Âge) dispõe de uma das bibliotecas mais bem apetrechadas sobre a Arqueologia e a História Antiga peninsulares e um estágio nas suas instalações constitui oportunidade ímpar de investigação.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Pilar CIPRÉS, *Guerra y Sociedad en la Hispania Indoeuropea*. Vitoria-Gasteiz, 1993. 220 p. ISBN: 84-7585-457-5

Louve-se, em primeiro lugar, a actividade editorial da Universidade do País Basco, no âmbito da Historia Antiga. Na verdade, em tomo do projecto da *Veleia*, a revista “oficial” do Instituto de Ciências da Antiguidade, criaram-se séries de “anexos”, que têm vindo a dar guarida, por exemplo, às teses de doutoramento ali defendidas. Assim se vê a vantagem de cada Universidade ter o seu Serviço Editorial.

Este livro de Pilar Ciprés é, pois, uma versão aperfeiçoada da sua tese de doutoramento.

Que se poderá esperar duma obra com este título? Uma definição de “guerra”, uma definição de “sociedade”, o esclarecimento do que se entende por “Hispania indoeuropeia” e como é que o dinamismo social - com o seu cortejo de interesses económicos, territoriais, ideológicos - levou ao conflito armado. Finalmente: que resultou deste conflito?

Assina o prólogo Juan Santos Yanguas, o orientador do trabalho. E o prólogo é, ele próprio, a recensão da obra, na medida em que, em termos muito claros e sucintos, dá conta da importância da pesquisa levada a efeito. Pesquisa que partiu da análise, com outros olhos, das fontes literárias sobre que assentava o nosso conhecimento dos povos pré-romanos e do seu comportamento face ao invasor. Dávamos, quiçá, demasiado relevo ao que os autores clássicos nos transmitiram. E será que eles nos transmitiram uma realidade ou uma ficção? Uma imagem literária mais do que uma descrição objectiva?

A primeira parte do volume intitula-se “As fontes clássicas e a valorização da guerra”; a segunda, “A guerra e a sociedade indígena”.

Começa-se por reflectir acerca do “carácter belicoso” dos bárbaros ocidentais, na perspectiva romana; a visão negativa que deles se procura dar, na medida em que se tomava necessário justificar, de algum modo, a intervenção militar. Os métodos de combate, os hábitos guerreiros eram próprios de gente “não-civilizada” - daí que a acção romana, ainda que baseada, uma vez por outra, na falsidade, no estratagema pouco lícito, se justificasse cabalmente perante um inimigo que não merecia consideração.

Cinge-se Pilar Ciprés a dois “povos”: os Celtiberos e os Lusitanos. Caracteriza-os e detém-se em escapelizar cuidadosamente os “fundamentos culturais e a mentalidade” de cada um deles, designadamente no que concerne às práticas rituais e aos ideais guerreiros.

Dos Celtiberos analisa a organização militar, sublinhando a sua componente social: a juventude, “os nobres”, o “chefe”...

Quanto aos Lusitanos, prende-lhe muito a tenção a imagem hostil que os textos clássicos deles deixam claramente transparecer. E interroga-se do porquê dessa apresentação dos Lusitanos como ladrões, bandos de salteadores que descem das montanhas, atacam de surpresa e fogem. Corresponderá esta visão à verdadeira realidade?

Buscando paralelos nos modelos literários da época, Pilar Ciprés acaba por concordar com a hipótese de que esta imagem negativa servia e justificava a política, digamos, “imperialista” de Roma. No entanto, esclarece, esta “descrição dos povos conquistados não pode considerar-se exclusivamente uma deformação, mas também como uma representação construída segundo as pautas do conhecimento etnográfico e de um ponto de vista etnocêntrico baseado no modelo cultural greco-romano”, que preconiza uma evolução em que se “concebe o ideal da cidade como a forma mais perfeita de organização social” (p. 173).

A ameaça militar romana determinou o aperfeiçoamento das táticas guerreiras de Lusitanos e Celtiberos, o que, “aliado ao interesse da historiografia antiga em mitificar a ferocidade e o poder de resistência destes povos”, contribui decisivamente para realçar o seu carácter extremamente belicoso. E a conotação negativa com que tudo isso se apresenta nada mais é do que a resultante da inadequação da guerra bárbara aos modelos de uma guerra “clássica” (p. 174). Daí que os Lusitanos sejam bandidos, “inimigos da ordem social”, pois se dedicam à pilhagem como forma de obtenção de bens; não lutam por um ideal bélico, praticam o *latrocinium*; por isso, eles habitam algures nas montanhas e não se organizam em cidades - e isto é aceitável dentro da mentalidade romana. E a guerra surge, então, como corolário natural: “há que conseguir a pacificação e o domínio das populações indígenas mediante a sedentarização” (p. 178).

Nesse âmbito, assume particular relevo a figura do chefe e Viriato aparece descrito num misto de “realidade histórica e de recreação historiográfica” (p. 178). No fundo, se calhar, ele é quase o “chefe ideal”, a encarnação *avant la lettre* do “bom selvagem”, que personifica “todos os valores que parecem estar ausentes da sociedade romana de finais da República”: “protector e salvador dos seus soldados, justo e generoso ao repartir os despojos” (p. 179).

Não é livro de leitura fácil, tão densas são as suas páginas e tanta a informação que veiculam. Mas vem clarificar, com dados seguros, as ideias que por aqui e por ali se sugeriam sem demonstração cabal. Esse, o seu grande mérito, numa época em que, de novo, se encara a Antiguidade Clássica com um olhar perspicazmente crítico: não interessa apenas o que se disse e como se disse, há que interrogar-nos seriamente sobre os motivos que estão subjacentes a essa informação.

Gostáramos de ver citados na bibliografia mais alguns autores portugueses. Mas é dificuldade que, nos últimos anos, com o maior intercâmbio entre os investigadores peninsulares, pouco a pouco deixará de existir. A bibliografia, que ocupa as páginas 183-193, afigura-se-me bastante completa. Diria apenas que a indicação “Vila de Maia” (p. 188) alusiva ao II volume reimpresso das *Religiões da Lusitânia* de José Leite de Vasconcelos (que, diga-se, deveria vir alfabético em Vasconcelos e não em Leite) se refere à tipografia e não à editora, que é a Imprensa Nacional - Casa da Moeda, de Lisboa. A génese do “mito” de Viriato foi, entre nós, recentemente examinada por Carlos

Fabião e Amílcar Guerra num artigo inserto na revista *Penélope* (8 1992 p. 9-23), a que, obviamente, Pilar Ciprés não pôde ter acesso; e, aliás, os mesmos investigadores apresentaram, a 7 de Julho de 1997, nos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais, uma conferência intitulada “Vinato: em tomo da iconografia de um mito” (a publicar nas respectivas actas), onde se analisou “o processo de constituição do mito de Vinato como herói nacional português, confrontando-se com as fontes antigas que se lhe referem”. Trata-se, na verdade, de uma outra abordagem do mesmo tema, agora do ponto de vista do nacionalismo militante.

O livro de Pilar Ciprés é o que o seu título indica: a guena, a sociedade que a viveu. Há o instante seguinte: o pós-guena, a aculturação, a interpenetração de culturas e ideologias. Haverá, com Sertório, como Félix García Morá dirá, um outro episódio (*Un Episodio de la Hispania Republicana: la Guerra de Sertorio*, Granada, 1991). Mas essas são outras histórias que não vinham ao caso agora. Pilar Ciprés quis deter-se no momento inicial - e dele nos transmitiu a imagem de que, na verdade, andávamos carenciados. Os circunstanciados índices (de fontes literárias, onomástico e de divindades, geográfico, etnográfico, *rerum*) contribuem para uma consulta eficaz.

JOSÉ D' ENCARNAÇÃO

Vedrana Delonga - *The Latin Epigraphic Monuments of Early Mediaeval Croatia*, ed. do Museum of Croatian Archaeological Monuments, Split, 1996 (XXX + 639 pp., 84 estampas e 1 mapa) (*).

O Museu dos Monumentos Arqueológicos da Croácia, instituição centenária sediada em Split, editou, em 1996, como primeiro volume da sua colecção *Monumenta Medii Aevi Croatiae*, a obra de Vedrana Delonga, *The Latin Epigraphic Monuments of Early Mediaeval Croatia*. Trata-se de um volume com perto de 650 páginas, onde se procede ao estudo de 237 inscrições ou fragmentos de inscrições medievais latinas, com cronologias compreendidas entre os meados do Séc. IX e os fins do Séc. XI. A obra foi editada no quadro das comemorações dos 125 anos de investigação arqueológica na

(*) Uma versão mais sucinta deste texto foi lida, em 18 de Julho de 1997, na apresentação pública da obra da Dr*. Vedrana Delonga, numa cerimónia que decorreu no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

Conimbriga, 37 (1998) 267-310

Croácia. Diríamos, desde já, que foi uma forma particularmente feliz de comemorar este evento.

A autora, Vedrana Delonga, é licenciada em Arqueologia pela Universidade de Zagreb, e ocupa, desde 1974, o lugar de conservadora do Museu dos Monumentos Arqueológicos da Croácia, sendo, assim, uma boa conhecedora do património arqueológico da Croácia e da Dalmácia, a área geográfica a que correspondem as inscrições latinas aqui estudadas. De resto, a maior parte destas inscrições pertence precisamente ao fundo do Museu dos Monumentos Arqueológicos da Croácia (que detém 178 inscrições, ou seja 75% do acervo aqui retratado) (*). No entanto, não foram esquecidas as coleções de outros museus e de diversas instituições. Mas, estranhamente, não foi inventariada nenhuma inscrição preservada nos monumentos, *in situ* ou reaproveitada, não sabemos se por opção metodológica da autora ou se pela sua simples inexistência. De igual modo, apenas foram contempladas inscrições gravadas sobre suportes pétreos, dentro do que poderíamos designar como um “conceito clássico” ou “conservador” de Epigrafia, que Robert Favreau tão bem desmontou em algumas das suas obras (2). Ficamos sem saber se, nesta zona da Croácia, existem inscrições registadas sobre suportes de outra natureza (como o metal, o marfim, a madeira, os mosaico, etc), e se, portanto, a presença exclusiva de inscrições sobre suportes pétreos foi resultado, também, de opção metodológica.

A obra de Vedrana Delonga impressiona pela qualidade gráfica, excelente, pela segurança metodológica da sua autora e pelo extraordinário número de inscrições inventariadas para a época em causa, muito distante do número conhecido, por exemplo, em Portugal para idêntico período. Efectivamente, o nosso inventário da Epigrafia Medieval Portuguesa permitiu identificar apenas 2 inscrições para o Séc. DC, 15 para o Séc. X e 32 para o Séc. XI, num total de 49 epígrafes (3). Ou seja, conhecemos em Portugal, para o mesmo período abordado por Vedrana Delonga, um quinto das inscrições

(*) As contagens e percentagens apresentadas ao longo desta recensão crítica são da inteira responsabilidade do autor deste texto, e não da Dr*. Vedrana Delonga.

(2) Vd., sobretudo, Robert Favreau, “L’Épigraphie Médiévale”, *Cahiers de Civilisation Médiévale*, vol. XII, Poitiers, 1969, pp. 393-398 (reed, in Robert Favreau, *Études d’Épigraphie Médiévale*, vol. 1, PULIM, Limoges, 1995, pp. 1-12); e Robert Favreau, *Les Inscriptions Médiévales*, fase. 35 da col. «Typologie des Sources du Moyen Age Occidental”, Brepols, 1979. A vasta obra de Robert Favreau, de uma incontornável importância para a Epigrafia Medieval, de que foi o grande renovador, é, de resto, uma das estranhas ausências na bibliografia deste catálogo.

(3) Cf. Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, voi. II, tomo 1, diss. de doutoramento policopiada, Porto, 1995, Insc. N.º 1 a 49, pp. 19-121.

que esta autora inventariou para uma pequena zona da Croácia e da Dalmácia. Mesmo tendo em conta que, em muitos casos, os números de inventário da sua obra correspondem a fragmentos de inscrições, que poderiam pertencer, originalmente, a uma mesma epígrafe, a distância entre os dois países é sem dúvida muito grande, reflectindo diferenças culturais e circunstâncias políticas distintas.

O *Corpus* Epigráfico encontra-se organizado segundo um critério geográfico, o que é uma opção legítima se tivermos em atenção que a maior parte das inscrições são textos sem datação expressa. Foram individualizados três grandes espaços geográficos - a Dalmácia Central, a Dalmácia do Norte, o Sudoeste da Bosnia - e, dentro destas grandes unidades geográficas, as inscrições foram organizadas por ordem alfabética do respectivo topónimo. A apresentação do catálogo croata obedece a uma série de parâmetros que se repetem para todas as epígrafes. Em primeiro lugar surge a Leitura, usando critérios de transcrição simples mas seguros. Neste aspecto, a autora utilizou apenas três códigos de transcrição: as letras sobreviventes foram sempre transcritas em letras maiúsculas, os desdobramentos de abreviaturas em letras minúsculas colocadas entre parêntesis curvos, e as reconstituições de texto em letras minúsculas colocadas entre parêntesis rectos. Depois da leitura é identificado o Tipo de Monumento onde se registou a inscrição, classificando-se tipologicamente o suporte, sendo de seguida facultados elementos sobre a Localização do achado, as Circunstâncias da Descoberta, o Material, as Dimensões, a Data, e a Descrição. Lateralmente, à margem da ficha, é registada a Literatura, onde se facultam as referências bibliográficas. Quase todas as peças receberam desenho interpretativo das legendas, mas isso não impede que, no fim da obra, encontremos o registo fotográfico, de grande qualidade, imprescindível para o cotejo das leituras propostas. É, neste aspecto, uma obra que soube gerir, de forma sábia e equilibrada, a informação essencial para cada peça e que compreendeu a utilidade do registo fotográfico, que nunca poderá ser substituído pelo desenho já que constitui sempre um documento interpretativo. Por fim, salientemos a presença de uma série de capítulos, onde a autora explora as informações potenciadas pelos documentos epigráficos e um índice de enorme utilidade. Já no que respeita aos quadros sinópticos, com a evolução das letras do alfabeto, a sua utilidade afigura-se bastante menor. Efectivamente, eles encontram-se construídos segunda a sequência numérica do inventário, da inscrição N° 1 até à N° 237. Ora, como o Inventário foi organizado segundo um critério geográfico, e não cronológico, a leitura destes quadros não permite uma visão clara da evolução paleográfica. Melhor teria sido que, aqui, a opção fosse por uma sequência cronológica.

Feita a apresentação da obra nos seus traços genéricos, seja-nos permitido, agora, realçar alguns aspectos que mais despertaram o nosso interesse.

Ao todo, e como já referimos, foram inventariadas 237 epígrafes, todas elas registadas sobre suportes pétreos, com cronologias compreendidas entre os meados do

Séc. IX e os fins do Séc. XI ⁽⁴⁾. Ou seja, um universo epigráfico que se movimentava entre uma Alta Idade Média terminal, Pré-Românica, e os alvares do Românico. Um período que, um pouco por toda a Europa, ficou marcado por transformações estéticas profundas, mas também por mudanças litúrgicas significativas. No caso da Croácia, um período marcado por profundas e importantes mutações religiosas e políticas, que ajudam a compreender melhor este surpreendente acervo epigráfico.

As origens históricas da Croácia mergulham no Séc. VII, quando, cerca de 640, se começa a detectar a fixação do povo Croata na zona a Sul dos Balcãs, vindos da chamada “Croácia Branca”, algures pela actual Polónia. Os Croatas derrotaram, então, os Ávaros, povo que se instalara na antiga Panónia no Séc. VI. A passagem dos Croatas para a província bizantina da Dalmácia, um pouco mais a Sul, terá ocorrido no Séc. VIII ou IX, à volta de 800 d. C. Simultaneamente, nos inícios do Séc. IX, ocorre um acontecimento de crucial importância (quer do ponto de vista epigráfico, quer do ponto de vista político): a adopção da liturgia cristã ocidental, um acontecimento que veio dar novo alento à afirmação autonómica do *Ducatus* da Croácia. Como escreve Vedrana Delonga, “... com a aceitação do Cristianismo e a entrada dentro da esfera espiritual cristã, os Croatas começaram, de facto, a sua afirmação política e social na Europa.” (p. 41). Ao longo do Séc. IX, o povo croata organizou-se em Ducado ou Principado o qual, cerca de 925, passou a reino autónomo. A autonomia deste primeiro reino croata prolongou-se até aos fins do Séc. XI, quando, entre 1089-1091, um período de anarquia conduziria à intervenção húngara. As inscrições aqui reunidas, compreendidas entre os meados do Séc. IX e os fins do Séc. XI, correspondem portanto, do ponto de vista político, ao primeiro momento de afirmação da Croácia, quando se desenvolveram condições políticas que permitiram a passagem de pequeno principado (ao longo do Séc. IX) para reino autónomo (nos Séc. X e XI). Desta forma, a importância da documentação epigráfica croata dos Séc. IX a XI ganha novos contornos, tomando-se mais compreensível o extraordinário volume de textos conhecidos. Do ponto de vista político porque estamos perante um novo reino. Do ponto de vista religioso porque se adoptou uma nova liturgia, com outras formas de conceber o espaço sagrado. Sem dúvida que a estreita ligação entre a esfera política e a esfera religiosa potenciou o florescimento deste fenómeno epigráfico. Mas, também não podemos esquecer que ele corresponde a um período onde, por via das transformações litúrgicas adoptadas, deve ter sido intensa a actividade constmativa.

Justificados os limites cronológicos, abordemos agora a opção geográfica. Ao contrário do que se pode pensar, não se trata de uma obra que aborde toda a epigrafia da

(4) Entre a Insc. N° 10, do séc. VII-IX, e as Insc. N° 36 (fins do Séc. XI) e N° 60 (cerca de 1089).

área da actual Croácia. Pelo contrário, a maior parte do território da actual Croácia escapa ao âmbito deste estudo. As inscrições inventariadas concentram-se numa zona bem delimitada, uma estreita faixa de território situada ao longo da margem oriental do Adriático, na zona das actuais províncias da Dalmácia do Norte e da Dalmácia do Centro. Como a autora sublinha, “... *deve ser realçado que este livro trata exclusivamente do material epigráfico latino da área da Croácia alto-mediévia. Isto significa que certas inscrições foram excluídas, especialmente aquelas das cidades orientais do Adriático como Split, Trogir, Zadar e outros centros histórico-culturais que se desenvolveram, nos tempos alto-mediéviacos, Le. até ao séc. XI, como entidades socio-políticas especiais no sistema da Dalmácia Bizantina*” (1996, p. 16). Do ponto de vista geográfico, o *corpus* regista, portanto, apenas as inscrições produzidas dentro dos limites do reino croata dos Séc. IX-XI. Esta opção levou a que fossem excluídas todas as inscrições das cidades de Zadar (a Norte) e de Trogir e Split (a Sul), por serem, nessa altura, pertença bizantina, não integrando o reino da Croácia. Deste modo, ficaram de fora três importantes áreas urbanas que tinham alguma projecção cultural e onde se regista uma importante produção epigráfica, que será objecto de tratamento noutro volume desta mesma colecção. Por outro lado, toda a área Norte e Interior da actual Croácia, que se prolonga pela zona de Zagreb e chega até às margens do Danúbio, ficou de fora deste inventário. Trata-se, portanto, de uma opção de geografia histórica, independente das actuais fronteiras, mas que parece ser perfeitamente legítima já que permitiu delimitar um espaço com coerência cultural e histórica ⁽⁵⁾.

Em relação à distribuição cronológico-artística das inscrições, verifica-se uma larga predominância dos monumentos pré-românicos (que se podem balizar entre os meados do séc. IX e os meados do séc. XI), que representam 182 exemplares (76 % do total), enquanto que os monumentos do primeiro românico (balizados entre os meados do séc. XI e os inícios do Séc. XII) contam apenas com 35 epígrafes (14 %). Ou seja, ao contrário do que acontece em Portugal e em tantas zonas da Europa, onde a afirmação do Românico corresponde a um crescendo epigráfico, com um volume cada vez maior de inscrições conhecidas, o panorama da Croácia medieval parece ser o inverso, sendo a afirmação do primeiro românico acompanhada por um retrocesso epigráfico significativo.

Outro aspecto que gostaríamos de chamar a atenção é para a distribuição tipológica destas inscrições. Apesar de ser uma sequência relativamente ampla, não deixa

⁽⁵⁾ Registemos, ainda, que a herança epigráfica medieval na zona da actual Croácia é tri-lingue e que recorre a diversos alfabetos - o Latino, o Esloveno-Glagólico e o Cirílico-Occidental. Os primeiros documentos epigráficos croatas foram, no entanto, criados em latim (desde os inícios do Séc. IX), e é só a partir dos fins do Séc. XI que se assiste ao aparecimento dos textos em Esloveno e Cirílico-Occidental (cf. sublinha Yedrana Delonga - op. cit., p. 17). Assim, atendendo aos limites cronológicos e geográficos definidos para esta obra, apenas estava em causa a epigrafia latina.

de ser, igualmente, uma série monótona. Na realidade, a quase totalidade das inscrições relaciona-se com monumentos sacros. Diríamos que se trata, acima de tudo, de uma Epigrafia do Sagrado que esteve associada sobretudo à dignificação do Altar. Na realidade, os próprios suportes do texto epigráfico denunciam a sua função. A esmagadora maioria das inscrições pertence aos enquadramentos arquitectónicos com que se monumentalizavam os altares: às arquitraves, aos arcos e aos gabletes dos altares correspondem a 197 exemplares (ou seja, 83 % das inscrições). Se a eles associássemos todos os restantes testemunhos epigráficos que se relacionam de alguma forma com o Altar - as Mesas de Altar, os Plúteos, os Cibórios, os Ambões e as Transenas - este número ascenderia a 211 inscrições (ou seja, 89 %). E, se alargássemos a contagem a todos os testemunhos que integravam directamente o espaço sagrado, ou seja, se incluíssemos as Pias Baptismais e de Água Benta, as Ombreiras de Portas e os Linteis, o cômputo ascenderia a 223 inscrições (94 %). Ficam de fora apenas catorze exemplares: cinco epitáfios, dois crucifixos de pedra e sete fragmentos de finalidade desconhecida. O peso do Sagrado é, portanto, esmagador. O quadro tipológico que organizámos a partir do inventário de Vedrana Delonga deixa transparecer bem essa realidade:

Esta predominância do Sagrado revela-nos, ainda, que, ao contrário do que o número elevado de inscrições registadas poderia deixar transparecer, não se trata de uma sociedade que use de forma alargada a Epigrafia. Na realidade, a análise da colecção epigráfica agora publicada permite verificar que se trata de textos criados em ambientes religiosos - por presbíteros, diáconos ou outros membros da hierarquia eclesiástica. E que, quando se trata de inscrições que escapam a objecti vos estritamente religiosos, foram mesmo assim concebidas para figurarem em monumentos religiosos (como é o caso, por exemplo, dos epitáfios). A série epigráfica croata revela-nos uma sociedade onde o domínio da escrita e do Latim estava circunscrito a um número restrito de elementos, essencialmente eclesiásticos, que detinham o monopólio da escrita e que asseguravam igualmente o seu ensino. Uma sociedade onde o Latim constituía um meio de comunicação apenas utilizado pelos estratos sociais mais elevados, não sendo, por isso, a linguagem epigráfica nem acessível a todos (porque muitos não sabiam ler) nem compreensível por todos (por desconhecimento da própria língua). Isto quer dizer que a maioria da população não só não conseguia ler uma inscrição como, se alguém lhes lesse o texto, não tinha possibilidade de compreender o seu conteúdo. Como escreve Vedrana Delonga, *“tendo em conta que a literacia no início da Idade Média era muito rara e era, de facto, um meio de comunicação exclusivo de um nível elevado, as criações deste período no domínio da Epigrafia permaneciam um emblema e um privilégio dos governantes e das classes mais altas da sociedade. Participando na sua criação, estavam as estruturas reinantes do tempo e um pequeno círculo culto dos representantes da “escola latina”, principalmente oriundo dos clérigos beneditinos.”* (p. 38).

No que concerne aos seus conteúdos, este *corpus* compreende inscrições que podem ser classificadas pela autora dentro de três grandes grupos:

- as inscrições de dedicação (“*early mediaeval dedicatory inscriptions*”)
- as inscrições de conteúdo litúrgico ou sacro (“*general liturgical inscriptions*”)
- as inscrições funerárias (“*epitaphs*”).

As inscrições de dedicação correspondem a 75% das epígrafes inventariadas. Se, a estas acrescentarmos as restantes inscrições relacionadas com aspectos litúrgicos ou sacros, o volume ascende a 232 inscrições (ou seja, 97,9 %). Na sua maioria, destinavam-se a ficar no interior do templo, sobretudo concentradas em torno do Altar (arquitruvas, gabletes, arcos, cibórios, ambões, plúteos, transenas). Eram, portanto, visíveis a quem assistia ao ofício. Mais raras eram as inscrições destinadas à zona da entrada das igrejas (gravadas nos lintéis e nas ombreiras das portas). Neste sentido, estamos perante uma opção que contrasta de alguma forma com a que nos habituamos a encontrar no Ocidente e na Península, e que resulta de uma diferente forma de conceber o espaço sagrado, bem mais perto da sensibilidade bizantina.

O volume das inscrições de dedicação e de conteúdo litúrgico chama-nos a atenção para outro aspecto que gostaríamos de aqui sublinhar: a fraca expressão da Epigrafia Funerária. Ao todo, estão apenas identificados cinco epitáfios (ou seja, 2,1 % do total das inscrições). E, de uma maneira geral, são epitáfios tardios: um do séc. X, e quatro do Séc. XI ⁽⁶⁾. Na epigrafia medieval portuguesa também não conhecemos nenhum epitáfio para o Séc. IX (como acontece para o reino medieval da Croácia), mas já para o séc. X e XI possuímos bastantes mais elementos. No Séc. X os epitáfios correspondem a 1/5 das inscrições conhecidas, e no Séc. XI representam já 1/3 do universo total. Na centúria seguinte ascenderiam a quase metade do volume total das inscrições conhecidas, mantendo-se um pouco acima dos 50 % para as centúrias seguintes. O panorama croata dos Séc. IX a XI, onde as inscrições funerárias correspondem apenas a 2,1 % do total, é, portanto, neste aspecto substancialmente distinto do nosso.

Outro aspecto onde a colecção epigráfica estudada por Vedrana Delonga se revela, igualmente, muito distinta do panorama português diz respeito ao uso dos elementos cronológicos. A maior parte das inscrições croatas não facultam elementos de datação directa, tendo recebido datação crítica por parte da autora. Só quem está habituado a lidar com materiais epigráficos não-datados sabe como é ingrato, e difícil, estabelecer este tipo de datações. Apenas 4 epígrafes (num total de 237) ostentam, nos seus textos, elementos de datação precisos (1,7 %) ⁽⁷⁾. A colecção epigráfica croata é, neste sentido,

⁽⁶⁾ Insc. N° 97 (de 976); N° 75 e N° 76 (Séc. XI); N° 37 e N° 104 (fins do Séc. XI).

⁽⁷⁾ Ainsc. N° 91 (de 888), a N° 97 (de 976), a N° 106 (de 886 ?) e a N° 118 (de 895).

também bastante diferente da série portuguesa, onde, para os séc. IX a XI, encontramos 55 % das inscrições com elementos cronológicos expressos (27 inscrições num total de 49 exemplos). Numa outra dimensão, registemos a contagem directa do *Anno Domini*, o que, para os investigadores portugueses e peninsulares, habituados a lidar com a Era Hispânica, não deixa de chamar a atenção.

Do ponto de vista paleográfico, é importante realçar como a epigrafia croata apresenta extraordinários pontos de contacto com a Península Ibérica, revelando, afinal, que ao nível dos alfabetos capitais ou, pelo menos, ao nível da escrita sem *ductus*, o espaço mediterrânico continuava a apresentar grandes pontos de união. Muito mais do que ao nível da escrita sobre suportes flexíveis, registada com pena e cálamo e com recurso a tinta, onde os regionalismos se afirmaram desde a fragmentação do Império, dando origem a escritas nacionais muito diferenciadas. É interessante registar, de resto, como a evolução dos alfabetos epigráficos se realizou no mesmo sentido em Portugal e na mediéfica Croácia. Efectivamente, muitas das soluções gráficas adoptadas nas inscrições croatas revelam opções idênticas às das suas congéneres peninsulares: os mesmos OO angulosos, os caracteres com as hastes verticais ultrapassando o corpo principal da letra (por exemplo, os BB, EE, FF, NN, e RR), os AA e MM com segmento central descendo verticalmente, etc., tudo características que encontramos nos alfabetos moçárabes peninsulares dos Séc. IX a XI. Mesmo ao nível de algumas abreviaturas e dos sinais específicos de abreviatura, muitas opções são similares.

Para finalizar, uma brevíssima chamada de atenção para os aspectos artísticos e estéticos, nomeadamente para a quase ausência de relevos figurados, ainda muito dentro da desconfiança desencadeada pela crise iconoclasta do Séc. VIII, que certamente se fez sentir mais na zona da Croácia e do Mediterrâneo Oriental, mas à qual Portugal e a Península Ibérica também não foram de todo estranhos. Estas circunstâncias, apenas ultrapassadas com a afirmação do Românico, transformam a série epigráfica croata numa sequência onde domina, de forma expressiva, a decoração com temas vegetalistas ou abstractos. Os primeiros com os acantos, as palmetas, os motivos florais e, sobretudo, as folhas em forma de gancho, tratadas de perfil e rematadas com pequenas espirais (presentes em 157 peças, ou seja em 66 % dos casos). Os motivos abstractos com os entrelaçados, as fitas e outros temas, muitas vezes tratados a bisel. Mas, apesar da presença maioritária de decorações vegetalistas e abstractas, já se detectam algumas excepções, onde os artistas não se coibiram de representar a figura humana ou animal. Salientemos, pela qualidade plástica evidenciada, a série dos gabletes de altar, onde impera a cruz com o seu interior tratado com entrelaçados, ladeada, em baixo, por duas pequenas aves debicando cachos de uvas, ainda esteticamente muito ligada a uma mentalidade e ambiência de origem paleocristã. Em Portugal, este tema - as pequenas aves debicando cachos de uvas - surge vulgarmente em ambientes paleocristãos (quer tardo-romanos, quer visigóticos). O inventário de Vedrana Delonga regista pelo menos oito exemplares

de gabletes de altares decorados, no prospecto principal, com este tema ⁽⁸⁾, todos com cronologias compreendidas entre a segunda metade do Séc. IX ⁽⁹⁾ e a primeira metade do Séc. XI ⁽¹⁰⁾, portanto pré-românicos. Merece igualmente destaque o gablete que recebeu o N° 26, que ostenta a Virgem nimbada, erguendo a mão esquerda em sinal de bênção, uma peça do primeiro românico, datada do terceiro quartel do Séc. XI. Ou a notabilíssima peça n° 32, uma *transenna* dos meados do séc. XI: uma placa vazada representando uma *Maestas Virginis*, com a Virgem segurando o Menino ao centro, dentro de moldura losangular, cantonada pelo Tetramorfo, a representação apocalíptica dos quatro Evangelistas, segundo a visão alucinante de S. João relatada no livro do Apocalipse. E, para terminar, não podemos deixar de realçar a qualidade estética do cibório pré-românico do baptistério da Igreja de S.f. Marta de Bijaci, na Dalmácia Central, uma peça dos meados do Séc. IX (Insc. N° 7), e da Pia Baptismal da Catedral de Nin, na Dalmácia do Norte, peça dos inícios do Séc. IX (Insc. N° 173). Ambas podem ser consideradas peças de primeiríssima qualidade, que ombreiam com o que de melhor a Europa conhece para a época.

Poderíamos prolongar estas considerações por muitos outros aspectos, já que o estudo de Vedrana Delonga fornece dados para muitas perspectivas. Terminaremos como começamos - reiterando que a publicação desta obra constituiu um marco e um acontecimento no panorama dos estudos de Epigrafia Medieval europeia. A Croácia, o Museu dos Monumentos Arqueológicos da Croácia e, particularmente, a Dr³. Vedrana Delonga, estão de parabéns. Países com tradições históricas firmadas há muito, que não atravessaram os problemas que a Croácia teve de vencer num passado recente, e com equipas constituídas por vários investigadores a trabalhar há vários anos, continuam a não dispor de inventários exaustivos publicados. Outros países, com patrimónios epigráficos muito importantes, não possuem sequer planos conhecidos para a edição das suas fontes epigráficas medievais. A Croácia, ao editar o estudo da Dr³ Vedrana Delonga, colocou-se, de uma assentada, na vanguarda dos estudos de Epigrafia Medieval. A edição desta obra foi, por isso, uma forma particularmente feliz de se assinalar em os 125 anos da investigação arqueológica da Croácia altimedieval. Ficamos a aguardar, com natural curiosidade, os próximos volumes desta colecção que irão dedicar a sua atenção não apenas à Epigrafia medieval, mas também ao riquíssimo património arquitectónico e arqueológico da Croácia altimedieval.

MÁRIO JORGE BARROCA

⁽⁸⁾ Insc. N° 22, N° 77, N° 99, N° 118/2, N° 127, N° 130/2, N° 131 e N° 229.

⁽⁹⁾ A.D. 879-892 - Insc. N° 130/2, 131 e 229.

⁽¹⁰⁾ Insc. N° 99.

GÓMEZ PALLARES, Joan - *Edición y comentario de las Inscripciones sobre mosaico de Hispania. Inscripciones no Cristianas*, Roma, “L’Erma” di Bretschneider, 1997. 292 pp. ilustr. ISBN. 99-7062-977-5

A obra que tivemos o ensejo de ler constitui o voi. 87 da colecção *Studia Archaeologica* e resultou de um projecto elaborado em 1988, nas vésperas do Coloquio Internacional AIEGL, *Culto e Sociedad en Occidente a través de la Epigrafia*, realizado em Tarragona entre 6 e 8 de Outubro de 1988. A primeira versão da obra estaria pronta em 1992, mas a sua publicação só agora veio a acontecer.

Formado em Filologia Clássica, Gómez Pallarás assumiu a árdua tarefa de reunir todas as inscrições hispánicas não-cristãs realizadas em suporte musivo, entre o séc. II a. C. e o séc. VITI d. C., perfazendo um total de 83 unidades (73 espanholas e 10 portuguesas). Este *Corpus*, “atípico”, no seu dizer, reúne, pela primeira vez, um conjunto de inscrições ibéricas, gregas e latinas que editou, procurando corrigi-las e interpretá-las, com o auxílio da fonética, da morfologia, da sintaxe e da literatura, ao longo de 200 páginas de texto. Para além do âmbito linguístico, o A. preocupou-se em apresentar o contexto arqueológico dos mosaicos estudados (num micro e macro-espço), embora o seu desejo de estabelecer uma correlação nem sempre tenha sido alcançado, nomeadamente ao nível da interpretação do macro-espço, assim como não foi aproveitado para aferir datações.

A obra está organizada em forma de catálogo, ordenado por ordem alfabética a partir das siglas de províncias espanholas, numa primeira parte, e distritos portugueses, numa segunda. Adentro destas divisões, os mosaicos estão arrumados por ordem cronológica. Cada ficha-tipo inclui as seguintes informações: lugar do achado, descrição do local, descrição do pavimento, descrição da inscrição, edição do texto, bibliografia, variantes de leitura, interpretação (com tradução da inscrição) e datação. Nas conclusões, Gómez Pallarès ensaia uma sistematização dos dados recolhidos ao nível da cronologia, distribuição geográfica, contexto (urbano-rural), técnica, num primeiro momento, e relação texto-mosaico, num segundo. Termina com nove afirmações em jeito de síntese: as inscrições em *opus tessellatum* agrupam-se, maioritariamente, em torno dos séc. III-IV d. C., sobretudo na *Hispania Tarraconensis*, em meio rural. Na maior parte dos casos, existe uma relação directa entre a iconografia musiva e a inscrição, geralmente presente em locais de comunicação ou habitação e, pelo contrário, inexistente em zonas de passagem ou acesso. Nestas últimas, encontramos inscrições que identificam o proprietário ou o artesão, assim como mensagens admonitórias. As inscrições em *opus signinum* concentram-se na zona costeira da região acima citada, entre os séc. II a. C. e Id. C.

Finalmente, a obra apresenta um conjunto de índices (lugares de procedência, lugares de conservação, nomes de seres animados latinos, ibéricos e gregos, *verba nobis nobiliora*) e encerra com as ilustrações fotográficas, num total de 91 estampas.

Não há que duvidar da importância do contributo de um filólogo para a ciência arqueológica trazendo preciosas informações de carácter linguístico, utilíssimas quando completadas com um correcto e completo contexto arqueológico que, não foi, aqui, densamente explorado. Pesem embora as conhecidas dificuldades levantadas pela dicotomia inscrição/iconografia, nem sempre evidente ou existente, Gómez Pallarès não fugiu à difícil tarefa da sua análise. Não podemos deixar de mencionar, também, a potencial riqueza do estudo onomástico, nomeadamente ao nível do estatuto social dos vários indivíduos cujos nomes ficaram, *ad aeternum*, marcados nestes preciosíssimos “tapetes” e que certamente teria enriquecido a obra se Gómez Pallarès não se tivesse cingido meramente à menção da maior, ou menor, frequência dos antropónimos estudados, remetendo o leitor para a bibliografia sobre o assunto. Chamamos particularmente a atenção para a inscrição MI (Alcalá de Henares-Espanha): ANNIVRM (*hedera*) HIPPOLYTVS TESSELAV[IT], a propósito da qual Gómez Pallarès aponta o antropónimo *Annius* como um *cognomen* (p. 106) quando, na realidade, deve tratar-se de uma das *gentes* mais frequentes na Península Ibérica (cfr. ILER p. 658), neste caso, proprietária da residência para quem *Hippolytus*, operário, realizou o mosaico.

Não tendo visto pessoalmente alguns dos mosaicos, Gómez Pallarès fez algumas leituras a partir de fotografias, como ele próprio afirma (é o caso, por exemplo, de CCI Espanha, do Museu de Cáceres ou de MU5, do Museu Arqueológico Municipal de Cartagena). Não terá sido temerário? Sê-lo-á, com certeza, em inscrições de leitura duvidosa.

No que se refere à datação das inscrições, ficamos sem saber que critérios foram seguidos: estilísticos, paleográficos, linguísticos, ou outros? Além disso, data mosaicos que não viu, porque perdidos, e acerca dos quais poucos comentários teceu por falta de elementos, como é o caso de BI, B2, MU6, T2, T3 - Espanha. Também a sucessiva repetição da expressão “*villa rural*”, para caracterizar as estações arqueológicas, parece-nos desprovida de sentido.

Merece, ainda, uma chamada de atenção a frequente ausência de ligação entre os vários mosaicos citados; nomeadamente a propósito do mosaico de EI Hinojal, Mérida (BA 8 - Espanha), mosaico das estações do ano, o A. refere paralelos fora da Península Ibérica mas não remete para o exemplar de Conimbriga, por ele também abordado (COI - Portugal), onde encontramos a personificação das estações do ano, sem legenda, mas acompanhando também um tema cinagético. Noutro exemplar, proveniente de Mérida (BA 9 - Espanha), a propósito dos equónimos, também não remete para o de Bell-lloc del Pia (GI5- Espanha), Aguilafuente (SG1 - Espanha) ou o de Torre de Palma (POR 2 - Portugal). Em BU 1 - Espanha, a propósito de nomes de ventos, não cita Santa Vitória do Ameixal (EVO 2 - Portugal) como paralelo.

Apesar de sabermos quão difícil é a obtenção de fotografias de mosaicos, para as quais são requeridas algumas horas/dias e sucessivas tentativas, para além de iluminação adequada, pensamos que vale a pena a audácia porque imprimem à obra

escrita um valioso suporte visual, sempre do agrado do leitor que gosta de acompanhar, amiúde, as linhas de análise e de embrenhar-se na leitura. Um leitor motivado é a maior recompensa para qualquer escritor. Por entre algumas boas fotografias, surgem outras onde a inscrição é de difícil leitura. Algumas cópias ou ampliações de fotos, já publicadas, não surtiram grande efeito, além de outras onde devia ter procedido a arranjos e cortes (na lám. 24b, p. 242, a sapatilha do fotógrafo vê-se no canto da fotografia).

Quanto às inscrições em mosaicos portugueses (COI 1- Conimbriga; EVO 1 a 4 - Santa Vitória do Ameixial; EVO 5 - Tapada do Garriacho; FAR 1- Faro; POR 1 e 2- Torre de Palma; SAN 1- Torres Novas), poucas novidades adianta. A propósito dos antropónimos do mosaico da sala anexa ao *oecus-triclinium* da, sobejamente conhecida, Casa dos Repuxos, apresenta uma interpretação pessoal do enigmático nome de que nos resta apenas [...]LLVN/C[...]VS. Acredita que, na realidade, se trata de *Alluncquius*, antroponimo indígena lusitano conhecido. Contesta ainda a leitura CALI/ME[R]VS, que prefere ler CV/ME/[L]IVS. Quanto ao mosaico situado junto à piscina de Santa Vitória do Ameixial (EVO1), considera-o de carácter cómico, no seguimento de R. Étienne, apontando como paralelo o de Puente Genii (C03 - Espanha). A interpretação segue aproximadamente a de J. d'Encarnação, diferindo na opinião acerca de *Cirdalus*, que considera uma substantivo com significado de “animal astuto/zorro”, bem como na reconstituição da terceira legenda: PRO[FITE]/RESET[T]/VA(s) RE(s) D[ESERIS?]. Concorde com a presença das iniciais de uma oficina no mosaico do átrio de Santa Vitória do Ameixial (EV02), mas desdobra-as de modo diferente: K(*olonia*) A(*ugusta*) F(*irma*) I C(*aius* ?) T(*esselarius*) F(*ecif*). A outra inscrição da mesma villa (EV03), em caracteres gregos, permanece sem resolução. Em relação ao mosaico de Oceano de Faro (FARI), rejeita a última leitura de J. d'Encarnação para o texto em falta na 3ª linha - TES SELAS [Q(«<») DE SVO STRAVER]VNT, seguindo antes a reconstituição de J. Alarcão, propondo assim TES SELAS [Q(*ue*) FACIENDVM CURAR] VNT. Finalmente, dá uma última achega no famoso mosaico dos cavalos de Torre de Palma (POR2): os equónimos *Hiberus* e *Inacus* são nomes de rios, respectivamente, o Ebro e um dos rios mais importantes da Argólida.

No que diz respeito às conclusões, esperávamo-las menos contabilísticas e mais qualitativas. De facto, tendo o A. manuseado tanto material epigráfico, estaria com certeza abalizado para lançar o debate sobre inúmeras questões. Obviamente que o objectivo de um *corpus* é limitado, mas não deixa, por isso, de ser um importante ponto de partida para possíveis trajectos nos vários domínios da pesquisa musiva. Referimo-nos, nomeadamente, ao problema das oficinas, dos mosaicistas, dos encomendantes, da mitologia, e tantas outras vias de investigação de âmbito social, tecnológico, económico, político, etc...

Finalmente, apenas queremos chamar a atenção para os índices, elemento essencial de consulta, que estão incompletos, faltando-lhes os nomes de ventos.

Para concluir a nossa análise, não poderemos contestar, apesar das observações que fizemos, o contributo desta obra no domínio linguístico, sem dúvida, um trabalho importante para a clarificação de muitos vocábulos/expressões objecto de discussão há longa data. Tendo em conta as dificuldades inerentes a um material tão heterogéneo, de todos os pontos de vista (cronológico, paleográfico, estilístico, técnico...), trata-se de uma obra com mérito e útil a quem estuda não só epigrafia, como também o tema musivo ou qualquer outro assunto do âmbito da arqueologia, uma vez que dispõe, a partir de agora, de um *corpus* onde poderá buscar linhas de investigação, gerais ou parcelares, sobre os mais variados assuntos do vasto mundo proporcionado pelos mosaicos romanos.

CRISTINA F. DE OLIVEIRA

NORMAS DE REDACÇÃO

1. Apresentação do texto

1.1 Se possível, o texto será enviado em *disquette*, acompanhado do respectivo *print*.

Deverão ser tidas em consideração as normas ortográficas e gramaticais vigentes em cada língua, nomeadamente no que concerne: ao emprego de maiúsculas; existência de um espaço após qualquer sinal de pontuação; ao início do parágrafo recolhido, sem deixar espaço interlinear duplo em relação ao parágrafo anterior; ao uso do itálico para as palavras escritas em língua diversa da do texto.

1.2 O texto propriamente dito deve ser precedido por uma página de rosto com, o nome do autor, o título do artigo, um resumo em português e outro em inglês **ou** francês.

1.3 Generaliza-se a tendência, que se preconiza, de limitar o número de notas infrapaginais.

Caso, porém, se tomem indispensáveis, use-se numeração contínua, apondo o número da nota em *superscript* entre parêntesis, deixando um espaço a seguir à palavra a que diz respeito.

2. Citações bibliográficas

2.1 Preconiza-se a apresentação, no final do texto, da bibliografia citada, por ordem alfabética dos apelidos (em maiúsculas) dos autores e, em cada autor, por ordem cronológica dos seus trabalhos. Se houver dois textos dum autor com a mesma data, a distinção, se necessária, far-se-á pela aposição de uma letra minúscula (1984, 1984a, 1984b...).

Recorde-se que todos os autores devem ser citados pelo último apelido (José Leite de Vasconcelos em VASCONCELOS) e que só os autores espanhóis se arrolam pelo penúltimo (ex.: BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, José María).

Os artigos figurarão entre aspas (“ ”); os títulos de obras e os nomes de revistas, em itálico; o volume, em numeração árabe seguido do ano de edição e das páginas correspondentes, sem vírgulas: *Conimbriga* 36 1997 15-22.

As revistas podem ser identificadas pelas siglas consignadas no *Année Philologique*. Por isso, sempre que se revelar útil, poderá a bibliografia ser precedida de uma tabela de abreviaturas. O local de edição (prescindível no caso das revistas) deve ser traduzido (se possível) na língua em que o artigo vier redigido. Dum modo geral, não se vê interesse em indicar também a identificação da editora.

As obras gerais vêm enumeradas pelo apelido do seu editor ou coordenador.

Reconhece-se, ainda, a vantagem de indicar por extenso - e não em sigla - o primeiro nome do autor, para maior facilidade da sua identificação.

2.2 Sugere-se que a citação feita no corpo do texto seja apostrofa entre parêntesis apenas o apelido do autor, a data do texto em apreço e a(s) página(s) respeitante(s) (se for caso disso).

3. Ilustrações

3.1 Sempre que não se revele particularmente oportuno proceder doutro modo, as ilustrações figurarão no final do texto, identificadas como EST(ampa) I, II..., com as seguintes dimensões possíveis: 11 x 17 ou 17 x 26 ou 25 x 38. Os elementos de cada estampa distinguem-se por numeração árabe.

As fotografias serão também identificadas por numeração árabe (Foto 1, 2, 3 ...). A dimensão ideal para as fotos a publicar é de 11 x 7,5 ou 11 x 17, obedecendo à mancha da publicação.

3.2 Ainda que eventualmente referendada no interior do texto, a aposição duma legenda tomará o conteúdo da estampa mais compreensível.

3.3 A mancha útil da revista é de 17 x 11. Quando não puderem ser impressas em tamanho natural, as ilustrações são habitualmente reduzidas a 1/3. A presença de uma escala gráfica é, por isso, recomendável.

3.4 Quando o texto se refira a um sítio arqueológico determinado, a sua localização em pequeno mapa revela-se interessante.

3.5 Só em casos excepcionais, devidamente justificados, se publicarão ilustrações a cores.

4. Revisão de provas

4.1 Sempre que os textos sejam entregues em *disquette*, parte-se do princípio de que o Autor reviu cuidadosamente o que escreveu. À Redacção competirá, nesse caso, verificar apenas se a formatação foi feita correctamente.

4.2 Caso, porém, o Autor expressamente o deseje, ser-lhe-ão enviadas as segundas provas, com a indicação do prazo a cumprir na respectiva devolução. Só em circunstâncias verdadeiramente excepcionais se poderão introduzir alterações significativas, a não ser que o Autor se comprometa a arcar com as despesas a elas inerentes.

4.3 Na correcção de provas utilizar-se-á a sinalética comumente aceite.

5. Separatas

5.1 A colaboração não é remunerada. A Direcção compromete-se a entregar, como contrapartida, um exemplar da revista e 25 separatas sem capa.

5.2 Sempre que o Autor deseje - a expensas suas - maior número de separatas ou uma capa específica, ser-lhe-á indicada a pessoa da tipografia com quem poderá directamente contactar.

6. Apoios financeiros

Compete à Direcção procurar, para cada número, os indispensáveis apoios financeiros.

São, porém, bem-vindas todas as sugestões dos autores, mormente quando lhes parecer que a divulgação de determinado texto é de particular interesse duma entidade passível de a patrocinar.

7. Devolução de originais

7.1 Quando for expressamente solicitado, os originais, as *disquettes* e as ilustrações serão devolvidos aos autores. Caso contrário, a Redacção mantê-los-á em arquivo durante, pelo menos, um ano após a distribuição do respectivo número da revista.

7.2 A Direcção reserva-se o direito de recusar a publicação de trabalhos, exceptuando os casos de direito de resposta previstos na Lei de Imprensa.

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE GERAL

DOMINGOS J. CRUZ <i>et alii</i> , <i>Tumuli</i> da Casinha Derribada (Viseu).....	5
Luís M. E SIMÕES, Casinha Derribada (Viseu): geologia e geomorfologia.....	77
ISABEL FIGUEIRAL, Casinha Derribada, monumento 3: carvões vegetais.....	83
JORGE DE ALARCÃO, Paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal.....	89
ANA M. ARRUDA, P BARROS, V LOPES, Cerâmicas áticas de Mértola.....	121
ANTÓNIO J. E QUINTEIRA, Estação arqueológica da Azeitada (Almeirim).....	151
JOÃO CARLOS FARIA, <i>Forum de Salacia Imperatoria</i>	185
ANA M. ARRUDA, Ânforas da classe 32 da Alcáçova de Santarém.....	201
E. SEPÚLVEDA, A. CARVALHO, Cerâmica romana de paredes finas.....	233
Recensões críticas.....	267
Normas de Redacção.....	311

(Página deixada propositadamente em branco)

Execução Gráfica
G. C. — Gráfica de Coimbra, Lda.
Depósito Legal n.º 93223/95

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

(Página deixada propositadamente em branco)

